

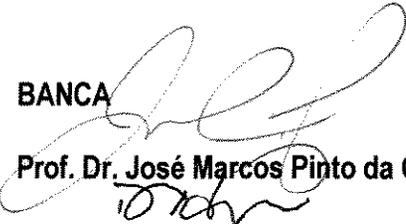
MARIA CÉLIA SILVA CAIADO

**“ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA E CONTRAPARTIDAS
SOCIODEMOGRÁFICAS: A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL DA
POPULAÇÃO NA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO”**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Doutoramento em Demografia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
30/04/2004

BANCA


Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (Orientador)


Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan


Profª. Drª. Rosana Baeninger


Prof. Dr. Haroldo da Gama Torres


Profª. Drª. Suzana Pasternak

MARÇO / 2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	FC
Nº CHAMADA	4/UNICAMP
	C12e
V	EX
TOMBO BC/	60154
PROC.	6-114-04
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	20-10-04
Nº CPD	

Bib Id 324145

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C 12 e

Caiado, Maria Célia Silva

Estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e entorno / Maria Célia Silva Caiado. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade residencial. 2. Migração – Distrito Federal. 3. Crescimento urbano – Distrito Federal. 4. Concentração urbana. 5. Demografia. I. Cunha, José Marcos Pinto da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ao Aurílio Caiado, meu amigo,
confidente, companheiro e grande amor,
e aos meus filhos, Ana Thereza, Caio,
Júlia e Luiz Aurílio, simplesmente por
existirem e perpetuarem esse amor.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha família, Aurílio, Ana, Caio, Júlia e principalmente Luiz Aurílio, pela compreensão com que enfrentaram os momentos de minha ausência nessa longa caminhada.

Ao Aurílio, principalmente por me fazer acreditar que era possível elaborar essa tese, me estimulando, sempre me dedicando atenção e me socorrendo nos momentos mais difíceis desse percurso.

Ao meu pai, que mesmo estando distante fisicamente sempre esteve presente, e que me ensinou a ser digna, honesta e a seguir sempre em frente quando as diversidades da vida nos fazem pensar em retroceder.

Às minhas irmãs, Conceição, Claudia, Patrícia e Cristina (apesar da ausência involuntária nos últimos anos), pela cumplicidade e confiança que sempre estiveram presentes na nossa vida e que me fizeram uma pessoa melhor.

Ao Prof. José Marcos, que mais do que mestre e orientador se tornou um grande amigo, me incentivando e apoiando nos momentos de dificuldades, acreditando nas potencialidades desse trabalho, me incentivando a superar desafios que à primeira vista pareciam impossíveis de serem superados. Agradeço pelo empenho e dedicação e pelos ensinamentos que possibilitaram a realização desse trabalho.

Aos demais professores, pelos ensinamentos e pelas discussões ao longo do curso e pelo incentivo à conclusão desse trabalho. Agradeço especialmente à Prof^ª Rosana pelo incentivo constante e por compartilhar comigo as aflições relacionadas à conciliação dos deveres profissionais e da maternidade.

À Prof^ª Neide agradeço, especialmente, pelas críticas construtivas durante a elaboração do projeto de tese, que me ensinaram, entre outros, o peso que podem encerrar determinadas palavras e afirmações na elaboração de um trabalho científico.

Aos meus colegas de curso que tornaram mais agradável e leve essa caminhada: Isis, Carlão, Tânia, Fátima, Roberto, Luzia, Ricardo, Tirza e tantos outros que não cito os nomes por falta de espaço, mas que sabem que me incentivaram e que o agradecimento é sincero. Ao colega Alberto agradeço, especialmente, pela paciência e pelo tempo dedicado nos ensinamentos sobre a programação do SAS, mesmo quando a minha lógica era incompreensível.

A todos o meu sincero agradecimento.

Resumo

O objetivo da tese é avaliar as alterações na distribuição e no perfil socioespacial da população que podem ser associadas ao processo de urbanização e estruturação intra-urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. A RIDE foi institucionalizada através do Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, com objetivo de promover o desenvolvimento e a gestão administrativa integrada, envolvendo o Distrito Federal e municípios pertencentes aos Estados de Goiás e Minas Gerais. Apresenta especificidades relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico, à ocupação territorial e à gestão urbana, que a diferenciam das demais aglomerações urbanas e regiões metropolitanas nacionais, principalmente no que se refere às possibilidades de atuação estatal na gestão urbana, pelas peculiaridades do processo de ocupação territorial do Distrito Federal – cidade planejada para ser pólo de desenvolvimento e sede administrativa nacional. Essas especificidades, no entanto, não foram capazes de promover a apropriação igualitária das vantagens locacionais do espaço urbano, fazendo com que a configuração socioespacial da região se assemelhe às encontradas nas demais aglomerações urbanas e metrópoles nacionais, principalmente no que diz respeito às desigualdades no processo de distribuição socioespacial da população. Para atingir tais objetivos, foram analisadas as principais alterações na dinâmica migratória e no perfil demográfico, bem como no processo de organização funcional dos diferentes subespaços regionais, no período entre 1980 e 2000.

Abstract

The objective of this paper is to evaluate the alterations in the distribution and in the socio spatial profile of the population that may be associated to the urbanization process and to the intra urban structuring in the *RIDE* - Integrated Region of Development of Federal District and Adjacency. The *RIDE* was institutionalized through the Decree number 2710, of 1998, August 4th in order to promote the development and the integrated administrative management involving the Federal District and the municipalities belonging to the states of Goiás and Minas Gerais. The *RIDE* presents specific characteristics related to the process of economical development, to the territorial occupation and to the urban administration, which differs it from the other urban agglomerations and from the national metropolitan areas, mainly in the aspects concerned to the possibilities of the state influence on the urban administration, due to the peculiarities of the territorial occupation process of the Federal District – a planned city destined to be a developed pole and the national administrative seat. Such specific characteristics, however, were not able to promote the equal appropriation of the urban space local advantages, making the socio spatial configuration of the *RIDE* resembles to the ones found in the other urban agglomerations and in the national metropolises, especially in what concerns the inequalities in the process of socio spatial distribution of the population. To reach such objectives, this paper analyzed the main alterations in the migratory dynamics and in the demographic profile, as well as in the process of functional organization of the different regional subspaces, in the period between 1980 and 2000.

Índice

Introdução 1

Capítulo 1 - Estruturação Intra-Urbana e Contrapartidas Sociodemográficas 9

Estruturação Intra-urbana e Respostas Sociodemográficas: migração e distribuição da população no interior das cidades e metrópoles nacionais 33

Capítulo 2 - Desenvolvimento Econômico e Ocupação Territorial Urbana..... 53

Economia Regional: breve resgate 53

A Constituição da RIDE..... 58

Principais Aspectos da Economia Regional 60

A Evolução Demográfica no Distrito Federal: o processo embrionário de formação da RIDE 71

Análise segundo as Regiões Administrativas 78

Evolução e Distribuição Demográfica na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 86

Estruturação Intra-urbana e Configuração Sociespacial..... 97

Categorias Socioocupacionais 102

Acesso à Infra-Estrutura Urbana 106

Síntese do Capítulo..... 109

Capítulo 3 – A Dinâmica Migratória na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito

Federal e Entorno..... 119

A Migração Interestadual..... 120

Emigração Interestadual 134

Migração Intra-estadual..... 138

Algumas Características da Migração Intra-Estadual..... 148

Migração Intra-regional..... 156

Aspectos Demográficos da Migração Intra-Regional (ou Intra-metropolitana) 167

<i>Alguns Aspectos sobre a Migração Intra-Regional e a Segregação Socioespacial da População na RIDE</i>	180
Mobilidade pendular	198
<i>Considerações Finais Sobre a Migração na Região</i>	209
Capítulo 4 – A Diferenciação Socioespacial na Distribuição da População como Contrapartida Sociodemográfica ao Processo de Estruturação Intra-urbana.	213
<i>Análise das Variáveis Socioeconômicas</i>	216
<i>Análise das Variáveis Demográficas</i>	225
<i>Composição da População por Sexo e Idade</i>	237
<i>Análise das Condições Habitacionais</i>	244
<i>Síntese do capítulo</i>	252
Considerações finais	259
Referências Bibliográficas	271
ANEXO 1	285

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1 - Distribuição da PEA Ocupada por os Setor de Atividade na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1980</i>	61
<i>Tabela 2 - Distribuição da PEA Ocupada, por Setor de Atividade na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 2000</i>	62
<i>Tabela 3 - Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto a Preço Básico – Distrito Federal 1985 – 1998</i>	64
<i>Tabela 4 – Participação da População Ocupada, por Principais Setores de Atividade Industrial - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 2001</i>	65
<i>Tabela 5 - População Ocupada no Setor de Serviços, por Ramo de Atividade - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 2001</i>	68
<i>Tabela 6 - População Ocupada e Unidades Locais, por Setores de Atividade Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno – 2001</i>	70
<i>Tabela 7 - Componentes do Crescimento Demográfico - Distrito Federal 1960 - 2000</i>	75
<i>Tabela 8 - População e Taxa de Crescimento do DF 1970-2000</i>	75
<i>Tabela 9 - População, Taxa de Crescimento e Densidade Demográfica Distrito Federal 1991-2000</i>	81
<i>Tabela 10 - População, Participação Relativa e Densidade Demográfica na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000</i>	88
<i>Tabela 11 - População, Taxa de Crescimento e Densidade Demográfica Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000</i>	89
<i>Tabela 12 - População e Taxa de Crescimento Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1996/2000</i>	93
<i>Tabela 13 - População e Taxa de Crescimento - Centro e Periferia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000</i>	94
<i>Tabela 14 – Chefes, por Renda per capita Familiar* – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991- 2000</i>	98
<i>Tabela 15 – Chefes, por Renda per capita familiar * Distrito Federal – 2000</i>	99
<i>Tabela 16 – Chefes, por Anos de Estudo - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000</i>	100
<i>Tabela 17 – Chefes, por Anos de Estudo - Distrito Federal – 2000</i>	101
<i>Tabela 18 - População Residente, por Inserção Socioocupacional - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno –2000</i>	104

<i>Tabela 19 - População Residente por Inserção Socioocupacional - DF- 2000]</i>	106
<i>Tabela 20 - População Residente, por Condição de Habitação do Domicílio Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000</i>	107
<i>Tabela 21 - População Residente, por Condição de Habitação do Domicílio Distrito Federal – 2000</i>	108
<i>Tabela 22 - Volume e Taxa Média Anual de Migração Interestadual ,segundo Região de Última Residência - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE– 1970-2000</i>	122
<i>Tabela 23 - Volume e Taxa Média Anual de Migração Interestadual segundo Região de Última Residência - Distrito Federal 1970–2000</i>	124
<i>Tabela 24 - Volumes da Migração de Nordestinos para o DF e Entorno –Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000</i>	125
<i>Tabela 25 - Principais Volumes da Imigração de Nordestinos para o Entorno Imediato – 1970-2000 na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE</i>	126
<i>Tabela 26 - Migração Interestadual, por Local de Residência Anterior Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-1980</i> 127	
<i>Tabela 27 - Migração Interestadual por Local de Residência Anterior Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1981-1991</i> 128	
<i>Tabela 28 - Migração Interestadual por Local de Residência Anterior Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1990-2000</i> 129	
<i>Tabela 29 - Migração Interestadual no Distrito Federal por Local de Residência Anterior - Regiões Administrativas - 1990-2000</i>	133
<i>Tabela 30 - Emigração Interestadual, por Local de Residência Anterior Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000</i>	134
<i>Tabela 31 - Emigração Interestadual⁽¹⁾, por Local de Residência Anterior segundo o Tipo de Migrante na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1995-2000</i>	135
<i>Tabela 32 - migração Intra-regional, por Local de Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE 1975-2000</i>	139
<i>Tabela 33 - Emigração Intra-regional por Local de Residência Atual Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE1975-2000</i>	145
<i>Tabela 34 – Migrantes, por Tempo de Residência no Município Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000</i>	146
<i>Tabela 35 - Chefes Migrantes segundo Tempo de Residência e Renda per capita Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000.</i> 147	

<i>Tabela 36 - Chefes Migrantes, por Local de de Nascimento segundo Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000</i>	<i>149</i>
<i>Tabela 37 - Chefes Migrantes, por grupos Etários segundo Local de Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991/2000..</i>	<i>150</i>
<i>Tabela 38 - Chefes Migrantes, por Nível de Escolaridade segundo a Residência Anterior – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000</i>	<i>151</i>
<i>Tabela 39 - Chefes Migrantes, por Faixa de Renda per capita Familiar segundo a Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000.....</i>	<i>152</i>
<i>Tabela 40 - Chefes Migrantes, por Categorias de Inserção Socioocupacional segundo a Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000.....</i>	<i>154</i>
<i>Tabela 41 - Imigração e Emigração por Municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000.....</i>	<i>158</i>
<i>Tabela 42 - Migração¹ Intra-regional, por Local de Origem na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE 1975-2000.....</i>	<i>161</i>
<i>Tabela 43 - Migração Intra-regional, por Local de Residência Anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000.....</i>	<i>162</i>
<i>Tabela 44 - Emigração Intrametropolitana, por Local de Residência Anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000.....</i>	<i>166</i>
<i>Tabela 45 – Chefes, por Arranjo Familiar segundo Condição Migratória 1986-1991.....</i>	<i>169</i>
<i>Tabela 46 – Chefes, por Tipo de Arranjo Familiar segundo Condição Migratória e Idade Média do Casal na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1986-1991.....</i>	<i>172</i>
<i>Tabela 47 – Chefes, por Tipo de Arranjo Familiar segundo Condição migratória e Ocupação do Imóvel e Arranjo Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1986-1991.....</i>	<i>175</i>
<i>Tabela 48 - Razão de Sexo segundo Condição Migratória e Residência Atual na Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno –1986-1991 e 1995-2000.....</i>	<i>179</i>
<i>Tabela 49 -Chefes Migrantes por Condição Migratória, e Faixa de Renda Per Capita Familiar, segundo a Idade RIDE 1986-1991 e 1995-2000.....</i>	<i>185</i>
<i>Tabela 50 - Chefes Migrantes, por Condição Migratória e de Ocupação do Imóvel, segundo Idade RIDE 1986-1991 e 1995-2000.....</i>	<i>186</i>

<i>Tabela 51 – Chefes, por Condição Migratória e Sexo, segundo Renda per capita Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1986-1661 e 1995-2000.....</i>	<i>189</i>
<i>Tabela 52 - Chefes Migrantes, por Inserção Socioocupacional segundo a Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991- 2000. 190</i>	<i>190</i>
<i>Tabela 53 – Chefes, por Condição Migratória e Anos de Estudo, segundo Inserção socioocupacional na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1995-2000.....</i>	<i>193</i>
<i>Tabela 54 – Chefes, por Condição Migratória e de Habitação na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000.....</i>	<i>196</i>
<i>Tabela 55 - População Residente, por Localidade onde Trabalha ou Estuda na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980.....</i>	<i>200</i>
<i>Tabela 56 - População Residente, por Localidade onde Trabalha ou Estuda na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 2000.....</i>	<i>201</i>
<i>Tabela 57 – Chefes, por Local de Trabalho ou Estudo,segundo a Região de Residência Anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980 e 2000.....</i>	<i>203</i>
<i>Tabela 58 – Chefes, por Local de Trabalho ou Estudo segundo a Renda per capita Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980 e 2000</i>	<i>204</i>
<i>Tabela 59 – Chefes, por Local de Trabalho ou Estudo, segundo Inserção Socioocupacional RIDE – 1980-2000.....</i>	<i>206</i>
<i>Tabela 60 - Pesquisa na Linha de Contorno: Viagens Diárias* Externas-Internas por Motivos e Todos os Modos - Distrito Federal - 2000.....</i>	<i>209</i>
<i>Tabela 61 – RIDE - População, Participação Relativa e Taxa de Crescimento 1996-2000</i>	<i>226</i>

Lista de Mapas

<i>Mapa 1 - Ocupação Urbana na RIDE.....</i>	<i>13</i>
<i>Mapa 2 – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.....</i>	<i>58</i>
<i>Mapa 3 – Ocupação Urbana na RIDE</i>	<i>77</i>
<i>Mapa 4 – Regiões Administrativas DF - Taxa de Crescimento Médio Anual 1991-2000.....</i>	<i>82</i>
<i>Mapa 5 – Estrutura Fundiária do Distrito Federal.....</i>	<i>83</i>
<i>Mapa 6 – Áreas de Preservação Ambiental e Eixos de Crescimento</i>	<i>84</i>

<i>Mapa 7 – Áreas de Preservação e Parcelamentos Irregulares.....</i>	<i>85</i>
<i>Mapa 8 – Divisão Política e Administrativa – DF e Municípios 1980-1997.....</i>	<i>91</i>
<i>Mapa 9 – Taxa de Crescimento Médio Anual – 1996-2000.....</i>	<i>96</i>
<i>Mapa 10 – Participação Relativa da População (%) – 2000.....</i>	<i>96</i>
<i>Mapa 11 – Densidade Populacional (Hab/Km²) - 2000.....</i>	<i>97</i>
<i>Mapa 12 - Principais Fluxos de Imigração para a RIDE 1990 - 2000.....</i>	<i>130</i>
<i>Mapa 13- Principais Fluxos – Emigração Interestadual RIDE 1995-2000.....</i>	<i>136</i>
<i>Mapa 14- Principais Fluxos – Migração Intra-regional -Emigrantes do Distrito Federal 1995-2000.....</i>	<i>165</i>
<i>Mapa 15 - Principais fluxos de Transportes - Nº de viagens diárias todos os dias.....</i>	<i>208</i>
<i>Mapa 16 - Estrutura Intra-Urbana da Região do Distrito Federal e Entorno.....</i>	<i>215</i>
<i>Mapa 17 – Localização das Ocupações e Setores Tipo Aglomerado Subnormais -2000.....</i>	<i>216</i>
<i>Mapa 18 – Localização Espacial dos chefes de Domicílios sem Rendimentos – RIDE 2000....</i>	<i>217</i>
<i>Mapa 19 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal até 1 Salário Mínimo – RIDE 2000.....</i>	<i>218</i>
<i>Mapa 20 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílio com Rendimento Médio Mensal entre 1 e 5 Salários Mínimos – RIDE 2000.....</i>	<i>219</i>
<i>Mapa 21 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal entre 5 e 10 Salários Mínimos – RIDE 2000.....</i>	<i>219</i>
<i>Mapa 22 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal Maior que 10 e Salários Mínimos – RIDE 2000.....</i>	<i>221</i>
<i>Mapa 23 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal Maior que 20 e Salários Mínimos – RIDE 2000.....</i>	<i>221</i>
<i>Mapa 24 – Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílios em Salários Mínimos segundo a Localização Espacial Intra-urbana– RIDE 2000.....</i>	<i>223</i>
<i>Mapa 25- Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Menos de 4 Anos de Estudo – RIDE 2000.....</i>	<i>224</i>
<i>Mapa 26– Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Mais de 17 Anos de Estudo – RIDE 2000.....</i>	<i>224</i>
<i>Mapa 27 – Taxas de Crescimento Médio Anual (%) - Regiões Administrativas do DF e Municípios do Entorno – 1996-2000.....</i>	<i>227</i>

<i>Mapa 28- População Residente segundo os Principais Elementos da Estrutura Intra-urbana (setores censitários) - RIDE 2000.....</i>	<i>227</i>
<i>Mapa 29- Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Idades Até 39 anos RIDE 2000</i>	<i>228</i>
<i>Mapa 30- Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Idades entre 40 e 49 anos - RIDE 2000.....</i>	<i>229</i>
<i>Mapa 31 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Idades Superiores a 50 anos – RIDE 2000.....</i>	<i>229</i>
<i>Mapa 32 – Razão Criança/Mulher segundo a Localização Espacial Intra-Urbana RIDE 2000.....</i>	<i>231</i>
<i>Mapa 33 – Localização Espacial dos Domicílios Unipessoais – RIDE 2000</i>	<i>232</i>
<i>Mapa 34 – Densidade Domiciliar (nº de habitantes/ nº de domicílios no setor) – RIDE 2000... ..</i>	<i>233</i>
<i>Mapa 35 – Participação da Chefia Feminina no Total de Chefes segundo a Idade - Idade até 39 Anos RIDE 2000.....</i>	<i>235</i>
<i>Mapa 36 – Participação da Chefia Feminina no Total de Chefes segundo a Idade - Idade entre 40 e 59 anos – RIDE 2000.....</i>	<i>235</i>
<i>Mapa 37 – Participação da Chefia Feminina no Total dos Chefes segundo a Idade – Idade Acima de 60 Anos – RIDE 2000</i>	<i>236</i>
<i>Mapa 38 – Razão Entre os Rendimentos Médios Mensais de Chefes Masculinos e os Rendimentos Médios Mensais de Chefes Femininas – RIDE 2000.....</i>	<i>236</i>
<i>Mapa 39 – Localização da População com 65 anos ou Mais (Participação relativa no setor censitário) – RIDE 2000.....</i>	<i>238</i>
<i>Mapa 40 – Participação das Mulheres nos Grupos Etários de 65 Anos e Mais (%) – RIDE 2000</i>	<i>239</i>
<i>Mapa 41- Participação dos Chefes Masculinos entre os Idosos de 65 Anos e Mais - RIDE 2000</i>	<i>240</i>
<i>Mapa 42 - Razão de Sexo segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000</i>	<i>242</i>
<i>Mapa 43 – Razão de Dependência da População segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000.....</i>	<i>243</i>
<i>Mapa 44 – Índice de Rejuvenescimento segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000.....</i>	<i>243</i>
<i>Mapa 45 – Localização Espacial dos Domicílios com Abastecimento d'água Inadequado - RIDE 2000.....</i>	<i>246</i>
<i>Mapa 46 – Localização Espacial dos Domicílios com Esgotamento Sanitário Inadequado – RIDE 2000.....</i>	<i>246</i>

<i>Mapa 47 – Localização Espacial dos Domicílios com Coleta e Destinação Final do Lixo Inadequada – RIDE 2000.....</i>	<i>248</i>
<i>Mapa 48 – Localização Espacial dos Domicílios Improvisados - RIDE 2000.....</i>	<i>248</i>
<i>Mapa 49 – Localização Espacial dos Domicílios segundo a Condição de Ocupação do Imóvel – Domicílios Próprios RIDE 20000.....</i>	<i>250</i>
<i>Mapa 50 – Localização Espacial dos Domicílios segundo a Condição de Ocupação do Imóvel – Domicílios Alugados – RIDE 2000.....</i>	<i>250</i>
<i>Mapa 51 – Localização Espacial dos Domicílios Tipo Apartamento – RIDE 2000.....</i>	<i>251</i>
<i>Mapa 52 – Localização Espacial dos Domicílios Tipo Casa – RIDE 2000.....</i>	<i>251</i>
<i>Mapa 53 – Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílio em SM 1991.....</i>	<i>254</i>
<i>Mapa 54 – Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílio em SM 2000.....</i>	<i>254</i>

Lista de Gráficos

<i>Gráfico 1 - Participação da Imigração Interestadual - RIDE 1970-2000.....</i>	<i>123</i>
<i>Gráfico 2 - Participação da Migração Interestadual, segundo o Local de Origem e o Local de Destino na RIDE - 1970-2000.....</i>	<i>131</i>
<i>Gráfico 3 - Participações dos Principais Fluxos de Emigrantes da RIDE segundo Local de Destino 1975-2000.....</i>	<i>136</i>
<i>Gráfico 4 - Participação dos Principais Fluxos de Emigrantes da RIDE, segundo Local de Origem e Destino 1970-2000.....</i>	<i>137</i>
<i>Gráfico 5 - Participação da Migração Intra-estadual, segundo o Local de Origem RIDE 1995-2000.....</i>	<i>140</i>
<i>Figura 6 - Participação da Migração Intra-estadual, segundo o Local de Origem e Destino RIDE 1975-2000.....</i>	<i>141</i>
<i>Gráfico 7 - Participação da Emigração Intra-estadual segundo local de Destino RIDE 1975-2000.....</i>	<i>143</i>
<i>Gráfico 8 - Participação da Emigração Intra-estadual segundo Local de Destino RIDE 1975-2000.....</i>	<i>144</i>
<i>Gráfico 9 - Participação dos Migrantes, segundo Tempo de Residência no Município - RIDE 1991 e 2000.....</i>	<i>146</i>
<i>Gráfico 10 - Migração Intra-regional na RIDE 1975-2000 (Em porcentagem).....</i>	<i>163</i>
<i>Gráfico 11 – Pirâmides Etárias – RIDE 2000.....</i>	<i>177</i>

Introdução

Os interesses dos demógrafos e estudiosos sobre o processo de estruturação do espaço urbano aproximam-se cada vez mais, à medida que cresce entre ambos a consciência de que as alterações na organização interna das grandes cidades e metrópoles têm como contrapartida imediata as modificações na intensidade e no direcionamento do processo de redistribuição da população entre os elementos que constituem o espaço urbano.

Entre as modificações na distribuição da população associadas ao processo de estruturação intra-urbana, certamente a segregação socioespacial da população nas áreas onde estão as piores condições de vida assume posição mais relevante, por evidenciar de forma indiscutível as desigualdades sociais entre segmentos populacionais presentes no processo de desenvolvimento nacional.

Essa pesquisa tem como objetivo conhecer o processo de ocupação e estruturação intra-urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, buscando a associação direta entre esse processo e as alterações na distribuição e diferenciação socioespacial da população.

Alguns aspectos sobre as transformações demográficas associadas ao processo de estruturação urbana podem ser encontrados na bibliografia nacional e internacional sobre o tema. O que se pretende é avançar um pouco mais nessa discussão. Entende-se que o processo de estruturação interna de uma cidade, ou mesmo de uma região, se dá a partir da mediação entre fatores estruturais ligados ao processo produtivo e ao cotidiano das populações. É a população, com sua dinâmica e características próprias, através das suas respostas aos fatores estruturais relacionados à produção do espaço, que dá forma à configuração socioespacial resultante desse processo.

As principais alterações na configuração sociodemográfica do espaço da RIDE que serão associadas ao processo de estruturação intra-urbana são: a intensificação da mobilidade espacial (nas suas duas formas: migração intrametropolitana e mobilidade pendular) ligada ao processo de periferização; e as alterações nos perfis dos segmentos da população segundo a distribuição no espaço urbano, configurando o agravamento das desigualdades sociais existentes nas cidades.

A mobilidade intra-urbana, como contrapartida sociodemográfica ao processo de organização interna da região, será investigada buscando-se as possíveis alterações na composição e intensidade dos fluxos migratórios e a identificação das características sociodemográficas destes fluxos, que possam contribuir para a decisão de migrar dos indivíduos e famílias.

A idéia principal é a de que as transformações no uso e na intensidade da ocupação do solo urbano, como resultado da organização interna das cidades e áreas metropolitanas, têm como resposta sociodemográfica alterações nos perfis da população, segundo os diferentes segmentos do espaço intra-urbano. Entre as características sociodemográficas que podem estar sendo alteradas em função desse , estão a estrutura por sexo e idade, a composição dos arranjos domésticos, as relações de gênero na chefia domiciliar, os rendimentos médios mensais, os níveis educacionais e a inserção socioocupacional .

A escolha da região que será objeto desse estudo teve como motivação principal as especificidades relacionadas ao processo de ocupação e estruturação intra-urbana, ao mesmo tempo em que propiciava o atendimento à demanda do Núcleo de Estudos Populacionais - Nepo/Unicamp - por estudos nessa área de investigação direcionados para a Região Centro-Oeste.

Entre as grandes cidades e metrópoles nacionais, Brasília destaca-se não tanto pelas especificidades relacionadas ao seu processo de criação e construção, mas principalmente pelas possibilidades de gestão urbana geradas pela quase inexistência de antecedentes relacionados à ocupação territorial urbana e pela propriedade pública de grande parte da terra destinada à nova capital.

Brasília, no decorrer do seu processo de construção e consolidação enquanto cidade, tornou visíveis as contradições inerentes à organização social brasileira, passando de cidade que pretendia ser socializante na distribuição de pessoas e atividades para uma estrutura intra-urbana fortemente marcada pelo processo de segregação socioespacial da população. A propriedade pública da terra urbana, ao invés de constituir um instrumento distributivo, passa a funcionar como instrumento de ocupação seletiva, instituindo a “segregação planejada” e transformando Brasília na “capital do controle e da segregação social”¹.

¹ Termos utilizados como títulos de textos escritos por Campos, N. e Gouvêa, L.A. em Paviani (org), 1989.

No âmbito de um projeto de desenvolvimento nacional que visava a integração do território nacional, com a redução das desigualdades regionais, Brasília foi idealizada como pólo de desenvolvimento regional e sede de decisão política nacional. Sua construção, tendo como ponto de partida um projeto arquitetônico e paisagístico representativo do urbanismo modernista, estava inserida no contexto de um projeto desenvolvimentista, que buscava na modernidade a superação do atraso no desenvolvimento econômico.

Antes mesmo da inauguração da cidade, o processo de ocupação territorial de Brasília já apresentava os primeiros sinais das contradições que passariam a definir as direções do crescimento urbano. O projeto do Plano Piloto previa que a ocupação inicial dar-se-ia apenas através da transferência do funcionalismo público, ignorando a possibilidade de fixação do contingente de trabalhadores migrantes, recrutados segundo um discurso enobrecedor que os identificava como “os novos bandeirantes” e que viam na nova cidade possibilidades de melhores condições de vida.

A solução encontrada foi a criação de localidades, afastadas fisicamente da região central e com precárias condições de infra-estrutura, para onde foram transferidos esses trabalhadores, inaugurando assim um procedimento que seria uma constante na atuação do Estado, constituindo-se na principal característica da estrutura intra-urbana: a distância física e social entre os diferentes segmentos da população, segundo suas condições socioeconômicas.

Nas décadas seguintes à inauguração, o Distrito Federal experimentou um intenso processo de crescimento populacional, marcado por intensos fluxos migratórios, o que, apesar da redução no peso do incremento populacional gerado pelo arrefecimento após a década de 80, se mantém até os dias atuais.

A intensificação da ocupação do espaço urbano, associada a esse crescimento populacional, reproduz o processo de estruturação intra-urbano inicial, dando origem a novas localidades cada vez mais distantes do centro principal, o que resultou em uma extensa periferia que se estende por todo o território do Distrito Federal, atingindo a partir da década de 80 alguns municípios goianos limítrofes.

Outra especificidade da estrutura intra-urbana na região é a ausência da conurbação entre as localidades periféricas, dando origem a uma estrutura fragmentada, composta por vários núcleos de ocupação urbana, separados por grandes glebas sem ocupação, o que

torna ainda mais distantes as localidades periféricas, e mais difíceis as condições de deslocamento da população residente nesse segmento espacial.

Por tudo isso, a produção científica sobre Brasília é intensa no que se refere tanto à sua especificidade enquanto cidade planejada e o caráter modernizante do projeto arquitetônico e urbanístico, quanto ao processo de ocupação e organização interna do DF, enquanto capital federal. A opção da atuação estatal pela preservação da monofunção administrativa do DF enquanto capital nacional e sua repercussão na base econômica local também têm sido objeto do interesse da comunidade científica.²

No entanto, a maioria da produção sobre Brasília desconsidera, ou trata de modo superficial, as questões relacionadas às alterações sociodemográficas associadas ao processo de estruturação intra-urbana e ao papel que parte do território do DF passou a exercer como centro principal de uma área de influência com características metropolitanas - principalmente após a década de 80 -, composta pelo DF, por 19 municípios goianos e dois mineiros³.

Nesse fato reside a principal especificidade da região. A adoção de um enfoque que considere os diferentes elementos da estrutura intra-urbana, independente da sua condição na divisão político administrativa, é fundamental para a compreensão do processo de estruturação do espaço urbano e das contrapartidas sociodemográficas a ele associadas.

Nessa pesquisa serão considerados como elementos da estrutura intra-urbana, o Plano Piloto enquanto centro principal, as regiões administrativas de Taguatinga e Guará, como potenciais subcentros secundários, e o conjunto de localidades residenciais, separados segundo o perfil socioeconômico da população residente. A periferia será considerada enquanto sua função na estrutura socioespacial, independente da divisão político-administrativa, abrangendo, além das cidades satélites no território do DF, os municípios goianos e mineiros que assumirem características que nos permitam classificá-los como tal.

² Alguns estudos merecem destaque pela quantidade de textos que apresentam, como é o caso da "Coleção Brasília", organizada por Paviani, integrada por seis livros, que, em função da diversidade de assuntos e de autores, se constituiu em importante obra, através da qual só é possível a compreensão do processo de ocupação e organização interna do Distrito Federal, assim como a identificação dos principais agentes envolvidos nesse processo. Paviani (1985, 1987, 1989, 1991, 1996, 1999).

³ Outra importante contribuição, principalmente no que se refere à superação das dificuldades relacionadas ao levantamento de dados sobre a região, está na pesquisa nacional "Gestão do Uso do Solo e Disfunções do crescimento Urbano" realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, através de convênio com diversas universidades brasileiras, inclusive a Universidade Nacional de Brasília, no caso específico do estudo para a região de Brasília.

Nesse sentido, esse estudo pretende ser inovador não somente em relação à análise das contrapartidas sociodemográficas relacionadas ao processo de estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e Entorno, MAS também por considerar como elementos de uma única estrutura os recortes socioespaciais segundo sua função na organização interna do espaço urbano, independente da divisão político-administrativa institucional.

A opção metodológica pelos dados extraídos dos censos demográficos do IBGE deveu-se às possibilidades de cobertura espacial que esses dados proporcionam e ao potencial de análise sobre as variáveis sociodemográficas que, se forem associadas às tabulações especiais, permitem direcioná-las para o mapeamento das características populacionais que se pretende. Para o estudo da migração, foram utilizados dados obtidos do questionário da , no menor nível de desagregação possível (municípios e regiões administrativas do Distrito Federal), em função da riqueza de informações existentes.

Para a identificação dos diferentes perfis populacionais segundo a localização no espaço intra-urbano, enquanto respostas sociodemográficas ao processo de estruturação interna da região, foram utilizados os dados obtidos através do questionário básico, desagregados por setores censitários, abrangendo os principais elementos da estrutura intra-urbana (os diferentes recortes espaciais do Distrito Federal e os municípios goianos diretamente envolvidos no processo de expansão da área urbana do DF).

A metodologia utilizada para identificação dos diferenciais sociodemográficos no processo de distribuição populacional foi a elaboração de mapas que mostrem a distribuição de algumas variáveis definidas, segundo os diferentes segmentos espaciais. Além dos mapas cloropléticos, utilizaram-se outros elaborados a partir da utilização de técnica da estatística espacial que, através da interpolação e da suavização da representação espacial dessas variáveis, permite a produção de mapas com superfície contínua de dados, o que torna possível a identificação da concentração espacial.⁴

O estudo foi organizado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo foram definidas as principais linhas de investigação e as formulações teóricas nas quais basearam-se as definições das hipóteses de análise. Ainda neste capítulo foram definidos os principais conceitos que serão utilizados no desenvolvimento do estudo.

⁴ Para maiores detalhes sobre essa técnica, vide Jakob (2003).

O segundo capítulo foi estruturado de forma a oferecer um panorama sobre o processo de desenvolvimento regional e a ocupação territorial na região, identificando as diferentes etapas de estruturação intra-urbana e seus rebatimentos na divisão funcional entre as localidades do Distrito Federal e o conjunto de municípios que integram a RIDE.

Inicialmente apresentou-se um breve resgate sobre a formação econômica da Região Centro-Oeste e seu rebatimento na organização econômica da RIDE, identificando os fatores que possibilitam uma associação entre esses processos. A partir do conhecimento da realidade regional, foi elaborada uma caracterização socioeconômica da região, de modo a identificar a base econômica e os diferentes papéis assumidos pelos diversos recortes socioespaciais, definidos segundo as especificidades funcionais dos conjuntos de municípios.

Constam ainda no capítulo 2 uma descrição sobre o processo de ocupação territorial urbana do Distrito Federal e o seu rebatimento na estruturação intra-urbana da região, além da análise sobre a evolução e distribuição demográfica .

O capítulo termina com uma descrição da configuração socioespacial e uma síntese sobre as relações que se estabeleceram entre desenvolvimento socioeconômico, ocupação territorial urbana e distribuição socioespacial da população na região.

O terceiro capítulo destinou-se ao estudo da migração, e está organizado em diferentes itens segundo o tipo de migração, em função da distância percorrida e do local de origem dos fluxos. No primeiro item, foram analisados a intensidade e o destino dos principais fluxos interestaduais em direção à região. Também foram estudados nesse item, as principais características dos migrantes, segundo o local de origem e de destino na RIDE.

No segundo item do capítulo analisaram-se a intensidade e a direção dos fluxos intrametropolitanos, ou seja, as trocas populacionais entre municípios que integram a RIDE e o Distrito Federal. Utilizou-se o termo “fluxos intrametropolitanos”, embora a região não seja denominada como tal, e esses fluxos representem trocas entre diferentes Unidades da Federação, por se considerar ser esse um problema apenas de nomenclatura, em função das especificidades locais. Reconhece-se, assim, o caráter de metropolização no processo de estruturação da RIDE, ainda que nessa pesquisa não seja dedicada atenção especial aos

debates sobre a questão se Brasília é ou não metropolitana, ou ainda sobre a validade da institucionalização de Regiões Metropolitanas enquanto alternativa de gestão integrada.

Foram analisadas algumas características da população migrante intrametropolitana no que se refere ao seu efeito sobre a decisão de migrar de indivíduos e famílias, tais como composição por sexo e idade, fase do ciclo vital familiar, composição dos arranjos domiciliares e condições socioeconômicas.

Encerrando o capítulo foi feita a análise da mobilidade pendular da população, por motivo de trabalho ou estudo, em função do seu papel enquanto resposta sociodemográfica ao processo de estruturação da região, fortemente marcada pelas dificuldades relacionadas às distâncias físicas entre o centro principal, onde estão concentrados 94,2%⁵ dos empregos formais da região, e as localidades periféricas, onde estão 69,8% da população do espaço intra-urbano⁶. Foram analisadas a intensidade e a direção dos fluxos, e as principais características do perfil sociodemográfico da população que realiza os movimentos diários, segundo local de origem e destino no interior da região.

Por fim, no capítulo 4, foram estudados os diferenciais nos perfis sociodemográficos da população residente segundo sua localização nos principais elementos espaciais da estrutura intra-urbana. As características analisadas em função das possíveis associações à organização interna dos diferentes segmentos espaciais foram: composição por sexo e idade; composição dos arranjos domiciliares; composição por sexo da chefia domiciliar; condições de acesso à renda; e condições habitacionais relacionadas às condições de ocupação do imóvel e ao acesso à infra-estrutura básica urbana.

Finalizando esse estudo, nas considerações finais, foram apresentadas as conclusões obtidas a partir da análise dos dados. Como forma de contribuir para futura extensão dessa pesquisa, indicaram-se possibilidades de novos levantamentos que possam contribuir para o aprofundamento das discussões entre estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas, nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

⁵ Dados da RASI/MT, 2001.

⁶ Dados referentes ao censo IBGE 2000, para o conjunto composto pelas RAs de Localização periférica (Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Guará, Santa Maria, Riacho Fundo, Paranoá, Sobradinho, Planaltina, Riacho Fundo, São Sebastião e Recanto das Emas) e os municípios goianos diretamente envolvidos na expansão urbana do DF (Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, e Águas Lindas de Goiás)

Capítulo 1 - Estruturação Intra-Urbana e Contrapartidas Sociodemográficas

O objetivo deste capítulo é, por meio da recuperação dos principais aportes teóricos sobre estruturação do espaço urbano, buscar pistas que ajudem a compreender as transformações na composição sociodemográfica, associadas às transformações na organização interna dos diferentes segmentos espaciais das metrópoles nacionais contemporâneas.

O que se busca são as possíveis articulações entre estruturação do espaço urbano e a dinâmica demográfica, ou mais especificamente, entre processo de ocupação, organização territorial e diferenciação socioespacial na distribuição populacional, no interior das metrópoles atuais, que possam contribuir para o entendimento das especificidades no processo de constituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

A proposta é estabelecer conexões entre as hipóteses sobre condicionantes do processo de organização interna das cidades e áreas metropolitanas – estabelecidas não só nos aportes teóricos já bastante difundidos, mas principalmente em recentes contribuições sobre o tema – que contribuam para o entendimento das especificidades da formação de uma região com relações de interdependência entre o Distrito Federal e municípios goianos e mineiros localizados no seu entorno.

As especificidades do processo de ocupação do DF e entorno estão relacionadas:

- à sua implantação enquanto cidade planejada, que se sobrepõe a uma dinâmica econômica e populacional preexistente;
- às possibilidades de atuação do Estado como mediador dos conflitos relacionados à disputa pela terra urbana, em função da presença de propriedade pública, resultando em forte atuação deste enquanto regulador, muitas vezes assumindo o papel de incorporador no parcelamento de solo urbano;
- à concentração de funções administrativas na capital federal e seus reflexos na economia regional, que têm predominância do setor terciário e participação insignificante do secundário.

Neste ponto, torna-se necessária uma conceituação sobre o que se entende por estrutura urbana e seus elementos. Grande parte dos conceitos e fundamento teórico nos

quais serão baseadas as hipóteses de trabalho e as análises sobre a sua pertinência foi extraída de Villaça (2001), sobre a estruturação intra-urbana no Brasil. Sua conceituação sobre estrutura urbana, que tem por base as formulações de Bastide (1971) e expressa o significado que se pretende, parte da consideração de que o termo estrutura “corresponde a um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”(pág 12). Assim entendida, a estrutura urbana teria como elementos: o centro principal, os subcentros, o conjunto de bairros residenciais segundo os segmentos sociais e as áreas diferenciadas segundo a localização das atividades econômicas. A configuração espacial desta estrutura é articulada a outras dimensões não territoriais, como a econômica, a política e a ideológica, e expressa a divisão social (e espacial) do trabalho.

Ainda segundo aquele autor:

“A expressão ‘estrutura urbana’- e a sua correlata ‘reestruturação urbana’- tem sido vítima de muitos abusos. É freqüentemente utilizada como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos, aliás sem considerar sequer que elementos são esses. Constantemente se usa o termo reestruturação para qualquer alteração de espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos.”(Villaça,2001: 13)

A região objeto deste estudo apresenta, sobre este aspecto, especificidades que não permitem compará-la a nenhuma outra metrópole nacional, não só em relação ao seu processo inicial de ocupação, a partir da construção de Brasília, mas principalmente em função da sua estruturação interna. Inicialmente, é preciso lembrar que o Distrito Federal é uma Unidade da Federação, integrada por 24 Regiões Administrativas (RAs)⁷ que abrigam funções e contingentes populacionais que permitem classificá-las como cidades. Além do DF, integram à área institucionalmente constituída como região do entorno, dezenove municípios goianos, alguns diretamente envolvidos no processo de periferização da população do DF, e dois municípios mineiros. Isso significa que a articulação entre os poderes que exercem a gestão urbana na região abrange três diferentes Unidades da Federação.

⁷ Até 2003 eram 19 RAs. Naquele ano foram criadas quatro novas- Águas Claras (até então fazia parte da RA de Taguatinga), Varjão (fazia parte do Lago Norte), Sudoeste (fazia parte da RA do Cruzeiro) e Riacho Fundo II - ; perfazendo um total de 23. Em 2004 foi criada a RA do Park Way (24°), desmembrada do Núcleo Bandeirante.

A estruturação intra-urbana da região tem como elementos: a Região Administrativa de Brasília, onde se localiza o centro principal (RA I – Brasília), residem 6% da população regional, e onde está o Plano Piloto, e uma extensa periferia, constituída pelas demais RAs, que concentram a maioria da população do DF (62,7%) e alguns municípios goianos limítrofes, localizados principalmente no quadrante sudoeste, assumindo a função de absorvedores de população que trabalha no centro do DF e não consegue inserção do mercado habitacional desta região central, que juntos concentram 84,1% da população regional.

É importante esclarecer que, nesta tese, faz-se clara distinção entre região e metrópole.⁸ Considera-se região o conjunto formado por todos os municípios integrantes da RIDE, que seria o equivalente a uma região metropolitana. Entretanto, vários dos municípios pertencentes à RIDE não participam dos processos socioeconômicos e socioespaciais que têm origem no DF. Assim, para discussão sobre a metrópole, privilegiou-se o aporte teórico sobre estruturação urbana, e, para a região (RIDE), o desenvolvimento regional.

A RA de Brasília, notadamente o Plano Piloto, é o centro funcional principal (núcleo), concentrador de atividades geradoras de empregos⁹ e estruturado a partir de setores que concentram diferentes usos, tais como residenciais (Super Quadras Norte e Sul), atividades de prestação de serviços de lazer e hospedagem (Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul) e comerciais (Setor Comercial Sul).

As demais RAs e os municípios goianos de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto (limítrofes à divisa oeste do DF), Planaltina de Goiás (limítrofe à divisa nordeste), Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental (limítrofes à divisa

⁸ Não se pode confundir metrópole com Região Metropolitana. Metrópole é um conjunto de municípios que apresentam intensa integração de funções urbanas (trabalho, habitação, lazer, educação, etc.) e integração da malha urbana e Região Metropolitana é a denominação constitucional de uma das formas de organização territorial dos Estados. É importante esclarecer que a Constituição Federal previu, no parágrafo 3º do artigo 25, que “os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituída de agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.” (BRASIL, 1988). Em outras palavras, a Constituição Federal não previu a possibilidade de organização territorial envolvendo mais de um Estado. Por esse motivo, foi criada nova figura jurídica denominada Região Integrada de Desenvolvimento. Atualmente, além da Ride – DF existem, também a RIDE Terezina (PI)/Timon (MA) e a RIDE Petrolina (PE)/Juazeiro (BA).

⁹ Segundo os dados da RAIS/MT para o ano de 2000, 94,22% das pessoas empregadas pelo mercado formal da região, tinham como local de emprego o DF e, no interior do DF, a RA de Brasília concentrava 76,92% dos empregos do DF. As RAs mais periféricas, de ocupação mais recente e que apresentaram maiores taxas de crescimento, detinham, em 1991, pouco mais de 0,51% dos empregos. Recanto da Emas, 0,23%; Riacho Fundo, 0,06%; Santa Maria, 0,24%; e São Sebastião, 0,08%.

sudoeste) e Luziânia assumem, principalmente, função similares às de cidade-dormitório, com baixo dinamismo econômico marcado pela pequena diversidade das atividades de comércio e serviços, sendo predominante o uso residencial.

A RA II – Taguatinga e a RA X – Guará podem ser consideradas potenciais subcentros regionais, pois concentram os maiores números de emprego depois do Plano Piloto, embora as participações sejam pequenas.¹⁰ Taguatinga, devido à maior diversidade de atividades econômicas e da concentração populacional, tem sido regularmente qualificada como potencial subcentro regional.¹¹

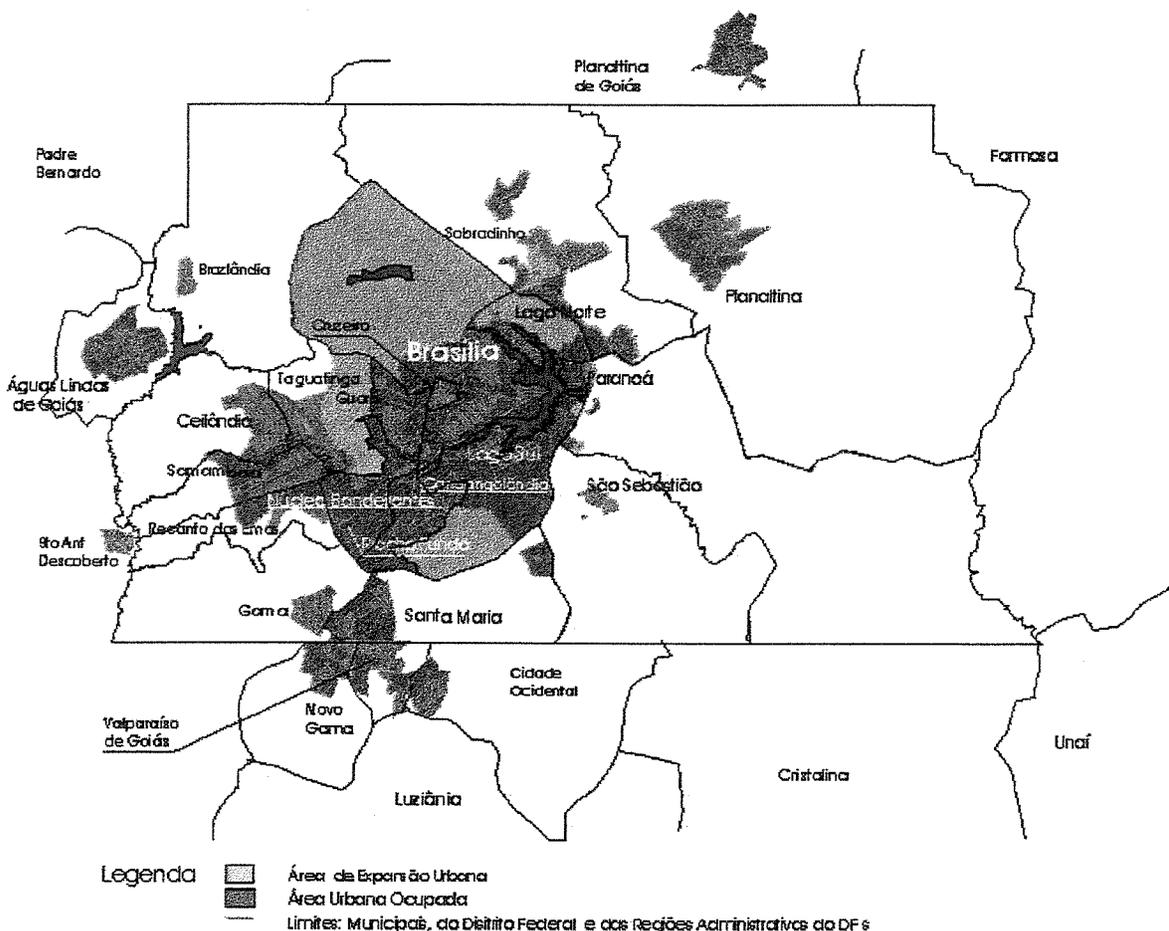
As RAs mais distante do centro principal, situadas ao longo do eixo de expansão periférica –constituído pelos municípios goianos localizados na direção sudoeste (Riacho Fundo, Santa Maria, Recanto das Emas e São Sebastião) –, assim como o conjunto desses municípios, apresentaram, na última década, as maiores taxas de crescimento populacional da região, indicando que o processo de periferação da população continua intenso.

Evidentemente, apesar das especificidades, o processo de estruturação urbana e distribuição populacional do Distrito Federal e Entorno não pode ser dissociado dos processos de urbanização e desenvolvimento nacional. A configuração socioespacial resultante do processo de urbanização não poderia ser muito diferente daquelas encontradas nas demais metrópoles nacionais, uma vez que está submetida ao mesmo processo econômico (regime de acumulação) e à mesma formação social.

No entanto, diferente de algumas das principais metrópoles nacionais, no DF, a formação da periferia não está associada à abertura de áreas industriais, igualando-se àquelas, entretanto, no que se refere à oferta de moradias para a população de baixa renda não desejada no interior das áreas centrais, ainda que a lógica que permeia o processo de urbanização da região seja baseada no modelo de desenvolvimento e no processo de urbanização característicos do período de auge da industrialização nacional. Este fato gerou mais uma especificidade para a região, onde o crescimento da população não foi acompanhado pelo aumento do número de empregos na periferia urbana, agravando as condições de vida da população, que precisa recorrer ao DF para garantir inserção no mercado de trabalho.

¹⁰ Em 1999, segundo os dados da RAIS/MT trabalhados por Holanda et alii (2000), o plano piloto concentrava 76,9% dos empregos, enquanto Taguatinga abrigava 10,0% e o Guará 4,4% do total.

Mapa 1 - Ocupação Urbana na RIDE



Fonte: Imagens satélite Landsat, 1999/INPE - Mosaico do Brasil e Malha Digital setores censitários urbanos IBGE/2000

Realizado com Ftilcaro - <http://pesso.club-internet/ftilcaro>

Outro termo usado neste trabalho e que precisa ser conceituado refere-se a “espaço intra-urbano”. Neste estudo será considerado como intra-urbano o espaço interior à RIDE, formado pelo DF e municípios diretamente envolvidos no processo de expansão urbana. Esta conceituação baseia-se na formulação de Villaça (2001), sendo uma expressão criada para diferenciar os enfoques específicos do processo de estruturação interna das cidades e metrópoles, diferenciando-o assim da expressão espaço urbano utilizada pelas teorias e estudos sobre a estruturação espacial regional. Este trabalho se encaixa mais especificamente nessa perspectiva, tendo como principal foco de análise a distribuição de

¹¹ Taguatinga e Ceilândia, cidades satélites vizinhas e comurbadas, concentravam, em 2000, 518 mil habitantes, 28,7% da população do DF.

pessoas e atividades no espaço interno da metrópole e as relações socioespaciais que se estabelecem a partir daí.

Nesse sentido, a estruturação do espaço intra-urbano refere-se à divisão espacial (e social) do trabalho no interior da metrópole. Os elementos espaciais da divisão regional do trabalho, também denominados elementos da estrutura intra-urbana, são as diversas espacialidades da atividade econômica.

Além das especificidades relacionadas à estrutura intra-urbana da região, o processo de ocupação territorial do DF diverge daquele das demais cidades, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas pela atuação diferenciada do Estado no controle desta ocupação, em função da propriedade pública de grande parte das terras urbanas. A propriedade pública da terra urbana, que poderia ter se constituído em instrumento distributivo, na verdade tornou-se o principal instrumento de ocupação seletiva, principalmente no processo inicial de ocupação no DF, propiciando a institucionalização da segregação socioespacial da população.

Dizer que o Estado agiu a favor dos interesses das classes de maior poder político e econômico é óbvio e talvez não seja suficiente para explicar a estruturação intra-urbana e a segregação espacial na RIDE.

Algumas análises sobre produção do espaço urbano procuram responder como as relações capitalistas de produção interferem no espaço construído, partindo do princípio de que o mercado de terra urbana constituiu um meio de concentrar riqueza e é realizado através de capitalistas que manipulam a incorporação de novas áreas (produção do solo urbano), utilizando-se de poderes monopolistas para obter renda e produzir de um meio ambiente de valores. O entendimento da lógica específica de reprodução do capital através da produção do espaço urbano é fundamental na compreensão de como (e porque) são produzidos os diferentes elementos da estrutura intra-urbana.

O papel do mercado imobiliário traduz a natureza social do espaço, funcionando como mecanismo mediador que traduz os valores de uso produzido pela matriz espacial das atividades de acumulação de capital, em troca de mercadorias refletidas no preço do bem imóvel.

O papel do Estado neste processo se faz necessário como regulador da atividade de investimento e agente de planejamento. Assim, a relação entre o Estado e o espaço

reproduz e multiplica as mesmas contradições das relações capitalistas de produção em níveis fora do circuito primário¹². A especificidade referente à propriedade pública da terra urbana do DF e à atuação do Estado no seu processo de ocupação, como se verá mais adiante, demonstra de forma evidente a veracidade desta afirmação.

No entanto, para o objetivo mais específico desse trabalho – que é interpretar as relações entre os diferentes elementos da estrutura interna da região e as respostas sociodemográficas, como contrapartidas a este processo –, precisou-se de se buscar uma formulação teórica que sintetizasse o amplo leque aberto a partir das discussões sobre o tema, centralizando a análise mais especificamente na estruturação do espaço intra-urbano, procurando elementos que contribuíssem para a identificação dos principais condicionantes do processo de segregação socioespacial da população.

Neste sentido, a formulação sobre a estruturação do espaço intra-urbano e suas especificidades, desenvolvida por Villaça, constituiu-se na principal contribuição. Segundo o autor, a formação de grandes áreas onde se segregam as classes dominantes¹³ é o processo mais distintivo das estruturas territoriais metropolitanas brasileiras. A formulação se apóia em um estudo empírico sobre as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Segundo o autor:

“Nossas metrópoles - com exceção de São Paulo e do Rio de Janeiro - só nas últimas décadas começaram a desenvolver áreas industriais significativas. Suas estruturações têm sido dominadas, então pelos centros principais, seus subcentros e por suas áreas residenciais das camadas de alta renda. São por isso, os elementos das estruturas metropolitanas aqui privilegiados.

Como as áreas industriais são elementos cujas localizações são determinadas por forças externas aos espaços metropolitanos, a segregação espacial das camadas de alta renda surge

¹² Harvey (1981), usando a concepção de Marx de que para aumentar o capital é preciso reinvesti-lo e fazê-lo circular, cria os 3 circuitos de acumulação de capital no tempo: primário – representado pela organização do processo produtivo (produção de bens em troca de lucros); secundário – representado pelo investimento no ambiente construído para a produção; e terciário – representado pelo investimento em ciência e tecnologia e pelas despesas sociais ligadas à reprodução da força de trabalho. Como explicação para a conexão entre o processo de acumulação e a produção do ambiente construído, Harvey estabelece que o capital produzido em demasia em relação às oportunidades de empregá-lo passa a exigir mudanças no fluxo de capital para outros circuitos, canalizando investimentos para o circuito secundário, ou seja, para o ambiente construído. Para explicar os diferenciais de localização, desenvolve a teoria da desvalorização do capital. Para Harvey o ambiente desigual e a desvalorização periódica do ambiente construído são funcionais para futuros investimentos de capital. Na explicação sobre a atratividade do circuito secundário enquanto investimento mais lucrativo do que o circuito primário, Harvey utiliza os investimentos do Estado intervencionista como forma de indução.

¹³ São utilizados como sinônimos pelo autor os termos: burguesia e camadas de alta renda. Por burguesia entende-se tanto a pequena como a média e a alta burguesias assim como as burguesias: industrial, mercantil e financeira. Reconhece-se a hegemonia da alta burguesia como classe dominante. “Elites” (sempre socioeconômica), alta burguesia e classe dominante também foram empregadas como sinônimos. (Villaça, 2001: 14)

como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles”. (Villaça, 2001:13)

A tese desenvolvida por Villaça, para chegar a estas considerações sobre o espaço intra-urbano, fundamenta-se na diferenciação entre os processos de estruturação das redes urbanas enquanto elemento urbano das estruturas espaciais regionais (processo espacial de urbanização) e os processos de estruturação interna do espaço intra-urbano que, por serem diferenciados, não seguem a mesma lógica, não passam pelas mesmas mediações e não podem ser abordados pelos mesmos paradigmas teóricos (Villaça, 2001:18).

A principal distinção entre os dois processos está relacionada à questão do poder estruturador dos transportes e das comunicações. Segundo o autor:

“A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho, - como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor - reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores - os que ali fazem compras e vão aos serviços.” (Villaça, 2001:20)

Ainda segundo o autor, as comunicações têm efeitos comparáveis aos transportes apenas sobre o espaço regional, o mesmo não acontecendo no espaço intra-urbano, onde, em qualquer ponto, os custos de energia e das comunicações são iguais, ou apresentam diferenças que podem ser desprezadas devido à pouca significância.

Com base nesta formulação sobre o papel dos deslocamentos de pessoas no interior da metrópole e utilizando o conceito de espaço enquanto um “atributo material de todos os valores de uso”, ou seja, que o “trabalho útil concreto produz valores de uso em determinados lugares” (Harvey, 1982:375), Villaça introduz a questão da localização, mais especificamente da localização urbana, enquanto “um tipo específico de localização”. Para ele, localização urbana é aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: “aquele que envolve deslocamentos dos produtores de dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo”. Esta localização urbana é determinada por dois atributos: a rede de infra-estrutura urbana; e as possibilidades de deslocamento de pessoas, produtos e comunicações de um ponto a outro.

A possibilidade de deslocamento de pessoas, segundo o autor, dominará a estruturação do espaço intra-urbano.

A principal argumentação teórica sobre o papel da distribuição socioespacial da população, no processo de estruturação intra-urbana, deriva da função desses deslocamentos na definição das condições de acessibilidade ao centro principal. Estas condições de acessibilidade, por sua vez, são decisivas para a otimização das localizações no espaço intra-urbano, constituindo-se em objeto principal dos conflitos pela posse da terra urbana.

Ao estabelecer os deslocamentos de pessoas como fator decisivo na localização e o papel dessa localização na estruturação intra-urbana, Villaça aproxima-se da teoria ecológica sobre a produção do espaço urbano, que tem como principal crítica ignorar os processos sociais relacionados à urbanização e à estruturação das cidades e as análises sobre o papel do Estado na estruturação do espaço urbano.

Não se pode esquecer que essa vertente de análise levanta questões básicas que estarão presentes nas formulações teóricas posteriores, relacionadas principalmente à forma de crescimento das cidades, ao uso do solo urbano, à segregação espacial da população, à diferenciação funcional das cidades, entre outras. O modelo de zonas concêntricas de Burgess para análise da estrutura espacial das cidades e de sua expansão, por exemplo, representa bem a abordagem dessa corrente teórica, segundo a qual as cidades desenvolvem-se em círculos concêntricos, e o desenvolvimento e a expansão das cidades se dão do centro para a periferia, que, neste caso, é somente o espaço geográfico periférico. Este modelo foi extremamente importante para os estudos sobre o urbano, pois introduziu a noção de crescimento periférico, que até hoje norteia os estudos sobre o tema.¹⁴

Louis Wirth (1938), em seu livro *“O urbanismo como modo de vida”* discute o que é específico no modo de vida urbano e estabelece que a organização do espaço, principalmente em termos de tamanho e densidade, produz os padrões sociais urbanos.

¹⁴ O conceito de “dualidade circular” elaborado por Benko (1996) para explicar os dois movimentos sucessivos que caracterizam a organização espacial das indústrias de alta tecnologia, também pode ser considerado tributário do modelo de círculos concêntricos, em que pese o autor ser estruturalista, crítico dos modelos de equilíbrio. Segundo ele, há “uma concentração geográfica das atividades, que permite obter economias de aglomeração (baseadas na organização da produção e na formação dos mercados locais de trabalho), seguida por desconcentração geográfica da produção para evitar as deseconomias de aglomeração crescentes provocadas pela concentração acentuada das atividades. Essa segunda etapa é realizada a partir do momento em que a estandardização da produção o permite” (Benko, 1996: 150).

O importante é que, a partir desta constatação sobre a organização do espaço urbano, a cidade passa a ser vista como um corpo social específico, com certas leis de crescimento, propiciando o desenvolvimento de novas relações sociais, ainda que os processos sociais verificados na cidade sejam definidos como resultantes da própria vida urbana.

É importante reter que, apesar das suas limitações, essa linha de pensamento já permitia a compreensão da cidade como produto e local da divisão social do trabalho. O modelo de crescimento de Burgess levava em conta a participação da mobilidade espacial da população no crescimento demográfico nas cidades, acarretando uma competição econômica e diferenciação funcional, bem como uma subsequente complexidade de organização e expansão da própria metrópole. Esse modelo, assim como a própria formulação teórica, ao longo dos anos, mostrou-se incapaz de explicar a expansão e configuração das cidades e, a partir da sua crítica, se desenvolve a formulação sobre a localização de atividades no espaço urbano, representada pela economia neoclássica e pela escola de sociologia francesa.

Apesar dos avanços trazidos pela economia neoclássica em relação à abordagem funcionalista, os fatores estruturais relacionados ao sistema de produção não são considerados o que a torna incapaz de explicar as diversas especificidades assumidas pelas cidades nos seus processos de estruturação e expansão.

No entanto, voltando à formulação de Villaça, é preciso destacar que esta diferencia-se fundamentalmente das formulações da vertente ecológica no que se refere ao papel das localizações urbanas, por não considerar a acessibilidade, o único elemento determinante.

Para Villaça (2001:22), “As determinações fundamentais de um modelo de desenvolvimento podem não se articular espacialmente no nível do intra-urbano”, sendo portanto necessária a definição de elementos que expliquem mais especificamente a forma e a organização interna entre os elementos da estrutura territorial intra-urbana. Nesse sentido, a localização é um dos fatores que explicam a estrutura interna das metrópoles e aglomerações urbanas. Para o autor, a acessibilidade ao centro principal é vital na produção da localização urbana, que, por sua vez, “é um tipo específico de localização na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve

deslocamentos de produtos e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo”. (Ibdem: 23)

A localização urbana é vista como um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intra-urbano, estando associada ao espaço como um todo e referindo-se às relações entre um determinado ponto do território e todos os demais:

“A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias –, o qual, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo do trabalho socialmente necessário para produzi-lo, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é part”e. (Villaça, 2001:334)

A disputa pelas localizações otimizadas é considerada, por Villaça, uma opção voluntária apenas para a classe dominante. A opção voluntária de localização parte do conceito de “utilidade locacional”¹⁵ –desenvolvido pela corrente de geógrafos comportamentalistas na análise sobre produção do espaço urbano e mobilidade residencial.

Segundo Villaça, a classe dominante, ao definir sua localização, produz segregação socioespacial das demais em outras localidades menos favorecidas, sendo essa segregação condição necessária à dominação através do espaço. Para as classes menos favorecidas, permanece a idéia da localização periférica enquanto estratégia de sobrevivência. Assim, está implícito como principal determinante da estruturação intra-urbana o conflito de classes pela apropriação diferencial dos atributos do espaço urbano.

“A disputa pela localização é uma disputa pela otimização (não necessariamente pela minimização) dos gastos de tempo e energia. A segregação e o controle do tempo de deslocamento dos indivíduos que ela possibilita são decisivos nessa disputa. No entanto os homens não disputam enquanto ‘indivíduos’, mas enquanto classe, e essa disputa determinará a estrutura intra-urbana em qualquer modo de produção, e em qualquer sociedade de classe”. (Villaça, 2001:333)

A escolha individual por melhores localizações no espaço urbano, enquanto elemento decisivo na decisão de migrar, tem sido apresentada em diversos estudos sobre a mobilidade residencial da população.

¹⁵O conceito de utilidade locacional (*place utility*) refere-se ao grau de satisfação do indivíduo em relação a determinada localização e parte do princípio da soberania do consumidor (extraído da teoria econômica neoclássica), no caso o consumidor do espaço residencial, condicionado basicamente por parâmetros de renda (Wolpert, 1965).

A maioria dos estudos¹⁶, muitos deles centrados em análises empíricas, segue diferentes linhas teóricas sobre mobilidade de um modo geral, que passam a assumir características diferenciadas a partir da análise na escala intra-urbana.

Os estudos sobre o tema, que se encaixam na vertente ecológica do processo de estruturação do espaço urbano, concentram-se na identificação de fatores repulsivos e atrativos, visando explicar a trajetória do migrante. Nestes casos a mobilidade residencial estaria associada à mobilidade social, em que a cada segmento da população corresponderia uma determinada localização espacial. Os diferentes segmentos espaciais seriam encarados como estágios locacionais e sociais a serem percorridos pelos migrantes, em um contexto de mercado livre, supervisionado por um Estado neutro e arbitrário. Segundo os estudos realizados sob essa vertente, os migrantes tenderiam a se localizar inicialmente nas áreas centrais da cidade e, a partir da sua inserção no mercado de trabalho, se mudariam para as periferias, como resultado da mobilidade social alcançada (Turner, 1968).

Estes estudos, de modo geral, não se concentram na explicação do fenômeno, centrando-se numa abordagem descritiva das regularidades dos padrões de mobilidade. Segundo essa vertente, as famílias se mudam para áreas de *status* socioeconômico similar, sendo os diferenciais de rendimento entre as famílias e as leis do mercado imobiliário, com seus diferenciais de preços, os responsáveis pela direção e intensidade dos fluxos. A segregação espacial é vista como resultante, unicamente, do diferencial na capacidade de cada grupo social pagar pela sua moradia.

Na abordagem neoclássica, a mobilidade residencial seria o resultado da otimização, pelo migrante, da decisão de adquirir dois bens que, de forma indivisível, constituem cada unidade do espaço urbano: a quantidade de terra e sua acessibilidade, dado um determinado nível de renda.

Os estudos de mobilidade ganharam nova perspectiva a partir dos trabalhos dos geógrafos Wolpert (1965) e Simmons (1970), cujas formulações centravam-se na família, como unidade decisória básica no processo migratório. Essa corrente teve como eixo o conceito de “utilidade locacional”, já explicitado nesse capítulo. Assim, a mobilidade residencial é vista como um processo de ajuste dos indivíduos a determinada localização, segundo seus desejos, buscando sua melhor utilidade locacional. Nessa abordagem, a

¹⁶ Turner (1968); Wolpert (1965); Simmons (1970); Cadwallader (1992); Abramo e Faria (1998); Bógus (1981); Smolka

decisão de migrar seria familiar, segundo fatores de atração (na localização futura) ou de expulsão (na localização atual) originados da associação entre os atributos da localização e o perfil social da família, de acordo com características sociodemográficas, como tamanho, fase do ciclo vital, condições de acesso à renda e condições de ocupação da moradia.

Essa vertente de análise concentra-se na relação de causalidade entre diferentes variáveis socioeconômicas, demográficas e habitacionais e os deslocamentos espaciais. A relação entre oferta e demanda por habitação é focalizada como forma de estabelecer uma correspondência entre padrões habitacionais e sociais e a intensidade da mobilidade residencial. A mobilidade residencial é vista como decorrente da relação entre mercado imobiliário e a mudança de residência da população enquanto resultado de um comportamento que reflete a adaptação das famílias às ofertas por moradia. Cadwallader (1992), num estudo sobre a mobilidade intra-urbana e as migrações de um modo geral, estabelece as correlações passíveis de generalização para as análises que se encaixam nesta perspectiva:

- o *status* socioeconômico da família, com base na renda, no grau de instrução e na ocupação profissional, determina a qualidade, em função do custo, da habitação comprada;
- o estágio no ciclo de vida determina o tipo e a relação de propriedade da habitação comprada;
- o padrão de mobilidade residencial está relacionado ao estágio no ciclo de vida;
- o status socioeconômico da família apresenta uma relação com as taxas de mobilidade residencial – neste ponto há uma divergência com alguns estudos apresentando a relação entre alta taxa de mobilidade e alta renda e outros mostrando a relação inversa.

O principal equívoco dessas formulações descritas até aqui está na prevalência da decisão voluntária de migrar, na qual a decisão pessoal seria o determinante, diante de estímulos externos, sempre baseada em uma análise da relação custo/benefício e não como uma estratégia de sobrevivência.

(1992); dentre outros.

De modo geral, a introdução da idéia de que haveria um deslocamento de pessoas no espaço associado a um deslocamento entre modos de produção é vista como um grande avanço nos estudos sobre mobilidade.

Nessa abordagem, a mobilidade não seria motivada por uma decisão voluntária, dentro de uma dimensão psicológica, mas sim condicionada pelo comportamento dos diversos agentes institucionais, entre eles o Estado, que atuam no espaço urbano e que obedecem à lógica mais ampla do capital e de suas leis de acumulação.

Para essa vertente, associada em grande parte aos marxistas, as alterações na estruturação do espaço urbano provocadas pela mobilidade resultaria das modificações na estrutura social e produtiva, gerando assim a necessidade dos deslocamentos intra-urbanos.

A idéia de que a classe dominante tem o poder de decidir sua localização, utilizando o Estado e o mercado imobiliário como mecanismos que viabilizam sua dominação através do espaço, certamente se encaixa nessa perspectiva, ainda que fique claro que, para as demais classes sociais, o processo é diferenciado, refletindo a mobilidade intra-urbana uma estratégia de sobrevivência no interior do espaço urbano

Abramo e Faria (1998), numa análise sobre a cidade do Rio de Janeiro, associam a atuação do mercado imobiliário formal e informal e algumas características sociodemográficas e às decisões de mobilidade residencial nas metrópoles. Segundo os autores, as relações entre a mobilidade residencial e a estruturação do espaço intra-urbano dependem do tipo de família que se desloca e das características do lugar de origem e do lugar para onde se direcionam (Abramo e Faria, 1998).

A atuação do mercado imobiliário é fator estrutural do processo de produção do espaço urbano e funciona como incentivo, ou constrangimento, às decisões de mudança residencial da população. Segundo Abramo e Faria (1998), as decisões de deslocamento residencial intra-urbano são tomadas atendendo a certas condições individuais (ciclo de vida familiar, mobilidade social) e estruturais (relação renda/emprego e disponibilidade de crédito imobiliário), determinando a direção do fluxo, que em última instância é condicionado pelo grau de satisfação/insatisfação com o lugar de origem, no que diz respeito às alterações urbanas ligadas ao processo de valorização/desvalorização do estoque, que incide também na estrutura social da vizinhança.

Segundo a pesquisa, as taxas de mobilidade variam de acordo com a faixa etária, a renda e a condição de ocupação do imóvel anterior/atual, impondo diferenças nas exigências/preferências por localização e/ou imóvel dos diversos segmentos do mercado, em diferentes fases do ciclo de vida. Quem mais muda de residência são os mais ricos e os mais jovens (63,6% têm entre 25 e 44 anos e 60,3% ganham acima de dez salários mínimos).

Esse resultado, em parte, é explicado pelo fato de os segmentos de maior renda serem os que possuem melhores informações e disponibilidade de recursos, bem como porque, entre os mais jovens, estão aqueles que deixam a casa dos parentes para se casarem, ou morar só, iniciando um ciclo de vida familiar que sugere deslocamentos.

Analisando a literatura sobre o tema, Abramo e Faria apontam uma certa regularidade nas decisões de deslocamentos dos diferentes segmentos populacionais que compõem o mercado habitacional.

“Para os grupos de renda alta, o principal fator que impulsiona as trocas de residência está ligado ao meio ambiente físico e social. Os processos de transformação do uso do solo, que alteram as características físicas e sociais de determinadas áreas, podem provocar mobilidade residencial. Na tentativa de obter maior qualidade de vida, esse segmento do mercado procura por áreas mais aprazíveis, menos densas, fora do núcleo urbano. A acessibilidade a outros setores da cidade (trabalho, comércio, escolas etc.) é menos valorizada por essa classe, pois a sua decisão atrai investimentos em serviços e comércio, tornando-se, assim, responsável pela estruturação residencial da cidade.

Já a tendência de deslocamento residencial das classes de baixa renda responde a duas lógicas: o núcleo das cidades, onde pagam aluguéis baixos por residências decadentes, e a periferia, caracterizada pela falta de infra-estrutura, são áreas desvalorizadas possibilitando a autoconstrução em loteamentos irregulares ou clandestinos.(Abramo e Faria, 1998:430)

Os autores mencionam ainda um modelo de itinerário intra-urbano para os migrantes de baixa renda, que atenderia a três prioridades básicas (Conway, Brown, 1980) consideradas pelo migrante:

- acessibilidade – localizar-se próximo ao local de trabalho, o que possibilitará a redução nos custos com transporte;
- segurança da titulação – o título de propriedade garante a estabilidade e a consolidação de sua situação no ambiente urbano;
- amenidades sociais – localizar-se próximo a amigos e parentes, para a manutenção dos laços de solidariedade como estratégia de reprodução familiar.

Partindo-se da premissa de que os conflitos de classes pela apropriação diferenciada dos atributos do espaço constituem o principal condicionante do processo de estruturação

intra-urbana, a localização voluntária das classes dominantes enquanto escolha locacional por melhores acessibilidades será encarada como elemento distintivo desse processo, sendo a segregação socioespacial da população condição necessária à dominação através do espaço. No que se refere aos deslocamentos populacionais intra-urbanos, ainda sob a perspectiva do conflito social, a noção de estratégia expressa os mecanismos de sobrevivência da população menos favorecida econômica e politicamente, ao mesmo tempo em que deixa transparecer as contradições inerentes à acumulação capitalista, no que se refere aos seus efeitos na estrutura espacial.

Nessa perspectiva, o conceito de segregação espacial da população, por si só, requer uma revisão sobre o seu significado, principalmente no que diz respeito a sua aplicação para o caso das metrópoles brasileiras. Termos como *apartheide* social¹⁷ por exemplo, surgiram nos países desenvolvidos num contexto de crise de um modelo econômico com capacidade de integração social, diferente do que acontece no Brasil, onde o processo de desenvolvimento foi marcado pelas desigualdades e pela exclusão social da maioria da população.

A segregação espacial como fator de exclusão surge a partir dos estudos marxistas do urbano – em contraposição às análises ecológicas, cuja definição era a segregação como fator de integração de grupos sociais –, e é vista como consequência dos conflitos sociais na luta pelo espaço, sendo determinada pelos processos gerais da produção e apropriação dos meios de consumo coletivos e da habitação e mecanismos de formação de preço do solo urbano (Véras, 1992).

Para Castells (1983) e Lojkine (1981), a segregação espacial é um processo que adquire características específicas a cada conjuntura da dinâmica social e que subentende as desigualdades e os conflitos de interesses que determinam a produção do espaço. A segregação espacial é considerada como resultado de um processo excludente dos conflitos de classe da produção capitalista, o que definiria, em última instância, os conflitos pela apropriação dos diferentes espaços urbano-metropolitanos.

Segundo Lojkine, a cidade é moldada de acordo com as necessidades da acumulação capitalista, criando regiões menos equipadas e outras congestionadas, como extremos dicotômicos e complementares em uma diferenciação espacial, cujas distâncias

¹⁷Sobre exclusão social ver: Buarque, C. (1991); Nascimento, (1991) e (1993)

tendem a crescer. O principal mecanismo da estruturação do espaço urbano responsável pela segregação é a formação do preço do solo e a conseqüente geração de renda fundiária urbana. Essa idéia se adapta perfeitamente ao conceito mais amplo de segregação urbana, como diferenciação social do espaço urbano, expresso pela dicotomia centro *versus* periferia.

Castells define a segregação urbana como a tendência à organização do espaço em zonas de forte heterogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida em termos não só de diferença, mas também de hierarquia. Essa definição é bastante importante, uma vez que estabelece a não heterogeneidade dos espaços segregados de nossas metrópoles, em oposição à idéia de espaços de segregação racial, como os guetos americanos, por exemplo. Assim, o conceito de segregação pressupõe uma homogeneidade da população envolvida neste processo, associado sempre a igualdades internas e diferenciação dos demais.

Castells aborda ainda o papel crucial da oferta de moradia nas cidades na segregação socioespacial urbana, ao estabelecer que a segregação é um efeito da distribuição do produto moradia no espaço. Essa questão, por sua vez, remete à importância da atuação do capital imobiliário nesse processo.

A segregação assim entendida, como efeito da distribuição da moradia no espaço urbano-metropolitano, retrata, no que se refere à região de estudo dessa tese, a ocorrência da extensa periferia dentro e fora dos limites do Distrito Federal, marcada pelo surgimento de grandes áreas residenciais e pela ausência de atividades econômicas significativas, abrigando a população que não consegue habitar no território do centro do DF, mas que depende deste para atendimento da demanda por empregos, serviços sociais, lazer, compras, etc..

A questão da segregação é retomada mais tarde, por Castells (1992) e outros autores, desta vez sem separar os termos exclusão e integração, sendo ambos considerados dimensões da segregação. Em oposição à idéia de segregação como manifestação unicamente da exclusão e da marginalização, essa passa a ser considerada uma das formas integradoras de alguns grupos sociais obterem um habitat seguro.

Lascade (1978), num estudo sobre migrantes, coloca a segregação espacial desses grupos como uma escolha que significa uma forma de negação à integração cultural fundamentada na negação da identidade.

Para Castells, num estudo sobre os grupos gays de São Francisco, a concentração espacial destas pessoas é vista como uma escolha no sentido de se tornarem visíveis na sua luta contra o preconceito e permitir sua sociabilidade.

Segundo Telles (1992), a segregação racial, apesar de ser menos intensa nos municípios brasileiros, comparados às cidades norte-americanas, pode representar um fator muito significativo da segregação espacial urbana, independente das variáveis relativas às classes sociais ou à renda.

O que se pode concluir é que a segregação espacial deve ser entendida, não só em função da questão socioeconômica, mas também através das relações culturais, raciais e étnicas. A cidade de São Paulo, por exemplo, apresentava, no início do século XX, territórios com ocupação predominante de imigrantes, principalmente internacionais, onde se imbricavam relações socioeconômicas, étnicas e culturais, como os bairros orientais, italianos, de ocupação judia, nordestinos, etc. (Veras, 1994).

A abordagem sobre segregação como forma de manutenção da identidade, ainda que se refira a grupos sociais representantes de minorias raciais, étnicas ou de opção sexual discriminada socialmente, não poderia deixar de constar nesta breve síntese do que tem sido escrito sobre o tema.

No entanto, tendo em vista o enfoque que será adotado neste estudo, que privilegia a questão dos conflitos pela apropriação da terra urbana como principal elemento do processo de segregação socioespacial da população, esta abordagem sobre a manutenção da identidade deixa, como principal contribuição, a possibilidade de encarar a segregação como uma escolha representativa de movimentos de resistência, em que os interesses diferentes se sobrepõem, mas ainda como resultante de processos de exclusão. Ou seja, a demarcação de territórios é um reflexo do confronto de grupos sociais na apropriação do espaço.

A partir do conceito de conflitos pela apropriação da terra urbana pelos diferentes segmentos populacionais, no interior das metrópoles nacionais, como principal elemento gerador da segregação socioespacial da população urbana, a contribuição de Villaça se

destaca pela profundidade de suas formulações teóricas e pela pertinência das hipóteses levantadas com comprovação empírica, que apresenta.

A principal contribuição de Villaça está relacionada ao papel da segregação socioespacial da população, como resultado da luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens locacionais do espaço construído, sendo uma condição necessária para o exercício da dominação por meio do espaço.

Para chegar a esta conceituação, o autor extrai das principais contribuições teóricas sobre a produção do espaço urbano os elementos que lhe permitam estabelecer diferenciais entre a produção e o consumo do espaço urbano. Para Villaça, a segregação socioespacial, principal elemento do processo de estruturação intra-urbana, inscreve-se na esfera do consumo e não da produção do espaço urbano, pois “trata-se de uma disputa em torno de condições de consumo” (Villaça, 2001: 45).

Segundo o autor, a reestruturação do espaço intra-urbano nas cidades brasileiras só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas.

“O espaço urbano é produzido e consumido por um mesmo e único processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sobre o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda (...) tal estruturação se dá sob a ação do conflito de classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano, ou, como já foi dito, e parafraseando Castells, em torno da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho.”(Villaça, 2001:328)

Para chegar a esta formulação sobre o papel estruturador da localização da classe dominante, definida em função do processo de segregação voluntária desta classe, o autor utiliza uma segunda diferenciação entre os dois processos de estruturação espacial (intra-urbano e regional), que se refere à possibilidade de as determinações fundamentais do modelo de desenvolvimento não se articularem espacialmente no espaço intra-urbano.

De acordo com essa diferenciação, as mediações entre as relações sobre a estruturação do espaço intra-urbano das diferentes cidades de um país e as transformações sociais e econômicas que ocorrem neste país estabelecem os traços nacionais definidores dos conflitos de classes e pela dominação política e econômica através do espaço intra-urbano. Estes traços, por sua vez, se manifestam na estrutura espacial por meio da segregação, que passa a ser, então, o processo central definidor desta estrutura. Isso faz com que a configuração socioespacial resultante desse processo de estruturação seja menos

sensível às transformações sociais e econômicas nacionais e mundiais. Baseado na comprovação empírica sobre as metrópoles estudadas, Villaça conclui que: “a lógica básica dos seus espaços pouco se alterou nos últimos cem anos, por mais que, neste período, o capitalismo brasileiro tenha se alterado, seja nacionalmente, seja em distintas regiões do país”(2001:27).

É importante apreender que o autor não nega as transformações nos níveis de pobreza e nas condições de vida da população, associadas ao modelo econômico e político vigente, mas sim relativiza como essas transformações afetam a estrutura socioespacial das cidades e metrópoles nacionais, causando alterações, mas não reestruturações.

“Claro que, por exemplo, o neoliberalismo faz aumentar o desemprego e a pobreza, as áreas pobres de nossas cidades aumentarão. Essa explicação é tão verdadeira e óbvia quanto é pobre. No nível intra-urbano é fundamental entender como essas transformações são filtradas em nossas sociedades e traduzidas em estruturação e reestruturações – e não apenas em transformações – do espaço urbano”. (Villaça, 2001:27)

O autor desenvolve essa formulação a partir da contribuição de vários autores nacionais e internacionais,¹⁸ que escreveram sobre a produção do espaço urbano, para concluir sua formulação teórica sobre as especificidades do processo de estruturação intra-urbana, abordando as questões relativas às diferentes periodizações e aos diversos regimes da acumulação capitalista (fordismo, pós-fordismo e acumulação flexível), ao papel do mercado imobiliário e da atuação estatal na configuração socioespacial regional, concluindo que:

“para as metrópoles brasileiras – e quase certamente também para as latino-americanas –, a força mais poderosa (mas não a única) agindo sobre a estruturação de espaço intra-urbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação socioespacial dela resultante. Esta é a condição necessária para o exercício da dominação por meio do espaço intra-urbano. Tal estruturação só remotamente se relaciona com as transformações por que tem passado o capitalismo nacional e mundial nas últimas décadas”. (Villaça, 2001:45).

Diante da aceitação do fato de ser a segregação socioespacial da população condição necessária à dominação por meios do espaço, por parte das classes dominantes, é necessário evoluir na análise das formulações teóricas aqui estudadas, buscando entender como a localização das classes de maior poder econômico e político no interior das metrópoles e cidades se constitui motor dos processos de segregação socioespacial da população.

Vejamos exatamente o que é e como se estabelece o processo de dominação através de espaço urbano. Segundo Villaça:

“Entende-se por dominação por meio de espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano. Dentre essas vantagens, a mais decisiva é a otimização dos gastos com tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano.” (Villaça, 2001:328)

Para o autor, “os indivíduos entram na disputa por melhores localizações enquanto classes sociais, lutando pelas condições materiais de sua sobrevivência” (pág. 329) e as burguesias são as classes que mais conseguem exercer domínio sobre as demais. Ao se apropriarem, ou mesmo produzirem espaços com melhores condições de deslocamentos, tornam piores estes deslocamentos para as demais classes sociais.

Para o controle da produção do espaço urbano, as camadas mais poderosas utilizam três mecanismos: o primeiro, de natureza econômica, é o controle do mercado, fundamentalmente o mercado imobiliário; o segundo, de natureza política, é o controle do Estado; e o terceiro, de natureza ideológica, é representado principalmente pela tendência de ser reconhecida como cidade apenas a parte da cidade que é de interesse da classe dominante (Villaça, 2001).

O controle do mercado se dá basicamente através da indicação para investimentos de áreas que não contrariem seus interesses enquanto classe dominante. Estes interesses visam garantir a essas classes a acessibilidade, otimizada em relação às possibilidades dos deslocamentos entre residência e trabalho, serviços, lazer e compras. A localização dos *shopping centers*, nas cidades brasileiras, é exemplo de como o mercado age em favor daquela classe na localização dos empreendimentos.

Baseado em estudos empíricos para diferentes metrópoles nacionais, por um período de cem anos, Villaça demonstra que as áreas ocupadas pelas burguesias interagem com o centro principal, fazendo com que este se transforme e simultaneamente se desloque na direção dos deslocamentos destas classes, seja através de expansão, seja por meio da criação de novos centros.

O agravamento das condições de vida da população, em função da crise econômica e do aumento da pobreza nas grandes cidades brasileiras, nas últimas décadas, tem

¹⁸ Ribeiro e Lago (2000), Mello, 1990^a, Negri e Pacheco (1994), Castells (1994), Soja (1980), Lipetz e Laborgne (1988) e Gottdiener (1985).

acrescentado novas variáveis na discussão sobre o processo de segregação socioespacial da população.

O conceito de novas formas de segregação surge no debate sobre estruturação urbana, diante da constatação da distribuição da pobreza pelo tecido metropolitano, no contexto de crítica à análise baseada no modelo de organização territorial marcado pela oposição centro *versus* periferia. A transferência de segmentos médios da população para áreas até então caracterizadas como de baixa renda, de localização periférica, e o deslocamento de população de baixa renda para áreas centrais – seja sob a forma de população encortçada, seja pelo reaparecimento de favelas – passam a ser constatadas nos estudos sobre configuração socioespacial das cidades brasileiras, sustentando a tese, defendida por alguns autores, de diminuição perversa da segregação social, a partir de estudos sobre a cidade de São Paulo. Nesses estudos, a configuração socioespacial seria caracterizada por “bolsões” de riqueza em um mar de pobreza generalizada (Rolnik et alli, 1990; Bógus, 1992).

Uma outra face da nova segregação socioespacial surge relacionada ao novo processo presente na cidade contemporânea, representado pela segregação voluntária dos grupos sociais mais favorecidos, relacionada às preferências locacionais de uma elite dirigente. Esse processo surge em função da nova consciência ambiental e da crescente violência urbana encontrada atualmente nas grandes cidades e metrópoles.

A localização espacial das elites na busca da otimização de suas condições de deslocamento agrava as condições de deslocamento das demais classes. Assim, a segregação voluntária das classes de alta renda teria como efeito imediato a segregação involuntária das classes menos favorecidas.

“A desigualdade urbana não é, porém, apenas a tradução territorial das desigualdades de renda e poder. Ela amplifica as desigualdades de renda, uma vez que a escassez social de condições habitacionais aumenta o valor dos imóveis (terra e construção) que integram riqueza patrimonial das elites, acrescendo a parcela da renda real por elas apropriada. Por outro lado, a sua auto-segregação atua no reforço do seu poder político, traduzido na capacidade em fazer funcionar as instituições da cidade na manutenção deste modelo urbano, tornando extremamente limitadas às possibilidades políticas capazes de romper com tal modelo”(Ribeiro, 2002:100)

Uma questão que também merece mais atenção, por se acreditar que pode contribuir para a explicação sobre a intensificação do processo de segregação da população nas

idades brasileiras, refere-se às relações entre espaço e sociedade no mundo contemporâneo.

A maioria das formulações sobre esse tema parte das transformações na estrutura social, principalmente das transformações econômicas e políticas, como explicação para o espaço por elas produzido. Encaixam-se, nesta abordagem, tanto as primeiras formulações teóricas sobre o urbano, geradas pela sociologia urbana e denominadas ecológicas, como as aquelas posteriores, que surgiram a partir de uma revisão crítica e que passam a representar uma inflexão nos estudos sobre o urbano, ao inserir no debate as questões relativas ao processo de produção capitalista e seus reflexos no espaço construído, denominadas, de maneira reducionista, de corrente marxista.

Mais recentemente, observa-se o surgimento de nova forma de abordar as relações entre o espaço e o social, mas que ainda se encontra numa fase bem menos desenvolvida que a anterior. Essa abordagem, a partir do resgate das formulações de Henri Lefévre, estabelece como pressuposto nas suas formulações sobre o espaço urbano metropolitano as relações dialéticas entre espaço e sociedade¹⁹.

O que é importante reter dessa abordagem é a superação da compreensão do espaço urbano como simples receptáculo de determinações externas, para compreendê-lo como uma das formas de divisão social do trabalho. Passa-se da noção de *locus* para a de relação. Isso pode introduzir novos elementos ao debate sobre estrutura socioespacial e estrutura demográfica.

A partir das formulações de cunho marxistas, a reflexão sobre o papel dos diferentes agentes sobre o espaço urbano faz com que a cidade seja vista como produto da estrutura social. O ambiente urbano passa a ser entendido como produto social resultante da relação entre a dinâmica da acumulação capitalista, com suas contradições, e a ação coletiva.

Villaça, ao associar segregação socioespacial da população ao conflito de classes na disputa pelo espaço urbano, sendo necessária ao processo de dominação pelas classes mais poderosas política e economicamente, se insere na perspectiva das formulações sobre os efeitos do espaço sobre o social.

A contribuição de Lefévre reforça esta posição ao introduzir a noção de que é através do espaço que a sociedade se reproduz, uma vez que a coerência da ordem espacial

¹⁹ Gottdiener, (1985) é o principal e mais completo estudo desenvolvido sob esse enfoque.

controla as contradições inerentes ao capitalismo, em benefício dos interesses predominantes na sociedade, e que portanto o capitalismo como modo de produção sobrevive, em parte, por seu uso do espaço como reforçador daquelas relações sociais necessárias a essa sobrevivência (Lefévre 1999).

As alterações no processo de distribuição de pessoas e atividades no espaço ganham força, nas pesquisas urbanas, como forma de avaliação dos efeitos do processo econômico, pois, num quadro de recessão prolongada, de crise do setor público e do acúmulo das desigualdades sociais, agravam-se os efeitos da segregação socioespacial da população, acirrando o processo de exclusão social de parcelas da população que residem nos espaços periféricos.

Como principais transformações na estrutura socioespacial urbana, nas metrópoles e grandes cidades brasileiras, as pesquisas urbanas mais recentes apontam o empobrecimento generalizado da população brasileira urbana, a precarização das relações de trabalho, a profunda crise do setor público, refletida na redução da sua capacidade de atendimento à demanda por serviços sociais urbanos, principalmente no que se refere a demanda habitacional, acentuação das desigualdades e dos processos de segregação espacial da população (IPEA/IBGE/IE-Unicamp, 2001).

A configuração socioespacial resultante do processo de estruturação intra-urbana nas cidades e metrópoles nacionais torna ainda mais excluído o contingente populacional que habita as periferias, onde os deslocamentos necessários para a reprodução da força de trabalho são mais intensas e requerem maiores possibilidades de transportes e recursos financeiros que possam garantir o acesso aos locais onde estão os postos de trabalho.

As cidades têm sido referenciadas como local de concentração e acirramento da pobreza por vários autores. Segundo Milton Santos (1996), a grande cidade, mais do que antes, é um pólo de pobreza, o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições subumanas. Santos afirma, que a cidade, como relação social, torna-se criadora da pobreza, inclusive pela sua estrutura física, que faz dos seus habitantes marginalizados (periferias, cortiço e favelas) pessoas ainda mais pobres. Assim, a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial (Santos 1996).

A cidade, além de concentrar pobreza, devido à segregação socioespacial, também faz com que os segmentos segregados nas periferias, além de condições de vida mais difíceis (em função da menor ou da inexistência da oferta de bens e serviços, das maiores distâncias físicas associadas à oferta precária de transporte coletivo urbano que geram piores condições de deslocamento, entre outros), tenham menores oportunidades de inserção socioeconômica, o que gera maiores índices de violência urbana, tornando seus moradores menos cidadãos. Assim, a localização periférica no interior das cidades agrava o processo de exclusão.

“Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. O seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor, ou para pior, em função das diferenças de acessibilidades (tempo, frequência, preço) independentes da sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.” (Santos, 1987:81).

A partir da definição da segregação socioespacial urbana como condição necessária (configuração socioespacial) ao processo de dominação das classes mais poderosas (econômica e politicamente) através do espaço urbano, da consciência do papel estruturador que assumem os deslocamentos de indivíduos, enquanto portadores da mercadoria força de trabalho, no interior das metrópoles (uma vez que a possibilidade destes deslocamentos é que propicia a otimização das localizações, objeto da disputa na apropriação da terra urbana) e do poder estruturante da localização dessas classes no espaço intra-urbano, vamos seguir buscando os efeitos deste processo (de estruturação urbana) na distribuição da população e na identificação das possíveis alterações nas características sociodemográficas da população, enquanto respostas a estes processos.

Estruturação Intra-urbana e Respostas Sociodemográficas: migração e distribuição da população no interior das cidades e metrópoles nacionais

Definidos os principais conceitos apropriados para este estudo, neste item serão apresentadas as possíveis relações entre o processo de estruturação intra-urbana e o processo de distribuição populacional no interior das cidades e metrópoles nacionais, sendo também apresentadas as hipóteses que serão investigadas sobre os efeitos do processo de estruturação intra-urbana, na configuração socioespacial e na distribuição da população

segundo os diferentes recortes socioespaciais no interior da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

As linhas de investigação que serão adotadas neste estudo foram definidas com bases em trabalhos anteriores que buscaram as possíveis alterações na dinâmica e estrutura demográfica, enquanto respostas, ou contrapartidas sociodemográficas, aos fatores estruturais e conjunturais do processo de estruturação intra-urbana.²⁰

As principais alterações na configuração sociodemográfica do espaço da RIDE, que serão associadas ao processo de estruturação urbana, referem-se ao aumento da mobilidade espacial (nas suas duas formas: migração intrametropolitana e mobilidade pendular), ligada ao processo de periferação e a algumas alterações nos perfis populacionais, segundo a distribuição no espaço intra-urbano, configurando o agravamento das desigualdades sociais existentes nas cidades.

Como visto no item anterior, a estruturação intra-urbana tem como um dos principais elementos definidores o deslocamento dos indivíduos, portadores da mercadoria força de trabalho, enquanto a estruturação do espaço regional (rede de cidades) tem como elemento estruturador o transporte de mercadorias (cargas) e o capital constante.

Dessa forma, seguindo a mesma proposição sobre a existência de diferenciais entre a estruturação dos espaços regional e intra-urbano, é possível deduzir o papel da mobilidade dos indivíduos na estruturação desses espaços, segundo a amplitude do movimento.

Na migração de longa distância, o peso da busca por empregos como motivação à decisão de migrar é bem maior, o que faz com que o papel das migrações interestaduais seja mais decisivo na estruturação dos espaços regionais, como por exemplo na configuração das redes de cidades. Villaça, descrevendo a importância dos deslocamentos dos indivíduos na estruturação do espaço intra-urbano, afirma que o trabalhador se move no espaço regional em busca de um emprego. Uma vez em São Paulo, ele luta não mais pela cidade do emprego, mas sim pela proximidade ao emprego, pela redução do tempo e custo do deslocamento na viagem da residência ao trabalho (Villaça, 2001:44).

Assim, migração de curta distância (migração intrametropolitana) e mobilidade diária entre municípios da região metropolitana (mobilidade pendular) são contrapartidas

²⁰ Cunha (1994) e Jacob (2003).

sociodemográficas ao processo de estruturação do espaço intra-urbano. O que certamente não significa dizer que a migração interestadual não tenha efeitos nesta estruturação.

No caso da RIDE, por exemplo, os volumes interestaduais, além de serem os responsáveis pelo expressivo contingente populacional que chega ao DF – e que na verdade se constitui no motor dos principais fluxos intrametropolitanos, através do processo de redistribuição populacional –, têm assumido, nas últimas décadas, maiores participações entre os fluxos migratórios que chegam diretamente aos municípios da periferia regional, o que demonstra a ampliação de sua importância no crescimento periférico.

Por estes motivos, neste trabalho, além dos fluxos intrametropolitanos, serão consideradas as possíveis alterações nos perfis e na intensidade dos fluxos interestaduais, associados ao processo de estruturação intra-urbana, na RIDE.

No que se refere às contrapartidas ao processo de estruturação do espaço intra-urbano, devido à disputa por melhores localizações por parte das classes mais favorecidas, intensificam-se, para as demais classes, as migrações intrametropolitanas e os movimentos pendulares diários, na busca por renda e consumo, ou trabalho e condições de vida. Através do fenômeno das redes sociais de migração, em função deste processo de formação periférica regional, intensificam-se os fluxos de imigrantes interestaduais, inclusive em direção aos municípios do entorno.

Assim, a intensificação da mobilidade espacial interna na região, diante do seu efeito no processo de distribuição diferenciada da população, pode ser identificada como resposta demográfica ao processo de estruturação do espaço intra-urbano.

Quanto aos condicionantes da mobilidade, algumas características demográficas, associadas aos fatores estruturais do processo de produção do espaço construído, têm influência direta na decisão de migração intra-urbana dessa população.

No que diz respeito ao marco teórico sobre migrações, ao longo dos anos a bibliografia internacional tem apontado várias tentativas de traçar regularidades que fundamentariam formulações teóricas sobre movimentos migratórios.

A emergência da questão migratória na sociedade industrial tem sido definida, pelos principais formuladores sobre o tema, como inerente à formação de um excedente populacional decorrente da dinâmica da produção capitalista.

As principais formulações teóricas sobre a compreensão das motivações e determinantes dos movimentos migratórios internos (Evert Lee, 1966; Balán, 1974; Singer, 1973, entre outros) destacam os fatores de expulsão e atração da população das sociedades urbano-industriais, incorporando informações relativas aos movimentos internos emergentes nas sociedades de desenvolvimento capitalista tardio, explicando assim as migrações do tipo rural-urbano, características do período mais intenso do processo de urbanização brasileiro.²¹

No no Brasil pós-industrialização, as migrações internas refletem processos complexos, com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos, que vão se transformando de rural-urbano para urbano-urbano. Até o final da década de 60, os principais determinantes podiam ser relacionados às mudanças na estrutura agrária e no desempenho econômico das cidades e de cada região.

“Em grande parte, a expulsão do campo era consequência da concentração da estrutura fundiária. A incapacidade das economias urbanas de reter a população expulsa de seus ‘hinterlands’ impulsionava a migração interestadual, quer para fronteiras agrícolas, quer sobretudo em direção às áreas urbanas do Sudeste”. (Pacheco e Patarra, 1997:43)

As principais formulações teóricas sobre migração podem ser agrupadas segundo as principais vertentes de análise sobre as questões urbanas de um modo geral. As análises de origem marxistas consideram os movimentos migratórios numa perspectiva socioeconômica, delimitando uma relação estrutural entre mobilidade espacial e mobilidade da força de trabalho necessária à reprodução do capital. O foco principal de sua análise está nos movimentos inter-regionais e internacionais, no contexto da concentração e desconcentração das atividades econômica e da emergência de novos postos de trabalho.

Outra abordagem ligada à perspectiva neoclássica define como fator predominante, no condicionamento e direcionamento dos movimentos migratórios, as diferenças regionais de salário. As oportunidades econômicas seriam determinantes na orientação dos fluxos e na determinação do volume dos movimentos populacionais. Essa abordagem baseia-se na decisão racional dos trabalhadores, a partir de uma análise sobre a relação custo/benefício da migração.

O que importa resgatar das diferentes contribuições sobre as regularidades que podem ser observadas nas formulações teóricas sobre o tema é o modo como se dá a

²¹ Sobre esse tema, ver Patarra e Pacheco (1997).

articulação entre as trajetórias migratórias e o contexto histórico no qual elas estão estruturadas, para atender às necessidades das dinâmicas demográfica, econômica, social e política (Brito, 2000).

Em texto bastante esclarecedor a respeito das relações entre algumas abordagens teóricas sobre migrações e os momentos históricos nos quais elas foram formuladas, Patarra e Pacheco (1997) ressaltam as principais transformações ocorridas nos anos 80, em termos de mobilidade populacional, evidenciando as transformações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil.

Os movimentos migratórios internos assumiram, ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, características diferenciadas, relacionadas às diversas necessidades desse processo. Assim, no período 1940-1980, os movimentos migratórios internos foram alimentados pelos fortes desequilíbrios regionais e se estruturaram para atender às necessidades de transferência regional do excedente de força de trabalho, cumprindo importante papel como mecanismo de integração social e cultural do território nacional.

Após a década de 80, o contexto de crise e recessão contribuiu para alterar as trajetórias principais dos migrantes internos. Os movimentos de longa distância deram lugar aos de curta distância e a trajetória rural-urbano cedeu espaço para movimentos do tipo urbano-urbano. Além desses, os deslocamentos intrametropolitanos, em direção aos municípios periféricos nas principais regiões metropolitanas brasileiras, ganharam destaque em estudos e pesquisas sobre o tema.

As importantes alterações nos movimentos migratórios ocorridas nas últimas décadas e seus efeitos no processo de distribuição espacial da população, têm sido constatados em diversos estudos sobre o tema.²² Baeninger (2000:08) aponta como principais alterações nesses movimentos: “decréscimo nos fluxos migratórios de longa distância; intensificação da migração de retorno; consolidação da migração intrametropolitana; aumento dos movimentos migratórios intra-regionais e de curta distância; predomínio das migrações do tipo urbano-urbano; aumento dos movimentos pendulares da população”.

²² Martine (1994) Baeninger (2000); Cunha (1999) entre outros.

No debate sobre esse tipo de migração, ressalta-se a negação da associação entre mobilidade espacial e mobilidade social, características dos movimentos tipo rural-urbano, predominantes durante o período mais intenso do processo de urbanização brasileiro. As transformações na estrutura econômica, ligadas à crise e ao processo de reestruturação produtiva, introduziram no debate sobre mobilidade espacial a noção de estratégia de sobrevivência da população, como motivação para as migrações.

“Este novo contexto, que emerge com a profunda ‘crise de transição’, pela qual o Brasil tem passado, contém a principal marca da mudança em direção a um outro padrão migratório, que ainda não se constituiu de forma nítida: o esvaziamento social e cultural das trajetórias dominantes, principalmente o descolamento da mobilidade espacial da mobilidade social. Deste modo, elas são hoje muito mais o resultado da inércia social e por elas trafegam, na sua maioria, os migrantes dispostos a superar os obstáculos da seletividade, não para melhorar a sua posição social, mas para conseguir, com altos riscos, apenas a sua sobrevivência (Brito, 2000:43)

Assim, a nova face dos movimentos migratórios internos é marcada pela intensa mobilidade espacial da população na busca de melhor qualidade de vida, ou mesmo como estratégia de sobrevivência, sem no entanto a reprodução da mobilidade social conseguida no período anterior, numa sociedade cada vez mais desigual e com uma tipologia de movimentos bem mais complexos que as regularidades encontradas nas migrações de longa distância.

No que concerne ao tema objeto deste trabalho, grande parte dos estudos sobre demografia e espaço urbano tem centrado o foco de análise nas relações entre o processo de estruturação urbana e a distribuição espacial da população, mais especificamente na relação entre fluxos migratórios e expansão urbana/metropolitana.

Alguns fatores estruturais do processo de produção do espaço urbano têm sido analisados como condicionantes da mobilidade interna nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, e a mobilidade espacial da população tem sido associada ao processo de expansão metropolitana, principalmente no que se refere à expansão das suas periferias. Os migrantes têm sido apontados como os principais ocupantes desses espaços menos inseridos na dinâmica econômica (ou excluídos dela) das grandes cidades.

Um dos estudos pioneiros sobre a relação entre expansão metropolitana e mobilidade intrametropolitana foi realizado por Cunha (1994), ao estudar a Região Metropolitana de São Paulo.

A partir da argumentação de que as questões referentes aos movimentos de curta distância podem ser remetidas diretamente àquelas relacionadas à estruturação e à expansão do meio urbano, a migração intrametropolitana foi associada à lógica da localização da atividade econômica e ao processo de ocupação e transformação do espaço urbano por parte do capital e do Estado. Esses fatores estruturais do processo de constituição e expansão do espaço urbano permitiram identificar elementos fundamentais que incidem de forma direta sobre a distribuição da população no interior das aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.

O argumento central do trabalho é que os condicionantes detectados para explicar o padrão periférico de crescimento urbano tiveram também muita influência sobre o fenômeno migratório interno. Os principais fatores, e com implicações decisivas na estruturação do espaço urbano, foram o processo de periferação da mancha urbana e a desconcentração espacial das atividades econômicas.

A questão da periferação associada à oferta de moradias para a população de baixa renda e a conseqüente atividade imobiliária gerada por esse processo teriam atuado como constrangimentos que intervieram na decisão de mudanças de famílias e indivíduos.

A desconcentração espacial da indústria e o papel do Estado na criação de empregos que atraíram grande fluxo de população para a região, por sua vez, teriam funcionado como incentivos à decisão de migrar de indivíduos e famílias;

Segundo o autor, a migração intrametropolitana responderia a essa estrutura de incentivo e constrangimentos assumindo características que tenderiam a refletir as respostas demográficas ao processo de estruturação do espaço urbano metropolitano.

A hipótese central da pesquisa de Cunha (1994) é que a composição dos fluxos migratórios intrametropolitanos estaria refletindo a estrutura de constrangimentos no lugar de origem e de incentivos no local de destino destes fluxos, que poderia ser identificada através da diferenciação dos migrantes – diferenças qualitativas nos fluxos migratórios, segundo características demográficas, socioeconômicas e espaciais dos municípios de destino dos movimentos.

A contribuição de Cunha é bastante inovadora, por considerar, além desses fatores estruturais como condicionantes da mobilidade espacial, algumas características sociodemográficas da população migrante, que teriam um papel fundamental na decisão de

migrar dessas famílias. Etapa do ciclo vital, tamanho da família, nível socioocupacional e renda foram analisados sob esse prisma, constituindo-se numa perspectiva teórica que combina fatores estruturais, como oferta de moradia e geração de empregos, e fatores relativos à decisão de mudança de famílias, ligados à sua composição sociodemográfica.

O autor reconhece a possibilidade de uma causalidade recíproca entre o processo de estruturação urbana e a mobilidade espacial da população, porém, em função da impossibilidade relativa aos dados disponíveis sobre o tema, concentrou sua análise na migração, como resposta à configuração e à transformação do espaço urbano.

Este estudo seguirá aquela linha de análise, buscando as possíveis alterações na composição e intensidade dos fluxos migratórios associadas à estrutura intra-urbana e na identificação das características sociodemográficas desses fluxos, que possam contribuir, em associação aos fatores relacionados a esse processo de estruturação, na decisão de migrar dos indivíduos e/ou famílias.

Outro enfoque que será privilegiado neste estudo será a investigação sobre as características sociodemográficas da população, nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana (centro principal, possíveis subcentros e conjunto de bairros residenciais, diferenciados segundo os extratos de renda da população), como contrapartida ao processo de estruturação do espaço intra-urbano.

A distribuição diferenciada da população no espaço interno das aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, assim como das grandes cidades, é condicionada pelo processo de estruturação do espaço urbano. As alterações nos perfis populacionais nos diferentes espaços intra-urbanos surgem como resposta à organização interna e às relações estabelecidas entre os elementos da estrutura intra-urbana.

A migração intrametropolitana na região tem sido associada à busca por moradias, em vários estudos sobre o processo de ocupação territorial.²³ Os dados sobre a ocupação das áreas periféricas da região demonstram que, enquanto a ocupação periférica no interior do DF teve como principal condicionante a atuação estatal, no caso da periferia imediata externa ao DF, constituída pelos municípios goianos limítrofes, teve como principal agente o mercado imobiliário, atuando com a conivência do poder municipal na brecha da legislação urbanística.

²³ Vide os textos apresentados na Coleção Brasília, organizada por Paviani (1985, 1987, 1991, 1996 e 2001).

As periferias, tanto a interna como a externa ao DF, formaram-se com a predominância do uso residencial e na ausência da implantação de atividades geradoras de emprego e renda.

No entanto, é através do controle do Estado como mecanismo do exercício de dominação que Brasília se destaca.

A atuação do Estado na estruturação intra-urbana e na criação e manutenção da segregação socioespacial utilizou-se estes três instrumentos. No entanto, a criação e construção de Brasília inauguram uma nova forma de atuação estatal neste processo, viabilizada pela posse pública de grande parte das terras urbanas do DF. Além de regular o uso e ocupação do solo urbano de forma a garantir as melhores localizações, promover a oferta otimizada de infra-estrutura urbana nas áreas destinadas à população de maior poder político e econômico e concentrar os prédios públicos naquelas regiões, o Estado, em parceria com o mercado imobiliário, age como incorporador e promotor imobiliário, na regulação da disponibilidade de terras urbanas para a ocupação.

O Governo do Distrito Federal (GDF) detinha grande parte da terra destinada ao uso urbano do DF. Além da propriedade, o GDF mantinha o controle da ocupação mediante processos de concessão da terra disponível para loteamentos urbanos. Diante das fortes restrições ao uso urbano da terra no interior do DF, o mercado se articulou, num primeiro momento, através de um processo especulativo de negociação para compra e parcelamento de áreas rurais nos municípios goianos limítrofes ao quadrilátero. Já em 1956, o município de Luziânia, utilizando instrumentos de legislação urbanística (Plano Diretor), incorpora ao núcleo histórico 300ha de terras rurais, parcelados em 3.500 lotes, o que demonstra a força do processo especulativo que se estabelece na região (Paviani, 1987).

No início da ocupação, o Estado, o grande agente da ocupação, estabeleceu o processo seletivo mediante a ocupação das áreas centrais, segundo a hierarquia funcional da população a ser assentada. O Estado atuou como agente imobiliário, sendo, ao mesmo tempo, empreendedor e empregador, auferindo assim a renda fundiária de monopólio e atuando segundo a lógica do empreendedor imobiliário.²⁴

Num segundo momento, após a consolidação da ocupação nas áreas centrais, o Estado (GDF) passou a atuar numa política de repressão às ocupações, com deslocamento

²⁴ sobre a atuação do mercado imobiliário na ocupação de Brasília veja Campos, 1991.

da população de baixa renda para regiões periféricas, onde a infra-estrutura básica inexistente passa a ser fator de valorização, à medida que vai sendo conquistada. Isso constitui uma nova forma de renda fundiária auferida pelos moradores locais, mediante a sublocação dos lotes e subdivisões das habitações, intensificando assim o seu uso.²⁵

Com a criação da Terracap (Empresa Pública responsável pelas atividades imobiliárias),²⁶ na década de 70, os imóveis passaram a ser alienados mediante formas distintas, incluindo a licitação pública e o leilão pelo maior valor oferecido. Neste período a atuação de diversas imobiliárias de médio e grande porte possibilitou a criação do submercado imobiliário concorrencial²⁷. O mercado concorrencial, que segue a lógica de maior lucro possível da concorrência capitalista, gera menor qualidade no ambiente construído. A intensa produção de conjuntos habitacionais neste período, realizada através de programas habitacionais oficiais marcados pela redução da qualidade e da quantidade da área construída, confirma esta atuação. Localizados nas cidades satélites, que ficam distantes física, social e politicamente do Plano Piloto, agravam o processo de segregação espacial em Brasília.

Com a crescente valorização das escassas terras para uso urbano dentro do DF, disponibilizadas pela Terracap, e o incremento das terras urbanizáveis nos municípios do entorno, surge o início das atividades de incorporação, no qual a atuação das pequenas e médias empresas imobiliárias é substituída pelos grandes empreendedores dentro da lógica do capital incorporador. Este segmento do mercado imobiliário tem condições de criar rendas fundiárias diferenciais, o que antes não era possível, promovendo a diferenciação espacial no espaço construído empreendido.

Agindo em associação com o Estado, este capital tem forte atuação no processo de segregação espacial da população, principalmente no fenômeno de segregação voluntária dos segmentos populacionais mais poderosos e de maior renda. Este mercado vive da inovação do produto habitação, e promovendo, por meio de tecnologia e materiais inovadores e da atuação combinada do Estado no provimento de infra-estrutura e serviços, a valorização das áreas onde atua. A partir de 1992, abririam-se novas oportunidades de

²⁵ Ver Gouvêa, L.A (1991).

²⁶ Até a criação da Terracap, a responsabilidade pela ocupação de Brasília era da Novacap, que passava os direitos de ocupação da terra ao morador ou aos institutos de previdência pública, sendo os preços determinados de forma autônoma, sem obedecer a regras de mercado.

²⁷ A denominação foi descrita em Campos (1991).

parcelamento do solo urbano no DF e o mercado imobiliário passou a agir mais livremente, com menor peso da atuação estatal.²⁸

A atuação do Governo do Distrito Federal na restrição à ocupação em áreas centrais (via controle das áreas de posse pública que seriam disponibilizadas para ocupação e também através de legislações de proteção ambiental que restringiam a ocupação nestas áreas) e na repressão à ocupação ilegal, com a remoção de população favelada, sem dúvida foi o principal condicionante da ocupação na periferia interna ao DF. O Poder Público Municipal, nos municípios goianos, viu na possibilidade de ocupação urbana de seus territórios um modo de gerar receitas e dinamizar as economias locais, permitindo assim a livre atuação dos empreendedores imobiliários que passaram atuar na demanda reprimida pela política de ocupação do DF, abrindo e vendendo loteamentos populares, com preços mais baixos e melhores condições de pagamento²⁹. Além destes, o Governo Federal, através do BNH e de outros agentes financeiros da habitação, contribuíram para este processo, com a criação, na década de 80, de três grandes conjuntos habitacionais localizados no município goiano de Luziânia, num total de 4.500 habitações destinadas à população de renda média, com prestações variando entre 1 e 2 salários mínimos³⁰. Estes três conjuntos deram origem a desmembramentos na década de 90, constituindo-se em três municípios de mesmo nome: Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Novo Gama.

Estas diferentes formas de incorporação das terras à periferia urbana, certamente, geram diferentes perfis populacionais, principalmente devido às possibilidades de aquisição dos imóveis, que acabam por definir e delimitar os espaços a serem ocupados, em função do poder aquisitivo da população que irá ocupá-los. Os municípios originados de conjuntos, certamente, foram ocupados por segmentos de renda média e as condições de infraestrutura são melhores. Para a população de baixa renda, restaram os loteamentos populares combinados com a política de autoconstrução e com precárias condições de acesso à infraestrutura.

²⁸ Somente após o PDOT/92 foi permitido o parcelamento do solo aos proprietários de terras não desapropriadas (durante a implantação do DF 43% do território não foram desapropriados). A partir da década de 70, ocorreu o início das atividades de incorporação, em que os papéis de proprietário e de loteador não necessariamente se confundem. o parcelamento do solo sob a forma de loteamentos urbanos.

²⁹ Vide Paviani (1987).

³⁰ *idem*,

Estes diferenciais se refletem na diferenciação dos perfis característicos dos fluxos migratórios, segundo o local de destino no interior da região, e nas características da população residente em cada um destes recortes do espaço intra-urbano.

Além destas formas de ocupação na periferia regional, a atuação estatal na esfera na política habitacional foi fundamental na formação periférica. Desde o início da ocupação do DF, a incorporação de áreas periféricas ao perímetro urbano para abrigar população de baixa renda removida das ocupações ilegais tem sido constante. As primeiras cidades satélites criadas na fase inicial de inauguração de Brasília, e que mais tarde deram origem às atuais Regiões Administrativas de Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Gama (1960) e Guará (1966), foram ocupadas através da transferência de população que ocupava ilegalmente áreas centrais no núcleo Principal (Plano Piloto e adjacências).

No período mais recente, através da criação do Programa Habitacional de Assentamentos de Baixa Renda, em um período de oito anos (1987-1995), foram distribuídos 109.128 lotes residenciais, atendendo a cerca de 607.616 habitantes,³¹ através da incorporação de novas áreas a alguns núcleos já existentes e da criação de novos núcleos periféricos, dando origem às RAs de Samambaia, Riacho Fundo, Santa Maria e Recanto das Emas, que apresentaram as maiores taxas de crescimento demográfico do DF, no período 1996-2000. Estas RAs estão próximas à divisa com os municípios goianos, que constituem a periferia regional, reforçando assim o eixo de crescimento periférico.

Por estes motivos, a busca por moradias será considerada como o principal elemento condicionante do processo de periferização na região e o principal elemento macro estrutural condicionante da migração intrametropolitana, no seu fluxo principal, em direção à periferia. Também será considerado como condicionante a busca por melhores possibilidades de auferir renda, ainda que não seja através de empregos formais (uma vez que o número de postos de trabalho é bastante reduzido). A possibilidade de nestes municípios, em função do significativo contingente populacional, existirem oportunidades de inserção no setor terciário da economia informal não poderá deixar de ser considerada condicionante desta mobilidade.

Em relação aos fluxos em direção aos municípios do entorno, que não se encontram diretamente afetados pelo processo de periferização a partir da expansão urbana do DF, será

³¹ Os números fazem parte de um estudo realizado pelo Ipea, com base nos dados do IPDF /GDF – (IPEA, 2000).

considerada como principal elemento condicionante a busca por empregos e renda e melhores condições de vida.

As características dos fluxos migratórios que serão analisadas em função da maior propensão em migrar são o ciclo vital familiar, a composição dos arranjos domiciliares, as condições socioeconômicas e a inserção socioocupacional, como forma de avaliar a posição dos indivíduos na hierarquia social na região.

A importância do ciclo vital enquanto elemento que possibilita a compreensão das motivações na decisão de migrar já foi enfatizado em outros trabalhos sobre o tema³².

Segundo Cunha (1994:64):

”o potencial analítico do ciclo vital para entender as migrações intrametropolitanas é bastante claro, pois é razoável supor que famílias em diferentes etapas do ciclo vital deverão reagir também de formas distintas a um determinado tipo de incentivo ou constrangimento”.

Além das fases do ciclo vital familiar dos indivíduos e sua relação com as etapas de formação das famílias, outra importante fonte de análise que será utilizada refere-se aos tipos de arranjos familiares predominantes nos fluxos migratórios, segundo a origem e o destino dos indivíduos ou famílias migrantes na região.

Além do ciclo vital, as condições socioeconômicas da população que migra serão consideradas por sua capacidade de funcionar como motivação ou mesmo como limitação à decisão dos indivíduos ou famílias a migrarem. A insatisfação com as condições de vida da população de baixa renda, majoradas pelo pagamento de aluguéis, por exemplo, pode funcionar como incentivo à aquisição da casa própria, o que, diante da conjuntura local, certamente será viável apenas na periferia. No entanto, dependendo do nível socioeconômico do indivíduo ou da família, o comprometimento de parte da renda com a compra de um imóvel pode significar uma limitação, restando como opção a ocupação ilegal de áreas, por exemplo.

A inserção socioocupacional no mercado de trabalho como determinante da posição que o indivíduo ocupa na estrutura social constitui importante condicionante à decisão de migrar, principalmente se considerarmos sua relação com as condições socioeconômicas da população em questão.

³²Sabahagi , et al. (1969) e Simmons, J. W. (1968).

Por ser um movimento de curta distância, condicionado principalmente pela busca de moradias, é coerente a hipótese de que a migração intrametropolitana em direção à periferia seja predominantemente realizada por famílias compostas por indivíduos jovens, nas fases iniciais do ciclo vital familiar. A predominância de indivíduos ou famílias com chefes de baixa renda, menos qualificados e com inserção nas posições inferiores da estrutura socioocupacional também é esperada nestes fluxos, ainda que não se possa desprezar o fato de essa mudança muitas vezes implicar condições mínimas de acesso à renda, que permitam a compra de um imóvel.

Ainda em relação ao fluxo migratório interno na região, é coerente pensar na hipótese de constituir movimento de reimplantação de antigos imigrantes em direção ao DF, que buscam na periferia melhores condições de acesso à moradia, ainda que isto implique movimentação diária em direção ao antigo local de residência.

No que se refere à população que realiza a mobilidade pendular (viagens diárias de ida e volta na busca por trabalho, consumo, lazer, educação, etc.), é possível imaginar que o fluxo seja predominantemente constituído por pessoas que fizeram o movimento de emigração do DF em direção aos municípios periféricos e que dependem das viagens diárias em direção ao antigo local de moradia, como forma de atendimento às suas necessidades de obtenção de renda e de consumo. Assim, entre as pessoas que realizam a mobilidade pendular, são esperadas características bastante semelhantes às encontradas nos fluxos intrametropolitanos em direção à periferia regional.

Em relação à análise dos fluxos intrametropolitanos em direção aos demais municípios do entorno (não diretamente envolvidos no processo de expansão do DF), movimento com fluxos menos expressivos numericamente, é possível levantar a hipótese de que a migração individual possa ser mais significativa devido à motivação derivada da possibilidade de empregos, principalmente na agropecuária, que é a base da economia destes municípios.

Em função dos diferenciais apresentados em relação ao papel dos fluxos migratórios segundo a distância percorrida, na estruturação do espaço intra-urbano, são esperados diferenciais entre os migrantes intrametropolitanos e os outros migrantes, nas características que serão analisadas neste estudo. Para os fluxos interestaduais, com características de movimento de longa distância, tendo como principal condicionante a

busca por empregos, são esperados: peso maior da migração individual, maior participação de imigrantes masculinos, pessoas em idades mais jovens, entre outros.

No que se refere ao local de origem destes fluxos, na migração proveniente dos Estados do Nordeste e da Região Norte, são esperados indivíduos ou famílias de menor renda, com menor grau de qualificação e menores índices educacionais, se comparados com os fluxos vindos dos Estados do Sudeste, por exemplo.

Com relação ao papel da migração na configuração socioespacial da região, em função da perspectiva de que os movimentos intra-urbanos (ou intra-regionais) constituem mecanismo ou estratégia que possibilitam a sobrevivência, ou permanência no espaço intra-urbano, o que implica fluxos de pessoas com níveis mais baixos de qualificação e inserção ocupacional, são esperadas condições socioeconômicas mais desfavoráveis entre os migrantes e não migrantes, relacionadas ao tempo de residência no município, ainda não sejam previstos grandes diferenciais entre indivíduos e famílias segundo a condição migratória.

No entanto, não se pode deixar de considerar que a migração intra-regional motivada pela oferta de habitação implica condições socioeconômicas mínimas necessárias à aquisição de um imóvel, o que pode acarretar diferenciais entre esses migrantes e a população que potencialmente seria migrante mas não possui condições para a realização do movimento. Nesse sentido, é possível que a condição socioeconômica desses migrantes sejam mais favoráveis do que a da população classificada como não-migrante.

A hipótese de que os fluxos intrametropolitanos sejam constituídos em grande parte por antigos imigrantes que realizaram o movimento de longa distância, que, em função da adaptação ao novo ambiente, com melhores conhecimentos sobre os processos de ocupação territorial na região e com melhores condições de inserção ocupacional diante do maior tempo de residência atingiriam o patamar mínimo necessário à aquisição de um imóvel, corrobora para a expectativa de diferenciais socioeconômicos favoráveis à população que migra internamente. Assim, o tempo de residência atuaria seletivamente entre os migrantes na região de destino, contribuindo para a possibilidade de reemigração em direção aos municípios periféricos.

Tendo em vista que os diferenciais relacionados ao processo de estruturação intra-urbana referem-se aos elementos da estrutura intra-urbana, aqui definidos como: o centro

principal, os subcentros, os conjuntos de bairros residenciais segundo os segmentos sociais e as áreas diferenciadas segundo a localização atividades econômicas, serão considerados os diferenciais entre as diversas RAs do DF e os municípios goianos que constituem a periferia regional e que assumem funções que os identificam como elementos desta estrutura, sendo portanto desconsiderados os demais municípios mineiros e goianos que integram a RIDE.

Vimos que o processo de estruturação intra-urbana ocorre enquanto mediação entre os conflitos de classe pela apropriação das vantagens locacionais relacionadas às possibilidades de deslocamentos dos indivíduos tem como principal elemento distintivo do processo de urbanização brasileiro a segregação socioespacial da população. Esta segregação é condição necessária ao processo de dominação por meio do espaço por parte da classe dominante, que, na disputa pelas melhores localizações, em função do maior poder político e econômico, exerce domínio sobre as demais, ocupando as áreas mais centrais e com melhores condições de acessibilidade. Ao ocupar estas áreas, num processo de segregação voluntária, a classe dominante produz para si um espaço otimizado em relação às suas condições de deslocamento e ao fazê-lo, torna piores as condições de acesso das demais classes.

Além dos mecanismos de caráter econômico e político, como o controle do Estado e do mercado imobiliário, esta classe utiliza um mecanismo de controle de caráter ideológico. Ao se localizar em determinado segmento do espaço intra-urbano, faz com que as principais atividades de consumo e lazer se localizem nas proximidades, o que, além de otimizar as condições de deslocamento, tem o papel de fazer ser reconhecida como cidade apenas a região por ela ocupada, como foi demonstrado no estudo empírico realizado por Villaça:

“Além de imprimir a uma determinada região geral da cidade um padrão ambiental e estético inexistente no restante do espaço urbano, através da aparência das ruas e edifícios, da arborização, da presença maior de praças, etc., as burguesias implantam nesta região a melhor infra-estrutura da cidade, principalmente a viária. Finalmente – eis um aspecto pouco avaliado –, o espaço urbano é tecido de tal forma que todo o cotidiano daquelas camadas se desenrola predominantemente nessa região. Cada vez mais o próprio Estado para ela se transfere e, ideologicamente, essa região começa a se identificar como “cidade” e o restante passa a ser encarado como subúrbio ou periferia e considerado longe, por mais central que seja a sua localização.” (Villaça, 2001 – pág 326)

Esta configuração socioespacial agrava as condições de vida da população segregada involuntariamente por este processo, tornando-a ainda mais excluída da ordem social, com piores condições de acesso ao mercado de trabalho (muitas vezes em função inclusive da distância física, agravada pelo precário serviço de transporte coletivo, e mesmo das piores condições da infra-estrutura viária), aos serviços sociais básicos (menor índice de equipamentos de saúde por habitante), muitas vezes devido à sua identificação enquanto morador de segmentos espaciais estigmatizados, na estrutura socioespacial do espaço intra-urbano.

As características da população residente nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana, que serão investigadas como forma de avaliar a distribuição populacional diferenciada socioespacialmente como contrapartida sociodemográfica do processo de estruturação intra-urbana, foram escolhidas em função do potencial de análise que cada uma permite e da disponibilidade dos dados censitários que podem ser desagregados para a menor unidade espacial de análise disponível: os setores censitários urbanos (dados do questionário não amostra).

De um modo geral, é consenso na análise da estrutura sociodemográfica da população nas grandes cidades e regiões metropolitanas que os trabalhadores menos qualificados, mais pobres e com inserção precária no mercado de trabalho estão na periferia³³. As maiores participações de indivíduos ou famílias compostas por casais em idades mais jovens, nas fases iniciais do seu ciclo vital, também têm sido associadas à ocupação nas periferias metropolitanas³⁴.

Desta forma, o rendimento médio mensal dos chefes de domicílios será analisado como forma de identificação do acesso à renda dos diferentes segmentos populacionais. O nível educacional, enquanto atributo do acesso à renda, será investigado através da variável anos de estudo dos chefes dos domicílios.

A ocorrência da chefia feminina será mapeada como forma de inferir sua relação nas condições socioeconômicas das famílias, que possam estar associadas aos diferenciais entre rendimentos médios mensais dos chefes masculinos e femininos e à fase do ciclo vital familiar desses chefes, segundo local de residência.

³³ Entre outros, sobre este tema veja, Bógus e Taschner (2000).

³⁴ Cunha, 1994.

Além de revelar as relações de gênero nos arranjos familiares, a chefia feminina também pode estar relacionada à inserção socioeconômica das famílias. A inserção de uma pessoa no mercado de trabalho depende não só da sua idade, mas também da sua posição na família, ou seja, da configuração familiar total dentro da qual se situa. Por exemplo, a inserção de mulheres adultas é bem maior quando elas são chefes de família do que quando são esposas ou filhas. E aqui é importante lembrar que as mulheres recebem remunerações menores, seja por qualificação mais baixa, seja por preconceito e discriminação.

Também parece plausível a hipótese de que famílias em diferentes fases do ciclo familiar e níveis de pobreza sejam mais suscetíveis à conjuntura econômica. As famílias muito pobres, as chefiadas por homens e as muito jovens com filhos são especialmente sensíveis à recessão e à recuperação econômicas, enquanto as famílias fragmentadas pobres, chefiadas por mulheres, estão em uma situação econômica menos estável se comparadas com as famílias pobres equivalentes no ciclo familiar com chefe masculino, independentemente da situação conjuntural.

Assim, é possível estabelecer que as diferentes famílias em diferentes fases do ciclo familiar e níveis de pobreza são mais suscetíveis à inserção diferenciada no mercado de trabalho e seus respectivos rendimentos, o que pode agravar os diferenciais socioespaciais verificados na configuração das cidades e regiões metropolitanas. Ou seja, a fase do ciclo vital em que se encontram as famílias, assim como a inserção diferenciada no mercado de trabalho em função deste fato, pode interagir com a configuração socioespacial urbana, intensificando ou atenuando o processo de segregação espacial da população. Neste sentido, serão mapeados os chefes de domicílios segundo a idade, como forma de inferir, por aproximação, a fase do seu ciclo vital familiar³⁵.

O fato de as periferias atraírem, via atuação do mercado imobiliário mediante oferta habitacional, segmentos populacionais mais jovens e de menor poder aquisitivo e menor nível educacional pode reforçar a baixa inserção deste segmento no mercado de trabalho, por exemplo.

As condições de habitação serão mapeadas como forma de estabelecer os diferenciais entre o provimento de infra-estrutura urbana, segundo local de residência, e o

³⁵ Sobre este tema ver LOPES e GOTTSCHALK, (1990)

seu enquadramento como um dos elementos da estrutura intra-urbana, reconhecendo-se a sua importância enquanto uma das formas de inserção na estrutura socioespacial da região.

A condição de ocupação do domicílio, no que se refere às condições de propriedade do imóvel, foi adotada neste estudo como forma de inferir o papel da aquisição da casa própria na configuração socioespacial da população, e não como forma de avaliar sua representação enquanto melhoria nas condições de vida, ou como medida de inserção social. Reconhece-se que a aquisição de um imóvel por si só não pode ser considerada melhoria socioeconômica, sendo necessária a associação desta variável a outras, tais como localização do imóvel, tecnologia construtiva, oferta de infra-estrutura básica urbana e de serviços, equipamentos sociais, etc.

Resumindo, o que se pretende neste estudo é, através da compreensão das relações estabelecidas entre desenvolvimento socioeconômico e processo de ocupação territorial da região de Brasília e entorno, identificar as especificidades do processo de estruturação intra-urbana e inferir, a partir daí, as alterações na intensidade e perfil sociodemográfico dos migrantes e nas características da população nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana que possam estar associadas aos condicionantes do processo de estruturação do espaço urbano interno à região. Neste sentido, no próximo capítulo, será descrito o processo de desenvolvimento econômico e ocupação territorial urbana na região, identificando especificidades e estabelecendo bases para a análise, nos capítulos subseqüentes, da estruturação intra-urbana e as contrapartidas sociodemográficas deste processo.

Capítulo 2 - Desenvolvimento Econômico e Ocupação Territorial Urbana

Neste capítulo será apresentada a caracterização econômica e descrito o processo de ocupação territorial da RIDE.

A compreensão das especificidades econômicas, bem como do processo de ocupação territorial, será de grande importância para o entendimento das relações entre desenvolvimento econômico, estruturação urbano-metropolitana e dinâmica demográfica e dando suporte à análise demográfica realizada nos capítulos subsequentes. O objetivo é compreender a constituição e consolidação da estrutura territorial e da economia regional analisar as relações estabelecidas na esfera metropolitana e identificar as principais funções exercidas pelos maiores municípios, caracterizando, assim, a estrutura interna da metrópole e sua inserção no contexto nacional e regional.

A hipótese, ao desenvolver este capítulo, é a de que, analisando o processo de ocupação do território e o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, serão encontradas as bases para a compreensão das especificidades do desenvolvimento econômico e processo de ocupação mais recente. A visão geral destes processos possibilitará o entendimento sobre as respostas aos incentivos promovidos pelo Estado, responsáveis pelas mudanças na economia regional nas duas últimas décadas, e sua relação com a atual configuração socioespacial e estrutura demográfica.

Economia Regional: breve resgate

A economia do Centro-Oeste é caracterizada por fragmentação, dispersão de sua rede urbana e a heterogeneidade na dinâmica e desenvolvimento econômico de seus espaços. Neste capítulo será privilegiada a análise de Goiás, principal Estado originário da região em estudo.

Com o fim da atividade mineradora no final do século XVIII, atividade econômica responsável pela ocupação inicial de Goiás, já era possível identificar as características específicas que tornaram possível a compreensão da posição que irá assumir nos períodos seguintes, como resposta ao processo de integração ao mercado nacional capitaneado pelo Estado.

O Estado de Goiás apresentava desde o início de sua ocupação uma configuração espacial bastante fragmentada.

“O norte do estado era fragilmente articulado à economia do Norte e Nordeste, chegando a se beneficiar dos estímulos provenientes ao ciclo da borracha. O sudoeste do estado funcionando como um prolongamento da economia do Triângulo Mineiro. O Centro-Oeste do estado, sede da capital, isolado dos estímulos mercantis, apresentando relações sociais de produção pré-capitalistas, assentadas na força econômica e política da pecuária extensiva tradicional. E, por fim, o sudoeste do estado, zona de maior dinamismo econômico, nucleada pelo entreposto de meia ponte (hoje Pirenópolis), principal via de comunicação com Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste brasileiro.”(Guimarães e Leme, 2002:25-26)

Essa configuração socioespacial foi definidora da condição de complementaridade e subordinação ao comando da cafeicultura paulista que a região assumiu, a partir da formação deste como embrião do mercado nacional.

O complexo cafeeiro paulista expandiu-se até terras do triângulo mineiro e do sul de Goiás, na busca de novas terras para o cultivo.³⁶ Por conseguinte, o transporte ferroviário, através da Ferrovia Mogiana, chegou ao Triângulo Mineiro estabelecendo fluxos comerciais entre o Centro-Oeste e o litoral, impactando fortemente o desenvolvimento de Goiás.

O sul do Estado recebeu efeitos do dinamismo da economia cafeeira paulista, a exemplo do ocorrido com parte do Mato Grosso do Sul. Entretanto, essa subordinação gerou baixa capacidade de retenção de renda nos núcleos da região. Naquele período, a área central e o norte do Estado mantiveram-se com baixa expressão mercantil e pouca integração econômica, predominando a pecuária extensiva e as relações de trabalho pré-capitalistas.

O papel da ferrovia, na economia do Centro-Oeste e principalmente no atual território da RIDE, foi preponderante, ao contrário do que pode parecer à primeira vista. Segundo Guimarães e Leme (2002), a ferrovia possibilitou a emergência de novos caminhos econômicos, provocando dupla transformação: ao mesmo tempo em que acarretou o surgimento de novas relações comerciais, alavancadas pelo avanço da agricultura e pela concorrência com a pecuária tradicional, passou a ser responsável pela obsolescência da ligação rodoviária, o que gera a desestruturação do eixo Goiás-Pirenópolis-Santa Luzia-Paracatu-sul de Minas-Rio de Janeiro, gerando o enfraquecimento econômico e populacional do Sudeste, em benefício do processo de urbanização acelerada

³⁶ Sobre a constituição do complexo cafeeiro paulista, ver Cano (1985).

do centro-sul do Estado, que atingiu num primeiro momento Catalão e, em seguida, Anápolis.

Assim, os períodos seguintes, no processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região, foram marcados por grandes intervenções estatais, por meio tanto de políticas de ocupação do território quanto de grandes investimentos em infra-estrutura, que vão se sobrepor àquela configuração socioespacial, contribuindo fortemente para a configuração atual.

O Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi de grande influência para a ocupação e o desenvolvimento do Centro-Oeste e, principalmente, da RIDE.³⁷ O plano, através da implantação de novo padrão de acumulação, foi fundamental na transformação da ocupação e do papel da região Centro-Oeste na economia nacional, contrapondo a economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência com uma economia integrada à nacional, pelas frentes de agricultura comercial e bovinocultura tecnificada.

O Plano de Metas e o projeto desenvolvimentista nacional, além da implantação de grandes investimentos em infra-estrutura que pretendiam eliminar pontos de estrangulamento da economia, estimularam investimentos privados nacionais e estrangeiros, ampliando a instalação de indústrias de base, ao mesmo tempo em que definiram o projeto de interiorização da economia, mediante a construção da nova capital, estrategicamente localizada no centro geográfico do país.³⁸

Guimarães e Leme (2000) destacam com propriedade que não foram apenas os investimentos em infra-estrutura, tais como estradas, telecomunicações, etc., que propiciaram a incorporação do Centro-Oeste:

“O que se inaugura com o Plano de Metas é, fundamentalmente, a articulação dessas infra-estruturas num processo mais arrojado, que envolvia a concepção de um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico, unificação do mercado nacional e o binômio indústria automobilística/rodoviarismo (Guimarães e Leme, 2000:38)

³⁷ O Plano de Metas continha ambicioso conjunto de objetivos setoriais que, segundo Lessa (1981) foi a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país e conferia prioridade à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Acelerou-se a expansão industrial com a implantação do setor de bens de consumo durável e da indústria pesada. (Caiado, 2002)

³⁸ Sobre a política econômica implantada durante o Plano de Metas ver Lessa (1975).

Como resultado do intenso processo de modificação da base produtiva experimentado pelo Centro-Oeste durante a década de 60, baseado na ação estatal com o objetivo de modernização e integração da agropecuária aos mercados interno e externo, ocorreu, durante as décadas de 70 e 80, significativa incorporação e modernização da estrutura produtiva regional, via desenvolvimento da agroindústria de capital nacional e internacional. Esse processo, no entanto, não impactou diretamente a configuração socioespacial dos centros urbanos mais expressivos da região. Assim, em função da reestruturação da base produtiva, o adensamento populacional se deu de forma concentrada, reforçando a estrutura socioespacial preexistente.

Segundo Cunha, ao estudar os movimentos migratórios no Centro-Oeste Ampliado (Centro-Oeste e Tocantins), antes mesmo da construção e inauguração de Brasília, esta região sob o impacto da marcha modernizadora do oeste, já apresentava uma aceleração dos fluxos migratórios recebidos.³⁹

“O Centro-Oeste Ampliado começou a sofrer incrementos populacionais significativos já a partir dos anos 50, quando de patamares próximos a 3,5% a.a, na década anterior, passa a crescer a mais de 5,4% a a. Na década seguinte, a população desta região experimentou um crescimento ainda maior, da ordem de 5,6% a. a.” (Cunha, 2002:92)

Idealizada como parte do projeto Nacional de Interiorização do Desenvolvimento, Brasília foi construída estrategicamente no Planalto Central e contribuiu para alterar a inserção econômica e a articulação socioespacial de uma imensa região de ocupação incipiente e frágil atividade econômica.

Após a inauguração da capital, ampliou-se o processo de ocupação do território. A construção de rodovias, ligando Brasília a diversas regiões do país, propiciou a incorporação de novas terras ao processo produtivo, atingindo, assim, o objetivo de intensificação da ocupação do Centro-Oeste. Além disso, a construção de Brasília ocorreu em momento de grande expansão do processo de urbanização, quando o país tornou-se eminentemente urbano.⁴⁰

³⁹ É importante lembrar que a ocupação do território, através da incorporação de novas áreas para a produção agrícola tem sido usada há décadas para escamotear os problemas fundiários e as pressões por uma reforma agrária. (Cano, 1998) Obviamente a intensificação dos fluxos migratórios em direção a regiões que se consubstanciaram em fronteira agrícola, nos diversos períodos, expressa essa mobilidade acomodadora de pressões. Assim, em 1940 somente 6,7% da população brasileira residia fora da região de nascimento e, em 1950, essa porcentagem subiu para 8,2%. Os estados que mais expulsaram população no período foram MG, ES, RJ, RS e SC. No Nordeste os fluxos migratórios ainda não tinham adquirido a importância das décadas posteriores, mas a região já se apresentava como expulsora.

⁴⁰ A principal característica demográfica brasileira desde a década de 30 é o crescente processo de urbanização, que tem se caracterizado como irreversível. Em 1940, 69% da população brasileira se concentrava no campo. A partir daquela década o êxodo rural mostrou-se forte e as taxas de crescimento urbano foram superiores às do crescimento total da

Além do setor de transportes, outros investimentos em infra-estrutura, como energia elétrica e comunicações, impulsionaram a economia da região e atraíram grandes contingentes populacionais, somando-se ao contingente migratório atraído inicialmente durante a construção da nova capital.

Apesar do dinamismo da economia, não há expansão de atividades industriais, o que faz com que Brasília assuma parcialmente o papel de pólo de desenvolvimento regional, previsto inicialmente, a despeito da expansão da atividade agrícola incentivada a partir da construção da capital e dos investimentos a ela associados.

A região diferencia-se bastante das demais aglomerações e regiões metropolitanas do país, podendo ser considerada uma “metrópole de serviços”, com pouca atividade industrial. E como as atividades industriais não têm se expandido, a formação de periferias está vinculada à criação de novos espaços com função eminentemente residencial, do tipo localidades-dormitório. Essa especificidade faz com que a mobilidade residencial seja o principal componente da migração da região, gerando constantes deslocamentos do tipo pendular por parte dos habitantes de municípios mais afastados.

A preocupação com a institucionalização e delimitação da área de influência direta do Distrito Federal surgiu na década de 70, durante o período de consolidação da capital do país, quando ocorreu o fenômeno da aceleração do crescimento espacial e demográfico dos municípios limítrofes ao quadrilátero do Distrito Federal, marcando assim o surgimento da chamada “região do entorno”.

A partir de 1975, com a definição do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, foram criadas diferentes delimitações e instituições com o objetivo de desenvolver e gerenciar a região, sempre envolvendo três unidades da Federação: Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

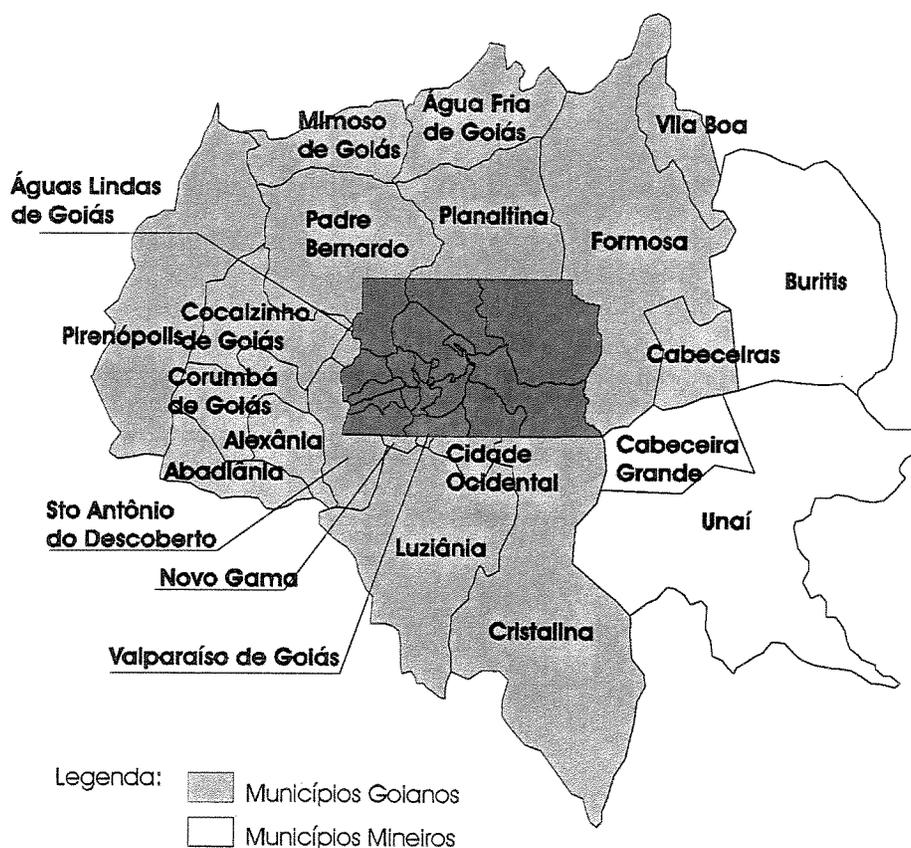
Mais recentemente, em fevereiro de 1998, foi instituída a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF- RIDE-DF, que corresponde à área de influência mais direta do Distrito Federal, com características de região metropolitana.

população em todos os períodos censitários. A migração passou, então, a ter forte peso na explicação das taxas de crescimento demográfico das regiões e Estados brasileiros, tendo sido decisiva no processo de distribuição espacial da população.

A Constituição da RIDE

A RIDE é constituída pelo DF e os municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no Estado de Minas Gerais ⁴¹. (Mapa 2)

Mapa 2 – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno



É importante esclarecer que a Constituição Federal, ao atribuir aos Estados a institucionalização de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, não previu a possibilidade de o fenômeno metropolitano envolver mais de uma UF. Por esse motivo, o Congresso Nacional, em 1998, instituiu nova figura jurídica – a Região Integrada

de Desenvolvimento (Ride), para possibilitar a articulação de ações envolvendo a gestão de território, em áreas que envolvam mais de uma UF. Além da Ride-DF, criada em 1998, atualmente existem a Ride Terezina-Timon (PI e MA) e a Ride Petrolina-Juazeiro (PE e BA).

O desenvolvimento e a configuração espacial da região foram fortemente influenciados pela baixa inserção na economia nacional e pelo baixo dinamismo econômico existente antes da construção de Brasília. Assim, a cidade planejada se inseriu numa região cujos municípios tinham economia baseada em atividades mineradoras e na pecuária e apresentavam configuração espacial bastante dispersa.

A fragilidade econômica de Brasília, com uma precária base primária e secundária, faz com que a capital não exerça forte função econômica polarizadora e de integração regional. Entretanto, a infra-estrutura de transportes, energia e comunicações desempenhou papel fundamental no desenvolvimento regional, incentivando a implantação de atividades econômicas em áreas além da região de influência direta da capital. Antigos pólos regionais, como Anápolis e Goiânia, tiveram seu desenvolvimento alavancado pela criação de Brasília.⁴²

Assim, a concentração de funções administrativas em Brasília e a grande transferência de recursos fiscais por ela recebida fazem com que a capital exerça uma função terciária extremada, transformando-a num grande mercado, inclusive para os principais pólos nacionais, atraindo população em busca de emprego e serviços. Ao mesmo tempo, os núcleos preexistentes no entorno imediato tiveram suas antigas funções enfraquecidas e passaram a exercer importante papel na absorção dessa população atraída para a capital.

Os municípios que compõem a RIDE apresentam perfis bastante diferenciados no que se refere a centralidade, capacidade de atração, retenção de população e, conseqüentemente, taxas de crescimento populacional. Os que se localizam no entorno mais imediato, principalmente na periferia sul do quadrilátero do DF, têm maiores taxas de crescimento populacional, mais altos níveis de centralidade, maiores volumes de migração e maiores densidades habitacionais. Esses municípios, na maioria originários dos

⁴¹ Além destes, deverá ser incluído, na área da região institucionalizada, o município mineiro de Cabeceira Grande, desmembrado de Unai em 1997, que é limitrofe ao Distrito Federal, provavelmente excluído por engano.

⁴² Para maiores detalhes, ver Guimarães e Leme (2002).

desmembramentos de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, têm seu crescimento fortemente influenciado pelo processo de expansão da mancha urbana do DF.

A diferenciação na base econômica dos municípios também é bastante característica na região. Enquanto os que recebem, mais diretamente, impactos do processo de expansão urbana do DF possuem estrutura econômica baseada em atividades de caráter urbano, os demais apresentam fortes participações do setor primário da economia.

A configuração econômica atual da RIDE reflete, em parte, a trajetória econômica do Centro-Oeste, baseada na mineração e, depois, na pecuária. A agropecuária foi a atividade predominante para o conjunto de municípios que a integram, em dois períodos distintos de inserção regional na economia nacional. Em alguns predomina a agricultura de subsistência com da mão-de-obra familiar, enquanto em outros se observa a ocorrência de agropecuária comercial, com maiores índices de produtividade e valores de produção mais significativos.

Principais Aspectos da Economia Regional

A análise do perfil e da evolução da PEA ocupada⁴³, em 2000, demonstra que alguns municípios, como Água Fria de Goiás (46,0%), Mimoso de Goiás (57,2%), Vila Boa (40,0%) e Buritis (36,0%), ainda apresentam significativas participações no setor primário (agropecuária e extração vegetal). Entre 1980 e 2000 houve significativa redução no número de pessoas ocupadas naquele setor na região. Não se pode esquecer, todavia, que o processo de modernização no campo reduziu significativamente o número de ocupações rurais, sem representar queda na produtividade e na participação do setor na economia municipal e regional. Em 1980, alguns municípios apresentavam participações superiores a 60% da população ocupada no setor primário da economia: Buritis (75,3%), Cabeceiras (73,8%), Padre Bernardo (70,3%), Pirenópolis (68,2%), Corumbá de Goiás (67,8%) e Abadiânia (65,1%). É preciso lembrar que esses números, extraídos dos censos

⁴³ Dados da população ocupada segundo os censos demográficos/IBGE de 1980, 1991 e 2000. É importante lembrar que as informações sobre as ocupações nos últimos censos demográficos não são plenamente comparáveis. A informação nos censos 80 e 91 refere-se à declaração de trabalho remunerado ou não nos últimos doze meses, enquanto no censo 2000 a declaração é sobre a existência de trabalho na semana de referência de 23 a 29/07/2000. Os dados da Rais/MTE, apesar de referenciar os empregados ao seu local de trabalho, no caso específico do setor agropecuário, são subdimensionados em função da baixa formalização das relações de trabalho no setor, por isso a opção pelos dados da PEA ocupada, extraídos dos censos/IBGE.

demográficos, registram as ocupações segundo a residência da população e não de acordo com o local de trabalho.

Os municípios que participam mais diretamente do processo de expansão da ocupação urbana do Distrito Federal, localizados na periferia sul do quadrilátero – aqui denominado entorno imediato –, vêm, ao longo das últimas décadas, reduzindo a participação da PEA ocupada no setor agropecuário e extrativo vegetal. A participação do setor, para o conjunto dos municípios, reduziu-se de 25,0% para 7,8% e 3,4% do total da PEA ocupada nestes municípios, entre 1980, 1991 e 2000, respectivamente. No mesmo período, os demais municípios do entorno apresentaram redução menor, passando de 56,0% para 40,0% e 22,3%.

Tabela 1 - Distribuição da PEA Ocupada por os Setor de Atividade na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1980

Residência Atual	Agropecuária e produção	Indústria e produção	Construção civil	Comércio e Serviços	Administração e	Outros	Total	
	extrativa vegetal	extrativa mineral		atividades auxiliares	segurança pública			
Total	60.146	31.658	55.580	72.910	250.011	91.068	6.391	567.764
Buritis **	75,3	2,5	4,5	2,9	12,5	1,5	0,8	100,0
Unai **	57,7	4,4	5,1	8,6	21,8	1,5	1,0	100,0
Abadiânia **	65,1	4,3	9,5	4,0	15,3	1,6	0,1	100,0
Alexânia**	45,8	5,0	7,8	7,6	23,6	1,8	8,3	100,0
Cabeceiras**	73,8	4,6	2,9	2,6	14,2	0,6	1,3	100,0
Corumbá de Goiás**	67,8	8,8	4,4	2,4	12,6	3,2	0,7	100,0
Cristalina **	41,5	11,4	7,8	11,4	22,3	4,3	1,4	100,0
Formosa **	34,7	8,8	10,0	10,0	33,3	2,4	0,8	100,0
Luziânia *	22,1	7,2	16,0	9,3	38,7	5,0	1,6	100,0
Padre Bernardo **	70,3	3,3	4,2	4,6	15,1	1,2	1,2	100,0
Pirenópolis**	68,2	7,1	4,2	3,6	15,5	1,2	0,2	100,0
Planaltina de Goiás*	47,8	4,5	15,6	6,5	21,5	3,3	0,8	100,0
DF	2,4	5,4	9,9	14,0	48,2	19,1	1,1	100,0
* Entorno Imediato	25,5	6,9	1,6	4,8	36,4	4,8	1,5	100,0
** Entorno Distante	56,5	6,2	0,6	4,2	21,0	1,9	1,2	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1980 (tabulações especiais Maria Célia Caiado / NEPO/Unicamp).

O Distrito Federal, desde sua criação, não apresentou desempenho significativo na agropecuária, ocupando, em 1980, apenas 2,4% de sua PEA naquele setor, com redução para 2,2% e 1,4% entre 1991 e 2000.

Apesar das participações significativas apresentadas pelo setor primário (agropecuária e extração vegetal) no total da PEA ocupada de alguns municípios, para o total da RIDE elas não têm o mesmo significado (10,6%, 7,4% e 3,8%, em 1980, 1991 e 2000, respectivamente). Isto ocorre em função da própria estruturação econômica da região,

na qual o núcleo, representado pelo Distrito Federal, tem a economia fortemente ancorada no setor terciário, influenciando assim o total apresentado para a região. Essa especificidade da RIDE decorre da intensidade da centralidade exercida pelo núcleo em relação aos demais, bem como do próprio papel do DF como Capital Federal, aglutinador de população e atividades socioeconômicas geradoras de renda.

Tabela 2 - Distribuição da PEA Ocupada, por Setor de Atividade na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 2000

Em porcentagem

Residência Atual	Agropecuária e produção	Indústria e produção	Construção civil	Comércio e atividades auxiliares	Serviços	Adm. e Segurança Pública	Outras	Total (n° Abs.)
	extrativa vegetal	Extrativa Mineral						
Total	44.586	73.137	96.668	194.090	596.269	145.719	13.070	1.163.543
Buritis **	36,3	7,0	6,2	11,7	30,3	6,1	2,4	100,0
Unai **	23,2	7,5	8,3	20,4	34,8	5,1	0,6	100,0
Abadiânia **	18,8	14,8	8,7	13,3	35,6	5,8	3,0	100,0
Água Fria de Goiás**	46,0	1,8	4,6	4,6	33,5	5,8	3,8	100,0
Águas Lindas de Goiás *	1,4	7,8	18,6	17,0	49,1	3,7	2,5	100,0
Alexânia**	22,3	6,2	11,0	16,3	36,1	5,6	2,6	100,0
Cabeceiras**	27,0	7,1	9,5	14,0	32,0	5,7	4,7	100,0
Cidade Ocidental * Cocalzinho de Goiás**	2,9	5,6	8,1	16,8	52,2	12,3	2,0	100,0
Corumbá de Goiás**	24,0	9,4	8,6	10,4	41,0	4,8	1,8	100,0
Corumbá de Goiás**	30,6	7,9	8,5	9,6	34,6	6,7	2,1	100,0
Cristalina **	25,0	8,2	7,5	17,5	34,9	5,3	1,6	100,0
Formosa **	12,6	7,2	11,1	17,6	43,8	5,7	1,9	100,0
Luziânia *	6,5	10,2	12,7	15,6	47,9	6,5	0,6	100,0
Mimoso de Goiás **	57,2	1,8	5,4	10,3	18,6	6,4	0,3	100,0
Novo Gama *	1,6	8,3	15,3	14,8	50,7	8,4	1,0	100,0
Padre Bernardo **	27,0	9,5	8,9	11,0	39,8	3,6	0,2	100,0
Pirenópolis**	20,4	17,9	12,3	13,1	31,4	4,6	0,3	100,0
Planaltina de Goiás* S. Ant. do Descoberto*	5,1	4,3	17,0	14,9	53,5	4,6	0,7	100,0
Valparaíso de Goiás*	4,7	6,6	18,7	13,9	49,7	6,0	0,4	100,0
Vila Boa**	0,9	7,3	11,3	16,8	53,1	9,9	0,7	100,0
DF	40,0	1,8	7,0	10,1	19,1	19,3	2,7	100,0
	1,4	5,7	6,7	16,9	53,4	14,8	1,1	100,0
* Entorno Imediato	3,4	7,7	2,1	5,3	50,5	7,0	1,1	100,0
** Entorno Distante	22,3	8,4	1,3	5,6	36,8	5,5	1,5	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Em que pese a reduzida expressão das ocupações no setor primário regional, a produção agrícola representa importante papel na economia regional, sendo encontrada em diferentes estágios de modernização e inserção na economia nacional e mesmo no processo produtivo mais dinâmico implantado na Região Centro-Oeste, nas últimas décadas.

Entre os municípios que compõe a RIDE, alguns apresentam altos índices de produtividade, principalmente no cultivo de produtos das lavouras temporárias, como milho e soja, destinados ao complexo agroindustrial regional e às exportações. São exemplos de municípios com alta produtividade no cultivo desses produtos: Alexânia, Unai, Cristalina e Luziânia. Nos demais, predomina o sistema tradicional de plantio, com baixos índices de modernização, complementado pela pecuária extensiva, ambos com produtividade abaixo da média nacional e do Centro-Oeste. Não obstante, a pecuária é responsável por 58,1% do pessoal ocupado no setor, na região, o que pode significar retenção de população nas áreas rurais. Os principais municípios em número de rebanho bovino são Unai, Formosa, Pirenópolis, Cristalina, Padre Bernardo e Brasília, sendo que Brasília e Unai apresentam produtividade acima da média nacional na pecuária leiteira. Destacam-se na produção e criação de suínos: Brasília, Pirenópolis, Unai, Luziânia e Formosa.⁴⁴

As principais especificidades da economia da RIDE, em relação às principais regiões metropolitanas do país, são a elevada participação do setor terciário e a reduzida expressão da produção na economia da região.

A distribuição das atividades econômicas no valor adicionado bruto, que é uma *proxi* do PIB, mostra que, no DF, núcleo da região, a participação da indústria, em 1998, é de apenas 6,9%, sendo a indústria da construção responsável por 4,0%, a indústria de transformação, por 2,2% e os serviços industriais de utilidade pública (energia, gás e água), por 0,7%. A agropecuária responde por 0,5% e o setor terciário por 92,6 % do total, segundo as Contas Regionais do IBGE (1998).

No terciário, tem destaque a administração pública, com 37,3%, em 1998, seguida por atividades e intermediação financeira (33,4%) e atividades imobiliárias e serviços prestados a empresas (10,0%). A significativa participação das atividades de intermediação financeira deve-se ao fato de as transações do Banco Central do Brasil serem registradas no DF.

Segundo os dados da RAIS⁴⁵, para 2001, das 3.449 unidades locais existentes destinadas à atividade industrial (incluídos os serviços de utilidade pública e a construção

⁴⁴ A análise sobre a produção agropecuária foi elaborada a partir de informações do Censo Agropecuario de 1996.

⁴⁵ Relação Anual de Informações Sociais - Os dados obtidos por meio das declarações das empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego trazem informações sobre o número de empregados com registro em carteira. Apesar da possibilidade de subestimação nas informações em virtude das estatísticas serem organizadas a partir de registro administrativo, essas informações se constituem em importante indicador da atividade econômica e da evolução do

civil), 2.811 (81,5% do total) localizavam-se no Distrito Federal, empregando 55.740 (85,0%) das pessoas ocupadas neste setor na região.

Tabela 3 - Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto a Preço Básico – Distrito Federal 1985 – 1998

Atividades econômicas	Em porcentagem			
	Anos			
	1985	1990	1995	1998
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	0,4	0,3	0,5	0,5
Indústria extrativa mineral	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de transformação	2,4	1,4	2,1	2,2
Eletricidade, gás e água	0,6	0,3	0,8	0,7
Construção	2,6	1,7	4,4	4,0
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	2,1	3,6	3,4	2,1
Alojamento e alimentação	1,4	0,8	1,5	1,3
Transportes e armazenagem	1,9	0,7	1,6	1,8
Comunicações	1,2	0,7	3,8	3,6
Intermediação financeira	57,4	68,6	34,1	33,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	4,3	3,3	8,6	10,0
Administração pública, defesa e seguridade social	23,4	17,3	35,9	37,3
Saúde e educação mercantis	1,4	1,0	2,5	2,4
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,1	0,1	0,2	0,2
Serviços domésticos	0,5	0,2	0,4	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1998, microdados

Entre os demais municípios, apenas dois apresentaram participações do setor no total regional que merecem destaque: Luziânia, com 4,0% das unidades locais (ULs) e 5,0% do pessoal ocupado (PO), e Unai com 3,2% das ULs e 2,3% do PO na região.

A indústria na RIDE é incipiente na geração de empregos e na renda. Em 2001, empregava apenas 3,0% do pessoal ocupado com vínculo formal de trabalho, e o número de unidades locais industriais representava apenas 5,4% das ULs regionais.

As economias municipais apresentaram participações significativas da indústria: Luziânia (15,3% das unidades locais e 27,5% do pessoal ocupado), Abadiânia (38,5% e 19,2%), Alexânia (27,5% e 15,8%) e Pirenópolis (24,3% e 24,5%), ainda que incipientes no total da região.

No contexto regional, fortemente influenciado pelos números do Distrito Federal, surgem como principais ramos industriais a indústria de produtos alimentícios e bebidas e a construção civil, responsáveis, respectivamente, por 15,0% e 37,0% das unidades industriais instaladas na RIDE. Em relação aos empregos gerados, somam-se aos dois

ramos industriais já citados os serviços industriais de utilidade pública (47,2% construção, 15% alimentos e bebidas e 14% serviços de utilidade pública).

A exemplo do total regional, entre os demais municípios, principalmente os de maior representatividade regional, também se destaca a produção de alimentos e bebidas como principal atividade industrial, seja no número de estabelecimentos, seja na geração de postos de trabalho. Apenas nos municípios de Pirenópolis e Padre Bernardo, assumem maior importância no contexto municipal os segmentos de extração mineral e produção de minerais não metálicos, chegando a empregar juntos 82,4% do pessoal ocupado na indústria de Pirenópolis e 64% no município de Padre Bernardo.

Tabela 4 – Participação da População Ocupada, por Principais Setores de Atividade Industrial - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 2001

Em porcentagem

Municípios	Pessoal Ocupado na Indústria							Construção
	Extr. Mineral	Min não Met.	Metalúrgica	Madeira e Mobiliário	Química	Alimentos e Bebidas	Serviços de Util. Pública	
Total da Ride	1,6	3,1	2,7	2,8	2,5	15,5	14,0	47,2
Buritis**	3,5	1,8	0,0	8,8	0,0	56,1	14,0	1,8
Unai**	2,8	12,8	2,6	6,2	0,1	25,9	3,7	35,0
Abadiânia**	15,8	50,5	0,0	0,0	0,0	16,3	2,7	14,7
Água Fria de Goiás**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1	0,0	88,9
Águas Lindas de Goiás*	2,2	1,1	66,7	27,8	0,0	0,0	0,0	2,2
Alexânia**	13,2	17,4	4,2	24,3	3,5	9,7	2,8	18,1
Cabeceiras**	60,0	30,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0
Cidade Ocidental*	0,0	0,0	1,0	0,0	3,1	93,2	1,0	0,0
Cocalzinho de Goiás**	84,6	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	5,1	2,6
Corumbá de Goiás**	22,6	0,0	0,0	0,0	0,0	49,1	5,7	22,6
Cristalina**	3,3	2,4	2,4	0,0	0,0	14,6	1,6	33,3
Formosa**	15,7	6,7	3,7	9,1	6,1	30,5	7,1	16,3
Luziânia**	2,4	3,8	6,5	6,5	21,2	42,3	1,0	10,9
Mimoso de Goiás**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Novo Gama*	0,0	15,7	0,0	1,3	11,9	37,7	1,3	28,9
Padre Bernardo**	2,7	61,3	0,0	2,7	0,0	11,7	0,0	21,6
Pirenópolis**	55,1	27,0	0,0	4,4	0,0	3,2	0,6	2,9
Planaltina*	25,5	16,0	1,1	0,0	0,0	18,1	1,1	30,3
Santo Antônio do Descoberto*	0,0	32,8	7,5	9,0	14,9	29,9	3,0	0,0
Valparaíso de Goiás*	0,0	23,6	1,0	19,1	15,2	22,0	14,9	2,9
Vila Boa**	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DF	0,7	2,1	2,5	2,3	1,4	13,3	15,4	51,2
*Entorno Imediato	3,0	6,5	6,7	7,1	18,0	40,7	2,1	11,0
**Entorno Distante	14,5	16,3	2,1	6,2	1,2	22,6	3,9	24,3

Fonte: MTE - RAIS 2001

Predominam na estruturação industrial da região, e do Distrito Federal isoladamente, as indústrias tradicionais. São inexpressivos os segmentos industriais mais modernos e dinâmicos, como metalúrgica, mecânica, material elétrico, química, produção de petróleo e farmacêutica, entre outros, que envolvem trabalhadores com posição mais elevada entre o operariado, em razão de as ocupações exigirem maior qualificação, de terem nível mais elevado de remuneração e de proteção social e de os trabalhadores apresentarem maior grau de organização corporativa.⁴⁶

A economia, de modo geral, e a estruturação da indústria na RIDE, em particular, são fortemente influenciadas pela presença da capital nacional. Os indicadores populacionais e de geração de empregos e renda do DF predominam e demonstram o grau de centralidade do núcleo em relação aos demais municípios. A função administrativa exercida pela sede e a subsequente concentração de renda, de atividades econômicas e de população, aliadas ao plano inicial de ocupação que teve como principal determinante a intervenção do Estado, são responsáveis pela principal especificidade da RIDE: a grande participação do terciário na economia regional.

A construção da capital ocorreu sobre uma estrutura econômica pouco dinâmica, sendo que, o território ocupado é parte integrante de municípios antigos, que tiveram seu auge econômico no período de exploração da mineração. Para alguns desses municípios, a implantação do DF trouxe a possibilidade de dinamização da economia local, através de atividades terciárias, uma vez que se davam o incremento populacional e a formação do mercado consumidor no DF e seu entorno.

É importante lembrar que Brasília exerce função polarizadora na região da RIDE, em virtude da concentração de funções administrativas e não em função do setores secundário e primário da economia. Por abrigar postos de trabalho de elevada remuneração, além de transferência de recursos fiscais, Brasília se constituiu em grande mercado consumidor, atraindo população e incentivando a expansão da ocupação em municípios do entorno. Com isso, criou-se uma relação de forte dependência entre o DF e os municípios do entorno, principalmente no que se refere ao atendimento da demanda por empregos, equipamentos e serviços sociais.

⁴⁶ A divisão da indústria geral (indústria de transformação e extrativa mineral) em indústria dinâmica e tradicional seguiu metodologia desenvolvida pelo IPPUR na definição das categorias socioocupacionais. Para maiores detalhes ver IPPUR/UFRJ – FASE (2001).

Em face de todo este processo de ocupação e desenvolvimento da região, as atividades que assumem maior importância são aquelas ligadas ao setor terciário, principalmente, administração pública, comércio e hotelaria, esta última diretamente relacionada à função administrativa da capital, e aos serviços de alimentação, transportes e comercialização e administração de imóveis.

Dessa forma, surgem como principais empregadores na região a administração pública, a prestação de serviços e o comércio. Segundo os dados da Rais 2001, o setor de serviços empregava 657.872 pessoas, dos quais 95,8% trabalhavam no Distrito Federal (630.170). Do total regional empregado no setor, 399.273 (60,7%) dos postos de trabalho foram classificados como integrantes da administração pública. Não se pode esquecer que estes dados se referem aos empregos formais e que o setor informal assume papel cada vez maior na economia nacional, o que certamente atenua esta participação no total de ocupações regionais.

Os serviços de alojamento e comunicações e as atividades administrativas e técnicas profissionais apresentavam as maiores participações depois da administração pública, com 14,1% e 11% do total de empregos do setor.

Para a maioria dos municípios, a administração pública predomina como principal empregador, exceto em Abadiânia, onde as atividades administrativas e técnicas são responsáveis por 44,6% dos empregos do setor. Nos municípios de Mimoso de Goiás e Vila Boa a administração pública era o grande empregador, representando 100% dos empregos no setor de serviços.

Para o total da região, os serviços são responsáveis por 79,9% dos empregos. A análise segundo a localização espacial dos municípios demonstra que a participação do setor é mais elevada nos municípios que integram o entorno imediato do Distrito Federal: os serviços representavam a 81,3% dos empregos formais no DF, 63% nos municípios do entorno imediato e 52% nos demais municípios do entorno.

O comércio foi responsável por 11,8% dos empregos regionais, sendo que a predominância para todos os municípios da região foi do comércio varejista, que representava 89,4% desses empregos. A exemplo dos demais setores da economia, o DF respondeu por 88,8% dos empregos do setor na região.

Tabela 5 - População Ocupada no Setor de Serviços, por Ramo de Atividade - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 2001

Em porcentagem

Município	Pessoal Ocupado						
	Instituições Financeiras	Serviços Administrativos, Técnicos e Profissionais	Transportes e Comunicações	Alojamento	Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	Ensino	Administração Pública
Total	3,5	11,0	4,8	14,1	2,4	3,4	60,7
Buritís	4,3	2,9	3,1	10,5	5,4	1,3	72,4
Unai	5,4	9,8	13,5	17,9	6,6	13,4	33,4
Abadiânia	0,6	44,6	2,8	16,7	0,0	1,8	33,5
Água Fria de Goiás	0,0	0,0	4,4	0,0	0,0	0,0	95,6
Águas Lindas de Goiás	0,0	1,2	20,8	2,9	0,9	5,1	69,3
Alexânia	4,3	0,4	0,7	9,5	3,3	3,5	78,3
Cabeceiras	2,0	0,7	2,7	0,7	0,0	0,0	94,0
Cidade Ocidental	0,9	1,1	25,3	7,3	0,9	12,9	51,6
Cocalzinho de Goiás	0,8	11,3	1,4	6,7	0,2	0,4	79,2
Corumbá de Goiás	3,4	0,0	0,8	11,9	2,5	0,0	81,4
Cristalina	3,2	3,0	3,6	11,2	1,0	4,5	73,5
Formosa	4,2	6,0	12,2	17,4	6,0	13,1	41,3
Luziânia	2,1	4,7	20,2	8,5	2,6	8,9	53,0
Mimoso de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Novo Gama	0,0	0,5	20,6	1,4	0,3	3,8	73,4
Padre Bernardo	3,0	0,3	1,5	13,0	0,0	0,2	81,9
Pirenópolis	1,9	0,6	0,8	31,5	1,8	0,2	63,2
Planaltina	1,5	0,9	19,7	3,9	1,6	9,3	63,1
Santo Ant do Descoberto	0,4	0,9	17,1	4,1	0,4	9,1	68,0
Valparaíso de Goiás	2,1	5,9	13,1	12,7	3,5	19,5	43,3
Vila Boa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
DF	3,6	11,3	4,4	14,3	2,4	3,2	60,9
Entorno imediato	1,3	3,1	18,9	6,9	1,9	10,2	57,6
Entorno Distante	3,5	7,5	7,0	15,3	3,6	7,0	56,0

Fonte: MTE – RAIS, 2001

No contexto regional, apesar do predomínio do DF em relação aos demais municípios, alguns municípios têm conseguido dinamizar sua base econômica, destacando-se na economia regional, ainda que com participações pequenas se comparadas ao DF. Luziânia, segundo em termos de população⁴⁷, apesar dos inúmeros desmembramentos sofridos nas últimas décadas⁴⁸, é o segundo em termos de participação no total da economia regional, seguido por Unai e Formosa.

Em termos de número de unidades produtivas, segundo as informações da Rais 2001, Luziânia tem 21,5% dos estabelecimentos industriais, 17,8% dos estabelecimentos do setor serviços e 17,2% dos estabelecimentos comerciais da região, localizados fora do Distrito Federal. Formosa (21,5% dos industriais, 15,6% dos de serviços e 15,5% dos comerciais) e Unai (17,1%, 16,9% e 18,8% respectivamente) são os próximos mais

⁴⁷ A evolução e dinâmica demográfica da região serão apresentadas no capítulo seguinte.

⁴⁸ A população do município, segundo o censo 2000, era de 140.813 hab, porém, se fossem desconsiderados apenas os desmembramentos ocorridos na década de 90, o município teria 349.445 habitantes. Entre 1993 e 1997, o município deu origem a três novos municípios: Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás.

importantes. Para aqueles três municípios, os ramos de atividade predominante são os mesmos para o total da região: indústria de produtos alimentícios e de bebidas, comércio varejista e administração pública, tanto em número de estabelecimentos como de empregos gerados.

Em síntese, a RIDE apresenta como principais características e especificidades da região baixa diversificação produtiva, frágil base econômica, além de evidente predominância do terciário.

Desse modo, a partir da divisão regional do trabalho, é possível reconhecer nítida diferenciação entre os municípios: alguns apresentam funções de subcentros, enquanto outros desempenham papel de cidades-dormitórios, pela ausência de diversificação produtiva e sua dependência em relação à concentração de empregos e atividades no Distrito Federal.

O DF e seu entorno apresentam estrutura urbana inter-regional marcada pelas desigualdades sociais e espaciais na distribuição de renda, na localização das atividades econômicas e conseqüentemente dos empregos, e nas condições de moradia e acesso à infra-estrutura urbana e aos serviços e equipamentos sociais.

Alguns municípios, como Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Alexânia, têm a agropecuária como base da economia municipal, alguns com alta produtividade, mas sem grandes participações no mercado nacional ou regional, apesar do complexo agroindustrial presente em áreas próximas, no Centro-Oeste, e da produção de grãos verificada em alguns desses municípios.

Outros núcleos mais antigos, que tiveram base econômica menos frágil, principalmente no período da mineração, conseguiram dinamizar o setor terciário, sem no entanto se constituírem em subcentros regionais, a exemplo de Luziânia, Formosa e Unai.

As estatísticas socioeconômicas regionais – principalmente sobre crescimento demográfico, expansão da mancha urbana, inserção ocupacional, acesso à renda, à moradia e à infra-estrutura urbana – apontam para a formação de uma extensa periferia, constituída principalmente por municípios localizados na periferia sudoeste do quadrilátero.

Tabela 6 - População Ocupada e Unidades Locais, por Setores de Atividade Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno - 2001

Município	Indústria Dinâmica		Indústria Tradicional		Serv. Utilidade Públ.		Construção Civil		Comércio		Serviços		Adm Pública		Agricul-tura		Outras/ Ignorado		Nº Absoluto		Em porcentagem	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	2,2	1,0	3,2	1,9	0,1	1,1	3,4	3,6	45,8	11,8	43,9	31,4	0,7	48,5	0,7	0,6	38.666	822.860	100,0	100,0	100,0	100,0
Buritis	1,5	0,9	5,9	5,1	0,7	1,0	1,5	0,1	59,6	23,8	23,5	15,4	0,7	40,5	6,6	13,2	136	798	0,4	0,1	0,4	0,1
Unai	2,0	1,1	8,7	12,2	0,2	0,8	1,1	7,6	60,7	33,7	24,1	26,0	0,4	13,0	2,7	5,6	912	6.450	2,4	0,8	2,4	0,8
Abadiânia	0,0	0,0	30,8	15,9	3,1	0,5	4,6	2,8	33,8	12,4	23,1	45,4	3,1	22,9	1,5	0,1	65	957	0,2	0,1	0,2	0,1
Água Fria de Goiás	0,0	0,0	7,7	1,1	0,0	0,0	7,7	8,9	46,2	7,3	7,7	3,4	7,7	72,1	23,1	7,3	13	179	0,0	0,0	0,0	0,0
Águas Lindas de Goiás	1,7	2,3	2,6	1,1	0,0	0,0	0,4	0,1	69,6	23,4	25,2	22,5	0,4	50,7	0,0	0,0	230	2.570	0,6	0,3	0,6	0,3
Alexânia	4,2	2,2	17,8	10,3	1,7	0,4	3,4	2,8	44,9	23,5	24,6	10,9	1,7	39,5	1,7	10,3	118	914	0,3	0,1	0,3	0,1
Cabeceiras	0,0	0,0	10,7	4,5	3,6	0,5	0,0	0,0	42,9	5,7	17,9	2,2	3,6	35,0	21,4	52,1	28	403	0,1	0,0	0,1	0,0
Cidade Ocidental	2,6	0,7	5,8	11,3	0,6	0,1	0,0	0,0	63,2	18,8	25,8	33,3	1,3	35,5	0,6	0,3	155	1.583	0,4	0,2	0,4	0,2
Cocalzinho de Goiás	0,0	0,0	13,2	6,2	2,6	0,3	2,6	0,2	47,4	8,2	28,9	17,7	5,3	67,4	0,0	0,0	38	582	0,1	0,1	0,1	0,1
Corumbá de Goiás	0,0	0,0	8,2	14,7	4,1	1,2	2,0	4,6	40,8	9,3	36,7	12,7	4,1	55,6	4,1	1,9	49	518	0,1	0,1	0,1	0,1
Cristalina	1,3	0,6	4,9	2,3	0,3	0,1	2,0	1,5	56,2	26,8	28,1	14,2	0,3	39,3	6,9	15,2	306	2.722	0,8	0,3	0,8	0,3
Formosa	2,1	1,5	5,9	7,3	0,3	0,8	1,7	1,9	61,0	34,1	27,4	31,0	0,3	21,7	1,3	1,7	749	4.429	1,9	0,5	1,9	0,5
Luziânia	3,8	8,9	8,6	15,3	0,6	0,3	2,3	3,0	56,5	20,2	26,2	23,6	0,2	26,6	1,8	2,1	894	11.446	2,3	1,4	2,3	1,4
Mimoso de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	64,5	60,0	35,5	5	110	0,0	0,0	0,0	0,0
Novo Gama	1,8	1,1	8,9	4,3	0,6	0,1	2,4	2,3	69,0	17,9	16,1	19,8	1,2	54,5	0,0	0,0	168	2.034	0,4	0,2	0,4	0,2
Padre Bernardo	0,0	0,0	13,2	10,6	0,0	0,0	1,5	2,9	48,5	10,5	25,0	13,1	2,9	59,4	8,8	3,4	68	817	0,2	0,1	0,2	0,1
Pirenópolis	0,0	0,0	23,0	23,6	0,7	0,1	0,7	0,7	40,8	14,6	31,6	22,2	1,3	38,1	2,0	0,6	152	1.392	0,4	0,2	0,4	0,2
Planaltina	0,9	0,2	8,1	5,2	0,4	0,1	3,0	2,3	64,1	23,7	20,9	24,9	0,4	42,6	2,1	1,0	234	2.426	0,6	0,3	0,6	0,3
Stº Antônio do Descoberto	3,1	0,7	5,6	2,0	0,6	0,1	0,0	0,0	61,1	9,7	25,9	27,8	1,9	59,1	1,9	0,7	162	2.431	0,4	0,3	0,4	0,3
Valparaíso de Goiás	1,9	1,2	7,4	4,4	0,4	1,0	1,7	0,2	59,2	26,0	28,9	38,1	0,4	29,1	0,2	0,0	530	4.564	1,4	0,6	1,4	0,6
Vila Boa	0,0	0,0	7,1	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9	2,9	0,0	0,0	7,1	65,0	42,9	26,7	14	240	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasília	2,3	0,9	2,4	1,5	0,1	1,1	3,6	3,7	43,9	11,1	46,6	31,8	0,7	49,5	0,5	0,4	33.640	775.295	87,0	94,2	87,0	94,2
Entorno imediato	2,6	4,4	7,3	8,9	0,5	0,3	1,8	1,7	60,8	20,6	25,4	26,7	0,5	36,3	1,1	1,0	2.373	27.054	6,1	3,3	6,1	3,3
Entorno Distante	1,7	0,9	9,2	9,8	0,6	0,6	1,6	3,6	56,4	26,2	25,9	22,9	0,9	29,1	3,7	6,9	2.653	20.511	6,9	2,5	6,9	2,5

Fonte: MTE - RAIS, 2001.

Diferente dos demais municípios da região, cuja dependência da centralidade do DF é menor, os municípios localizados no entorno imediato apresentam estreitas relações de dependência com a sede regional, diante da absorção de grandes contingentes populacionais de baixa renda, atraídos por moradia mais acessível, sem, no entanto, gerar atividades que ampliem o acesso a empregos e renda. O atendimento às demandas por empregos e equipamentos sociais desses municípios, ainda que insatisfatoriamente, cabe ao Distrito Federal. Estes municípios, devido ao incremento populacional, têm sido alvo de vários desmembramentos de território, dando origem a novos municípios, que mantêm os velhos problemas.

A Evolução Demográfica no Distrito Federal: o processo embrionário de formação da RIDE

No período de implantação e no início da consolidação urbana da nova capital, o Estado foi o grande promotor da ocupação do solo, atuando como planejador, construtor e financiador da ocupação, além de o grande proprietário de terras. Tornou-se, assim, o principal agente do processo de urbanização da região, o que diferencia a ocupação em relação às demais cidades brasileiras em alguns aspectos da gestão do solo urbano.⁴⁹

A especificidade da atuação estatal no processo de ocupação territorial do DF se deve mais às condições excepcionais de posse pública da terra e às possibilidades de controle sobre o uso e ocupação do solo, do que à sua atuação efetiva na mediação ou atenuação dos conflitos gerados nas disputas pelo acesso à terra urbana dos diferentes segmentos populacionais.

É importante lembrar que os princípios estabelecidos no projeto de criação da nova Capital – inseridos pela modernidade no contexto político e ideológico de superação do atraso econômico nacional e cuja maior expressão era o projeto urbanístico extremamente setorizado –, associados à posse estatal da terra urbana e rural do DF, geraram uma expectativa de gestão urbana baseada no planejamento e com atuação estatal capaz de determinar o ritmo, a direção e a qualidade do crescimento urbano.

⁴⁹ A análise do processo de ocupação do DF e entorno teve por base as conclusões da pesquisa Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano, realizada em 1997 (IPEA, USP, UnB, UFRJ 2001).

A questão da posse estatal, sem dúvida, foi um instrumento decisivo da atuação estatal no processo de ocupação urbana do DF, o que certamente não impediu as desigualdades no acesso às localizações urbanas. A questão relativa à multiplicidade de regimes de propriedade das terras⁵⁰ constituiu-se em prerrogativa para a ilegalidade no acesso à terra urbana, sendo utilizada como instrumento pelo mercado imobiliário, em resposta às tentativas de controle da ocupação por parte do Estado. Destarte, no período de construção e implantação do DF, o Estado manteve o monopólio sobre a terra, cabendo-lhe a decisão sobre a oferta e o parcelamento de áreas disponíveis para a ocupação.

A ocupação inicial se efetiva a partir da premissa básica que irá determinar a atuação estatal no processo de ocupação territorial: a preservação do núcleo central, formado pelo Plano Piloto. No entanto, como resposta às tentativas de controle do Estado, ao mesmo tempo em que se implantava o Plano Piloto, a pressão populacional exercida principalmente pelos operários que construíam a nova capital obrigava o Estado a reconhecer a força dos movimentos sociais, e como resposta formava-se a periferia, constituída pelas cidades-satélites, implantadas a partir da oferta de lotes pela Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), com o objetivo de abrigar não só o contingente de população operária migrante, mas também parte dos funcionários públicos com posições mais baixas na hierarquia funcional, sem acesso às terras localizadas no Plano Piloto.

No processo de ocupação periférica, surgiram inicialmente as Regiões Administrativas de Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Gama (1960), Guará (1966) e Ceilândia (1970), inaugurando assim o polinucleamento característico da estruturação urbana inicial da região. Esses núcleos, denominados cidades-satélites, foram previstos no projeto urbanístico para serem implementados a partir da saturação do limite populacional estabelecido para o Plano Piloto, sendo que a antecipação da sua implantação em áreas distantes do núcleo principal gerou grandes vazios urbanos e deu início ao processo de

⁵⁰A constituição de 1891 estabeleceu que as terras devolutas da União passariam a pertencer aos estados, exceto as áreas incluídas no perímetro de 14.400km², destinado à implantação da capital no Planalto Central, a serem demarcadas futuramente. Um Decreto-Lei promulgado em 1967 determinou que fossem respeitados os direitos dos proprietários particulares, cujas posses constassem nos registros paroquiais, ou fossem baseadas em ações de usucapião até 01/01/1917, ou em documento de venda ou doação feitas pela União após a Constituição de 1891. Assim, a implantação do DF não extinguiu a propriedade privada da terra, resultando na existência de diferentes naturezas de propriedade, com terras públicas, via desapropriação; terras particulares; e terras públicas e particulares em comum.

ocupação gerenciado pela atuação estatal, com clara divisão social do espaço urbano, que permeou o processo de estruturação urbana no DF e entorno.

Entre 1960 e 1970, a população do DF mais do que triplicou, passando de 140,1 mil para 537,5 mil habitantes. A taxa média anual de crescimento de 14,9% ao ano estava fortemente influenciada por intenso processo migratório, com saldo médio anual de 30 mil pessoas, basicamente pela transferência de funcionários federais da antiga capital e de trabalhadores da construção civil.⁵¹

Durante a década de 70 ocorreram a consolidação de Brasília como centro urbano e o início da fixação de parte do contingente migratório nos municípios limítrofes ao DF. Iniciou-se, assim, a constituição de uma aglomeração urbana, com a conurbação entre alguns municípios e algumas cidades-satélites. Concomitantemente à ocupação de municípios limítrofes, iniciou-se o processo de ampliação da área de influência de Brasília, marcado pela expansão dos setores comercial e de prestação de serviços. Brasília, como pólo regional, passou a oferecer mais infra-estrutura social, com melhores serviços nas áreas de educação, saúde, etc., ampliando, assim, a atração de mais população.

Durante aquele período, a ocupação do solo urbano no Distrito Federal foi condicionada pela preocupação com a preservação de recursos hídricos, uma vez que o DF se localiza estrategicamente em área de nascentes, tributárias de importantes bacias hidrográficas dos rios Paraná, Tocantins e São Francisco. A ocupação, submetida inicialmente ao Planidro (Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do DF), criado em 1970, consolidou-se através da atuação do Poder Público, localizando as cidades-satélites, na medida do possível, fora da Bacia do Paranoá, visando a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que era reforçado o modelo de ocupação territorial seletivo, com uma clara divisão social do espaço.

O Planidro recomendou a não ocupação dos espaços livres na Bacia do Paranoá, estabeleceu um limite populacional para aquela área e definiu o Zoneamento Sanitário para o DF. Consolidou-se, assim, o Anel Sanitário de Brasília, delimitado pela Estrada Parque do Contorno, contornando a Bacia do Paranoá, o que afastou as pressões dos operários e dos agentes imobiliários por ocupação urbana.

⁵¹ Os cálculos sobre saldos Migratórios aqui apresentados foram elaborados pelo IPEA, USP, UnB, UFRJ (2001).

A definição do plano e a implementação do anel sanitário estabeleceram a direção da atuação estatal na estruturação urbana, acentuando a seletividade espacial através da valorização do Plano Piloto como sede com melhores condições de habitação, infraestrutura e concentração de atividades geradoras de empregos, em detrimento dos demais núcleos urbanos, onde a qualidade de vida era inferior e a ocupação precária. Os núcleos urbanos preexistentes à definição do quadrilátero do DF (Planaltina e Brazlândia) foram desconsiderados no plano e mantidos no isolamento.

A premissa da preservação do meio ambiente tornou-se básica para a gestão do uso e ocupação do solo no DF. A partir de então, vários planos foram elaborados com o objetivo de preservar a bacia do Paranoá e dar continuidade ao processo de espraiamento da ocupação, através da criação de novas cidades-satélites, afastando as pressões por ocupação.

O cenário político nacional vivia sob a ideologia estabelecida nas diretrizes definidas pelo segundo Plano Nacional de desenvolvimento (II PND), que vigeu entre 1975 e 1979, e previa a articulação de programas regionais (Pergerb e Polocentro⁵²) para o desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília. O planejamento era a resposta para as demandas e pressões populares e os planos constituíram instrumento da ação estatal. Nesse contexto, o Plano Estrutural de Organização Territorial – Peot, elaborado em 1977, estabeleceu rígidas limitações à abertura de novos espaços urbanos, através da preservação principalmente dos mananciais do Descoberto e de São Bartolomeu, e da continuidade da preservação da Bacia do Paranoá. Essas restrições à ocupação acabaram por definir o vetor de expansão em direção à região sudoeste do quadrilátero, priorizando a ocupação entre os núcleos do Gama e Taguatinga – única faixa de terra não protegida pelos instrumentos de controle definidos pela política de uso e ocupação do solo urbano.

No período de 1970 a 1980, a população do DF passou de 537,5 mil para 1.176,9 mil habitantes, crescendo a uma taxa média anual de 8,15%. A migração teve grande influência nas taxas de crescimento, responsável por 64,3% do incremento populacional no período. O saldo migratório de 411,4 mil pessoas (41,1 mil pessoas/ano) não mais se constituía somente de funcionários transferidos e de trabalhadores da construção civil.

⁵² Pergerb – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, criado através da Emenda Ministerial nº 04/1975 .
Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975) – programa de ação regional do II PND, teve como

Tabela 7 Componentes do Crescimento Demográfico - Distrito Federal 1960 - 2000

Ano	População Total	Incremento Populacional Total	Taxa Média Anual de Crescimento	Crescimento		Participação Relativa do Crescimento Migratório
				Natural (nascimentos - óbitos)	Migratório (saldo migratório)	
1960	140.164	-	-	-	-	-
1970	537.492	397.328	14,39	67.313	330.015	83,1
1980	1.176.935	639.443	8,15	228.051	411.392	64,3
1991	1.601.094	424.159	2,84	326.376	97.783	23,1
2000	2.051.146	450.052	2,79	325.971	124.081	27,6

Fonte: NOGALLES, 2004. Estimativa baseada nas taxas de natalidade e mortalidade da Secretaria de Saúde do Distrito Federal

Na mesma década, a população dos municípios limítrofes passou de 50,2 mil para 120,8 mil habitantes, com taxa média anual de 9,19% e um saldo migratório líquido estimado em 6 mil pessoas/ano. A ocupação urbana foi marcada pela dispersão da ocupação em núcleos distantes do centro principal, com grandes vazios entre eles. A RA de Taguatinga já concentrava população, juntamente com a RA de Brasília, que abrigava o Plano Piloto e adjacências (O Guará e o Núcleo Bandeirantes até então integravam a RA de Brasília) (tabela 8).

Tabela 8 - População e Taxa de Crescimento do DF 1970-2000

Região Administrativa	População				População (%)				Taxa média de crescimento anual (%)		
	1970 (1)	1980 (2)	1991	2000	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00
Total do DF	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	100,00	100,00	100,00	100,00	8,15	2,84	2,79
Brasília	272.002	410.999	458.556	528.842	50,61	35,07	28,64	25,78	4,21	1,00	1,60
Gama	75.947	139.016	153.279	322.546	14,13	11,86	9,57	15,73	6,23	0,89	8,62
Taguatinga	109.584	479.839	719.969	751.933	20,39	40,94	44,97	36,66	15,91	3,76	0,48
Brazlândia	11.521	22.504	41.119	52.698	2,14	1,92	2,57	2,57	6,92	5,63	2,80
Sobradinho	42.782	69.094	81.521	128.789	7,96	5,90	5,09	6,28	4,91	1,51	5,21
Planaltina	21.032	50.356	90.185	147.114	3,91	4,04	6,72	10,31	9,12	5,44	5,59
Paranoá	4.624	5.100	56.465	119.224	0,86	0,27	2,44	2,68	0,98	24,43	8,66

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

1 – Dados extraídos de Paviani (1991).

2 – Os dados referentes às RAs de Planaltina e Paranoá são estimativas que absorvem a população da extinta RA Jardim

3 – os dados desconsideram os desmembramentos de RAs após a década de 70, para efeito de comparabilidade.

Como já foi mencionado anteriormente, as cidades satélites surgiram na década de 60, após acelerado processo de crescimento do Distrito Federal, chegando ao início dos anos 80 com a ocupação próxima ao limite. A pressão populacional pela ocupação de áreas infra-estruturadas gera a subdivisão de lotes e a constituição de locações de fundo de

principais medidas a concessão de crédito subsidiado e a construção de infra-estrutura básica, como estradas e

quintal nas cidades satélites ocupadas e a proliferação de favelas no centro e na periferia da aglomeração.

Em resposta ao explosivo crescimento das favelas e ocupações ilegais, o governo do DF criou, em 1982, o grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Ocupações (Gepafi), visando a urbanização dessas áreas onde fosse possível, a transferência da população invasora para áreas próximas, quando a ocupação no próprio local da invasão não fosse possível, ou a transferência para áreas previstas no Peot.

Até 1986, a atuação do Gepafi representou alteração em relação à postura de atuação estatal, com urbanização de algumas favelas. Como resultado, algumas ocupações, como Vila Metropolitana, Cadangolândia, Vila Planalto, entre outras, foram urbanizadas e a população fixada no local. Com a mudança de governo, volta a política de erradicação de favelas e a transferência de população para áreas periféricas.

A Constituição de 1988 possibilitou a definição de novas normas relativas à política urbana, estabelecendo novos instrumentos de gestão urbanística. No DF, além da elaboração da Lei Orgânica e do Plano Diretor, as relações de poder foram alteradas em função da instalação do Poder Legislativo local que, a partir de 1990, passou a legislar concorrentemente com o Poder Executivo sobre gestão territorial.

A partir da nova correlação de forças, e numa tentativa de resolver ou atenuar as ocupações e as sublocações, o GDF passou a atuar criando e distribuindo lotes semi-urbanizados para a população de baixa renda, gerando novas cidades-satélites (Samambaia, Paranoá e Santa Maria), expandindo a maioria das já existentes e fixando algumas ocupações. Essa atuação incorporou novos espaços ao DF. Entre 1977 e 1991, o espaço urbano sofreu acréscimo de 16.888 ha, representando cerca de 73% de aumento, via incorporação de novos espaços⁵³.

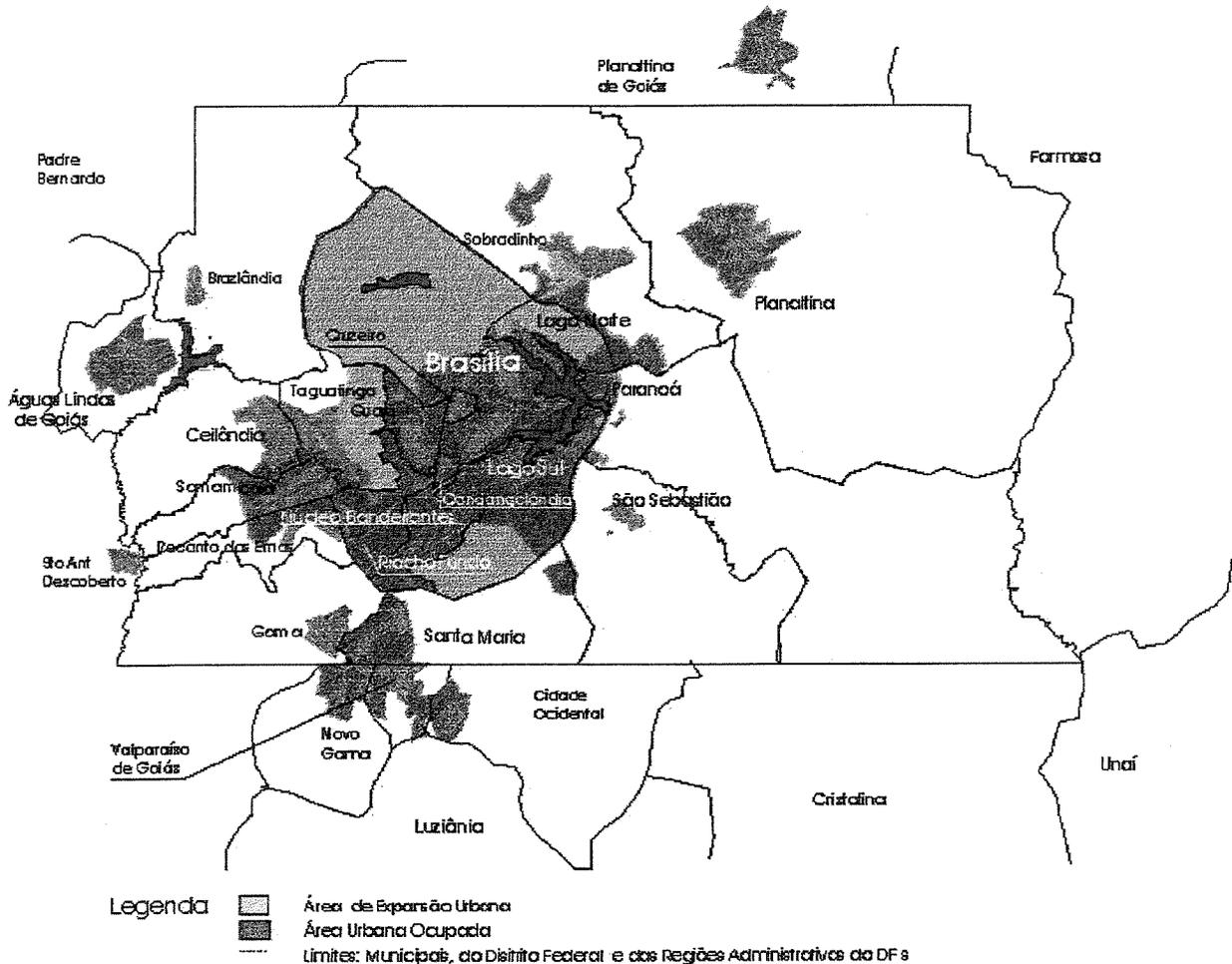
Durante a década de 80, em todo país ocorreu o fenômeno de desconcentração de população e de atividades econômicas nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com a diminuição da atratividade e dos fluxos migratórios em direção às sedes regionais (Pacheco e Patarra, 2000). Brasília, como sede regional, enfrentou ainda uma situação de

eletrificação rural (Hogan 2002.).

⁵³ Sobre a expansão urbana no DF ver Anjos, (1991).

diminuição da oferta de empregos públicos devido à conclusão do processo de transferência dos órgãos estatais para a nova capital.

Mapa 3 – Ocupação Urbana na RIDE



Naquele período, a taxa média anual de crescimento do DF caiu para 2,84% e o fluxo demográfico decresceu, apresentando um saldo migratório estimado em 12 mil pessoas/ano, entre 1980 e 1991. Os municípios limítrofes apresentaram saldo migratório de aproximadamente 13 mil pessoas/ano e uma taxa média de crescimento anual de 8,96%.

A expansão da ocupação nos municípios limítrofes ao DF intensificou-se na década de 90, instaurando o processo de formação e expansão da periferia regional do DF. Sua constituição é diferenciada das demais periferias metropolitanas, uma vez que tem uma função eminentemente residencial, com fortes características de municípios-dormitório.

Entre as RAs do DF, as que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional, de 1991 a 2000, foram as mais periféricas (Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e São Sebastião), com expansão da mancha urbana principalmente em direção a Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás.

Na periferia regional, houve continuidade no processo de expansão e consolidação, principalmente na periferia sul, nos novos municípios de Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, todos desmembrados de Luziânia.

Análise segundo as Regiões Administrativas

Em 1964, o DF era dividido em Regiões Administrativas: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Jardim, sem no entanto apresentar correspondência de área com as atuais RAs. Em 1989 foram definidas mais quatro e as anteriormente existentes foram redefinidas, passando, a partir de então, apenas por desmembramentos e não mais redefinições de limites. Da RA de Brasília foram desmembrados o Núcleo Bandeirantes, Guará e Cruzeiro. Da de Taguatinga saíram Ceilândia e Samambaia. A RA Jardim foi extinta, com seu território incorporado pelas RAs de Planaltina e Paranoá.

Em 1993 foram criadas Santa Maria, Recanto das Emas (ambas desmembradas do Gama), Riacho Fundo (desmembrada do Núcleo Bandeirantes) e São Sebastião (saída da RA Paranoá). Em 1994 foram criadas outras três: Lago Sul e Lago Norte (desmembradas da RA Brasília) e Candangolândia (desmembrada do Núcleo Bandeirantes). Em 2003 foram criadas quatro novas: Águas Claras (desmembrada de Taguatinga), Varjão (desmembrada do Lago Norte), Sudoeste/Octogonal (desmembrada do Cruzeiro) e Riacho Fundo II. Em 08 de janeiro de 2004, foi criada a RA Park Way, desmembrada do Núcleo Bandeirantes. Assim, atualmente o DF é dividido em 24 RAs.⁵⁴

⁵⁴Os dados apresentados na tabela 9 desconsideram os desmembramentos ocorridos no período 1970/2000, de modo a permitir a comparabilidade entre os períodos.

No período entre 1970 e 1980, a RA de Taguatinga apresentou taxa média anual de crescimento de 15,9% e, no fim do período, concentrava 40,9% da população do DF, enquanto a RA de Brasília teve a sua participação reduzida para 35,0% do total.⁵⁵

O final da década de 70 foi um período de crescimento das ocupações e subdivisões irregulares de lotes, abrigando inquilinos de fundo de quintal, devido à retração da oferta de habitações financiadas pelo Estado. O último grande conjunto habitacional construído no DF foi em 1979.

Na década de 80 a população do DF cresceu em ritmo mais lento e as taxas médias de crescimento anual das RAs, de modo geral, foram menores. No entanto, a da RA de Paranoá, situada a sudeste do quadrilátero, foi de 24,4% ao ano, pela forte expansão das ocupações.⁵⁶

As cidades satélites existentes no início dos anos 80 encontravam-se bastante adensadas, praticamente com a ocupação no limite e com grande contingente populacional residindo em ocupações ilegais. Levantamentos realizados pelo GDF, em 1982, apontaram cerca de 70 mil pessoas vivendo em ocupações, sendo a Vila Paranoá a maior delas, abrigando 15 mil habitantes.⁵⁷ A RA de Paranoá aumentou sua participação relativa no total do DF de 0,27% para 2,4% entre 1980 e 1990, com taxa média anual de crescimento de 24,4%.

A administração do GDF que assumiu em 1986 voltou a erradicar favelas e outras ocupações irregulares, reforçando a formação periférica e restringindo a ocupação no núcleo central e adjacências. A política de preservação ambiental foi intensificada e foram criadas, entre 1985 e 1989, quatro Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, além de duas Áreas de Proteção Ambiental – APAs, e a reserva ecológica do Guará, buscando a preservação e o controle das ocupações. Ainda naquele período, mesmo que de forma não institucionalizada em política definida, o Estado tentou conter os fluxos migratórios,

⁵⁵Os dados apresentados para a RA de Taguatinga incluem Ceilândia, criada no final da década de 70, para abrigar população invasora removida de diversas localidades do DF. Estima-se que 100 mil pessoas tenham sido removidas para Ceilândia entre 1971 e 1977.

⁵⁶ Segundo Paviani,(1991), as ocupações foram incentivadas por boatos especulativos, que nunca se confirmaram, a respeito de perspectiva de doação de terras pertencentes à viúva do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O autor estima que a população residente nas ocupações da Vila Paranoá tenha passado de 5,1 mil em 1980 para 36,0 mil habitantes em 1987.

⁵⁷ IPEA (2001).

oferecendo passagens gratuitas para o retorno ao local de origem, para migrantes que habitavam áreas de ocupação ilegal.⁵⁸

Em 1988 o GDF criou um Programa de Assentamento para população residente em ocupações ilegais, com oferta de lotes semi-urbanizados de dimensões entre 125 e 250m². Os lotes foram ofertados com a demarcação das vias e a instalação de energia elétrica e o abastecimento de água era realizado através de chafarizes ou carros pipas. Ao todo, no período de 1987 a 1995, foram ofertados 109.128 lotes, abrigando uma população de 607.617 habitantes.

Além da criação de novos setores em cidades satélites já existentes, foi criada, em 1989, a RA de Samambaia, para onde foram removidos 163.170 habitantes. A área ocupada do DF teve crescimento de 70%, entre 1977 e 1991, passando de 23 mil para 40 mil hectares.⁵⁹ O efeito do programa de assentamento na distribuição espacial da população e no crescimento periférico do DF pode ser observado pela evolução demográfica entre 1991 e 2000.

O período foi marcado pelo crescimento das RAs mais periféricas, criadas em 1993: Santa Maria, Riacho Fundo, Recanto das Emas e São Sebastião, que apresentaram as maiores taxas e tiveram elevadas suas participações no total do DF e suas densidades demográficas. As quatro RAs localizam-se a sudoeste do quadrilátero, limítrofes aos municípios goianos que integram o eixo mais dinâmico em termos de crescimento populacional do entorno regional e para onde foram transferidos cerca de 233.609 habitantes, devido à remoção de moradores de áreas ilegais (ver tabela 9 e Mapa 4).

A despeito das medidas de criação de novos setores para abrigar a população de alta e média renda – como a criação de Águas Claras e a permissão de constituição de condomínios na RA Park Way (no setor Mansões), Mansões Dom Bosco e Mansões do Lago –⁶⁰, a demanda por habitações para esses segmentos populacionais não foi atendida e o período foi marcado pelo acirramento da ilegalidade no acesso à terra representada por condomínios habitados por população de média e alta renda. A abertura da possibilidade de parcelamento do solo através da iniciativa privada, definida no PDOT/92, alimentou o

⁵⁸ Muitos dos que aceitaram as passagens retornaram algum tempo depois e realizaram novas ocupações, como pode ser observado em notícias veiculadas pela imprensa local.

⁵⁹ Anjos (1991).

⁶⁰ Os lotes nesses setores mediam entre 10 e 20 mil m², e a permissão para implantação de condomínios possibilitou sua subdivisão.

processo especulativo da terra urbana no DF, com super valorização de terrenos, e a opção por condomínios irregulares acabou por atender à demanda por habitação da população de renda mais elevada.

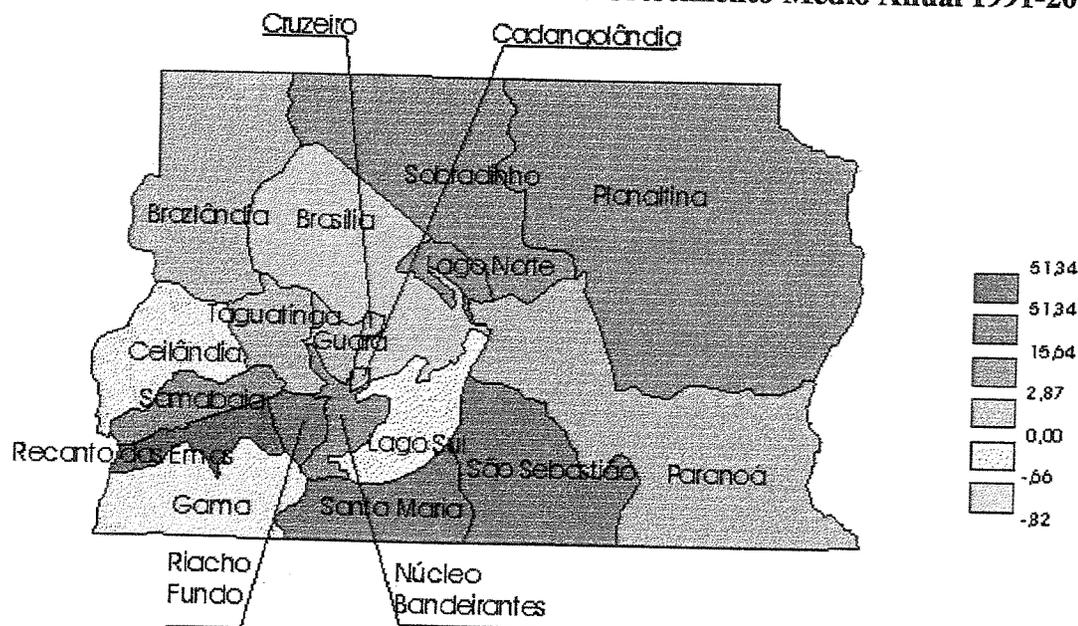
Tabela 9 - População, Taxa de Crescimento e Densidade Demográfica Distrito Federal 1991- 2000

Região	População		População (%)		Taxa de crescimento	Densidade (hab/km ²)	
	1991	2000	1991	2000	91/2000	1991	2000
Total DF	1.601.094	2.051.146	100,00	100,00	2,79	280,19	354,31
Brasília	213.764	198.422	13,35	9,67	-0,82	490,90	420,28
Gama	136.209	130.580	8,51	6,37	-0,47	503,76	472,53
Taguatinga	228.249	243.575	14,26	11,88	0,72	1.877,82	2.003,91
Brazlândia	41.119	52.698	2,57	2,57	2,80	86,60	110,98
Sobradinho	81.521	128.789	5,09	6,28	5,21	142,37	224,92
Planaltina	90.185	147.114	5,63	7,17	5,59	58,76	95,86
Paranoá	39.065	54.902	2,44	2,68	3,85	45,78	64,34
Riacho Fundo	5.680	41.404	0,35	2,02	24,70	101,39	739,09
Núcleo Bandeirante	27.878	36.472	1,74	1,78	3,03	346,61	453,46
Ceilândia	364.289	344.039	22,75	16,77	-0,63	1.581,60	1.493,68
Guará	97.374	115.385	6,08	5,63	1,90	2.141,97	2.538,17
Cruzeiro	51.230	63.883	3,20	3,11	2,48	5.756,18	7.177,87
Samambaia	127.431	164.319	7,96	8,01	2,87	1.205,58	1.554,58
Candangolândia	14.130	15.634	0,88	0,76	1,13	2.137,67	2.365,20
Recanto das Emas	2.240	93.287	0,14	4,55	51,34	22,13	921,63
Lago Norte	18.640	29.505	1,16	1,44	5,24	282,08	446,50
Lago Sul	29.860	28.137	1,86	1,37	-0,66	162,82	153,43
Santa Maria	14.830	98.679	0,93	4,81	23,44	68,70	457,14
São Sebastião	17.400	64.322	1,09	3,14	15,64	45,35	167,63

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000

Apesar da oferta de moradia como resultado do programa de assentamento da população de baixa renda no período de 1988 a 1994, as ocupações persistiam no território do DF no início de década de 90, localizadas principalmente na RA de Brasília, inclusive no Plano Piloto. Além da ação estatal na remoção da população invasora, o processo de expulsão dos segmentos populacionais de baixa renda e constituição de localização periférica e a valorização da terra urbana gerada pela melhoria das condições de infraestrutura nas cidades satélites realimentaram a mobilidade intra-urbana e a segregação socioespacial dos mais pobres. Estes se viram compelidos a revender seus lotes e se transferir para áreas com preço mais barato, apropriando-se assim da renda fundiária urbana gerada pela valorização.

Mapa 4 – Regiões Administrativas DF - Taxa de Crescimento Médio Anual 1991-2000

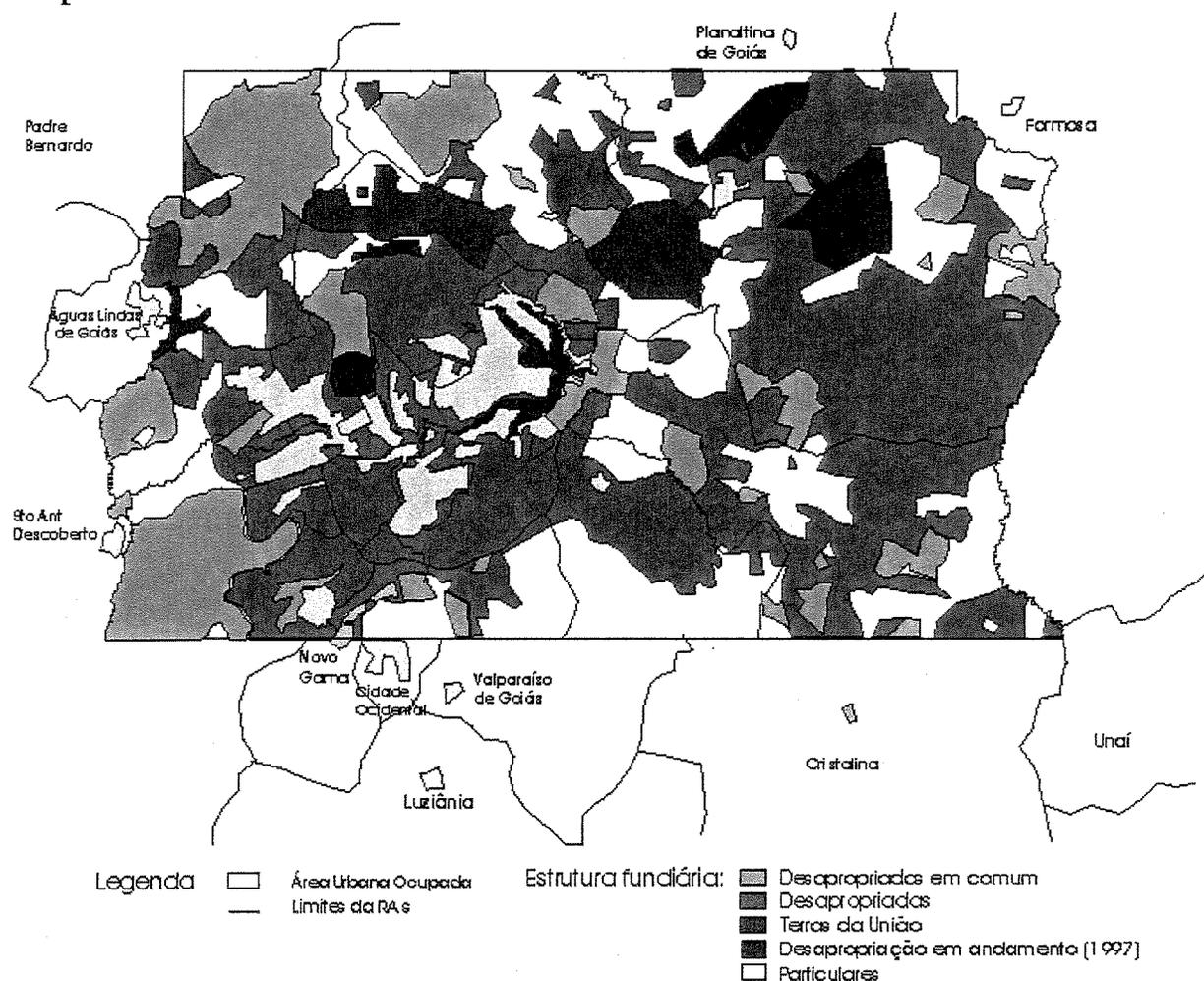


Segundo estudo realizado pelo departamento de arquitetura na Universidade de Brasília, desde do início do processo de ocupação do DF, a transferência populacional em direção à periferia tem sido incrementada pela supervalorização das terras.

A partir de 1970, a classe média de mais baixo poder aquisitivo, que ainda permanecia nas quadras populares de Brasília, premida pela alta dos preços dos apartamentos e dos aluguéis, inicia um movimento em direção à periferia, incrementando as cidades-satélites já existentes. Os proprietários desses imóveis que permaneceram em Brasília, mais especificamente, no Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul (a fileira das quadras '700'), deram início ao 'encortçamento', sob a forma de aluguel de quartos e 'vagas'. Nas cidades-satélites, esse mesmo fenômeno se deu sob a forma de sublocação dos 'fundos-de-lote'"(Holanda, et alii, pág 8)

A atuação de grileiros e especuladores sempre esteve presente no processo de criação e implantação da nova capital. Ao mesmo tempo em que surgiram as ocupações da população de baixa renda, a ilegalidade no acesso a terra se ampliou, a partir da atuação do grande capital imobiliário que, se beneficiando da multiplicidade do regime de propriedade da terra e do benefício da dúvida gerado pelo questionamento da legitimidade da posse pública da terra urbana e rural, passou a parcelar e vender lotes à margem da fiscalização pública (Mapa 5).

Mapa 5 – Estrutura Fundiária do Distrito Federal



Fonte: PEOT/1977 - Codeplan

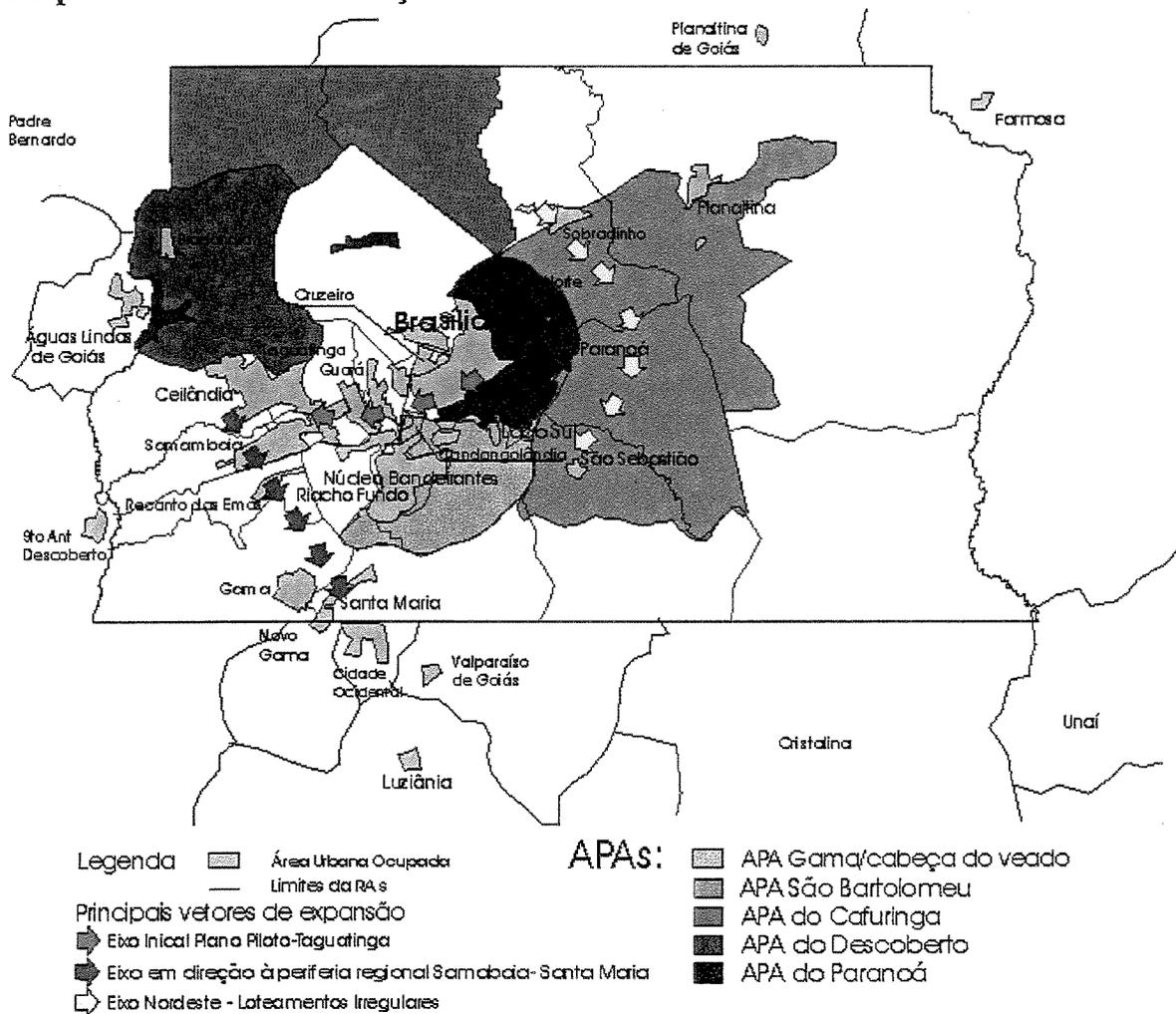
Esses loteamentos destinados aos segmentos de alta e média renda – na maioria das vezes localizados em áreas de preservação ou de interesse para a preservação ambiental –, muitos deles próximos ao Lago Paranoá, se multiplicaram ao sabor do mercado, sem interferência direta do poder público, e acabaram por constituir um novo vetor de expansão, na direção nordeste, não previsto nos instrumentos urbanísticos em vigor.

Apesar dos inúmeros instrumentos criados (leis, grupos executivos, etc.), a ação estatal visando a contenção do fenômeno da ilegalidade dos parcelamentos clandestinos não tem alcançado resultados satisfatórios. Em 1985, quando foi criado o primeiro grupo para regularização, eram 150 loteamentos¹. Segundo levantamentos do GDF, em 1989, eram 170 loteamentos clandestinos, 57% localizados em APAs.

¹ Ipea (2000).

Em 1995, o relatório do Grupo Executivo de Trabalhos sobre Parcelamentos Irregulares – GET/PI apontou 529 empreendimentos, localizados principalmente próximos ao Lago Paranoá, na parte urbana das RAs de São Sebastião, Paranoá, Planaltina e Sobradinho, o que, em parte, explica a elevação nas taxas de crescimento populacional das três primeiras, no período. Dos 232 considerados como viáveis, 625 eram urbanos e 38% rurais. Entre os parcelamentos urbanos, 57% estavam localizados em Áreas de Proteção Ambiental (APA), principalmente nas APAs dos Rios São Bartolomeu e Descoberto (Mapa 6).

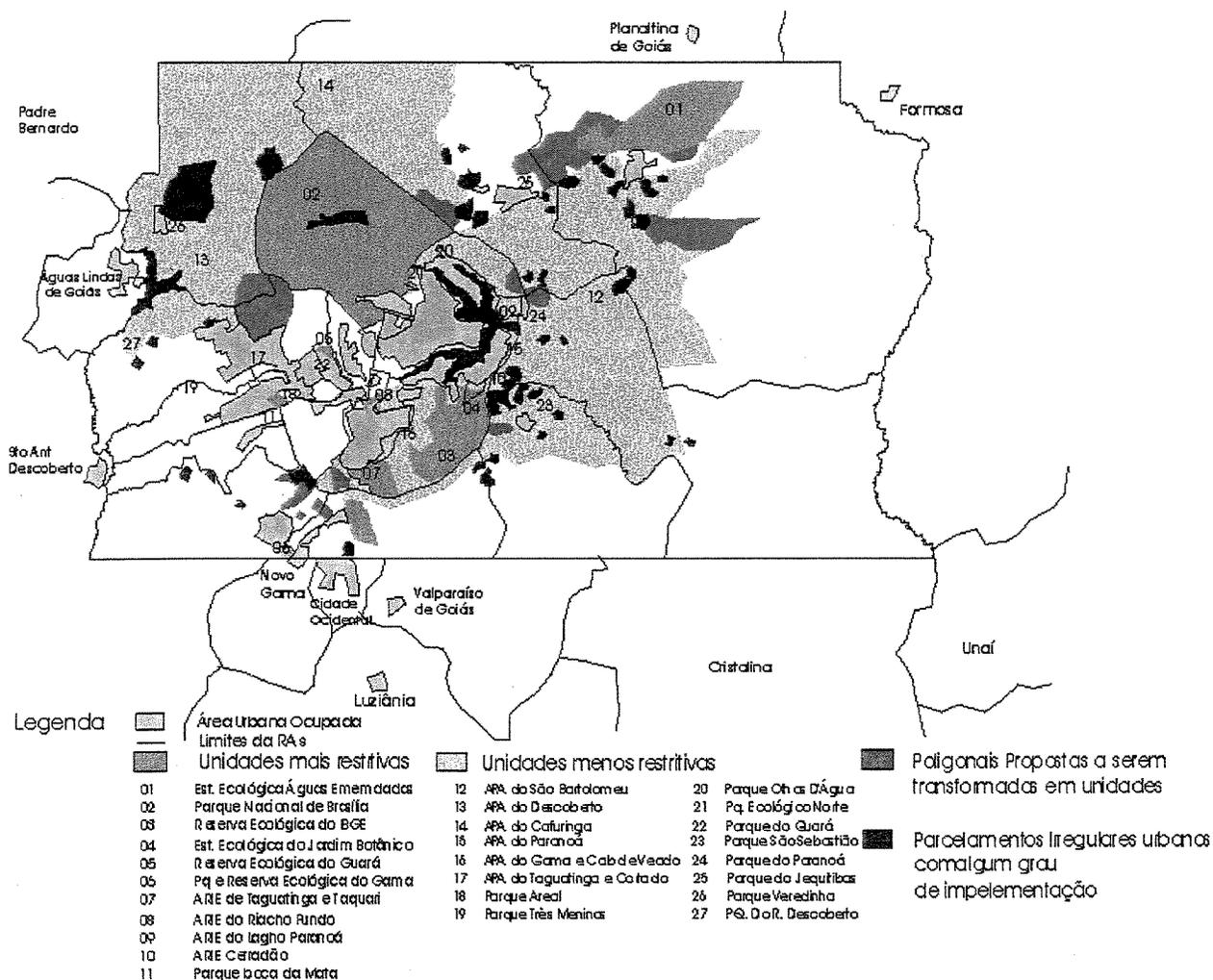
Mapa 6 – Áreas de Preservação Ambiental e Eixos de Crescimento



Fonte: Imagens satélite Landsat. 1999/ INPE - Mosaico do Brasil

Os planos mais recentes elaborados para o DF (Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT/92 e PDOT/97) reforçaram o modelo de ocupação polinucleada e a bipolaridade dos principais centros – Plano Piloto e Taguatinga. No entanto, o macrozoneamento apresentado no PDOT/97 fortalece o processo de conurbação urbana, principalmente na direção sudoeste, e reconhece como vetor de expansão as ocupações irregulares realizadas através de loteamentos ilegais para a classe média alta, na direção nordeste/sudeste (Mapa 7).

Mapa 7 – Áreas de Preservação e Parcelamentos Irregulares



Atualmente, a configuração espacial do DF aponta para uma ocupação diferenciada daquela anteriormente existente, com o processo de conurbação em dois eixos principais: um seguindo o traçado do metrô entre o Plano Piloto e Samambaia (eixo Cruzeiro/Taguatinga); e o outro partindo de Samambaia em direção às RAs Recanto das

Emas, Gama e Santa Maria, no sentido da periferia sul (eixo Samambaia/Santa Maria). Além desses, surge o eixo Nordeste, constituído basicamente pela proliferação de loteamentos irregulares, destinados à população de renda média, ocupando, muitas vezes, áreas de preservação.

Evolução e Distribuição Demográfica na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

O início da década de 80 foi marcado pela continuação do processo de expulsão da população que não consegue se inserir no espaço do DF, surgindo o processo de formação da periferia regional através da aceleração na ocupação em municípios do entorno, principalmente naquelas localizados nos principais eixos de expansão do DF.

Na verdade, o quadro que possibilitou a ocupação da periferia regional já vinha sendo delineado desde a construção da nova capital. Segundo os principais estudos sobre o processo de ocupação, a oferta de lotes no entorno do DF é antecedente à demanda por ocupação urbana desses municípios goianos. Já na década de 60, surgiram os primeiros loteamentos com objetivos especulativos.

A partir dos anos 70, passou a existir grande oferta de lotes e conjuntos habitacionais, com facilidades para o pagamento, em áreas adjacentes ao quadrilátero, ao mesmo tempo em que vigoravam restrições à ocupação no DF, com baixa oferta de moradia, principalmente para a população de baixa renda.

A RIDE é composta por uma rede de cidades que, em sua maioria, são de médio e pequeno portes. Além do DF, apenas dois municípios apresentam população superior a 100 mil habitantes (Águas Lindas de Goiás e Luziânia), segundo o censo demográfico de 2000. Seis outros municípios têm população entre 50 e 100 mil (Formosa, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Unai), seis entre 20 e 50 mil habitantes (Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Padre Bernardo, Pirenópolis e Buritis) e oito possuem menos de 20 mil habitantes (Abadiânia, Água Fria, Cabeceiras, Cocalzinho

de Goiás, Corumbá de Goiás, Mimoso de Goiás, Vila Boa e Cabeceira Grande), sendo o menor deles Mimoso de Goiás, com apenas 2.801 habitantes.⁶²

A distribuição espacial da população na RIDE expressa a forte polaridade exercida pelo DF, que concentra mais de 70% da população regional, em 2000. Os municípios que apresentam as maiores participações no total da população regional são Luziânia (4,8%), Águas Lindas de Goiás (3,6%) e Valparaíso de Goiás (3,2%), todos diretamente envolvidos no processo de expansão urbana do DF, que teve como principal eixo a direção sudoeste, constituindo uma periferia regional, a partir das RAs e dos municípios goianos limítrofes, localizados naquela direção.

Como forma de análise mais sintética da expansão urbana/metropolitana, serão utilizados neste capítulo três diferentes recortes espaciais, abrangendo os municípios que compõem a RIDE. Será denominado entorno imediato o conjunto de municípios goianos vizinhos ao DF e que tiveram seus processos de ocupação e crescimento demográfico diretamente relacionados à expansão urbana do DF.

Compõem o Entorno Imediato o município de Luziânia e seus desmembramentos ocorridos – Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás (desmembrado de Santo Antônio do Descoberto em 1997) –, todos a sudoeste do DF, e o município de Planaltina de Goiás localizado na direção nordeste. Esses municípios, além do DF, apresentam as maiores participações no total da população regional e também as mais elevadas densidades demográficas, sendo o mais denso deles Valparaíso de Goiás, com 1.555,63 habitantes por km².

O Distrito Federal será tratado como um recorte único devido às dificuldades relacionadas à expansão dos dados da amostra dos censos anteriores, apesar das especificidades da sua estruturação interna, constituída por uma região central formada pelo Plano Piloto e adjacências e uma periferia interna formada pelo conjunto das cidades satélites. No entanto, sempre que os dados permitirem desagregação, a análise será realizada segundo suas regiões administrativas.

⁶² O município de Cabeceira Grande, desmembrado de Unai em 1997, não integra a RIDE oficialmente, apesar de ser limítrofe ao DF. No entanto, acreditando que este é um erro que deverá ser corrigido, ele foi incluído na área de análise.

Tabela 10 - População, Participação Relativa e Densidade Demográfica na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000

U F	Município	População				População (%)				Densidade hab/Km ²							
		1970 ⁽⁴⁾	1980 ⁽⁴⁾	1991	2000	1970 ⁽⁴⁾	1980 ⁽⁴⁾	1991	1996	2000	1970	1980	1991	1996	2000		
DF Goiás	Brasília	537.492	1.176.908	1.601.094	1.821.946	2.031.146	70,5	77,4	74,1	71,5	69,4	92,32	202,14	275,00	312,94	352,30	
	Abadânia	7.772	9.005	9.402	10.144	11.452	1,0	0,6	0,4	0,4	0,4	7,40	8,58	8,97	9,68	10,93	
	Água Fria de Goiás*	808	1.456	3.976	3.771	4.469	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,40	0,71	1,95	1,85	2,19	
	Águas Lindas de Goiás***	-	-	-	61.478	105.746	-	-	-	2,4	3,6	-	-	-	-	320,36	551,05
	Alexânia	9.390	12.124	16.472	18.623	20.047	1,2	0,8	0,8	0,7	0,7	11,03	14,24	19,36	21,89	23,56	
	Cabeceiras	4.056	4.986	6.464	5.973	6.758	0,5	0,3	0,3	0,2	0,2	3,68	4,53	5,78	5,35	6,05	
	Cidade Ocidental**	-	-	-	33.147	40.377	-	-	-	1,3	1,4	-	-	-	-	85,04	103,58
	Coalzinho de Goiás**	-	-	-	12.780	14.626	-	-	-	0,5	0,5	-	-	-	-	7,12	8,15
	Corumbá de Goiás	18.439	20.209	19.663	8.643	9.679	2,4	1,3	0,9	0,3	0,3	6,43	7,05	6,87	8,11	9,08	
	Cristalina	11.600	15.991	24.937	28.262	34.116	1,5	1,1	1,2	1,1	1,2	1,88	2,59	4,03	4,57	5,51	
	Formosa	28.874	43.296	62.982	68.704	78.651	3,8	2,8	2,9	2,7	2,7	4,19	6,28	9,14	11,79	13,50	
	Lozânia	27.785	80.089	207.674	106.695	141.082	3,6	5,3	9,6	4,2	4,8	6,03	17,37	44,98	26,84	35,49	
	Mimoso de Goiás*	2.138	4.046	3.750	2.584	2.801	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	1,54	2,91	2,69	1,86	2,01	
	Novo Gama***	-	-	-	60.447	74.380	-	-	-	2,4	2,5	-	-	-	-	314,34	386,79
Padre Bernardo	6.243	11.811	16.500	16.879	21.514	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	2,02	3,82	5,24	5,36	6,83		
Pirenópolis ⁽¹⁾	32.065	29.320	25.056	20.964	21.245	4,2	1,9	1,2	0,8	0,7	7,33	6,71	5,72	9,58	9,70		
Planaltina de Goiás	8.164	14.716	40.201	58.576	73.718	1,1	1,0	1,9	2,3	2,5	3,21	5,78	15,78	22,99	28,94		
São Ant. do Descoberto*	5.022	12.725	35.509	46.194	51.897	0,7	0,8	1,6	1,8	1,8	4,58	11,60	31,33	49,06	55,12		
Valparaíso de Goiás***	-	-	-	75.380	94.856	-	-	-	3,0	3,2	-	-	-	-	1.248,01	1.570,46	
Vila Boa**	-	-	-	2.720	3.287	-	-	-	0,1	0,1	-	-	-	-	2,56	3,09	
Euritis	9.810	15.416	18.417	19.796	20.396	1,3	1,0	0,9	0,8	0,7	1,88	2,95	3,52	3,78	3,89		
Cabeceira Grande	-	-	-	5.407	5.920	-	-	-	0,2	0,2	-	-	-	-	0,27	5,72	
Unaf ⁽²⁾	52.303	67.883	69.612	65.216	70.033	6,9	4,5	3,2	2,6	2,4	5,18	6,72	6,88	8,67	8,25		
Total RIDE⁽³⁾	761.961	1.519.981	2.161.709	2.554.329	2.958.196	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	12,84	25,62	36,40	46,02	52,26		

Fonte: IBGE/1970/1980/1991/2000

(1) O município perde população em função do desmembramento de Vila Propício, em 1996.

(3) o total da RIDE perde população em 1996 em função do desmembramento dos municípios de Urumã de Minas e de Vila Propício que, apesar de desmembrados de municípios que a compõem não foram incorporados a região.

(4) População dos municípios de Água Fria de Goiás e Mimoso de Goiás reconstituída segundo os antigos distritos

** Município desmembrado em 1989

*** Município instalado em 1993

**** Município instalado em 1997

Os demais municípios que compõem a RIDE (“Entorno distante”) e que não sofreram impacto direto do processo de expansão urbana periférica do DF serão denominados “Entorno distante”.

A população da RIDE é eminentemente urbana, com uma taxa de urbanização de 93,3%, segundo os últimos dados censitários. Apenas três municípios apresentaram taxas de urbanização inferiores a 50,0%: Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Cocalzinho de Goiás. Os municípios localizados no entorno imediato e o DF registraram as maiores taxas, todas acima de 85,0% (Tabela 11).

Tabela 11 - População, Taxa de Crescimento e Densidade Demográfica Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000

U F	Município	População				Taxa de crescimento (% a.a.)		
		1970 ⁽¹⁾	1980 ⁽¹⁾	1991	2000 ⁽²⁾	70-80	80-91	91-00
DF	Brasília	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	8,15	2,84	2,79
Goiás	Abadiânia	7.772	9.005	9.402	11.452	1,48	0,39	2,22
	Água Fria de Goiás*	808	1.456	3.976	4.469	6,07	9,56	1,31
	Águas L. de Goiás***	-	-	-	-	-	-	-
	Alexânia	9.390	12.124	16.472	20.047	2,59	2,83	2,21
	Cabeceiras	4.056	4.986	6.464	6.758	2,09	2,39	0,50
	Cidade Ocidental**	-	-	-	-	-	-	-
	Cocalzinho de Goiás**	-	-	-	-	-	-	-
	Corumbá de Goiás	18.439	20.209	19.663	24.305	0,92	-0,25	2,38
	Cristalina	11.600	15.991	24.937	34.116	3,26	4,12	3,54
	Formosa	28.874	43.296	62.982	81.938	4,13	3,47	2,97
	Luziânia	27.785	80.089	207.674	350.695	11,17	9,05	5,99
	Mimoso de Goiás*	2.138	4.046	3.750	2.801	6,59	-0,69	-3,19
	Novo Gama***	-	-	-	-	-	-	-
	Padre Bernardo	6.243	11.811	16.500	21.514	6,58	3,09	2,99
	Pirenópolis ⁽⁴⁾	32.065	29.320	25.056	21.245	-0,89	-1,42	-1,82
	Planaltina de Goiás	8.164	14.716	40.201	73.718	6,07	9,57	6,97
	Sto Ant. do Descoberto	5.022	12.725	35.509	157.643	9,74	9,78	18,01
	Valparaíso de Goiás***	-	-	-	-	-	-	-
	Vila Boa**	-	-	-	-	-	-	-
MG	Buritís	9.810	15.416	18.417	20.396	4,62	1,63	1,14
	Cabeceira Grande ***	-	-	-	-	-	-	-
	Unai ⁽⁵⁾	52.303	67.883	69.612	75.953	2,64	0,23	0,97
Total da RIDE ⁽⁶⁾		761.961	1.519.981	2.161.709	2.958.196	7,15	3,25	3,55

Fonte: Censos Demográficos IBGE/1970/1980/1991/2000 e Contagem IBGE/96

(1) População dos municípios de Mimoso de Goiás e Água Fria de Goiás, reconstituída segundo os antigos distritos

(2) População ignorando os desmembramentos ocorridos na década de 90, exceto para os municípios que depois do desmembramento passaram a não integrar a RIDE

(4) O município perde população em função do desmembramento de Vila Propício em 1996

(5) O município perde população em função dos desmembramentos de Cabeceira Grande e Uruana em 1996

(6) O total da RIDE perde população em função do desmembramento dos municípios de Cabeceira Grande, Uruana de Minas e de Vila Propício que apesar de desmembrados de municípios que a compõe não foram incorporados à região.

* Município desmembrado em 1989

** Município instalado em 1993

*** Município instalado em 1997

O crescimento demográfico da RIDE tem-se reduzido nas últimas décadas, apesar de apresentar uma taxa média anual de 3,5% para o período 1991-2000, considerada elevada se comparada à média nacional ou às grandes metrópoles nacionais.⁶³

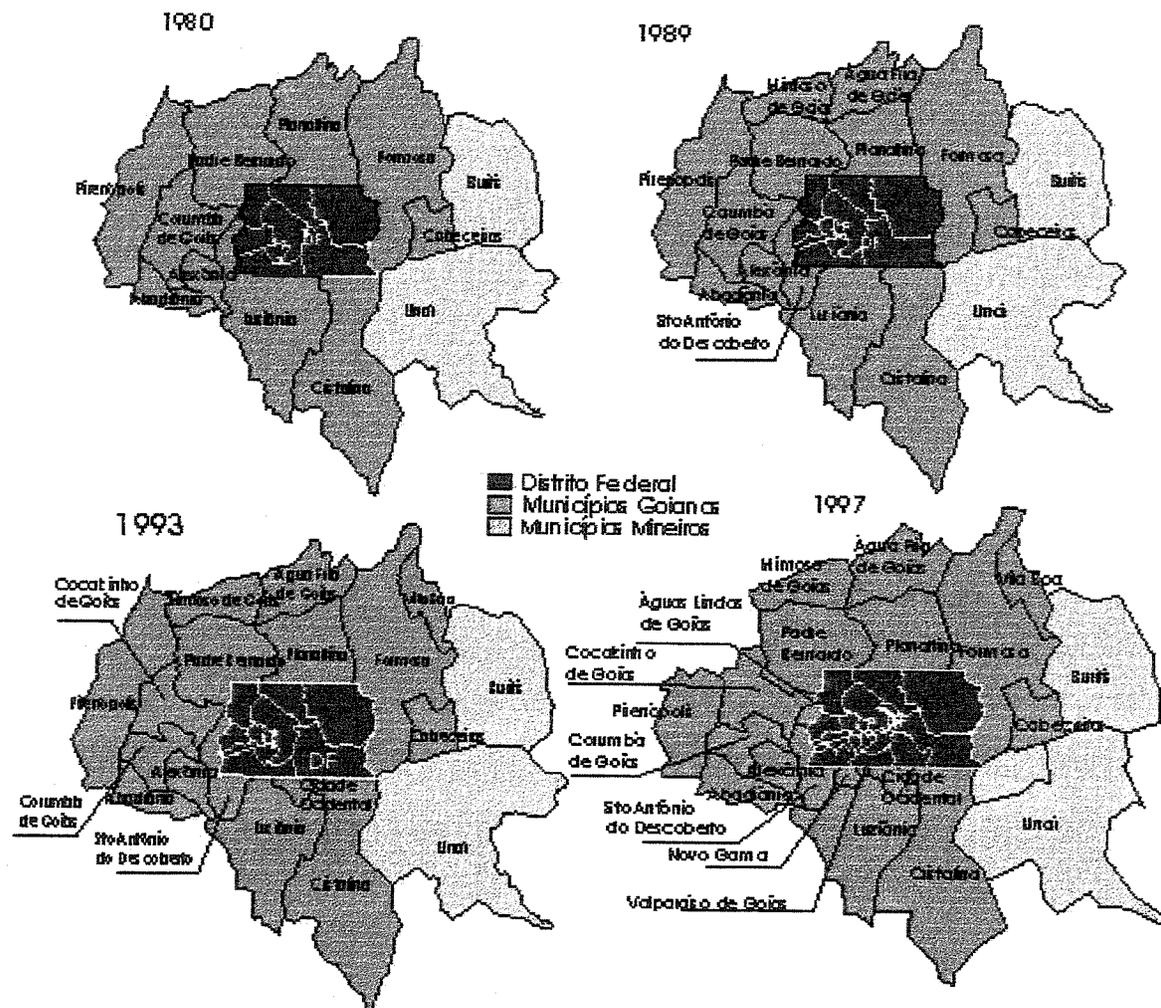
A heterogeneidade dos municípios que compõem a RIDE pode ser observada também através das estatísticas demográficas, principalmente pelo crescimento populacional e o processo migratório. Esses evidenciam que parte significativa do crescimento está associada à expansão do DF, uma vez que os municípios limítrofes apresentam dinâmicas diferenciadas dos demais.⁶⁴

A análise dos indicadores de crescimento e da densidade populacional na RIDE requer certa cautela em função do grande número de desmembramentos de municípios ocorridos, principalmente entre 1993 e 1997. Em 1989 foram criados os municípios de Mimoso de Goiás, Água Fria de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, desmembrados de Planaltina, Padre Bernardo e Luziânia, respectivamente. Em 1993 foram criados os municípios de Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás e Vila Boa, desmembrados respectivamente de Luziânia, Corumbá de Goiás e Formosa. Em 1997 foram criados Novo Gama e Valparaíso de Goiás, desmembrados de Luziânia; Águas Lindas de Goiás, desmembrado de Santo Antônio do Descoberto; Vila Propício, desmembrado de Pirenópolis e Cabeceira Grande e Uruana, desmembrados de Unai, que não integram a RIDE. Esses últimos desmembramentos ocorridos na RIDE (principalmente em 1997) deram origem a novos municípios com alta densidade populacional, em alguns casos sendo inclusive mais elevada que as do DF. Os novos municípios de Novo Gama, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás são limítrofes ao DF e integram o entorno imediato do quadrilátero (Mapa 8).

⁶³ A taxa média anual de crescimento demográfico do Brasil, entre 1991 e 2000, foi de 1,63%. As Regiões Metropolitanas e de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Fortaleza tiveram taxas médias de 1,64%, 0,73%, 1,56%, 1,50% e 2,44%, respectivamente. A maior taxa média anual de crescimento entre as grandes metrópoles foi a da RM de Curitiba, com 3,11%. No Centro-Oeste a Região Metropolitana de Goiânia teve taxa de 3,21% ao ano, no mesmo período.

⁶⁴ Como foi evidenciado no tópico anterior, a dificuldade de ocupação de terras pertencentes ao DF, no final da década de 70 e início dos anos 80, incentivou a intensificação de parcelamentos em municípios limítrofes, localizados, principalmente, na direção sudoeste do DF, onde os lotes eram oferecidos a preços mais baixos e com maiores facilidades de pagamento, conforme mostra Paviani (1987, 1989, 1991 e 1996).

Mapa 8 – Divisão Política e Administrativa – DF e Municípios 1980-1997



A população da RIDE cresceu a uma taxa média anual de 7,2%, no período 1970-1980, com alguns municípios apresentando taxas superiores a 9% ao ano, mais elevadas que as do DF (8,2%). Municípios localizados nos principais eixos de expansão urbana (sudoeste e nordeste) tiveram elevadas taxas de crescimento: Luziânia (11,2%) e Santo Antônio do Descoberto (9,7%), na direção sudoeste e Planaltina de Goiás (6,1%), na direção Nordeste.

Além desses municípios, outros não diretamente envolvidos no processo de expansão urbana do DF, com base econômica na agropecuária, também registraram taxas médias superiores a 6,0% ao ano: Padre Bernardo (6,6%), Mimoso de Goiás (6,6%) e Água Fria de Goiás (6,1%).

No período entre 1980 e 1991 ocorreu um arrefecimento no processo de crescimento populacional regional, com taxa média de 3,3 % ao ano, a exemplo das demais metrópoles nacionais. Os municípios localizados no entorno imediato, no entanto, apresentaram taxas médias superiores a 9,0% ao ano.

Entre 1991 e 2000 houve ligeira elevação em relação ao período anterior – com a região crescendo a uma taxa média de 3,6% ao ano –, considerada elevada se comparada às metrópoles nacionais e, em grande parte, devido à elevada taxa apresentada por Santo Antônio do Descoberto (18,4% a.a.)

É importante ressaltar que os cálculos referentes às taxas para o período 1991-2000, para efeito de comparabilidade, desconsideram os desmembramentos de municípios ocorridos em 1993 e 1997. Se forem considerados esses desmembramentos, o que é possível para o período 1996-2000 utilizando-se a Contagem Populacional (IBGE, 1996), é possível identificar que o crescimento de Santo Antônio do Descoberto deve ser atribuído a Águas Lindas de Goiás, município desmembrado do seu território, que apresentou, no período, crescimento médio anual de 14,5%, relacionado a uma ocupação irregular em áreas de mananciais hídricos.

Entre 1996 e 2000, praticamente todos os municípios da região apresentam elevação das taxas médias de crescimento anual em relação ao período 1980-1991. São exceções, além de quase todos os municípios localizados no entorno imediato, Alexânia, Água Fria de Goiás e Buritis, que arrefeceram o ritmo de crescimento populacional. Apesar de apresentar queda nas taxas de crescimento, os municípios periféricos de Luziânia e Planaltina, ao lado de Santo Antônio do Descoberto, ainda apresentam as maiores taxas da região (Tabela 12).

A tendência de elevação nas taxas de crescimento médio anual entre 1996 e 2000, em relação ao período 1980-1991, pode ser verificada até mesmo para alguns municípios que vinham perdendo população em períodos anteriores, como Mimoso de Goiás, Cabeceiras e Pirenópolis, e acontece principalmente nos que não integram o entorno imediato. Entre 1996 e 2000, nenhum município da região apresentou taxa média de crescimento negativa. No entanto é preciso lembrar que os dados referentes à contagem de 1996 devem ser olhados com cautela, uma vez que já foram relatados

alguns casos de subestimação, o que poderia dar uma falsa impressão de queda no período 1991-1996 e acentuada recuperação entre 1996 e 2000.

Tabela 12 - População e Taxa de Crescimento Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1996/2000

U F	Município	População		Taxa de crescimento médio anual (%)
		1996	2000	96./2000
DF	Brasília	1.821.946	2.051.146	3,01
Goiás	Abadiânia	10.144	11.452	3,08
	Água Fria de Goiás*	3.771	4.469	4,34
	Águas Lindas de Goiás***	61.478	105.746	14,52
	Alexânia	18.623	20.047	1,86
	Cabeceiras	5.973	6.758	3,14
	Cidade Ocidental**	33.147	40.377	5,06
	Cocalzinho de Goiás**	12.780	14.626	3,43
	Corumbá de Goiás	8.643	9.679	2,87
	Cristalina	28.262	34.116	4,82
	Formosa	68.704	78.651	3,44
	Luziânia	106.695	141.082	7,23
	Mimoso de Goiás*	2.584	2.801	2,04
	Novo Gama***	60.447	74.380	5,32
	Padre Bernardo	16.879	21.514	6,25
	Pirenópolis ⁽¹⁾	20.964	21.245	0,33
	Planaltina de Goiás	58.576	73.718	5,92
	Sto Antônio do Descoberto	46.194	51.897	2,95
Valparaíso de Goiás***	75.380	94.856	5,91	
Vila Boa**	2.720	3.287	4,85	
MG	Buritiz	19.796	20.396	0,75
	Cabeceira Grande ***	5.407	5.920	2,29
	Unai ⁽²⁾	65.216	70.033	1,80
Total da RIDE ⁽³⁾		2.554.329	2.958.196	3,74

Fonte: IBGE/1996/2000

(1) O município perde população em função do desmembramento de Vila Propício em 1996

(2) O município perde população em função dos desmembramentos de Uruana em 1996

(3) o total da RIDE perde população em função do desmembramento dos municípios de Cabeceira Grande, Uruana de Minas e de Vila Propício

* Município desmembrado em 1989

** Município Instalado em 1993

*** Município Instalado em 1997

Apesar dessas restrições, os dados referentes ao período 1996-2000 foram utilizados em virtude da possibilidade de se aferir a tendência de crescimento para os municípios emancipados na segunda metade da década de 90. As estatísticas censitárias para o período 1991-2000 confirmam o crescimento periférico na direção do município

de Santo Antônio do Descoberto e uma expansão mais elevada de dois municípios que, no período anterior, apresentaram taxas próximas a zero ou negativas: Corumbá de Goiás e Abadiânia.

Observa-se, para os municípios da região, um crescimento demográfico mais acelerado e contínuo daqueles que integram o entorno imediato do DF, expressando expansão da mancha urbana.

Os demais municípios não influenciados por esse processo, que possuem como base econômica o setor agropecuário, apresentam taxas de crescimento e densidades demográficas menores. Alguns, como Pirenópolis e Mimoso de Goiás, registraram taxas de crescimento negativas, no período mais recente. Chama a atenção Mimoso de Goiás, emancipado em 1989, que a partir de 1991 apresentou taxas negativas de crescimento.

Entre 1970 e 2000 a periferia como um todo aumentou sua participação no total da região sendo, o entorno imediato, o principal responsável. (Tabela 13). A periferia, na média, além de aumentar sua participação no total da população da RIDE, apresentou elevação da taxa de crescimento médio anual, crescendo no último período a uma taxa média anual de 5,5%. Apesar da redução no ritmo de crescimento do entorno imediato para 8,3% no período 1991-2000, essa taxa é significativamente elevada, quando comparada à média regional.

Tabela 13 - População e Taxa de Crescimento - Centro e Periferia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000

Município	População				População Participação (%)				Taxa de crescimento (% a a)		
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	70-80	80-91	91-00
	Brasília	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	70,54	77,43	74,13	69,47	8,15	2,84
Entorno imediato⁽¹⁾	40.971	107.530	283.384	582.056	5,38	7,07	13,06	19,72	10,13	9,21	8,33
Entorno Distante	183.498	235.543	277.231	324.994	24,08	15,50	12,81	10,81	2,53	1,49	1,78
Total periferia	224.469	343.073	560.615	907.050	29,46	22,57	25,87	30,53	4,33	4,57	5,49
Total da RIDE	761.961	1.519.981	2.161.709	2.958.196	100,00	100,00	100,00	100,00	7,15	3,25	3,55

Fonte: Censos Demográficos IBGE/1970/1980/1991/2000 e contagem 1996

(1) O entorno imediato é formado pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

O DF apresentou forte arrefecimento no ritmo do crescimento, principalmente em relação ao período 1970-1980, quando os fluxos migratórios dirigidos às grandes cidades se intensificaram e o processo de urbanização nacional foi mais acelerado.

O incremento populacional da região entre 1970 e 2000 foi de 2.193.235 habitantes, 1.513.654 localizados no DF e 682.581 na periferia, sendo que desses 79,2% estão localizados no entorno imediato. Os mapas apresentados a seguir (mapas 9,10 e 11) ilustram como o crescimento regional mais recente reforçou a formação periférica, tanto no interior do DF quanto nos demais municípios que integram a RIDE, e como a distribuição espacial da população tem concentrado população na direção sudoeste, definida como de crescimento periférico. As informações referentes ao período 1996-2000 foram utilizadas para mostrar como se distribuiu o crescimento atribuído aos municípios de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, considerando os desmembramentos ocorridos em 1997.

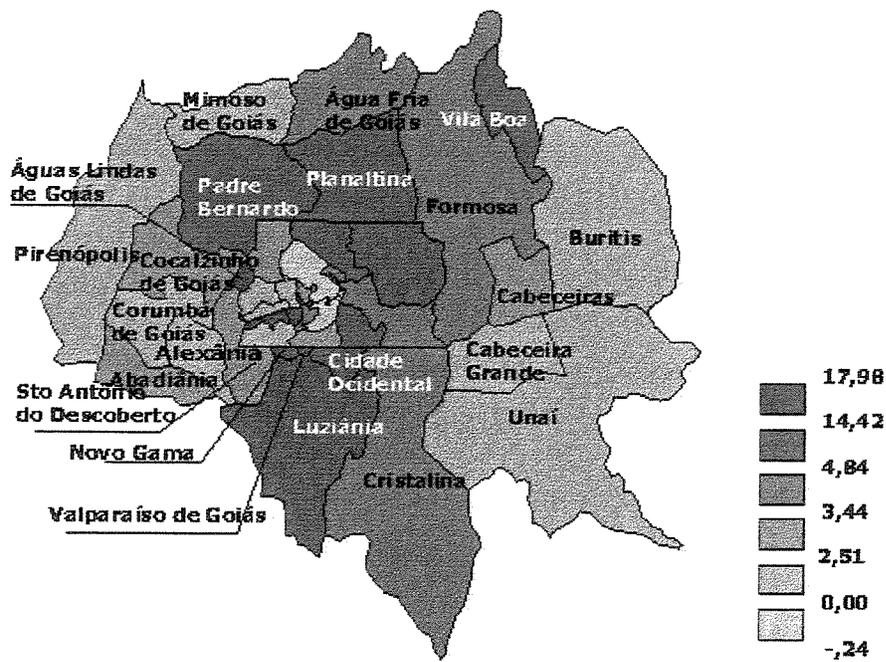
Cunha (1998) mostrou que a mobilidade entre Goiás e o Distrito Federal na década de 80, foi predominantemente marcada pela transferência de nordestinos da primeira para a segunda UF, o que revelava a ocupação de Goiás como uma segunda etapa na trajetória migratória desses migrantes provenientes do Nordeste.

Analisando a migração inter-regional para o Estado de Goiás, Cunha (1998) observou o poder de atração de migrantes da microrregião do entorno de Brasília⁶⁵. Os dados demonstram que 60,0% da imigração recebida no período por esta microrregião correspondeu à migração proveniente de Brasília, demonstrando com muita propriedade que os deslocamentos populacionais estabelecidos entre Goiás e o Distrito Federal, mais do que uma migração entre Unidades da Federação, representam uma expansão de Brasília em direção aos municípios limítrofes.

Ao longo de seu processo de expansão e consolidação metropolitana, o Distrito Federal apresentou, como as demais sedes de regiões metropolitanas nacionais, arrefecimento no crescimento populacional e nas taxas de migração. No entanto, a intensidade da redução foi bem menor que a apresentada pelas metrópoles industriais do Sudeste, por exemplo, apresentando taxa média anual de crescimento de 3,6% entre 1991 e 2000, o que revela o dinamismo do seu incremento populacional.

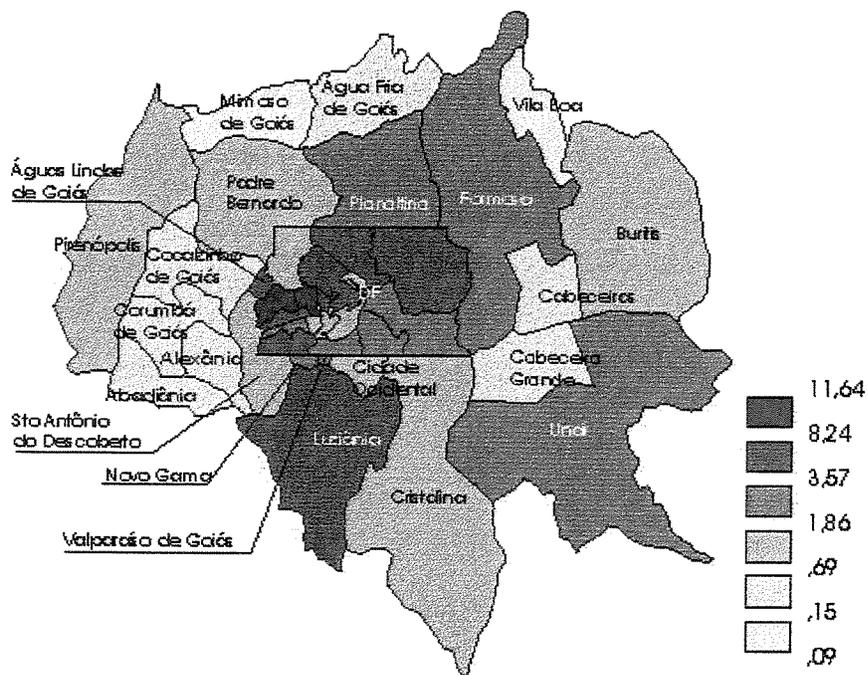
⁶⁵ A microrregião do entorno utilizada refere-se somente ao Estado de Goiás, sendo excluídos os municípios mineiros, diferenciando-se, portanto, da área da RIDE.

Mapa 9 – Taxa de Crescimento Médio Anual – 1996-2000



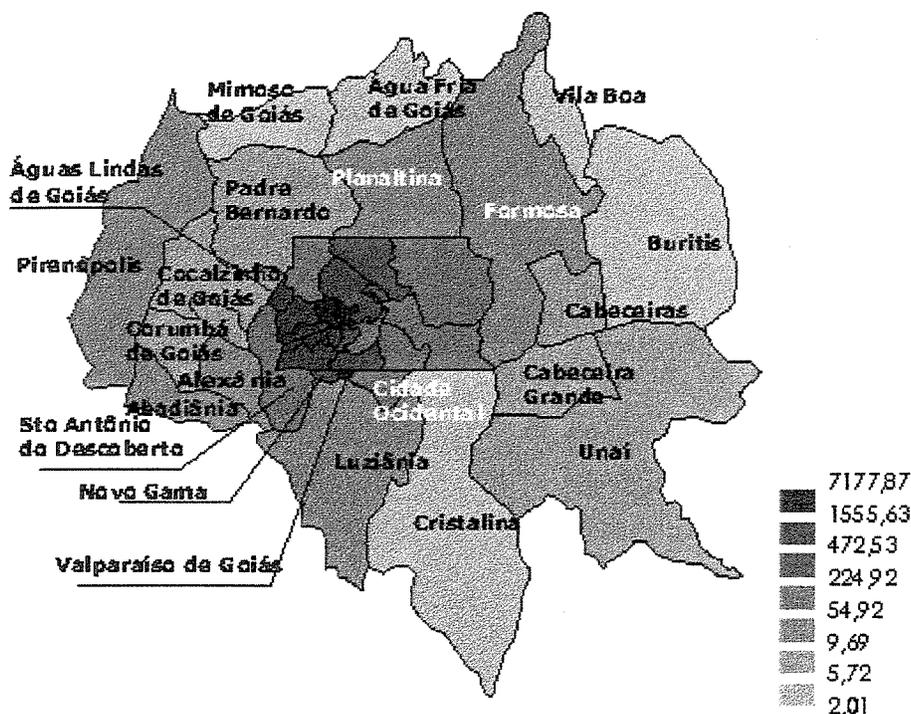
Fonte: IBGE, censo demográfico 2000 a contagem 1996 (tabulações especiais Maria Célia Caiado /NEPO - Unicamp)
Realizada com Philcarta - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

Mapa 10 – Participação Relativa da População (%) – 2000



Fonte: IBGE, censo demográfico 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado /NEPO - Unicamp)
Realizada com Philcarta - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

Mapa 11 – Densidade Populacional (Hab/Km²) - 2000



Fontes: IBGE, censo demográfico 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado / NEPO - Unicamp)
Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

Estruturação Intra-urbana e Configuração Sociospacial

A seguir será analisada a desigualdade socioespacial regional, a partir de indicadores da dinâmica socioeconômica regional, entre 1991 e 2000. Para tanto, a análise será elaborada a partir da agregação de municípios em três recortes espaciais, segundo suas funções na estruturação regional. São eles o DF, o entorno imediato composta por Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Valparaíso de Goiás⁶⁶, mais diretamente envolvidos no processo de expansão da sede e o terceiro composto pelos demais municípios que integram a RIDE (“Entorno Distante”).

⁶⁶Os municípios que tiveram papéis importantes na formação inicial da periferia do DF foram Luziânia, localizado a sudoeste, e Planaltina, localizado ao norte do DF. Mais recentemente, Luziânia assumiu papel principal no processo de consolidação dessa periferia e todos os demais municípios que compõem o entorno imediato, com exceção de Planaltina, são resultado de desmembramentos do seu território.

Os dados referentes à renda *per capita* familiar, ainda que não sejam suficientes para demonstrar as condições de qualidade de vida e pobreza da população⁶⁷, demonstram a grande diferenciação entre o DF e os demais municípios (Tabela 14).

Tabela 14 – Chefes, por Renda *per capita* Familiar* – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991- 2000

Residência	1991							2000						
	Sem Rend	<1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	Total (n° Abs.)	Sem Rend	<1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	Total (n° Abs.)
Buritís	3,3	86,6	7,3	1,6	0,8	0,3	4.255	7,1	67,6	18,5	1,8	2,6	2,4	5.609
Unai	2,6	79,6	14,6	1,8	0,8	0,5	16.913	3,9	61,7	25,3	4,2	2,7	2,1	19.993
Abadiânia	4,3	73,7	18,1	2,3	1,2	0,3	2.342	4,7	71,7	17,8	2,6	2,2	0,9	3.397
Água Fria de Goiás	9,5	75,9	11,6	3,0	0,0	0,0	844	18,8	65,2	12,1	2,6	0,6	0,7	1.253
Águas L. de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	5,9	67,7	23,2	2,3	0,7	0,2	28.077
Alexânia	2,0	82,0	13,8	1,0	1,2	0,0	4.153	5,6	70,0	19,8	2,6	1,3	0,6	5.941
Cabeceiras	2,9	86,4	9,3	1,0	0,0	0,3	1.529	6,9	70,4	19,5	0,4	1,4	1,4	1.986
Cidade Ocidental	-	-	-	-	-	-	-	4,3	46,9	38,9	6,5	2,3	1,1	11.069
Cocalzinho de GO	-	-	-	-	-	-	-	7,4	70,2	18,0	3,1	0,7	0,6	3.995
Corumbá de Goiás	11,4	76,6	9,2	0,9	1,1	0,9	4.873	2,9	73,9	16,2	4,3	2,2	0,6	2.702
Cristalina	2,9	69,0	21,7	4,4	2,0	0,0	6.083	4,3	61,2	26,5	3,6	3,1	1,2	9.518
Formosa	4,2	72,8	15,9	4,6	1,2	1,3	15.184	8,4	58,8	22,9	5,8	2,4	1,6	21.613
Luziânia	3,5	62,6	27,4	4,1	1,7	0,6	51.145	5,4	63,3	24,7	3,9	1,8	1,1	37.918
Mimoso de Goiás	2,2	90,0	5,9	1,9	0,0	0,0	848	6,8	76,8	13,9	0,6	0,9	1,0	779
Novo Gama	-	-	-	-	-	-	-	6,1	59,9	28,0	3,4	2,1	0,5	19.628
Padre Bernardo	4,9	79,7	12,6	1,1	1,7	0,0	3.949	6,8	71,1	16,6	2,9	1,7	0,9	6.065
Pirenópolis	3,2	85,8	9,1	1,3	0,3	0,3	6.347	3,9	69,1	21,1	3,1	1,5	1,3	6.247
Planaltina de Goiás	4,5	75,0	18,1	1,8	0,4	0,1	9.296	7,8	66,9	21,2	2,2	1,5	0,4	19.764
Sto Ant. do Descob.	4,3	74,1	19,4	1,4	0,3	0,4	8.358	8,1	68,9	20,0	1,3	1,3	0,4	14.023
Valparaíso de GO	-	-	-	-	-	-	-	4,6	46,7	35,5	8,2	3,3	1,7	25.892
Vila Boa	-	-	-	-	-	-	-	5,3	78,1	13,1	2,3	0,5	0,6	831
Brasília	2,8	42,9	30,1	10,4	8,7	5,1	412.051	2,6	35,6	31,5	10,7	11,0	8,6	590.701
Entorno imediato	3,8	65,7	25,2	3,5	1,4	0,5	68.799	5,9	60,7	26,8	4,0	1,8	0,8	156.371
Entorno Distante	4,0	78,1	13,9	2,5	1,0	0,6	67.320	6,0	64,7	21,8	3,8	2,2	1,5	89.929
Total	2,4	33,0	47,6	8,0	6,3	2,7	350.085	3,6	43,4	29,6	8,7	8,3	6,4	837.001

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

* salários deflacionados para 2002 segundo deflator elaborado pelo IPEA, para a variável renda nos dados censitários (Corseuil e Foguel, 2002)

Para o conjunto de municípios, inclusive o DF, a maioria da população se concentrava, tanto em 1991 quanto em 2000, na faixa abaixo de um salário mínimo de

⁶⁷Entende-se que o nível de bem-estar de uma população deve ser dimensionado não apenas pela renda, mas também por outros fatores, como acesso a bens e serviços públicos, condições de consumo, principalmente alimentar, etc.

renda familiar *per capita*. Os dados desagregados por município revelam que em alguns municípios, como Vila Boa, Mimoso de Goiás e Corumbá de Goiás, todos com predominância da agropecuária na economia municipal, a população integrante desta faixa de rendimentos representava, em 2000, cerca de 80,0% do total.

Tabela 15 – Chefes, por Renda *per capita* familiar * Distrito Federal – 2000

Em porcentagem

Região Administrativas	Sem Rend.	< 1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	Total (n° Abs.)
Brasília	1,0	4,5	14,0	15,0	29,2	36,3	65.526
Gama	2,4	36,2	40,9	12,0	6,7	1,8	38.308
Taguatinga	1,6	20,3	39,2	18,0	15,4	5,5	71.941
Brazlândia	3,8	57,8	28,7	6,5	2,5	0,7	14.705
Sobradinho	2,4	33,1	33,2	14,6	12,1	4,6	36.497
Planaltina	5,1	56,4	28,2	6,2	3,1	1,0	40.773
Paranoá	6,3	59,0	26,1	4,5	3,0	1,2	15.059
Riacho Fundo	2,5	45,3	37,3	8,3	5,3	1,3	11.351
Núcleo Bandeirante	0,7	19,0	31,1	16,9	19,0	13,1	10.662
Ceilândia	2,7	44,5	42,3	7,0	2,9	0,6	99.374
Guará	2,1	17,1	31,3	18,4	21,5	9,7	33.990
Cruzeiro	0,5	3,1	18,7	18,1	27,8	31,8	21.181
Samambaia	2,5	57,3	33,0	4,8	2,1	0,3	44.291
Candangolândia	3,0	28,8	49,3	12,0	5,7	1,1	4.365
Recanto das Emas	6,4	64,1	25,6	2,4	1,1	0,4	24.747
Lago Norte	2,2	21,3	9,4	5,3	25,3	36,5	7.537
Lago Sul	0,3	2,4	7,7	8,4	28,4	52,8	7.467
Santa Maria	3,3	60,6	28,7	4,4	1,8	1,2	25.411
São Sebastião	3,8	50,5	32,0	5,6	5,0	3,2	17.518
Total	52,7	681,4	556,7	188,5	217,8	202,9	590.703

Fonte: Censo IBGE/2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

* salários deflacionados para 2002 segundo deflator elaborado pelo IPEA, para a variável renda nos dados censitários (Corseuil e Foguel, 2002)

Os municípios localizados no entorno imediato apresentaram participações mais elevadas na faixa de renda entre três e cinco salários mínimos, apesar da prevalência da faixa abaixo de um salário. O que se observa é uma pequena melhora no nível de renda da região no período, com redução da participação das faixas mais baixas e uma discreta elevação da participação das faixas mais altas, principalmente para o DF, acima de cinco salários mínimos.

Quando as estatísticas sobre a renda familiar no DF são desagregadas para as Regiões Administrativas do DF (RAs), fica claro que a diferenciação socioespacial se repete no espaço intra-urbano da sede regional. As faixas de renda mais altas, acima de

dez salários mínimos *per capita* concentravam-se na RA de Brasília, que abriga o Plano Piloto, enquanto a população com rendimento inferior a um salário se dispersa pelas RAs periféricas, principalmente nas localizadas na divisa sudoeste do quadrilátero: Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião, Brazlândia e Samambaia, contíguas aos municípios que integram o entorno imediato.

Os dados relativos ao nível educacional e à inserção no mercado de trabalho da população dessa periferia reforçam a dualidade socioeconômica que se reflete na configuração espacial da região, marcada por um núcleo dinâmico e inserido na economia nacional e uma extensa periferia desassistida de serviços e de infra-estrutura básica, pela ausência de atividades socioeconômicas significativas e de postos de trabalho e com baixos níveis de renda e educacionais.

Tabela 16 – Chefes, por Anos de Estudo - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000

Em porcentagem

Residência Atual	1991						2000					
	Sem Instr.	Ens. Fund. -1º ciclo incomp	Ens. Fund. - 2º ciclo incom.	Ens. médio incom.	Ens. Médio Compl. ou mais	Total (nº Abs.)	Sem Instr.	Ens. Fund. -1º ciclo incomp./	Ens. Fund. - 2º ciclo incom.	Ensino médio incom.	Ensino Médio Comp. ou mais	Total (nº Abs.)
Buritis	35,6	26,0	27,1	5,2	6,1	4.386	22,3	25,5	30,5	7,6	12,3	5.609
Unai	27,2	29,5	30,2	6,8	6,2	17.114	15,8	25,9	33,3	10,1	14,3	20.039
Abadiânia	25,6	29,8	31,0	7,2	6,3	2.504	20,6	26,6	32,7	9,2	9,9	3.413
Água Fria de Goiás	36,5	26,6	26,5	5,8	4,6	981	26,0	33,8	34,2	3,0	3,1	1.265
Águas L. de Goiás	-	-	-	-	-	-	13,6	20,6	43,2	14,6	7,3	28.086
Alexânia	32,9	20,6	34,7	7,7	4,1	4.236	23,1	18,6	37,8	12,4	8,1	5.941
Cabeceiras	34,5	28,6	24,7	5,8	6,5	1.547	19,4	27,5	36,7	7,4	9,0	1.986
Cidade Ocidental	-	-	-	-	-	-	8,5	14,7	30,4	20,9	24,7	11.096
Cocalzinho de GO	-	-	-	-	-	-	27,3	22,5	32,8	9,9	7,0	4.030
Corumbá de Goiás	36,8	27,3	27,0	4,0	4,9	5.081	25,7	30,1	31,3	4,1	8,4	2.758
Cristalina	22,4	23,4	32,0	9,2	13,0	6.324	14,9	25,1	36,3	9,4	13,7	9.544
Formosa	22,8	21,9	30,9	10,4	13,9	15.328	16,4	19,8	33,1	13,9	16,6	21.628
Luziânia	17,2	18,7	33,2	15,2	15,7	51.727	14,3	20,7	38,0	14,6	11,9	37.956
Mimoso de Goiás	54,3	18,5	23,3	3,2	0,6	866	31,1	31,3	25,5	9,4	2,7	779
Novo Gama	-	-	-	-	-	-	11,9	20,6	37,8	15,8	12,8	19.628
Padre Bernardo	37,0	29,6	24,1	5,6	3,8	3.997	25,5	22,1	35,3	10,4	6,4	6.074
Pirenópolis	36,7	22,3	28,9	5,4	6,6	6.529	19,1	25,5	32,1	7,6	15,0	6.278
Planaltina de Goiás	28,9	19,2	34,0	11,7	6,2	9.392	15,8	25,6	37,8	11,0	9,0	19.780
St Ant. do Descob.	27,9	20,7	33,3	12,0	5,9	8.588	18,0	21,5	36,6	15,5	7,5	14.023
Valparaíso de GO	-	-	-	-	-	-	7,4	15,3	31,4	20,0	25,3	25.900
Vila Boa	-	-	-	-	-	-	35,0	28,5	20,6	9,9	5,9	841
Brasília	10,5	12,2	27,1	15,2	34,8	417.489	6,4	10,5	26,4	16,9	38,8	591.211
Entorno imediato	20,1	19,0	33,3	14,3	13,2	69.707	12,9	20,0	37,2	15,7	13,6	156.469
Entorno Distante	29,4	25,5	29,7	7,3	8,1	68.893	20,0	25,1	33,7	9,3	11,4	68.557
Total	14,1	14,7	28,2	14,1	28,8	556.089	9,0	13,7	29,2	16,0	31,3	837.865

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Os dados referentes aos anos de estudo do chefe do domicílio revelam uma melhoria no nível educacional entre 1991 e 2000, para todos os recortes espaciais aqui definidos. No entanto, chama a atenção a expressiva melhoria nos níveis educacionais da população residente nos municípios localizados fora do entorno imediato. Sendo a maioria deles de base econômica predominantemente agrícola, esse aumento na escolaridade, com elevação da participação dos chefes com ensino médio completo ou mais, pode refletir a inserção de alguns destes municípios no processo de modernização tecnológica articulado ao complexo agroindustrial da região, com aumento de produtividade e melhoria nos indicadores socioeconômicos municipais. Os dados sobre a renda *per capita* familiar também indicaram melhoria para este conjunto de municípios.

Tabela 17 – Chefes, por Anos de Estudo - Distrito Federal – 2000

Em porcentagem

Regiões Administrativas	Sem Instr.	Ens. Fund. -1º ciclo incomp./Alfab Adultos	Ens. Fund. -2º ciclo incomp.	Ens. médio Incomp.	Ens. médio Completo ou mais	Não determ	Total (nº Abs.)
RA Brasília	1,1	2,2	6,1	6,6	83,6	0,5	60.184
RA Gama	10,5	13,6	30,4	19,2	25,3	1,1	28.156
Taguatinga	4,7	8,1	23,9	18,5	44,2	0,6	58.826
RA Brazlândia	16,8	18,9	33,1	14,7	14,9	1,6	11.158
RA Sobradinho	8,1	11,8	25,4	14,4	39,2	1,1	28.779
RA Planaltina	12,7	18,8	37,5	14,7	15,1	1,2	32.007
RA Paranoá	13,0	22,0	36,7	14,8	12,0	1,4	12.724
RA Riacho Fundo	7,2	14,3	32,0	20,9	24,3	1,2	8.872
RA Núcleo Bandeirante	6,4	8,0	17,5	12,8	54,2	1,1	9.417
RA Ceilândia	10,1	14,8	35,1	18,6	20,2	1,2	78.136
RA Guará	3,8	7,3	19,0	13,1	56,2	0,5	27.928
RA Cruzeiro	1,4	1,7	7,8	8,3	80,5	0,3	18.165
RA Samambaia	10,4	16,7	37,1	18,8	16,1	0,8	37.237
RA Candangolândia	3,8	10,4	26,1	26,2	31,5	2,1	3.653
RA Recanto das Emas	10,3	17,7	37,9	20,0	12,2	1,9	20.740
RA Lago Norte	5,5	7,4	14,5	5,8	66,4	0,4	6.867
RA Lago Sul	0,8	2,4	5,6	5,2	85,5	0,6	7.393
RA Santa Maria	9,0	18,8	36,8	16,9	17,5	1,0	20.855
RA São Sebastião	9,8	17,2	38,1	15,9	17,8	1,2	16.746
Total	9,1	13,9	29,0	15,3	31,9	0,9	640.867

Fonte: Censo IBGE/2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

As estatísticas sobre escolaridade nas RAs do DF apontam para a mesma diferenciação apresentada sobre a renda, com concentração de maiores níveis de

escolaridade nas RAs centrais, como Brasília, Cruzeiro, Lago Norte e Lago Sul, contrapondo-se ao acesso mais restrito à educação nas RAs periféricas.

Categorias Socioocupacionais

Neste capítulo foram apresentados dados referentes à ocupação (Rais/MTE e PEA ocupada censos/IBGE), utilizados como termômetro dos principais componentes da atividade econômica na região. No entanto, as informações sobre a ocupação no que se refere a natureza, posição e setores de atividades constituem uma rica análise sobre a estrutura social encontrada nas metrópoles atuais. Neste sentido, estas informações foram reunidas em uma metodologia que definiu as categorias socioocupacionais que conformam a estrutura social existente na RIDE, a partir das relações que estabelecem as posições da população ocupada no mercado de trabalho e na estrutura produtiva da região.

A metodologia básica utilizada foi desenvolvida pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (Ippur/UFRJ – Fase), no âmbito da pesquisa “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. Foi necessária, entretanto, uma adaptação para os objetivos deste estudo, principalmente em relação aos dados do censo 2000, em função das alterações na categorização das ocupações e setores de atividades introduzidas na pesquisa.

As categorias socioocupacionais foram definidas através da combinação de variáveis sobre trabalho e rendimentos extraídas dos censos de 1991 e 2000, tais como ocupação principal, posição na ocupação, porte da empresa, rendimentos da ocupação e setor de atividade no qual a ocupação é exercida. A metodologia buscou a criação de uma estrutura ocupacional que expressasse a hierarquia da sociedade urbana/metropolitana brasileira e, através da sua localização no espaço da RIDE, pudesse constituir em mapeamento da estrutura socioespacial da região.

Os princípios utilizados na divisão das variáveis buscaram identificar as relações entre: capital e trabalho – identificando empregadores e empregados; grande e pequeno capital – utilizando-se porte da empresa como referência (empresas com mais e menos

de dez empregados); autonomia e subordinação – separando autônomos e empregados⁶⁸; manuais e não-manuais; controle e execução – critério visando identificar a hierarquia ocupacional entre as ocupações não-manuais, segundo o maior ou menor grau de responsabilidade; secundário e terciário – separação entre ocupações manuais por setor de atividade; e moderno e tradicional – divisão estabelecida para as ocupações manuais da indústria, segundo sua inserção nos setores que fazem parte da chamada segunda revolução industrial (petroquímica, metalurgia, bens de consumo duráveis, etc.).

Foram definidas vinte e cinco categorias agrupadas em oito grandes grupos:

- categoria dirigente (empresários, dirigentes do setor público e privado e profissionais liberais da medicina, engenharia, arquitetura, odontologia e advocacia)⁶⁹;
- categoria intelectual (profissionais autônomos e empregados de nível superior);
- categoria empregadores urbanos (pequenos empregadores em atividades urbanas – com até dez empregados e comerciantes conta-própria);
- categoria média (trabalhadores não-manuais separados em trabalhadores em atividades de rotina e trabalhadores em atividades de supervisão do setor público e privado, técnicos e artistas, trabalhadores da saúde e educação e trabalhadores da justiça, segurança e correios);
- trabalhadores manuais do secundário (indústria tradicional, indústria moderna, serviços auxiliares, artesão e da construção civil);
- trabalhadores manuais do terciário (comércio e serviços especializados e não-especializados);
- trabalhadores manuais sem qualificação (trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros); e
- trabalhadores agrícolas (todas as ocupações agrícolas, exceto as ocupações criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor).

⁶⁸A metodologia considera, além do segmento capitalista, no qual prevalecem relações de assalariamento – formal ou informal – três modalidades de trabalho autônomo: aquele realizado na forma de empreendimentos individuais, mobiliza certo montante de ativo econômico, mas sem assalariamento, cujo produto se destina ao mercado (comércio varejista, unidades de prestação de serviços, representantes comerciais, praticistas, comerciante por conta-própria, etc.); o trabalho cujo produto em grande parte é autoconsumido, integrando o setor da subsistência urbana; e, por último, o auto-emprego, integrado pelos segmentos daqueles que vendem seus serviços e produtos – os artesãos, os prestadores de serviços e os profissionais liberais – e as ocupações temporárias irregulares, e muitas vezes ilegais, que integram o chamado “desemprego disfarçado”.

⁶⁹Segundo os autores responsáveis pela elaboração da metodologia, colocar esta categoria no grupo da elite dirigente deveu-se à compreensão de que, no Brasil, essas profissões foram historicamente exercidas pelos filhos da elite – são as profissões que melhor se organizaram enquanto corporação; e são identificadas como de mais elevado status social. São portanto as ocupações que se estruturam em torno do controle e da valorização de um capital social.

O estudo elaborado para a região da RIDE apresenta a distribuição dos oito grandes grupos de categorias socioocupacionais⁷⁰ para 1991 e 2000⁷¹, segundo a participação de cada categoria no total de cada recorte espacial (tabela 18).

Tabela 18 - População Residente, por Inserção Socioocupacional - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno -2000

Em porcentagem

Residência										Total (n° Abs.)
	Categ. Dirig	Categ. Intelec.	Peq Emprega dores Urbanos	Categ Media	Trb. Man. Secund.	Trab. Man. Terc.	Trab. Man. s/qual	Trab. Agríc.	Outras	
Buritis	0,3	0,2	3,9	3,3	5,3	34,4	11,5	40,6	0,6	7.383
Unai	0,3	0,4	6,5	7,3	9,7	39,2	12,9	23,0	0,8	26.885
Abadiânia	0,2	0,6	5,6	5,9	12,2	30,9	16,4	25,2	2,9	3.752
Água Fria de Goiás	0,0	0,0	0,4	2,9	4,7	22,2	7,9	61,1	1,0	1.148
Águas L de Goiás	0,0	0,0	2,4	6,9	21,4	43,4	23,5	1,7	0,7	30.683
Alexânia	0,2	0,0	5,8	5,5	9,8	33,5	16,5	25,7	2,9	6.472
Cabeceiras	0,0	0,0	4,9	3,8	6,1	37,3	8,8	36,0	3,2	2.192
Cidade Ocidental	0,0	0,0	3,9	16,6	11,0	46,7	16,6	3,3	2,0	13.609
Cocalzinho de Goiás	0,0	0,1	3,1	3,3	9,9	34,3	20,1	27,5	1,8	4.703
Corumbá de Goiás	0,4	0,0	3,8	6,2	7,8	29,5	12,8	35,3	4,1	3.300
Cristalina	0,3	0,1	4,4	8,9	8,1	36,8	14,0	26,3	1,1	11.632
Formosa	0,2	0,4	6,0	8,5	11,3	41,6	16,7	13,4	2,1	25.941
Luziânia	0,2	0,1	3,8	9,7	17,2	39,9	20,4	7,3	1,3	43.258
Mimoso de Goiás	0,0	0,0	2,8	3,1	7,2	21,1	9,1	53,2	3,4	639
Novo Gama	0,0	0,1	2,8	9,2	19,3	43,6	22,3	1,4	1,3	22.112
Padre Bernardo	0,0	0,0	5,2	4,0	10,8	31,5	18,5	29,3	0,7	5.644
Pirenópolis	0,1	0,2	4,2	3,9	13,4	37,5	9,3	28,9	2,5	7.482
Planaltina de Goiás	0,0	0,1	3,5	7,2	14,1	42,1	26,1	5,9	1,0	21.438
Sto Ant. do Descob.	0,0	0,2	2,7	7,1	19,0	43,1	22,0	5,5	0,5	13.642
Valparaíso de GO	0,3	0,4	3,9	17,6	14,1	44,7	17,0	0,5	1,6	30.784
Vila Boa	0,0	0,0	2,6	1,5	5,8	38,5	9,2	40,3	1,9	1.106
Brasília	1,2	1,4	4,6	20,0	10,3	45,6	14,3	1,5	1,0	732.249
Perideria Imediata	0,1	0,1	3,3	10,5	16,9	42,9	21,1	3,8	1,2	175.526
Entorno Distante	0,2	0,3	5,3	6,5	9,8	37,2	14,3	24,8	1,7	108.279
Total	0,9	1,1	4,4	16,9	11,4	44,2	15,4	4,4	1,1	1.016.054

Fonte: Censo demográfico IBGE/2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Os dados sobre a estrutura socioespacial na RIDE confirmam a tendência encontrada em outras metrópoles nacionais de concentração das camadas mais altas na sede regional e disseminação daqueles com posição inferior em municípios do entorno metropolitano. No entanto, no que se refere à participação das categorias no total da população, a categoria média, que nas análises elaboradas para outras metrópoles aparece com a de maior peso relativo, na RIDE é superada pelos trabalhadores manuais

⁷⁰ O quadro com a participação das 25 categorias por município da região encontra-se no Anexo 1.

⁷¹ A comparabilidade entre os dois períodos requer cautela em função do tratamento diferenciado da variável ocupação nos dois censos. A informação nos censos 80 e 91 refere-se à declaração de trabalho remunerado ou não nos últimos doze meses, enquanto no censo 2000 a declaração é sobre a existência de trabalho na semana de referência de 23 a 29/07/2000

do setor terciário⁷². Se comparados os dados de 1991 e 2000, essa categoria apresenta forte tendência de crescimento, até mesmo para os municípios que não estão diretamente relacionados ao processo de expansão do DF e que apresentam elevadas participações das ocupações manuais agrícolas.

A posição mais elevada na hierarquia social, representada pelos empresários com mais de dez empregados e rendimento superior a 20 salários mínimos, concentra-se basicamente no DF e apresenta diminuição de participação para 2000 (1,5% em 1991 e 0,7% do total em 2000).

Os trabalhadores sem qualificação, aqui representados pelos ambulantes e biscateiros e trabalhadores domésticos, se concentram no entorno imediato. Isso evidencia o papel de repositórios da população de renda mais baixa de menor qualificação, que depende do DF para atendimento da demanda por empregos, em face da concentração no seu território de atividades econômicas geradoras de renda e população de renda mais alta, geradora da demanda por empregos domésticos, como já foi demonstrado pelos dados da Rais.

Entre os setores de atividade que compõem a categoria dos trabalhadores manuais do terciário, a maior participação ficou a cargo dos trabalhadores do comércio, representando, em 2000, 70,0% da categoria para o total da RIDE. Isto comprova o alto poder de consumo da população de renda mais alta, localizada principalmente no Plano Piloto e adjacências, bem como o papel de grande mercado consumidor desempenhado pelo DF, principalmente devido aos altos cargos do setor público, grande motor da economia local. O superdimensionamento do setor terciário se reproduz, ainda que num grau de especialização menor, praticamente entre todos os municípios da região.

A reprodução da metodologia desagregada para as regiões administrativas do DF demonstra, a exemplo do total da RIDE, a concentração das funções mais elevadas da hierarquia socioocupacional na RA de Brasília, que abriga o Plano Piloto, a disseminação das camadas médias pelas demais RAs e a concentração das categoriais inferiores nas RAs mais periféricas. Algumas RAs mais centrais, entretanto, apresentam elevada participação da categoria dos trabalhadores sem qualificação, o que pode ser

⁷²As pesquisas realizadas para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte demonstraram que a participação da categoria média correspondeu entre 25% e 28% do total, enquanto os manuais do secundário representavam entre 21% e 26% dos ocupados e os manuais do terciário entre 22% e 25%.

explicado pela localização de favelas em seu território, como as RAs de Paranoá, Lago Norte, etc.

Tabela 19 - População Residente por Inserção Socioocupacional - DF- 2000]

Em porcentagem

Regiões Administrativas	Categ. Dirig.	Categ. Intelec	Peq. Empregadores Urbanos	Categ. Média	Trab man sec	Trab. man terc	Trab. Man s/qual	Trab. Agr	Outras/sem decl	Total (n° Abs.)
RA Brasília	4,3	5,4	6,2	23,0	2,0	49,7	7,8	0,4	1,1	83.179
RA Gama	0,4	0,4	4,4	19,5	10,6	48,8	14,1	1,1	0,6	46.152
Taguatinga	0,8	1,0	6,2	25,3	8,7	45,1	11,5	0,6	0,9	97.666
RA Brazlândia	0,2	0,1	2,9	14,6	13,9	39,5	16,7	11,0	1,2	16.063
RA Sobradinho	0,6	1,1	4,7	23,4	10,4	43,2	14,1	1,2	1,3	46.352
RA Planaltina	0,1	0,1	3,5	13,2	13,7	41,6	20,0	6,5	1,3	43.928
RA Paranoá	0,2	0,2	2,8	12,1	12,4	38,0	26,6	5,8	1,9	16.776
RA Riacho Fundo	0,2	0,1	4,0	20,0	14,1	47,3	12,5	1,1	0,8	14.641
RA Núcleo Bandeirante	1,6	1,8	6,1	22,7	5,7	39,4	17,5	3,5	1,8	15.720
RA Ceilândia	0,1	0,1	3,1	18,6	13,8	48,6	14,3	0,9	0,5	121.537
RA Guará	1,0	1,6	5,9	28,3	6,0	44,6	10,9	0,6	1,0	45.514
RA Cruzeiro	4,0	5,5	5,1	27,3	1,7	47,1	6,9	0,4	2,1	28.057
RA Samambaia	0,1	0,0	2,8	14,7	16,9	46,9	17,1	0,9	0,5	51.198
RA Candangolândia	0,2	0,2	4,3	25,3	11,3	48,4	8,7	1,4	0,2	5.978
RA Recanto das Emas	0,0	0,0	2,3	12,7	18,7	46,9	17,2	1,3	0,8	26.361
RA Lago Norte	6,3	6,2	5,3	19,3	3,9	33,1	23,0	0,5	2,5	11.052
RA Lago Sul	11,2	7,4	11,3	18,4	1,5	30,9	15,6	0,3	3,4	11.578
RA Santa Maria	0,1	0,1	3,1	13,5	15,7	47,9	18,4	0,7	0,4	28.658
RA São Sebastião	0,5	0,2	4,6	10,9	14,2	41,5	24,8	1,6	1,6	21.839
Total	1,2	1,4	4,6	20,0	10,3	45,6	14,3	1,5	1,0	732.249

Fonte: Censo IBGE/2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Acesso à Infra-Estrutura Urbana

O acesso à infra-estrutura urbana, assim como à educação e à renda, é importante fator na diferenciação socioespacial da população no espaço urbano-metropolitano. A apropriação da renda fundiária urbana por parte das camadas mais abastadas da população – via ocupação das áreas urbanas mais valorizadas, em função do acesso ao consumo de bens e serviços coletivos – faz com que a população menos favorecida só consiga ocupar espaços menos valorizados, com preços mais acessíveis, seja através do mercado formal de habitação ou não. Neles, além da grande distância física em relação ao centro de atividades econômicas e sociais, predomina a falta de assistência e infra-estrutura social e urbana.⁷³

De modo geral, a diferenciação no acesso à infra-estrutura básica é mais determinante no que diz respeito à coleta e ao tratamento de resíduos (remoção e

tratamento de esgoto e coleta e destinação final do lixo), além das próprias condições de acesso aos terrenos e à qualidade da moradia.

Com o objetivo de melhor retratar espacialmente essa diferenciação de qualidade de vida da população no espaço metropolitano, foi elaborada uma tipologia⁷⁴ que, através da agregação das variáveis pesquisadas nos censos demográficos sobre as condições de ocupação e localização dos domicílios e acesso à infra-estrutura urbana, classifica a população residente segundo o grau de adequação da moradia⁷⁵ (Tabela 20).

**Tabela 20 - População Residente, por Condição de Habitação do Domicílio
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000**
Em porcentagem

Residência Atual	1991						2000					
	Adequado	Com baixa inadeq	Com média inadeq	Com alta inadeq	Inadequado	Total (n° Abs.)	Adequado	Com baixa inadeq	Com média inadeq	Com alta inadeq	Inadequado	Total (n° Abs.)
Buritis	1,6	34,4	16,9	46,7	0,4	17.614	7,0	55,4	25,0	12,6	0,0	19.506
Unai	27,6	17,1	15,2	39,7	0,5	67.420	56,0	18,9	16,3	8,7	0,0	67.866
Abadiânia	0,0	32,5	35,7	30,9	0,9	8.913	1,2	55,3	31,3	0,2	12,1	11.420
Água Fria de Goiás	0,0	17,3	24,3	56,0	2,5	3.624	0,0	44,8	31,2	0,3	23,6	4.469
Alexânia	0,0	32,5	41,1	25,1	1,2	16.242	1,8	53,8	30,6	0,8	13,0	20.335
Cabeceiras	0,0	31,9	12,4	55,4	0,4	6.056	0,4	54,6	28,8	0,4	15,7	6.753
Corumbá de Goiás	0,0	25,9	24,1	47,3	2,7	19.139	2,9	36,7	36,9	0,8	22,7	24.213
Cristalina	1,2	45,2	28,0	20,5	5,1	24.128	5,2	55,3	26,7	1,8	11,1	34.083
Formosa	0,1	47,4	24,5	26,9	1,1	58.839	3,0	63,1	24,7	0,4	8,8	81.637
Luziânia	21,6	19,9	36,9	19,5	2,1	197.067	20,2	27,5	39,9	0,5	11,8	342.831
Mimoso de Goiás	0,0	6,6	19,2	73,9	0,3	3.627	0,0	31,4	45,1	0,1	23,5	2.801
Padre Bernardo	0,0	27,3	30,9	40,5	1,3	14.474	2,7	42,3	38,4	0,4	16,2	21.402
Pirenópolis	4,6	21,3	28,3	44,1	1,7	24.306	11,1	43,5	28,8	1,0	15,6	21.136
Planaltina de Goiás	0,0	46,8	36,8	15,8	0,6	37.382	2,3	56,8	28,6	0,6	11,7	72.963
Sto Ant do Descoberto	1,6	27,3	36,8	33,2	1,1	33.167	0,3	18,7	59,2	0,4	21,5	156.418
Brasília	78,3	6,7	9,2	4,5	1,3	1.395.759	75,9	12,5	7,6	2,7	1,2	2.016.289
Entorno Imediato	16,1	24,5	36,9	20,7	1,8	267.616	12,5	28,8	43,7	0,5	14,5	572.212
Entorno Distante	8,1	31,0	23,2	36,2	1,4	249.908	19,1	40,2	26,8	4,1	9,8	237.271
Total	60,0	12,5	15,0	11,1	1,4	1.927.754	56,8	19,4	16,8	2,3	4,7	2.904.122

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

⁷³O debate sobre renda fundiária urbana e sobre a divisão social do espaço urbano envolveu grande parte dos estudiosos da urbanização a partir dos anos 70. Extensa bibliografia pode ser consultada sobre o assunto, com destaque para Lojkin (1981), Castells (1983), Harvey (1980), Forti (1979), Santos (1979), Markusen (1977).

⁷⁴Baseada na metodologia desenvolvida por Caiado (1997)

⁷⁵Foram consideradas variáveis relativas a abastecimento de água (adequado para os domicílios ligados à rede geral), destinação e tratamento de resíduos sólidos (esgoto adequado para os municípios ligados à rede geral ou com fossas sépticas e lixo adequado para os domicílios com coleta direta ou indireta), condições da habitação (sobre a espécie, adequado para os domicílios particulares permanentes, sobre as instalações sanitárias, adequado para os domicílios com a existência de banheiros; e sobre a densidade de moradores, adequado para menos de 2 habitantes por dormitório) e localização da residência (adequado para domicílios localizados em casas ou apartamentos fora de aglomerados sub-normais). Os domicílios sem nenhuma inadequação foram considerados adequados e os demais classificados segundo os diferentes níveis de inadequação conforme a quantidade de itens inadequados (baixa inadequação – 1 variável inadequada; média inadequação – 2 variáveis inadequadas; alta inadequação – 3 variáveis inadequadas; e totalmente inadequados com as 4 variáveis inadequadas).

As moradias do DF apresentam grau mais elevado de adequação em relação ao total da RIDE. De modo geral, para os três recortes espaciais adotados, a principal deficiência esta relacionada aos serviços de coleta e tratamento dos resíduos sólidos.

A maioria dos domicílios com uma inadequação possui como principal deficiência a coleta e o tratamento dos esgotos, tanto no entorno imediato quanto no “entorno distante”.

Nos domicílios do DF que apresentaram inadequações, o peso do tratamento de esgotos foi menor e a inadequação com maior participação correspondeu à condição da habitação. Isso ocorre principalmente nas RAs que têm aglomerados subnormais, sendo relevante o peso da densidade de moradores por dormitório (mais de dois habitantes por cômodo servindo de dormitório) (Tabela 21).

**Tabela 21 - População Residente, por Condição de Habitação do Domicílio
Distrito Federal – 2000**

Em porcentagem

Regiões Administrativas	Domicílio Adequado	Domicílio com baixa Inadequação	Domicílio com Média inadequação	Domicílio com Alta inadequação	Inadequados	Total (n° Abs.)
RA Brasília	95,5	3,4	0,9	0,1	0,1	194.261
RA Gama	82,3	11,7	4,8	1,1	0,0	128.959
RA Taguatinga	79,9	10,9	7,7	1,1	0,4	239.754
RA Brazlândia	51,4	10,6	14,8	12,9	10,4	52.215
RA Sobradinho	61,3	18,8	14,8	4,6	0,5	127.189
RA Planaltina	42,3	12,9	31,6	11,8	1,4	145.195
RA Paranoá	55,7	26,1	14,3	3,9	0,1	53.653
RA Riacho Fundo	77,5	16,7	5,0	0,4	0,4	40.987
RA Núcleo Bandeirante	83,7	9,3	4,8	1,9	0,3	35.406
RA Ceilândia	81,6	12,7	4,8	0,8	0,2	340.115
RA Guará	82,0	4,6	1,3	2,4	9,7	112.716
RA Cruzeiro	97,9	1,8	0,2	0,0	0,0	63.524
RA Samambaia	81,9	14,6	3,0	0,3	0,1	162.336
RA Candangolândia	84,1	12,2	3,2	0,5	0,0	15.398
RA Recanto das Emas	62,4	20,0	7,2	8,5	1,9	92.021
RA Lago Norte	77,8	10,9	8,0	2,6	0,7	27.330
RA Lago Sul	90,0	8,8	1,0	0,2	0,0	26.642
RA Santa Maria	79,9	15,9	3,6	0,6	0,0	97.206
RA São Sebastião	52,9	28,3	13,2	5,3	0,3	61.382
Total	75,9	12,5	7,6	2,7	1,2	2.016.289

Fonte: Censo demográfico IBGE/2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Os domicílios com inadequação nas condições de habitação localizados nas RAs de Paranoá, Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e Samambaia foram

responsáveis pelas participações mais elevadas do grupo de “baixa inadequação”. Na RA de São Sebastião, além das condições de moradia, o abastecimento de água também contribui para a inadequação dos domicílios.

Em relação aos domicílios como maior grau de inadequação – com pelo menos uma variável inadequada para cada um dos grupos (condições da moradia, localização da moradia, abastecimento de água e tratamento de resíduos) –, a maior incidência foi encontrada na RA de Brazlândia, onde 20,0% das pessoas residem em setores formados por aglomerados subnormais.

Síntese do Capítulo

O processo de periferização que ocorre na região abrange, além do conjunto de cidades-satélites distantes física e socialmente do Plano Piloto, os municípios goianos que têm assumido como principal função na estruturação metropolitana a absorção de população de baixa renda que não consegue morar nas valorizadas e protegidas terras do DF. A localização geográfica desses municípios (localizados na direção dos principais eixos de expansão periférica do DF), associada à política de oferta de lotes urbanos acessíveis à população não atendida pela política habitacional e pelo mercado imobiliário do DF (em função não tanto do preço mais baixo, mas principalmente das possibilidades de pagamento ao longo prazo), possibilitou a formação da periferia metropolitana, reforçando os principais eixos de expansão da mancha urbana, reproduzindo assim a configuração existente no núcleo regional e estabelecendo o processo inicial de conurbação da mancha urbana na metrópole.

Na verdade essa expansão periférica para os municípios do entorno foi possibilitada pelo processo especulativo que se estabeleceu a partir da implantação de Brasília. Com a valorização das terras adjacentes ao quadrilátero, terras rurais foram parceladas para serem vendidas ou estocadas. Esse processo especulativo é bastante freqüente na formação de periferias urbanas nas cidades brasileiras. Segundo estudos realizados pela Codeplan (1985), o volume de lotes ofertados pelo mercado antes de 1960 evidencia que os investimentos não estavam sendo pautados pelo atendimento à demanda populacional, mas pela lógica especulativa, que gera a oferta de espaços como forma de induzir a ocupação urbana. A frágil base econômica dos municípios, resultado do processo de desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, contribuiu para que

alguns deles, na ausência de atividades produtivas que pudessem alavancar a economia municipal, passassem a exercer papel de cidades-dormitório no contexto regional.

Durante o processo de criação, construção e consolidação do DF, a preservação do Plano Piloto, como modelo de ocupação urbana ideal, pautou os projetos, planos e ações públicas, com impactos na ocupação urbana. A preocupação com a manutenção da qualidade de vida gerou intensa produção de planos e projetos, nos quais a preocupação com o meio ambiente coibiu a ocupação de áreas adjacentes ao Plano Piloto, o que, segundo as elites locais e com o poder público trabalhando ao seu favor, descaracterizaria o projeto inicial.

As áreas de preservação ambiental ocupam cerca de 50% do território do DF e, apesar de sua extrema importância na manutenção da qualidade de vida, e de possibilitarem a ocupação sustentável da área urbana central, constituíram em importante instrumento de regulação e organização da ocupação do território, além de restringir as áreas disponíveis à ocupação, o que certamente contribuiu para a valorização das áreas centrais e a formação da periferia regional.

Durante todo o processo de implantação e consolidação da capital, a demanda por habitações pressionou o governo federal e diversos programas foram implantados com o objetivo de assentar no espaço urbano fora do centro principal (Plano Piloto e adjacências) a população que recorrentemente invade terras mais centrais, como forma de atender à necessidade de moradia.

A partir da década de 90 o fenômeno da ilegalidade assumiu nova forma decorrente da atuação da iniciativa privada no parcelamento da terra urbana no DF, até então exclusividade do poder público, o que certamente alterou a dinâmica urbana da capital. Os loteamentos ilegais implantados a partir de então assumiram grandes proporções e passaram a definir um novo vetor de expansão na direção nordeste do quadrilátero. Destinam-se à população de classe média e ocuparam áreas de preservação ambiental, próximas ao lago Paranoá, na direção oposta ao Plano Piloto.

Os vetores de expansão mais antigos, ao longo dos principais eixos viários na direção sudoeste, deram origem às cidades satélites mais recentes e mais periféricas, que abrigam a população de baixa renda (Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e São Sebastião), transbordando para os municípios contíguos (Santo Antônio do

Descoberto, Novo Gama, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás) e estabelecendo a conurbação da mancha urbana nesta direção, que se estende, ainda que de forma mais dispersa, até a sede do município de Luziânia. Outro vetor também se configura em direção a Sobradinho e Planaltina, estendendo-se até Planaltina de Goiás, localizada a nordeste do DF.

Em contraposição ao polinucleamento característico da ocupação inicial do DF, formado pelas cidades satélites localizadas distante do Plano Piloto, surgiu, a partir da implantação do metrô (acompanhando o seu traçado), um processo de conurbação da mancha urbana na direção do Plano Piloto, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, próximas à divisa com o município de Água Lindas de Goiás. Este apresenta acelerado processo de crescimento populacional, com altas densidades e está em área de grandes mananciais hídricos, o que agrava a sua condição de localização periférica.

A ocupação urbana na RIDE se constitui no mais evidente processo de diferenciação na distribuição espacial da população, entre as principais metrópoles nacionais. A atuação do Estado, desde o processo inicial de constituição do DF – seja mediante a regulação da oferta de terras urbanas, seja através da política habitacional, baseada na remoção de população que ocupa áreas invadidas, ou através da oferta de moradia para a população de baixa renda, sempre em áreas distantes do Plano Piloto – reforçou o processo de segregação espacial da população.

A ocupação residencial no Plano Piloto, apesar de o projeto inicial ser socializante e prever a instalação de famílias de funcionários públicos de diferentes níveis hierárquicos funcionais e salariais, foi ocupada praticamente só pelos mais altos escalões do governo federal. Assim, a proposta de ocupação socializante transformou-se em ocupação hierarquizante. A construção de cidades satélites se deu pela necessidade de abrigar os trabalhadores na construção de Brasília (candangos) que não retornaram aos estados de origem após a inauguração da cidade, e os funcionários públicos de inserção subalterna. Nesse sentido, a lógica de localização espacial da população repetiu

a configuração espacial das demais metrópoles nacionais, ainda que desta vez de forma institucionalizada pela ação estatal.⁷⁶

Como a ocupação periférica não foi acompanhada pela oferta de infra-estrutura e de serviços e equipamentos sociais, houve, em contrapartida, maior pressão da população moradora na região sobre esses serviços disponíveis na sede regional. No entanto, destaca-se que a periferia regional não foi vista como problema para a população do DF, uma vez que a ocupação periférica possibilitou o atendimento da demanda por moradia da população de baixa renda, necessária à funcionalidade das atividades econômicas do DF, além de ter possibilitado a manutenção da configuração espacial do núcleo principal.

É importante destacar que, atualmente, é cada vez mais freqüente a procura por terrenos no entorno, tanto para lazer e negócios, sítios e chácaras de final de semana, quanto para especulação, pela expectativa de valorização futura. Esse tipo de ocupação gera a subutilização e mesmo o abandono de áreas até então dedicadas à agropecuária, desocupando população e gerando empobrecimento das economias municipais.⁷⁷

Embora sejam fortes as relações de dependência dos municípios do entorno com o DF, alguns deles localizados na porção sudoeste da RIDE – principalmente Abadiânia, Alexânia e Corumbá de Goiás – mantêm articulações regionais com a vizinha Anápolis, pólo regional do Estado de Goiás. Essa dependência se dá, principalmente, no atendimento à demanda por saúde e educação, além de Anápolis funcionar como entreposto para a produção agrícola regional.

A análise da ocupação territorial e da consolidação da região de Brasília e entorno suscita indagações sobre a estruturação do espaço urbano regional e suas especificidades e semelhanças com as principais metrópoles nacionais, no que diz respeito à produção do espaço urbano.

No capítulo anterior ficou clara a relação entre espaço e reprodução da sociedade capitalista. A citação extraída de Lefébvre, sobre a coerência da ordem espacial enquanto controle das contradições inerentes ao capitalismo, evidencia o papel do

⁷⁶Sobre a proposta inicial de localização dos moradores no Plano Piloto (projeto socializante) e o que realmente ocorreu (ocupação de forma hierárquica), ver Paviani (1989 e 1991); Holston (1993); entre outros.

⁷⁷Sobre o processo atual de expansão periférica, ver Ipea, 2001.

espaço como reforçador das relações sociais, necessárias à sobrevivência do modo de produção capitalista.

Essa formulação, associada ao enfoque teórico sobre a participação dos principais agentes do processo de estruturação urbana, ajuda a explicitar o processo de estruturação da região em estudo. Além do papel do Estado e do conflito de classes no espaço, introduzidos pela teoria marxista, a formulação teórica de Villaça (2000) sobre a estruturação do espaço intra-urbano ressalta o papel do Estado em associação com o mercado imobiliário, enquanto mecanismo para o exercício da dominação através do espaço, por parte das elites dominantes.

Como não podia deixar de ser, estes foram, sem dúvidas, os principais agentes estruturadores do espaço urbano da RIDE. As especificidades do processo regional ficam por conta da formação socioeconômica da região e da forma de atuação estatal, mais evidente no controle socioespacial, possibilitada pela posse da grande maioria das terras disponíveis para ocupação urbana.

A criação de Brasília como sede nacional se deu no contexto de projeto econômico e político de integração nacional, denominado nacional-desenvolvimentista, sendo que a industrialização do país era vista como a grande alternativa para a superação do atraso nacional. Localizada estrategicamente no centro geográfico do país, a construção da nova capital representava a modernidade que revigoraria o atraso até então experimentado e promoveria a integração nacional e a efetiva ocupação do interior do país. Sobre o segundo aspecto Brasília atingiu os objetivos.

A modernização necessária para o sucesso do empreendimento, segundo a ideologia da época, coincidia inteiramente com os princípios do urbanismo modernista, baseados na organização espacial e distribuição setorizada de população e das atividades econômicas, segundo princípios funcionalistas.

Na sua função de regulador da oferta de lotes e moradias urbanas, o Estado agiu baseado nas premissas de preservação do Plano Piloto, enquanto área de concentração das atividades relacionadas à função administrativa, com baixa densidade populacional e ocupação seletiva, privilegiando assim os segmentos superiores da estrutura social. Agindo na regulação da disponibilidade de terras, essa atuação gera excessiva valorização das terras do quadrilátero, em função de uma falsa escassez. Como forma de

atenuar as pressões por moradia do expressivo contingente populacional de baixa renda atraído para a capital e para atenuar também as pressões do mercado imobiliário, o Estado permite o parcelamento de grandes glebas de uso rural nos municípios goianos localizados nos limites do quadrilátero, distante das sedes originárias de suas ocupações urbanas.

Estas duas formas de atuação estatal (urbanização de novas áreas ou construção de moradias), em diversas esferas de atuação (municipal e federal) e diferentes graus de envolvimento (direta ou indiretamente), alimentam o processo especulativo.

Quando esse controle é ineficiente não se consegue impedir a ocupação ilegal (principalmente as ocupações localizadas em áreas mais nobres), o poder público age via programas de regularização urbanística, deslocando a população invasora e criando novos núcleos isolados e distantes da mancha urbana, o que propicia a formação de periferias cada vez mais distante física e socialmente do núcleo central. Para este objetivo, utiliza-se da prerrogativa da preservação ambiental e do planejamento urbano, via instrumentos normativos de uso e ocupação do solo urbano e de instrumentos relativos à política habitacional.

Outra especificidade da configuração socioespacial da região é que o núcleo central, formado pelo Plano Piloto e adjacências, concentra, além da renda, poder político em função da localização dos mais altos escalões do poder público federal, o que agrava ainda mais o processo de exclusão social.

A despeito dessa configuração fortemente articulada econômica, política e ideologicamente, em alguns momentos, diante do poder de organização da população invasora e da força dos movimentos sociais por permanência no local, o poder estatal se vê obrigado a agir regularizando ocupações em áreas não desejadas segundo a lógica segregacionista, admitindo assim a existência de conflitos pela posse da terra urbana. O Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, permaneceu no local ainda nos primórdios do processo de ocupação.

A partir de meados da década de 80, em função do processo de democratização nacional e, mais especificamente, após a Constituição de 1988 – que estabeleceu novas formas de atuação do Poder Legislativo através da atuação Câmara Legislativa do DF e das novas forças políticas que emergem no cenário político –, surgem novas formas de

atuação estatal. No que se refere à política habitacional, por meio da Sociedade de Habitações de Interesse Social⁷⁸, foi criado um programa de assentamento da população de baixa renda, tendo como discurso principal a permanência da população invasora no próprio local, ou em áreas próximas quando a permanência não fosse possível em função da inviabilidade técnica. Este programa inaugurou nova forma de atuação pública no que se refere à fixação da população invasora, ainda que o equilíbrio entre oferta e demanda não tenha sido atingido e a problemática das ocupações persista até os dias atuais.

Além de promover novas formas de localização habitacional, o Estado passou a investir em áreas socialmente menos favorecidas e, apesar de não redistribuir renda, o que seria desejável, age compensatoriamente na implantação de infra-estrutura básica nas áreas periféricas. Este processo gera valorização das áreas e muitas vezes alimenta o processo de transferência e expulsão de população em direção a novas periferias, ainda que desta vez de forma espontânea, com apropriação de renda urbana para os proprietários envolvidos. Estas transferências se dão principalmente em função da atuação do mercado imobiliário, que passa a oferecer moradias através da construção de conjuntos habitacionais localizados nos municípios goianos limítrofes, em substituição à oferta anterior de lotes praticamente sem nenhuma infra-estrutura.

Mais recentemente o mercado passou a atuar constituindo uma nova forma de ilegalidade, beneficiando-se da omissão estatal para atendimento da demanda da classe média por moradia a preços considerados justos, proliferando-se assim o fenômeno dos loteamentos clandestinos (portanto ilegais), na maioria das vezes ocupando áreas de preservação ambiental, com paisagem bastante aprazível, muitas localizadas em áreas nobres, próximas ao Lago Paranoá.

Aqui fica clara a diferença da atuação estatal no que se refere à ilegalidade. Enquanto nas ocupações de baixa renda a ilegalidade é claramente admitida, nos casos dos condomínios de classe média, passa a ser questionada, em função da diversidade de condições de propriedade da terra no quadrilátero, resultante do processo inicial de criação do território do Distrito Federal.

⁷⁸ Órgão do Departamento de Urbanismo do GDF, criado em 1962.

A grilagem de terras tem sido freqüente na ocupação do DF desde o seu início. Beneficiando-se do caráter difuso do regime de propriedade da terra, em que coexistem diversas formas de propriedade, os grileiros agem livremente e, beneficiando-se da prerrogativa da dúvida, questionam a propriedade pública do solo, parcelando e vendendo lotes, atendendo assim à demanda da classe média alta não disposta a pagar pelos altos preços das terras disponíveis, gerados pelos processos especulativos descritos anteriormente.

Inúmeros programas de regularização são estabelecidos, mas o fenômeno não é coibido e a regularização dificilmente se realiza, o que demonstra o poder do mercado imobiliário e deste segmento populacional, na estruturação espacial da região. Estes loteamentos, apesar de ocuparem áreas não estabelecidas nos inúmeros planos de ordenação territorial, acabaram por instituir um novo vetor de expansão da mancha urbana.

Na década de 90, surgiu a iniciativa de reversão do padrão de ocupação polinucleado, possibilitado pela associação da ação estatal com o mercado imobiliário⁷⁹, através da implementação do Projeto Águas Claras, onde em uma grande gleba de terra localizada entre Taguatinga e o Plano Piloto foi liberado o parcelamento pela iniciativa privada, com vistas ao atendimento da demanda habitacional para a classe média e da demanda por áreas para destinação comercial, gerando conurbação entre os dois núcleos. Apesar dessa iniciativa, a polinucleação predominante na configuração do DF e entorno agrava o processo de exclusão e segregação socioespacial, devido à existência de grandes glebas sem ocupação, entre os núcleos periféricos (função habitacional) e o central (gerador de empregos, serviços e atividades de lazer), dificultando a circulação urbana em função da debilidade do sistema de transportes e dos altos preços da passagem, aumentando assim a distância social entre eles.

A ocupação do Distrito Federal e entorno foi fortemente condicionada pela afluência de grandes fluxos migratórios atraídos no início do processo pelas oportunidades de emprego geradas pela construção da capital federal. A falta de opção de acesso aos empregos e à renda em suas áreas de origem, somadas à geração de fortes expectativas de novas oportunidades em função da magnitude do projeto nacional de

desenvolvimento, representada pela construção de uma cidade a partir de um território desocupado, foram responsáveis pela constante chegada de pessoas à região, processo que se mantém até os dias atuais.

Apesar de ser um fenômeno característico do processo de urbanização brasileiro, no caso do DF se diferencia pela magnitude e por sua manutenção, apesar do arrefecimento no anos 80 e da estabilização no período mais recente (década de 90). A oferta de terra urbana para moradia, representada pela ausência de ocupação anterior, deve ter contribuído para a expectativa de melhoria na qualidade de vida da população migrante.

O contingente migratório, com intensidade não prevista no projeto inicial de ocupação do território, alterou completamente o ritmo esperado de ocupação. A capacidade de resistir aos constantes processos de expulsão demonstrada por aquele contingente, seja o arbitrário, através da política de remoção, seja o espontâneo, por meio da valorização imobiliária, constitui fator decisivo para o processo de expansão da ocupação urbana e para a conformação da periferia regional. A capacidade de articulação e reivindicação de alguns segmentos populacionais muitas vezes gerou a reversão da lógica da atuação estatal, alterando, assim, o perfil da segregação socioespacial e da distribuição da população no espaço urbano.

As características sociodemográficas deste contingente populacional, tais como estrutura etária, fase do ciclo vital, composição familiar, acesso à renda, acesso à educação entre outras, tiveram papel preponderante no processo de segregação e na configuração socioespacial resultante do processo de ocupação e de desenvolvimento urbano na região.

O que é importante apreender deste capítulo é que a dinâmica econômica e a configuração socioespacial da RIDE só se viabilizaram a partir da existência de um expressivo contingente populacional que mora, se desloca, produz, consome e se reproduz, constituindo-se assim em fator imprescindível para a compreensão da estruturação interna da metrópole e de suas relações com as demais regiões nacionais.

A análise sobre mobilidade, evolução e características sociodemográficas espacialmente localizadas será desenvolvida nos próximos capítulos.

⁷⁹ Após 1992 foi permitido o parcelamento para proprietários particulares, acabando assim com o monopólio estatal

no acesso à terra no quadrilátero.

Capítulo 3 – A Dinâmica Migratória na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

A RIDE, estruturada a partir de uma cidade planejada para ser a capital nacional e pólo de integração nacional, teve seu processo de consolidação como metrópole marcado pela migração de longa distância, principalmente durante as décadas de 60 e 70. Fatores associados à abertura de frentes de trabalho para a construção da cidade e à transferência da capital fizeram com que a migração interestadual fosse predominante no processo de implantação da nova cidade.

O processo de formação e consolidação da RIDE, na década de 80, foi fortemente influenciado pela expansão da mancha urbana do DF. Os movimentos migratórios regionais confirmam esse processo, no qual a migração intra-regional (que também poderia ser denominada de intrametropolitana) adquire expressão no total dos fluxos migratórios, ainda que os fluxos interestaduais continuem predominantes. Na verdade, mesmo os fluxos intra-regionais mais significativos – emigração do DF para os municípios da região – são interestaduais, uma vez que a região é constituída por três UFs (DF, Goiás e Minas Gerais). No entanto, para uma melhor compreensão da migração intra-regional, esses fluxos serão denominados intra-regionais, ou intrametropolitanos, ainda que envolvam diferentes UFs.

Assim, a migração para os municípios que compõem a RIDE tem como principais e mais significativos fluxos aqueles referentes à migração interestadual em direção ao DF, iniciada no final da década de 50, que ainda continua elevada em 2000, apesar de arrefecido a partir de 1980.

Para quantificar a migração interestadual, serão utilizadas, neste capítulo, informações intercensitárias e quinquenais. Acredita-se que o ideal seria a adoção do período de dez anos (intercensitário), que permite um panorama mais consolidado sobre a migração. No entanto, o censo demográfico de 2000 não investigou a variável “município de residência anterior”, o que impossibilita a identificação da origem dos fluxos migratórios intermunicipais segundo sua última etapa. Por se considerar importante a análise para o período de dez anos, todas as vezes em que for possível será utilizada a informação sobre última etapa na mensuração da migração, por meio das variáveis “tempo de residência na UF” e “UF de residência anterior”. Em função dessa

restrição metodológica, todas as vezes que for necessária a identificação do município de residência anterior, como no caso da análise sobre a emigração e a migração intermunicipal, será utilizada a informação sobre migração referente à data fixa. Nesses casos o período de análise será de cinco anos⁸⁰.

O capítulo está organizado em quatro itens. O primeiro analisa a migração interestadual (entre a região os demais estados brasileiros), o segundo aborda a migração intra-estadual (os fluxos entre municípios das três Unidades da Federação que integram a região), o terceiro trata da migração intra-regional, ou intrametropolitana, e o quarto apresenta uma síntese do capítulo.

A Migração Interestadual⁸¹

Desde o início do processo de migração para Brasília, os fluxos de nordestinos, goianos e mineiros foram predominantes.⁸² Além da atratividade exercida pela existência de grande número de empregos, durante a construção da capital, a condição de vida naqueles estados contribuiu para a consolidação dos fluxos. Holston (1993), baseado em informações do Censo Demográfico de 1959, aponta que 96,0% dos migrantes vindos para Brasília vinham daquelas regiões (de estados do Nordeste, do

⁸⁰Na análise sobre a migração foi necessária uma opção metodológica diferenciada para os dados dos censos demográficos IBGE 1980 e 1991, e o censo 2000. Nos casos em que não for possível identificar a residência anterior (origem por municípios) será feita a opção pela adoção da informação referente à data fixa. Para efeito de comparabilidade, nesses casos será utilizada para os censos 80 e 91, a informação referente à residência anterior, para os migrantes com menos de cinco anos de residência, e, para o censo 2000, a informação referente ao município de residência em 31/07/1995. Apesar de reconhecer que as informações não são comparáveis em termos de volumes, principalmente nos casos de múltiplos movimentos no período intercensitário, a opção foi feita em função de ser essa a única possibilidade de identificar o município de origem dos fluxos migratórios para o censo 2000. A informação referente à data fixa tem como vantagem formal nos dados demográficos a determinação clara do período referente à migração. No entanto, no caso da migração intrametropolitana, movimento em que são mais frequentes as reemigrações de curto prazo, a informação de data fixa tem como desvantagem a perda dos movimentos ocorridos no primeiro quinquênio, além do fato de essa informação considerar apenas as pessoas maiores de cinco anos. Para maiores detalhes sobre as diferenças entre esses dois tipos de informação, vide Carvalho (1998).

⁸¹Foram considerados migrantes as pessoas com mais de dez anos de idade e com menos de dez anos de residência na UF, incluindo a migração de retorno e os não-naturais.

⁸²Antes mesmo da inauguração da capital, durante o processo de sua construção, o recrutamento de trabalhadores que iriam tornar realidade o projeto do Governo Federal deu origem a um intenso fluxo migratório, baseado em expectativas supervalorizadas, de empregos e melhores condições de vida. As condições especiais do mercado de trabalho e salários eram o principal atrativo para a população que não encontrava condições satisfatórias de vida em seus Estados de origem. As expectativas de melhoria das condições de vida se fundamentavam na grande oferta de empregos, em salários mais elevados que nos locais de origem, na não limitação de trabalho em horas extras e no fato de o treinamento ser realizado no próprio local de trabalho, o que dispensava experiência anterior e possibilitava rápida ascensão profissional, em função das habilidades recém adquiridas (Holston, 1993).

Sudeste, principalmente Minas Gerais, e do Centro-Oeste, principalmente Goiás).⁸³ Segundo aquele autor, a migração, já naquele período, era predominantemente urbana, sendo que quatro em cada cinco migrantes residiam anteriormente em área urbana.

Entre 1970 e 1980, período de maior dinamismo do processo de urbanização da região, os principais fluxos da migração interestadual continuaram sendo aqueles originados em Estados nordestinos (212 mil), em Goiás (167 mil) e em Minas Gerais (90 mil). Entre os Estados nordestinos, destacam-se os fluxos vindos do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, que apresentaram, em conjunto, o maior volume (155 mil migrantes) (Tabela 22).

Entre 1981 e 1991, o volume de migrantes arrefeceu-se (605,8 mil), mas a taxa de migração permaneceu expressiva (3,04%). O fluxo de nordestinos continuou elevado (207,7 mil) e os Estados que mais contribuíram para esse movimento (MA, PI, CE e BA) enviaram, em conjunto, 157,8 mil migrantes – contingente maior que o do período anterior. Maior, também, foi o contingente vindo das Regiões Norte e Sul, demonstrando ampliação da atratividade exercida pela capital federal. A situação se mantém no período 1991-2000, ampliando-se ainda mais os fluxos originados nos quatro Estados nordestinos (MA, PI, CE e BA) e na Região Norte.

Observa-se que cresceu significativamente o fluxo de migrantes com residência anterior no DF, passando de 49 mil, entre 1970 e 1980 para 121,6 mil em 1991-81 e para 136,7 em 1990-2000, denotando ampliação do fluxo migratório intra-regional. Em síntese, a RIDE caracteriza-se pelo predomínio dos migrantes provenientes principalmente dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, cuja taxa média anual de migração ainda é a mais elevada na região (1,44% no período 1970-80 e 0,86% entre 1990 e 2000). É importante salientar que, a exemplo do ocorrido no DF, apesar da tendência de queda da taxa para o total da região ao longo do período 1970-2000, a imigração originária daqueles Estados nordestinos apresentou elevação no período mais recente, enquanto os demais fluxos registraram redução ou mantiveram constantes as taxas médias anuais de migração interestadual.

⁸³Goiás havia recebido grande fluxo de imigrantes na década anterior, pela expansão da fronteira agrícola, o que certamente favoreceu nova etapa migratória em direção à Brasília.

Tabela 22 - Volume e Taxa Média Anual de Migração Interestadual, segundo Região de Última Residência - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE– 1970-2000

Região de Residência Anterior	1970-1980		1981-1991		1990-2000	
	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)
DF	48.977	0,46	121.684	0,61	136.720	0,55
Goiás	166.948	1,55	109.107	0,55	60.248	0,24
Outros do Centro-oeste	5.497	0,05	6.373	0,03	7.680	0,03
Minas Gerais	90.023	0,84	64.826	0,33	65.307	0,26
RJ	54.324	0,50	25.842	0,13	21.559	0,09
Outros Sudeste	28.031	0,26	22.385	0,11	27.301	0,11
MA/PI/CE/BA	155.014	1,44	157.821	0,79	213.052	0,86
Outros Nordeste	57.001	0,53	49.888	0,25	45.182	0,18
Região Norte	10.833	0,10	24.623	0,12	29.671	0,12
Região Sul	15.433	0,14	17.122	0,09	13.873	0,06
Outros	7.701	0,07	6.125	0,03	23.694	0,10
Total da RIDE	639.781	5,94	605.796	3,04	644.287	2,60

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Além de apresentar elevação, a migração originária daqueles estados nordestinos se manteve como o fluxo mais importante ao longo do período, indicando a provável existência de redes sociais de migração atuando nesse fluxo e mantendo-o com relativa intensidade, apesar do arrefecimento das migrações no país e na região nos períodos mais recentes.

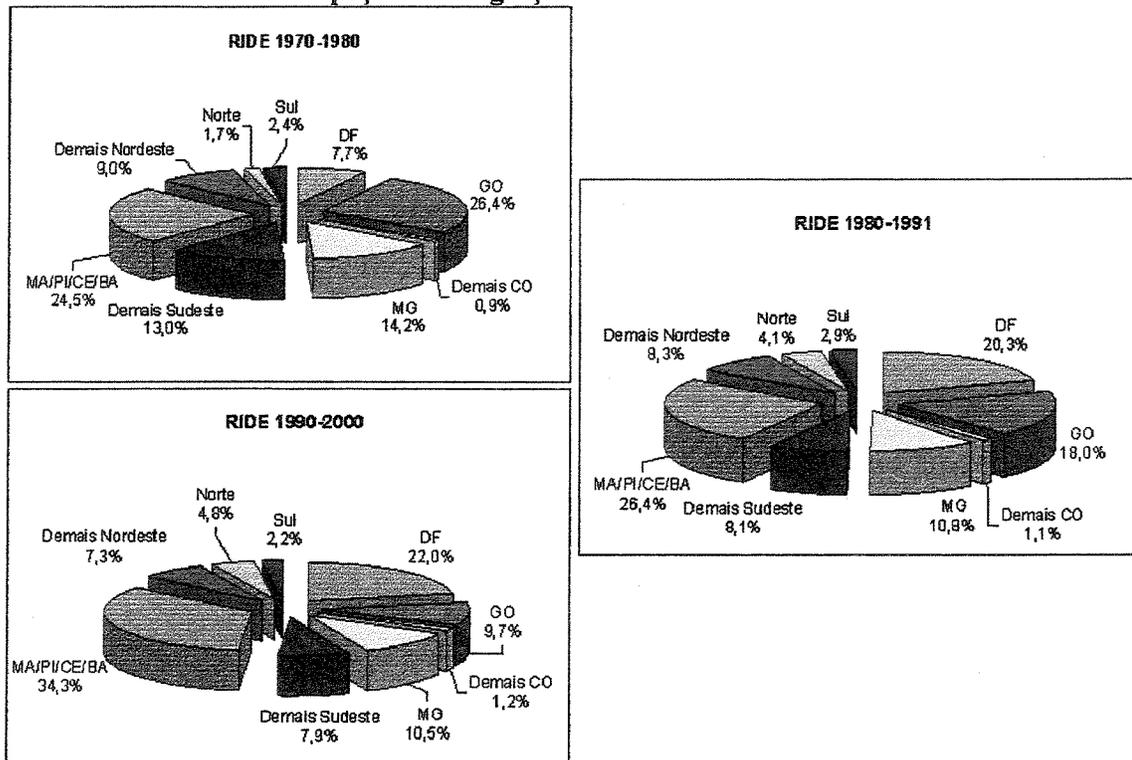
O fluxo originário do DF apresentou elevação entre 1980 e 1991, período de consolidação do processo de crescimento periférico em direção aos municípios goianos. Apesar da ligeira queda no período mais recente, ainda se mantém como o segundo fluxo de migração para o total da região

Tanto a taxa média anual – que estabelece uma relação entre o volume do fluxo e a população média da região – quanto a participação dos fluxos no total da imigração entre as UFs e a região, entre 1970 e 2000, indicam que a migração vinda do DF tem aumentado sua participação ao longo do período.

De 1970 a 1980, quando o processo de crescimento periférico ainda era incipiente, a participação dos fluxos vindos do DF representava 7,7% do total, enquanto o fluxo total de nordestinos para a região respondia por 35,5% do total. No período 1981-1991, quando o crescimento dos municípios goianos se intensificou e a periferia regional se consolidou, a participação dos fluxos originários do DF passou a representar

20,3% do total e a de nordestinos se manteve (35,7%). Entre 1990 e 2000, a migração de nordestinos e a vinda do DF aumentaram suas participações para 41,6% e 22,0%, respectivamente (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Participação da Imigração Interestadual - RIDE 1970-2000



Fonte: IBGE, censo demográficos 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado (Nepo/Unicamp))

Quando analisado todo o período (1970-2000), observa-se que os fluxos migratórios originários nos demais Estados do nordeste diminuíram e aqueles provenientes de Minas Gerais, Goiás e demais Estados do Sudeste, que foram bastante significativos no período inicial, perderam intensidade.

Destaca-se que o fluxo originário do Rio de Janeiro, que teve peso significativo no início da implantação do DF pela transferência de funcionários públicos, perdeu importância relativa, posteriormente. Assim, os fluxos do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, e do DF consolidaram-se como principais fluxos de imigração para o total da RIDE.

Como se verá mais adiante, o fluxo originário do DF é constituído por antigos migrantes nordestinos, expulsos do DF pelas características do processo de ocupação territorial e de estruturação urbana, marcado pela segregação socioespacial. Esta

hipótese se baseia na interpretação das características do processo de ocupação territorial do espaço urbano e do intenso volume desta imigração para o DF ao longo do período.

A partir da década de 80, o Distrito Federal passou a expulsar população para os demais municípios da região, elevando a participação da migração para o total da região, enquanto os demais fluxos sofreram retração.

Na verdade, os volumes de migrantes interestaduais para a região demonstram seu grande peso, devido aos fluxos direcionados ao DF. Houve redução nos fluxos de mineiros e goianos ao longo do período, a exemplo do corrido para o total de região, e a manutenção do volume de migrantes nordestinos, apesar da redução dos volumes totais de imigrantes. A elevação do fluxo de MA, PI, CE e BA, na última década, retoma a importância em relação à década de 70, período de maior intensidade migratória nos contextos regional e nacional. (Tabela 23)

Tabela 23 - Volume e Taxa Média Anual de Migração Interestadual segundo Região de Última Residência - Distrito Federal 1970-2000

Região de Residência Anterior	1970-1980		1980-1991		1991-2000	
	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)
Goiás	88.468	0,64	53.433	0,35	58.225	0,39
Outros do Centro-Oeste	4.956	0,04	4.698	0,03	5.921	0,04
Minas Gerais	77.518	0,56	49.048	0,32	47.608	0,32
RJ	53.404	0,39	22.856	0,15	19.086	0,13
Outros Sudeste	25.962	0,19	17.097	0,11	20.772	0,14
MA/PI/CE/BA	147.425	1,07	129.653	0,86	153.363	1,02
Outros Nordeste	53.281	0,39	40.774	0,27	33.001	0,22
Região Norte	10.467	0,08	20.778	0,14	22.492	0,15
Região Sul	14.326	0,10	10.850	0,07	10.723	0,07
Outros	7.405	0,05	5.730	0,04	7.113	0,05
Total da Ride	483.212	3,52	354.917	2,35	378.304	2,51

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

O DF tem se caracterizado como região de forte atração migratória, principalmente de nordestinos, que tiveram participação predominante no total da migração para a região, entre 1970 e 1980, respondendo por 41,5%. Nos dois períodos seguintes, esse fluxo passou a representar 48,0% e 49,3% do total da imigração entre UFs, respectivamente, apesar da redução dos volumes absolutos (200,7 mil no período 1970-1980, 170,4 mil de 1980-1991 e 186,3 mil entre 1991 e 2000).

A migração de nordestinos, principalmente do MA, PI, CE e BA, certamente teve condicionantes relacionados às dificuldades nos locais de origem. No entanto, alguns programas definidos no âmbito da política de desenvolvimento regional podem ter contribuído para a intensificação desses fluxos, como é o caso do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – Pergerb.⁸⁴

A distribuição da migração interestadual para o total da região é semelhante à do Distrito Federal, em função do peso que aquela população assume no total regional (em torno de 70,0% desde 1970 até 2000). O fluxo de migrantes nordestinos para a região é fortemente influenciado pelo contingente de migrantes que se dirigem ao DF.

A Tabela 24 mostra duas tendências em relação ao fluxo de migrantes nordestinos para a região. Ao longo do período 1970-2000, ao peso da migração de nordestinos para o DF diminui, passando de 95,1% entre 1970 e 1980 para 41,5% de 1990 a 2000, aumentando a participação deste fluxo na migração interestadual para o total da região.

Tabela 24 - Volumes da Migração de Nordestinos para o DF e Entorno – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-2000

Local de Residência Atual	Volumes Totais						Volume Médio por Ano		
	1970-1980		1981-1991		1990-2000		1970-1980	1981-1991	1990-2000
	ABS	%	ABS	%	ABS	%			
DF									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	147.425	95,1	129.653	82,3	153.363	41,5	14.743	12.965	15.336
Total de Nordestinos	200.706	94,7	170.427	82,8	186.364	41,0	20.071	17.043	18.636
Total da RIDE									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	155.014	73,0	157.457	75,6	369.119	81,3	15.501	15.746	36.912
Total de Nordestinos	212.015	100	205.848	100	454.013	100	21.201	20.585	45.401

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Outra tendência observada nesse fluxo é a elevação da participação de MA, PI, CE e BA no total da migração de nordestinos, tanto para o DF quanto para o total da região.

⁸⁴O programa tinha como objetivo o desenvolvimento regional abrangendo toda a área de influência de Brasília, numa tentativa de reter a população potencialmente migrante, em seu lugar de origem. O objetivo mais específico era dinamizar as regiões potencialmente exportadoras de população para o DF, como o oeste da Bahia e de Minas Gerais e o sul do Maranhão e Piauí. No entanto, em função da morosidade na implantação das medidas que deveriam dinamizar a economia daquelas regiões, os investimentos em infra-estrutura viária realizados com esse objetivo acabaram por facilitar o acesso dos migrantes ao DF. Ao que tudo indica, as expectativas de melhoria de vida da população potencialmente migrante nos locais de origem deram lugar à frustração gerada pela incapacidade de produzir resultados visíveis no curto prazo, produzindo assim o efeito inverso.

Na verdade essa elevação da participação está relacionada ao aumento do fluxo em direção aos municípios que integram o entorno imediato⁸⁵ da RIDE. Os volumes médios anuais da migração para os municípios elevaram-se de 455, no período 1970-1980, para 5.556, entre 1990 e 2000. (Tabela 25)

Tabela 25 - Principais Volumes da Imigração de Nordestinos para o Entorno Imediato – 1970-2000 na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE

Local de Residência Atual	Volumes Totais						Volume Médio por Ano		
	1970-1980		1981-1991		1990-2000		1970-1980	1981-1991	1990-2000
	ABS	%	ABS	%	ABS	%			
Luziânia*									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	4.226	71,1	14.523	76,6	30.867	82,0	423	1.452	3.087
Total de Nordestinos	5.944	100,0	18.956	100,0	37.659	100,0	594	1.896	3.766
Planaltina de Goiás									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	319	53,5	2.897	76,2	6.735	82,4	32	290	674
Total de Nordestinos	596	100,0	3.800	100,0	8.176	100,0	60	380	818
Sto Antônio do Descoberto*									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	-	-	3.393	-	17.954	-	-	339	1.795
Total de Nordestinos	-	-	4.528	-	20.531	-	-	453	2.053
Total Entorno Imediato									
Imigrantes de MA/PI/CE/BA	4.545	69,5	20.813	76,3	55.556	83,7	455	2.081	5.556
Total de Nordestinos	6.540	100,0	27.284	100,0	66.366	100,0	654	2.728	6.637

Fonte: censos IBGE 80 e 91 e 2000 (tabulações Especiais NEPO/UNICAMP).

* Desconsiderados os desmembramentos de 1997.

As Tabelas 26, 27 e 28 apresentam os fluxos migratórios interestaduais, desagregados para os municípios que compõem a RIDE, nos períodos 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000.

A migração vinda do DF, no período inicial (1970-1980), já apresentava participações elevadas no total da migração interestadual de vários municípios. Além dos municípios que integram o entorno imediato (naquele período: Planaltina e Luziânia), outros como Alexânia, Corumbá de Goiás, Formosa, Padre Bernardo e Pirenópolis tinham nos fluxos vindos do DF a maior participação na migração entre UFs, embora os volumes de população migrante sejam numericamente pouco significativos. Naqueles municípios, o segundo principal fluxo vem de municípios mineiros que não integram a RIDE. Como eles apresentam base econômica na agropecuária, é possível que a migração de mineiros tenha sido motivada pela expansão

⁸⁵ Para maiores detalhes sobre a divisão socioespacial adotada nessa pesquisa, vide capítulo 2.

da fronteira agrícola ocorrida na região (aumento do plantio de soja no serrado, naquele período) (Tabela 26).

Tabela 26 - Migração Interestadual, por Local de Residência Anterior Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1970-1980

U F	Residência Atual	Região Anterior											Total
		DF	GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/CE/BA	Outros NE	Reg. Norte	Reg. Sul	Outros S	
DF	Brasília		88.468	4.956	77.518	53.404	25.962	147.425	53.281	10.467	14.326	7.405	483.212
GO	Abadiânia	11	0	0	161	0	4	12	41	0	0	0	228
	Água Fria de Goiás*												
	Águas Lindas de Goiás***												
	Alexânia	1.096	0	12	260	20	26	92	100	14	8	0	1.630
	Cabeceiras	130	0	5	840	0	30	56	68	0	0	7	1.136
	Cidade Ocidental**												
	Cocalzinho de Goiás**												
	Corumbá de Goiás	388	0	0	401	4	58	119	101	0	12	0	1.081
	Cristalina	378	0	55	1.888	140	65	277	131	0	224	7	3.165
	Formosa	1.411	0	152	2.448	85	326	858	740	18	265	26	6.331
	Luziânia	37.194	0	274	4.917	589	1.199	5.066	2.066	252	295	163	52.015
	Mimoso de Goiás*												
	Novo Gama***												
	Padre Bernardo	1.283	0	0	589	35	43	490	61	31	0	0	2.532
	Pirenópolis	122	0	0	0	0	46	46	11	0	23	11	258
	Planaltina de Goiás	6.207	0	2	846	6	163	383	332	18	90	38	8.086
	Sto Ant. do Descoberto*												
	Valparaíso de Goiás***												
	Vila Boa**												
MG	Buritís	69	620	0	0	6	15	30	23	0	69	0	832
	Cabeceira Grande***												
	Unai	689	938	40	0	35	95	160	45	32	120	43	2.197
	Entorno Imediato	43.401	0	276	5.763	595	1.362	5.449	2.399	270	385	201	60.102
	Entorno Distante	5.576	1.558	265	6.587	325	707	2.140	1.321	96	722	94	19.390
	Total da RIDE	48.977	90.026	5.497	89.868	54.324	28.031	155.014	57.001	10.833	15.433	7.701	562.704

Fonte: Censo demográfico IBGE 1980 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/UNICAMP)

Migrante: Pessoas maiores de 10 anos e com menos de 10 anos de residência na UF (inclui não-naturais e de retorno)

* município emancipado após 1980

**município instalado em 1993

*** município instalado em 1997

Entre 1981 e 1991, manteve-se a tendência de elevação dos volumes de migrantes para municípios que integram a RIDE, tanto os vindos do DF quanto os nordestinos. Em, praticamente, todos os demais fluxos houve redução, principalmente para aqueles originários dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O término do processo de transferência de funcionários do Rio de Janeiro para a nova capital

certamente é responsável pelo decréscimo dos fluxos entre a região e o Rio de Janeiro (Tabela 27).

Tabela 27 - Migração Interestadual por Local de Residência Anterior Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1981-1991

U F	Residência Atual	Região Anterior											Total (1)
		DF	GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/ CE/BA	Outros NE	Reg. Norte	Reg. Sul	Outros	
DF	Brasília		88.361	4.698	49.048	22.856	17.097	129.653	40.774	20.778	10.850	5.730	389.845
GO	Abadiânia	357		0	35	0	38	76	8	101	24	5	644
	Água F. de Goiás*	240	0	5	112	0	0	82	53	0	214	0	705
	Águas Lindas de Goiás***												
	Alexânia	1.656	0	54	258	34	127	331	222	43	6	0	2.731
	Cabeceiras	182	0	0	1.298	0	10	65	37	17	184	5	1.797
	Cidade Occidental**												
	Cocalzinho de Goiás**												
	Corumbá de Goiás	893	0	0	125	0	184	331	16	34	0	0	1.582
	Cristalina	898	0	170	2.158	197	347	628	247	162	1.767	11	6.585
	Formosa	3.894	0	201	3.138	95	473	1.107	383	360	1.707	0	11.358
	Luziânia	80.195	0	706	6.181	2.059	2.282	17.437	5.322	2.177	1.441	240	118.039
	Mimoso de Goiás*	181	0	0	10	0	18	8	8	0	7	0	233
	Novo Gama***												
	Padre Bernardo	1.917	0	19	616	30	50	286	196	31	10	0	3.155
	Pirenópolis	152	0	6	31	0	67	35	22	62	40	0	415
Planaltina de Goiás	14.891	0	114	1.818	192	503	3.478	1.084	486	142	14	22.723	
Sto Ant. do Descoberto*	13.771	0	237	830	325	686	4.074	1.363	122	88	13	21.508	
Valparaíso de Goiás***													
Vila Boa**													
MG	Buritiz	573	1.123	8	0	0	13	0	9	0	294	0	2.020
	Cabeceira Grande***												
	Unai	1.883	1.894	155	0	54	489	231	144	249	349	107	5.555
	Entorno Imediato	108.857	0	1.057	8.828	2.577	3.471	24.988	7.769	2.785	1.670	267	162.270
	Entorno Distante	12.827	3.017	618	7.780	409	1.817	3.180	1.345	1.059	4.601	127	36.781
	Total da RIDE	121.684	91.378	6.373	65.656	25.842	22.385	157.821	49.888	24.623	17.122	6.125	588.897

Fonte: Censo demográfico IBGE 1991 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/UNICAMP).

Migrante: Pessoas maiores de dez anos e com menos de dez anos de residência na UF (inclui não-naturais e de retorno)

* município emancipado após 1980.

**município Instalado em 1993.

*** município Instalado em 1997.

Apesar de ser um período conhecido pelo arrefecimento das migrações internas no Brasil, o volume de migrantes que chegaram à região se manteve bem próximo ao do

período anterior (562.704 e 588.897, de 1970 a 1980 e de 1981 a 1991, respectivamente).

No contexto regional, 121.684 migrantes deixaram o DF em direção aos municípios do entorno, apresentando elevação em relação ao período anterior, quando 48.977 pessoas passaram a residir no entorno.

Tabela 28 - Migração Interestadual por Local de Residência Anterior Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1990-2000

UF	Residência Atual	Região Anterior											Total ⁽¹⁾
		DF	GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/C E/BA	Outros NE	Reg. Norte	Reg. Sul	Outros	
DF	Brasília		58.225	5.921	47.608	19.086	20.772	153.363	33.001	22.492	10.723	7.113	378.304
GO	Abadiânia	228	0	30	98	12	58	87	15	51	37	108	724
	Água Fria de Goiás*	119	0	0	89	5	22	78	7	0	111	300	731
	Águas Lindas de Goiás***	46.715	0	161	1.710	217	1.152	12.807	1.648	1.552	122	2.824	68.908
	Alexânia	1.135	0	20	138	38	102	269	104	225	49	331	2.411
	Cabeceiras	334	0	9	407	10	13	104	12	28	53	35	1.005
	Cidade Ocidental**	7.766	0	126	609	245	458	3.422	721	366	69	1.229	15.011
	Cocalzinho de Goiás**	1.144	0	18	126	0	33	360	96	86	22	81	1.966
	Corumbá de Goiás	100	0	4	46	0	9	37	0	28	0	137	361
	Cristalina	1.042	0	136	1.562	44	426	651	660	102	597	470	5.690
	Formosa	2.986	0	176	2.612	10	321	1.617	232	301	373	762	9.390
	Luziânia	17.887	0	252	3.481	271	981	9.475	2.555	1.192	539	2.853	39.486
	Mimoso de Goiás*	53	0	0	24	0	0	0	0	0	0	39	116
	Novo Gama***	13.524	0	130	1.241	197	557	7.481	1.625	471	64	2.082	27.372
	Padre Bernardo	2.130	0	6	371	0	44	457	166	115	26	381	3.696
	Pirenópolis	308	0	69	118	0	53	56	0	64	85	11	764
	Planaltina de Goiás	10.736	0	130	1.604	86	463	6.735	1.441	798	82	1.186	23.261
	Sto Ant. do Descoberto*	8.421	0	119	882	140	386	5.147	929	424	55	667	17.170
	Valparaíso de Goiás***	18.700	0	221	2.506	1.084	999	10.489	1.891	1.151	375	2.378	39.794
	Vila Boa**	147	0	0	75	0	20	71	10	8	0	17	348
	MG	Buritiz	696	565	57	0	44	101	115	29	60	113	66
Cabeceira Grande***		465	326	0	0	0	13	46	7	22	9	2	890
	Unai	2.084	1.132	95	0	70	318	185	33	135	369	622	5.043
	Entorno Imediato	123.749	0	1.139	12.033	2.240	4.996	55.556	10.810	5.954	1.306	13.219	231.002
	Entorno Distante	12.971	2.023	620	5.666	233	1.533	4.133	1.371	1.225	1.844	3.362	34.981
	Total da RIDE	136.720	60.248	7.680	65.307	21.559	27.301	213.052	45.182	29.671	13.873	23.694	644.287

Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/UNICAMP)

(1) O total inclui outros: Brasil sem especificação, ignorados e estrangeiros

Migrante: pessoas maiores de 10 anos e que residiam em outra UF em 31/07/1995

* Município emancipado após 1980

**município instalado em 1993

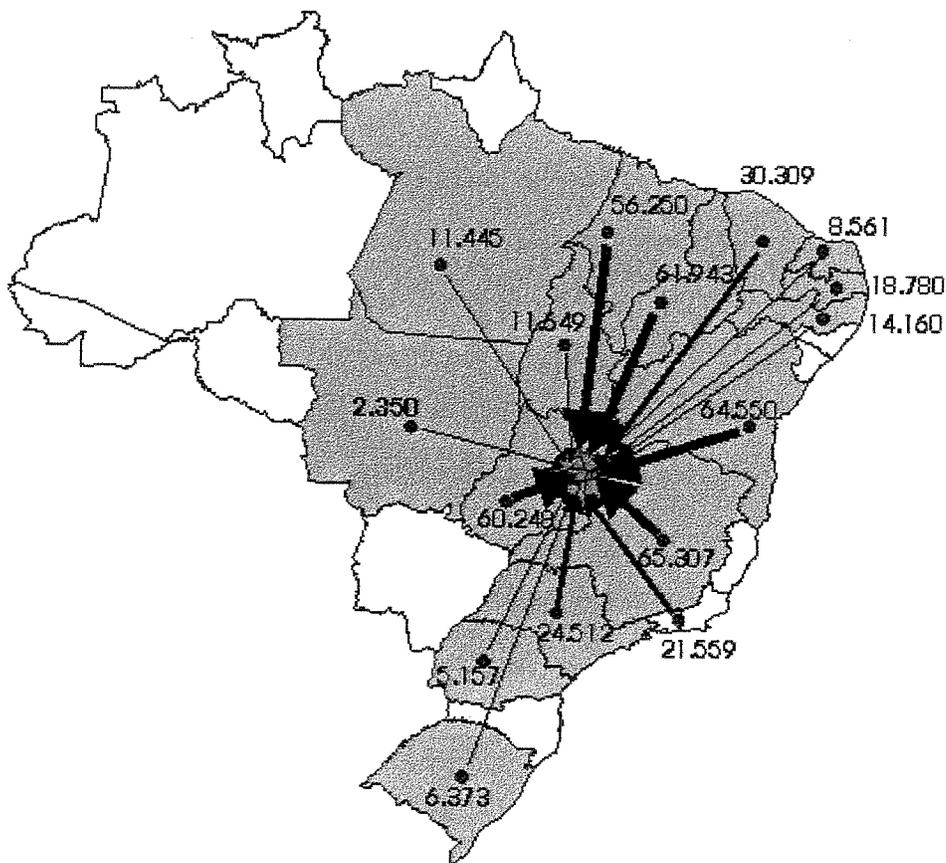
*** município instalado em 1997

No período mais recente (1990-2000), não houve alterações significativas em relação ao anterior (1981-1991). Os volumes da migração recebida pela região elevaram-se de 588.897 para 644.287, sem no entanto alterar as tendências até então

apresentadas. O fluxo de migrantes originado no DF continuou a crescer (136.720), representando 22,0% do total.

O volume de migrantes nordestinos também apresentou elevação, com a entrada de 258.234 pessoas, 40,0% do total. O entorno imediato passou a ser o destino de um contingente crescente de nordestinos, ainda que a participação dos que chegam no DF continue elevada, representando 53,6% dos migrantes (Mapa 12).

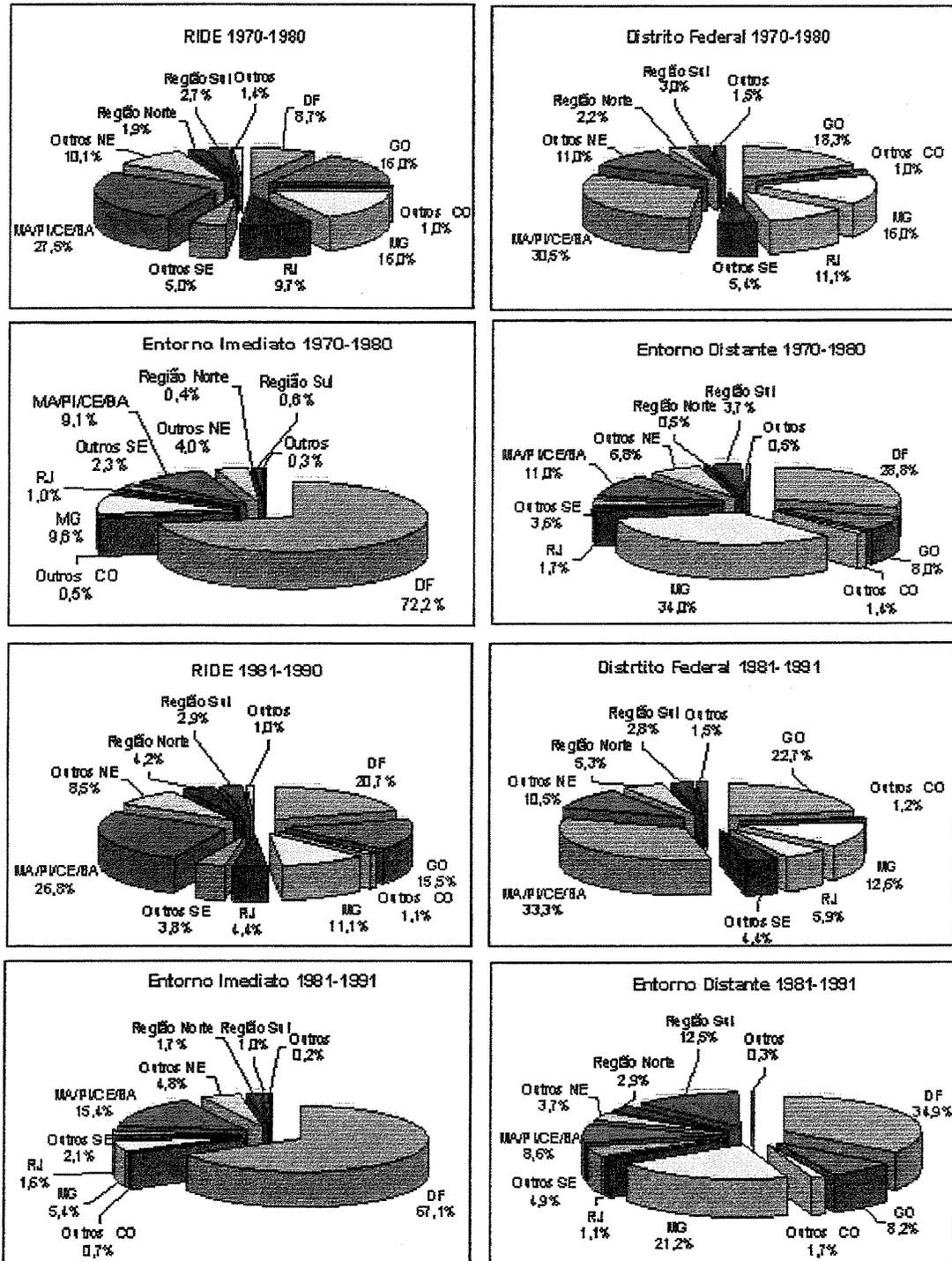
Mapa 12 - Principais Fluxos de Imigração para a RIDE 1990 - 2000



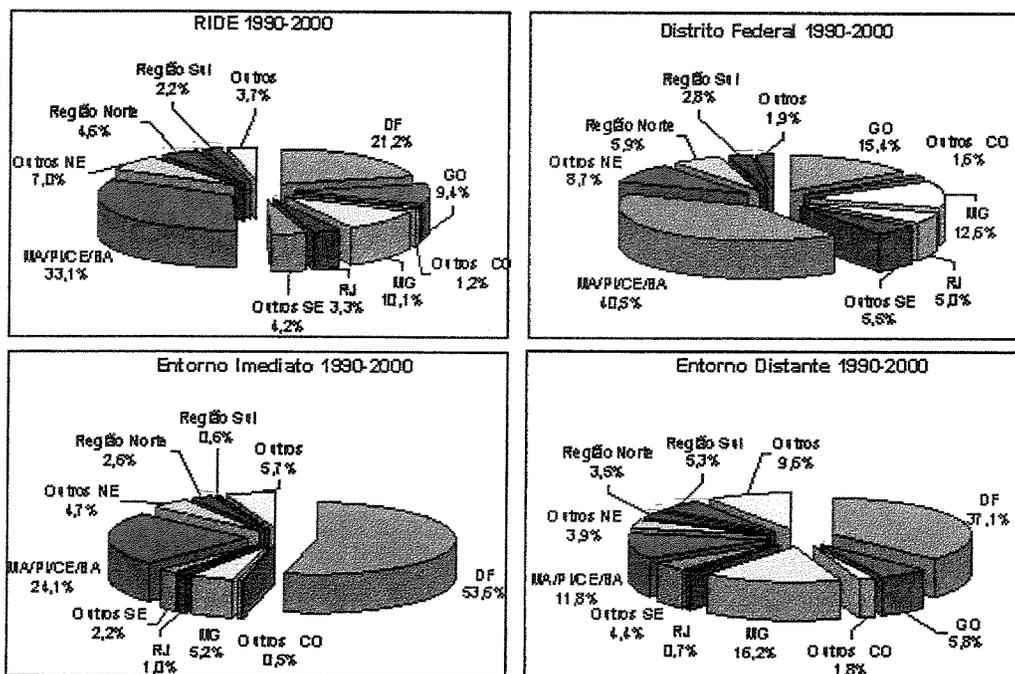
Houve elevação da migração vinda da Região Norte para os três recortes espaciais, principalmente devido ao aumento do fluxo vindo do Pará.

Se agregados segundo os três recortes espaciais utilizados nesta tese (DF e Entorno Imediato e Entorno distante), a participação da migração do DF para o entorno imediato diminuiu, enquanto aquela em direção aos municípios que compõem o restante do entorno, registrou aumento (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Participação da Migração Interestadual, segundo o Local de Origem e o Local de Destino na RIDE - 1970-2000



(Continuação Gráfico 2)



Fonte: Censos demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Quando a migração para o DF é desagregada por RAs, constata-se que mais de 50% do fluxo recebido pelas RAs de Samambaia, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia e Recanto das Emas vem dos Estados nordestinos.⁸⁶ O volume de nordestinos também foi intenso em direção às RAs de Planaltina, Riacho Fundo, Santa Maria, Gama, Lago Norte, Sobradinho, Núcleo Bandeirante e Cadangolândia, representando mais de 40% do fluxo.

É importante destacar que algumas RAs, como Paranoá, Riacho Fundo e Recanto das Emas, por exemplo, têm recebido população removida de áreas de invasão localizadas em localidades mais centrais (mais valorizadas) do DF. Como na migração para o DF tem sido constante a participação daqueles quatro Estados nordestinos, não é difícil concluir que o contingente de migrantes nordestinos é predominante no conjunto da população que busca acesso à moradia através da invasão de terras. Assim, redes sociais de migração alimentam esses fluxos em direção ao DF, buscando abrigo na população instalada nessas RAs (Tabela 29).

⁸⁶O censo 2000 passou a divulgar os dados da amostra por subdistritos que, no caso do DF, correspondem às RAs. Assim, foi possível desagregar as informações sobre migração, para o período 1991-2000.

Tabela 29 - Migração Interestadual no Distrito Federal por Local de Residência Anterior - Regiões Administrativas - 1990-2000

U F	Regiões Administrativas	Região Anterior										Total
		GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/CE/BA	Outros NE	Reg. Norte	Reg Sul	Outros	
DF	Brasília	4601	1362	5911	7783	5577	10425	4292	4246	5014	7514	56725
	Gama	3386	330	2410	511	880	8112	1592	883	191	3626	21921
	Taguatinga	7614	530	6633	1321	2203	16248	3435	3020	925	7967	49896
	Brazilândia	2200	134	1118	143	189	2593	1004	429	28	2257	10095
	Sobradinho	4622	502	3074	1030	1173	10307	2427	1681	535	5022	30373
	Planaltina	5965	539	4154	365	941	14258	2530	1017	467	6003	36239
	Paranaóá	1053	56	2360	242	188	4889	1044	254	160	1088	11334
	Riacho Fundo	1303	92	730	170	67	3040	613	494	78	1351	7938
	Núcleo Bandeirante	1041	250	1136	357	437	2726	765	404	292	1239	8647
	Ceilândia	7694	520	4689	1016	2300	26177	6027	2900	382	7824	59529
	Guará	3244	217	2702	1901	1444	8904	1112	1643	625	3498	25290
	Cruzeiro	2316	487	2234	1819	1498	2555	1212	687	852	2525	16185
	Samambaia	3749	247	2461	517	795	12553	2212	1210	208	3801	27753
	Candangolândia	338	15	453	68	92	921	211	152	37	347	2634
	Recanto das Emas	3005	257	1607	209	415	9702	1374	1273	51	3044	20937
	Lago Norte	617	65	609	267	509	2510	329	234	461	803	6404
	Lago Sul	0	25	741	474	524	1070	376	230	156	1212	4808
	Santa Maria	2550	192	1132	655	737	6454	1619	877	84	2614	16914
	São Sebastião	2384	101	3454	238	803	9919	827	858	177	2414	21175
Total do DF		57682	5921	47608	19086	20772	153363	33001	22492	10723	64149	434797

Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (Tab. especiais Maria Célia Caiado NEPO/UNICAMP)

Nas RAs mais centrais, como Brasília, Lago Norte, Lago Sul, Cruzeiro e Guará, a migração dos Estados do Sudeste é mais significativa, ainda que no Lago Norte e Lago Sul haja participações elevadas de migrantes nordestinos.

Emigração Interestadual

Os dados do censo demográfico IBGE, para o ano de 2000, não permitem que seja identificado o município de residência anterior, sendo necessário para o estudo da emigração, a opção pela informação referente ao local de moradia na data de 31/07/1995 (data fixa). Desta forma, para manter a comparabilidade, serão adotados os períodos 1975-1980, 1986-1991 e 1995-2000, para o estudo da emigração (tabela 30).

Ao longo de todo o período (1975-2000), para o total da RIDE, eleva-se a participação da emigração em direção ao estado de Goiás, o que, como se verá mais adiante, é um fato diretamente associado ao processo de expansão periférica do DF, em direção aos municípios goianos limítrofes. Outra tendência que pode ser verificada é a redução das participações dos fluxos de migrantes da RIDE em direção aos estados do Sudeste, principalmente Minas Gerais e Rio de Janeiro, embora no caso de Minas os volumes apresentem ligeira elevação no período mais recente.

Tabela 30 - Emigração Interestadual, por Local de Residência Anterior Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000

Residência Anterior	Região Atual										
	DF	GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/CE/BA	Outros NE	Reg. Norte	Reg. Sul	Total
1975-1980											
Brasília	-	58.463	2.786	17.156	14.703	18.238	14.408	9.050	4.249	5.332	144.384
Entorno Imediato	4.119	0	155	386	90	304	102	33	23	42	5.254
Entorno Distante	15.504	3.707	175	1.401	140	806	218	140	556	19	22.665
Total da RIDE	19.623	62.170	3.116	18.943	14.932	19.347	14.728	9.223	4.829	5.392	172.303
1986-1991											
Brasília	-	75.296	2.889	14.483	9.897	12.683	22.291	11.266	6.831	6.749	162.387
Entorno Imediato	5.348	0	98	549	36	288	362	208	239	162	7.289
Entorno Distante	9.819	3.019	287	2.073	109	946	534	76	707	798	18.368
Total da RIDE	15.167	78.315	3.275	17.105	10.042	13.917	23.187	11.551	7.777	7.708	188.044
1995-2000											
Brasília	0	104.761	2.325	15.174	7.432	10.752	24.797	9.669	7.513	5.150	187.573
Entorno Imediato	6.148	0	217	1.676	251	717	1.934	717	314	153	16.523
Entorno Distante	7.265	2.498	306	2.222	152	860	584	311	764	466	16.998
Total da RIDE	13.413	107.259	2.848	19.072	7.835	12.329	27.315	10.697	8.591	5.769	221.094

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/UNICAMP).

Migrante: Pessoas Maiores de 5 anos e com menos de 5 anos de residência na UF (1986-1991 e 1975-1980) pessoas maiores de 5 anos e que residiam em outra UF em 31/07/1995 (1995-2000)

Na região, além da emigração para os municípios goianos, destacam-se os fluxos de emigrantes do DF em direção aos Estados do Nordeste, o que pode ser associado à migração de retorno (Tabela 31).

As participações dos migrantes de retorno no período mais recente (1995-2000), são mais significativas justamente para os fluxos interestaduais que apresentaram maiores participações no total da emigração interestadual, originários dos Estados do Nordeste (principalmente MA, PI, CE e BA), Minas Gerais e Rio de Janeiro, especialmente para os migrantes que declararam residência anterior no DF e no entorno imediato (Mapa 13).

Esses Estados, ao longo do período estudado, têm sido caracterizados como exportadores de população em direção ao DF e entorno, apesar de todos terem apresentado redução das participações ao longo do período 1975-2000, com exceção dos fluxos de nordestinos, que se mantiveram constante (Gráfico3).

Tabela 31 - Emigração Interestadual⁽¹⁾, por Local de Residência Anterior segundo o Tipo de Migrante na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1995-2000

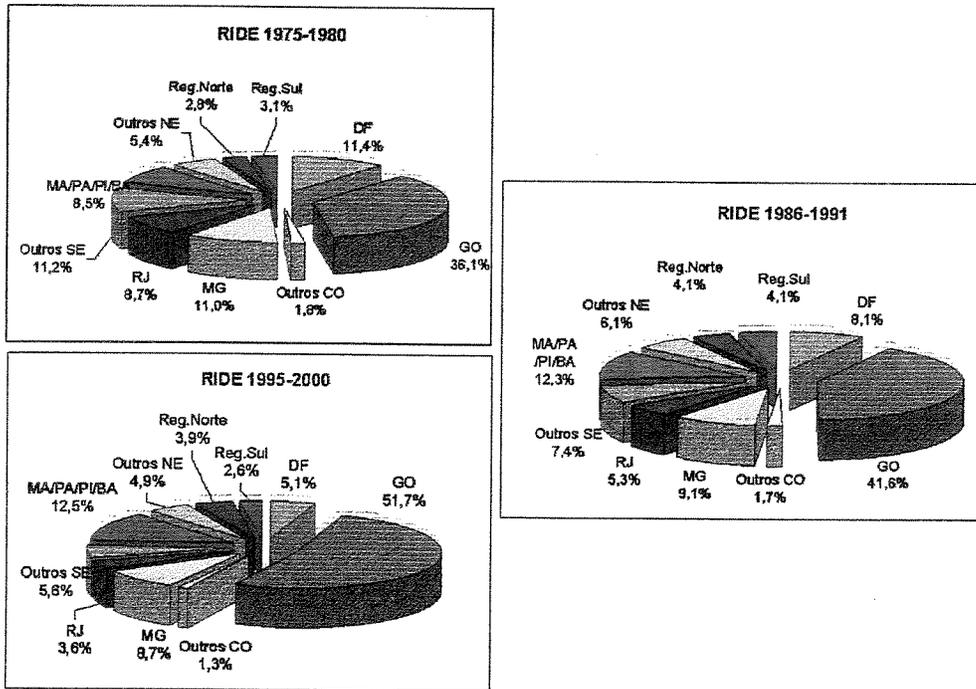
Tipo de Migrante	Residência Anterior	Região Atual										Total
		DF	GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/CE/BA	Outros NE	Reg. Norte	Reg. Sul	
Retorno	Distrito Federal	-	3.528	151	3.927	1.700	569	9.268	3.213	869	574	23.799
	Entorno Imediato	1.276	143	40	480	26	41	674	266	69	12	3.027
	Entorno Distante	558	189	0	306	9	26	53	68	15	92	1.316
	Participação (%)											
	Distrito Federal		3,4	6,5	25,9	22,9	5,3	37,4	33,2	11,6	11,1	12,7
	Entorno Imediato	20,8	3,3	18,4	28,6	10,4	5,7	34,9	37,1	22,0	7,8	18,3
	Entorno Distante	7,7	4,6	0,0	13,8	5,9	3,0	9,1	21,9	2,0	19,7	7,7
Não Natural	Distrito Federal	-	101.233	2.174	11.247	5.732	10.183	15.529	6.456	6.644	4.576	163.774
	Entorno Imediato	4.872	4.253	177	1.196	225	676	1.260	451	245	141	13.496
	Entorno Distante	6.707	3.879	306	1.916	143	834	531	243	749	374	15.682
	Participação (%)											
	Distrito Federal		96,6	93,5	74,1	77,1	94,7	62,6	66,8	88,4	88,9	87,3
	Entorno Imediato	79,2	96,7	81,6	71,4	89,6	94,3	65,1	62,9	78,0	92,2	81,7
	Entorno Distante	92,3	95,4	100,0	86,2	94,1	97,0	90,9	78,1	98,0	80,3	92,3
Total	Distrito Federal	-	104.761	2.325	15.174	7.432	10.752	24.797	9.669	7.513	5.150	187.573
	Entorno Imediato	6.148	4.396	217	1.676	251	717	1.934	717	314	153	16.523
	Entorno Distante	7.265	4.068	306	2.222	152	860	584	311	764	466	16.998
	Total da RIDE	13.413	113.225	2.848	19.072	7.835	12.329	27.315	10.697	8.591	5.769	221.094

Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/UNICAMP).

Migrante de retorno: pessoas maiores de cinco anos que residiam em município diferente da residência atual em 31/07/1995, natural da UF de residência atual.

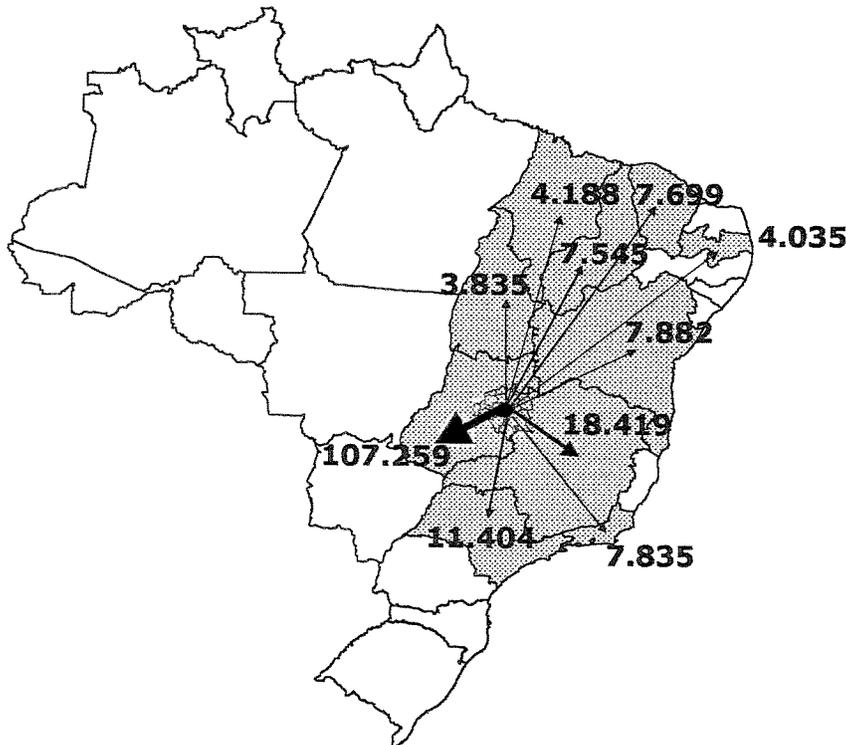
(1) Foram considerados neste cálculo os imigrantes intra-estaduais, que migraram entre municípios goianos e mineiros que integram a RIDE.

Gráfico 3 - Participações dos Principais Fluxos de Emigrantes da RIDE segundo Local de Destino 1975-2000



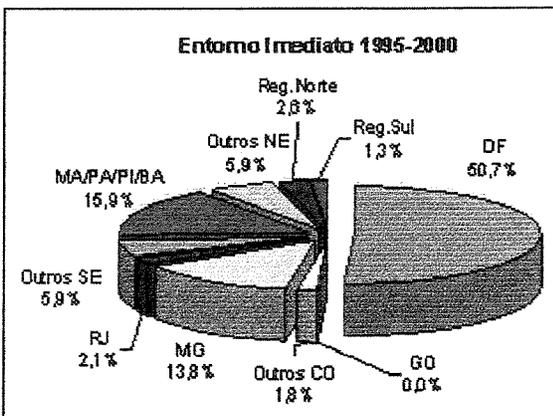
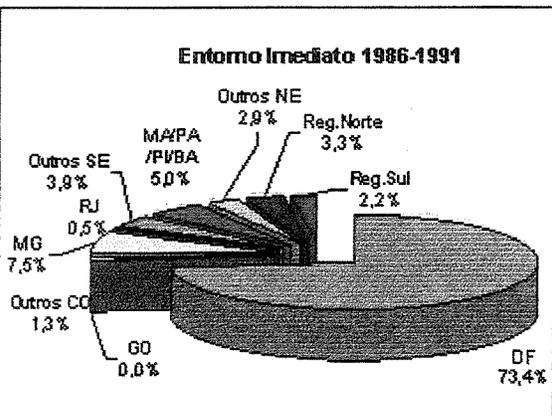
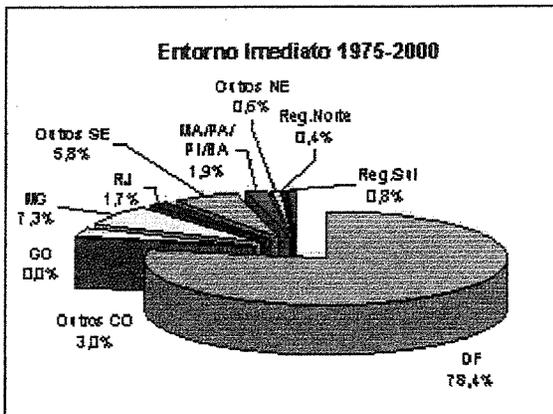
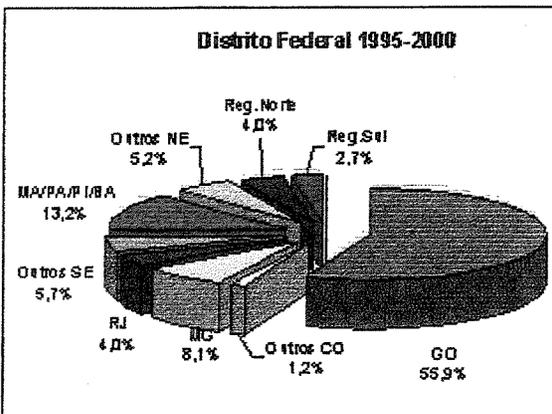
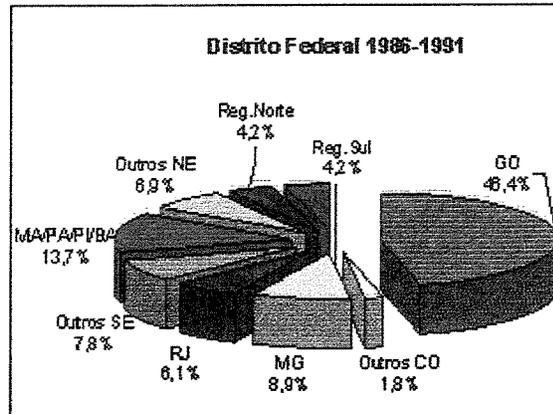
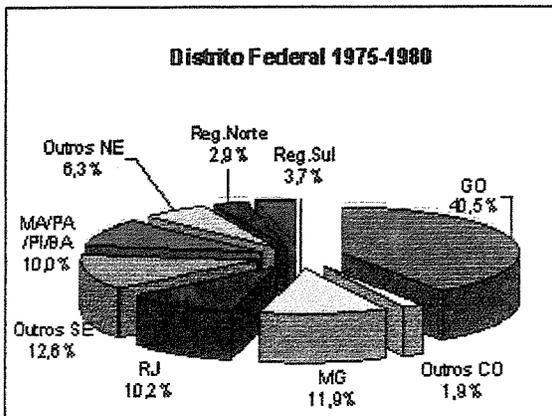
Fonte: Censos demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Mapa 13- Principais Fluxos – Emigração Interestadual RIDE 1995-2000

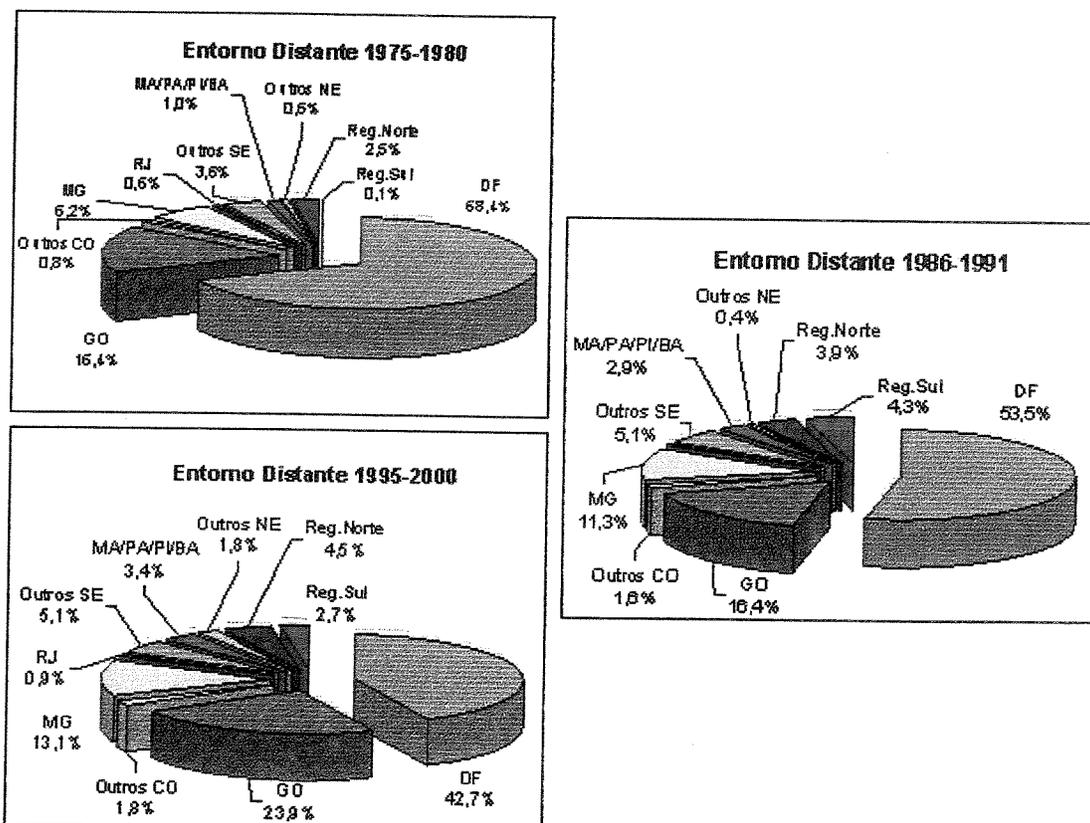


Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Gráfico 4 - Participação dos Principais Fluxos de Emigrantes da RIDE, segundo Local de Origem e Destino 1970-2000



(continuação Gráfico 4)



Fonte: Censos demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Nos municípios do entorno distante, a queda na participação da emigração para o DF ocorreu em função não apenas da diminuição dos volumes, mas também do aumento dos fluxos de saída em direção aos estados de Minas, outros do Sudeste, do Nordeste e da Região Norte. A participação das emigrações em direção a Goiás elevou-se em relação ao total, apesar da manutenção dos volumes ao longo do período total (1975-2000).

Migração Intra-estadual⁸⁷

As informações sobre a migração entre municípios da mesma UF serão utilizadas neste item visando a complementação da análise sobre a migração interestadual. No caso da RIDE, essa complementação se refere aos fluxos entre os municípios mineiros e goianos que a integram e os demais municípios da mesma UF.

A Tabela 32 apresenta os volumes dos fluxos de migrantes originários dos demais municípios da RIDE, de outros de Goiás (incluindo os fluxos entre municípios goianos) e de outros de Minas Gerais (incluindo os municípios mineiros), complementando os dados sobre a migração externa à região. Sua análise confirma as tendências apresentadas no estudo sobre a imigração interestadual, sendo que as participações dos fluxos vindos dos outros municípios mineiros e goianos e dos municípios que integram a RIDE (excluído o DF) apresentam ligeiras elevações.

Tabela 32 - migração Intra-regional, por Local de Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE 1975-2000

Residência Atual	Região Anterior											
	1975-1986				1986-1991				1995-2000			
	RIDE	Outros de GO	Outros MG	Total	RIDE	Outros de GO	Outros MG	Total	RIDE	Outros de GO	Outros MG	Total
Brasília	19.623	51.259	43.318	331.869	15.167	19.211	23.628	205.768	13.413	24.746	23.102	216.861
Abadiânia	329	609	98	1.092	195	979	7	1.483	133	800	54	1.322
Água Fria de Goiás*					180	139	42	599	244	330	63	955
Águas L de Goiás***									1.725	3.310	1.211	55.896
Alexânia	433	844	128	2.345	513	531	131	2.264	364	615	145	2.289
Cabeceiras	667	151	187	1.231	577	115	84	1.041	406	97	45	866
Cidade Ocidental**									911	650	341	11.356
Cocalzinho de Goiás**									206	663	94	2.099
Corumbá de Goiás	845	1.085	225	2.662	308	616	59	1.861	219	328	7	674
Cristalina	466	766	1.155	3.314	465	1.032	903	4.336	946	1.259	851	5.782
Formosa	1.069	2.291	680	6.796	1.283	2.014	598	7.843	1.554	2.606	669	8.728
Luziânia	1.881	6.885	2.690	47.460	1.460	5.326	2.785	59.761	2.402	3.528	2.157	30.707
Mimoso de Goiás*					183	69	0	266	51	179	0	294
Novo Gama***									1.135	1.163	683	18.286
Pe Bernardo	814	1.319	171	3.553	232	561	225	2.323	394	1.013	199	4.093
Pirenópolis	345	1.659	98	2.280	119	815	0	1.179	74	842	49	1.315
Planaltina de Goiás	417	2.157	407	8.814	1.129	1.981	690	12.706	716	1.914	697	15.238
Sto Anf. do Descob.*					605	1.167	413	12.511	426	627	399	11.009
Valparaíso de Goiás***									2.680	2.739	1.583	29.334
Vila Boa**									400	164	9	756
Buritís	1.531	166	1.808	3.661	426	126	1.028	2.005	486	146	1.004	2.464
Cabeceira Grande***									395	126	183	1.077
Unai	304	419	6.550	8.099	657	290	2.428	5.027	849	233	2.979	6.459
Entorno Imediato	2.298	9.042	3.097	56.274	3.194	8.474	3.888	84.978	9.995	13.931	7.071	171.826
Entorno Distante	6.803	9.309	11.100	35.033	5.138	7.287	5.505	30.227	6.721	9.401	6.351	39.173
TOTAL	28.724	69.610	57.515	423.176	23.499	34.972	33.021	320.973	30.129	48.078	36.524	427.860

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/UMCAMP).

Migrante: pessoas maiores de cinco anos com menos de cinco anos de residência no município e para o período 1995-2000 pessoas menores de 5 anos que residiam em outro município em 31/07/1995 (data fixa).

*Município Emancipado após 1980.

**Município Instalado em 1993.

*** Município Instalado em 1997.

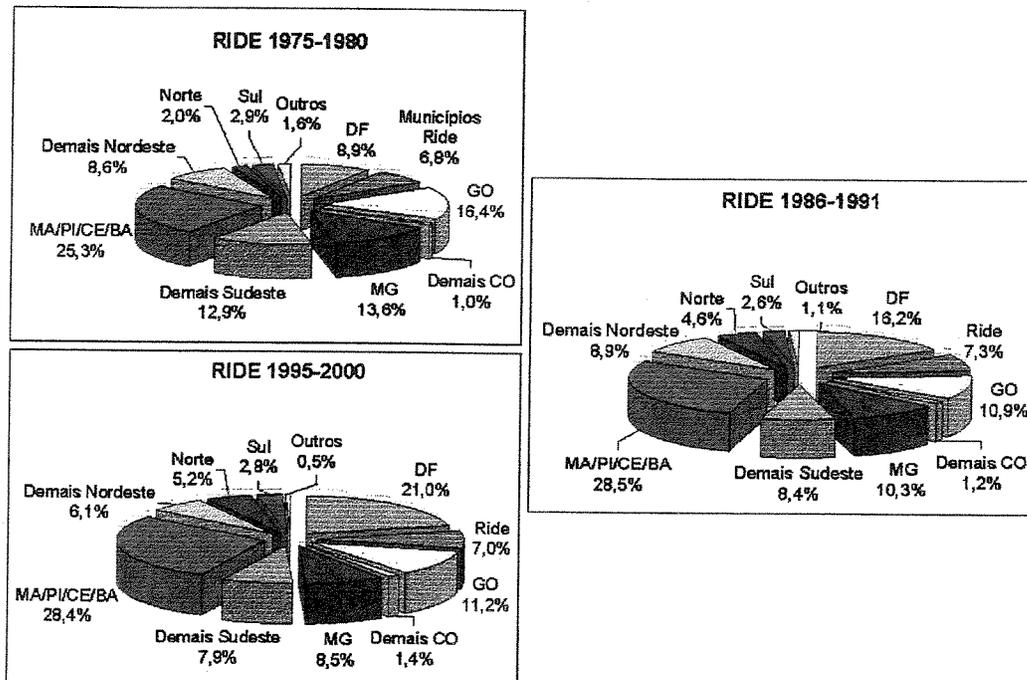
A intensidade da migração intra-regional originária do DF indica que o fenômeno da expansão urbana em direção aos municípios da região continua com

⁸⁷Migrantes intra-estaduais são pessoas maiores de cinco anos, com menos de cinco anos de residência no município no caso dos censos 80 e 91, e que residiam em município diferente do atual em 31/07/1995, no caso do censo 2000.

bastante intensidade. Ao longo do período analisado (1975-2000), a participação deste fluxo elevou-se de 8,9% para 21% (Gráfico 5)

No período mais recente (1995-2000), o volume da migração vinda de outros municípios da RIDE foi de 30.129 pessoas, enquanto 89.640 deixaram o DF em direção aos municípios da região. O volume da migração proveniente de outros municípios mineiros foi de 48.078, enquanto 36.524 pessoas deixaram outros municípios goianos em direção à RIDE.

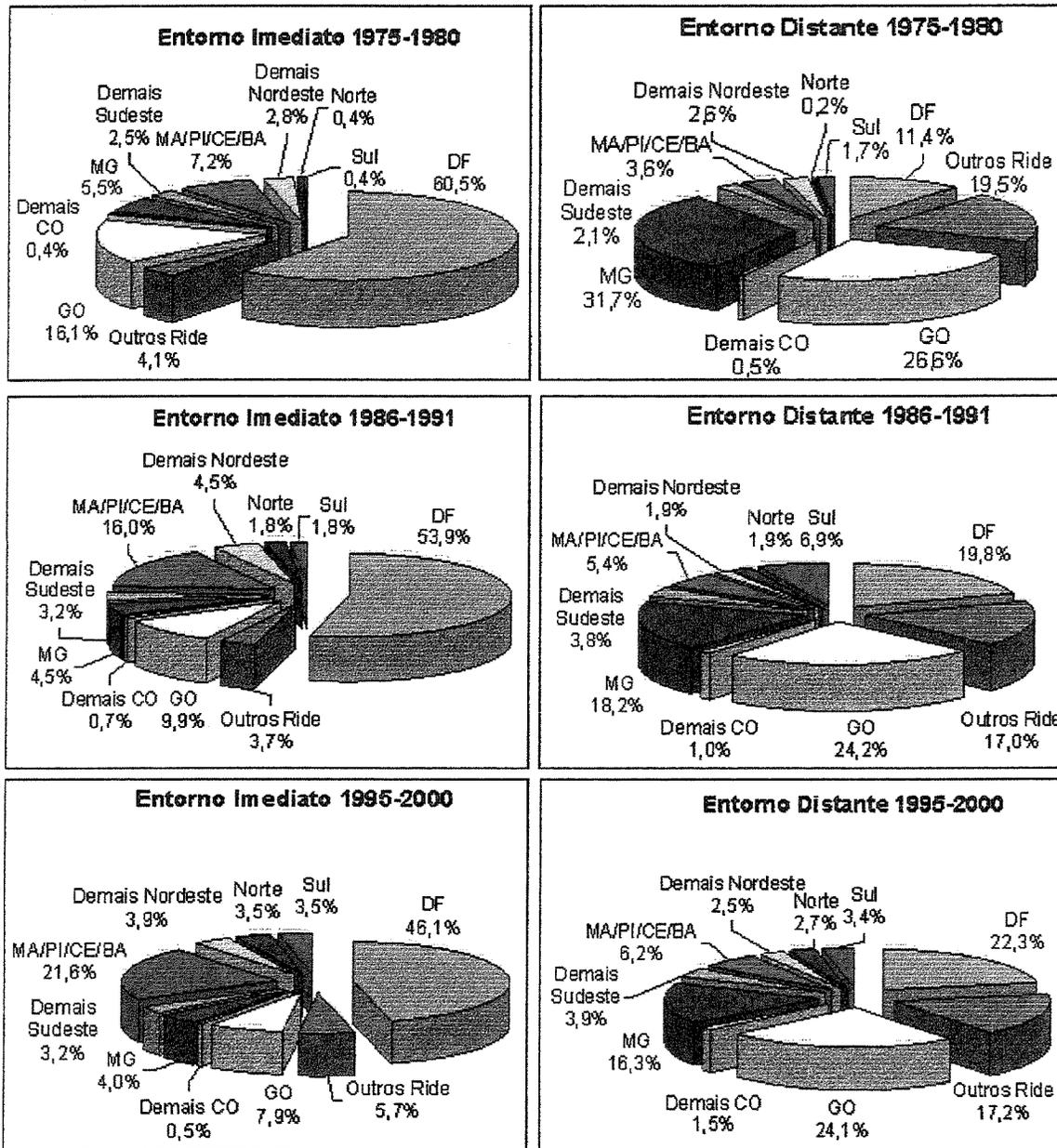
Gráfico 5 - Participação da Migração Intra-estadual, segundo o Local de Origem RIDE 1995-2000



Fonte: censos demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

A identificação da direção desses fluxos de migração intra-estadual, segundo os recortes espaciais adotados, possibilita uma visão mais detalhada sobre a distribuição dos migrantes em direção ao entorno imediato e aos demais municípios do entorno. Os dados da migração interestadual não permitem identificar a participação da imigração de municípios goianos para entorno imediato, composto somente por municípios goianos, dando maior importância relativa à migração vinda do DF, que mantém, no entanto, a posição de fluxo numérico mais significativo (60,5% no período 1975-1980 e 46,1% entre 1995 e 2000, do total da imigração para esta área) (Gráfico 6).

Figura 6 - Participação da Migração Intra-estadual, segundo o Local de Origem e Destino RIDE 1975-2000



Fonte: censos demográficos IBGE 1988, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

A tendência de elevação da migração de nordestinos, principalmente dos quatro principais Estados fornecedores de população para a região, se manteve e a participação do fluxo desses Estados em direção ao entorno imediato cresceu de 7,2% para 21,6%, entre 1975 e 2000.

No caso dos demais municípios do entorno, o aumento da participação dos municípios da RIDE e dos demais municípios de Minas Gerais e de Goiás gerou novas participações para a migração interestadual, principalmente aquela vinda do DF, sem no entanto alterar a tendência de crescimento deste fluxo no total da migração.

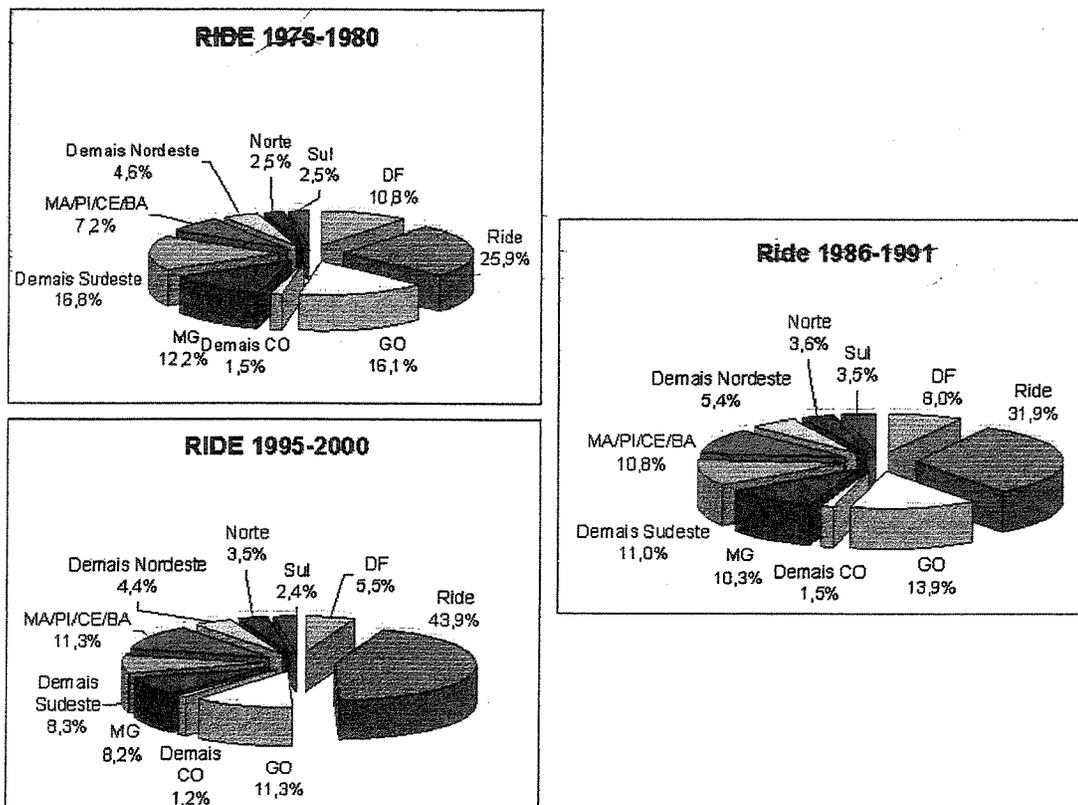
Essa elevação da participação ocorreu principalmente, devido à redução da participação da migração vinda de Minas Gerais, que passou de 31%, no período 1975-1980, para 16,3 %, no período final. No entanto, o fluxo originário de outros municípios de Goiás manteve a participação em torno de 24% ao longo do período, o que demonstra que estes municípios mantêm trocas populacionais com municípios do estado que não integram a RIDE. Abadiânia (60,5%), Mimoso de Goiás (60,9%), Pirenópolis (64,0%) e Corumbá de Goiás (48,0%), municípios com economia baseada na agropecuária e não atingidos pelo processo de expansão urbana do DF, se destacam nesse processo. Os municípios mineiros de Buritis e Unaí também apresentaram, como fluxos de maior participação, aqueles de origem nos demais municípios da mesma UF.

Os dados apresentados na Tabela 33 e gráficos 7 e 8, sobre a emigração intra-estadual, demonstram como ficam as participações para os movimentos de emigração inter-regional, considerando os fluxos entre municípios das mesmas UFs. Para o total da região, elevam-se ligeiramente as participações dos fluxos originários dos Estados de Minas Gerais e Goiás, como esperado (Gráfico 7).

No entanto os dados desagregados para o entorno imediato revelam o peso da emigração destes municípios em direção a outros municípios da RIDE, o que até então não era possível aferir (Gráfico 8).

A participação destes fluxos tem uma significativa elevação de 13,1% para 36,8% no período de 1975 a 2000, embora os volumes sejam numericamente pouco significativos (995 pessoas, no período 1975-1980, e 8.918, de 1995 a 2000). Com a consolidação da RIDE, intensificaram-se as trocas entre municípios da região, segundo as informações sobre a migração intra-regional que será estudada a seguir, principalmente entre municípios do entorno imediato.

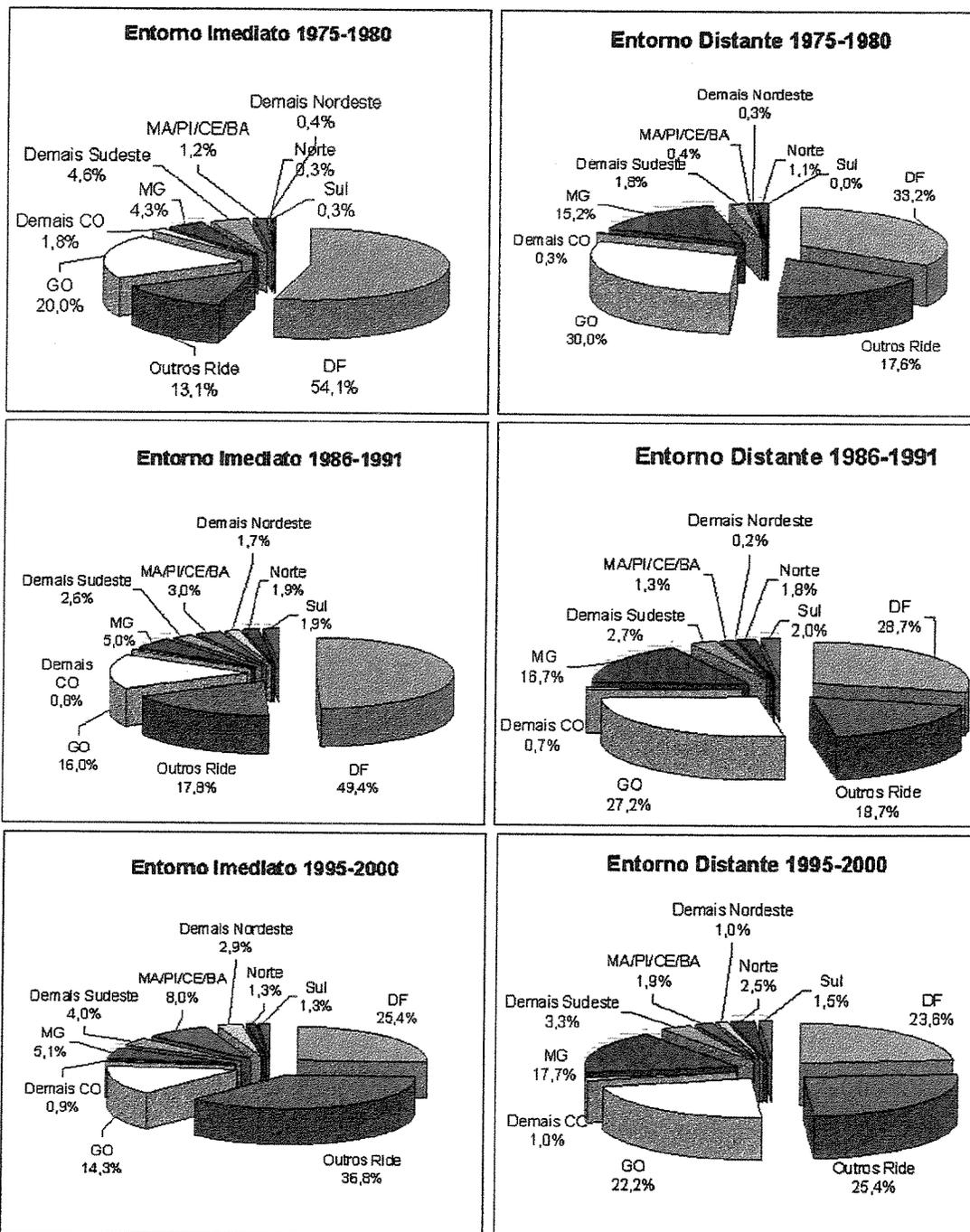
**Gráfico 7 - Participação da Emigração Intra-estadual segundo local de Destino
RIDE 1975-2000**



Fonte: Censos demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Com relação aos municípios do restante do entorno, manteve-se a tendência de queda na participação da emigração em direção do DF, com redução no volume de emigração de 15.504 para 7.263 pessoas, entre 1975 e 2000. O volume da emigração total dos municípios do entorno diminuiu de 46.672 para 30.761 no período 1975-2000. A emigração para outros municípios da RIDE, apesar da elevação da participação no total, apresentou pouca variação em relação aos volumes de emigrantes. No caso do entorno imediato o volume de emigrantes aumentou, ao longo do período (1975-2000), de 7.614 para 24.242, sendo que os principais fluxos ocorreram no interior do próprio recorte geográfico, ou seja, entre municípios do entorno imediato.

Gráfico 8 - Participação da Emigração Intra-estadual segundo Local de Destino RIDE 1975-2000



Fonte: Censos demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Tabela 33 - Emigração Intra-regional por Local de Residência Atual Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE1975-2000

Município	Região Atual											
	1975-1986				1986-1991				1995-2000			
	RIDE	Outros de GO	Outros de MG	Total	RIDE	Outros GO	Outros de MG	Total	RIDE	Outros de GO	Outros de MG	Total
Brasília	37.860	13.782	14.709	127.632	52.124	15.231	13.311	144.429	89.640	17.173	13.121	187.570
Abadiânia	274	1.050	29	1.652	166	567	0	855	165	591	0	953
Água Fria de Goiás*					120	25	0	193	45	12	28	217
Águas Lindas de Goiás***									97	54	35	303
Alexânia	512	620	62	2.604	279	619	52	1.812	541	678	66	1.839
Cabeceiras	320	54	22	776	413	109	64	984	470	13	119	971
Cidade Ocidental**									1.043	163	24	2.260
Cocalzinho de Goiás**									475	407	50	1.173
Corumbá de Goiás	984	2.093	23	4.044	462	1.123	66	2.187	149	254	0	435
Cristalina	565	564	154	2.276	345	1.008	654	3.384	470	395	312	2.482
Formosa	1.115	2.354	316	7.839	1.179	1.930	540	6.968	1.949	1.442	341	6.640
Luziânia	808	1.187	299	6.379	581	1.336	394	6.370	2.677	1.863	402	7.991
Mimoso de Goiás*					30	0	0	39	112	85	0	203
Novo Gama***									1.123	114	136	2.791
Padre Bernardo	293	424	132	2.574	541	723	98	2.415	376	436	68	1.577
Pirenópolis	767	5.623	32	6.960	284	2.618	36	3.231	228	1.951	4	2.712
Planaltina de Goiás	187	333	28	1.248	815	242	145	2.905	1.649	621	589	5.663
Sto Antônio do Descoberto*					533	157	0	1.495	1.092	353	61	3.196
Valparaíso de Goiás***									1.237	297	0	1.876
Vila Boa**									96	56	0	275
Buritizinha	538	203	327	2.032	1.107	134	525	2.539	1.040	143	1.005	3.180
Cabeceira Grande***									62	0	110	393
Unai	2.833	1.017	6.017	15.915	1.477	449	3.701	9.657	1.620	357	3.332	7.711
Total da RIDE	47.056	29.304	22.150	181.931	60.456	26.271	19.586	189.463	106.356	27.458	19.803	242.411

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Migrante: pessoas maiores de cinco anos com menos de cinco anos de residência no Município e, para o período 1995-2000, pessoas menores de cinco anos que residiam em outro município em 31/07/1995 (data fixa).

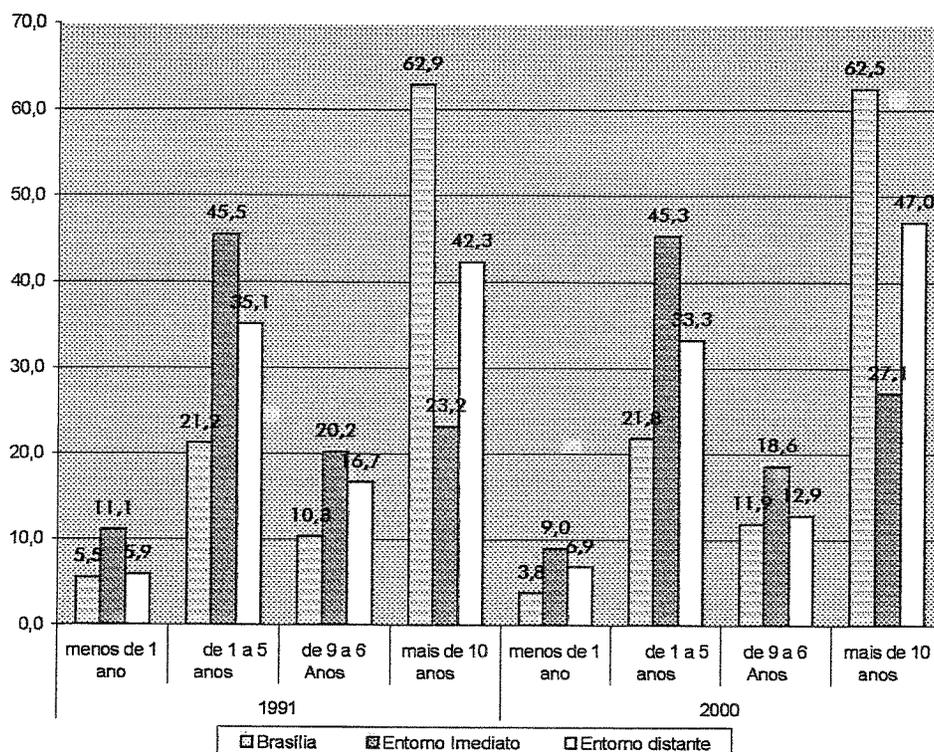
* Município emancipado após 1980.

** Município instalado em 1993.

***Município instalado em 1997.

Através da tabela 34 é possível identificar a intensidade da migração mais recente, sendo que a maioria dos migrantes tem menos de nove anos de residência no município atual. Os dados desagregados para os municípios que integram o entorno imediato indicam que no período analisado (1975-2000), os migrantes com menos de 5 anos de residência são maioria, representando cerca de 45% do total. A exceção é no Distrito Federal, onde os migrantes com mais de dez anos de residência são maioria (62%), o que influencia o total da região, devido à magnitude dos volumes relativos da migração vinda para o DF (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Participação dos Migrantes, segundo Tempo de Residência no Município - RIDE 1991 e 2000



Fonte: Censos demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Tabela 34 – Migrantes, por Tempo de Residência no Município Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000

Em porcentagem

Residência Atual	Anos de Residência no Município/1991					Anos de Residência no Município/2000				
	menos de 1 ano	de 1 a 5 anos	de 6 a 9 Anos	mais de 10 anos	Total	menos de 1 ano	de 1 a 5 anos	De 6 a 9 Anos	mais de 10 anos	Total
Brasília	5,5	21,2	10,3	62,9	956.331	3,8	21,8	11,9	62,5	1.132.357
Entorno Imediato	11,1	45,5	20,2	23,2	202.122	9,0	45,3	18,6	27,1	416.966
Entorno Distante	5,9	35,1	16,7	42,3	103.382	6,9	33,3	12,9	47,0	129.041
Total	6,5	26,3	12,4	54,8	1.261.834	5,3	28,5	13,6	52,5	1.678.365

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Migrantes: pessoas que declararam ter residido em município diferente do município de residência na época do censo

Os dados sobre a renda *per capita* familiar dos migrantes indicam que a maioria recebe até um salário mínimo, independentemente do tempo de residência. As participações dos migrantes com rendimentos mais altos são maiores para os que têm mais de dez anos de residência, o que pode indicar uma melhoria nas condições de

renda em função da sua maior inserção produtiva, proporcionalmente ao maior tempo de residência na região⁸⁸ (tabela 35).

No que se refere à inserção socioocupacional, os números relativos às participações das diferentes categorias são influenciados pelo predomínio das participações dos migrantes com mais de dez anos de residência no total. No entanto, no período mais recente, houve elevação na participação dos migrantes com tempo de residência entre 1 e 5 anos, na categoria intelectual, formada por empregados de nível superior do setor público e privado e autônomos de nível superior (Tabela 36). Apesar dessa categoria ter apresentado participações menores, em 2000, para o total da população regional, as maiores participações entre os migrantes recentes podem indicar melhoria na qualificação, provavelmente relacionada ao seu lugar de origem, como mostraram os dados sobre inserção socioocupacional dos migrantes e residência anterior.

Tabela 35 - Chefes Migrantes segundo Tempo de Residência e Renda per capita Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000

Renda per capita familiar	Anos de Residência no Município-1991				
	menos de 1 ano	de 1 a 5 anos	de 6 a 9 anos	10 anos e mais	Total
<i>Sem Rendimento</i>	5,3	3,3	3,0	1,8	11,060
Até 1 SM	55,0	55,4	54,4	44,4	226,795
De 1 a 3 SM	25,7	25,8	25,9	30,2	136,596
De 3 a 5 SM	5,5	7,0	7,5	10,3	43,764
De 5 a 10 SM	5,4	5,1	5,6	8,4	35,380
Mais de 10 SM	3,0	3,3	3,6	4,9	20,821
Total	16.960	84.	48.771	324.193	474.425
Renda per capita familiar	Anos de Residência no Município-2000				
	menos de 1 ano	de 1 a 5 anos	de 6 a 9 anos	10 anos e mais	Total
<i>Sem Rendimento</i>	6,2	4,8	4,7	7,7	23,485
Até 1 SM	48,0	48,2	53,5	38,3	291,439
De 1 a 3 SM	26,7	27,7	27,3	30,6	203,110
De 3 a 5 SM	7,0	6,8	5,9	10,2	61,151
De 5 a 10 SM	6,0	6,8	4,6	10,2	60,238
Mais de 10 SM	6,0	5,7	4,4	8,1	48,826
Total	21.497	139.078	79.408	448.265	688.248

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

⁸⁸Martine (1980) estudou diferentes conclusões sobre a análise de diferenciais socioeconômicos entre migrantes e não-migrantes em diversos trabalhos sobre a questão da adaptação dos migrantes no seu local de destino e levantou importantes questões sobre a identificação de melhorias nas condições de vida dos migrantes, associadas à elevação do tempo de residência. A questão da evasão dos mais fracos e sobrevivência dos mais fortes, enquanto variáveis que devem ser ponderadas na análise sobre as melhorias, certamente é de fundamental importância neste tipo de análise. No entanto, o próprio autor reconhece as dificuldades metodológicas que essas possibilidades de análise acarretam, e conclui que a relação entre tempo de residência e melhoria das condições socioeconômicas dos migrantes pode ser verificada independente da unidade de observação, ainda que os resultados devam ser ponderados em função da estrutura e dinâmica socioeconômica e demográfica da região de destino desses migrantes.

Em síntese, a análise sobre a migração inter-regional demonstrou que a migração na RIDE tem se caracterizado por dois movimentos predominantes: a atração exercida pelo DF e o processo de redistribuição populacional na RIDE. Apesar de manter as características de área de atração de imigrantes, o DF passa gradativamente, a partir da década de 80, a um intenso processo de redistribuição de população em direção aos municípios da RIDE, principalmente os localizados na periferia sudoeste, que passam a se caracterizar como receptores de população migrante.

Duas hipóteses parecem se confirmar a partir da análise sobre a intensidade e a direção dos fluxos inter-regional. São elas: a hipótese da migração por etapas, com transferência de imigrantes vindos para o DF e redirecionados para o entorno imediato, em função, principalmente, da forte atuação do Estado restringindo o acesso da população menos favorecida economicamente à ocupação nas áreas da sede regional; e a da existência de redes sociais de imigração atuando na região, principalmente em relação ao fluxo de migrantes nordestinos, mas também aos originários dos outros quatro principais Estados fornecedores, devido ao aumento da participação desses fluxos em direção aos municípios que recebem população vinda do DF.

Até aqui a migração foi apresentada sobre o aspecto quantitativo, como forma de inferir sua intensidade e principais direções. No próximo item serão analisadas algumas características desses migrantes interestaduais, segundo o local de origem, como forma de avaliar o perfil desta migração, pressupondo-se que existam diferenças qualitativas entre eles, segundo suas condições de acesso à educação, ao mercado de trabalho e à renda. Serão ainda avaliadas estas características segundo o tempo de residência no município como forma de inferir se sua inserção no local de destino traz melhorias nas condições de acesso a esses aspectos da vida urbana.

Algumas Características da Migração Intra-Estadual

A migração de nordestinos para outras regiões do país tem sido bastante estudada, no entanto, os dados sobre naturalidade e local de residência anterior dos imigrantes que chegam à RIDE possibilitam uma visão mais ampla do fenômeno da re-migração da população originária dos Estados nordestinos, indicando, principalmente, a não absorção de parte desse contingente de imigrantes pelo DF (Tabela 36).

No período 1986-1991, o fluxo de migrantes vindo do DF para a região era composto de 51,8% de naturais dos Estados do Nordeste, dos quais 38,1% nascidos no Maranhão, Piauí, Ceará ou Bahia. No período mais recente (1995-2000), a população natural desses Estados representou 49,8% do fluxo de migrantes do DF em direção a outros municípios da RIDE.

A transferência de população do DF para os municípios do entorno imediato também tem como principal característica a remigração, principalmente de nordestinos.

A migração tem papel preponderante na formação da periferia, uma vez que é responsável por grande parte do incremento populacional do DF (principalmente nas décadas de 70 e 80, quando ocorre a intensificação do processo de periferação), o que potencializa o processo de redistribuição para os municípios do entorno imediato.

Tabela 36 - Chefes Migrantes, por Local de de Nascimento segundo Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000

Em porcentagem

Residência Anterior	Naturalidade do Chefe -										Total (n° Abs.)
	DF	GO	Outros CO	MG	RJ	Outros SE	MA/PI/CE/BA	Outros NE	Região Norte	Outros	
1991											
DF	9,9	9,2	0,5	18,4	3,9	2,5	38,1	13,8	1,9	1,7	19138
Ride	0,2	37,5	0,0	38,4	1,2	0,9	15,0	5,9	0,3	0,6	7033
GO	2,1	57,0	0,6	16,2	1,2	1,7	14,3	5,1	1,1	0,5	11444
Demais CO	1,1	11,1	29,5	14,3	6,2	7,1	25,0	2,1	3,0	0,8	1316
MG	0,1	2,1	0,0	88,0	0,7	0,0	5,6	1,1	0,2	0,3	10264
Demais Sudeste	0,4	2,1	0,7	8,9	31,0	23,1	16,3	13,4	1,7	2,1	9747
MA/PI/CE/BA	0,0	0,4	0,0	0,6	0,2	0,6	95,8	2,2	0,1	0,1	24621
Demais Nordeste	0,2	0,1	0,0	1,0	1,8	1,2	4,7	90,1	1,0	0,1	8426
Norte	0,6	12,6	0,4	7,9	5,0	3,7	27,1	8,6	33,9	0,0	3736
Sul	0,0	0,6	0,5	2,6	4,5	4,6	80,1	5,0	0,6	1,5	3255
Outros	0,9	2,5	0,0	10,7	15,9	7,3	14,0	3,6	0,6	44,5	1500
Total da RIDE	2,3	12,0	0,7	19,0	4,9	3,7	40,0	23,7	2,1	1,4	100683
2000											
DF	17,0	0,2	0,3	13,6	2,0	2,0	49,8	12,5	2,4	0,0	28089
Ride	6,6	15,0	0,2	32,6	2,0	3,3	29,3	8,9	1,5	0,0	7360
GO	3,9	42,4	0,0	14,8	1,0	3,5	23,0	7,3	2,7	0,0	10934
Demais CO	0,8	5,9	26,1	13,2	3,9	9,0	28,5	6,8	5,0	0,0	1904
MG	1,4	3,4	0,0	77,6	2,1	3,8	7,1	3,0	0,9	0,0	9234
Demais Sudeste	0,8	3,0	0,6	8,8	26,0	23,0	23,4	11,4	1,4	0,1	11799
MA/PI/CE/BA	0,2	0,4	0,1	0,8	0,6	0,5	94,0	2,5	0,7	0,0	29019
Demais Nordeste	0,5	0,1	0,3	1,0	2,6	1,3	11,1	82,0	0,8	0,0	7302
Norte	2,0	9,1	0,3	5,7	2,1	2,2	30,5	5,9	42,1	0,0	5676
Sul	0,3	2,5	0,0	3,4	5,7	8,1	74,2	3,9	1,9	0,0	3931
Outros	1,7	8,8	0,0	8,6	0,0	1,9	57,9	21,2	0,0	0,0	534
Total da RIDE	5,3	6,4	0,6	14,7	4,2	4,4	48,1	12,1	3,6	0,0	115782

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Migrantes: pessoas não naturais (do município de residência/censo 91 e da UF de residência no censo/2000), maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986 (censo 91) e em 1995 (censo 2000).

As Tabelas 37, 38 e 39 apresentam algumas características sociodemográficas dos chefes de família⁸⁹ migrantes, segundo o local de residência anterior, como forma de inferir o papel da migração na estrutura socioespacial da região.

No que se refere à idade (Tabela 37), os migrantes originários do Nordeste são mais jovens, apresentando as maiores participações entre os imigrantes nos grupos etários iniciais.

Tabela 37 - Chefes Migrantes, por grupos Etários segundo Local de Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991/2000

Em porcentagem

Residência Anterior	Idade do chefe - 1991					Idade do chefe - 2000				
	Até 34 anos	35 - 49 anos	50-64 anos	65 e mais anos	Total (n° Abs.)	Até 34 anos	35 - 49 anos	50-64 anos	65 e mais anos	Total (n° Abs.)
Distrito Federal	54,0	30,5	11,8	3,6	19712	54,8	30,2	11,8	3,3	31.459
Outros da Rde	56,9	27,1	11,2	4,8	7465	53,5	32,0	12,1	2,4	9.466
Rio de Janeiro	44,4	40,4	11,5	3,7	5562	35,4	48,4	11,5	4,7	5.000
Minas Gerais	60,2	26,2	10,8	2,9	10625	56,7	32,1	8,9	2,3	10.907
Outros Sudeste	49,3	37,2	11,0	2,5	4389	50,5	34,8	11,3	3,4	7.222
MA/PI/CE/BA	71,3	18,7	8,0	2,1	24742	66,2	24,5	7,0	2,3	29.400
Outros Nordeste	61,7	24,9	10,1	3,3	8513	56,9	27,9	11,6	3,6	7.445
Goiás	58,8	29,2	8,8	3,2	11969	55,5	30,7	10,0	3,8	15.027
Outros Centro-Oeste	50,5	42,9	5,7	0,7	1346	48,2	39,3	9,5	3,0	1.990
Norte	53,3	34,2	8,6	3,9	3887	54,4	33,9	10,2	1,5	6.055
Sul	50,6	34,5	13,1	1,8	3295	44,7	45,0	8,9	1,4	4.022
TOTAL	59,0	27,8	10,2	3,0	103042	56,2	30,8	10,0	3,0	128.582

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Migrantes: pessoas maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986/censo 91 e em 1995 /censo 2000 (inclui não naturais e retorno)

O total inclui "outros sem especificação"

De modo geral, independentemente do local de residência anterior, os migrantes mais jovens (até 34 anos) são maioria na região. A participação deste grupo etário variou entre 44,4% e 71,3%, no período 1986-1991, e de 35,4% a 66,9%, entre 1995 e 2000.

Apesar da pequena diferença entre os percentuais para os dois períodos, os migrantes vindos do Nordeste apresentaram as maiores participações dos grupos mais jovens. No período 1986-1991, 71,3% deles tinham menos de 34 anos e, no período seguinte, 66,2% estavam nessa faixa etária.

⁸⁹A variável utilizada para a classificação dos chefes foi "condição na família" (censo 91) e "relação com o responsável pela família" (censo 2000). O censo demográfico do IBGE 1991, assim como os anteriores, classificou como chefe de família a pessoa responsável pela família. No censo 2000, a classificação se refere à pessoa responsável pela família, o que pode acarretar alteração na informação em função da mudança na definição conceitual da chefia familiar. Apesar de reconhecer que a comparabilidade não pode ser perfeita, será utilizada a nomenclatura chefe de família para os dois períodos (86-91 e 95-2000), por acreditar que essa opção metodológica atende aos objetivos dessa pesquisa.

Os vindos do Rio de Janeiro são os que apresentaram as menores participações. No período mais recente, 48,0% dos imigrantes provenientes daquele Estado tinham entre 35 e 49 anos.

A análise dos dados sobre a escolaridade dos migrantes, segundo a região de origem, revela que os nordestinos e os que migraram internamente na RIDE foram os que apresentaram os menores níveis educacionais, com maiores participações entre os que chegaram à região sem instrução. Ainda que estes sejam mais novos, a estrutura etária certamente não pode ser responsável pela diferença nos níveis educacionais, uma vez que as informações referem-se a chefes de família, com idades superiores a 14 anos (Tabela 38).

Tabela 38 - Chefes Migrantes, por Nível de Escolaridade segundo a Residência Anterior – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000

Em porcentagem

Residência Anterior	Anos de Estudo do Chefe							Total (n° Abs.)
	Sem Instr.	Ensino Fundamental		Ens. Médio incomp	Ens. Médio ou mais	Alfab. Adultos	Não Deter.	
		1º ciclo incomp	2º ciclo incomp					
1991								
DF	12,5	13,5	37,2	13,1	23,5	0,2	0,0	2.102
Outros da Ride	31,8	26,3	30,6	5,1	5,8	0,4	0,0	1.968
RJ	26,7	20,0	5,6	0,0	46,7	0,0	0,0	89
MG	23,8	25,6	30,5	6,3	13,8	0,0	0,0	2.062
Outros SE	10,1	11,9	39,6	17,3	20,8	0,0	0,0	335
MA/PI/CE/BA	40,0	23,3	13,8	6,9	15,8	0,0	0,0	519
Outros NE	42,0	21,6	21,0	10,2	6,0	0,0	0,0	336
Góias	19,5	27,7	29,9	8,5	13,6	0,7	0,0	3.062
Outros CO	14,8	23,1	24,1	14,8	21,3	0,0	0,0	106
Norte	5,0	14,5	24,6	21,2	34,6	0,0	0,0	179
Sul	7,3	12,7	29,3	19,7	31,2	0,0	0,0	828
Brasil não Espec.	0,0	81,8	0,0	0,0	18,2	0,0	0,0	44
Total da RIDE	16,9	15,9	28,3	12,8	25,8	0,3	0,1	103.024
2000								
DF	8,2	17,2	38,4	19,5	15,9	0,1	0,8	31.459
Outros da Ride	9,6	18,5	35,5	16,0	18,9	0,1	1,3	9.466
RJ	1,0	1,5	11,1	11,1	74,7	0,0	0,6	5.000
MG	7,9	11,9	26,4	14,0	39,2	0,2	0,5	10.907
Outros SE	4,5	10,3	20,5	12,9	51,6	0,1	0,1	7.222
MA/PI/CE/BA	12,5	19,9	33,0	14,8	18,6	0,2	1,0	29.400
Outros NE	13,3	13,6	25,8	12,8	33,4	0,1	1,0	7.445
Góias	8,8	16,1	32,8	15,6	25,8	0,1	0,8	15.027
Outros CO	8,3	15,9	16,2	9,4	50,2	0,0	0,0	1.990
Norte	6,3	11,2	28,3	18,6	34,6	0,3	0,7	6.055
Sul	1,6	3,7	13,5	9,9	71,3	0,0	0,0	4.022
Brasil não Espec.	25,3	27,8	26,5	9,0	11,4	0,0	0,0	589
Total da RIDE	8,9	15,4	30,8	15,6	28,3	0,1	0,8	128.582

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Migrantes: pessoas maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986/censo 91 e em 1995 /censo 2000 (inclui não naturais e retorno).

Os totais incluem outros sem especificação e estrangeiros.

Os migrantes vindos do Rio de Janeiro apresentaram, ao longo do período 1975-2000 as maiores participações nos níveis educacionais mais elevados, com 74,0% com mais de 17 anos de estudo, o que corresponde ao ensino de nível superior, corroborando a hipótese de maior qualificação desses migrantes.

Os dados sobre a renda *per capita* familiar⁹⁰ sugerem relação com as informações sobre educação, indicando níveis mais elevados para os imigrantes que vem dos estados do sudeste, principalmente do Rio de Janeiro, da Região Sul e dos que vem dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Tabela 39).

Tabela 39 - Chefes Migrantes, por Faixa de Renda *per capita* Familiar segundo a Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000

Em porcentagem

Residência Anterior	Renda <i>per capita</i> familiar						Total (n° Abs.)
	SEM REND	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	
1991							
DF	2,8	53,7	32,5	5,1	3,2	1,4	19.712
Outros da Ride	4,3	67,4	18,5	4,6	2,1	0,8	7.465
RJ	1,3	16,6	29,0	19,5	18,6	12,8	5.562
MG	3,5	50,0	26,2	7,5	6,0	5,0	10.625
Outros SE	3,3	28,8	28,9	13,5	12,1	10,9	4.389
MA/PI/CE/BA	3,7	58,0	28,4	4,5	2,4	1,6	24.742
Outros NE	3,7	54,7	24,7	8,0	5,0	2,7	8.513
Góias	4,9	55,7	24,5	6,9	5,1	1,7	11.969
Outros CO	6,6	27,6	37,1	10,4	11,4	5,3	1.346
Norte	3,4	41,7	33,9	6,7	6,3	6,1	3.887
Sul	3,2	23,9	27,6	14,1	17,1	12,4	3.295
Brasil não Espec.	2,5	4,2	23,4	12,3	23,6	29,9	1.537
Total da RIDE	3,6	50,1	27,7	7,3	5,8	3,9	103.042
2000							
DF	6,5	56,2	30,0	4,3	1,9	1,0	
Outros da Ride	4,6	54,7	29,1	6,0	4,4	1,2	
RJ	2,3	10,9	27,0	17,6	21,1	21,1	
MG	2,4	37,9	29,6	9,6	11,9	8,6	
Outros SE	4,9	26,8	24,1	11,4	14,8	18,0	
MA/PI/CE/BA	5,4	57,9	27,5	3,9	3,3	2,0	
Outros NE	5,7	47,5	24,0	8,4	6,9	7,6	
Góias	4,6	49,0	28,0	7,3	6,4	4,6	
Outros CO	3,6	33,1	31,5	5,8	19,0	6,8	
Norte	5,1	43,6	30,2	7,7	7,9	5,5	
Sul	2,0	15,2	25,4	14,3	18,7	24,5	
Brasil não Espec.	7,0	67,7	19,9	2,1	1,6	1,7	
Total da RIDE	5,0	48,1	28,1	6,8	6,6	5,4	

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Migrantes: pessoas maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986/censo 91 e em 1995 /censo 2000 (inclui não naturais e retorno)

Os totais incluem outros sem especificação e estrangeiros.

A maioria dos migrantes, com exceção dos fluxos citados no parágrafo anterior, tinha renda *per capita* familiar até um salário mínimo. Quando analisado o período

⁹⁰Os dados se referem aos rendimentos da família divididos pelo número de moradores do domicílio, sendo os resultados deflacionados, correspondendo nos dois períodos ao salário mínimo de 2002.

1975-2000, observa-se redução nos níveis da renda dos migrantes no período mais recente (1995-2000).

A participação dos migrantes sem rendimentos aumentou para todos os fluxos, independentemente da região de origem, enquanto os dados sobre educação indicam melhoria nos níveis de escolaridade dos migrantes, com maiores participações dos que possuíam mais anos de estudos, ainda que esta melhoria tenha sido uma tendência generalizada no cenário nacional.

A Tabela 40 apresenta a inserção socioocupacional dos migrantes segundo o local de residência anterior, utilizada como forma de inferir a posição na hierarquia socioprofissional dos migrantes nos períodos mais recentes.⁹¹

Os migrantes pertencentes às categorias de posição mais elevada, compostas por dirigentes, intelectuais e empregadores urbanos, categoria média, formada por trabalhadores não manuais, bem como os trabalhadores manuais do setor secundário tiveram redução em suas participações na estrutura socioocupacional regional. Destaque deve ser dado aos integrantes da categoria média, que apresentaram decréscimo de participação para todos os fluxos.

A categoria dos trabalhadores manuais do terciário elevou sua participação para todos os migrantes, independentemente da região de origem, fato relacionado às especificidades da base econômica regional, com predominância do setor terciário na economia.

É importante destacar que a inserção ocupacional só pode ser analisada para a população que declarou estar ocupada na data dos censos, não sendo computada, portanto, a população que se declara desempregada. A porcentagem de chefes que se declararam ocupados diminuiu de 83,5%, em 1991, para 70,3%, em 2000, o que faz com que os dados para o último período sejam menos representativos do total da população⁹².

⁹¹ A metodologia de definição de categorias socioocupacionais foi desenvolvida no Capítulo 2.

⁹² Mais uma vez é preciso alertar para a não comparabilidade total das informações sobre ocupação nos dois censos relacionadas aos diferenciais na data de referência da variável.

Tabela 40 - Chefes Migrantes, por Categorias de Inserção Socioocupacional segundo a Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000

Residência Anterior	Inserção socioocupacional - 1991								
	Categ. Dirig.	Categ. Intelec.	Empregadores urbanos	Categ. Média	Trab. Manuais Secund.	Trab. Manuais Terc.	Trab. manuais s/qualif.	Trab. agric.	Outras
1991									
DF	0,4	1,5	3,9	20,8	21,7	38,6	8,4	3,4	1,3
Outros da Ride	0,3	1,1	4,2	9,2	14,7	42,9	11,7	14,2	1,6
RJ	4,9	13,4	4,1	45,6	6,0	18,1	2,8	1,3	3,7
MG	2,2	4,8	6,4	15,7	16,8	36,1	10,0	7,6	0,4
Outros SE	4,7	7,6	8,7	26,7	13,8	24,4	7,2	4,5	2,4
MA/PI/CE/BA	0,8	1,5	2,0	10,4	18,2	50,6	12,2	3,8	0,5
Outros NE	1,3	2,2	3,3	13,3	19,0	45,9	10,0	4,8	0,4
Goiás	0,3	2,2	4,9	15,2	19,1	35,6	10,5	11,5	0,5
Outros CO	3,8	8,0	1,7	27,1	19,4	33,3	3,2	2,4	1,2
Norte	1,1	5,0	5,0	27,0	14,1	34,5	9,0	3,5	0,8
Sul	5,4	10,3	13,0	31,0	6,6	17,9	4,6	9,4	2,0
Brasil não Espec.	8,4	23,8	4,5	35,9	2,7	9,1	0,0	0,9	14,7
Total da RIDE	1,5	3,6	4,3	17,9	17,1	39,1	9,6	5,8	1,2
2000									
DF	0,2	0,2	2,7	10,0	20,7	48,9	12,9	3,2	1,2
Outros da Ride	0,4	0,3	2,9	10,3	16,5	39,4	13,3	15,9	0,8
RJ	4,2	3,8	2,0	9,9	2,1	73,8	3,3	0,6	0,3
MG	1,0	3,1	4,0	14,7	11,4	41,2	13,9	9,1	1,6
Outros SE	2,1	4,7	6,1	15,3	10,5	51,0	6,3	2,8	1,1
MA/PI/CE/BA	0,6	0,4	1,1	8,9	19,3	45,7	19,7	3,6	0,7
Outros NE	0,9	1,0	2,1	11,0	13,6	49,0	15,0	6,4	1,0
Goiás	1,3	1,2	4,5	12,4	14,4	39,6	13,6	11,9	1,0
Outros CO	0,0	5,8	2,7	9,7	11,6	54,4	10,7	3,7	1,2
Norte	0,7	2,2	5,4	12,7	11,2	51,0	11,6	3,7	1,3
Sul	3,3	8,7	5,7	15,0	6,7	52,3	2,8	4,8	0,6
Brasil não Espec.	0,0	0,0	3,2	5,6	28,0	27,5	28,0	6,4	1,9
Total da RIDE	0,9	1,6	3,1	11,1	15,7	47,0	13,7	6,0	1,0

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Migrantes: pessoas maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986/censo 91 e em 1995 /censo 2000 (inclui não naturais e retorno).

O total inclui outros sem especificação e estrangeiros.

A migração interestadual no período mais recente apresentou elevação da participação da categoria de trabalhadores manuais sem qualificação, composta por empregados domésticos, ambulantes e biscateiros, indicando menor qualificação e posição social inferior para a população migrante, principalmente nos fluxos originados no Nordeste, ainda que a tendência tenha sido observada para praticamente todos os fluxos. No entanto, é preciso lembrar que a redução na formalização das relações de trabalho e o crescimento do setor informal, no Brasil, principalmente nas grandes e médias cidades nacionais, não são tendências exclusivas da população migrante, atingindo a população urbana independentemente da sua condição migratória.

A migração de longa distância é, na maioria, composta por pessoas vindas do Nordeste, tradicionalmente reconhecido pelas difíceis condições de vida e reduzida capacidade de fixação de população, em função das condições climáticas, da miséria e das desigualdades regionais⁹³. Esse fluxo predominante, que se dirige com maior intensidade para o DF e que vem aumentando sua participação na migração para os municípios do entorno metropolitano, é composto por segmentos populacionais formados, na sua maioria, por pessoas mais jovens, com menores níveis de instrução, e portanto, com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e com menores possibilidades de auferir níveis mais elevados de renda. Os migrantes naturais de Estados nordestinos são maioria, inclusive nos fluxos que declararam residência anterior nos Estados das Regiões Sul e Norte, o que demonstra a capacidade de remigração dessas pessoas, em busca de melhores condições de vida.

A RIDE tem apresentando características de área de atração populacional, sendo o DF o principal ponto de chegada e de redistribuição de migrantes, tornando-se uma área de grande circulação de população que busca melhores condições de vida.

Apesar de a oferta de empregos não ter acompanhado o crescimento populacional e os números sobre o desemprego serem um desestímulo à migração, não se pode esquecer que Brasília oferece inúmeras possibilidades de se auferir renda no mercado de trabalho informal, devido à concentração de população de alta renda, que demanda bens e serviços.

⁹³Segundo Camarano (1998): “A região Nordeste apresenta o maior percentual de família pobres do país e de população rural, as maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e fecundidade, a menor esperança de vida ao nascer e o menor grau de urbanização. Além disto, desde os anos quarenta tem se constituído num centro expulso de população para o restante do país.” (pág 189)

Migração Intra-regional⁹⁴

Apesar de se acreditar nas relações dialéticas entre estruturação intra-urbana e dinâmica migratória, neste item será analisada a mobilidade intra-regional como resposta ao processo de estruturação intra-urbana, pois a disponibilidade de dados não permite incursões sobre a questão da reciprocidade, entre causas e conseqüências dos dois processos. Assim, a análise dos deslocamentos intra-regionais buscará explicar o processo a partir da consideração de que a organização funcional entre os elementos que compõem a estrutura urbana (centro principal, subcentros e conjunto de bairros residenciais), e as relações estabelecidas entre eles são fatores condicionantes dessa mobilidade.

No caso da RIDE, a hipótese é de que a mobilidade intra-urbana tem como principal elemento definidor da intensidade e direção dos fluxos a busca por moradias dos segmentos populacionais que ocupam posições menos privilegiadas na estrutura social, em áreas onde existe menor pressão para ocupação por parte dos segmentos de rendas mais elevadas, que conseguem se apropriar das localizações urbanas otimizadas, com acessibilidade ao centro e atividades socioeconômicas privilegiadas.

Os instrumentos utilizados para viabilizar a apropriação diferenciada das acessibilidades e garantirem a segregação socioespacial da população, como elemento que viabiliza a dominação através do espaço pelos segmentos populacionais de maior poder político e econômico, são fruto principalmente da atuação do Estado. Este utiliza tanto os mecanismos de controle do uso e ocupação do solo, sobre a prerrogativa da preservação do meio-ambiente, quanto, no caso do DF, a preservação do Projeto arquitetônico e paisagístico do Plano Piloto, ambos associados à política habitacional que conduz à ocupação periférica.

Além da atuação estatal, o mercado imobiliário também tem papel fundamental na estruturação, principalmente no que se refere à ocupação da periferia externa ao quadrilátero, constituída por municípios goianos limítrofes, atuando nas lacunas deixadas pela ação estatal na oferta de moradias para a população de baixa renda.

⁹⁴Nesse item foram consideradas migrantes intra-regionais as pessoas maiores de cinco anos e que declararam residência em municípios diferentes dos de residência à época da coleta dos censos, nas datas fixas investigadas nos censos de 1991 e de 2000, e que vieram de outros municípios da RIDE.

Esses condicionantes da estruturação intra-urbana serão considerados parte de uma estrutura de pressões ou motivações atuando, tanto nos lugares de destino como nos de origem, levando a população a se deslocar no espaço intra-urbano e estabelecendo trocas entre municípios da região (Cunha, 1994).

Os municípios que compõem a RIDE apresentam dinâmicas migratórias diferenciadas. A análise dos Índices de Eficácia Migratória⁹⁵ para a migração interestadual revela que alguns municípios são absorvedores líquidos de população, enquanto outros assumem características de áreas de evasão populacional, ainda que essas localidades apresentem tendência à reversão desse quadro.

Entre 1975 e 2000, o Distrito Federal se consolidou como área de rotatividade migratória, apresentando valores semelhantes nos volumes de imigração e emigração. Esse fato está relacionado à capacidade de atração da capital federal e ao processo de redistribuição desses imigrantes para os demais municípios da região. No final do período, a maioria dos municípios registrou índices que os caracterizam como áreas de forte absorção migratória – IEM entre 0,51 e 1,00 (Tabela 41).

No quinquênio 1975-1980, oito municípios da região apresentavam características de áreas de evasão populacional e apenas dois se destacavam como área de absorção migratória (Luziânia e Planaltina). Naquele período, esses dois municípios iniciaram processo de consolidação da periferia regional.

⁹⁵ O Índice de Eficácia Migratória é calculado a partir do quociente entre migração líquida e migração bruta, sendo que os valores positivos próximos a um (1) indicam áreas de atração de população e os valores negativos próximos a (-1) indicam áreas de evasão de população. Valores próximos a zero indicam área de grande circulação de população (imigração próxima a emigração). Na análise desse índice será utilizada a tipologia estabelecida por Baeninger (1999), sendo os diferentes espaços regionais classificados, segundo os IEM, em: área de forte evasão migratória (-1,00 a -0,51); área de média evasão migratória (-0,50 a -0,30); área de baixa evasão migratória (-0,29 a -0,01); área de rotatividade migratória (0,00 a 0,09); área de baixa absorção migratória (0,10 a 0,29); área de média absorção migratória (0,30 a 0,50) e área de forte absorção migratória (0,51 a 1,00).

Tabela 41 - Imigração e Emigração por Municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE 1975-2000

U F	Município	1975 - 1980			1986 - 1991			1995 - 2000					
		Imigração	Emigração	Migração Líquida	IEM	Imigração	Emigração	Migração Líquida	IEM	Imigração	Emigração	Migração Líquida	IEM
DF		331.869	127.632	204.237	0,44	205.768	144.429	61.339	0,18	216.861	187.570	29.291	0,07
GO	Abadiânia	1.092	1.632	-560	-0,20	1.483	855	628	0,27	1.322	953	369	0,16
	Água Fria de Goiás*s					599	193	406	0,5	955	217	738	0,63
	Águas L. de Goiás***									55.896	303	55.593	0,99
	Alexânia	2.345	2.604	-259	-0,05	2.264	1.812	452	0,11	2.289	1.839	450	0,11
	Cabeceiras	1.231	776	455	0,23	1.041	984	57	0,03	866	971	-105	-0,06
	Cidade Ocidental**									11.356	2.260	9.096	0,67
	Cocalzinho de Goiás**									2.099	1.173	926	0,28
	Corumbá de Goiás	2.662	4.044	-1.382	-0,21	1.861	2.187	-326	-0,08	674	435	239	0,22
	Cristalina	3.314	2.276	1.038	0,19	4.336	3.384	952	0,12	5.782	2.482	3.300	0,40
	Formosa	6.796	7.839	-1.043	-0,07	7.843	6.968	875	0,06	8.728	6.640	2.088	0,14
	Luziânia	47.460	6.379	41.081	0,76	59.761	6.370	53.391	0,81	30.707	7.991	22.716	0,59
	Mimoso de Goiás*					266	39	227	0,74	294	203	91	0,18
	Novo Gama***									18.286	2.791	15.495	0,74
	Padre Bernardo	3.553	2.574	979	0,16	2.323	2.415	-92	-0,02	4.093	1.577	2.516	0,44
	Pirenópolis	2.280	6.960	-4.680	-0,51	1.179	3.231	-2.052	-0,47	1.315	2.712	-1.397	-0,35
	Planaltina de Goiás	8.814	1.248	7.566	0,75	12.706	2.905	9.801	0,63	15.238	5.663	9.575	0,46
	Sto Antº do Descoberto									11.009	2.843	8.166	0,59
	Valparaíso de Goiás***					12.511	1.495	11.016	0,79	29.334	2.118	27.216	0,87
	Vila Boa**									756	1.876	-1.120	-0,43
MG	Buritiz	3.661	2.032	1.629	0,29	2.005	2.539	-534	-0,12	2.464	3.180	-716	-0,13
	Cabeceira Grande ***			0						1.077	393	684	0,47
	Unai	8.099	15.915	-7.816	-0,33	5.027	9.657	311.316	0,94	6.459	7.711	-1.252	-0,09
RIDE		423.176	181.931	241.245	0,40	320.973	189.463	131.510	0,26	427.860	243.901	183.959	0,27

Fonte: Censos Demográficos IBGE/1980/1991/2000 (tabulações especiais)

* Município emancipado após 1980.

** Município instalado em 1993

*** Município instalado em 1997

No período seguinte, entre 1986 e 1991, Planaltina e Luziânia mantiveram-se como áreas de forte absorção migratória, juntando-se a eles apenas os novos municípios desmembrados de Luziânia (Santo Antônio do Descoberto e Cidade Ocidental). Observa-se, também, que os demais deixaram de apresentar índices relacionados às áreas de expulsão migratória, com exceção de Buritis, Unai e Pirenópolis, embora em menor escala. Os dois últimos (Unai e Pirenópolis) deixaram de ser áreas de forte evasão para serem áreas de baixa evasão migratória.

Essa tendência se confirma no período entre 1995-2000, quando onze municípios passaram a ser caracterizados como áreas de forte absorção migratória, ainda que os fluxos fossem numericamente pouco significativos. Os que integram o Entorno Imediato apresentaram valores mais elevados do IEM, acima de 0,70. Águas Lindas de Goiás teve a mais elevada taxa média anual de crescimento no período (14,5%) e registrou índice bastante próximo a 1,00 (0,99), o que demonstra o peso da migração. Apenas Pirenópolis, Buritis e Unai apresentaram características de áreas de baixa evasão migratória. No entanto, alguns dos municípios não diretamente envolvidos no processo de expansão da mancha urbana do DF (Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo, que têm a agropecuária como base econômica) tiveram IEM característicos de áreas de forte absorção migratória, com elevados fluxos migratórios.

Em síntese, os fluxos numericamente mais significativos indicam que o DF é área de rotatividade migratória, recebendo e expulsando população com volumes cada vez mais semelhantes. Entre 1975 e 1980, os municípios que compõem o entorno imediato (Luziânia e Planaltina) foram os únicos que apresentaram características compatíveis com a absorção de imigração. Nos períodos subseqüentes, os novos municípios desmembrados de Luziânia passaram a integrar esse conjunto.

Como já foi demonstrado anteriormente, a migração vinda de outras Unidades da Federação tem assumido papel importante na migração regional. No início do processo de ocupação do DF, foi o grande motor do crescimento populacional, e apesar do arrefecimento na década de 80 e da estabilização nos anos 90, continua a impactar o crescimento demográfico regional. A não absorção de grande parte desse contingente faz com que a migração intra-regional originada no DF ganhe importância relativa no total dos migrantes que chegam à região, com expansão da periferia regional. A participação dos migrantes internos à região ampliou-se, passando de 15,7% para 28,0% do total, ao longo do período 1975-2000 (Tabela 42).

Essa elevação ocorre não só pelo aumento de volume de migrantes intra-regionais – que passaram de 66.584 para 119.769, no período 1975-2000 –, mas também pela redução da chegada de migrante vindos dos demais municípios de Goiás e MG. Com será detalhado mais adiante, o aumento da participação da emigração do DF em direção aos municípios da região, inclusive os que não integram o Entorno imediato, reduziu as participações das migrações entre municípios vizinhos que até então predominava naqueles não diretamente envolvidos no processo de expansão urbana, indicando a intensificação das relações entre o DF e o entorno distante.

As participações das migrações segundo os locais de origem e destino dos migrantes se alteram ao longo do período 1975-2000. Os dados desagregados para os três recortes espaciais demonstram que o aumento da participação da migração intra-regional pode ser atribuído à sua elevação para os municípios do entorno que não integram o entorno imediato. (Gráfico 10)

No caso do entorno imediato, a migração interestadual ganha maiores proporções em função da migração direta de nordestinos, enquanto a participação da migração vinda da região arrefece um pouco, embora os volumes de emigrantes provenientes do DF continuem aumentando, como demonstram os dados sobre migração entre as localidades que integram a RIDE (Tabela 43).

Tabela 42 - Migração¹ Intra-regional, por Local de Origem na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE 1975-2000

Município	1975-1980				1985-1991				1995-2000									
	Total Mig Intra	%	Mig. GO/MG	%	Total Mig Intra	%	Mig. GO/MG	%	Total Mig Intra	%	Mig. GO/MG	%	Total Mig Intra	%	migr. Outras UFs	%	Volume Total	
Abadiânia	338	31,0	707	64,7	333	23,8	986	66,5	225	17,0	854	64,6	225	17,0	243	18,4	1.322	
Água Fria de Goiás*					247	41,2	181	30,2	333	34,9	393	41,2	333	34,9	229	24,0	955	
Águas L. de Goiás***									35.165	62,9	4.521	8,1	971	42,4	16.210	29,0	55.896	
Alexânia	1.220	52,0	972	41,4	1.254	55,4	662	29,2	760	33,2	760	33,2	545	62,9	558	24,4	2.289	
Cabeceiras	771	62,6	338	27,5	672	64,6	199	19,1	1.041	16,3	1.041	16,3	6.360	56,0	179	20,7	866	
Cidade Ocidental**															991	8,7	11.356	
Cocalzinho de Goiás**																		
Corumbá de Goiás	1.167	43,8	1.310	49,2	845	45,4	675	36,3	775	36,9	757	36,1	775	36,9	567	27,0	2.099	
Cristalina	749	22,6	1.921	58,0	995	22,9	1.935	44,6	1.861	30,7	335	49,7	307	45,5	32	4,7	674	
Formosa	2.086	30,7	2.971	43,7	2.976	37,9	2.612	33,3	4.336	29,9	2.110	36,5	1.729	29,9	1.943	33,6	5.782	
Luziânia	30.703	64,7	9.575	20,2	34.532	57,8	8.111	13,6	7.843	42,6	3.275	37,5	3.715	42,6	1.738	19,9	8.728	
Mimoso de Goiás*					185	69,5	69	25,9	59.761	46,3	5.685	18,5	14.230	46,3	10.792	35,1	30.707	
Novo Gama***									266	4,5			96	32,7	19	6,5	294	
Padre Bernardo	1.686	47,5	1.490	41,9	1.119	48,2	786	33,8	2.323	52,6	1.846	10,1	9.611	52,6	6.829	37,3	18.286	
Pirenópolis	447	19,6	1.757	77,1	215	18,2	815	69,1	1.179	25,8	1.179	16,6	2.226	54,4	655	16,0	4.093	
Planaltina de Goiás	5.461	62,0	2.564	29,1	7.103	55,9	2.671	21,0	12.706	44,0	2.611	17,1	6.710	44,0	5.917	38,8	15.238	
Sto Ant. do Descob* Valparaíso de Goiás***					7.721	61,7	1.580	12,6	12.511	25,7			5.239	47,6	4.744	43,1	11.009	
Vila Boa**									13.622	46,4	4.322	14,7	13.622	46,4	11.390	38,8	29.334	
Buritis	1.591	43,5	1.974	53,9	550	67,6	126	15,5	813	16,9			455	60,2	128	16,9	756	
Cabeceira Grande***													945	38,4	369	15,0	2.464	
Unaí	742	9,2	6.969	86,0	1.178	52,3	290	12,9	659	61,2	309	28,7	2.180	33,8	1.067	16,5	6.459	
Brasília	19.623	5,9	94.577	28,5	331.869	15,167	7,4	42.839	20,8	147.762	71,8	205.768	13,413	6,2	47.848	22,1	155.600	
Entorno Imediato	36.164	64,3	12.139	21,6	49.356	58,1	12.362	14,5	84.978	52,9	21.002	12,2	90.937	52,9	59.887	34,9	171.826	
Entorno Distante	10.797	30,8	20.409	58,3	11.100	36,7	12.792	42,3	30.227	21,0	15.419	40,5	15.419	40,5	8.002	21,0	38.096	
Total da RIDE	66.584	15,7	127.125	30,0	229.467	54,2	423.176	75,112	23,7	64.537	20,4	177.358	55,9	9	28,0	84.602	19,8	427.860

Fonte: Censos Demográficos IBGE/1980/1991/2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp.)

¹ Migrantes: pessoas maiores de 5 anos e com menos de 5 anos de residência no município.

* Município emancipado após 1980.

** Município instalado em 1993.

*** Município instalado em 1997.

Tabela 43 - Migração Intra-regional, por Local de Residência Anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000

U F	Município de Residência Atual	Local de Residência Anterior											
		1975-1980				1986-1991				1995-2000			
		DF	ED	EI	Total	DF	ED	EI	Total	DF	ED	EI	Total
DF	Brasília	0	15.504	4.119	19.623	0	9.819	5.348	15.167	0	7.263	6.150	13.413
GO	Abadiânia	9	283	46	338	158	195	0	353	92	110	23	225
	Água Fria de Goiás*	-	-	-	-	67	98	82	247	89	50	194	333
	Águas L de Goiás***	-	-	-	-	-	-	-	-	33.440	850	875	35.165
	Alexânia	787	307	126	1.220	741	328	185	1.254	607	204	160	971
	Cabeceiras	104	626	41	771	95	541	36	672	139	326	80	545
	Cidade Ocidental**	-	-	-	-	-	-	-	-	5.449	196	715	6.360
	Cocalzinho de Goiás**	-	-	-	-	-	-	-	-	569	153	53	775
	Corumbá de Goiás	322	729	116	1.167	537	241	67	845	88	219	0	307
	Cristalina	283	331	135	749	530	311	154	995	783	397	549	1.729
	Formosa	1.017	866	203	2.086	1.693	894	389	2.976	2.161	1.059	495	3.715
	Luziânia	28.822	1.881	66	30.769	33.072	950	510	34.532	11.828	905	1.497	14.230
	Mimoso de Goiás*	-	-	-	-	2	115	68	185	45	51	0	96
	Novo Gama***	-	-	-	-	-	-	-	-	8.476	140	995	9.611
	Padre Bernardo	872	665	149	1.686	887	196	36	1.119	1.832	303	91	2.226
	Pirenópolis	102	335	10	447	96	107	12	215	184	58	16	258
	Planaltina de Goiás	5.044	329	88	5.461	5.974	886	243	7.103	5.994	401	315	6.710
	Sto Ant. do Descob*	-	-	-	-	7.116	467	138	7.721	4.813	245	181	5.239
	Valparaíso de Goiás***	-	-	-	-	-	-	-	-	10.942	451	2.229	13.622
	Vila Boa**	-	-	-	-	-	-	-	-	55	377	23	455
MG	Buritís	60	1.521	10	1.591	288	426	0	714	459	438	48	945
	Cabeceira Grande***	-	-	-	-	-	-	-	-	264	276	119	659
	Unai*	438	299	5	447	868	886	243	7.103	1.331	589	260	455
	Entorno Distante	3.994	5.962	841	10.797	5.962	4.100	1.038	11.100	8.698	4.610	2.111	15.419
	Entorno Imediato	33.866	2.210	154	36.230	46.162	2.303	891	49.356	80.942	3.188	6.807	90.937
	Total da RIDE	37.860	8.503	5.114	66.650	52.124	16.222	7.277	75.623	89.640	15.061	15.068	119.769

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).
ED : Entorno Distante EI: Entorno Imediato e DF: Distrito Federal.

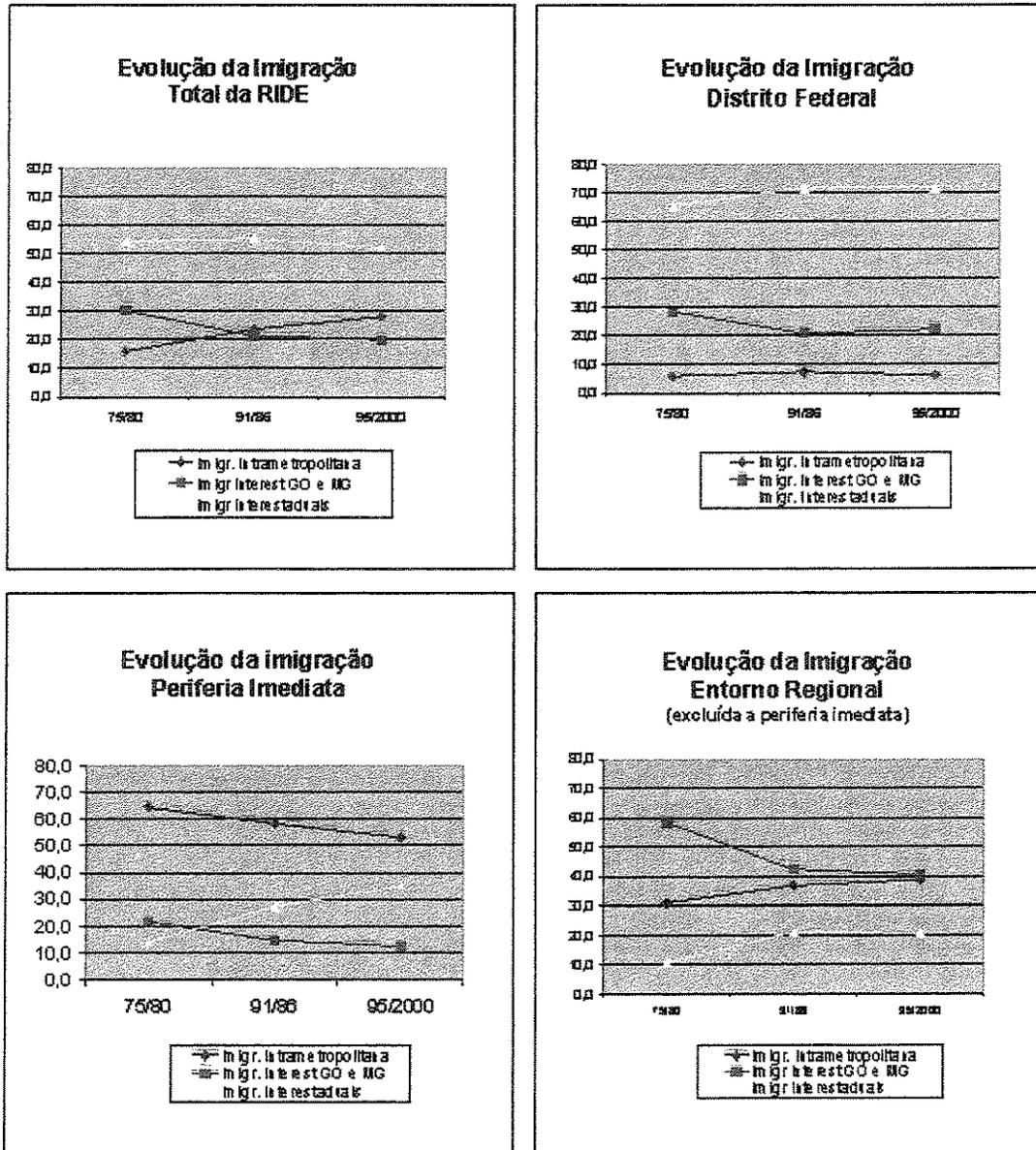
Migrante: pessoas maiores de 5 anos, com menos de cinco anos de residência (1975-1980 e 1986-1991) e residência em 31/07 1995 em município diferente do de residência na época do censo (1995-2000), e que vieram de municípios da RIDE.

*Município Emancipado após 1980.

**Município Instalado em 1993.

*** Município Instalado em 1997.

Gráfico 10 - Migração Intra-regional na RIDE 1975-2000 (Em porcentagem)



Fonte: Censos demográficos IBGE, 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/Unicamp).

Como já foi dito, o fluxo de migração intra-regional mais significativo se dá pelos que deixam o DF em direção ao entorno imediato. No período 1975-1980, 33.866 pessoas saíram do DF para municípios que integram este recorte, principalmente para os localizados no sudoeste da RIDE (Sto Antônio do Descoberto, Luziânia e seus desmembramentos: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás). Nos períodos seguintes, os volumes desse fluxo se elevaram para 46.162 (1986-1991) e 80.942 (1995-2000).

Os demais municípios do entorno, excluídos os que integram o entorno imediato, têm reduzido a imigração vinda dos outros municípios vizinhos e aumentado a participação da migração proveniente do DF e dos municípios do entorno imediato. Outra tendência observada para o período foi à intensificação das trocas entre municípios do entorno imediato e os demais da região.

Para os três recortes espaciais, foi possível observar o aumento da participação da migração vinda de municípios do entorno imediato (ainda que os números sejam pouco expressivos), indicando um novo aspecto da redistribuição populacional na região, associado à capacidade de absorver população por parte daqueles municípios.

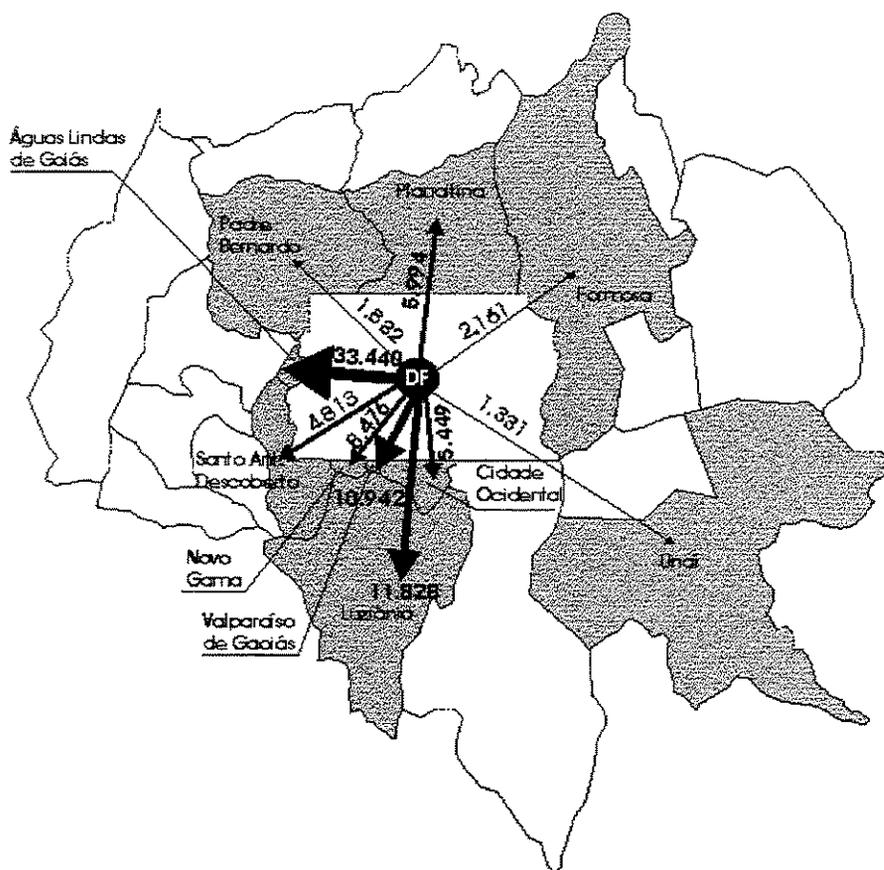
A migração vinda dos municípios do entorno imediato se intensifica inclusive em direção ao DF, o que pode representar um retorno da população que migra internamente em busca de moradias, podendo inclusive indicar a possibilidade de novas ocupações em áreas mais centrais. No período 1995-2000, dos 15.068 migrantes intra-regionais, 6.150(40,8%) se dirigiram para o DF e 14,8% foram para Valparaíso de Goiás.

Nas trocas populacionais intra-regionais são significativos apenas os fluxos representados pela emigração do DF em direção aos municípios que integram o entorno imediato, ainda que possam ser identificadas outras tendências redistributivas de população no interior da RIDE (Mapa 14).

No período mais recente, saíram de Brasília 78.002 habitantes, enquanto no entorno imediato entraram 75.257, dos quais 34.907 passaram a residir em Águas Lindas de Goiás.

Apesar de a participação da migração vinda do DF para os municípios do entorno imediato ter apresentando ligeira queda na emigração intra-regional, isto não significa redução, mas sim ampliação das trocas entre municípios desse recorte espacial. Tanto a participação quanto o número de pessoas que deixam o DF em direção à periferia continuam aumentando no período mais recente. Dos 89.376 emigrantes intra-regionais que deixaram o DF no período 1995-2000, 90,6% se dirigiram para aqueles municípios (Tabela 44).

Mapa 14- Principais Fluxos – Migração Intra-regional -Emigrantes do Distrito Federal 1995-2000



A emigração intra-regional confirma a tendência de intensificação das trocas internas entre municípios da periferia, entre os do restante do entorno, assim como entre os dois recortes, o que demonstra intensificação nas relações de interdependência entre estes municípios, em função da consolidação da estruturação da região.

A análise sobre intensidade, origem e destino dos principais fluxos da migração intra-regional na RIDE indicou que o fluxo numericamente mais significativo foi representado pela migração do DF para os municípios da região, principalmente para os que integram o entorno imediato.

Tabela 44 - Emigração Intrametropolitana, por Local de Residência Anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE 1975-2000

U F	Município de Residência Anterior	Localidade de residência atual											
		1975-1980				1986-1991				1995-2000			
		DF	DE	EI	Total	DF	DE	EI	Total	DF	DE	EI	Total
DF		0	3.994	33.866	37.860	0	5.962	46.162	52.124	0	8.698	80.942	89.376
GO	Abadiânia	256	241	4	501	42	166	0	208	116	165	0	281
	Água Fria de Goiás*	-	-	-	-	48	38	82	168	100	0	45	145
	Águas L de Goiás***	-	-	-	-	-	-	-	-	19	0	97	116
	Alexânia	1.320	217	295	1.832	673	166	113	952	409	163	378	950
	Cabeceiras	320	320	0	640	375	317	96	788	321	420	50	746
	Cidade Ocidental***	-	-	-	-	-	-	-	-	736	122	921	1.779
	Cocalzinho de Goiás**	-	-	-	-	-	-	-	-	154	99	376	629
	Corumbá de Goiás	880	884	100	1.864	417	330	132	879	22	119	30	171
	Cristalina	888	92	473	1.453	605	100	245	950	492	165	305	962
	Formosa	3.376	614	501	4.491	2.353	553	626	3.532	1.728	1.191	758	3.650
	Luziânia	3.536	720	88	4.344	3.286	413	168	3.867	1.716	800	1.877	4.377
	Mimoso de Goiás*	-	-	-	-	9	30	0	39	6	42	70	118
	Novo Gama***	-	-	-	-	-	-	-	-	1.034	168	955	2.086
	Padre Bernardo8	1.601	217	76	1.894	1.004	283	258	1.545	639	140	236	1.015
	Pirenópolis	322	719	48	1.089	164	235	49	448	258	192	36	486
	Planaltina de Goiás	583	121	66	770	1.364	479	336	2.179	1.486	670	979	3.110
	Sto Ant. do Descob*	-	-	-	-	698	146	387	1.231	1.100	263	806	2.162
	Valparaíso de Goiás***	-	-	-	-	-	-	-	-	59	88	1.172	1.319
	Vila Boa**	-	-	-	-	-	-	-	-	123	35	61	219
MG	Buritis	894	374	164	1.432	755	951	156	1.862	764	896	144	1.804
	Cabeceira Grande***	-	-	-	-	-	-	-	-	183	62	0	245
	Unai	322	719	48	1.089	3.374	931	546	2.179	1.948	921	699	219
	Entorno distante	15.504	5.962	2.210	23.676	9.819	4.100	2.303	16.222	7.263	4.610	3.188	14.785
	Entorno imediato	4.119	841	154	5.114	5.348	1.038	891	7.277	6.150	2.111	6.807	14.949
	Total da RIDE	19.623	10.797	36.230	66.650	15.167	11.10	0	49.356	75.623	13.413	15.419	90.937

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

ED: Entorno Distante; EI: Entorno Imediato e DF: Distrito Federal.

Migrantes: pessoas maiores de 5 anos, com menos de cinco anos de residência e residência anterior em municípios da RIDE.

* Município Emancipado após 1980.

** Município Instalado em 1993.

*** Município Instalado em 1997.

No período 1995-2000, intensificou-se a migração em direção aos demais municípios da região, até então não diretamente envolvidos no processo de expansão periférica. As trocas entre municípios do entorno imediato também apresentaram elevação, indicando que suas inter-relações ganham intensidade. Isso se dá pela melhora em suas dinâmicas econômicas e pelo processo de valorização imobiliária, em função das melhorias em infra-estrutura.

Aspectos Demográficos da Migração Intra-Regional (ou Intra-metropolitana)

No que se refere à dimensão demográfica, serão analisadas algumas características relacionadas à composição segundo sexo, idade e arranjo familiar da população migrante, para entender às contrapartidas demográficas no processo de localização dos migrantes na região.

Todas as variáveis serão apresentadas comparativamente para chefes de família migrantes e não-migrantes intra-regionais, estabelecendo maiores possibilidades de compreensão do processo⁹⁶.

Mais adiante serão analisados alguns aspectos socioeconômicos relacionados à renda *per capita* familiar, ao nível de escolaridade e à inserção socioocupacional dos chefes segundo sua condição migratória, e bem como alguns aspectos relacionados às condições de moradia (acesso à infra-estrutura básica e condição de ocupação do imóvel), com objetivo de obter mais elementos que auxiliem a compreensão da mobilidade enquanto resposta sociodemográfica ao processo de estruturação urbana.

Estudos anteriores, já citados⁹⁷, apontam a predominância da migração familiar na mobilidade intra-regional, em função, principalmente, da sua característica de movimento de curta distância. No entanto, é preciso lembrar que a composição familiar dos migrantes, detectada a partir dos dados censitários, refere-se ao momento da coleta do censo e não ao momento da migração, o que, no caso deste trabalho, implica uma diferença de no máximo cinco anos entre a coleta da informação e a data da mudança.

No caso da RIDE, tendo em vista que a principal motivação para mudança está relacionada ao acesso à moradia urbana, era de se esperar que a migração fosse predominantemente familiar. No período 1986-1991, do total das famílias com chefes migrantes intra-regionais, cerca de 70,2% foram classificadas como nucleares, sendo 16,7% compostas apenas pelo casal, 66,5% por casais com filhos, 10,4% por famílias monoparentais com chefia masculina e 6,1% monoparentais com chefia feminina. Infelizmente os dados sobre a composição os arranjos familiares para famílias com chefes migrantes intrametropolitanos não podem ser comparados para o período 1995-2000, pois a

⁹⁶ As famílias foram construídas a partir da variável “relação com o chefe da família” (ou pessoa responsável, no caso do censo 2000), segundo a condição migratória do chefe.

⁹⁷ Ver Cunha (1994), Matos (1994), Rigotti e Rodrigues (1994) e Lago (1998).

identificação do município de origem dos fluxos só é possível para as informações de data fixa, que não contabilizam as crianças menores de cinco anos, o que prejudica as participações dos arranjos tipo casais com filhos.

A análise do local de destino dos migrantes intra-regionais indica que no entorno imediato as participações das famílias migrantes nucleares são ligeiramente mais elevadas (71,3% para 1986-1991). As participações das famílias monoparentais são bastante semelhantes às apresentadas pelos migrantes para o total da região, registrando, no entanto, pequena variação com participação menor das famílias monoparentais femininas e ligeira elevação das famílias monoparentais masculinas no período 1986-1991.

Os municípios do entorno distante apresentaram maiores participações do arranjo familiar tipo individual entre os chefes migrantes. Embora os volumes desses fluxos sejam numericamente pouco significativos, eles são importantes, pois revelam o diferencial entre os fluxos intra-regionais associados à expansão periférica do DF e a migração entre os demais municípios da região, provavelmente associada às ofertas de trabalho, com predomínio da migração individual.

O Distrito Federal também apresenta características diferenciadas, com menores participações das famílias migrantes intra-regionais nucleares, devido ao aumento da participação dos arranjos individuais. No período 1986-1991, as famílias nucleares representaram 63,4% das famílias migrantes do DF e as famílias estendidas, 10,3% (Tabela 45).

A análise dos não-migrantes intra-regionais – pessoas com mais de cinco anos de residência no município, independentemente da sua real condição migratória – indica menor participação das famílias nucleares e participações mais elevadas dos arranjos individuais e estendidos. Das famílias não-migrantes, no período 1986-1991, 65,7% eram nucleares, sendo 12,2% compostas por casais sem filhos, 65,8% por casais com filhos, 11,1% de arranjos monoparentais masculinos e 10,2% de monoparentais femininos. O caráter familiar da migração intra-regional faz com que as participações das famílias nucleares sejam ligeiramente mais elevadas para a população migrante.

Os municípios do entorno imediato, se comparados com o entorno distante, apresentaram participações mais elevadas de famílias nucleares, principalmente aquelas formadas por e maiores participações dos casais com filhos

**Tabela 45 – Chefes, por Arranjo Familiar segundo Condição Migratória
1986-1991**

Residência Atual	Em porcentagem							Total (n° Abs.)
	Indivi- dual	Casal sem filhos	Casal c/ Filhos	Estendi- da	Monop. masculina	Monop Feminina	Outras	
-migrantes Intrametropolitanos								
Buritis	8,1	28,1	43,0	3,2	7,7	5,4	4,5	221
Unai	3,8	16,0	52,3	5,0	7,1	3,2	12,8	476
Abadiânia	14,3	11,8	31,1	13,4	11,8	8,4	8,4	119
Água Fria de Goiás	14,3	3,6	27,4	9,5	0,0	0,0	45,2	84
Alexânia	15,5	23,1	36,5	12,9	1,4	1,2	9,2	425
Cabeceiras	2,5	11,3	51,3	10,6	13,8	3,1	7,5	160
Corumbá de Goiás	7,7	8,0	67,3	5,6	0,0	6,8	4,6	324
Cristalina	16,9	16,9	52,5	4,7	2,5	0,0	6,6	320
Formosa	1,7	5,6	46,1	8,3	9,7	9,0	19,6	868
Luziânia	5,2	11,6	46,8	13,4	8,0	3,5	11,5	11.419
Mimoso de Goiás	14,9	0,0	55,3	8,5	0,0	12,8	8,5	47
Padre Bernardo	7,7	15,2	55,5	4,5	3,9	3,2	10,6	310
Pirenópolis	10,3	12,6	40,2	10,3	0,0	26,4	0,0	87
Planaltina de Goiás	3,2	8,8	55,0	10,1	5,8	7,5	9,6	2.171
Sto Ant Descoberto	5,4	13,6	48,8	9,7	6,6	4,1	11,9	2.361
Brasília	10,3	11,2	39,5	10,3	7,9	4,9	16,0	4.027
Entorno imediato	5,0	11,5	48,2	12,4	7,5	4,1	11,3	15.951
Entorno Distante	7,8	13,3	48,2	7,5	5,7	5,4	12,0	3.441
Total	6,3	11,7	46,7	11,3	7,3	4,4	12,2	23.417
não-migrantes Intrametropolitanos								
Buritis	10,6	8,0	50,7	8,9	5,7	5,7	10,4	4.164
Unai	8,2	7,1	52,2	10,3	7,6	6,5	8,2	16.638
Abadiânia	8,8	11,0	48,7	10,1	4,7	6,4	10,3	2.385
Água Fria de Goiás	12,4	9,5	46,2	9,9	5,4	5,0	11,8	897
Alexânia	9,7	9,4	49,8	9,0	7,0	3,2	11,7	3.812
Cabeceiras	7,7	9,1	46,7	11,0	8,6	4,8	12,2	1.387
Corumbá de Goiás	18,5	7,6	45,7	10,1	5,4	3,9	8,9	4.778
Cristalina	12,2	9,3	49,2	12,1	4,9	4,1	8,2	6.004
Formosa	6,5	9,7	48,2	11,1	8,4	5,9	10,1	14.460
Luziânia	5,8	8,8	48,8	12,2	6,8	5,9	11,7	40.309
Mimoso de Goiás	5,7	11,0	49,7	11,1	7,4	3,7	11,5	819
Padre Bernardo	7,4	8,2	46,1	11,8	9,0	5,8	11,7	3.686
Pirenópolis	7,5	9,2	54,8	7,3	6,5	3,8	10,8	6.443
Planaltina de Goiás	4,9	8,3	51,1	11,7	6,9	7,1	9,9	7.222
Sto Ant Descoberto	8,7	9,0	48,8	12,0	4,1	5,6	11,8	6.228
Brasília	7,7	8,3	41,5	14,7	7,5	7,0	13,4	413.517
Entorno imediato	6,0	8,8	49,1	12,1	6,5	6,1	11,4	53.759
Entorno Distante	9,1	8,6	49,9	10,3	7,1	5,3	9,7	65.473
Total	7,7	8,4	43,3	13,9	7,3	6,7	12,8	532.748

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).
Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência para 1986-1991.

As famílias não-migrantes no DF apresentaram comportamento bastante semelhante ao total da região, com elevada participação daquelas, com predomínio, dos casais com filhos. Os arranjos individuais, apresentaram participações bem menores do que na população migrante. O mesmo pode ser verificado para as famílias estendidas.

As etapas do processo de formação das famílias podem ser classificadas a partir da noção de ciclo vital familiar, cujas fases podem ser identificadas por aproximação através da informação sobre a idade média do casal, sendo os grupos etários agrupados segundo as

seguintes denominações: etapa de formação (até 34 anos), de consolidação (entre 35 e 49 anos) e de fragmentação (acima de 50 anos).⁹⁸

A análise das famílias, segundo a condição migratória e a idade média do casal, indica que 50,1% das migrantes estavam na fase de formação, o que já era esperado. Se considerada a hipótese de que a busca por habitação é o principal condicionante da migração intra-regional na RIDE, é de se esperar que famílias nesta fase do ciclo vital tenham mais motivos para migrar internamente, principalmente em direção à periferia, onde estão as ofertas de moradias mais baratas e com melhores condições de pagamento.

Entre as famílias migrantes intra-regionais na fase inicial do ciclo vital, têm maior participação as localizadas no DF (55%). No entorno imediato as famílias em formação representaram 50%, indicando que essa busca por acesso à moradia urbana atinge significativamente aquelas em fases iniciais do ciclo vital familiar, sendo que na periferia as idades são ligeiramente mais elevadas, muito provavelmente em função da remigração.

No entorno distante, as famílias migrantes com idade média do casal até 34 anos representaram 49,3%. Esses resultados são semelhantes aos encontrados para as famílias não-migrantes, sendo que a migração interna para estes municípios, como já analisado, é pouco expressiva. Os principais fluxos de migração intra-regional nesses municípios são característicos de trocas entre municípios vizinhos, principalmente entre os municípios recém emancipados e os de origem.

Alguns destes municípios, principalmente Unai e Formosa, têm apresentado características de potenciais subcentros regionais, com base econômica mais dinâmica que os vizinhos, concentrando maior número de empregos, sem no entanto apresentar ainda níveis de centralidade que permitam classificá-los como tal. Na migração intra-regional, excluindo-se os municípios integrantes do entorno imediato, estes foram os que apresentaram os maiores volumes de fluxos migratórios, ainda que pouco expressivos. Nas trocas entre municípios da região, Formosa perdeu 486 habitantes e Unai ganhou 387 no período 1995-2000.

⁹⁸As definições aqui utilizadas para classificação das etapas do processo de desenvolvimento das famílias foram baseadas nas faixas utilizadas por Cunha (1994), definidas a partir de informações empíricas sobre a idade média ao casar de homens e mulheres, idade média das mulheres ao ter o primeiro filho e número médio de filhos por casal. Em função da elevação da idade média ao casar de homens e mulheres e da idade ao ter o primeiro filho das mulheres ocorridas nestes 10 anos, foi adotado como limite de corte para fase de consolidação a idade média do casal de 35 a 50 anos.

Muitas das observações sobre as etapas de desenvolvimento das famílias foram associadas à idade média do casal, segundo a idéia de fases do ciclo vital familiar. A Tabela 46 apresenta dados sobre os chefes residentes na RIDE, segundo condição migratória, idade média do casal e tipo de arranjo familiar, como forma de corroborar a análise feita até então.

A combinação destas variáveis suscita algumas questões em comparação com as tendências apresentadas no estudo sobre os arranjos familiares. A principal delas refere-se à elevada participação das famílias estendidas, entre os migrantes intra-metropolitanos residentes no DF. O cruzamento dessa variável com a idade média do casal demonstra que a participação desses arranjos é maior para os casais mais jovens na fase de formação e consolidação. Trata-se da ocorrência de famílias de chefes migrantes, constituídas com a presença de outros parentes ou agregados, nas etapas de formação ou consolidação, migrando dos municípios do entorno em direção ao DF, principalmente entre 1986 e 1991. Esse foi um período marcado pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano, por meio do Programa de Assentamento para a População de Baixa Renda (1987-1995), quando foram distribuídos 109.128 novos lotes semi-urbanizados em várias localidades do DF, o que possivelmente teve impacto na atração de novos fluxos populacionais.

A migração individual em direção ao DF, diferente da observada para os demais recortes (exceto a migração em direção aos municípios do entorno no período 1986-1991, que talvez possa ser atribuída à migração de trabalhadores agrícolas, em função da idade e da base econômica daqueles municípios), também é predominantemente jovem, com a maioria dos chefes na fase inicial do seu ciclo vital familiar, para os dois períodos apresentados.

Tabela 46 – Chefes, por Tipo de Arranjo Familiar segundo Condição Migratória e Idade Média do Casal na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1986-1991

Residência atual	Idade Média do Casal	Indivíduo	Casal s/ filhos	Casal c/ Filhos	Estendida	Monop. Masc.	Monop. Fem.	Em porcentagem	
								Outras	Total (n° Abs.)
Migrantes Intrametropolitanos									
DF	Até 34	9,2	13,7	43,4	11,4	3,2	4,0	15,0	2.382
	De 35 a 49	6,9	6,4	42,3	9,1	16,5	11,5	7,2	1.139
	De 50 a 64	24,1	0,0	14,6	6,2	21,1	0,0	34,1	561
	Mais de 65	13,6	15,8	19,2	5,6	15,3	0,0	29,9	194
Entorno Imediato	Até 34	10,3	11,2	39,5	10,3	7,9	4,9	16,0	4.276
	De 35 a 49	1,9	14,1	52,4	11,9	5,6	3,9	10,1	4.189
	De 50 a 64	7,9	4,5	46,6	15,8	9,6	4,7	11,0	2.822
	Mais de 65	13,5	12,6	24,9	7,4	18,4	5,7	17,5	1.022
Entorno Distante	Até 34	37,4	11,2	11,5	4,7	6,5	0,0	28,8	305
	De 35 a 49	5,0	11,5	48,2	12,4	7,5	4,1	11,3	8.337
	De 50 a 64	6,8	9,6	53,1	8,6	6,5	4,2	11,1	1.179
	Mais de 65	4,0	13,0	55,0	5,9	4,5	6,1	11,6	838
Total	Até 34	12,2	33,7	16,2	6,9	4,0	12,2	15,1	373
	De 35 a 49	47,9	17,0	5,3	0,0	6,4	0,0	22,3	127
	De 50 a 64	7,8	13,3	48,3	7,5	5,7	5,4	12,0	2.518
	Mais de 65	3,8	13,4	50,9	11,4	5,3	4,0	11,1	7.750
	Total	7,2	6,1	47,3	13,4	9,7	5,8	10,6	4.799
não-migrantes									
DF	Até 34	7,1	10,7	44,1	13,8	6,1	6,1	12,2	203.915
	De 35 a 49	6,2	3,3	45,7	17,7	8,3	7,6	11,2	138.063
	De 50 a 64	9,6	9,3	29,9	13,0	10,1	8,5	19,6	55.471
	Mais de 65	21,5	16,2	10,2	5,3	9,7	8,9	28,1	15.819
Entorno Imediato	Até 34	7,7	8,3	41,5	14,7	7,5	7,0	13,4	413.268
	De 35 a 49	4,2	9,9	53,3	11,9	5,1	5,7	9,8	35.248
	De 50 a 64	4,4	4,1	53,4	14,9	6,8	6,8	9,7	16.941
	Mais de 65	10,2	11,9	33,0	9,7	11,2	5,9	18,0	6.843
Entorno Distante	Até 34	27,4	17,4	13,4	3,5	7,7	6,6	24,0	2.340
	De 35 a 49	6,0	8,8	49,1	12,1	6,5	6,1	11,4	61.371
	De 50 a 64	6,9	8,4	59,0	9,6	4,3	4,4	7,4	31.807
	Mais de 65	5,3	5,2	54,5	13,2	8,1	5,9	7,8	19.549
Total	Até 34	12,3	12,5	32,5	10,1	11,8	6,5	14,4	10.553
	De 35 a 49	33,1	16,8	8,1	2,5	10,5	6,5	22,6	4.486
	De 50 a 64	9,1	8,6	49,9	10,3	7,1	5,3	9,7	66.396
	Mais de 65	6,7	10,4	46,9	13,1	5,8	5,8	11,3	270.969
	Total	5,9	3,6	47,4	17,0	8,1	7,3	10,7	174.554

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).
Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência para 1986-1991.

No entanto é preciso ressaltar que, em relação às participações mais elevadas das famílias com idade média do casal até 34 anos, os diferenciais associados à condição migratória são importantes apenas para os migrantes intra-regionais em direção ao DF, sendo que para os demais recortes espaciais a característica de juventude das famílias independe da condição migratória, apresentando semelhanças com as participações para a população não-migrante. Essa incidência de famílias mais jovens migrantes, na etapa inicial do ciclo vital familiar, localizadas no DF, é mais acentuada para os arranjos formados por casais sem filhos e para os arranjos individuais (tabela 46.1).

Tabela 46.1. - Chefes, por Tipo de Arranjo Familiar segundo Condição Migratória e Idade Média do Casal na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1991-2000

Em porcentagem									
Residência atual	Idade Média do Casal	Indivíduo	Casal s/ filhos	Casal c/ Filhos	Estendida	Monop. Masc.	Monop. Fem.	Outras	Total (n° Abs.)
Migrantes Intrametropolitanos									
DF	Até 34	60,2	83,1	74,5	75,4	27,7	55,6	63,9	2.382
	De 35 a 49	12,5	10,6	19,9	16,4	39,0	43,9	8,4	1.139
	De 50 a 64	21,4	0,0	3,4	5,6	24,5	0,0	19,6	561
	Mais de 65	5,8	6,2	2,1	2,4	8,5	0,0	8,2	194
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	4.276
Entorno Imediato	Até 34	24,9	80,6	71,7	63,3	49,1	62,3	59,3	4.189
	De 35 a 49	39,8	9,6	24,1	31,7	31,7	28,0	24,4	2.822
	De 50 a 64	19,2	7,7	3,6	4,2	17,3	9,7	10,9	1.022
	Mais de 65	16,1	2,1	0,5	0,8	1,8	0,0	5,5	305
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	8.337
Entorno Distante	Até 34	53,4	44,0	67,0	70,2	69,5	47,1	56,6	1.179
	De 35 a 49	13,1	24,9	29,0	20,2	19,8	28,3	24,5	838
	De 50 a 64	17,2	27,8	3,7	10,1	7,6	24,6	13,8	373
	Mais de 65	16,8	3,5	0,3	0,0	3,0	0,0	5,1	127
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2.518
Total	Até 34	40,0	74,9	71,4	65,8	47,5	58,3	59,9	7.750
	De 35 a 49	27,2	12,3	24,2	28,2	31,7	31,1	20,8	4.799
	De 50 a 64	19,5	9,8	3,6	5,0	17,5	10,6	13,3	1.956
	Mais de 65	13,3	3,0	0,7	1,0	3,3	0,0	6,0	626
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15.131
não-migrantes									
DF	Até 34	45,4	63,8	52,4	46,3	39,8	42,6	44,5	203.915
	De 35 a 49	27,1	13,5	36,9	40,5	37,0	36,2	27,9	138.063
	De 50 a 64	16,9	15,2	9,7	11,9	18,2	16,3	19,6	55.471
	Mais de 65	10,7	7,5	0,9	1,4	5,0	4,9	8,0	15.819
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	413.268
Entorno Imediato	Até 34	37,8	60,9	58,5	52,7	42,6	50,4	46,2	35.248
	De 35 a 49	21,4	13,7	31,9	36,1	30,6	32,7	25,0	16.941
	De 50 a 64	21,3	17,0	8,4	10,0	21,7	12,3	19,8	6.843
	Mais de 65	19,5	8,5	1,2	1,2	5,1	4,7	9,0	2.340
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	61.371
Entorno Distante	Até 34	35,9	45,6	55,8	44,0	28,8	38,9	36,1	31.807
	De 35 a 49	17,3	17,8	32,6	38,4	34,0	33,0	23,9	19.549
	De 50 a 64	21,7	23,2	10,5	15,9	26,9	19,7	23,9	10.553
	Mais de 65	25,1	13,4	1,1	1,7	10,3	8,4	16,1	4.486
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	66.396
Total	Até 34	43,4	61,2	53,6	46,6	38,8	42,9	43,9	270.969
	De 35 a 49	25,2	14,0	35,7	39,9	36,1	35,6	27,2	174.554
	De 50 a 64	17,9	16,4	9,7	12,1	19,5	16,3	20,0	72.867
	Mais de 65	13,5	8,4	1,0	1,4	5,6	5,2	8,9	22.645
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	541.035

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).
Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência para 1986-1991.

Os principais fluxos em termos numéricos da migração intra-regional em direção ao DF são originados dos municípios que integram o entorno imediato, o que, associado às características referentes às idades médias dos casais e aos tipos de arranjo mais

significativos (individuais e casais com filhos) presentes nesses fluxos, pode estar relacionado ao retorno de integrantes de antigas famílias migrantes intra-regionais, na busca por melhores condições de acessibilidade ao centro principal. As ocupações ilegais nas áreas centrais do DF têm sido uma constante no processo de ocupação territorial do DF e, segundo os dados mais recentes, teve um crescimento na última década, devido à redução da oferta de moradias de baixa renda causada pelo o término do Programa Habitacional de Assentamento para a População de Baixa Renda, o que pode ter gerado novos fluxos originários no entorno em direção ao DF.

A análise do processo de ocupação territorial, assim como sobre a evolução e a dinâmica demográfica na região, aponta como principal condicionante da formação da periferia regional a demanda por moradias, principalmente por parte da população de baixa renda. A questão a ser investigada é se o acesso à casa própria, seja através da remoção de população que invade áreas centrais promovida pelo estado, seja por meio do binômio lotes populares/autoconstrução, assume papel preponderante nesta ocupação, principalmente no que se refere aos fluxos principais da migração intra-regional, constituídos a partir da emigração do DF em direção aos municípios do entorno imediato. A seguir serão apresentados os dados sobre as famílias segundo a condição migratória do chefe, arranjo familiar e condição de ocupação do imóvel, como forma de avaliar as dimensões desse processo.

A análise da condição de ocupação do imóvel, elaborada a seguir, parte da hipótese de que as variações das participações das diferentes formas de acesso à moradia, cruzadas com a condição migratória do chefe e com o tipo de arranjo familiar, podem fornecer pistas sobre as motivações ou condicionantes da mobilidade interna, associados aos elementos estruturadores da ocupação urbana na RIDE. Isso porque a propriedade do imóvel ocupado não significa que o morador esteja em melhores condições do que outro que se declare inquilino.

O cruzamento destas variáveis mostra que, de modo geral, a condição de acesso à casa própria, do migrante, é menor que a dos não-migrantes. Exceto, como era de se esperar, para as famílias compostas por chefe migrantes intra-regionais cujo destino tenha sido o Entorno Imediato, nos dois períodos analisados (Tabela 47).

Tabela 47 – Chefes, por Tipo de Arranjo Familiar segundo Condição migratória e Ocupação do Imóvel e Arranjo Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1986-1991

Residência atual	Condição de Ocupação do imóvel	Individual	Casal sem filhos	Casal com Filhos	Estendida	Monop Masc.	Monop Fem.	Outras	Total (n° Abs.)l
Migrantes Intrametropolitanos									
DF	Próprio a Constr. e o Terreno	1,9	4,4	19,7	44,3	6,0	2,2	21,4	2.723
	Próprio só o terreno	13,0	31,2	55,8	0,0	0,0	0,0	0,0	77
	Alugado	9,0	11,3	16,0	23,0	2,1	3,3	35,2	1.260
	Cedido Empregador	4,2	19,8	41,6	20,0	6,7	0,9	6,8	974
	Cedido Particular	7,3	14,3	23,1	14,1	5,3	0,0	35,9	490
	Total	4,6	10,2	23,5	31,8	5,1	2,0	22,9	5.536
Entorno Oimediato	Próprio a Constr. e o Terreno	4,6	12,5	45,2	16,1	7,0	3,6	11,0	7.193
	Próprio só o terreno	2,8	32,3	42,6	6,6	4,4	0,0	11,3	319
	Alugado	7,9	15,1	35,9	9,4	8,6	4,8	18,3	3.232
	Cedido Empregador	11,8	18,3	39,6	12,3	3,7	1,9	12,3	535
	Cedido Particular	3,5	18,9	41,2	10,7	8,7	9,3	7,8	1.433
	Total	5,7	14,9	41,7	13,4	7,5	4,4	12,4	12.896
Entorno Distante	Próprio a Constr. e o Terreno	3,1	16,2	38,7	15,2	4,1	6,5	16,1	1.696
	Próprio só o terreno	8,3	32,1	36,9	11,9	10,7	0,0	0,0	84
	Alugado	3,7	19,5	43,3	8,8	1,6	6,8	16,3	737
	Cedido Empregador	12,0	17,5	41,2	12,6	3,6	0,0	12,8	468
	Cedido Particular	5,4	8,3	55,0	11,7	2,1	0,0	17,5	240
	Total	4,8	16,9	41,3	13,0	3,7	4,9	15,3	3.235
TOTAL	Próprio a Constr. e o Terreno	3,7	11,2	38,3	22,6	6,4	3,7	14,2	11.612
	Próprio só o terreno	5,2	32,1	43,8	6,7	4,8	0,0	7,5	480
	Alugado	7,5	14,8	32,1	12,6	6,1	4,7	22,1	5.229
	Cedido Empregador	8,1	18,9	41,0	16,2	5,2	1,0	9,7	1.977
	Cedido Particular	4,6	16,7	38,6	11,5	7,3	6,1	15,2	2.163
		Total	5,2	14,0	37,0	18,0	6,3	3,8	15,5
Não -Migrante									
DF	Próprio a Constr. e o Terreno	4,6	6,5	43,4	16,6	8,5	7,9	12,5	240.741
	Próprio só o terreno	6,2	11,6	47,7	10,8	7,4	6,2	10,2	6.470
	Alugado	9,6	10,9	35,5	12,0	7,1	6,5	18,4	88.820
	Cedido Empregador	8,2	9,1	51,2	14,5	4,0	3,3	9,8	25.839
	Cedido Particular	8,1	13,2	45,4	9,4	6,4	6,6	10,9	39.717
		Total	6,3	8,4	42,4	14,7	7,6	7,2	13,5
Entorno Oimediato	Próprio a Constr. e o Terreno	3,4	6,9	53,2	13,3	7,0	6,1	10,2	33.974
	Próprio só o terreno	2,5	10,1	46,8	11,8	10,6	4,4	13,8	2.085
	Alugado	4,4	10,5	45,7	10,9	5,7	7,8	14,9	9.340
	Cedido Empregador	12,9	10,3	49,8	10,3	3,1	2,5	11,2	4.240
	Cedido Particular	8,2	10,7	50,7	8,8	7,0	4,9	9,8	5.938
		Total	4,8	8,2	51,1	12,1	6,6	6,0	11,2
Entorno Distante	Próprio a Constr. e o Terreno	5,8	8,4	49,7	10,8	8,6	6,4	10,5	40.434
	Próprio só o terreno	8,9	9,0	53,7	8,9	6,8	7,4	5,4	2.066
	Alugado	7,5	8,7	48,7	10,6	7,6	7,2	9,6	6.747
	Cedido Empregador	11,1	9,4	60,3	8,5	3,1	1,3	6,3	9.239
	Cedido Particular	12,4	9,8	50,2	8,9	5,2	2,8	10,7	5.327
	Total	7,4	8,7	51,3	10,2	7,3	5,4	9,6	64.011
TOTAL	Próprio a Constr. e o Terreno	4,6	6,8	45,2	15,5	8,3	7,5	12,0	315.149
	Próprio só o terreno	6,0	10,8	48,7	10,6	7,9	6,1	10,0	10.622
	Alugado	9,0	10,7	37,3	11,8	7,0	6,7	17,6	104.906
	Cedido Empregador	9,4	9,3	53,2	12,6	3,7	2,7	9,2	39.318
	Cedido Particular	8,5	12,5	46,6	9,3	6,3	6,0	10,8	50.983
		Total	6,3	8,4	44,4	13,8	7,5	6,8	12,8

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Migrante Intrametropolitano: pessoas maiores de cinco anos, com menos de 5 anos de residência no município e que migraram entre municípios da RIDE.

O total inclui outras Famílias.

A análise sobre idade e sexo da população, visa complementar as informações a respeito do caráter familiar da migração intra-regional e identificar a seletividade e alguns indicativos sobre os principais condicionantes da migração.

Objetivando uma comparação mais específica da migração segundo os locais de origem e destino na RIDE, a distribuição da população por sexo e idade será analisada de acordo com a condição migratória, desagregada em quatro grupos: migrantes intra-regionais; outros migrantes; migrantes antigos; e não-migrantes⁹⁹.

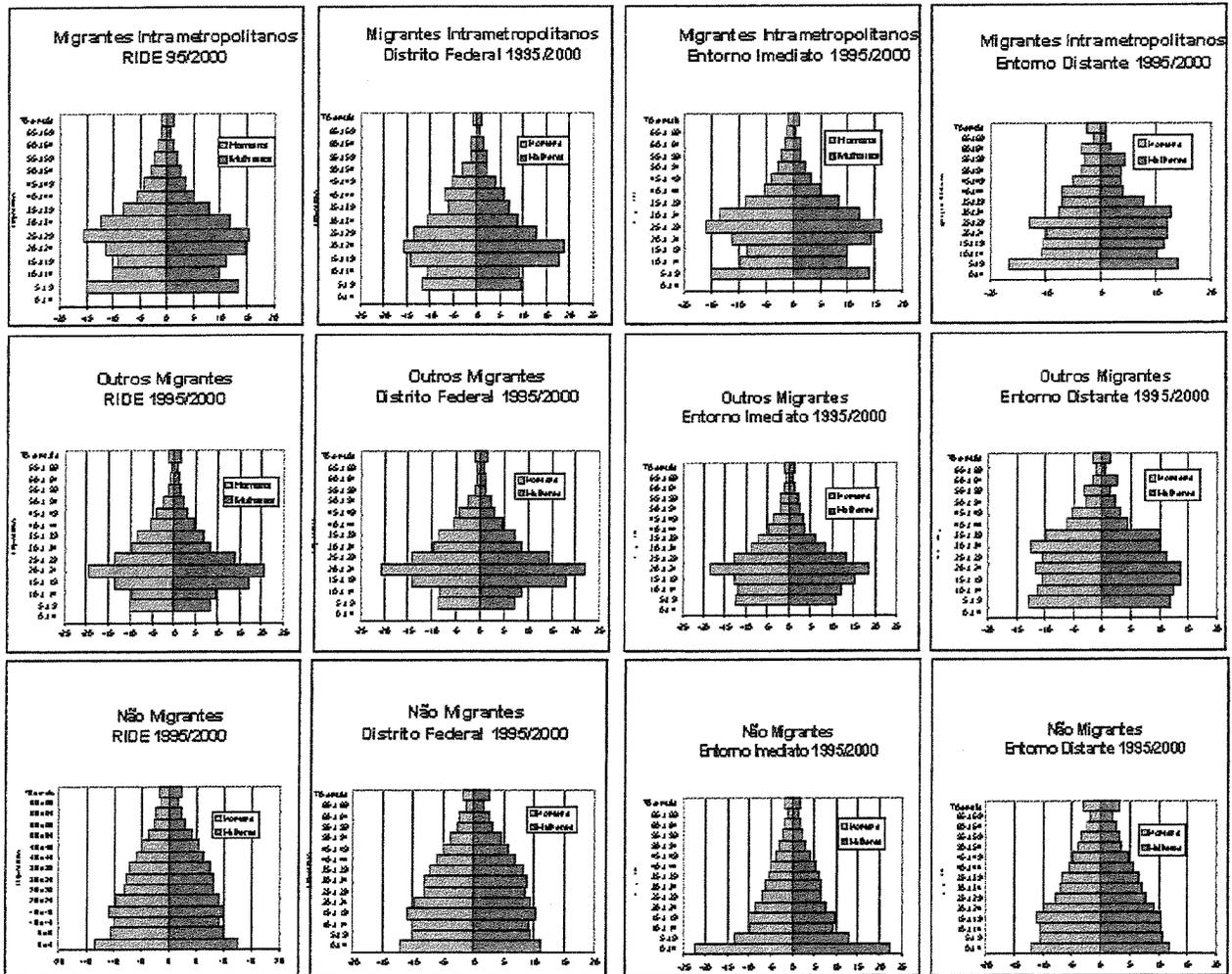
A estrutura etária do total da população da região mostra redução do segmento de crianças, principalmente entre zero e cinco anos, e aumento da participação dos mais idosos. Essa distribuição segue tendência mundial de envelhecimento da população, em função da redução dos níveis de fecundidade e mortalidade (com aumento da esperança de vida ao nascer), relacionados aos avanços da medicina e às mudanças sociocomportamentais da sociedade moderna, processo conhecido como transição demográfica. Em 1980 a participação de crianças de zero a quatro anos era de 15,3% e os idosos acima de 65 anos representavam 1,9%. Em 2000, estas faixas etárias representavam 10,7% e 3,2%, respectivamente, do total da população.

A participação das crianças de zero a quatro anos é bem mais elevada na estrutura etária da população do entorno imediato (18,1% em 1980; 13,7% em 1991; e 13,6% em 2000) e apresenta ritmo mais lento de redução, em comparação ao total da RIDE (15,3%, em 1980; 11,4%, em 1991; e 10,7%, em 2000).

No DF ocorre o contrário. A participação das crianças de zero a quatro anos é bem menor e apresenta redução mais acentuada no período 1980-2000 (14,8% em 1980; 10,9% em 1991; e 9,8% em 2000). O mesmo ocorre com a participação do segmento populacional de cinco a 14 anos.

⁹⁹Migrantes intra-regionais são pessoas com menos de cinco anos de residência no município (1086-1991) e pessoas maiores de cinco anos com residência em 31/07/95 em outros municípios diferentes do de residência na época do censo (2000) e origem em municípios da RIDE. Migrantes recentes são aqueles com menos de cinco anos de residência no município originários de localidades fora da RIDE. Os migrantes antigos são pessoas com mais de cinco e menos de dez anos de residência no município, independentemente da origem; e não-migrantes são as pessoas naturais do município ou migrantes com mais de dez anos de residência no município, independente da origem.

Gráfico 11 – Pirâmides Etárias – RIDE 2000



Fonte: Censos demográfico IBGE, 1980, 1991 e 2000 (tabulações Especiais Maria Célia Caiado NEPO/UNICAMP).

No período mais recente, a população da região apresenta elevação da participação dos grupos entre 25 e 29 e de 30 a 34 anos, que pode estar associado à maior intensidade da migração vinda do DF que, provavelmente, é composta por famílias em idades um pouco mais avançadas, devido à remigração em direção à periferia.

O aumento da participação das pessoas em idades mais avançadas, acima dos 50 anos, no total da população é mais significativo no DF e no entorno distante. No entorno

imediate, são mais elevadas as participações das pessoas entre 25 e 34 anos e das crianças de zero a nove anos, corroborando a hipótese de que a migração vinda do DF é familiar, composta por casais com filhos pequenos, na etapa inicial do ciclo vital.

Os não-migrantes residentes no entorno imediato apresentam as maiores participações nas faixas entre zero e quatro anos no total da população (24,1% em 1980; 22,5% em 1991; e 22,4% em 2000). No entanto é preciso lembrar que as crianças menores de cinco anos naturais do município e com pais migrantes (o chamado efeito indireto da migração) são classificadas como não-migrantes, o que gera diferenciação conceitual para a categoria de não-migrantes

A categoria outros migrantes é composta por pessoas mais jovens, principalmente nas faixas entre 15 e 24 anos, o que reflete as características da migração intra-estadual, analisada anteriormente.

No que se refere à estrutura por sexo da população, é possível observar o impacto que a migração, diferenciada segundo o lugar de origem, gera na estrutura populacional regional. (Tabela 48).

A condição migratória revela, no caso da intra-regional, que a estrutura por sexo da população total da região é bastante semelhante à observada para o entorno imediato. Na categoria “outros migrantes”, em que a migração interestadual é expressiva, a estrutura etária da população total se assemelha à encontrada no DF, onde o peso da migração interestadual é predominante.

O equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres nas faixas iniciais até dez anos de idade pode ser observado para todos os recortes espaciais, independentemente da condição migratória (razões de sexo com valores próximos a 1). No entanto, no caso específico da população migrante intra-regional, a participação de mulheres é mais elevada a partir das idades entre 15 e 19 e de 20 a 24 anos, principalmente para os municípios do entorno imediato e do Distrito Federal. No DF esta característica é comum aos demais migrantes (“migrantes antigos” e “outros migrantes”). Como a maior concentração de imigrantes em direção ao DF, independentemente do lugar de origem, se concentra justamente nessas faixas etárias, é possível afirmar o predomínio de mulheres nos fluxos que se dirigem para a capital federal.

Tabela 48 - Razão de Sexo segundo Condição Migratória e Residência Atual na Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno –1986-1991 e 1995-2000

Cond. Migrat.	Residência Atual	Razão de Sexo 1991														
		0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70+
Migrante Intra-regional	DF	0,82	1,14	0,60	0,66	0,83	0,98	1,02	0,86	1,16	1,58	0,46	0,59	1,35	0,85	2,11
	EntImediato	1,16	1,06	1,05	0,86	0,82	0,80	0,95	0,83	1,13	1,06	1,57	1,22	0,93	1,02	0,75
	En. Distante	0,89	1,03	1,10	0,90	0,86	0,94	0,83	1,08	1,04	1,17	2,47	0,66	2,26	0,81	1,37
	Total Ride	1,05	1,07	0,97	0,80	0,83	0,85	0,94	0,91	1,12	1,13	1,43	0,95	1,18	0,94	1,02
Não-migrante	DF	1,03	1,04	1,01	0,97	0,94	0,89	0,86	0,84	0,84	0,87	1,01	0,97	0,93	0,81	0,66
	EntImediato	1,02	1,06	0,96	1,02	1,20	1,00	0,88	0,83	1,09	1,19	1,10	0,99	0,91	1,04	0,93
	En. Distante	1,06	1,02	1,08	1,13	1,17	1,02	1,02	1,03	1,08	1,09	1,11	1,03	1,20	1,23	0,89
	Total Ride	1,03	1,04	1,02	1,00	0,99	0,91	0,88	0,86	0,88	0,91	1,03	0,98	0,97	0,89	0,72
Outro Migrante	DF	1,06	0,99	0,83	0,59	0,89	0,88	0,96	0,97	1,24	0,99	1,01	0,98	0,66	0,85	0,61
	EntImediato	0,96	1,04	0,88	0,84	1,02	1,16	1,22	1,40	1,09	0,82	1,48	1,12	0,72	1,50	0,78
	En. Distante	1,23	1,09	0,95	0,81	1,01	1,11	1,47	1,04	1,33	1,52	1,65	0,80	0,91	1,45	0,72
	Total Ride	1,05	1,01	0,85	0,63	0,91	0,93	1,04	1,04	1,22	1,01	1,14	0,99	0,70	1,00	0,64
Migrantes Antigos	DF		0,91	1,03	0,82	0,71	0,90	0,73	0,78	1,12	1,16	1,24	0,54	0,63	1,00	0,43
	EntImediato		0,92	1,09	0,98	0,84	0,71	0,93	0,85	1,04	1,28	0,95	0,86	0,99	1,07	1,08
	En. Distante		1,15	0,93	1,13	0,94	0,81	1,06	1,07	1,44	1,15	1,22	1,40	1,07	3,18	1,39
	Total Ride		0,94	1,04	0,90	0,74	0,86	0,80	0,83	1,13	1,20	1,15	0,73	0,81	1,21	0,72
Total	DF	1,03	1,03	0,98	0,85	0,90	0,89	0,86	0,85	0,89	0,90	1,01	0,95	0,90	0,83	0,65
	EntImediato	1,04	1,04	1,00	0,94	0,99	0,91	0,96	0,98	1,09	1,12	1,19	1,03	0,90	1,09	0,91
	En. Distante	1,04	1,06	1,05	1,08	1,11	1,00	1,06	1,03	1,13	1,13	1,19	1,01	1,20	1,28	0,91
Total		1,03	1,03	1,00	0,89	0,93	0,90	0,90	0,89	0,94	0,95	1,05	0,97	0,94	0,92	0,72

Cond. Migrat.	Residência Atual	Razão de Sexo 2000														
		0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70+
Migrante Intra-regional	DF		1,16	1,08	0,74	0,77	1,00	1,15	0,83	1,10	1,24	1,44	0,58	0,75	0,51	0,97
	EntImediato		1,01	0,93	0,78	0,72	0,93	1,04	0,98	0,98	1,21	1,15	1,30	1,20	2,36	0,78
	En. Distante		1,22	1,07	0,91	0,84	1,07	0,62	1,33	1,75	1,33	0,98	0,72	1,96	1,75	2,65
	Total Ride		1,05	0,96	0,79	0,74	0,95	1,00	1,15	1,07	1,23	1,15	1,06	1,27	2,02	1,00
Não-migrante	DF	1,03	1,01	1,03	1,00	0,99	0,92	0,89	0,85	0,83	0,82	0,83	0,88	0,93	0,79	0,70
	EntImediato	1,03	1,04	1,08	1,05	1,09	1,04	0,97	0,87	0,95	0,91	0,93	0,97	1,03	1,00	1,00
	En. Distante	1,03	1,03	1,04	1,11	1,10	1,07	1,02	1,02	1,01	1,03	1,08	1,04	1,03	0,92	0,99
	Total Ride	1,03	1,02	1,04	1,02	1,01	0,95	0,91	0,87	0,86	0,85	0,86	0,91	0,95	0,82	0,77
Outros Migrantes	DF		1,00	0,79	0,64	0,77	0,80	0,94	0,99	1,00	1,20	1,02	0,84	0,74	0,84	0,56
	EntImediato		1,10	0,98	0,81	0,96	0,94	0,99	1,19	1,21	1,15	0,79	0,90	0,73	1,11	0,88
	En. Distante		1,15	0,96	0,83	0,91	0,99	1,32	1,05	1,50	1,80	1,21	2,27	0,62	1,85	1,28
	Total Ride		1,05	0,86	0,68	0,82	0,85	0,98	1,04	1,08	1,23	0,97	0,97	0,72	1,00	0,68
Migrante Antigo	DF		1,05	0,95	0,80	0,73	0,91	0,86	0,91	0,92	0,96	1,24	1,08	0,85	0,60	0,55
	EntImediato		1,01	0,97	1,00	0,90	0,93	0,97	0,97	1,01	1,07	1,06	1,03	0,98	0,95	0,97
	En. Distante		0,97	0,96	1,06	0,76	0,82	1,05	0,79	1,22	1,17	0,97	1,65	1,36	1,65	0,67
	DF		1,02	0,96	0,90	0,77	0,91	0,91	0,92	0,98	1,02	1,14	1,11	0,97	0,83	0,69
Total	EntImediato	1,01	1,04	1,00	0,92	0,90	0,90	0,89	0,87	0,85	0,86	0,86	0,89	0,92	0,79	0,68
	En. Distante	1,04	1,04	1,01	0,94	0,94	0,96	0,99	0,96	1,00	1,01	0,98	1,03	1,00	1,10	0,95
	Total Ride	1,04	1,05	1,03	1,07	1,04	1,03	1,02	1,00	1,09	1,09	1,08	1,09	1,06	1,00	1,03
Total	DF	1,02	1,04	1,01	0,94	0,92	0,93	0,92	0,90	0,90	0,90	0,90	0,93	0,95	0,86	0,76

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000

Migrante intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência no município e que declaram residência anterior em município da RIDE (1986-1991) e pessoas menores de cinco anos que declaram residência em 1995 em município diferente do município na época do censo (1995-2000); não-migrante: naturais do Município que nunca migraram; Outros Migrantes: pessoas com menos de 5 anos de residência no município que vieram de outras localidades; Migrantes antigos: migrantes com mais de 5 anos de residência no município

Os homens que migram no interior da região, no entanto, apresentam volumes mais elevados nas faixas entre 30 e 34 e entre 35 e 39 anos, o que pode ser associado à migração familiar, se for considerada a reconhecida diferença entre a idade média ao casar para homens e mulheres, em que o homem geralmente é mais velho. No entanto, para o entorno

imediate, os diferenciais entre os volumes de homens e de mulheres são mais significativos para os grupos etários nas idades mais elevadas, a partir de 45 anos.

Chama atenção as maiores participações de homens migrantes intra-regionais nas faixas de idade mais elevadas, acima de 60 anos, para todos os recortes espaciais da região, exceto o DF, o que deve estar associado à busca por trabalho – principalmente em atividades agrícolas, no caso dos municípios do entorno distante, e em atividades terciárias da economia informal, o entorno imediato. A migração individual correspondeu a 34% do fluxo de pessoas maiores de 65 anos que se dirigiram ao Entorno Imediato, o que corrobora a hipótese¹⁰⁰.

Alguns Aspectos sobre a Migração Intra-Regional e a Segregação Socioespacial da População na RIDE

Como já foi demonstrado através da análise do processo de ocupação e estruturação urbana, o crescimento dos municípios do entorno, principalmente dos localizados nos limites do quadrante sudoeste do Distrito Federal (num processo semelhante ao ocorrido com as cidades satélites, principalmente as localizadas ao longo do eixo de crescimento estabelecido nesta direção), teve com principal condicionante a oferta de moradias para população de baixa renda, seja através do mercado imobiliário, seja por meio das políticas de habitação empreendidas pelo Estado.

O processo de ocupação e estruturação intra-urbana gerou, no espaço interno da RIDE, uma configuração socioespacial marcada pela segregação de população de baixa renda em localizações onde o acesso aos bens e serviços e à infra-estrutura urbana é precário, intensificando a exclusão social destes segmentos populacionais, característica do processo de desenvolvimento nacional.

Sendo assim, o objetivo deste item é estabelecer uma comparação entre a população migrante intra-regional e a não-migrante na região, segundo o acesso à educação, à renda, à inserção socioocupacional e às condições de moradia, estabelecendo os diferenciais em relação à inserção desta população migrante, segundo os diferentes recortes espaciais internos na RIDE.

¹⁰⁰ Sobre o processo de envelhecimento e masculinização do rural no Brasil, vide Camarano e Abramovay (1998).

Algumas variáveis socioeconômicas serão cruzadas com algumas variáveis demográficas, tais como idade, tipo de arranjo doméstico e sexo da chefia, buscando avaliar em que medida as diferentes características da população que migra e ocupa os diferentes espaços intra-urbanos contribui para a configuração socioespacial, ou mais especificamente, como estas características sociodemográficas da população nos diferentes espaços regionais colaboram para a segregação populacional no interior da RIDE.

Inicialmente serão analisados a distribuição da renda *per capita* familiar¹⁰¹, segundo condição migratória dos chefes (migrantes e não-migrantes intra-regional), e o local de residência no interior da região.

Os dados sobre a renda *per capita* familiar, para o período 1991-2000, indicam a redução da participação das famílias com rendimentos inferiores a um salário mínimo *per capita* para o total da população, sendo mais acentuada para os não-migrante. Em 1991 as famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo representavam 66,3% do total para população migrante e 52,6% para a não-migrante, reduzindo, em 2000, para 61,9% e 46,3%, respectivamente.

No entanto, é através destes dados desagregados para os diferentes espaços no interior da região que surgem os maiores diferenciais. No que se refere à condição migratória, no caso da população que habita o entorno metropolitano (entornos imediato e distante), as participações mais elevadas da população na faixa inferior a um salário mínimo é maior para os não-migrantes no período analisado. As famílias migrantes neste patamar de renda *per capita* representavam, em 1991, 63,4% no entorno imediato e 75,8% nos demais municípios do entorno. Em 2000, a redução dos níveis de pobreza é mais acentuada para as famílias migrantes nos demais municípios do entorno, excluído o entorno imediato. Enquanto as famílias migrantes localizadas no entorno imediato praticamente mantêm a mesma participação (63,4%), os que habitam os municípios do entorno distante apresentam queda na participação das famílias migrantes com menos de um salário mínimo *per capita*, passando a representar 66,4% do total.

A redução dos níveis de pobreza para as famílias residentes no DF é ainda mais acentuada, principalmente para as migrantes, com a queda dos diferenciais entre a

¹⁰¹ A variável renda será utilizada em função do reconhecimento como principal determinante, mas não o único, do nível de bem-estar da população. No entanto é preciso reconhecer sua limitação para classificar níveis de qualidade de vida de

população segundo a condição migratória. As famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo, em 1991, correspondiam a 70,8% para os chefes migrantes e a 45,5% para os não-migrantes, diminuindo, em 2000, para 43,9% e 38,2%, respectivamente.

Quando a análise sobre a distribuição da renda focaliza as faixas da população que com renda mais elevada, surgem os maiores diferenciais entre a população do DF segundo a condição migratória, bem como entre esta e a população dos demais municípios do entorno, seja em relação às participações das diferentes faixas de rendimentos, seja quanto aos níveis de melhoria no total do período. Em 1991, as famílias migrantes residentes no DF com rendimentos *per capita* acima de cinco Salários mínimos representavam 3,8%, enquanto as não-migrantes com essa renda correspondiam a 11% do total de famílias da mesma condição migratória. A redução dos níveis de pobreza atinge as famílias residentes no DF independentemente da sua condição migratória. Em 2000, os migrantes desta faixa de rendimentos passam a representar 11% e os não-migrantes 19,6% do total da população de condição migratória idêntica.

A análise dos dados sobre as condições de vida da população sob o aspecto da renda familiar *per capita* levanta algumas questões que merecem maior atenção. Apesar de a redução esperada nos níveis de pobreza atingir a população total da RIDE¹⁰², a intensidade foi maior para a população que reside no DF, acentuando os diferenciais entre esta população e a que habita o entorno metropolitano. Esta retração foi ainda mais acentuada para os migrantes intra-regionais, que apresentavam, em 1991, maiores participações nas faixas abaixo de um salário mínimo em relação aos municípios do entorno, principalmente em comparação aos municípios que integram o entorno imediato. No período 1986-1991, cerca de 70,8% das famílias dos chefes migrantes intra-regionais residentes no DF apresentavam renda *per capita* até um salário mínimo, enquanto no entorno imediato esta participação era de 63%. No período seguinte (1995-2000), esse percentual de famílias residentes no DF diminuiu para 43,9%, enquanto na periferia manteve-se nos 63%. Uma relação semelhante pode ser verificada para as famílias migrantes com renda acima de

uma população, devendo ser considerados para tanto outros indicadores, tais como acesso a bens e serviços públicos, à infra-estrutura básica, entre outros (vide Rocha, 2000).

¹⁰²Estudos recentes sobre evolução da pobreza no Brasil apontam para a redução de seus níveis durante o período 1993-1995, em função dos efeitos distributivos do Plano Real e da manutenção deste patamar na segunda metade da década de 90 (Rocha, 2000).

cinco salários mínimos *per capita* residentes no DF, em relação aos demais municípios do entorno metropolitano.

Outro aspecto que merece mais atenção refere-se aos diferenciais segundo a condição migratória das famílias residentes nos diferentes espaços regionais. Chamam a atenção as condições mais favoráveis da população migrante em relação à não-migrante, no entorno (entorno imediato e entorno distante), com participações menores nas faixas de rendimentos até um salário mínimo e maiores naquelas acima de cinco salários mínimos, nos dois anos que integram o período estudado, ainda que os diferenciais entre esta população e a de mesma condição migratória residente no DF sejam desfavoráveis a este segmento populacional. Isto certamente pode estar associado ao baixo nível de rendimentos auferidos pela população não-migrante desses municípios, o que faz com que a população que migrou recentemente para estas regiões tenham rendimentos mais elevados, embora ainda muito baixos se comparados ao da população do DF.

Apesar de a população migrante que se dirige para o entorno metropolitano apresentar condições de acesso à renda *per capita* familiar mais favoráveis do que a não-migrante, trata-se de um movimento característico de população de baixa renda, com elevadas participações de famílias com até um salário mínimo *per capita* (63% para o fluxo em direção à periferia e 66,4 % para os demais municípios do entorno) e com renda bem inferior à população que reside no Distrito Federal, região de origem deste fluxo (38% para a população não-migrante do DF). O fato de as famílias migrantes estarem em condições mais favoráveis em relação à população não-migrante residente nestes municípios, certamente, está associado à hipótese de reimplantação desta população originária do DF, o que pode significar melhores condições de inserção profissional e de acesso à renda, em função de uma maior adaptação à realidade local e do tempo de residência mais elevado no interior da região.

Estes aspectos observados no comportamento da variável renda *per capita* familiar na RIDE podem estar associados a algumas características demográficas, tais como idade e composição familiar destes chefes migrantes, o que e será investigado a seguir.

No que se refere ao cruzamento da variável renda *per capita* familiar com a estrutura etária dos chefes na região, é possível observar que, independente da condição migratória e do local de residência, as maiores participações nas faixas de baixa renda

concentram-se nas idades mais jovens desta população. À medida que a idade se eleva, diminuem as participações nestas faixas, o que certamente está relacionado à inserção no mercado de trabalho, independente do grau de formalidade das relações trabalhistas. A partir dos 60 anos, as participações nas faixas de renda mais baixa voltam a subir, possivelmente em função da redução nos rendimentos, associada à retirada do mercado de trabalho dos indivíduos desta faixa etária (Tabela 49).

No que se refere à elevação da renda *per capita* familiar dos chefes migrantes intra-regionais e à redução do diferencial entre migrantes e não-migrantes no período 1991-2000, para a população residente no DF, os dados sobre a distribuição por idade revelam que 70,7% dos que recebiam mais de dez salários mínimos tinham até 34 anos, o que revela que a melhoria no acesso à renda atingiu mais diretamente as famílias com chefes migrantes intra-regionais nas fases iniciais do ciclo vital familiar.

Com relação ao tipo de arranjo doméstico constituído pelas famílias, segundo a condição migratória dos chefes, a análise dos dados indica que, no caso específico dos migrantes intra-regionais residentes no DF, as maiores participações estão nos arranjos do tipo “estendidos” e “outros”. A terceira maior participação das famílias migrantes no DF foi apresentada pelos arranjos do tipo individual, para as faixas acima de três salários mínimos *per capita* (Tabela 50).

Para os migrantes intra-regionais em direção ao entorno imediato, somente para a faixa de rendimento mais elevado, acima de dez salários mínimos, a migração individual superou a participação das famílias constituídas por casais com ou sem filhos. Para os municípios do entorno distante, a participação dos arranjos do tipo individual é mais significativa para todas as faixas de renda, se comparadas aos dados para o entorno imediato, apesar da predominância dos arranjos do tipo casal com e sem filhos, exceto para as faixas ente três e cinco e acima de dez salários mínimos, em que o domínio e da imigração individual, embora os fluxos sejam numericamente pouco significativos.

Tabela 49 - Chefes Migrantes por Condição Migratória, e Faixa de Renda Per Capita Familiar, segundo a Idade RIDE 1986-1991 e 1995-2000

Resid. atual	Idade do Chefe	Migrantes Intrametropolitanos											não-migrantes												
		Renda Familiar - 1986-1991											Renda Familiar - 1986-1991												
		SEM REND.	Até 1 SM	MAIS DE 1 A 3 SM			MAIS DE 3 A 5 SM			MAIS DE 5 A 10 SM			Total	SEM REND.	Até 1 SM	MAIS DE 1 A 3 SM			MAIS DE 3 A 5 SM			MAIS DE 5 A 10 SM			Total
				1 A 3 SM	3 A 5 SM	5 A 10 SM	1 A 3 SM	3 A 5 SM	5 A 10 SM	1 A 3 SM	3 A 5 SM	5 A 10 SM				1 A 3 SM	3 A 5 SM	5 A 10 SM							
DF	Até 34 anos	2,5	67,3	22,4	5,2	2,6	0,0	2,049	4,8	47,9	30,1	8,6	5,9	2,7	169,932										
	De 35 a 49 anos	0,0	69,3	14,2	8,7	2,5	5,2	691	1,3	40,4	30,0	12,1	10,5	5,8	147,518										
	De 50 a 64 anos	15,5	63,7	10,2	9,9	0,0	0,9	322	1,4	33,9	31,5	12,2	11,8	9,1	69,910										
	Mais de 65 anos	0,0	74,6	24,9	0,0	0,0	0,0	189	1,5	46,2	28,1	8,5	9,0	6,8	21,438										
	Até 34 anos	4,6	60,6	28,7	3,8	1,5	0,8	13,828	6,0	65,0	24,5	2,9	1,2	0,3	21,482										
	De 35 a 49 anos	0,8	62,6	29,5	4,2	2,3	0,4	11,164	2,0	70,7	22,5	3,6	0,7	0,4	16,149										
	De 50 a 64 anos	1,8	52,3	29,5	6,7	6,3	3,2	4,762	2,1	65,7	26,8	3,3	1,4	0,7	7,501										
	Mais de 65 anos	3,9	52,7	33,8	2,8	4,2	2,8	1,904	4,2	67,9	22,1	3,9	1,3	0,4	2,745										
	Até 34 anos	11,1	62,3	15,8	4,0	5,9	1,0	2,747	6,0	76,7	13,4	2,5	1,1	0,3	26,363										
	De 35 a 49 anos	0,1	76,6	16,1	1,9	3,5	1,7	1,676	2,4	80,2	13,9	2,1	0,7	0,6	23,757										
De 50 a 64 anos	4,2	75,8	12,5	6,0	0,0	1,5	833	2,6	78,7	14,2	2,9	0,9	0,7	13,627											
Mais de 65 anos	0,0	82,1	3,6	8,6	0,0	5,7	253	2,9	79,8	14,2	2,0	0,8	0,4	6,420											
Até 34 anos	5,2	62,0	25,7	4,1	2,3	0,7	11,680	5,0	53,0	27,7	7,3	4,8	2,2	217,777											
De 35 a 49 anos	0,6	65,6	25,7	4,4	2,5	1,2	6,195	1,5	48,0	27,4	10,1	8,4	4,6	187,424											
De 50 a 64 anos	4,0	58,8	23,4	7,0	4,2	2,6	2,548	1,7	43,0	28,7	10,1	9,4	7,2	91,039											
Mais de 65 anos	2,4	61,8	27,3	3,1	2,7	2,8	900	2,0	55,0	24,8	6,7	6,6	4,9	30,604											
Total	3,6	62,6	25,5	4,5	2,6	1,2	21,324	3,0	49,6	27,6	8,8	7,0	4,1	526,843											
DF	Até 34 anos	3,9	45,3	35,6	7,9	4,4	3,0	2,164	3,6	43,3	32,6	8,5	7,2	4,7	221,437										
	De 35 a 49 anos	1,3	36,6	37,9	9,6	13,3	1,3	1,254	2,3	33,3	31,0	11,8	12,5	9,0	215,119										
	De 50 a 64 anos	1,9	31,5	33,4	14,8	15,5	2,6	425	1,8	25,9	30,4	13,0	15,0	13,8	109,481										
	Mais de 65 anos	7,0	50,9	29,8	0,0	12,3	0,0	57	1,0	31,5	30,9	10,3	12,4	13,9	40,765										
	Até 34 anos	5,9	59,4	29,7	3,7	1,0	0,4	16,704	7,1	65,0	24,4	2,3	0,8	0,4	49,206										
	De 35 a 49 anos	6,2	56,6	30,7	3,9	2,1	0,7	9,064	5,5	60,6	26,6	4,2	2,2	0,9	39,269										
	De 50 a 64 anos	8,5	50,2	28,4	6,4	5,4	1,1	3,176	6,0	57,6	27,4	5,3	2,5	1,2	17,512										
	Mais de 65 anos	0,0	53,6	35,9	7,9	0,0	2,7	793	2,8	63,8	23,9	5,4	2,4	1,7	6,623										
	Até 34 anos	9,7	60,9	22,8	3,9	1,7	1,0	3,054	6,7	68,1	19,8	2,8	1,7	0,8	35,012										
	De 35 a 49 anos	9,9	55,5	23,5	5,7	3,5	2,1	2,040	5,4	62,7	22,9	4,7	2,6	1,7	32,636										
De 50 a 64 anos	6,5	53,5	26,3	5,5	2,3	5,6	1,160	7,2	60,4	23,5	4,1	2,7	2,2	19,329											
Mais de 65 anos	3,3	57,4	24,3	4,0	4,8	5,9	379	2,3	71,4	20,5	3,5	1,6	0,6	10,341											
Até 34 anos	6,0	58,1	29,6	4,1	1,4	0,7	21,920	4,5	49,5	29,9	6,9	5,6	3,6	305,656											
De 35 a 49 anos	6,1	54,4	30,5	4,7	3,4	0,9	12,358	3,1	40,2	29,7	10,0	10,0	7,1	287,026											
De 50 a 64 anos	7,5	49,2	28,4	7,0	5,7	2,2	4,761	3,0	34,2	29,2	10,9	11,9	10,8	146,322											
Mais de 65 anos	1,1	54,4	33,0	6,7	1,6	3,3	1,229	1,5	42,2	28,3	8,6	9,3	10,2	57,729											
Total	6,1	55,8	29,8	4,7	2,5	1,0	40,269	3,5	42,8	29,6	8,9	8,6	6,6	796,733											

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).
Migrante Intrametropolitano: pessoas maiores de cinco anos, com menos de cinco anos de residência no município e que migraram entre municípios da RIDE.

Tabela 50 - Chefes Migrantes, por Condição Migratória e de Ocupação do Imóvel, segundo Idade RIDE 1986-1991 e 1995-2000

Resid. atual	Idade do Chefe	Migrantes Intrametropolitanos										Migrantes Intermetropolitanos																	
		Renda Familiar - 1986-1991					Renda Familiar - 1995-2000					Renda Familiar - 1986-1991					Renda Familiar - 1995-2000												
		Prop. constr. terreno	Próp. constr.	Alugado	Cedido Empregado	Cedido por particular	Outra Condição	Total	Prop. constr. terreno	Próp. constr.	Alugado	Cedido Empregado	Cedido por particular	Outra Condição	Total	Prop. constr. terreno	Próp. constr.	Alugado	Cedido Empregado	Cedido por particular	Outra Condição	Total							
DF	Até 34 anos	25,9	1,6	29,0	34,6	8,9	0,0	2.027	43,3	2,5	31,9	6,3	15,5	0,4	165.990	48,9	2,1	17,1	26,5	3,9	1,7	71,4	67,0	1,0	18,3	7,5	5,8	0,4	147.989
	De 35 a 49 anos	42,5	1,8	24,6	17,5	14,4	0,0	285	78,9	0,8	10,7	5,1	4,0	0,5	70.333	35,4	0,0	6,3	0,0	5,7	1,8	189	46,7	4,8	7,8	3,3	12,6	0,6	21.302
	Mais de 65 anos	51,7	3,4	25,5	4,4	13,1	1,8	8.008	74,1	1,5	24,0	8,9	14,6	1,1	23.902	63,4	1,7	23,0	4,0	7,2	0,6	4.548	74,4	2,7	13,1	6,5	7,0	0,5	18.379
	Até 34 anos	63,4	1,7	23,0	4,0	7,2	0,6	4.548	74,4	2,7	13,1	6,5	7,0	0,5	18.379	72,7	0,0	16,5	3,1	7,1	0,5	1.687	74,4	2,9	8,7	7,3	6,1	0,6	8.614
	De 35 a 49 anos	72,7	0,0	16,5	3,1	7,1	0,5	1.687	74,4	2,9	8,7	7,3	6,1	0,6	8.614	62,0	1,9	15,9	3,5	8,1	8,6	571	64,3	4,2	7,0	6,9	16,5	1,1	3.250
	Mais de 65 anos	40,8	2,2	26,1	20,9	9,8	0,1	1.565	50,1	3,8	15,7	18,5	11,5	0,4	23.246	60,6	1,2	20,7	12,7	4,6	0,3	981	66,0	2,9	10,2	14,5	6,1	0,3	21.892
	Até 34 anos	61,3	2,4	16,9	12,9	5,2	1,0	574	76,1	2,5	5,6	10,3	5,3	0,2	12.855	72,4	0,0	9,8	10,6	6,5	0,0	123	76,2	3,9	2,7	6,5	10,8	0,0	6.011
	De 35 a 49 anos	45,8	2,9	26,2	11,9	11,9	1,3	11.600	44,5	2,9	29,3	7,9	15,0	0,5	213.138	61,3	1,7	21,9	8,0	6,4	0,7	6.243	67,2	1,4	16,9	8,2	6,0	0,4	188.260
	Mais de 65 anos	66,7	0,7	17,5	7,0	7,5	0,5	2.546	78,1	1,3	9,8	6,1	4,3	0,5	91.802	57,9	1,2	13,1	3,7	18,5	5,5	883	73,5	2,3	6,7	4,3	12,7	0,5	30.563
	Total	53,3	2,2	23,4	9,8	10,1	1,2	21.272	60,2	2,0	20,1	7,5	9,7	0,4	523.762	47,3	16,1	21,5	4,5	10,1	0,3	39.440	53,4	10,4	20,2	4,5	9,5	2,0	786.770
DF	Até 34 anos	24,6	4,6	41,9	15,1	12,2	1,5	2.156	35,5	8,3	32,8	4,7	15,4	3,3	219.938	41,8	12,6	29,4	10,7	3,4	2,1	1.249	53,1	13,4	19,6	4,5	7,1	2,1	214.046
	De 35 a 49 anos	52,2	8,0	25,6	5,4	6,6	1,9	225	67,5	13,7	10,9	2,9	3,7	1,2	61.213	38,6	0,0	40,4	0,0	21,1	0,0	57	75,2	9,5	7,1	1,0	5,9	1,4	40.637
	Mais de 65 anos	44,0	19,6	21,0	2,6	12,4	0,4	16.484	47,3	9,4	22,8	4,5	15,0	1,0	48.815	52,5	20,1	16,3	2,1	8,5	0,5	9.001	61,3	12,7	14,0	3,3	7,5	1,2	39.054
	Até 34 anos	60,4	15,0	16,5	1,1	6,7	0,2	1.780	70,9	11,8	8,1	2,6	6,5	0,9	9.836	67,7	7,0	13,0	1,1	11,2	0,0	793	76,9	6,2	7,2	2,4	6,5	0,8	6.606
	De 35 a 49 anos	34,6	4,8	33,4	16,6	10,0	0,5	2.884	54,6	3,7	18,0	12,8	10,0	0,8	32.866	47,7	4,3	26,2	13,2	8,6	0,0	1.831	67,8	4,9	11,6	8,3	6,4	1,0	30.469
	Mais de 65 anos	66,7	2,4	19,0	7,7	3,0	1,2	736	78,5	3,3	4,9	5,7	6,5	1,2	11.279	74,4	0,0	12,4	4,1	8,7	0,0	349	83,0	2,1	4,9	2,8	6,1	1,1	9.761
	Até 34 anos	41,2	16,8	24,2	5,1	12,1	0,5	21.521	39,3	8,1	29,7	5,4	14,8	2,7	301.640	50,9	17,6	18,7	4,2	8,0	0,6	12.081	55,7	12,5	18,0	4,7	7,1	1,9	283.570
	De 35 a 49 anos	60,9	12,0	17,8	2,8	6,0	0,6	2.741	69,2	12,3	9,9	3,2	4,3	1,2	144.557	60,9	12,0	17,8	2,8	6,0	0,6	2.741	69,2	12,3	9,9	3,2	4,3	1,2	144.557
	De 50 a 64 anos	67,7	5,3	14,2	1,7	11,2	0,0	1.199	76,6	7,9	6,7	1,5	6,0	1,3	57.003	67,7	5,3	14,2	1,7	11,2	0,0	1.199	76,6	7,9	6,7	1,5	6,0	1,3	57.003
	Mais de 65 anos	47,3	16,1	21,5	4,5	10,1	0,3	39.440	53,4	10,4	20,2	4,5	9,5	2,0	786.770	47,3	16,1	21,5	4,5	10,1	0,3	39.440	53,4	10,4	20,2	4,5	9,5	2,0	786.770

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).
Migrante Intrametropolitano: pessoas maiores de cinco anos, com menos de cinco anos de residência no município e que migraram entre municípios da RIDE.

No caso das famílias de chefes não-migrantes, as maiores participações, independente do local de residência na RIDE, podem ser atribuídas ao arranjo do tipo casal com filhos, embora os arranjos do tipo individual apareçam com maior intensidade para os indivíduos residentes nos municípios do entorno imediato, o que pode estar relacionado à presença de migrantes com origem fora da região metropolitana ou mesmo de migrantes intra-regionais com mais de cinco anos de residência no município atual, que se dirigem para estas localidades na busca por oportunidades de trabalho na agropecuária, como já foi demonstrado por outros dados apresentados neste estudo sobre a região.

Outro aspecto da estrutura sociodemográfica que merece ser investigado e que pode contribuir para os objetivos desse estudo está relacionado à ocorrência da chefia feminina nos grupos domésticos, principalmente no que se refere aos rendimentos auferidos por estas famílias, uma vez que o pagamento de salários menores às mulheres é uma tendência na nossa sociedade, o que certamente tem influência na distribuição do atributo renda no interior da região.

A ocorrência da chefia feminina é mais significativa para a população não-migrante residente no Distrito Federal. Para as demais famílias, segundo as diferentes localizações na região e independente da condição migratória, o comportamento é extremamente semelhante, com os chefes masculinos representando em torno de 75% do total de chefes.

Os dados desagregados segundo as faixas de renda *per capita* familiar indicam que, no caso da população não-migrante, as maiores participações da chefia feminina estão relacionadas às faixas de menor rendimento *per capita*, independente da localização no espaço regional. No entanto, para as famílias migrantes, as maiores participações das mulheres na chefia da família são diferenciadas segundo o local de destino do fluxo, no interior da RIDE. No caso da migração em direção ao DF e aos municípios do entorno distante, a ocorrência da chefia feminina é maior para as faixas de renda mais elevadas, acima de três até dez salários mínimos *per capita*, enquanto para os municípios da periferia é maior para a população mais pobre, sem rendimentos declarados ou com rendimentos até um salário mínimo *per capita*. Os dados sobre arranjo familiar e renda já indicavam que a população não-migrante residente no DF e a migrante que se dirigiu ao entorno imediato apresentavam as maiores participações dos arranjos monoparentais femininos, nas faixas de renda até um salário mínimo *per capita* (Tabela 51).

Os efeitos das mudanças no mercado de trabalho na última década, tais como a redução dos postos de trabalho e dos rendimentos auferidos, atingiram mais diretamente indivíduos com menores qualificações, nos anos de estudo¹⁰³. Certamente estas tendências atingiram a população da região e os diferenciais, segundo a condição migratória e a direção dos fluxos no interior da região, podem ajudar na identificação dos condicionantes e das respostas sociodemográficas relacionadas ao processo de estruturação intra-urbana na região.

Apesar de a expectativa de melhoria nos níveis educacionais, em função da melhora geral deste indicador no Brasil na última década, se confirmar para a população regional, o segmento que migrou internamente no período 1995-2000 apresentou os piores índices de melhoria, com queda da participação dos chefes com o ensino médio completo ou mais. No entanto, as participações dos chefes com menores níveis educacionais também apresentaram redução, paralelamente à elevação dos níveis intermediários (de 14,5% para 7,8% a proporção daqueles com até 4 anos de estudo, de 14,9% para 17,4% daqueles com 4 a 7 anos, de 31,9% para 38,7% a de 8 a 10 anos e 18,9% para 19,3% a de 11 a 17 anos). Para os demais recortes, independente da condição migratória, houve crescimento da participação dos chefes com níveis educacionais mais elevados, sendo mais expressivos para os migrantes em direção ao DF, principalmente no que se refere à redução dos chefes com menos de quatro anos de estudo (de 24,2% em 1991 para 5,8% em 2000).

Como forma de avaliar os diferenciais na hierarquia da estrutura social da população segundo a condição migratória e a localização nos diferentes espaços regionais, será utilizada a classificação desses chefes segundo a definição de categorias socioocupacionais, conforme a metodologia já apresentada no capítulo sobre o processo de ocupação e estruturação socioespacial na RIDE¹⁰⁴.

¹⁰³Segundo Rocha, o agravamento dos níveis de pobreza nas regiões metropolitanas teve como principal condicionante as mudanças no mercado de trabalho, em que a redução do número de postos e dos rendimentos obtidos pelo trabalho, foi maior para a população menos qualificada, com menos de quatro anos de estudo, o que agrava a má distribuição de renda no país (Rocha, 2000).

¹⁰⁴As categorias socioocupacionais foram definidas através da combinação de variáveis sobre trabalho e rendimentos, tais como ocupação principal, posição na ocupação, porte da empresa, rendimentos da ocupação e setor de atividade no qual a ocupação é exercida, extraídas dos censos demográficos do IBGE. Partindo do pressuposto do trabalho (ocupação) como elemento central na estrutura social da sociedade moderna, mais do que a simples inserção no mercado de trabalho, a definição destas categorias buscou a localização dos indivíduo na sociedade, ou seja, a posição que ele ocupa na hierarquia social, localizada espacialmente.

Tabela 51 – Chefes, por Condição Migratória e Sexo, segundo Renda *per capita* Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1986-1991 e 1995-2000

Residência atual	Renda <i>per capita</i> familiar	Migrante Intrametropolitano 1986-1991					Não Migrante Intrametropolitano 1995-2000					Total da Pop.
		Chefia Masculina	%	Chefia Feminina	%	Total	Chefia Masculina	%	Chefia Feminina	%	Total	
DF	Sem Rend.	98	86,7	15	13,3	113	9.626	62,0	5.904	38,0	15.530	15.643
	Mais de 1 SM	1.232	77,0	368	23,0	1.600	129.231	61,9	79.461	38,1	208.692	210.292
	De 1 a 3 SM	1.000	71,2	404	28,8	1.404	122.884	66,5	62.002	33,5	184.886	186.290
	De 3 a 5 SM	259	73,2	95	26,8	354	42.160	67,3	20.521	32,7	62.681	63.035
	De 5 a 10 SM	236	70,2	100	29,8	336	44.450	69,0	19.925	31,0	64.375	64.711
	Mais de 10 SM	92	100,0	0	0,0	92	35.291	69,7	15.350	30,3	50.641	50.733
	Total	2.916	74,8	984	25,2	3.900	383.641	65,4	203.159	34,6	586.800	590.700
Entorno Imediato	Sem Rend.	1.294	67,7	618	32,3	1.912	5.370	73,3	1.953	26,7	7.323	9.235
	Mais de 1 SM	13.652	75,6	4.409	24,4	18.061	55.979	72,8	20.895	27,2	76.874	94.935
	De 1 a 3 SM	7.585	80,2	1.868	19,8	9.453	24.654	76,1	7.758	23,9	32.412	41.865
	De 3 a 5 SM	1.063	81,1	248	18,9	1.311	3.828	77,9	1.086	22,1	4.914	6.225
	De 5 a 10 SM	441	80,5	107	19,5	548	1.795	77,6	517	22,4	2.312	2.860
	Mais de 10 SM	170	86,7	26	13,3	196	884	83,9	170	16,1	1.054	1.250
	Total	24.207	76,9	7.276	23,1	31.483	92.511	74,1	32.379	25,9	124.890	156.373
Entorno Distante	Sem Rend.	329	76,5	101	23,5	430	3.812	76,4	1.179	23,6	4.991	5.421
	Mais de 1 SM	2.150	76,4	664	23,6	2.814	40.881	73,9	14.444	26,1	55.325	58.139
	De 1 a 3 SM	859	73,9	304	26,1	1.163	14.570	79,0	3.864	21,0	18.434	19.597
	De 3 a 5 SM	125	53,6	108	46,4	233	2.590	80,3	636	19,7	3.226	3.459
	De 5 a 10 SM	85	68,0	40	32,0	125	1.582	84,6	288	15,4	1.870	1.995
	Mais de 10 SM	75	61,5	47	38,5	122	1.128	94,5	66	5,5	1.194	1.316
	Total	3.624	74,1	1.265	25,9	4.889	64.564	75,9	20.478	24,1	85.042	89.931
Total	Sem Rend.	1.721	70,1	733	29,9	2.454	18.809	67,5	9.039	32,5	27.848	30.302
	Mais de 1 SM	17.035	75,8	5.443	24,2	22.478	226.090	66,3	114.799	33,7	340.889	363.367
	De 1 a 3 SM	9.444	78,6	2.576	21,4	12.020	162.110	68,8	73.623	31,2	235.733	247.753
	De 3 a 5 SM	1.448	76,3	450	23,7	1.898	48.577	68,6	22.242	31,4	70.819	72.717
	De 5 a 10 SM	761	75,6	246	24,4	1.007	47.827	69,8	20.728	30,2	68.555	69.562
	Mais de 10 SM	338	82,0	74	18,0	412	37.302	70,5	15.585	29,5	52.887	53.299
Total	30.746	76,4	9.523	23,6	40.269	540.717	67,9	256.017	32,1	796.734	837.003	

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de 5 anos de residência (1986-1991) e pessoas maiores de 5 anos com residência em 1995 em município diferente do de residência em 2000 e que migraram entre municípios da RIDE.

A localização dos indivíduos, segundo categorias definidas e local de residência no interior da RIDE, já foi apresentada no capítulo sobre a ocupação territorial urbana e estruturação socioespacial, demonstrando a concentração das ocupações em posições mais elevadas na estrutura social na região central do DF e a disseminação das categorias médias e de posição inferior nos municípios do entorno metropolitano. A análise demonstrou também a especificidade da região em relação ao dimensionamento do setor terciário da economia. Enquanto nas principais metrópoles a participação dos trabalhadores inseridos na categoria média, formada por trabalhadores não manuais (em atividades de rotina e de supervisão dos setores público e privado, técnicos e artistas, trabalhadores da saúde e educação e trabalhadores da justiça, segurança e correios), aparece como predominante

entre as demais¹⁰⁵, no caso da RIDE fica evidente o peso da categoria “trabalhadores manuais do terciário”, em todos os recortes espaciais adotados.

A espacialização das categoriais socioocupacionais demonstrou também que os trabalhadores sem qualificação, aqui representados pelos ambulantes e biscateiros e trabalhadores domésticos, se concentram no entorno imediato, o que evidencia o papel de repositórios da população de renda mais baixa e menos qualificada, que depende do DF para atendimento da demanda por empregos, em função da concentração no seu território de atividades econômicas geradoras de renda e população de renda mais alta, que demanda serviços e empregos domésticos.

A idéia é estabelecer neste item uma comparação entre migrantes e não-migrantes intra-regionais, como forma de avaliar os diferenciais entre o grau de inserção socioocupacional e inferir o papel destes fluxos na configuração socioespacial da região (Tabela 52).

Tabela 52 - Chefes Migrantes, por Inserção Socioocupacional segundo a Residência Anterior - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno 1991-2000

Em porcentagem

Residência Atual	Residência Anterior	Inserção ocupacional								TOTAL
		Categ. Dirig.	Categ. Intelec.	Empregadores urbanos	Categ. Média	Trab. Man. Secund	Trab. Man. Terc.	Trab. Man. s/qualif.	Trab. agric.	
Distrito Federal	DF									
	Outros da Ride	1,0	0,8	4,5	13,2	17,6	42,4	15,1	5,5	2.726
	Outras Localidades	1,8	3,0	3,1	13,6	10,5	50,8	13,7	2,5	40.165
Entorno Imediato	DF	0,2	0,2	2,5	10,2	21,2	49,4	13,3	1,9	18.143
	Outros da Ride	0,0	0,0	1,7	10,8	19,4	46,0	14,5	6,4	2.314
	Outras Localidades	0,0	0,1	2,3	7,6	25,5	43,8	15,9	4,0	14.522
Entorno Distante	DF	0,0	0,0	5,9	6,9	15,1	41,9	8,0	18,4	1.498
	Outros da Ride	0,0	0,0	1,8	4,6	10,1	24,4	8,3	49,1	1.514
	Outras Localidades	0,2	1,6	6,4	6,1	8,5	29,5	10,6	36,0	5.233
Total	DF	0,2	0,2	2,7	10,0	20,7	48,9	12,9	3,2	19.665
	Outros da Ride	0,4	0,3	2,9	10,3	16,5	39,4	13,3	15,9	6.553
	Outras Localidades	1,3	2,2	3,2	11,6	13,9	47,3	13,9	5,8	59.542
Total da RIDE		0,9	1,6	3,1	11,1	15,7	47,0	13,7	6,0	86.135

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Migrante: pessoas maiores de cinco anos, segundo município de residência em 1986/censo 91 e em 1995 /censo 2000 (inclui não naturais e retorno).

O total inclui outros sem especificação e estrangeiros.

¹⁰⁵As pesquisas realizadas para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte demonstraram que a participação da categoria média correspondeu entre 25 % e 28% do total, enquanto os manuais do secundário representavam entre 21% e 26% dos ocupados e os manuais do terciário entre 22% e 25%.

No item em que foram analisadas as características sociodemográficas dos migrantes que chegam à região, segundo o seu local de origem, foram estabelecidos alguns diferenciais entre emigrantes intra-regionais e migrantes de outras regiões, apontando para uma qualificação um pouco melhor para os não-migrantes intra-regionais, em função das maiores participações nas categorias de posição mais elevada na hierarquia social: a dos dirigentes e a dos intelectuais

Como já foi demonstrado em outras análises deste estudo, o predomínio do terciário sobre os demais setores da economia pode ser verificado para todos os recortes espaciais e independe, em termos gerais, do local de origem do movimento migratório. A desagregação destes dados, segundo local de destino na região, indica que o fluxo de migrantes que deixam o DF em direção ao entorno imediato apresenta participações ligeiramente maiores nas categorias socioocupacionais de posição mais elevada, se comparado com os demais fluxos originários dentro e fora da RIDE.

No caso do fluxo em direção ao DF, a migração vinda de localidades externas à RIDE apresenta indícios de uma melhor qualificação, com mais pessoas que se enquadram nas categorias mais elevadas, se comparadas às características da população que deixa os municípios do entorno. Esta maior participação pode ser atribuída aos fluxos vindos do Sudeste, principalmente do Rio de Janeiro, como já foi demonstrado anteriormente. No entanto, este mesmo fluxo também apresenta maiores participações dos trabalhadores menos qualificados, representados pela categoria “trabalhadores manuais sem qualificação”, em que se agregam os ambulantes/biscateiros e os trabalhadores domésticos.

Os fluxos de migrantes vindos dos municípios da RIDE (excluído o DF) e das demais localidades, em direção aos demais municípios do entorno, como era esperado, apresentam as maiores participações dos trabalhadores agrícolas, o que é coerente com o peso da agropecuária na economia municipal, nesta parte da região.

Os diferenciais entre migrantes e não-migrantes intra-regionais são significativos apenas para os fluxos sem direção ao Distrito Federal, em função dos diferenciais já estabelecidos entre outros migrantes e os migrantes intra-regionais. As maiores variações entre as participações dos chefes segundo a condição migratória são mais significativas para os extremos da hierarquia social. Os migrantes intra-regionais apresentam

participações menores nas categoriais “dirigentes” e “intelectuais”, e maiores participações na categoria “trabalhadores manuais sem qualificação”.

Para os demais recortes espaciais praticamente não se verificam alterações entre migrantes e não-migrantes intra-regionais, o que significa que estes fluxos mais recentes contribuem, ou melhor, reforçam a segregação socioespacial da região. Não se pode esquecer que os dados são relativos à migração nos últimos cinco anos e, portanto, não demonstram o peso destes fluxos no início da formação da periferia regional, na década de 70. Os dados para o período 1986-1991 indicam diferenciais maiores, demonstrando que a população migrante estava em condições menos favoráveis na hierarquia social, se comparada à população não-migrante, indicando que o perfil socioocupacional da região tende a uma homogeneização em função da intensificação dos fluxos.

Reconhecendo a educação como atributo da inserção sócio-econômica da população, a Tabela 53 apresenta os diferentes níveis educacionais dos chefes e a sua relação com a inserção socioocupacional da população, segundo condição migratória e localização de destino na região.

Os dados demonstram que o nível educacional não é suficiente para explicar a inserção socioocupacional da população. Chefes com mesmo nível educacional assumem diferentes posições na estrutura social, e a localização no interior da região (associada ou não à condição migratória) assume importância na posição que o indivíduo ocupa nesta estrutura, definindo o grau desta inserção.

Assim, é possível observar que os chefes migrantes com mais de 16 anos de estudo, o que corresponde ao ensino médio completo ou mais, se comparados com os não-migrantes intra-regionais, assumem posições inferiores na estrutura socioocupacional da região, seja em relação às menores participações nas categoriais de posição mais elevada, seja no que se refere às mais elevadas participações nas posições inferiores (1,4% para os migrantes e 3,9% para os não-migrantes na categoria dirigente; 0,9% e 3,3% na categoria intelectual e 3,2% e 2,6% de “trabalhadores manuais sem qualificação”, respectivamente).

Tabela 53 – Chefes, por Condição Migratória e Anos de Estudo, segundo Inserção socioocupacional na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1995-2000

Residência atual	Inserção Sócio Ocupacional	Migrante Intrametropolitano										Não Migrante Intra-metropolitano										Total
		Migrante Intrametropolitano					Não Migrante Intra-metropolitano					Migrante Intrametropolitano					Não Migrante Intra-metropolitano					
		Sem Instr	Ens. fund - 1º ciclo incomp	Ens. fund - 2º ciclo incomp	Ens. med Comp ou mais	Affab de Adultos	Total	Sem Instr	Ens. fund - 1º ciclo incomp	Ens. fund - 2º ciclo incomp	Ens. med Comp ou mais	Affab de Adultos	Total	Sem Instr	Ens. fund - 1º ciclo incomp	Ens. fund - 2º ciclo incomp	Ens. med Comp ou mais	Affab de Adultos	Total			
DF	Categoria Dirigente	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	28	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	4,2	0,0	0,0	0,0	7,187			
	Categoria Intelectual	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	5,865			
	Peq. empregadores urbanos	0,0	3,1	2,8	5,9	5,3	0,0	122	1,2	2,3	3,7	5,2	3,7	7,1	7,1	0,0	0,0	0,0	19,315			
	Categoria Média	0,0	2,8	4,4	13,0	30,1	0,0	360	2,9	3,7	6,5	16,6	27,1	0,0	27,1	0,0	0,0	0,0	62,520			
	Manuais do Secundário	33,3	11,9	23,3	25,0	5,4	0,0	467	24,4	26,1	23,1	16,1	3,7	39,6	39,6	0,0	0,0	0,0	49,164			
	Manuais do terciário	0,0	38,6	40,9	47,5	50,7	0,0	1.169	38,6	39,6	46,2	49,4	49,6	21,1	49,6	21,1	0,0	0,0	173,411			
	Manuais s/qualificação	41,0	33,5	20,4	6,5	2,6	0,0	399	23,1	22,2	16,9	10,2	2,5	39,3	39,3	0,0	0,0	0,0	36,705			
	Trab. Agrícolas	24,8	9,9	8,2	1,8	0,0	0,0	145	8,3	4,9	2,6	1,1	0,6	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	6,909			
Entorno Imediato	Categoria Dirigente	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	40	0,0	0,1	0,0	0,1	0,8	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	123			
	Categoria Intelectual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	34	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0	79			
	Peq. empregadores urbanos	1,0	1,8	1,5	2,5	5,5	0,0	459	1,2	2,0	2,4	3,9	6,9	0,0	6,9	0,0	0,0	0,0	2,261			
	Categoria Média	1,6	3,2	5,2	14,7	26,7	0,0	2.050	0,8	3,2	5,6	15,5	27,2	0,0	27,2	0,0	0,0	0,0	6,848			
	Manuais do Secundário	26,5	28,0	25,5	16,2	7,8	0,0	4.028	27,3	30,1	28,6	20,1	7,4	41,4	41,4	0,0	0,0	0,0	16,717			
	Manuais do terciário	37,8	41,3	50,3	54,5	52,4	0,0	9.511	33,3	38,2	42,8	47,4	49,8	58,6	58,6	0,0	0,0	0,0	29,959			
	Manuais s/qualificação	21,7	21,6	14,9	9,0	3,6	0,0	2.569	22,6	18,4	14,5	10,2	3,6	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	9,637			
	Trab. Agrícolas	10,6	3,5	1,8	1,3	0,9	0,0	468	13,2	7,3	4,9	1,7	1,1	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	3,455			
Entorno Distante	Categoria Dirigente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,4	1,3	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	151			
	Categoria Intelectual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	1,8	0,0	0,0	0,0	150			
	Peq. empregadores urbanos	4,8	2,2	0,0	8,6	10,4	0,0	140	0,8	2,2	4,6	10,1	15,8	0,0	15,8	0,0	0,0	0,0	3,113			
	Categoria Média	0,0	1,5	0,9	5,8	24,2	0,0	214	1,0	1,7	3,1	8,7	18,5	19,1	18,5	0,0	0,0	0,0	3,269			
	Manuais do Secundário	11,4	8,0	13,4	30,1	7,3	0,0	619	10,6	14,1	18,8	12,6	6,5	8,8	8,8	0,0	0,0	0,0	8,911			
	Manuais do terciário	8,1	25,1	39,4	34,8	48,2	100,0	1.426	18,2	26,6	34,3	45,1	44,4	14,7	44,4	0,0	0,0	0,0	19,644			
	Manuais s/qualificação	11,1	10,6	10,2	7,9	1,0	0,0	407	13,5	8,9	8,8	8,5	2,8	17,6	17,6	0,0	0,0	0,0	5,204			
	Trab. Agrícolas	62,0	50,6	33,8	6,3	5,9	0,0	826	54,5	44,1	28,8	11,6	7,0	39,7	39,7	0,0	0,0	0,0	15,848			
Total	Categoria Dirigente	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	68	0,0	0,1	0,1	0,3	3,9	0,0	3,9	0,0	0,0	0,0	7,461			
	Categoria Intelectual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	54	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0	6,093			
	Peq. empregadores urbanos	1,6	1,9	1,4	3,4	6,0	0,0	720	1,1	2,2	3,6	5,4	7,5	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	24,689			
	Categoria Média	1,2	3,0	4,7	13,8	27,0	0,0	2.624	1,9	3,1	5,9	15,9	26,8	3,1	26,8	0,0	0,0	0,0	72,637			
	Manuais do Secundário	24,4	24,5	24,1	18,2	7,4	0,0	5.114	22,1	24,7	23,7	16,5	4,0	34,7	34,7	0,0	0,0	0,0	74,791			
	Manuais do terciário	30,3	39,3	48,4	52,2	51,7	43,5	12.106	32,7	36,6	43,9	48,8	49,4	22,7	22,7	0,0	0,0	0,0	223,014			
	Manuais s/qualificação	21,2	21,4	14,9	8,7	3,2	0,0	3.375	20,8	18,5	15,3	10,1	2,6	33,0	33,0	0,0	0,0	0,0	51,546			
	Trab. Agrícolas	20,2	9,1	5,6	1,8	1,3	0,0	1.438	19,8	13,5	6,6	1,9	0,9	6,5	6,5	0,0	0,0	0,0	26,211			
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	25.792	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	492.927			

Fonte: censo IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Catão/NEPO Unicamp).
Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência no município e que migraram entre municípios da RIDE.

Os chefes com menos de quatro anos de estudo representavam 21,4% dos trabalhadores “manuais sem qualificação”, enquanto a participação nesta categoria para os não-migrantes com o mesmo nível educacional, era de 18,5%.

Os diferenciais são ainda mais acentuados para os migrantes intra-regionais que se dirigem ao DF. No entanto, para os municípios que integram o entorno imediato, os diferenciais praticamente não existem, sendo que, para a categoria “dirigente”, a participação relativa dos migrantes foi superior à dos não-migrantes, o que não chega a surpreender, uma vez que os dados sobre renda e níveis de escolaridade já apontavam uma redução dos diferenciais entre chefes segundo a condição migratória neste recorte espacial.

O objetivo deste item é verificar os diferenciais existentes entre os migrantes e os não-migrantes intra-regionais, visando estabelecer relações entre as características sociodemográficas destes dois segmentos populacionais, relacionadas à sua localização no espaço urbano regional, como forma de entender as relações entre estruturação urbana e diferenciação socioespacial da população.

Como foi mencionado na introdução deste item sobre a migração intra-regional, o espaço urbano tem como principal elemento estruturador a disputa por localizações otimizadas em razão das possibilidades de deslocamentos. Os segmentos populacionais de maior poder político e econômico se apropriam das melhores localizações, restando às populações menos favorecidas, as localizações menos qualificadas, com piores condições de acessibilidade, e acesso precário a serviços sociais e infra-estrutura básica, reforçando assim o processo de exclusão social destes segmentos de menor inserção profissional, o que certamente acarreta menores rendimentos.

Assim sendo, a análise dos diferenciais entre a população, segundo localização espacial e condição migratória, não estaria completa se não fossem considerados aspectos relativos às condições de habitação destes segmentos populacionais. A metodologia, já descrita na análise sobre o processo de ocupação territorial e estruturação urbana na região, será utilizada como forma de agregar, numa só tipologia, as condições de inadequação dos domicílios, segundo acesso à infra-estrutura (condições adequadas de abastecimento de

água, esgotamento sanitário e coleta e tratamento de resíduos sólidos), tipo e localização do domicílio (domicílio permanente ou improvisado, casa ou cômodo, localização em setor caracterizado como aglomerado subnormal ou não) e condições de instalação sanitária (existência de banheiros).

Os diferenciais nas condições de habitação são visíveis tanto entre os recortes espaciais quanto para as condições migratórias dos chefes do domicílio. Enquanto 15,5% dos chefes migrantes têm domicílios totalmente adequados, este percentual entre os “não-migrantes chega a 60,8%. Quando os dados são desagregados para os três recortes espaciais, é possível verificar o diferencial entre o DF e os demais municípios, uma vez que 77,0% dos chefes não-migrantes e 57,2% dos migrantes residentes no DF estão em domicílios com condições adequadas de infra-estrutura, instalações sanitárias e localização (Tabela 54).

No entorno imediato, o percentual de domicílios com condições adequadas é de apenas 11,3 % para os chefes migrantes e 31,7 % para os não-migrantes intra-regionais, situação ainda mais grave para os demais municípios do entorno, onde a proporção de adequação dos domicílios cai para 9,0% entre os migrantes.

Alguns municípios do entorno imediato, no entanto, apresentaram altas participações dos domicílios adequados, tais como Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás, em função de parte da ocupação ter sido através da construção de conjuntos habitacionais, o que demonstra os diferenciais no interior da periferia, relacionados à precariedade da ocupação através do binômio lotes populares/autoconstrução.

É importante ressaltar que, para a maioria dos municípios que apresentam algum grau de inadequação, a falta do serviço de coleta e tratamento de esgotos é determinante, podendo ou não estar associada a outras carências relacionadas ao provimento de infra-estrutura urbana.

Tabela 54 – Chefes, por Condição Migratória e de Habitação na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1991-2000

Em porcentagem

Residência Atual	Migrantes Intrametropolitanos						Não migrantes intrametropolitanos						Total (n° Abs.)
	1986-1991						1986-1991						
	adequado	baixa inadeg.	média inadeg.	alta inadeg.	inadeg.	Total (N° abs.)	adequado	baixa inadeg.	média inadeg.	alta inadeg.	inadeg.	Total (N° abs.)	
Buritis	0,0	41,5	35,0	23,5	0,0	200	1,6	35,9	6,9	54,1	1,5	3.987	4.187
Unai	29,6	21,7	13,1	30,8	4,4	406	28,1	16,8	4,2	49,8	1,2	16.235	16.641
Abadiânia	0,0	55,3	24,6	21,1	0,0	114	0,0	30,6	4,1	63,6	1,7	2.250	2.364
Água Fria de Goiás	0,0	20,0	36,4	34,5	9,1	55	0,0	18,7	1,7	75,4	4,3	840	895
Alexânia	0,0	39,4	45,1	11,9	3,8	452	0,0	33,6	2,0	63,1	1,3	3.726	4.178
Cabeceiras	0,0	40,0	7,4	52,6	0,0	135	0,0	29,4	4,5	65,0	1,1	1.304	1.439
Corumbá de Goiás	0,0	25,6	25,3	23,6	25,3	399	0,0	25,5	1,5	65,3	7,7	4.527	4.925
Cristalina	0,0	24,6	48,2	15,7	11,1	305	1,0	46,3	6,0	38,7	7,9	5.799	6.104
Formosa	0,0	42,6	25,1	29,0	3,5	867	0,1	49,5	3,1	45,5	1,8	13.549	14.417
Luziânia	29,3	18,2	34,5	15,9	2,1	9.947	20,1	20,8	3,2	52,5	3,4	39.268	49.215
Mimoso de Goiás	0,0	16,0	16,0	68,0	0,0	25	0,0	5,6	1,2	91,6	1,5	818	842
Padre Bernardo	0,0	8,0	49,1	42,9	0,0	287	0,0	28,8	3,9	66,2	1,1	3.272	3.559
Pirenópolis	0,0	0,0	84,2	0,0	15,8	38	4,2	20,8	8,4	63,2	3,4	6.324	6.362
Planaltina de Goiás	0,0	47,4	38,5	12,9	1,3	2.050	0,0	47,4	10,0	41,8	0,8	6.661	8.712
Santo Ant													
Descoberto	0,7	24,0	40,6	34,0	0,7	1.952	1,8	28,9	7,8	58,2	3,2	6.058	8.010
Brasília	41,8	7,0	32,2	13,5	5,5	2.967	77,0	7,3	4,4	8,7	2,6	368.968	371.936
Entorno Imediato	21,0	23,3	36,0	18,0	1,7	13.949	15,4	25,2	4,6	51,8	3,1	51.987	65.937
Entorno Distante	3,7	32,0	31,3	26,6	6,4	3.283	7,9	31,1	4,3	53,9	2,7	62.631	65.913
Total	21,2	22,3	34,6	18,8	3,1	20.199	61,4	12,3	4,4	19,2	2,7	483.587	503.785
	1995-2000						1995-2000						Total
Buritis	3,5	59,6	31,4	5,4	0,0	312	7,3	57,7	22,6	12,3	0,0	5.077	5.390
Unai	51,5	22,2	18,2	8,2	0,0	625	57,1	18,1	16,2	8,6	0,1	18.893	19.519
Abadiânia	0,0	48,1	46,8	3,9	0,0	77	1,3	54,2	33,2	11,1	0,2	3.292	3.369
Água Fria de Goiás	0,0	21,6	51,7	26,7	0,0	116	0,0	46,0	35,5	18,2	0,3	1.062	1.178
Águas L. de Goiás	0,1	4,2	76,8	17,3	1,6	11.923	0,1	3,8	72,4	22,0	1,7	15.717	27.640
Alexânia	0,0	64,5	33,1	2,4	0,0	335	1,5	57,9	30,2	9,7	0,8	5.567	5.902
Cabeceiras	0,0	36,2	48,9	12,1	2,9	174	0,3	53,6	27,8	17,6	0,6	1.794	1.969
Cidade Ocidental	48,4	25,6	18,6	5,0	2,4	2.210	53,3	23,4	18,6	3,2	1,5	8.687	10.897
Cocalzinho de Goiás	0,0	32,2	55,6	9,6	2,5	239	1,0	39,3	42,2	17,1	0,4	3.729	3.967
Corumbá de Goiás	5,2	65,5	3,4	25,9	0,0	58	6,3	35,9	33,9	24,0	0,1	2.622	2.680
Cristalina	2,0	51,2	29,5	11,8	5,6	502	5,8	58,4	26,4	8,2	1,1	8.712	9.214
Formosa	3,5	68,0	22,6	5,1	0,7	1.220	3,5	64,9	25,0	6,3	0,3	19.987	21.207
Luziânia	7,7	25,2	51,9	12,5	2,7	4.644	10,4	28,4	48,0	11,5	1,7	32.564	37.208
Mimoso de Goiás	0,0	18,9	32,4	48,6	0,0	37	0,0	34,1	44,0	22,1	0,0	725	762
Novo Gama	21,6	32,1	29,2	14,5	2,6	3.200	25,1	37,7	26,8	8,4	1,9	16.014	19.214
Padre Bernardo	1,4	34,0	45,8	17,4	1,4	770	2,1	45,1	36,1	16,5	0,2	5.196	5.966
Pirenópolis	22,6	40,6	37,7	0,0	0,0	106	10,8	44,2	30,4	14,5	0,1	5.989	6.095
Planaltina de Goiás	2,9	54,7	25,3	13,3	3,8	2.400	2,3	59,8	27,8	8,5	1,7	16.960	19.359
Sto Ant													
Descoberto	0,0	35,2	46,9	14,1	3,9	1.733	0,8	53,8	30,6	13,5	1,4	12.028	13.760
Valparaíso de Goiás	27,2	20,8	42,6	7,6	1,9	4.732	19,4	20,9	46,7	11,1	1,9	20.658	25.390
Vila Boa	0,0	52,5	29,1	17,7	0,0	141	3,5	61,0	27,7	6,9	0,8	649	790
Brasília	57,2	12,8	21,5	8,1	0,6	3.873	77,2	11,7	7,5	2,4	1,1	578.526	582.399
Entorno Imediato	11,3	20,0	53,0	13,4	2,3	30.842	13,5	31,7	41,5	11,6	1,7	122.628	153.468
Entorno Distante	9,0	47,8	32,0	9,9	1,3	4.712	16,2	46,7	26,2	10,6	0,3	83.294	88.008
Total	15,5	22,6	47,4	12,5	2,0	39.426	60,8	18,6	14,8	4,7	1,1	784.451	823.877

Fonte: censo IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPOUNIVAMP).

Migrante Intrametropolitano: pessoas com menos de cinco anos de residência (1986-1991) e pessoas maiores de cinco anos com residência em 1995 em município diferente do de residência em 2000 e que migraram entre municípios da RIDE.

Em síntese, pode-se concluir que a intensidade e a direção da migração intra-regional na RIDE estão intimamente relacionadas ao processo de expansão da mancha urbana do Distrito Federal, em continuidade à expansão com as mesmas características no interior do quadrilátero. A oferta de moradias ao longo dos eixos de crescimento periférico, principalmente na direção sudoeste, foi sem dúvida o principal condicionante à formação da periferia regional, que surge como forma de atenuar as pressões por moradia dos segmentos menos favorecidos, política e economicamente, contribuindo assim para a manutenção da ocupação seletiva das áreas mais centrais.

A ocupação desta periferia, constituída a partir da ocupação das porções do território de antigos municípios goianos, contíguas ao território do DF, resulta de dois processos diferenciados, mas que na verdade agem de maneira articulada, sempre com o objetivo da manutenção da ocupação seletiva nas áreas mais centrais de Brasília.

O mercado imobiliário atua especulativamente através da oferta de parcelamentos nos municípios goianos limítrofes, antes mesmo da inauguração da nova capital, com a conivência do poder público (do DF e dos municípios goianos em questão, que, na ausência de dinamismo econômico que pudesse lhes assegurar crescimento, acreditavam se esta uma forma de aumentar a arrecadação municipal), principalmente no município de Luziânia, constituindo o principal eixo de crescimento periférico, ao longo da BR 040 em direção aos Estados do Sudeste.

O Estado, por sua vez, diante dos conflitos pela posse da terra urbana, gerados principalmente pela pouca oferta de moradia que atendessem à população de baixa renda, age reassentando a população das ocupações ilegais de baixa renda em regiões cada vez mais distante das áreas centrais, prioritariamente na direção predominante do crescimento periférico (Eixo Sudoeste).

Em função deste processo de ocupação, a migração intra-regional ganha força, assumindo maior intensidade a partir da década de 80, tendo como fluxos predominantes aqueles originados no DF em direção ao município goiano de Luziânia, que, em função do rápido crescimento populacional, se dividiu, dando origem aos demais municípios que integram o entorno imediato. Este contingente populacional em direção à periferia, apesar

de ser constituído por pessoas com menores possibilidades de auferir renda, em função da baixa qualificação (se comparadas com a população que ocupa a região central do DF), ainda está em melhores condições do que os não-migrantes residentes nesta região (pessoas que migraram a mais de cinco anos, migrantes interestaduais e pessoas naturais dos municípios), o que demonstra que o processo de expulsão de população do Distrito Federal atinge no período mais recente, segmentos populacionais de idade ligeiramente mais avançada, nas fases de consolidação do ciclo vital familiar, com maiores níveis educacionais e em melhores posições na estrutura social.

Além de alimentar o processo de segregação socioespacial da população, a intensificação do fenômeno da migração intra-regional como resposta ao processo de estruturação intra-urbana, condicionada principalmente pela oferta de moradias sem o desenvolvimento paralelo de atividades geradoras de emprego e renda nos municípios de destino, gera a intensificação de outra forma de movimentação populacional no interior da região: a mobilidade pendular, que será analisada no item a seguir.

Mobilidade pendular

A busca por melhores localizações no interior do espaço urbano, principal elemento estruturador da ocupação territorial, faz com que os segmentos de menor poder político e econômico ocupem espaços mais desestruturados e menos valorizados em função das piores condições de acessibilidade, intensificando assim os deslocamentos populacionais diários, com diferentes motivações, tais como atendimento às demandas por trabalho, educação, consumo, serviços sociais e mesmo por atividades de lazer.

Nem sempre a mobilidade pendular está associada ao processo de segregação socioespacial da população. Hogan (1990), num estudo sobre a mobilidade pendular em Cubatão, demonstrou o movimento como alternativa voluntária da população de maior poder aquisitivo que não deseja residir em Cubatão devido aos altos níveis de poluição. Nesse caso trata-se de um movimento voluntário, que busca a otimização da qualidade de vida, possivelmente com melhores condições de deslocamento.

No caso da RIDE, a mobilidade pendular revela os diferenciais no acesso ao solo urbano pelos diferentes segmentos sociais da população, implicando deslocamentos compulsórios na busca pelo atendimento das demandas básicas por trabalho, serviços

sociais, lazer e atividades de consumo, com o agravamento gerado pelas grandes distâncias e pelo deficiente sistema de transportes.

Entre estes, a demanda por trabalho ou educação, além de assumir peso maior entre as demais em função do seu caráter de movimentação diária, pode ser mensurada a partir dos dados censitários, o que será realizado neste item, estabelecendo diferenças entre as pessoas que realizam mobilidade pendular, segundo condição migratória, níveis educacionais, inserção socioocupacional e condição de ocupação do imóvel, esta última como forma de avaliar a relação entre localização periférica destas pessoas que se movem diariamente e a aquisição de moradias.

Como pode ser verificado nas Tabelas 55 e 56 apresentadas a seguir, o volume de pessoas que se movem diariamente no interior da RIDE aumentou de 13.328 em 1980, para 132.909 em 2000¹⁰⁶. Os dados referentes às pessoas que declararam como local de trabalho ou estudo outras UFs foram desprezados por representarem menores possibilidades de se configurarem em movimentos diários, em função das distâncias a serem percorridas.

Os dados referentes a outros municípios de Minas Gerais ou Goiás, que não integram a região em estudo, foram considerados pela possibilidade de representarem movimentos pendulares, em direção a outros municípios vizinhos. Alguns municípios de base econômica agropecuária, não diretamente atingidos pelo processo de expansão do DF, estabelecem fluxos pendulares com municípios vizinhos, ainda que com menor intensidade se comparados com o fluxo predominante entre o DF e entorno imediato. É o caso, por exemplo, dos municípios de Água Fria de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, onde a população que realiza mobilidade pendular em direção a outros municípios de Goiás é predominante, representando, em 2000, respectivamente, 91,5%, 50% e 77% do total. Outros como Mimoso de Goiás e Cabeceiras têm como principal local de trabalho ou estudo da população que realiza movimentos diários os demais municípios do entorno, embora neste caso, a participação de Brasília como local destino desta população seja bastante próxima da observada para o fluxo principal. No entanto, é preciso salientar que, nos dois casos, esses volumes são muito pequenos.

¹⁰⁶Infelizmente os dados censitários não permitem medir os fluxos pendulares entre as Regiões Administrativas de localização periférica e o Plano Piloto, o que certamente elevaria os volumes verificados.

Tabela 55 - População Residente, por Localidade onde Trabalha ou Estuda na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980

Em porcentagem

Residência Atual	Região, Unidade da Federação ou Município que trabalha ou estuda									
	Outras UFs	Goiás	Minas Gerais	Entorno Distante	Luziânia	Planaltina de Goiás	Total Entorno imediato	Brasília	Total RIDE	Total (n° Abs.)
Buritis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0
Unai	5,9	2,3	26,7	6,4	0,0	0,0	0,0	58,8	256	393
Abadiânia	38,3	93,3	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4	60
Alexânia	0,0	11,3	0,0	18,8	0,0	0,0	0,0	69,9	118	133
Cabeceiras	0,0	0,0	0,0	65,4	0,0	0,0	0,0	34,6	52	52
Corumbá de Goiás	0,0	64,2	5,8	2,5	0,0	0,0	0,0	27,5	36	120
Cristalina	13,4	16,1	6,5	2,2	21,5	0,0	21,5	40,3	119	186
Formosa	4,0	11,9	6,4	3,7	0,0	2,4	2,4	74,8	632	781
Luziânia	0,8	1,2	0,4	1,1	0,0	0,0	0,0	96,6	10.111	10.354
Padre Bernardo	46,3	17,9	1,9	8,0	0,0	0,0	0,0	72,2	130	162
Pirenópolis	2,6	85,1	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	7,7	24	195
Planaltina de Goiás	2,9	3,1	0,3	1,8	0,3	0,0	0,3	92,0	1.087	1.155
Brasília	39,3	24,2	9,0	13,7	12,4	2,3	14,7	0,0	759	2.669
Entorno Imediato	1,0	1,4	0,4	1,2	0,0	0,0	0,0	96,1	11.198	11.509
Entorno Distante	8,7	22,8	8,5	7,0	1,9	0,9	2,8	56,0	1.371	2.082
Total	13,6	7,9	2,8	4,0	2,3	0,5	2,8	75,2	13.328	16.260

Fonte Censo Demográfico IBGE 1980 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

No caso de Brasília, 39,3% das pessoas que declararam trabalhar ou estudar em municípios diferentes dos de moradia, tinham como destino municípios localizados em outras Unidades da Federação, excluídas o DF, Goiás e Minas Gerais.

Das 103.909 pessoas que se movem diariamente no interior da região, 119.916 (90,2%) deixam municípios localizados no Entorno imediato em direção ao Distrito Federal, onde estão concentrados os empregos e as possibilidades de geração de renda.

Tabela 56 - População Residente, por Localidade onde Trabalha ou Estuda na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 2000

Em porcentagem

Residência Atual	Região, Unidade da Federação ou Município que Trabalha ou Estuda											Total RIDE	Total (n° Abs.)	
	Outras UFs	Goiás	Minas Gerais	Entorno Distante	Águas L. de Goiás	Cidade Ocidental	Luziânia	Novo Planaltina	Santo Ant. do Desc.	Valpar. de Goiás	Total Entorno Imediato			Brasília
Buritis	9,0	0,0	16,5	13,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61,1	239	321
Unai	7,5	2,1	34,0	2,2	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	51,8	811	1.437
Abadiânia	7,1	51,8	3,0	5,5	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	31,8	140	365
Água Fria de Goiás	0,0	91,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	0,0	0,0	4,3	5,0	13	141
Águas L. de Goiás	2,1	0,6	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	96,7	27.511	28.318
Alexânia	16,3	6,6	4,3	7,6	0,0	1,0	1,6	0,0	0,8	0,0	3,5	61,7	714	981
Cabeceiras	8,5	2,1	4,1	44,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,5	330	386
Cidade Ocidental	0,6	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	1,8	0,4	0,0	0,0	5,9	92,8	10.238	10.363
Cocalzinho de Goiás	16,0	10,2	0,8	5,3	4,9	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	5,1	62,4	697	937
Corumbá de Goiás	1,6	50,0	0,0	15,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,2	124	236
Cristalina	6,7	8,4	9,3	2,1	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	3,0	70,5	712	942
Fornosa	4,3	4,6	1,5	5,6	0,2	0,2	0,8	0,0	4,8	0,0	6,3	77,7	4.368	4.875
Luziânia	1,3	1,4	0,6	1,1	0,1	0,8	0,0	0,9	0,1	0,0	8,5	87,0	18.865	19.521
Mimoso de Goiás	8,9	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,1	51	56
Novo Gama	0,6	0,5	0,7	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,0	1,6	2,1	96,0	19.147	19.498
Padre Bernardo	3,2	1,7	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	91,5	1.772	1.864
Pirenópolis	4,3	77,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,6	74	398
Planaltina de Goiás	1,2	0,6	0,1	0,6	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	97,2	13.212	13.467
Sto. A.do Descoberto	1,1	0,7	0,3	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	97,6	9.436	9.641
Valparaíso de Goiás	2,0	0,7	2,3	0,1	0,0	0,8	1,6	1,2	0,0	0,0	3,6	91,4	21.507	22.618
Vila Boa	5,4	19,6	0,0	22,8	0,0	0,0	0,0	0,0	13,0	0,0	13,0	38,0	68	92
Brasília	35,9	14,8	7,8	9,3	6,2	0,8	3,9	8,8	2,4	6,1	32,2	0,0	2.885	6.951
Entorno imediato	1,4	0,7	0,7	0,3	0,0	0,3	0,6	0,4	0,0	1,6	2,9	93,9	119.916	123.426
Demais Entorno	6,7	10,0	6,0	6,3	0,5	0,1	0,8	0,0	2,1	0,2	3,7	67,3	10.113	13.071
Total	3,6	2,2	1,5	1,3	0,4	0,3	0,7	0,8	0,3	1,7	4,4	86,9	132.909	143.449

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado NEPO/Unicamp).

A mobilidade pendular apresenta estreita relação com o processo de estruturação urbana, principalmente no que se refere aos diferenciais entre as localizações das atividades no espaço urbano regional e a intensificação da migração intra-regional. No processo de estruturação intra-urbana a necessidade de deslocamento de pessoas em direção à periferia certamente gerou a intensificação destes fluxos pendulares, na busca do atendimento das demandas legítimas desta população que não consegue se inserir no espaço do DF. A ligação entre os dois tipos de movimentos populacionais é estreita: a ocorrência do primeiro gera a o segundo, ou seja, ao se mudar para a periferia a população passa a depender das viagens diárias em direção ao antigo local de moradia, como forma de obter renda e serviços que lhe permitam sobreviver.

Assim sendo, possivelmente grande parte desta população que realiza movimentos pendulares já fez algum movimento migratório em direção ao atual município de residência (Tabela 57).

Cerca de 42% do total das pessoas que realizavam movimentos pendulares, em 2000, tinham menos de cinco anos de residência no município em que moravam, das quais 50,3% declararam como residência em 31/07/1995 o Distrito Federal, como era esperado.

Desagregados para os diferentes recortes espaciais, os dados revelam que 58,5% das pessoas que residem há menos de cinco anos no entorno imediato e que fazem este movimento diário vieram do DF. No entanto, se compararmos com os dados de 1980, observa-se que o percentual de pessoas que realizam movimentos diários em direção a Brasília, residem no entorno imediato e declaram residência anterior no Distrito Federal diminuiu de 72,3 % para 59,3%, em 2000.

Essa redução da emigração do DF em relação às pessoas que realizam a mobilidade pendular ocorre em função do aumento da participação dos fluxos interestaduais no total da migração em direção ao entorno imediato

Apesar de o Distrito Federal continuar concentrando as oportunidades de emprego e geração de renda, os municípios do entorno imediato, principalmente Novo Gama, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, vêm aumentando sua participação como receptor de pessoas que realizam mobilidade pendular, recebendo 32% das pessoas residentes em Brasília que fazem este movimento, mais especificamente nas Regiões Administrativas do Gama e de Santa Maria, cujas distâncias são menores em direção a estes municípios do que

para regiões onde se concentram os empregos no DF (como o setor comercial sul no Plano Piloto ou o centro da Região Administrativa de Taguatinga, por exemplo).

Tabela 57 – Chefes, por Local de Trabalho ou Estudo, segundo a Região de Residência Anterior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980 e 2000

Em porcentagem

Residência Atual	Residência Anterior	1980				2000			
		Entorno Distante	Total E Imediato	DF	Total (n° Abs.)	Entorno Distante	Total E Imediato	DF	Total (n° Abs.)
DF	Distrito Federal								0
	Outros da Ride	53,0	20,0	-	149	56,3	50,0	-	234
	Rio de Janeiro	0,0	2,4	-	4	0,0	2,4	-	9
	Minas Gerais	13,2	18,2	-	59	0,0	13,2	-	50
	Outros Sudeste	0,0	7,3	-	12	0,0	5,6	-	20
	MA/BA/CE/PI	7,3	30,3	-	66	35,0	11,1	-	70
	Outros NE	1,8	4,8	-	12	0,0	0,0	-	0
	Goiás	21,0	9,7	-	62	0,0	15,6	-	59
	Outros CO	0,0	2,4	-	4	0,0	0,0	-	0
	Norte	3,7	4,8	-	16	0,0	2,1	-	8
Sul	0,0	0,0	-	0	8,8	0,0	-	7	
	Total	219	165	-	384	80	378	-	457
Entorno Imediato	Distrito Federal	32,1	0,0	72,3	7.151	17,9	26,1	59,3	29.740
	Outros da Ride	38,5	100,0	1,6	192	41,8	28,0	4,7	2.685
	Rio de Janeiro	0,0	0,0	1,0	99	0,0	1,5	0,6	306
	Minas Gerais	12,8	0,0	3,7	371	13,4	6,0	3,0	1.573
	Outros Sudeste	0,0	0,0	1,4	134	0,0	0,0	2,0	1.013
	MA/BA/CE/PI	0,0	0,0	5,0	490	0,0	21,5	18,6	9.477
	Outros NE	5,1	0,0	2,6	256	0,0	1,6	3,0	1.490
	Goiás	11,5	0,0	11,8	1.175	13,4	8,7	5,1	2.651
	Outros CO	0,0	0,0	0,2	20	0,0	2,1	0,4	225
	Norte	0,0	0,0	0,2	22	13,4	0,7	2,3	1.133
Sul	0,0	0,0	0,2	20	0,0	3,7	0,5	282	
	Total	78	3	9.860	9.941	67	1.213	49.589	50.872
Entorno Distante	Distrito Federal	7,1	0,0	28,9	76	11,1	26,1	47,3	833
	Outros da Ride	64,3	77,8	16,1	83	56,7	9,8	9,3	282
	Rio de Janeiro	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0
	Minas Gerais	0,0	0,0	15,7	39	12,0	6,5	9,3	185
	MA/BA/CE/PI	0,0	22,2	6,0	17	4,3	6,5	7,9	145
	Outros NE	0,0	0,0	9,6	24	0,0	0,0	2,2	37
	Goiás	21,4	0,0	16,9	54	11,5	35,9	14,1	292
	Outros CO	0,0	0,0	2,4	6	0,0	0,0	1,0	17
	Norte	0,0	0,0	0,0	0	2,9	0,0	1,3	27
	Sul	7,1	0,0	2,8	11	0,0	15,2	6,4	121
	Total	56	9	249	314	208	92	1.662	1.962
Total	Distrito Federal	8,4	0,0	71,2	7.227	14,8	19,6	51,3	30.573
	Outros da Ride	52,8	24,9	2,0	424	30,1	30,5	11,4	7.296
	Rio de Janeiro	0,0	2,3	1,0	103	0,0	0,5	0,0	24
	Minas Gerais	11,3	17,3	4,0	469	14,8	7,4	2,8	1.808
	Outros Sudeste	0,0	6,9	1,4	150	1,3	0,5	0,2	131
	MA/BA/CE/PI	4,6	30,1	5,0	573	15,7	17,8	15,9	9.691
	Outros NE	2,3	4,6	2,7	292	0,0	0,0	0,0	0
	Goiás	19,4	9,2	12,0	1.291	14,0	11,4	4,7	3.003
	Outros CO	0,0	2,3	0,3	30	0,0	11,7	10,6	6.458
	Norte	0,0	2,3	0,2	26	6,4	0,0	0,0	0
Sul	4,0	0,0	0,2	28	3,0	0,0	1,6	972	
	Total	345	173	10.106	10.624	236	1.737	58.818	60.790

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

A população que passa a residir nos municípios do entorno pode ser definida como de baixa renda e portanto, é de esperar que os segmentos populacionais que realizam movimentos diários em direção a outros municípios da região também apresentem esta característica. De fato, a análise dos dados da Tabela 58 demonstram que cerca de 59% das pessoas nesta situação recebem até 1 salário Mínimo *per capita*, nos dois anos estudados.

Tabela 58 – Chefes, por Local de Trabalho ou Estudo segundo a Renda *per capita* Familiar na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – 1980 e 2000

Em porcentagem

Residência Atual	Renda per capita familiar	Município que Trabalha ou estuda -1980			Total (n° Abs.)	Município que Trabalha ou estuda - 2000			Total (n° Abs.)
		Entorno Distante	Total E Imediato	Brasília		Entorno Distante	Total E Imediato	Brasília	
Núcleo	Sem Rend.	1,4	0,0	0,0	4	0,0	8,0	0,0	0
	Mais de 1 SM	41,0	37,0	0,0	255	22,1	57,6	0,0	375
	De 1 a 3 SM	34,8	47,8	0,0	192	24,9	20,3	0,0	365
	De 3 a 5 SM	8,2	8,7	0,0	60	12,3	6,8	0,0	153
	De 5 a 10 SM	3,1	6,5	0,0	16	15,0	4,5	0,0	165
Entorno Imediato	Mais de 10 SM	6,8	0,0	0,0	20	25,7	10,2	0,0	123
	Sem Rend.	9,8	0,0	1,9	121	0,0	0,0	0,0	189
	Mais de 1 SM	61,0	0,0	60,7	3.857	69,2	55,4	53,7	37.810
	De 1 a 3 SM	29,3	100,0	28,8	1.834	24,6	36,8	33,9	21.667
	De 3 a 5 SM	0,0	0,0	5,8	364	4,0	3,7	8,6	3.046
Entorno Distante	De 5 a 10 SM	0,0	0,0	1,9	123	0,0	4,1	3,3	1.160
	Mais de 10 SM	0,0	0,0	0,3	20	2,1	0,0	0,6	413
	Total	41	3	6.312	6.356	471	269	3.715	64.285
	Mais de 1 SM	52,9	50,0	69,4	233	69,2	55,4	53,7	2.470
	De 1 a 3 SM	39,2	20,0	16,9	74	24,6	36,8	33,9	1.474
Total	De 3 a 5 SM	7,8	0,0	2,4	10	4,0	3,7	8,6	347
	De 5 a 10 SM	0,0	0,0	9,8	25	0,0	4,1	3,3	133
	Mais de 10 SM	0,0	0,0	0,0	0	2,1	0,0	0,6	31
	Total	51	10	255	349	471	269	3.715	4.455
	Total	Sem Rend.	2,1	5,4	1,8	128	0,0	0,0	0,3
De 1 a 3 SM	34,8	42,9	28,4	2.100	25,6	34,4	33,7	23.506	
De 3 a 5 SM	7,3	7,1	5,6	434	7,2	7,9	4,9	3.545	
De 5 a 10 SM	2,3	5,4	2,3	164	4,6	6,7	1,9	1.457	
Mais de 10 SM	5,2	0,0	0,3	40	8,9	2,6	0,6	567	
Total	Total	385	56	6.567	7.266	833	2.493	66.592	69.920

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

O local de residência desta população também revela diferenças entre os níveis socioeconômicos da população que realiza o movimento pendular. Dos residentes no DF, 31,8% recebiam, em 2000, até um salário mínimo *per capita*, enquanto para os que habitavam o entorno imediato este percentual era de 53,7%.

Se forem considerados os destinos diários desta população, 69,2% dos que moram no entorno imediato e se dirigem para os demais municípios do entorno recebiam até um

salário mínimo *per capita*. Certamente estes diferenciais de renda estão associados às ocupações destes segmentos populacionais, o que será investigado a seguir.

Em toda a região, principalmente no período mais recente, pode ser observado o predomínio da categoria “trabalhadores manuais do terciário”, como já foi evidenciado em outras ocasiões, ao longo desse estudo.

Os dados para a população total da região, independente do local e residência, indicam que os fluxos em direção ao DF apresentam maiores proporções de pessoas menos qualificadas, com maior participação das categorias “trabalhadores manuais sem qualificação” (ambulantes, biscateiros e trabalhadores domésticos, representando 13,2% do total) e menor participação da categoria média (12,3%), se forem comparados com os fluxos em direção ao Entorno imediato. Nos fluxos em direção à periferia, a participação dos trabalhadores sem qualificação foi de 5,3% e a da categoria média, 20% (Tabela 59).

No movimento em direção aos demais municípios do entorno, como era de se esperar, 45,5 % são trabalhadores agrícolas, embora os trabalhadores manuais do terciário representem 23,1% do total.

A comparação dos dados entre 1980 e 2000 demonstra o quanto o entorno imediato tem sua estrutura interna alterada, em função do processo de ocupação relacionado à expansão do DF. Em 1980, 29% das pessoas que se movimentavam diariamente na sua direção eram trabalhadores agrícolas, e apenas 10% correspondiam a trabalhadores manuais do terciário. Em 2000, em função da ocupação intensa, com significativo crescimento populacional e conseqüentemente maior diversificação das atividades econômicas, 50% do fluxo diário de pessoas é de trabalhadores manuais do terciário, 20% da categoria média e 17,8% de trabalhadores manuais do secundário, ainda que sejam fluxos numericamente pouco significativos (2.166 pessoas).

Para o fluxo mais importante, representado pelas pessoas que deixam o DF e vão em direção ao entorno imediato, no período 1980-2000, houve decréscimo da participação da categoria média, o que a princípio poderia sugerir uma queda na qualificação das pessoas que vão para a periferia e que realizam a mobilidade pendular, na busca por trabalho no DF (26,3% em 1980 e 12,7% em 2000).

Tabela 59 – Chefes, por Local de Trabalho ou Estudo, segundo Inserção Socioocupacional RIDE – 1980-2000

Residência atual	Inserção Ocupacional	Município que Trabalha ou estuda - 1980										Município que Trabalha ou estuda - 2000										
		Entorno Distante					Total					Entorno Distante					Total					
		DF	% Total	E. Imediato	% Total	Total	DF	% Total	E. Imediato	% Total	Total	DF	% Total	E. Imediato	% Total	Total	DF	% Total	E. Imediato	% Total	Total	
	Categoria Dirigente	21	6,3	5	1,7	-	-	26	-	36	-	-	19	9,2	26	3,4	-	-	7	0,9	7	45
	Categoria Intelectual	12	3,6	24	8,2	-	-	36	-	96	-	-	32	15,5	98	12,7	-	-	93	12,0	93	130
	Peq. empregadores urbanos	60	18,1	36	12,3	-	-	96	-	74	-	-	19	9,2	93	12,0	-	-	97	12,5	97	112
	Categoria Média	25	7,6	49	16,8	-	-	74	-	62	-	-	0	0,0	415	53,6	-	-	21	2,7	21	59
	Manuais do Secundário	28	8,5	34	11,6	-	-	33	-	8	-	-	37	17,9	6	0,8	-	-	6	0,8	6	68
	Manuais do terciário	8	2,4	25	8,6	-	-	8	-	241	-	-	38	18,4	774	100,0	-	-	0	0,0	0	981
	Manuais sem qualificação	0	0,0	8	2,7	-	-	241	-	8	-	-	207	30,0	0	0,0	-	-	0	0,0	0	54
	Trabalhadores Agrícolas	157	47,4	84	28,8	-	-	8	-	258	-	-	0	0,0	28	3,6	-	-	28	3,6	28	94
	Total	331	100,0	292	100,0	-	-	623	-	48	-	-	0	0,0	203	26,3	-	-	203	26,3	203	688
	Categoria Dirigente	0	0,0	0	0,0	8	0,1	8	0,1	1.801	26,3	1.805	0	0,0	207	30,0	17,6	6,633	12,7	6,836	12,7	6.836
	Categoria Intelectual	0	0,0	0	0,0	258	3,8	258	3,8	1.428	20,9	1.437	30	30,0	207	18,0	13,378	25,5	13,615	25,5	13.615	
	Peq. empregadores urbanos	4	4,4	3	100,0	41	0,6	48	0,6	2.148	31,2	2.148	35	35,0	586	50,8	23,709	45,2	24,330	45,2	24.330	
	Categoria Média	4	4,4	0	0,0	1.801	26,3	1.805	26,3	1.066	15,6	1.066	0	0,0	93	8,1	6,829	13,0	6,922	13,0	6.922	
	Manuais do Secundário	9	10,0	0	0,0	1.428	20,9	1.437	20,9	162	1,5	162	35	35,0	27	2,3	507	1,0	569	1,0	569	
	Manuais do terciário	17	18,9	0	0,0	2.131	31,2	2.148	31,2	6.932	100,0	6.932	100	100,0	1.153	100,0	52,398	100,0	53,651	100,0	53.651	
	Manuais sem qualificação	0	0,0	0	0,0	1.066	15,6	1.066	15,6	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	21
	Trabalhadores Agrícolas	56	62,2	0	0,0	106	1,5	162	1,5	138	19,4	138	0	0,0	18	1,3	0	0,0	18	1,3	18	158
	Total	90	100,0	3	100,0	6.839	100,0	6.932	100,0	18	13,1	91	18	18,0	40	16,8	240	7,3	298	7,3	298	
	Categoria Dirigente	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	98	12,2	98	12	12,2	83	34,9	682	20,8	777	20,8	777	
	Categoria Intelectual	0	0,0	6	20,0	132	19,4	138	19,4	144	16,8	144	97	22,8	80	33,6	1.371	41,9	1.548	41,9	1.548	
	Peq. empregadores urbanos	14	13,9	0	0,0	4	0,6	18	4,2	257	35,7	257	10	2,4	0	0,0	496	15,1	506	15,1	506	
	Categoria Média	0	0,0	2	6,7	89	13,1	91	13,1	65	4,3	65	235	55,3	16	6,7	256	7,8	507	7,8	507	
	Manuais do Secundário	29	28,7	0	0,0	69	10,1	98	14,4	811	100,0	811	425	100,0	238	100,0	3,275	100,0	3,938	100,0	3.938	
	Manuais do terciário	20	19,8	10	33,3	114	16,8	144	16,8	34	0,1	34	19	2,6	26	1,2	75	0,1	120	0,1	120	
	Manuais sem qualificação	14	13,9	0	0,0	243	35,7	257	35,7	432	5,2	432	0	0,0	7	0,3	94	0,2	101	0,2	101	
	Trabalhadores Agrícolas	24	23,8	12	40,0	29	4,3	65	4,3	162	0,6	162	52	7,1	143	6,6	781	1,4	976	1,4	976	
	Total	101	100,0	30	100,0	680	100,0	811	100,0	1.970	25,1	1.970	36	4,9	433	20,0	6,872	12,3	7,341	12,3	7.341	
	Categoria Dirigente	21	4,0	5	1,5	8	0,1	34	0,1	1.597	19,9	1.597	42	5,7	385	17,8	14,060	25,3	14,487	25,3	14.487	
	Categoria Intelectual	12	2,3	30	9,2	390	5,2	432	5,2	1.970	25,1	1.970	36	4,9	433	20,0	6,872	12,3	7,341	12,3	7.341	
	Peq. empregadores urbanos	78	14,9	39	12,0	45	0,6	162	0,6	1.597	19,9	1.597	42	5,7	385	17,8	14,060	25,3	14,487	25,3	14.487	
	Categoria Média	29	5,6	51	15,7	1.890	25,1	1.970	25,1	2.245	29,9	2.245	169	23,1	1.083	50,0	25,080	45,0	26,332	45,0	26.332	
	Manuais do Secundário	66	12,6	34	10,5	1.497	19,9	1.597	19,9	1.331	17,4	1.331	48	6,6	114	5,3	7,325	13,2	7,487	13,2	7.487	
	Manuais do terciário	45	8,6	35	10,8	2.245	29,9	2.325	29,9	468	1,8	468	333	45,5	49	2,3	763	1,4	1.145	1,4	1.145	
	Manuais sem qualificação	14	2,7	8	2,5	1.309	17,4	1.331	17,4	8.366	100,0	8.366	732	100,0	2.166	100,0	55,672	100,0	58,570	100,0	58.570	
	Trabalhadores Agrícolas	237	45,4	96	29,5	135	1,8	468	1,8	325	4,1	325	333	45,5	49	2,3	763	1,4	1.145	1,4	1.145	
	Total	522	100,0	325	100,0	7.519	100,0	8.366	100,0	8.366	100,0	8.366	732	100,0	2.166	100,0	55,672	100,0	58,570	100,0	58.570	

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Calado/NEPO Unicamp).

Apesar de a menor participação da categoria média representar uma queda na posição social da população, este fato não pode ser atribuído exclusivamente estes trabalhadores que moram na periferia. Essa redução pode ser generalizada para a população total da RIDE e ocorreu devido ao aumento de trabalhadores manuais do terciário, o que na verdade reflete a especialização da região enquanto “metrópole terciária”¹⁰⁷.

Os dados censitários sobre a movimentação diária de pessoas entre os municípios, infelizmente, só medem os fluxos para as pessoas que estavam em atividade na data da coleta censitária e apenas para as motivações trabalho e estudo. Como forma de complementar estas informações, serão utilizados os dados sobre a Pesquisa Domiciliar-Transporte, realizada pela Codeplan (1997), sobre as viagens realizadas no interior do DF.

Segundo os dados desta pesquisa, eram realizadas cerca de 2.700.000 viagens diárias pelas populações residentes nos núcleos urbanos do Distrito Federal, das quais 1.850.000 por modos motorizados e 850 "a pé", o que correspondia a uma mobilidade pessoal de 1,54 viagens/dia/habitante, por todos os motivos e modos, alcançando valores mais elevados nas Regiões Administrativas de Brasília (2,14), Cruzeiro (1,82), Guará (1,73) e Núcleo Bandeirante (1,63). A distribuição percentual dessas viagens, segundo os motivos para os quais eram realizadas, evidenciava que as viagens para trabalho e estudo representavam 60% e 24%, respectivamente, contra 16% voltadas para assuntos pessoais, compras, lazer, saúde e outros motivos.

A repartição das viagens entre os modos motorizados mostrava que, das 1.850.000 viagens/dia, cerca de 950 mil (53%) eram realizadas por ônibus (convencional, executivo, vizinhança, fretado), 850 mil (45%) Por meio de automóvel (incluindo-se o condutor e o passageiro do veículo), 10 mil viagens (0,6%) através de táxi e lotação e 40 mil (1,4%) por outros modos.

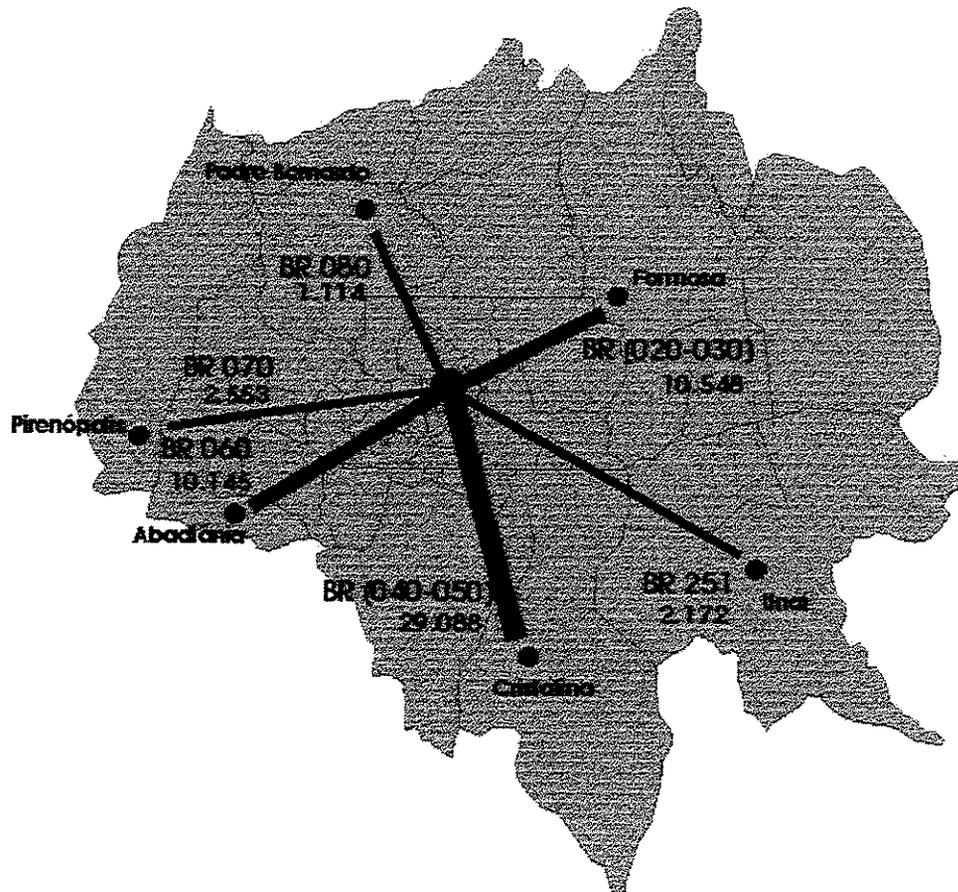
Entre as regiões administrativas que apresentavam os volumes mais significativos de deslocamentos por automóvel, destacavam-se Brasília (75%), Cruzeiro (53%), Núcleo Bandeirante (52%) e Guará (50%), enquanto as viagens por ônibus eram mais representativas entre as populações das RAs de Samambaia (92%), Brazlândia (87%), Paranoá (86%) e Ceilândia (82%), onde a renda é relativamente mais baixa, segundo informações sobre renda *per capita* familiar apresentados no capítulo anterior.

¹⁰⁷ O termo tem sido adotado em diversos trabalhos escritos sobre Brasília, principalmente na Coleção Brasília publicada

Os dados desta pesquisa sobre as viagens em direção aos municípios que integram a RIDE demonstram claramente a intensidade das viagens em direção aos municípios do entorno imediato, com um fluxo de mais de 20.000 viagens diárias ao longo do eixo em direção a Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Luziânia (Mapa 15).

Alguns dados sobre as viagens realizadas entre o DF e alguns municípios do entorno, disponibilizados por este órgão mais recentemente, mostram que as viagens por trabalho também são predominantes entre aquelas em direção aos municípios do entorno, como já demonstravam os dados sobre mobilidade pendular da população efetivamente ocupada (Tabela 60).

Mapa 15 - Principais fluxos de Transportes - Nº de viagens diárias todos os dias



Fonte: Pesquisa Origem e Destino – Codeplan 1997.

Tabela 60 - Pesquisa na Linha de Contorno: Viagens Diárias* Externas-Internas por Motivos e Todos os Modos - Distrito Federal - 2000

Zona de Origem	Trabalho	%	Escola	%	Saúde	%	Assuntos Pes/Neg	%	Compras	%	Lazer	%	Outros	%	Total
Padre Bernardo	361	39,7	28	3,08	40	4,4	215	23,7	21	2,31	244	26,8	0	0,0	909
Saída para o Norte	162	43,2	0	0	19	5,07	96	25,6	3	0,8	95	25,3	0	0,0	375
Planaltina de Goiás	10180	75,5	159	1,18	378	2,81	1376	10,2	348	2,58	1010	7,5	39	0,3	13490
Formosa	1447	57,0	27	1,08	346	13,6	427	16,8	154	6,07	133	5,2	3	0,1	2538
Saída para Unai	275	36,5	99	13,1	73	9,68	179	23,7	52	6,9	76	10,1	0	0,0	754
Novo Gama	6781	49,9	1622	11,9	466	3,43	2093	15,4	1047	7,7	1513	11,1	67	0,5	13589
Valparaíso I	10165	64,1	797	5,02	804	5,07	2450	15,4	694	4,37	936	5,9	25	0,2	15871
Valparaíso II	4188	70,1	130	2,18	239	4	686	11,5	330	5,51	380	6,4	24	0,4	5977
Cidade Ocidental	7466	66,8	426	3,82	393	3,52	1248	11,2	793	7,1	841	7,5	4	0,0	11172
Luziânia	7408	63,5	157	1,34	867	7,42	1415	12,1	571	4,89	1181	10,1	77	0,7	11675
Sto. Antônio															
Descoberto	6767	66,6	125	1,23	356	3,5	1152	11,3	415	4,08	1312	12,9	33	0,3	10159
Águas Lindas	23609	78,3	340	1,13	871	2,89	2370	7,9	870	2,88	2093	6,9	19	0,1	30172
Total	101075	66,2	4952	3,24	6122	4,01	18652	12,2	7404	4,85	14084	9,2	359	0,2	152649

Fonte: CODEPLAN: Pesquisa Origem-Destino na Linha de Contorno do DF de 2000

*Viagens de Pessoas em um dia útil do mês de novembro/2000 Sentido: Entrando no Distrito Federal

Considerações Finais Sobre a Migração na Região

Como pode ser visto através das informações sobre fluxos migratórios para a região, apesar do arrefecimento verificado na década de 80, no período mais recente (1991-2000) os movimentos migratórios continuam a ser importantes em termos numéricos, apresentando inclusive uma ligeira recuperação em relação aos anos 80.

Os principais movimentos migratórios com destino à região podem ser resumidos, segundo o local de origem, em dois fluxos principais: os migrantes que realizam movimentos de longa distância em direção ao DF; e os migrantes internos que fazem movimentos de curta distância, num processo de redistribuição da população que chega à região, em direção aos municípios goianos que integram a periferia regional.

Entre os migrantes interestaduais, o fluxo predominante é o de nordestinos, inicialmente em direção ao DF, intensificando-se em direção aos municípios periféricos ao longo do período estudado.

Durante o processo de estruturação intra-urbana na região, a ocupação territorial tem sido marcada por processos de exclusão socioespacial, concentrando a população de renda mais elevada e maior poder político em áreas mais centrais e privilegiadas em termos de infra-estrutura básica e serviços sociais, ao mesmo tempo em que redistribui a população menos favorecida nestes aspectos, constituindo uma ocupação periférica, onde as condições

de acesso não só aos serviços e equipamentos urbanos e à infra-estrutura básica, como também às áreas mais centrais, onde estão as oportunidades de trabalho, consumo e lazer, são desfavoráveis, implicando constantes deslocamentos diários.

A formação desta periferia consolida-se à medida que se intensifica a migração intra-regional, tendo como principal fluxo os movimentos com origem no DF e destino nos municípios goianos localizados nos limites do DF, principalmente na direção sudoeste.

Os dados sobre a naturalidade das pessoas que realizaram este movimento, nas duas últimas décadas, indicam que esse fluxo é uma nova etapa migratória da população de imigrante em direção ao DF, expulsos principalmente pela oferta restrita de moradias acessíveis, em função da excessiva valorização das terras urbanas no local de origem. No período 1986-1991, das pessoas que chegavam à periferia, vindas do DF, cerca de 51,8% eram naturais do Estados do Nordeste, aumentando este percentual, no período 1995-2000, para 63,3% do total.

As características sociodemográficas da população migrante, segundo o local de origem e destino no interior da região, indicam que os migrantes de longa distância são mais jovens, mais pobres em termos de rendimentos recebidos, menos qualificados e ocupam posições mais desfavoráveis na estrutura social da região. Na maioria são migrantes do tipo individual e no caso específico do DF como destino, existe a predominância da migração feminina.

Já os migrantes intra-regionais, provavelmente em função da remigração, são na maioria pertencentes a famílias nucleares, na fase inicial do ciclo vital familiar, com rendimentos familiares *per capita* ligeiramente mais elevados se comparados aos migrantes interestaduais, com melhor inserção profissional e ocupando posições um pouco melhores na estrutura social da região. No entanto, é preciso ressaltar que comparados à população que habita a região central do DF (Plano Piloto e adjacências), ou mesmo os imigrantes que têm origem na Região Sudeste, principalmente Rio de Janeiro, as condições de vida e inserção social destes são extremamente desfavoráveis.

Os dados sobre mobilidade pendular da população no interior da RIDE demonstraram a intensificação do fenômeno associada à expansão da mancha urbana em direção aos municípios goianos. Esta ocupação, com características predominantemente residenciais, sem que fosse acompanhada pela implantação de atividades que pudessem

gerar empregos ou oportunidades de auferir renda para a população local, faz com que, diariamente, cerca de 119.916 pessoas deixem o entorno imediato em direção ao DF, na busca por educação ou trabalho.

A análise das características da população da região, segundo sua condição migratória, constituiu importante instrumento de análise sobre as respostas sociodemográficas ao processo de estruturação urbana. No entanto, esta análise poderá ser mais aprofundada se forem investigadas algumas destas características, para áreas menores do que os limites dos municípios, ou das Regiões Administrativas do DF, segundo as informações não amostrais do censo demográfico do IBGE/2000, desagregadas por setores censitários urbanos, para o DF e os municípios goianos limítrofes que integram o entorno imediato, o que será realizado no próximo capítulo.

Capítulo 4 – A Diferenciação Socioespacial na Distribuição da População como Contrapartida Sociodemográfica ao Processo de Estruturação Intra-urbana.

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a discussão sobre a segregação socioespacial da população e distribuição sociodemográfica iniciada nos capítulos anteriores, demonstrando mais especificamente como esse processo se estabelece entre os elementos da estrutura intra-urbana (centro principal, subcentros e conjunto de bairros residenciais). Para tanto, será considerado, além do espaço urbano interno ao DF, o território composto pelos principais municípios goianos que assumem papel de municípios-dormitório e que constituem a parte de crescimento demográfico mais expressivo associado ao processo de periferização na região.

O objetivo mais específico deste capítulo é verificar, no âmbito intra-urbano, algumas hipóteses sobre as tendências de estruturação espacial e as alterações na distribuição da população, já levantadas na análise dos dados sobre mobilidade interna à região. São elas: a tendência de crescimento periférico, com deslocamento da população de baixa renda em direção às regiões administrativas e municípios goianos limítrofes; tendência mais antiga de concentração de população de alta renda nas áreas centrais, próximas ao Plano Piloto (RAs de Brasília, Lago Norte e Lago Sul) e a mais recente tendência de deslocamento desse segmento populacional, através da ocupação em condomínios irregulares.

Será verificado, na medida da disponibilidade dos dados, o processo de elitização de algumas RAs localizadas nas proximidades do Plano Piloto, tais como Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Núcleo Bandeirantes, numa tendência de expulsão de população de renda média em função da valorização destas áreas. Os altos preços dos imóveis e dos aluguéis no Plano Piloto estariam gerando o aumento na demanda por novas áreas para a classe média alta, que passaria a ocupar estas RAs mais próximas, com melhor acessibilidade ao centro principal, deslocando a população residente para outras áreas de menor valorização.

Este processo possivelmente se repete nas RAs mais periféricas, expulsando a população de baixa renda cada vez para mais longe. Nesse sentido, o processo pode estar ocorrendo também nas RAs de Taguatinga (Projeto Águas Claras), Ceilândia e Riacho

Fundo, com alterações nos perfis populacionais, principalmente no que se refere a renda e condições habitacionais.

Algumas características sociodemográficas serão mapeadas em função da possibilidade de estarem atuando em associação a estas tendências de alteração na configuração espacial, como incentivo à ocupação diferenciada socioespacialmente nos segmentos do espaço intra-urbano. Famílias nas fases iniciais do ciclo vital, diante da expansão da família, devido ao nascimento dos filhos, estariam mais propensas a empreender um deslocamento em direção à periferia, onde é maior a oferta de moradias acessíveis, por exemplo.

Para atender a esses objetivos, serão mapeados os dados do censo IBGE 2000 extraídos do boletim não amostra, desagregados para os setores censitários urbanos do DF e dos municípios de Novo Gama, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás. Como variáveis para análise socioeconômica, serão investigados, para o chefe do domicílio, rendimento médio mensal e anos de estudo. Em relação às características sociodemográficas, serão analisadas: estrutura etária dos chefes de domicílios (fases do ciclo vital familiar); participação das chefias femininas segundo as idades representativas das fases do ciclo vital familiar; ocorrência de arranjos unipessoais; relação entre população idosa e população jovem medida a partir da relação de dependência¹⁰⁸; e a razão criança mulher¹⁰⁹, como forma de avaliar a presença de crianças pequenas nos domicílios.

Outro aspecto que será investigado refere-se às condições de habitação dos domicílios, segundo as variáveis adequação da infra-estrutura básica (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação final do lixo doméstico) e condições de ocupação do imóvel (domicílios próprios, alugados e improvisados).

A metodologia utilizada para a elaboração dos Mapas¹¹⁰, permite a identificação da concentração espacial de cada uma destas variáveis, nos diferentes segmentos do espaço intra-urbano.

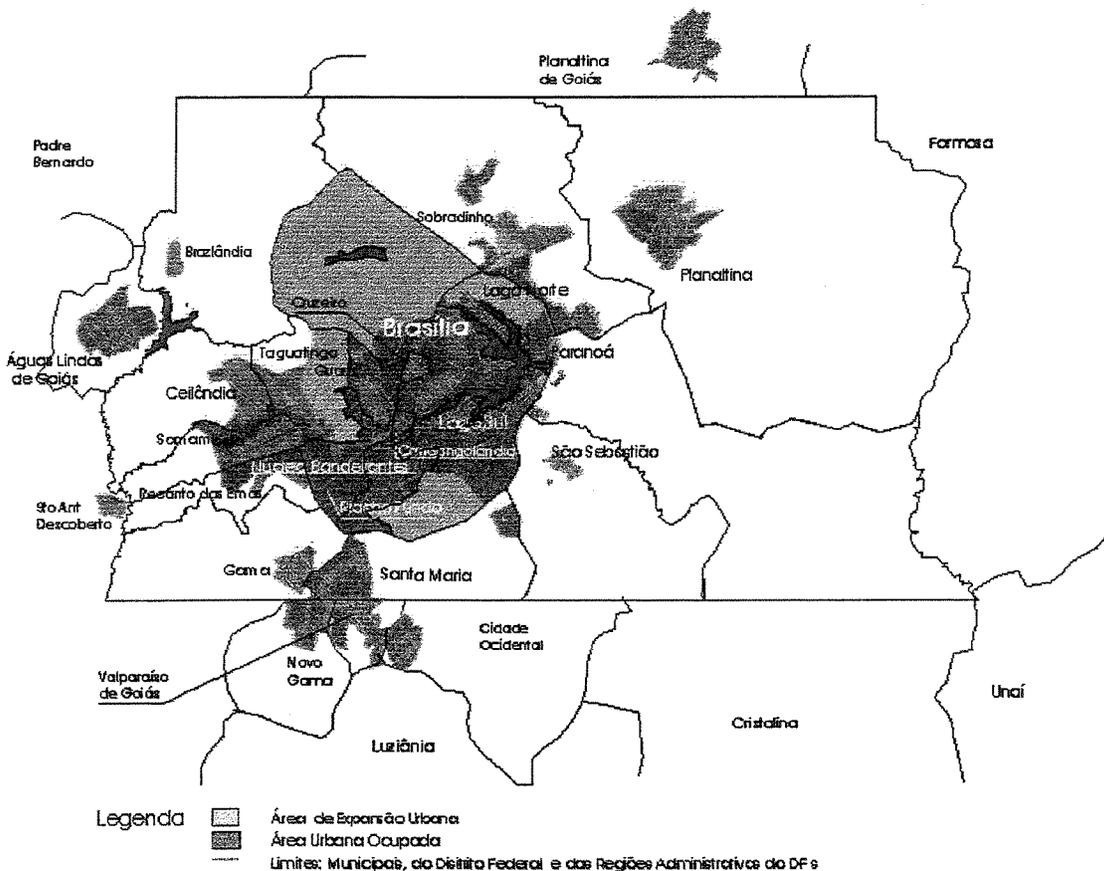
¹⁰⁸ Indicador para estabelecer a relação entre população em idade ativa e população inativa (pessoas de 65 anos e mais somada a população de 0 a 15 anos, dividida pelas pessoas entre 15 e 64 anos).

¹⁰⁹ Crianças de 0 a 4 anos/ mulheres entre 15 e 44 anos. Este é outro indicador utilizado por Bilac (1997), "para compreender as diferenças no timing do ciclo de vida doméstico, por meio da maior ou menor presença relativa de crianças pequenas na casa." (pág 208)

¹¹⁰ O método de interpolação foi a krigagem ordinária e os semivariogramas foram feitos a partir do modelo esférico (semivariograma). Para maiores detalhes sobre esta técnica de interpolação de dados, vide Jakob (2003). A vantagem da utilização dessa metodologia, em relação à elaboração dos mapas cloropléticos, é a possibilidade de visualização das tendências de concentração espacial das variáveis, através da superfície contínua de dados.

Os mapas 16 e 17, apresentam a localização geográfica das regiões administrativas do DF e dos municípios goianos que serão citados, nos próximos itens desse capítulo, como elementos da estrutura intra-urbana (centro principal – Plano Piloto- , subcentros – RA de Taguatinga e Guará, e conjunto de bairros residenciais – demais RAs e municípios goianos), visando a melhor identificação dos segmentos espaciais que serão analisados.

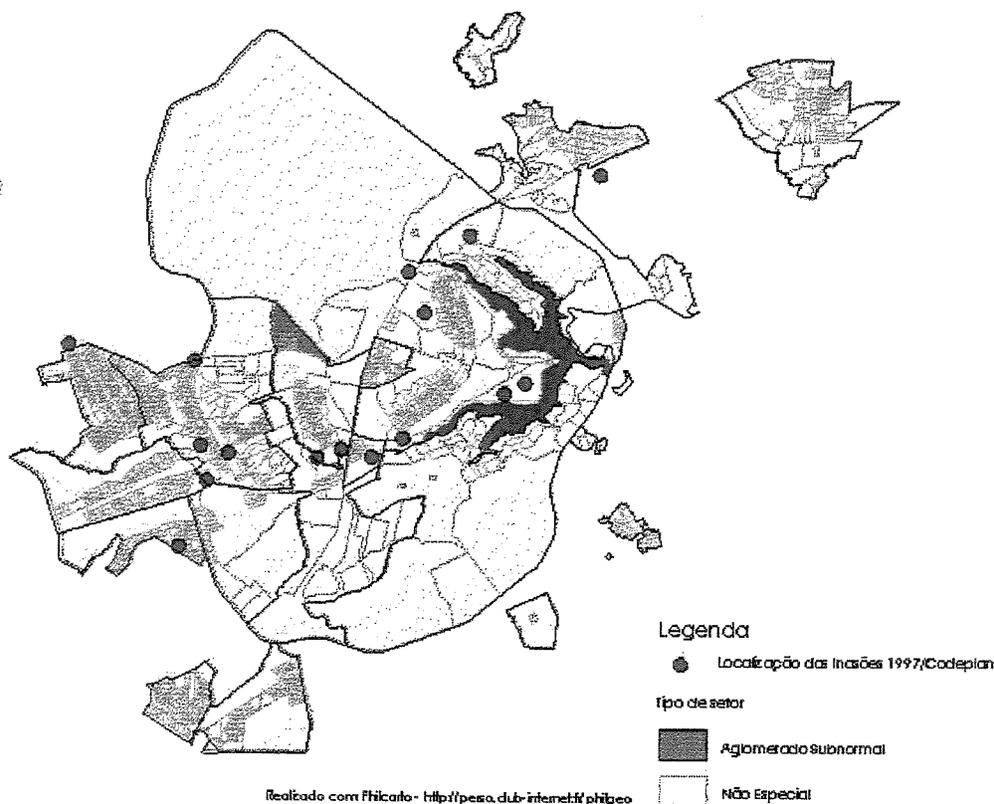
Mapa 16 - Estrutura Intra-Urbana da Região do Distrito Federal e Entorno



Fonte: Imagens satélite Landsat, 1999/ INPE - Mosaico do Brasil e Malha Digital setores censitários urbanos IBGE/2000

Realizado com Phlcaro - <http://pesso.club-internet.phlgeo>

Mapa 17 – Localização das Ocupações e Setores Tipo Aglomerado Subnormais -2000



Análise das Variáveis Socioeconômicas

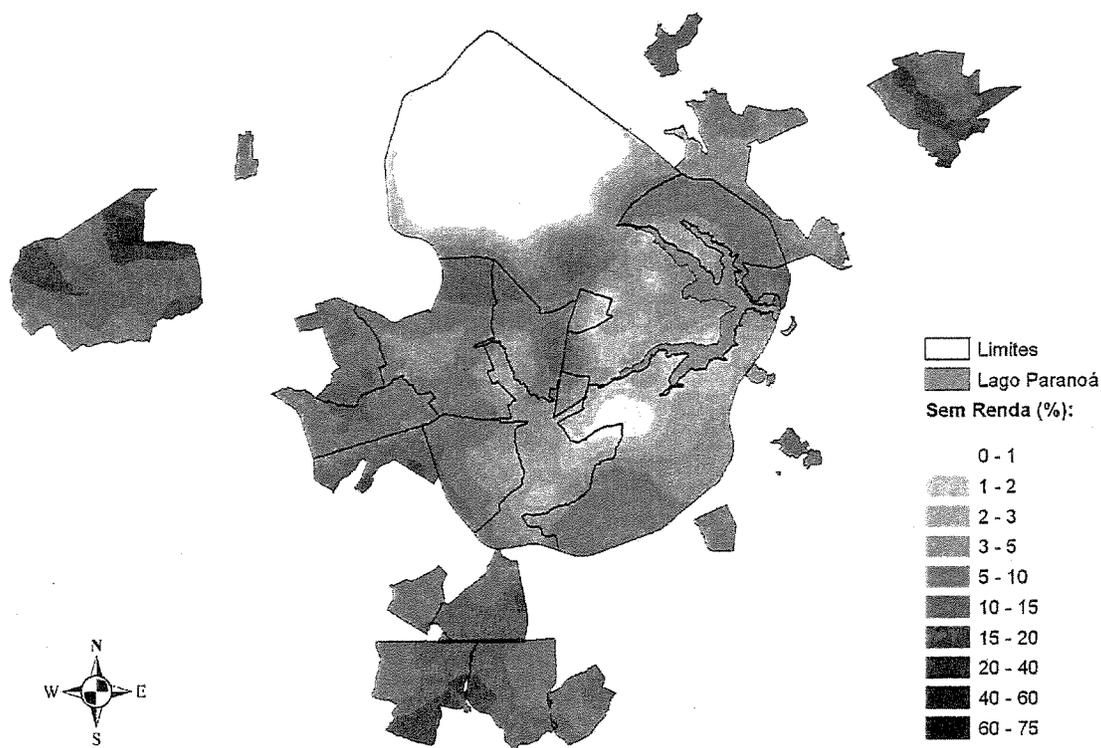
Neste item serão apresentadas as variáveis relacionadas ao rendimento médio mensal dos chefes de domicílios ¹¹¹ (Mapas 18 a 24) e aos anos de estudo dos mesmos (Mapas 22 e 23), como complementação da primeira variável, sendo o nível educacional considerado atributo ao acesso à renda.

Com relação aos chefes sem rendimento ¹¹², a análise da sua concentração no espaço intra-urbano (Mapa 18) demonstra que a incidência é maior nas franjas da periferia regional, principalmente na RA de Planaltina, no município de Águas Lindas de Goiás, e nas extremidades no espaço urbano dos municípios de Novo Gama e Valparaíso de Goiás.

¹¹¹Diante da impossibilidade de se obterem os dados referentes à renda média *per capita* familiar, a partir das informações por setores censitários, optou-se pela utilização da variável rendimento médio mensal dos chefes de domicílio, obtida a partir da divisão dos rendimentos mensais totais dos chefes de domicílio pelo n° de chefes de domicílio no setor, sendo considerado como referência o valor de R\$151,00 correspondente ao valor do salário mínimo na data da coleta do censo.

¹¹²Essa variável foi utilizada como uma estimativa dos chefes que não estavam trabalhando regularmente, na data da coleta dos dados censitários, sejam eles desempregados ou trabalhadores inseridos em setores da economia informal, o que não lhes assegura um rendimento fixo.

Mapa 18 – Localização Espacial dos chefes de Domicílios sem Rendimentos – RIDE 2000



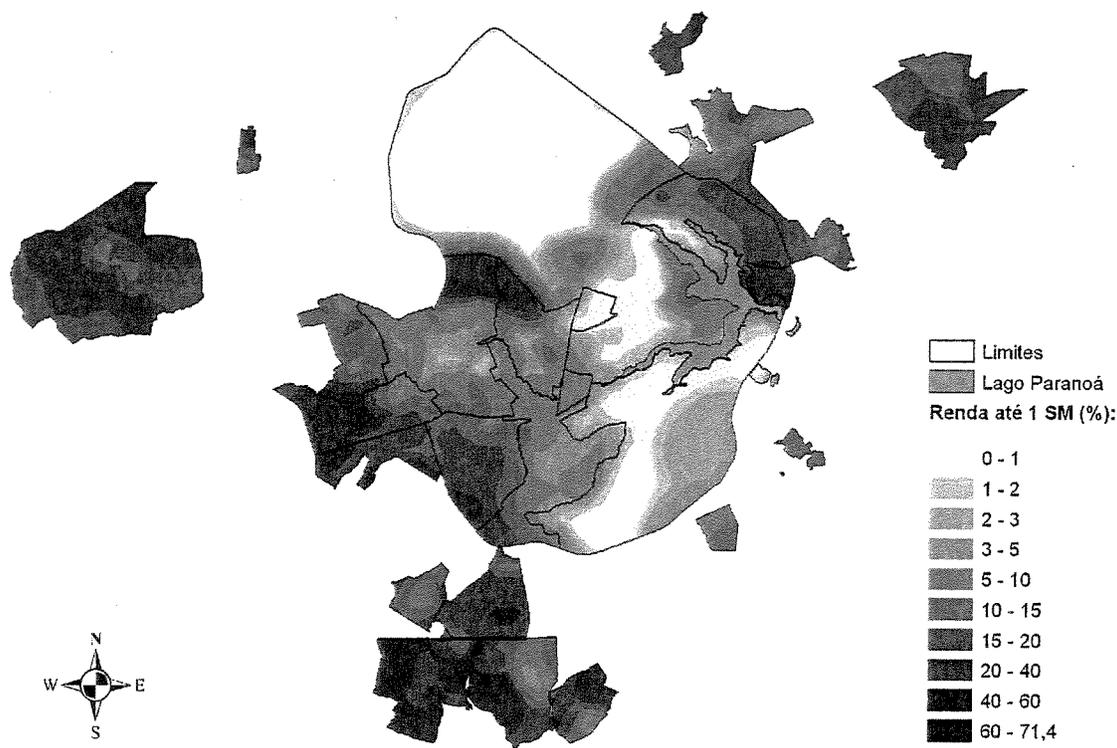
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

Os chefes que declararam rendimentos médios inferiores ou iguais a um salário mínimo concentram-se principalmente na parte goiana do entorno regional e nas RAs de Planaltina, Brazlândia, Samambaia, Recanto das Emas e na parte mais periférica da RA Riacho Fundo. Estas duas últimas RAs e os municípios goianos, principalmente e Águas Lindas de Goiás, apresentaram as maiores taxas de crescimento médio anual da região, na década de 90¹, demonstrando como a expansão periférica tem sido responsável pelo crescimento populacional da região.

Na região central, no território da RA de Guará, próxima ao centro principal, pode ser visualizada uma área de concentração de população de baixa renda que se estende até a RA de Taguatinga, onde se localiza a maior área de ocupação ilegal, denominada favela Estrutural/Lixão.

¹As RAs de Riacho Fundo e Recanto das Emas cresceram em média 24,7% e 51,3% ao ano, no período 91/2000. Já o recém emancipado município de Águas Lindas de Goiás apresentou, no período 96/2000, taxa média de crescimento anual de 14,5%.

Mapa 19 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal até 1 Salário Mínimo – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

No que se refere aos chefes com rendimento médio mensal entre 1 e 5 salários mínimos, ainda que a concentração seja semelhante à daqueles com menos de um salário, com maiores participações nos municípios e RAs periféricas, é possível observar que, à medida que vão aumentando as faixas de rendimento, a concentração se altera em direção às áreas mais centrais.

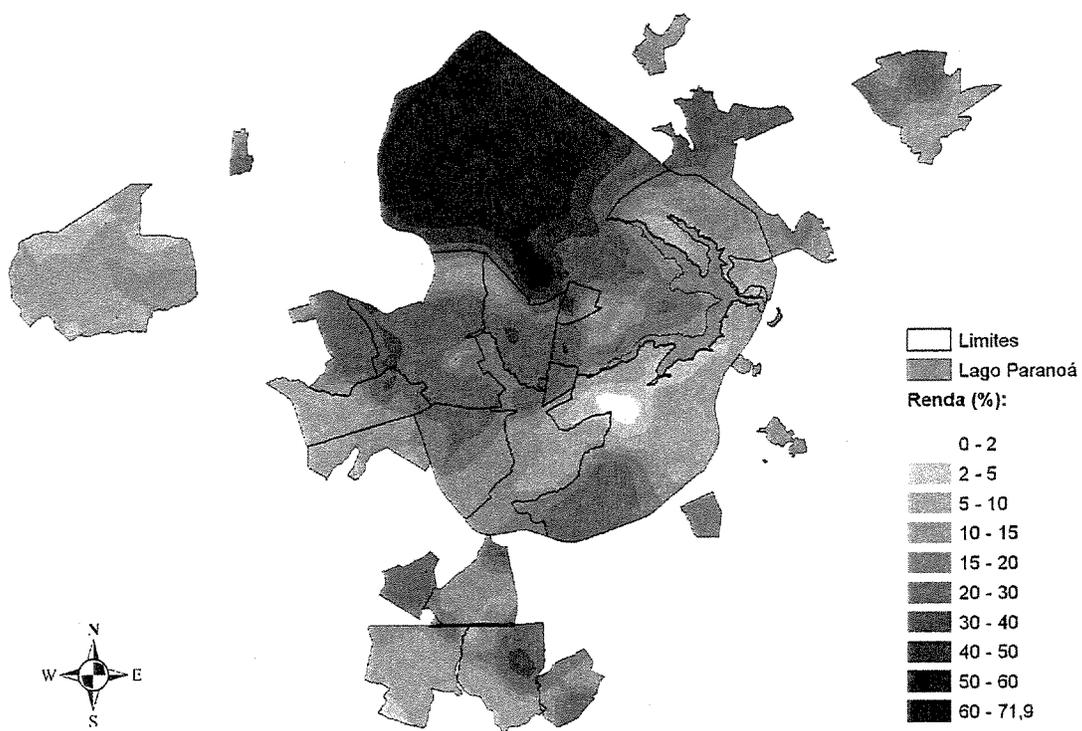
A análise dos rendimentos mensais dos chefes de domicílios, segundo faixas de salários mínimos, para a região, demonstra que a concentração espacial dos segmentos populacionais é mais significativa nas extremidades das faixas, ou seja, concentração dos chefes de menor renda nas RAs e municípios periféricos e predomínio das acamadas de alta renda nas áreas mais centrais, representadas pelo Plano Piloto e as RAs Lago Norte e Lago Sul. A faixa intermediária, entre 5 e 10 salários mínimos, apresenta concentração apenas nos setores da RA de Brasília, que correspondem à Super Quadra Norte 306, habitada por população de renda média.

Mapa 20 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílio com Rendimento Médio Mensal entre 1 e 5 Salários Mínimos – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 21 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal entre 5 e 10 Salários Mínimos – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

No entanto, é nos mapas sobre a concentração de chefes com rendimentos superiores a dez salários mínimos que pode ser verificada, mais claramente, que a concentração de população em determinadas áreas do espaço intra-urbano é mais facilmente determinada para os segmentos populacionais de alta renda, o que pode ser associado ao processo de segregação voluntária destes segmentos em áreas localizadas, com melhores condições de acessibilidade ao centro principal, o que se constitui no principal fator da estruturação do espaço intra-urbano, conforme formulação teórica desenvolvida por Villaça, na qual se baseia esse estudo (Mapa 22).

Outra importante constatação sobre os chefes nessa faixa de rendimento refere-se ao processo de elitização das RAs do Guará e Núcleo Bandeirantes. No início da ocupação, essas áreas eram consideradas periféricas, mas passaram a abrigar população de renda média em função da implantação de infra-estrutura e da proximidade com o centro principal e, no período mais recente, apresentaram concentração de chefes com renda superior a dez salários mínimos. Esse fato provavelmente está associado às restrições à ocupação no Plano Piloto, devido aos altos preços dos aluguéis e dos imóveis, fazendo com que a classe média alta passe a disputar a localização nestes segmentos espaciais mais próximos, gerando valorização imobiliária, o que acaba por expulsar a população residente, que vê na valorização do imóvel a possibilidade de auferir lucros¹¹⁴.

Diante dos grandes diferenciais entre os dois extremos dos rendimentos médios mensais dos chefes na região, gerados pelos altos salários dos funcionários públicos federais do alto escalão, foi necessário desagregar a faixa de rendimentos acima de dez salários mínimos, mapeando a localização espacial dos chefes que recebem mais de vinte salários mínimos mensais em média (Mapa 23).

¹¹⁴A coletânea de livros organizadas por Paviani oferece uma grande quantidade de textos, de vários autores estudiosos sobre estruturação intra-urbana em Brasília, se constituindo em um rico material sobre a valorização das áreas urbanas no Distrito Federal, ao longo do processo de construção e da sua consolidação enquanto área de influência de uma região com características metropolitanas. Ver Paviani (org), 1987, 1989, 1991, 1996 e 1999.

Mapa 22 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal Maior que 10 e Salários Mínimos – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 23 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Rendimento Médio Mensal Maior que 20 e Salários Mínimos – RIDE 2000



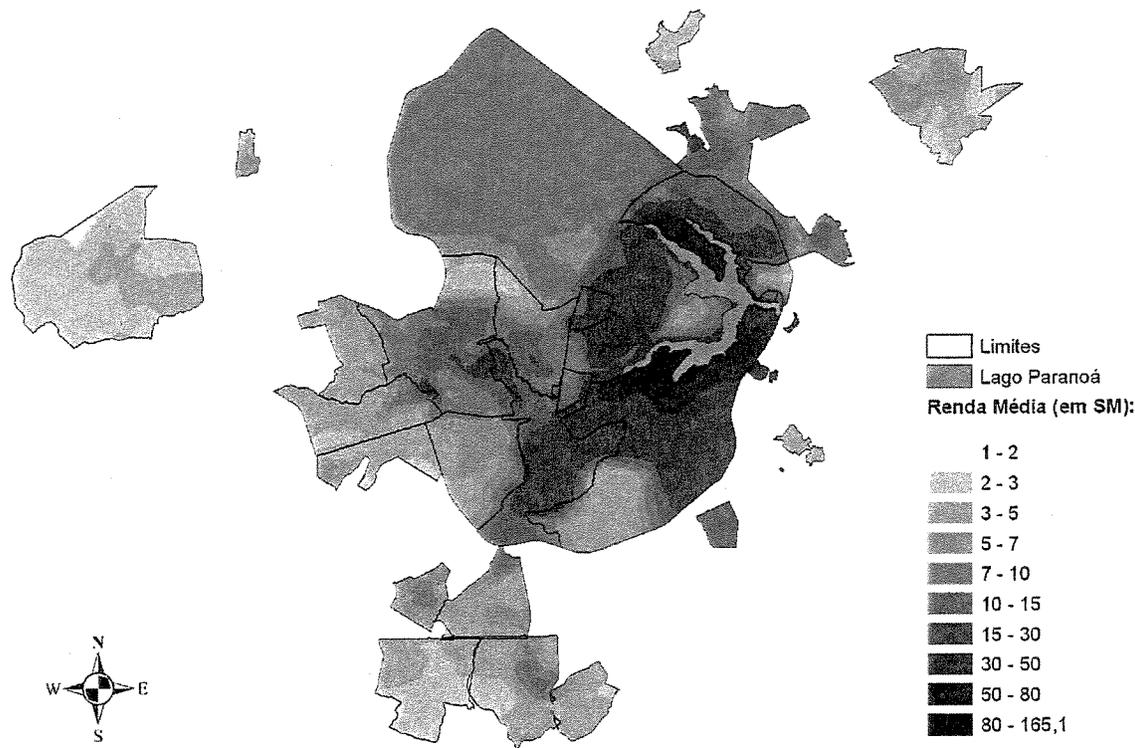
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

No Mapa 24, que apresenta os rendimentos médios mensais dos chefes em salários mínimos, segundo a localização no espaço intra-urbano, é possível observar não só a concentração dos segmentos populacionais de alta renda nas áreas centrais, estendendo-se até a RA do Núcleo Bandeirantes e do Cruzeiro, mas também a distância entre os rendimentos auferidos pela população central e por aquela que reside na periferia.

Infelizmente, a área de maior incidência de ocupação através de condomínios irregulares, que tem sido atribuída à população de alta renda que ocupa ilegalmente as áreas de preservação ambiental, não aparece nestes mapas, por estar localizada em área rural e a malha digital disponibilizada pelo IBGE só abrange os setores censitários urbanos.

Outro fato importante que a análise da renda por recortes espaciais demonstra é o diferencial existente entre os municípios que integram a periferia goiana. É possível observar que a fração limítrofe de Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás apresenta, no que se refere à renda, condições mais favoráveis do que Novo Gama e Águas Lindas de Goiás, principalmente em Valparaíso de Goiás, onde aparece concentração de chefes com rendimentos acima de dez salários mínimos. Os dados sobre a inserção socioocupacional, apresentados em capítulos anteriores, já demonstravam maiores participações da categoria média nestes dois municípios (16,6% na Cidade Ocidental e 17,4% em Valparaíso, da população ocupada). Este fato pode estar associado à forma de ocupação inicial, através de conjuntos residenciais, o que certamente garante melhor acesso à infra-estrutura básica, oferecendo assim maiores possibilidades de valorização, se consideradas as demais áreas de ocupação periféricas.

Mapa 24 – Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílios em Salários Mínimos segundo a Localização Espacial Intra-urbana– RIDE 2000

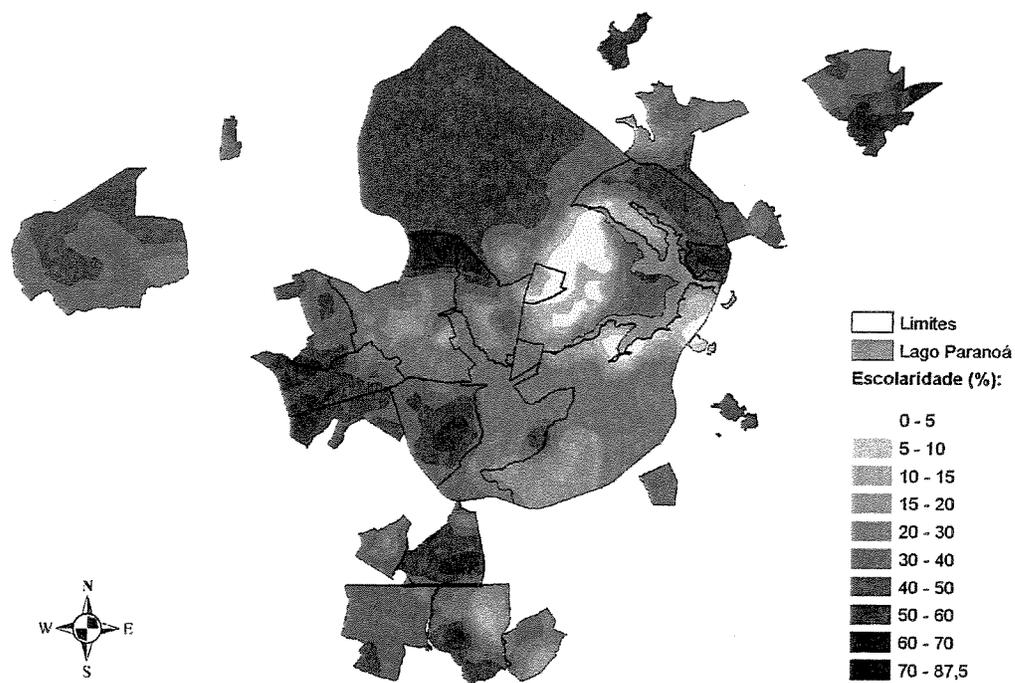


Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

A seguir serão apresentadas as concentrações de chefes de domicílio, segundo os níveis educacionais. Como era esperado, o nível educacional apresenta estreita relação com as faixas de rendimento médio mensal. A exemplo do observado para a renda, os chefes mais qualificados (mais de 17 anos de estudo o que corresponde ao ensino médio completo ou mais) estão localizados nas áreas centrais, enquanto aqueles com menos de 4 anos de estudo encontram-se nas periferias, e nas áreas ocupadas ilegalmente.

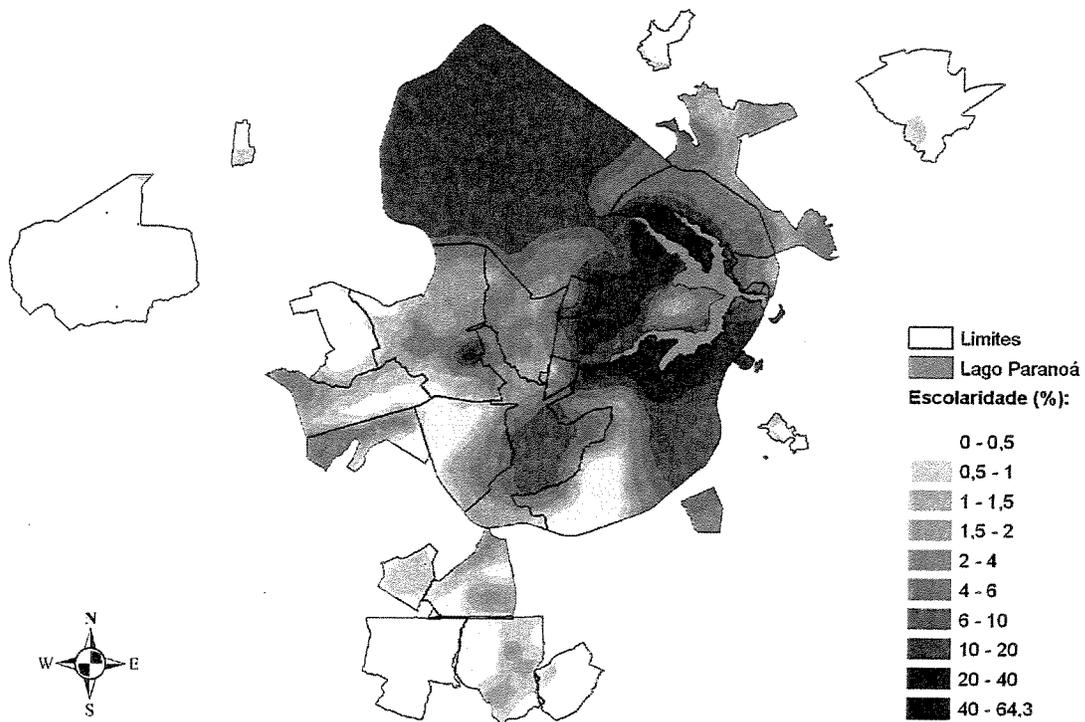
O bairro de Águas Claras, criado para atendimento da demanda por habitação para os segmentos populacionais de renda média e média alta, localizado na RA de Brasília, também apresenta concentração de população com melhor nível de escolaridade, o que é condizente com a ocupação prevista para o local.

Mapa 25- Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Menos de 4 Anos de Estudo – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 26– Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Mais de 17 Anos de Estudo – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp)

De modo geral a análise sobre os dados de rendimento médio mensal dos chefes de domicílio confirma as tendências observadas, nos capítulos anteriores, a partir dos dados sobre renda *per capita* familiar.

Em termos de evolução, a análise os dados apresentados nos capítulos anteriores demonstrava que aumentou a participação dos chefes sem rendimentos na RIDE, principalmente no entorno imediato. No DF, esses chefes, que representavam 2,1% em 1980, passaram a corresponder a r 2,6% em 2000, enquanto na periferia aumentaram de 3,6% para 5,9%, no período compreendido entre os anos de 1980 e 2000. Os chefes com renda *per capita* familiar menor ou igual a um salário mínimo, que em 1980 representavam 57,1%, passaram a responder, em 2000, por 66,6% do total de chefes do entorno imediato. Por outro lado, também ocorreu crescimento das participações dos chefes com renda *per capita* familiar superior a cinco salários mínimos, passando de 1,8% para 2,6% na periferia, e de 10,5% para 19,5%, no DF.

Análise das Variáveis Demográficas

Neste item serão analisadas algumas variáveis demográficas que poderão contribuir para a confirmação das hipóteses apresentadas no início do capítulo.

A análise sobre as taxas de crescimento médio anual para os municípios e RAs do DF indica que o crescimento da população no espaço intra-urbano se deve, majoritariamente, à expansão da periferia. A análise dos dados apresentados na Tabela 61 demonstra como o crescimento entre os principais elementos da estrutura intra-urbana, no período mais recente, está realmente associado ao aumento da população periférica.

A análise sobre o processo de distribuição populacional entre esses elementos indica que a periferia concentrava, em 2000, 70% da população que habita os principais recortes espaciais da estrutura intra-urbana (Mapas 27 e 28).

**Tabela 61 – RIDE - População, Participação Relativa e Taxa de Crescimento
1996-2000**

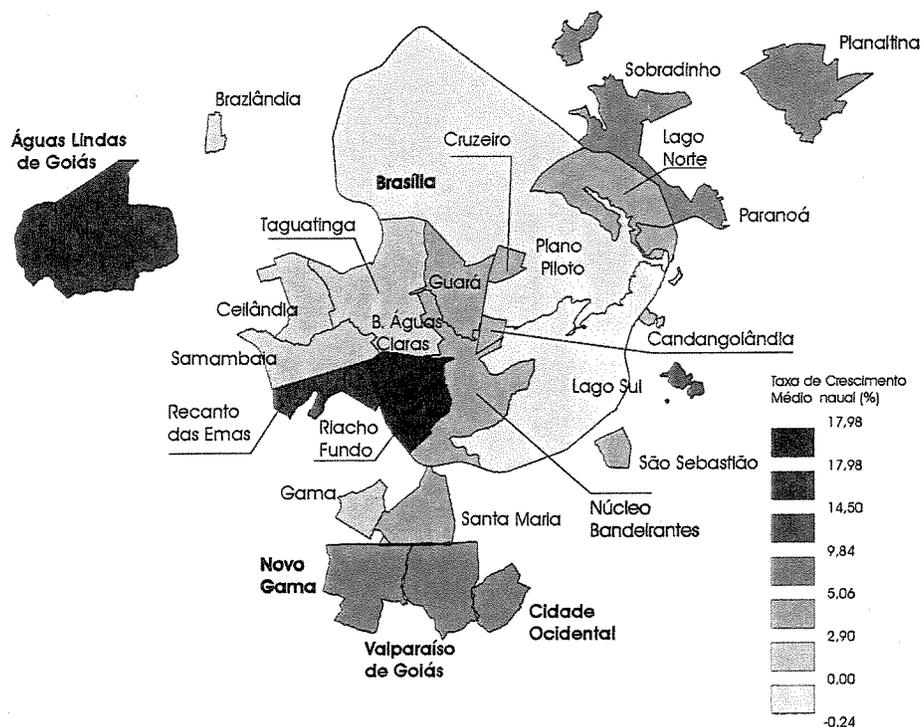
Divisão Funcional Estrutura Intra-urbana	REGIÃO ADMINISTRATIVA	População 2000	Pop. (%)	Tx de cresc. méd. anual (%)	
RA que abriga o Centro Principal	Brasília	198.422	8,4	-0,1	
Potenciais Sub centros	Guará	115.385	4,9	2,9	
	Taguatinga	243.575	10,3	2,4	
	Total	358.960	15,2	2,6	
RAs de ocupação de pop. de alta e média alta renda	Lago Norte	29.505	1,2	3,5	
	Lago Sul	28.137	1,2	-0,2	
	Núcleo Bandeirante	36.472	1,5	4,0	
	Cruzeiro	63.883	2,7	3,5	
	Total	157.997	6,7	2,88	
RAs de ocupação periférica	Ceilândia	344.039	14,5	0,1	
	Samambaia	164.319	6,9	1,1	
	Brazlândia	52.698	2,2	2,5	
	Gama	130.580	5,5	2,9	
	Santa Maria	98.679	4,2	3,0	
	Candangolândia	15.634	0,7	3,1	
	Paranoá	54.902	2,3	3,9	
	Planaltina	147.114	6,2	6,2	
	Sobradinho	128.789	5,4	6,2	
	São Sebastião	64.322	2,7	9,8	
	Recanto das Emas	93.287	3,9	15,7	
	Riacho Fundo	41.404	1,7	18,0	
	Principais Municípios goianos de ocupação periférica	Águas Lindas de GO	105.746	4,5	14,5
		Cidade Ocidental	40.377	1,7	5,1
		Novo Gama	74.380	3,1	5,3
		Valparaíso de GO	94.856	4,0	5,9
	Total	1.651.126	69,8	4,75	
Total	2.366.505	100	2,64		

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e contagem 1996.

A análise da população, segundo a estrutura etária, apresentada nos capítulos anteriores, demonstrou os diferenciais entre a população residente no DF e nos municípios que integram o entorno imediato. Desde o processo inicial de formação da periferia regional, na década de 80, é possível identificar maiores participações de crianças, representadas pelos grupos etários entre 0 e 4 e de 5 a 9 anos, e adolescentes de 10 a 14 anos, entre os municípios que integram o entorno imediato, em relação ao DF e à população total da RIDE. Este fato foi associado à maior presença de famílias nas fases de formação, na etapa inicial do ciclo vital familiar.

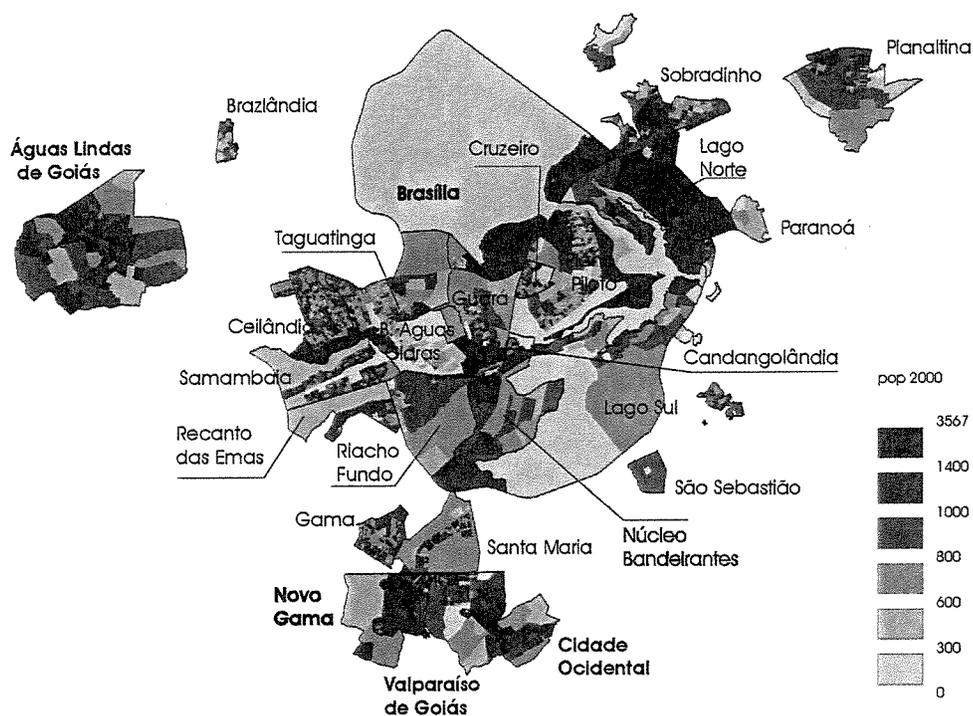
Segundo os dados do censo de 80, a periferia também apresentava participações ligeiramente mais elevadas nas faixas acima de 60 anos, se considerada a população do DF, sendo este quadro revertido de acordo com o censo 2000, com o DF passando a apresentar maiores participações de idosos.

Mapa 27 – Taxas de Crescimento Médio Anual (%) - Regiões Administrativas do DF e Municípios do Entorno – 1996-2000



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e contagem 1996 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 28- População Residente segundo os Principais Elementos da Estrutura Intra-urbana (setores censitários) - RIDE 2000

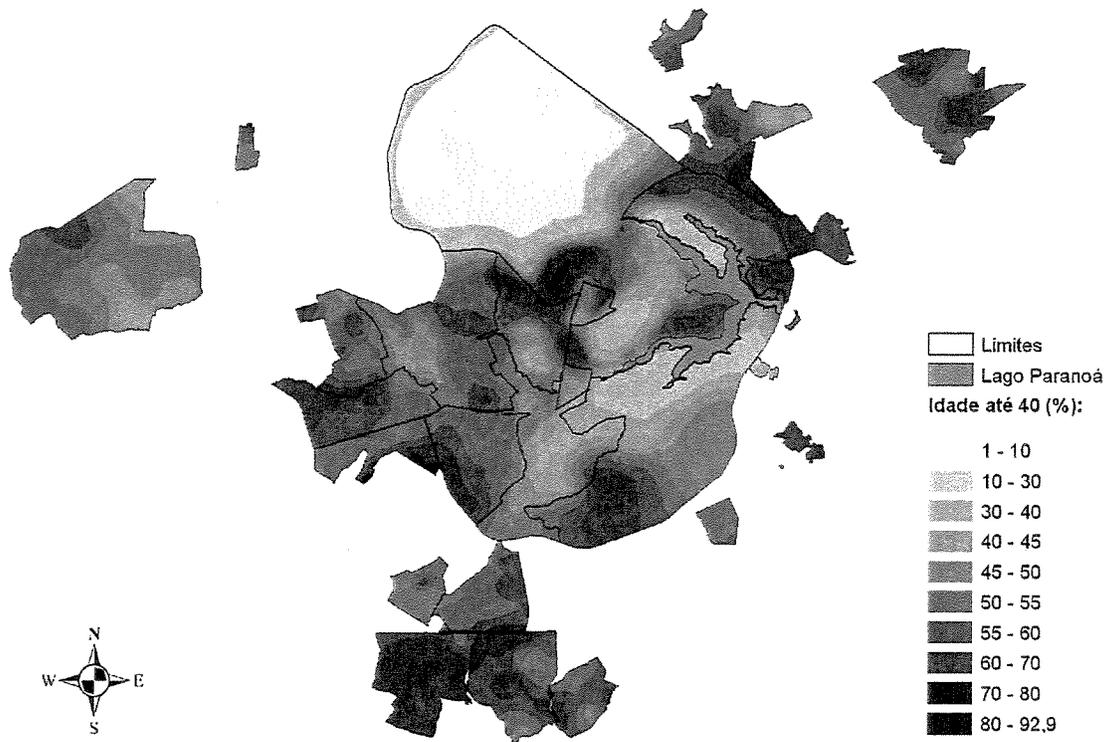


Fonte: censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Esse fato, além de estar associado ao maior número de pessoas nas idades mais jovens que chegam à periferia, também pode representar a fixação de alguns segmentos populacionais de idade mais elevada no DF, o que causaria o envelhecimento relativo da população. A redução dos fluxos migratórios recebidos pelo DF, geralmente compostos por pessoas mais jovens, associada ao processo de redistribuição desses migrantes em direção aos municípios de crescimento periférico, certamente tem peso nas maiores participações dos idosos no DF.

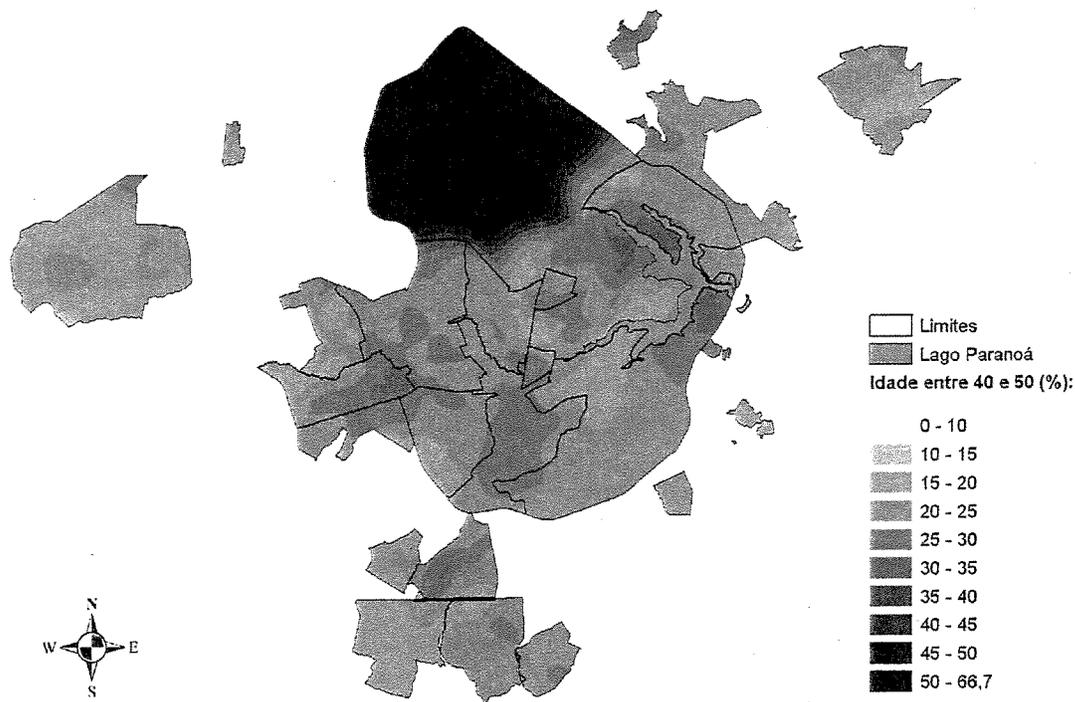
A análise sobre os dados relativos à idade dos chefes, desagregados por setores censitários, confirma a concentração de famílias na fase de formação, na etapa inicial do ciclo vital, nas localizações periféricas: RAs de Recanto das Emas, Samambaia, Paranoá e Planaltina, nos municípios de Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental, onde estão concentrados os chefes com idade até 39 anos (Mapa 29).

Mapa 29- Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Idades Até 39 anos RIDE 2000



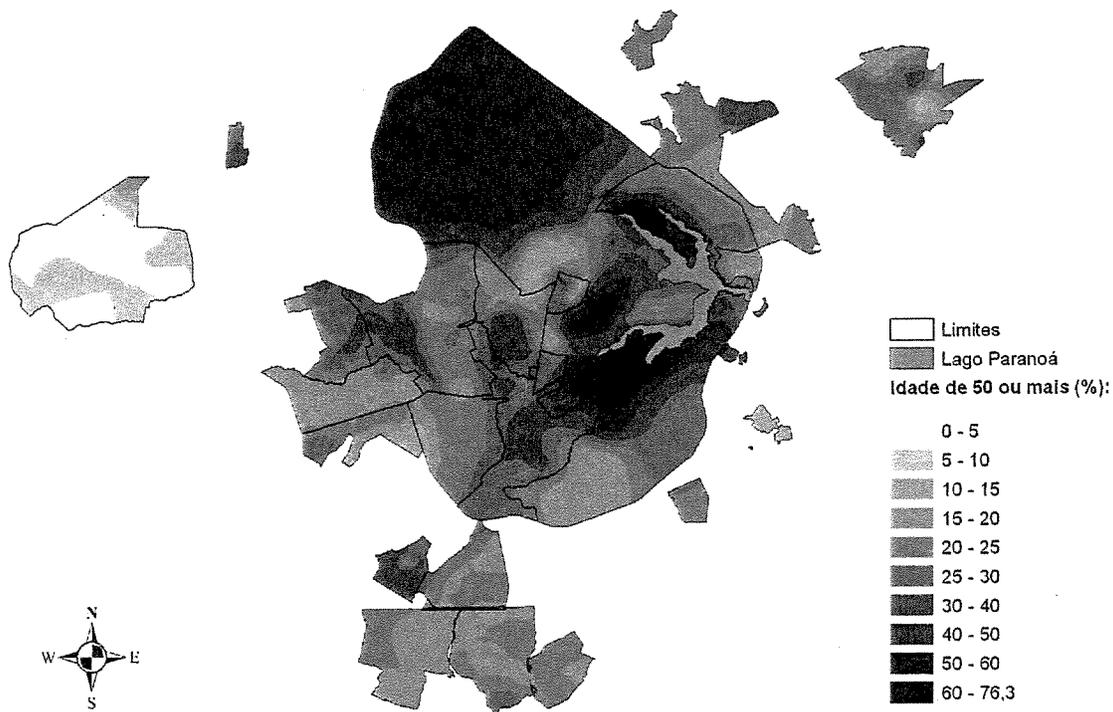
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 30- Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Idades entre 40 e 49 anos - RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 31 – Localização Espacial dos Chefes de Domicílios com Idades Superiores a 50 anos – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

A concentração de chefes em idades superiores a 50 anos confirma a tendência de maiores participações de idosos nas áreas mais centrais, como o Plano Piloto, e naquelas onde se concentram os segmentos populacionais de rendas alta e média, como as RAs do Lago Norte e Lago Sul, além de Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes, que despontam como áreas em processo de elitização, no que se refere aos rendimentos da população residente.

Os dados sobre os setores censitários disponibilizados até a finalização dos levantamentos deste estudo não permitem identificar os tipos de arranjos domésticos constituídos pela população, nesse nível de desagregação. No entanto, algumas aproximações são possíveis, através de variáveis como idade do chefe, ou ocorrência de domicílios unipessoais, e mesmo a razão criança/mulher, que permite uma inferência sobre o tamanho das famílias e sobre os diferenciais no *timing* do ciclo vital familiar, em função da proporção de crianças pequenas no domicílio.

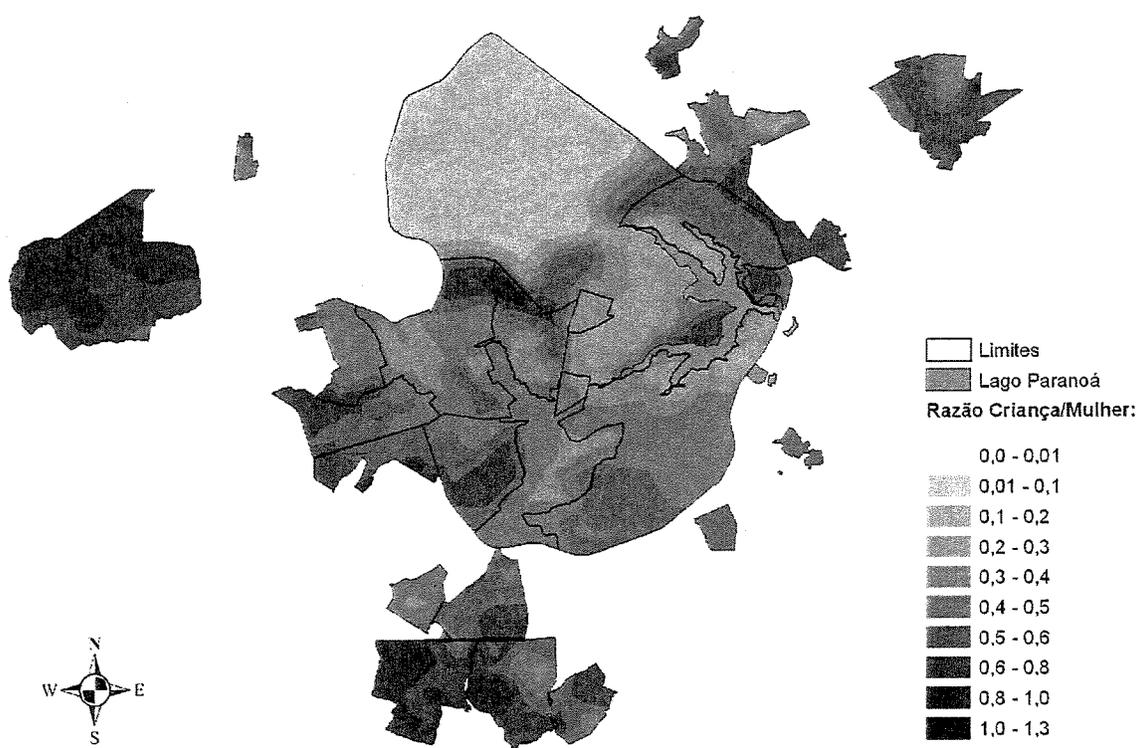
A análise sobre a composição domiciliar, com base nos dados amostrais para o total do DF e o conjunto de municípios que integram o Entorno Imediato, demonstrou, para os dois recortes espaciais, o predomínio das famílias nucleares, representado em torno de 70% do total de famílias, em 1991, com ligeira redução em 2000, quando passou para cerca de 69% (68,8% no DF e 69,9% na periferia). Esta queda ocorreu principalmente, devido ao aumento de 1,9 ponto percentual na participação dos arranjos individuais. No caso do DF, reduzem-se as famílias estendidas e aumentam aquelas, do tipo monoparentais com chefes masculinos e casais sem filhos.

As RAs que apresentaram maiores participações dos arranjos tipo individual foram Brasília (inclusive Plano Piloto), Núcleo Bandeirantes e Cruzeiro, localizadas nas proximidades do núcleo principal e que também registram rendimentos médios mensais que permitem classificá-las como de renda média alta.

Como forma de inferir a distribuição mais desagregada da composição dos arranjos domiciliares, no espaço intra-urbano, foi calculada a razão criança/mulher. As razões entre crianças de 0 a 4 anos e mulheres em idade reprodutiva são mais elevadas nas áreas periféricas, nos municípios e RAs situadas em áreas distantes do centro principal, e também nas ocupações ou favelas localizadas nas áreas mais centrais¹¹⁵, o que é coerente com a hipótese de maior número de famílias na fase inicial do ciclo vital familiar, reforçando as observações sobre os dados apresentados até o presente momento (Mapa 32).

Os mapas sobre a razão criança/mulher e a concentração de domicílios unipessoais contribuem para a confirmação dos diferenciais entre as concentrações de arranjos nucleares na periferia e a maior participação dos arranjos individuais na região central, principalmente no Plano Piloto.

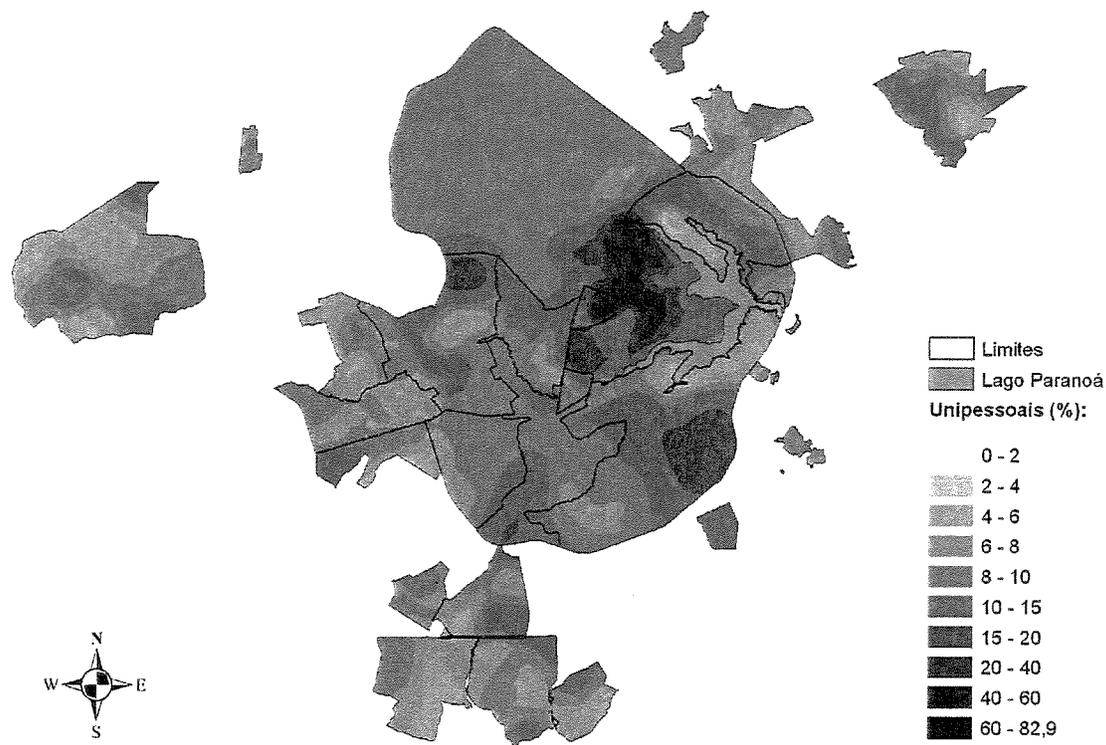
Mapa 32 – Razão Criança/Mulher segundo a Localização Espacial Intra-Urbana RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

¹¹⁵ Vide o mapa sobre localização das ocupações apresentado no início do capítulo.

Mapa 33 – Localização Espacial dos Domicílios Unipessoais – RIDE 2000

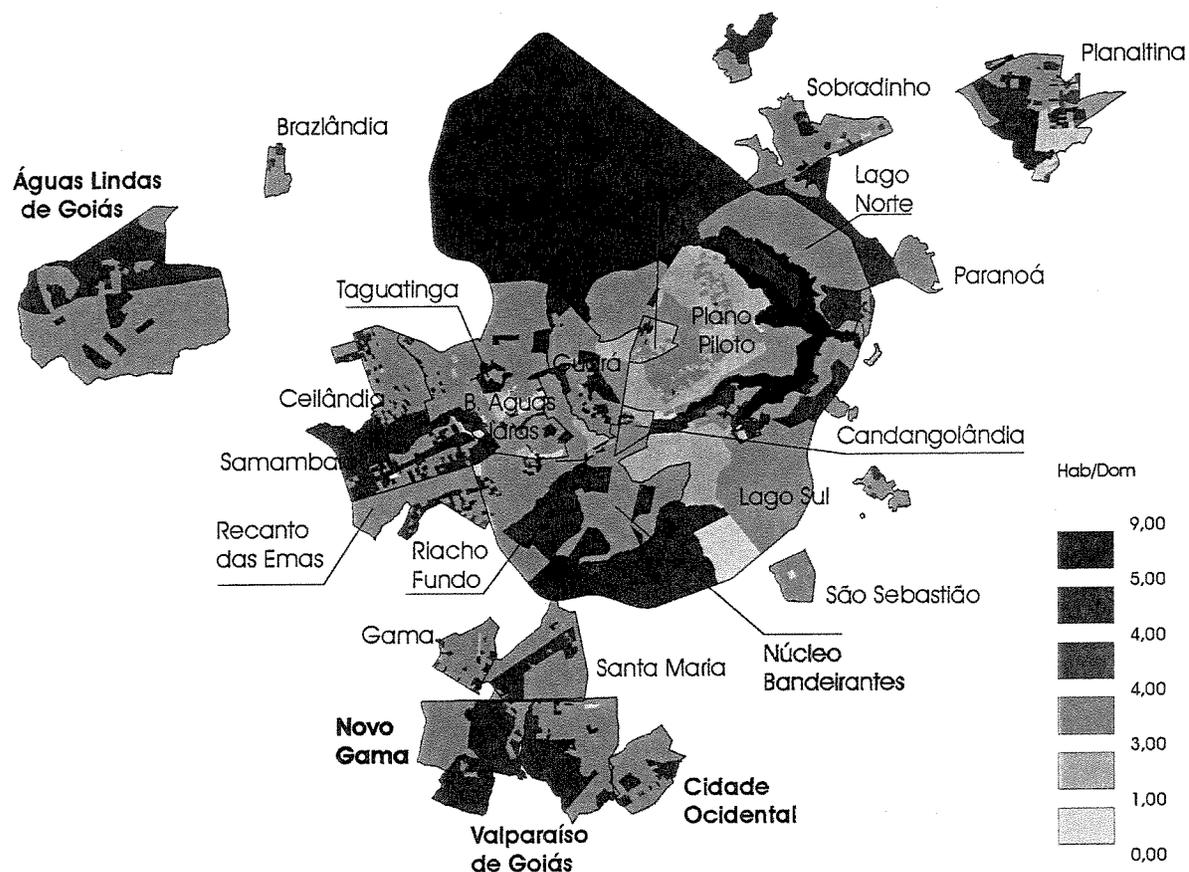


Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

A densidade domiciliar¹¹⁶, obtida a partir da divisão da população residente pelo número de moradores em cada setor possibilita a análise, por aproximação, sobre o tamanho dos arranjos domiciliares. Se desconsiderarmos as duas manchas mais intensas, que correspondem a setores censitários pouco povoados e com presença de domicílios coletivos (tipo asilos, casa de repouso, clínica, alojamentos, etc). Verifica-se que os municípios com maior número de moradores localizam-se, com maior frequência, nas áreas periféricas, tanto em regiões mais distantes como naquelas próximas ao centro principal, nas áreas ocupadas ilegalmente.

¹¹⁶Neste caso optou-se pela utilização do mapa coroplético por acreditar que a medida de concentração prejudicava, neste caso específico, a visualização da distribuição da população pelos domicílios nos diferentes espaços regionais, sendo o resultado final fortemente influenciado pela concentração de domicílios coletivos em determinados setores pouco povoados.

Mapa 34 – Densidade Domiciliar (nº de habitantes/ nº de domicílios no setor) – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

O aumento da ocorrência da chefia feminina tem sido observado e analisado em vários trabalhos sobre as relações de gênero no Brasil¹¹⁷. Na verdade, mais do que uma alteração nas relações de gênero, a ocorrência da chefia feminina tem sido associada ao aumento da pobreza nas grandes e médias cidades brasileiras. Segundo Berquó (2002), o fenômeno é predominantemente urbano, mais comum entre as mulheres mais jovens, separadas e com menor qualificação, concentrado principalmente nos segmentos populacionais de baixa renda. Termos como “feminização da pobreza”¹¹⁸ surgem em alguns trabalhos sobre o tema, e seu significado está relacionado à constatação de que as mulheres estão ficando mais pobres que os homens, sendo essa pauperização associada ao aumento da chefia feminina.

¹¹⁷ Berquó (2001) Castro (1992), Goldani (1994) entre outros.

¹¹⁸ Novelino (2002).

Na verdade, a associação entre a ocorrência da chefia feminina e a emancipação da mulher é válida apenas para os segmentos populacionais de alta renda e elevada qualificação profissional. Segundo pesquisa realizada junto às mulheres líderes comunitárias, residentes em uma favela do Recife¹¹⁹, para 67,8% das mulheres chefes de domicílio, a chefia se baseava na manutenção do domicílio, mas não implicava a ausência masculina.

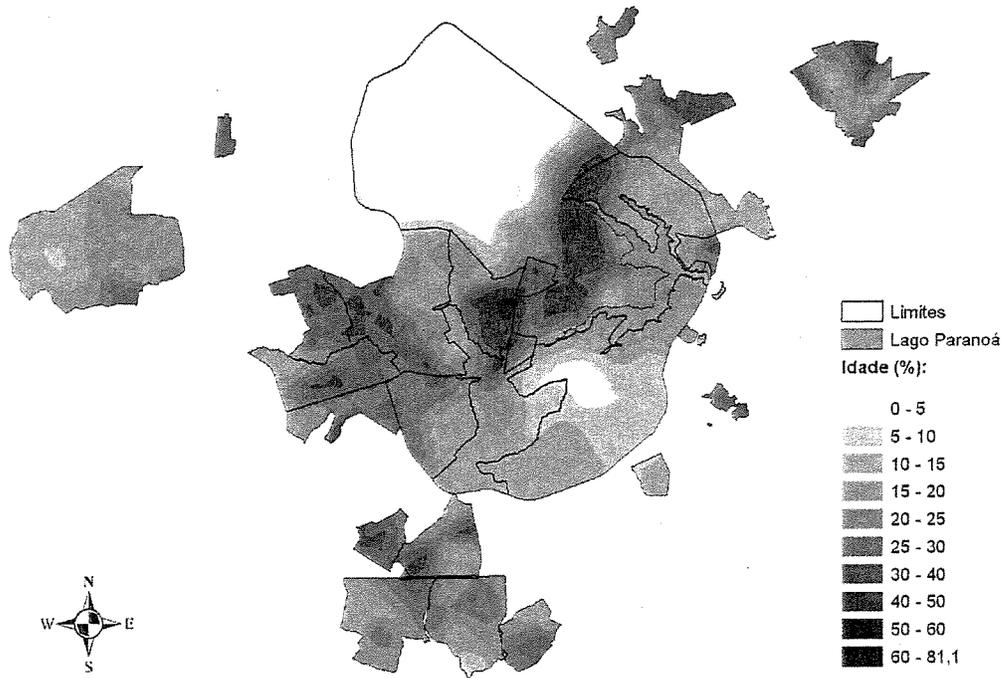
Diante da complexidade da questão, não se pretende nesse estudo avaliar em que medida a chefia feminina representa, ou não, independência feminina ou alterações nas relações entre os gêneros, mas sim investigar, de acordo com a disponibilidade de dados que possam ser desagregados por setores censitários, se essa ocorrência é diferenciada espacialmente e as suas possíveis relações com o quadro de desigualdades socioespaciais, relacionadas ao processo de estruturação intra-urbana.

Através da análise dos dados sobre a participação das mulheres chefes de domicílio, segundo a idade, associada às fases do ciclo vital familiar, verifica-se que o fenômeno é mais significativo à medida de que se avança em direção às idades mais elevadas.

A localização espacial da ocorrência da chefia feminina indica que para a população mais jovem até 39 anos, a concentração está nas RAs de Guará e no Plano Piloto, estando associadas à ocupação de população de alta e média alta renda (Mapa 35). À medida que a análise avança em direção às chefes mais idosas, a concentração vai se aproximando de áreas onde a renda é mais baixa e de localização periférica. A razão entre os rendimentos médios mensais de chefes masculinos e chefes mulheres, indica a predominância dos salários recebidos pelos homens, praticamente em todas os elementos da estrutura intra-urbana (Mapa 38). De modo geral, a maior participação de chefes mulheres com rendimentos superiores aos masculinos se localiza em áreas com concentração de população de renda média.

¹¹⁹ Mendes (2002).

Mapa 35 – Participação da Chefia Feminina no Total de Chefes segundo a Idade - Idade até 39 Anos RIDE 2000



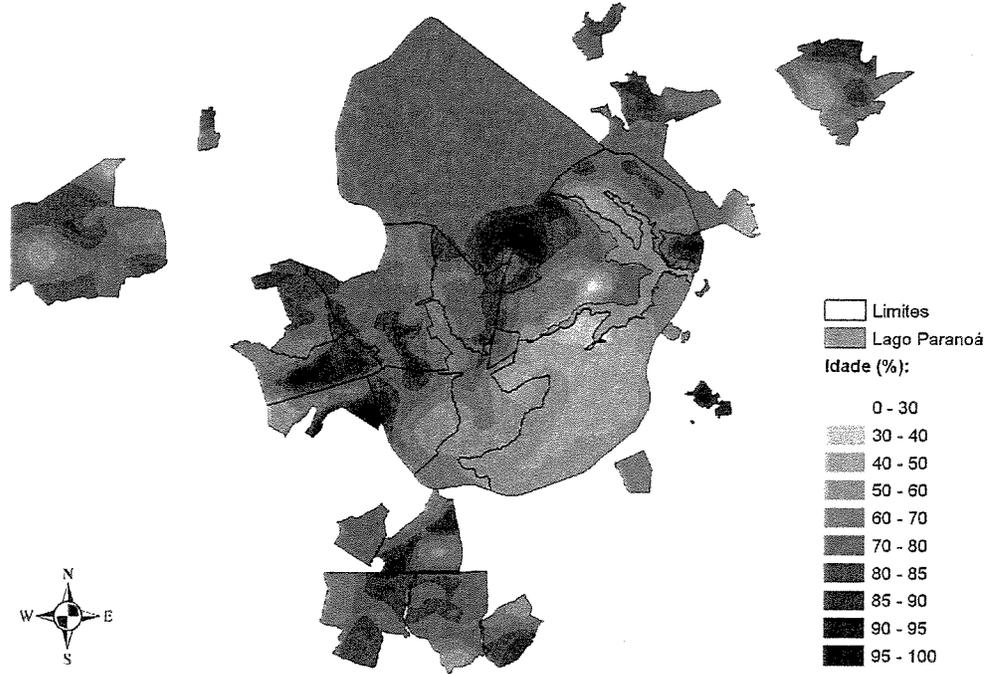
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 36 – Participação da Chefia Feminina no Total de Chefes segundo a Idade - Idade entre 40 e 59 anos – RIDE 2000



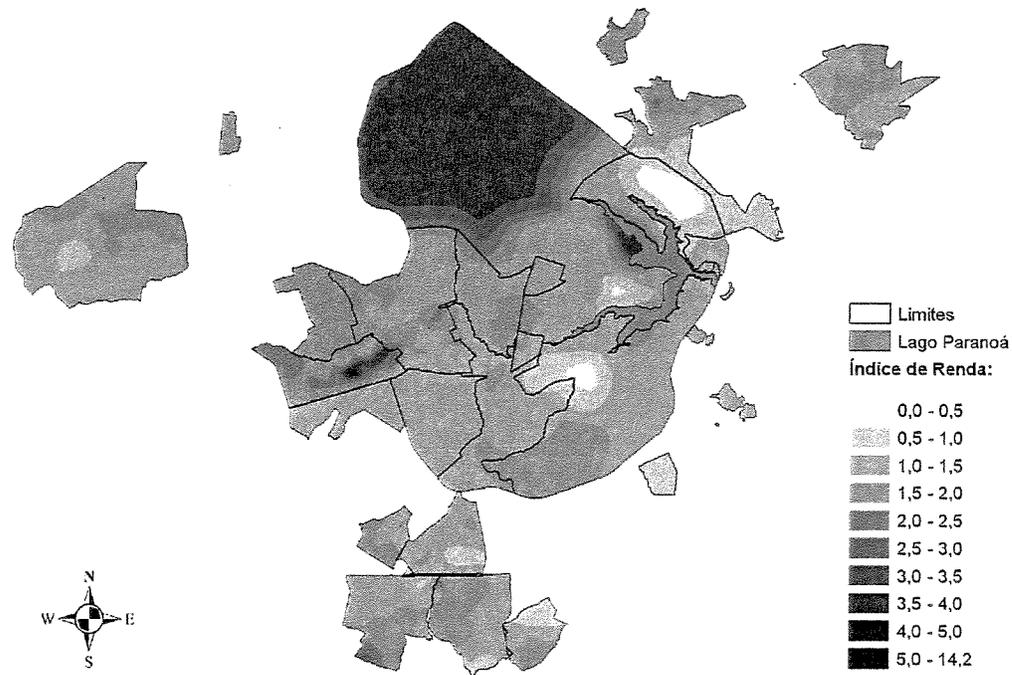
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 37 – Participação da Chefia Feminina no Total dos Chefes segundo a Idade – Idade Acima de 60 Anos – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 38 – Razão Entre os Rendimentos Médios Mensais de Chefes Masculinos e os Rendimentos Médios Mensais de Chefes Femininas – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

De modo geral, a análise das variáveis demográficas confirmou as hipóteses apresentadas no início do capítulo, de concentração de população mais jovem, na etapa de formação da família, correspondendo à fase inicial do ciclo vital, que pode ser relacionada à oferta de moradia acessível à população de baixa renda, que não tem essa demanda atendida nas áreas centrais.

Na periferia estão também as pessoas menos qualificadas, e que recebem menores rendimentos, como contrapartida sociodemográfica do processo de segregação socioespacial da população, principal fator distintivo da estruturação intra-urbana.

A segregação voluntária dos segmentos de alta renda, que ocupam as áreas mais bem localizadas, fruto da melhor acessibilidade ao centro principal, fica bastante evidente através da análise dos dados relativos à concentração dos chefes com rendimentos médios mensais acima de 20 salários mínimos e com os melhores níveis educacionais, nas proximidades do centro principal.

*Composição da População por Sexo e Idade*¹²⁰

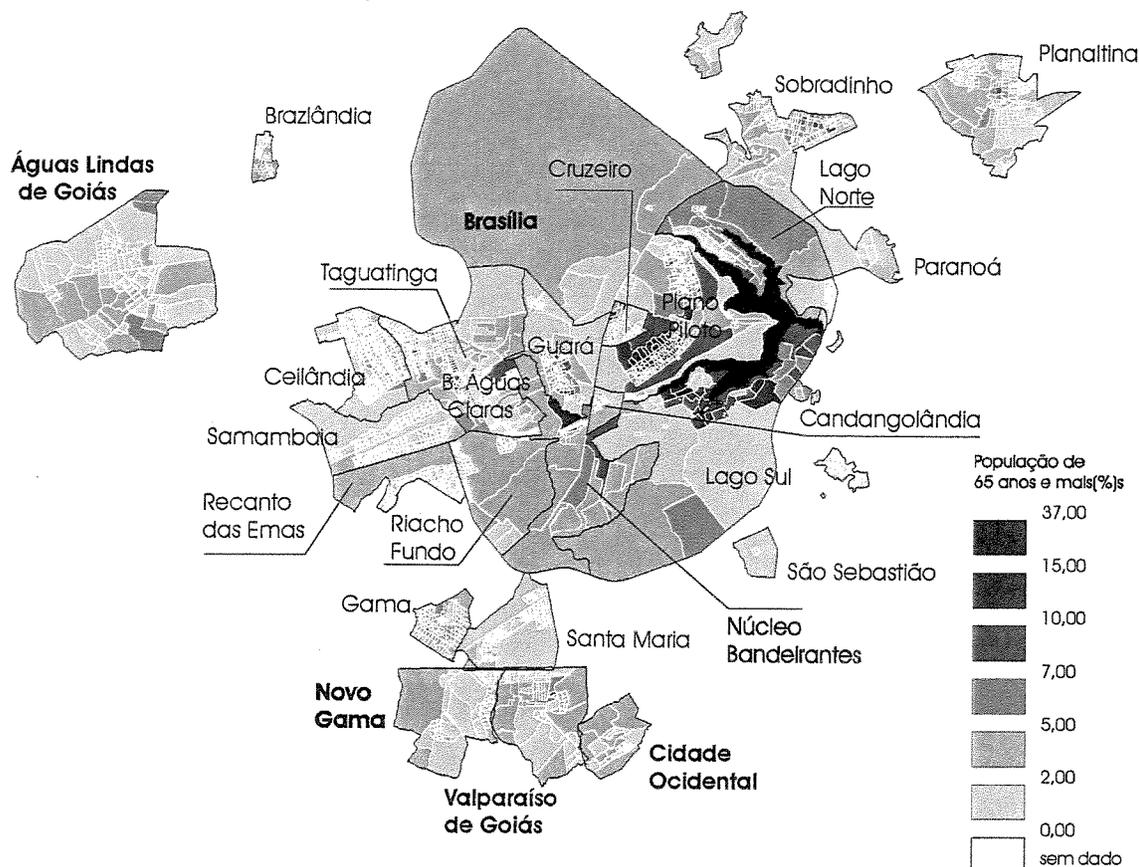
Algumas considerações são necessárias sobre a estrutura por sexo e idade da população no espaço intra-urbano da RIDE. Seguindo a tendência nacional de redução da fecundidade, associada ao decréscimo da mortalidade da população mais idosa, o fenômeno abrange todo o território do espaço intra-urbano. O diferencial entre a população da periferia e do DF está nas proporções do fenômeno nos dois recortes espaciais, sendo o processo de envelhecimento da população mais evidente no DF. Enquanto no período 1980-2000 a participação do grupo etário com idade acima de 65 anos no DF, aumentou de 1,7% para 3,3%, na periferia o ritmo desse crescimento é menor, passando de 2,2% para 2,4% do total da população. No que se refere à redução na participação das crianças, as proporções são mais equilibradas, sendo que para o grupo etário entre 0 e 9 anos, no DF, a proporção diminuiu de 26,5% para 19,1% e, na periferia, passa de 33,5% para 25,6% do total.

No entanto, os dados desagregados pelos elementos espaciais da estrutura intra-urbana demonstram que a localização espacial dos idosos é mais acentuada nas áreas centrais onde estão os segmentos populacionais de renda mais elevada, como o Plano Piloto

¹²⁰Neste item e idéia é mostrar a distribuição da população pelos diferentes segmentos do espaço intra-urbano, por isso a opção pelos mapas cloropléticos.

e as RAs do Lago Norte e Lago Sul, onde a participação do grupo etário com mais de 65 anos chega a 37% do total da população (Mapa 39).

Mapa 39 – Localização da População com 65 anos ou Mais (Participação relativa no setor censitário) – RIDE 2000



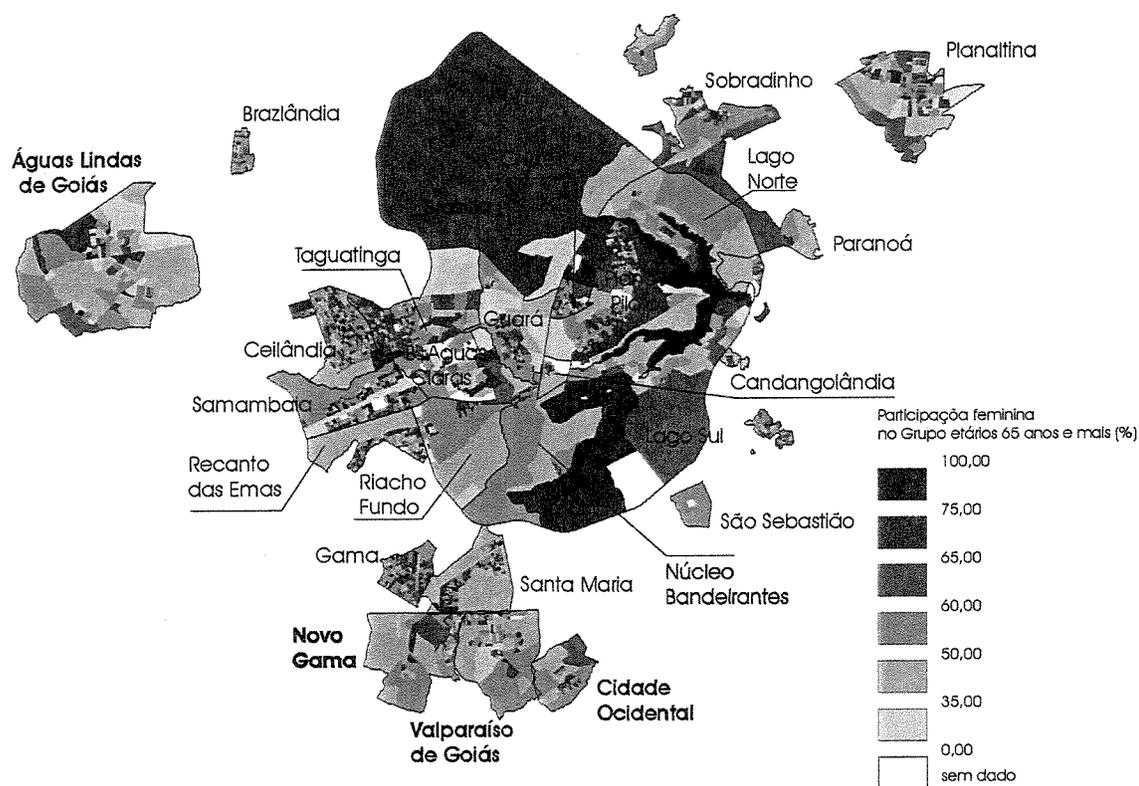
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

No que se refere à composição por sexo dos idosos, no DF; como era de se esperar, há predominância das mulheres (razão de sexo igual a 0,72). No entanto, na periferia, onde a concentração é menor, ocorre o equilíbrio entre homens e mulheres, indicada pela razão de sexo igual a 1,01. A predominância de mulheres entre os idosos pode ser verificada desde 1980 e está associada à sobremortalidade masculina nessa faixa etária, podendo também estar relacionada aos fluxos imigratórios em direção ao DF, ocorridos em função da urbanização da região, nos quais a predominância das mulheres tem sido uma constante¹²¹.

¹²¹No início do processo de construção da capital ocorria o predomínio dos homens na população do DF, em função dos fluxos migratórios em direção à fronteira agrícola e também em função do fluxo representado pelos trabalhadores envolvidos na construção da nova capital. À medida que a migração vai se tornando familiar, ou vai se consolidando a base econômica terciária do DF, acentuam-se os fluxos de mulheres migrantes, alterando a composição por sexo da população residente.

O predomínio de homens nas idades mais avançadas nas regiões periféricas pode estar associado à existência de atividades agrícolas, ainda que de pequeno porte. A tendência de “masculinização” e envelhecimento da população ligada às atividades rurais já foi apontada num estudo realizado por Camarano e Abramovay (1998) sobre esse processo no Brasil, como resultado da migração motivada pelo desenvolvimento das atividades terciárias nas grandes cidades, que atraem as mulheres mais jovens que buscam inserção ocupacionais em atividades que requerem menos esforço físico.

Mapa 40 – Participação das Mulheres nos Grupos Etários de 65 Anos e Mais (%) – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

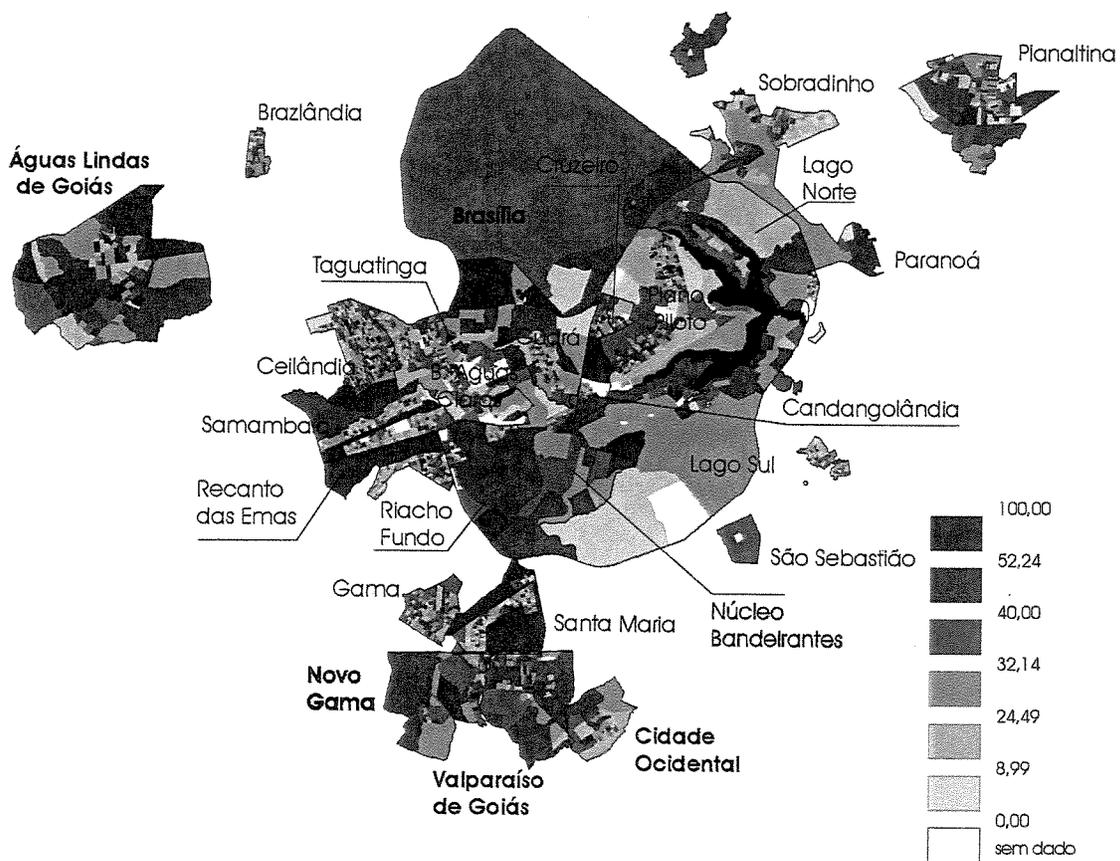
Em relação à condição de chefes de domicílio para os idosos, é possível inferir que eles são maioria nas localizações periféricas, onde a participação de homens nesta faixa etária é mais elevada, sejam elas localizadas a grandes distâncias ou em áreas centrais (ocupações por população de baixa renda), o que significa que a manutenção da condição de chefe pode estar associada à fragmentação das famílias com a saída dos filhos, ou à ocorrência de famílias estendidas com filhos já casados, morando na casa dos pais.

A condição de chefe do idoso também está muitas vezes associada ao seu papel de mantenedor da família, seja em função da sua permanência na atividade produtiva, seja

condicionada ao papel preponderante das aposentadorias e pensões, na composição dos rendimentos das famílias de baixa renda, que tornam o idoso o responsável pelo domicílio.

A maior participação de idosos enquanto chefes de domicílio na periferia torna-se ainda mais evidente quando se desagrega os dados segundo o sexo desse grupo de chefes. No mapa apresentado a seguir, pode-se verificar que, na maioria dos setores nas localidades periféricas, principalmente nos municípios goianos, a participação dos idosos homens que são chefes de domicílio sobre o total de idosos é superior a 40% (Mapa 41). No caso da chefia feminina, a participação, apesar de ser mais reduzida, também se concentra na periferia.

Mapa 41- Participação dos Chefes Masculinos entre os Idosos de 65 Anos e Mais - RIDE 2000



Ainda sobre a composição por sexo da população que habita o espaço intra-urbano, as mulheres são maioria não apenas entre os idosos, como era de se esperar, mas também em todas as demais faixas adultas, acima de 15 anos, da população do DF.

A concentração espacial das mulheres ocorre nas áreas mais centrais, onde a urbanização é mais intensa e consolidada, principalmente no Plano Piloto e nas RAs de Guará, Cruzeiro e Taguatinga.

A maior presença de mulheres nas idades adultas na população intra-urbana certamente está associada aos fluxos migratórios de longa distância, originários principalmente dos Estados do Nordeste, onde predomina a população feminina nas idades entre 15 e 24 anos, como foi demonstrado no capítulo anterior¹²².

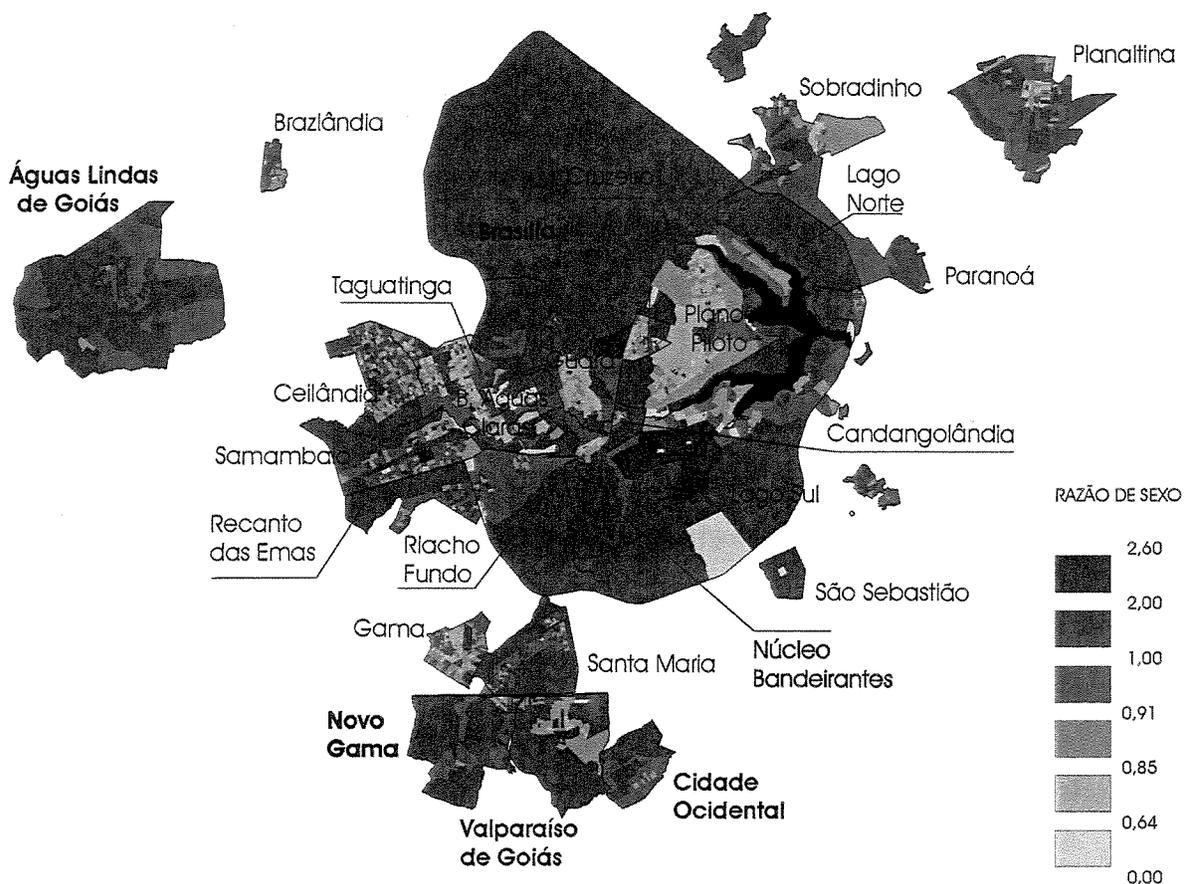
A concentração nas regioes mais urbanizadas ocorre em função das possibilidades de inserção no setor terciário, em que as relaoes de assalariamento favorecem a inserção de mulheres¹²³. Além do emprego no terciário, estão mais disponíveis nas áreas mais urbanizadas existem mais oportunidades de trabalho doméstico para a população feminina menos qualificada, nas residências das famílias de renda média e média alta (Mapa 42).

Em algumas localidades periféricas, principalmente nos municípios goianos, nos segmentos espaciais onde a urbanização é menos intensa, a presença de homens  maior, inclusive nas idades mais elevadas, o que pode estar associado  inserção profissional em atividades agrícolas, hipótese corroborada pela maior participação nesses segmentos espaciais de arranjos domésticos do tipo individual.

¹²²O estudo de Camarano e Abramovay (1998) sobre o rural brasileiro, citado anteriormente, demonstra como os fluxos de imigrantes do Nordeste na década de 90 ainda podem ser associados ao xodo rural, com predmio de mulheres jovens, e como o Centro-Oeste é a regio brasileira onde o processo de "masculinização" do campo é mais intenso.

¹²³Para mais detalhes sobre o papel dos baixos salários do setor terciário na inserção das mulheres no mercado de trabalho, vide pesquisa publicada pela FSeade (www.seade.sp.gov.br/ped/estudos especiais2004).

Mapa 42 - Razão de Sexo segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000

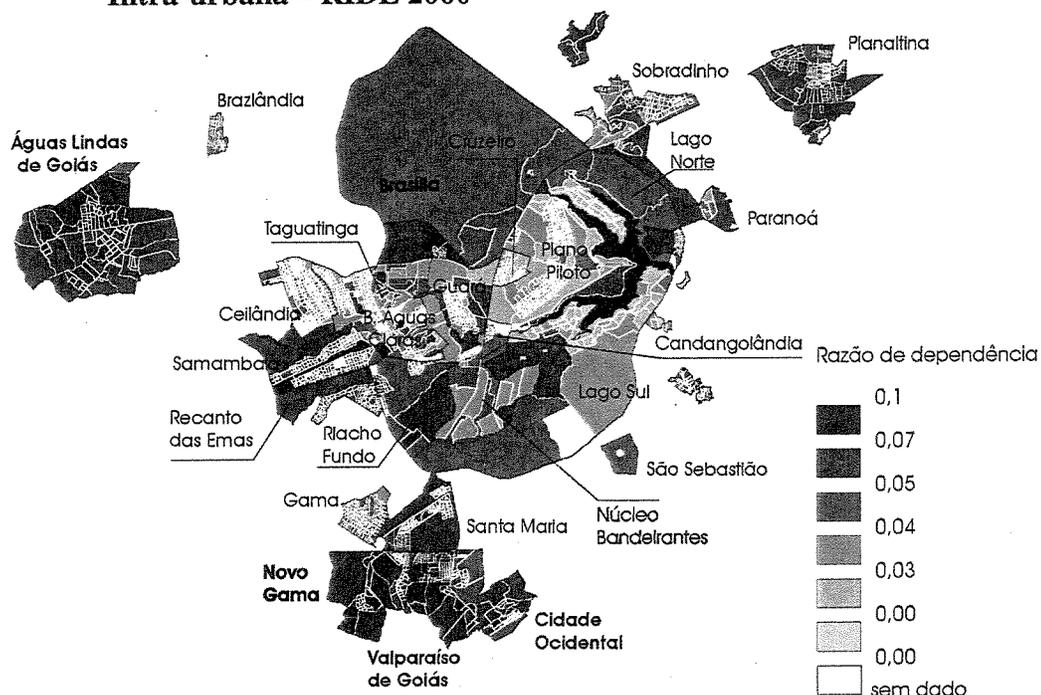


Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Segundo a análise sobre a relação de dependência e o índice de rejuvenescimento¹²⁴, as localizações periféricas (centrais ou distanciadas do centro principal) apresentam maiores participações de crianças e pessoas idosas em relação à população mais jovem, se comparadas às localizações centrais, implicando menos pessoas em idade ativa, provavelmente em função da composição com características de migração familiar, constituída por casais com filhos pequenos, predominante nos fluxos intrametropolitanos (Mapa 43 e Mapa 44).

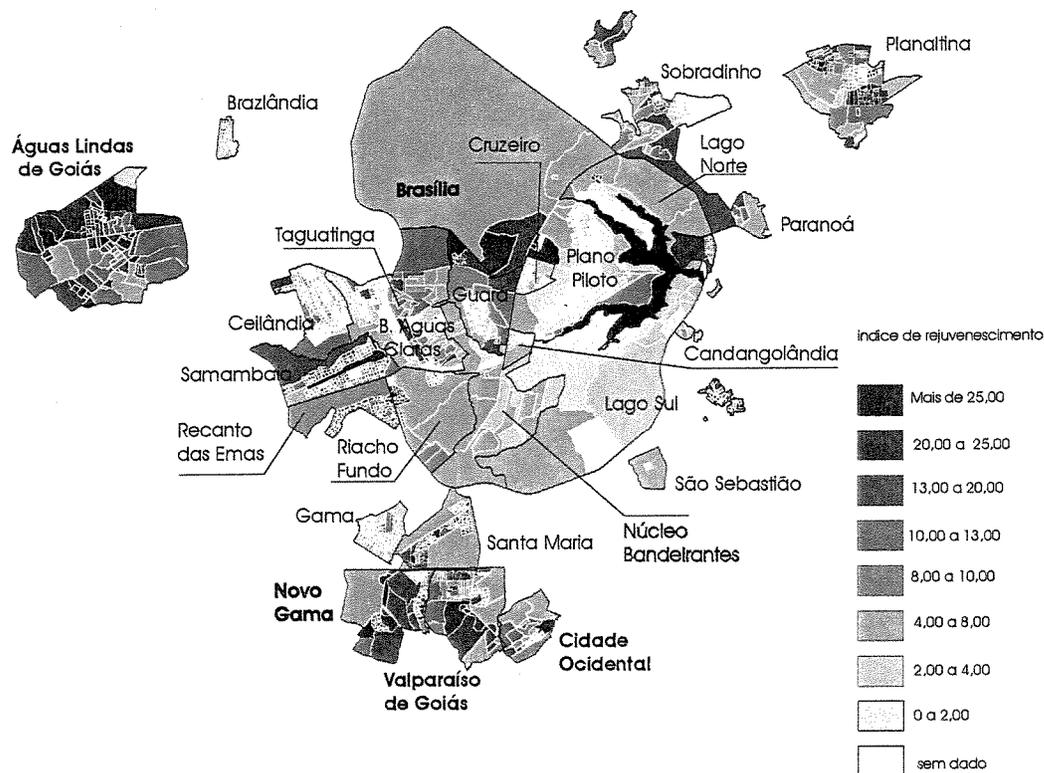
¹²⁴ Indicador estatístico que mede a proporção de jovens em relação à população idosa. Pessoas de 0 a 14 anos sobre pessoas de mais de 60 anos.

Mapa 43 – Razão de Dependência da População segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 44 – Índice de Rejuvenescimento segundo a Localização Espacial Intra-urbana – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

De modo geral, a análise das variáveis demográficas confirmou as hipóteses colocadas anteriormente, complementando assim a identificação das alterações das características da população, segundo local de moradia no espaço intra-urbano, como contrapartida sociodemográfica do processo de organização interna na região.

O índice de rejuvenescimento, que estabelece a relação entre a população jovem (0 a 14 anos) e a população idosa, permite visualizar como a distribuição espacial enquanto resposta ao processo de estruturação intra-urbana concentra o segmento mais jovem nas áreas periféricas, principalmente no município de Águas Lindas, onde o processo de periferização é mais recente.

No próximo item, complementando a análise sobre os diferenciais no acesso à terra urbana pelos diferentes segmentos populacionais, serão analisados aspectos relacionados às condições de moradia e ao acesso à infra-estrutura básica urbana.

Análise das Condições Habitacionais

A segregação sociespacial da população torna ainda mais excluídos os habitantes das áreas periféricas, não apenas por serem mais difíceis e onerosos os deslocamentos diários motivados principalmente pelo trabalho, mas também pelas condições de acesso à infra-estrutura básica, responsável, em grande parte, pelas condições de salubridade das habitações.

Em relação ao abastecimento de água, foram considerados inadequados os domicílios sem canalização interna, seja o abastecimento realizado através de poços ou por meio da ligação à rede pública de abastecimento. O acesso à infra-estrutura básica constitui o diferencial que mais facilmente pode ser identificado e visualizado no processo de ocupação seletiva do espaço urbano. No Brasil, a diferenciação é mais visível no acesso ao serviço de coleta e tratamento dos esgotos domésticos. Segundo os dados do IBGE para 1999¹²⁵, 93,3% dos domicílios urbanos possuíam abastecimento de água com canalização interna, 52,5% eram atendidos por rede de coleta de esgotos e 23% utilizavam fossas sépticas (totalizando 75% de domicílios adequados segundo os critérios adotados nesse estudo). O nível de atendimento da coleta de lixo também era satisfatório, com 93,7% dos domicílios atendidos. Esses números não representam condições ideais de atendimento,

¹²⁵ Estatísticas Brasil Século XX, IBGE 2002.

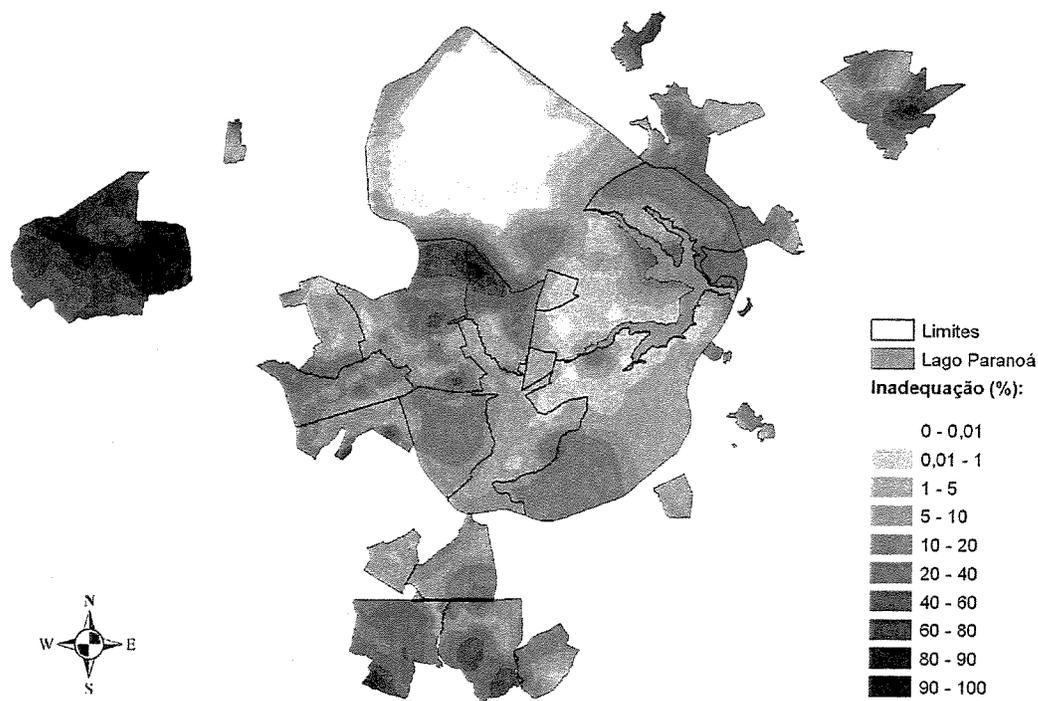
servindo apenas como referência para o que foi considerado adequado nesse estudo. As condições ideais de oferta de infra-estrutura abrangem, além da coleta, o tratamento dos resíduos do esgoto doméstico e a destinação final do lixo, segundo parâmetros mínimos que lhes assegurem condições de salubridade.

No entanto, no espaço intra-urbano da RIDE, a diferenciação entre o acesso ao serviço de abastecimento de água demonstra como áreas de ocupação ilegal (Favela Estrutural ou Lixão, na extremidade da RA do Guará) e a região periférica de ocupação mais recente (Município de Águas Lindas de Goiás) são menos assistidas, com setores atingindo o percentual de 100% dos domicílios sem canalização interna (Mapa 45).

Da comparação com as demais áreas periféricas, é possível deduzir que, à medida que a população residente vai se consolidando nas áreas periféricas, o atendimento às demandas por infra-estrutura vai sendo paulatinamente melhorado, o que certamente gera valorização imobiliária e possibilidades de novas transferências populacionais. As localizações periféricas mais antigas e as que foram ocupadas através de conjuntos habitacionais (parte dos municípios de Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás) apresentam melhores condições de atendimento à demanda por abastecimento de água.

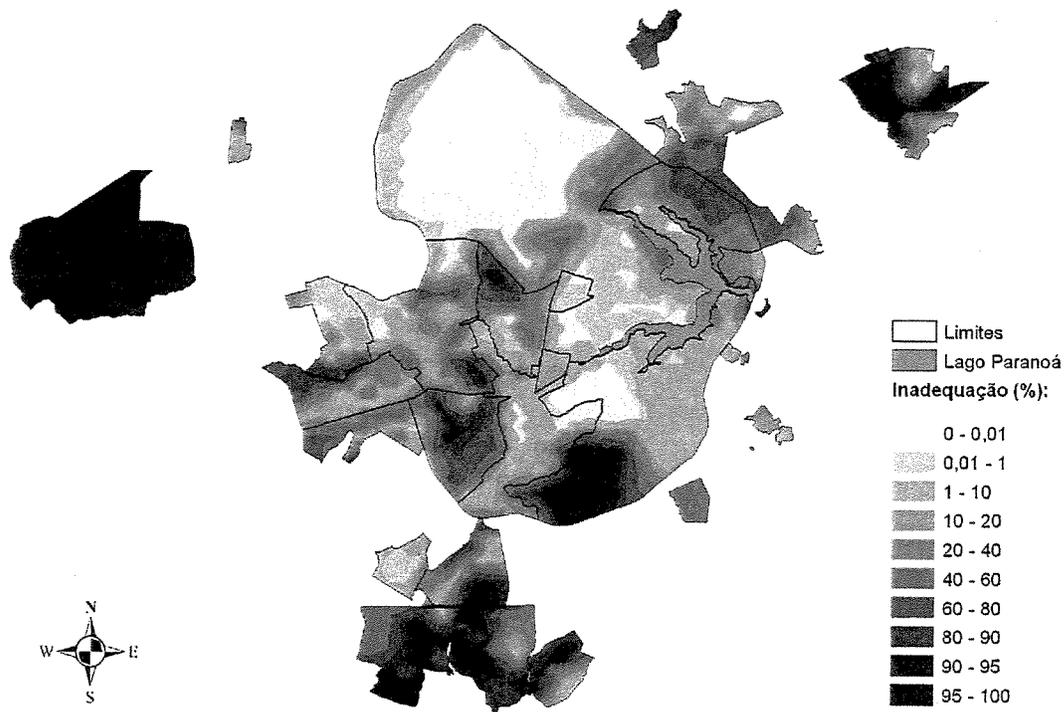
Em relação ao esgotamento sanitário, foram considerados inadequados os domicílios que declararam outras formas de esgotamento que não a ligação à rede de coleta de esgotos ou utilização de fossas sépticas. O quadro geral da periferia se torna ainda mais grave se considerarmos o atendimento à demanda por tratamento de esgotos. No município de Águas Lindas de Goiás, por exemplo, os domicílios sem rede de coleta e sem fossas sépticas representam entre 95% e 100% do total. Percentuais semelhantes foram encontrados nas demais RAs e municípios periféricos e nas áreas onde encontram-se as ocupações ilegais (Mapa 46).

Mapa 45 – Localização Espacial dos Domicílios com Abastecimento d'água Inadequado - RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 46 – Localização Espacial dos Domicílios com Esgotamento Sanitário Inadequado – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

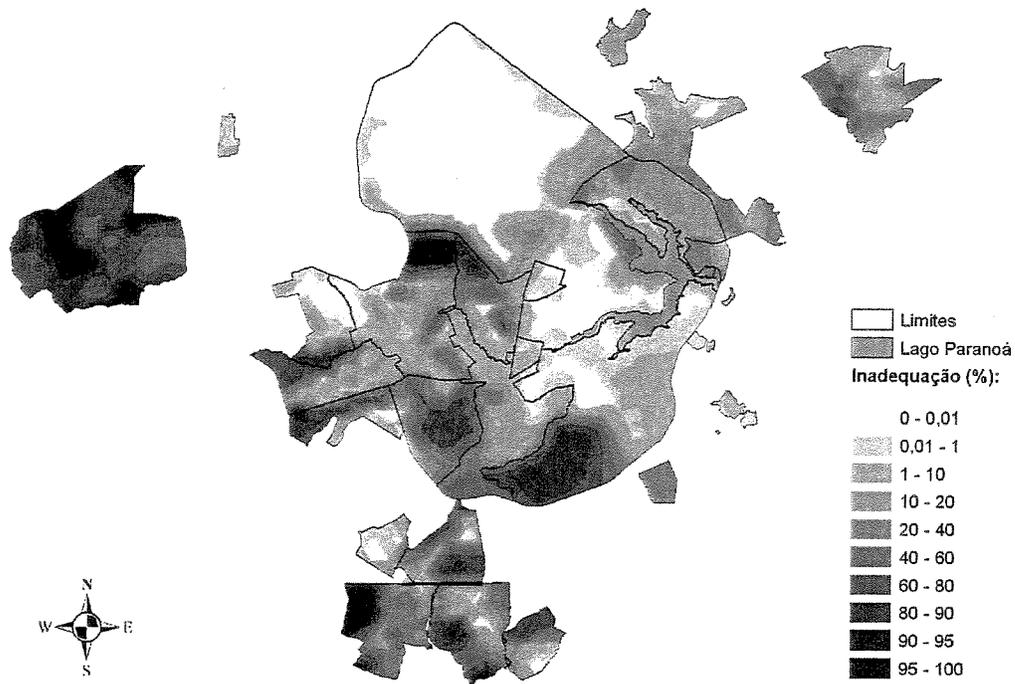
No caso do lixo, a inadequação se refere à não existência de coleta regular, seja de forma direta (recolhimento por caminhões) ou indireta (caçambas colocadas nos bairros). Nestes casos, a destinação final é realizada através do despejo em córregos, rios ou lagos, ou queimada, ou despejo em terrenos desocupados, tendo, todas essas formas fortes implicações nas condições ambientais destas áreas. A concentração da inadequação novamente está nas áreas periféricas.

O que mais chama a atenção nestes percentuais de atendimento da demanda básica por infra-estrutura é a relação de nível de atendimento que pode ser estabelecida a partir dos resultados encontrados para o Brasil, na virada do milênio. No caso do município de Águas Lindas, por exemplo, o setor que aparece com melhores condições de abastecimento de água tinha cerca de 72% dos domicílios adequados e era uma exceção se comparados aos demais. De modo geral, os percentuais de atendimento de infra-estrutura, principalmente abastecimento de água, podem ser considerados baixos nas localizações periféricas, ainda mais se forem considerados os diferenciais entre essas e as regiões centrais.

As condições de ocupação dos domicílios serão analisadas por meio dos próximos mapas, que apresentam as variáveis associadas às condições de adequabilidade em relação ao tipo de domicílio (improvisados ou particulares permanentes), à forma de ocupação (próprios ou alugados) e ao tipo da edificação (casa ou apartamento).

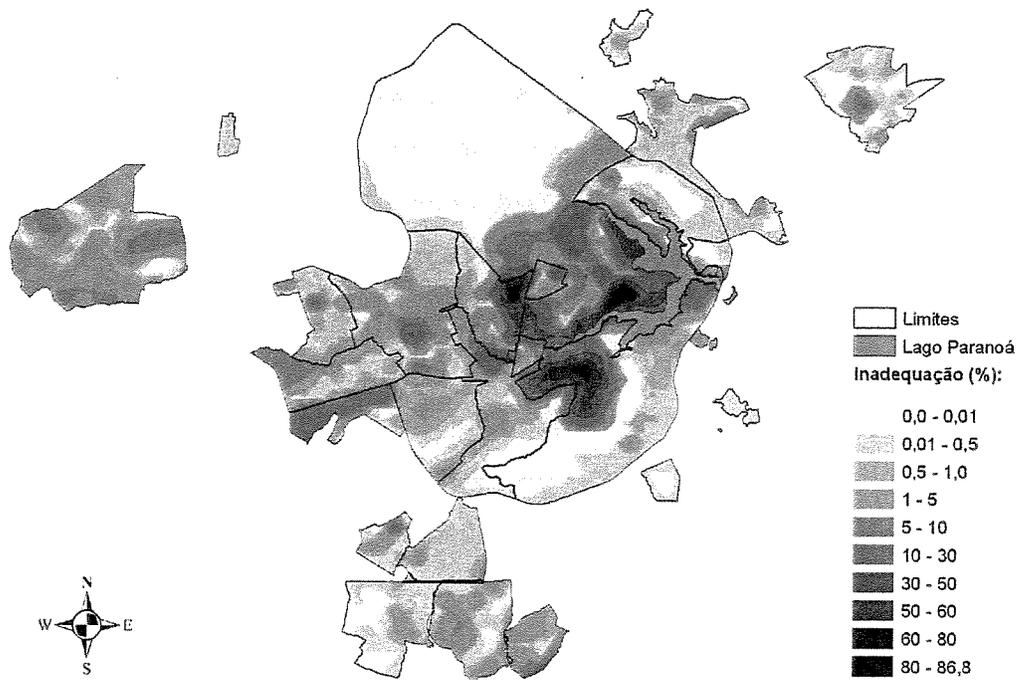
Em relação aos domicílios improvisados, a concentração é predominante nas áreas mais centrais onde se encontram as ocupações ilegais. Apesar de ser um resultado esperado, é importante salientar sua relação com o processo de ocupação da periferia, na RIDE. Na região, como já foi demonstrado nesse estudo, a formação da periferia está fortemente associada à oferta de moradia para os segmentos populacionais de baixa renda, seja por meio da oferta de lotes populares ou conjuntos habitacionais ofertados pela associação Estado/mercado imobiliário, seja através dos programas habitacionais destinados à remoção de população invasora. Em função desse processo, a ocupação é bastante horizontalizada, sendo a forma predominante os domicílios tipo casa, que podem ser considerados adequados, se comparados aos barracos encontrados nas favelas, ainda que as condições de acesso à infra-estrutura não sejam satisfatórias sob o aspecto da salubridade das habitações.

Mapa 47 – Localização Espacial dos Domicílios com Coleta e Destinação Final do Lixo Inadequada – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 48 – Localização Espacial dos Domicílios Improvisados - RIDE 2000



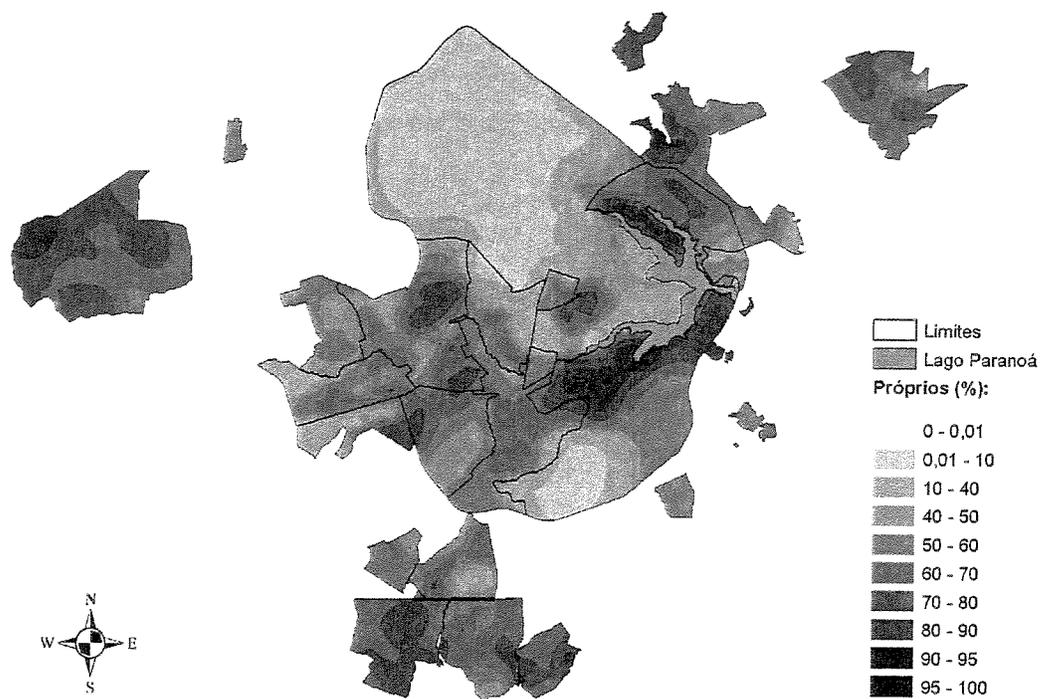
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

A análise dos dados sobre a condição de ocupação dos domicílios permite inferir a importância do fator moradia como determinante da ocupação nas regiões periféricas. Ao contrário do verificada para as áreas mais centrais, predominam na periferia os imóveis próprios, até mesmo nas localizações onde foram encontrados os piores níveis de rendimento médio mensal e as piores condições de habitação, como o município de Águas Lindas, por exemplo. É claro que a propriedade do imóvel, nestes casos, não está associada a melhorias nas condições socioeconômicas dos moradores, servindo apenas como indício que na periferia as possibilidades de realização da propriedade imobiliária são possíveis para a população de baixa renda (Mapas 49 e 50).

A opção por domicílios alugados requer maiores possibilidades financeiras, o que significa ocupação por segmentos populacionais no mínimo de renda média. Algumas RAs em processo de elitização (apenas em função da elevação da renda da população residente) como Taguatinga e Guará, apresentam participações maiores de domicílios alugados, podendo indicar que a população residente, possa estar auferindo renda imobiliária através da locação do imóvel para segmentos populacionais de maior poder aquisitivo.

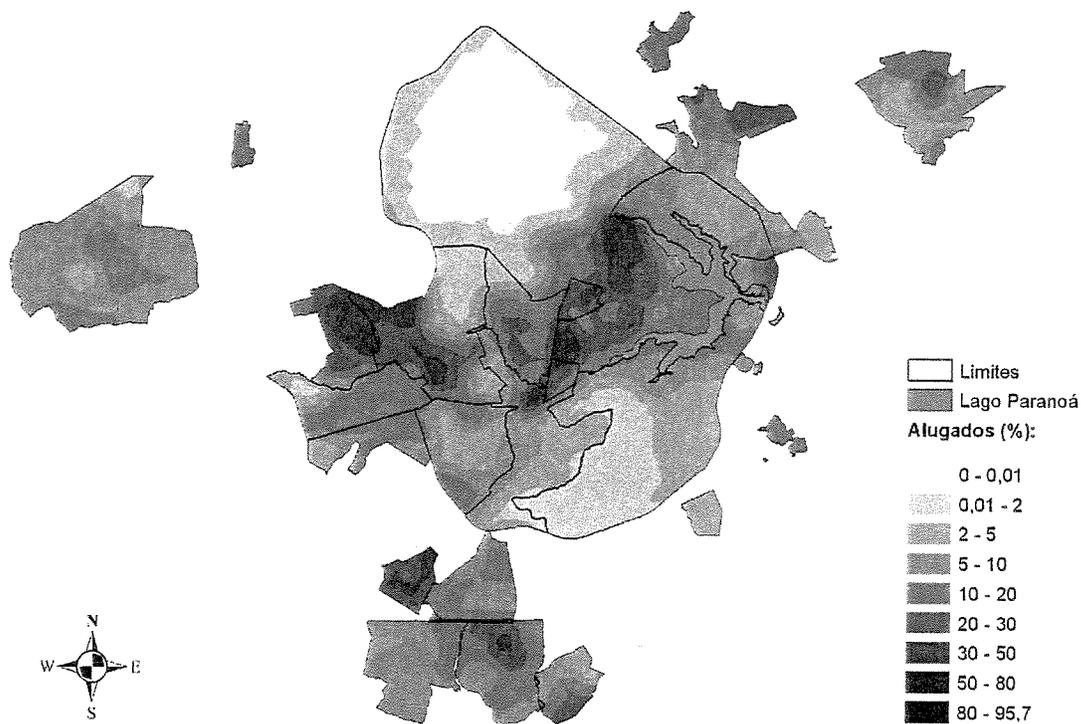
Pelas próprias características do processo de ocupação periférica, baseado em grande parte no binômio lotes populares/autoconstrução das moradias, bem como na oferta de conjuntos habitacionais, no que se refere ao tipo predominante de habitação, pode-se verificar o grau de horizontalidade das periferias, com grandes participações de domicílios tipo casa. Os apartamentos concentram-se apenas no Plano Piloto e na RA de Cruzeiro, e em proporções menores, nas RAs de Guará e Taguatinga (bairro Águas Claras) (Mapas 51 e 52).

Mapa 49 – Localização Espacial dos Domicílios segundo a Condição de Ocupação do Imóvel – Domicílios Próprios RIDE 20000



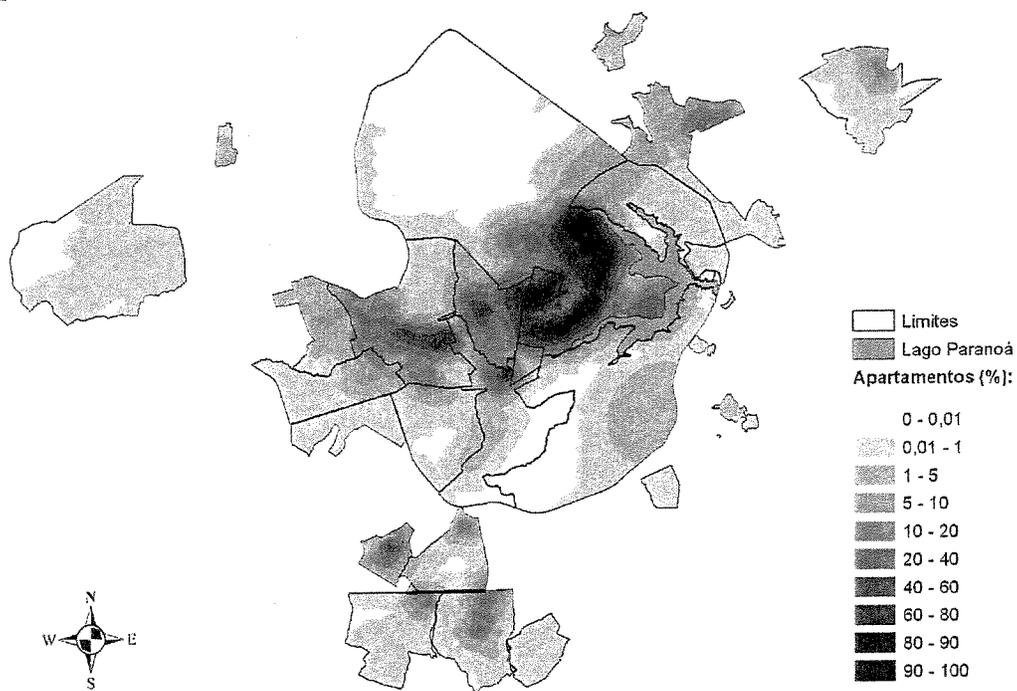
Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 50 – Localização Espacial dos Domicílios segundo a Condição de Ocupação do Imóvel – Domicílios Alugados – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 51 – Localização Espacial dos Domicílios Tipo Apartamento – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Mapa 52 – Localização Espacial dos Domicílios Tipo Casa – RIDE 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000 (tabulações especiais Maria Célia Caiado/NEPO Unicamp).

Síntese do capítulo

A análise de dados sociodemográficos desagregados pelos setores censitários propiciaram um refinamento da análise sobre a estruturação intra-urbana, identificando os diferenciais socioespaciais do processo de distribuição da população na RIDE.

A análise demonstrou uma estrutura intra-urbana marcada pela segregação da população de menor acesso à renda nas localizações de pior acessibilidade em relação ao centro principal, conformando uma extensa periferia que abrange regiões administrativas e municípios goianos, que assumem papel de localidades-dormitórios.

No caso da RIDE, além da distância social, a formação da periferia implica grandes distâncias físicas¹²⁶, que, associadas às políticas de gestão de transportes e infraestrutura viária, privilegiam o transporte individual em detrimento do coletivo¹²⁷, agravando ainda mais as condições de deslocamento.

A análise dos dados mapeados demonstrou o distanciamento social, bem como o socioeconômico existente entre a população que habita as áreas centrais e as localidades periféricas, representados pela ausência de infra-estrutura urbana básica, aqui entendida como um dos direitos sociais à cidade.

O processo de estruturação intra-urbana na região foi marcado por sucessivas transferências de população de baixa renda em direção às localidades periféricas. Esse processo teve como condicionantes a atuação estatal via transferência de população removida das ocupações, ou mesmo via oferta de moradias populares nessas localidades.

Outro importante fator de alteração nos perfis populacionais que habitam os elementos da estrutura intra-urbana foi definido pela atuação indireta do Estado em associação com o mercado imobiliário. As restrições à ocupação nas áreas centrais, gerando aumento da demanda por habitações para a classe média, principalmente, propiciaram um processo especulativo que afetou especialmente as localidades periféricas mais próximas ao centro principal.

¹²⁶ Algumas cidades satélites chegam a se distanciar mais de 30km do Plano Piloto, como é o caso de Brazlândia (43Km), do Gama (38km) e Ceilândia (30 km).

¹²⁷ Segundo Wright, os investimentos em rodovias e vias urbanas de acesso à Brasília sempre privilegiaram as localizações centrais e o desenho urbano das vias privilegia os deslocamentos por automóveis, sendo que o transporte público urbano em Brasília, principalmente em função das grandes distâncias entre os núcleos residenciais e o Plano Piloto, é um dos mais caros do Brasil. *Wright, C. L. Transporte em Brasília – in Paviani (org.), 1987.*

Algumas tendências de alteração no perfil socioeconômico das RAs já foram arroladas no decorrer desse capítulo. No entanto, os dados apresentados até então não permitem verificar mudanças mais recentes, por se referirem apenas a 2000. Buscando preencher essa lacuna, na medida das possibilidades proporcionadas pelos dados censitários, serão apresentados mapas sobre o rendimento médio mensal familiar dos chefes, por setores censitários, para 1991 e 2000.

Entre as hipóteses que se procurou confirmar, está o processo de elitização das RAs de Taguatinga (em função da implantação do Bairro Águas Claras), Guará, Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes.

A melhoria nas condições de acesso à renda da população que mora em Taguatinga pode ser claramente observada pela análise dos mapas, sendo mais evidente ainda que a melhoria se dá justamente na região onde está sendo implantado o projeto do bairro Águas Claras¹²⁸.

No que se refere às RAs de Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes, também é possível visualizar a melhoria nos rendimentos médios mensais da população residente, o que pode estar associado à transferência de população de renda média alta para estas regiões.

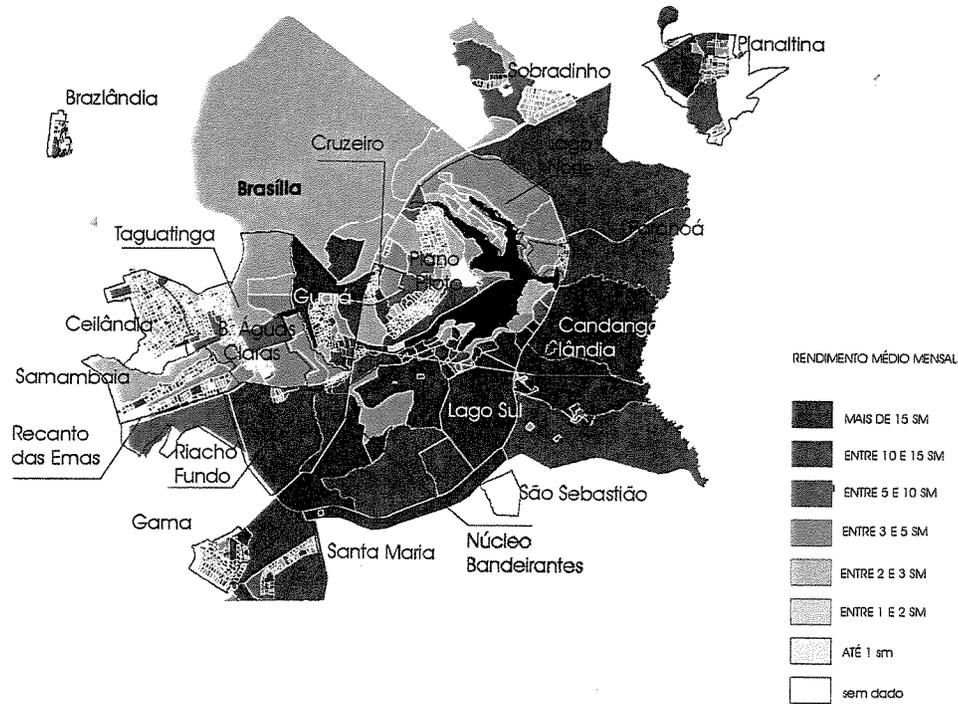
O eixo de ocupação mais recente pela população de rendas média e alta, representado pela ocupação através de condomínios irregulares, é mais difícil de ser visualizado por se encontrar em áreas consideradas rurais.

No entanto, as informações referentes aos rendimentos obtidas junto a Codeplan,¹²⁹ para 1991, abrangem os setores rurais, que foram mapeados buscando dar uma visão sobre a população que habita essa região (semicírculo próximo ao lago Paranoá, no lado oposto do Plano Piloto). Pode-se observar que nessa região, já em 1991, a faixa mínima de rendimento médio mensal dos chefes está entre 5 e 10 salários mínimos. A região de Sobradinho, próxima ao eixo de ocupação por condomínios (loteamentos fechados, irregulares ou não), também apresenta sinais de elevação nos rendimentos da população residente.

¹²⁸ Recentemente transformado em Região Administrativa.

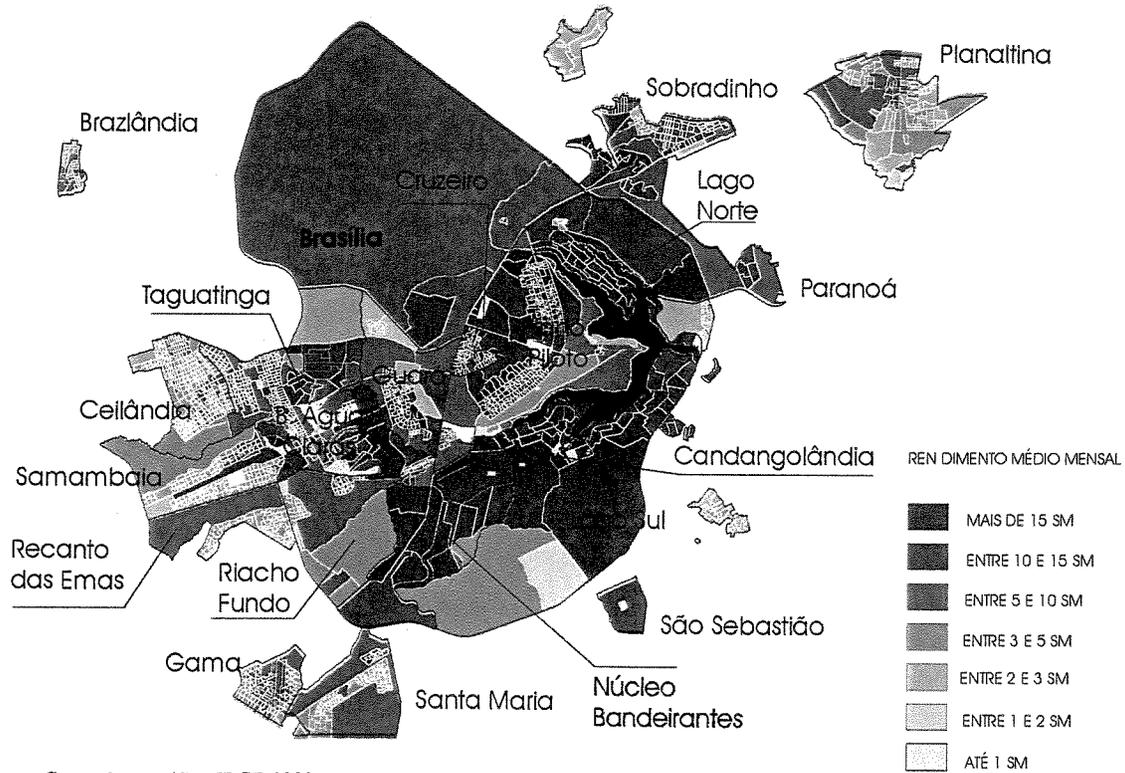
¹²⁹ Codepaln – Companhia de Desenvolvimento do Planalto, órgão do GDF, que realiza pesquisas sociodemográficas.

Mapa 53 – Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílio em SM 1991



Fonte: Censo demográfico IBGE 1991.

Mapa 54 – Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílio em SM 2000



Fonte: Censo demográfico IBGE 2000.

Não se pode esquecer, no entanto, que a década de 90 foi marcada pela elevação dos rendimentos da população de baixa renda, em função dos efeitos redistributivos do Plano Real, a partir de 1994 e estendendo-se até 1996¹³⁰. Contudo, os dados apresentados neste estudo sobre condições habitacionais, além das citações feitas nos trabalhos sobre a região¹³¹, permitem concluir que os dados sobre elevação da renda nessas áreas são um forte indício das alterações no perfil da população em função da redistribuição da população de renda média alta, que não encontra condições de fixação nas valorizadas terras do Plano Piloto.

No que se refere às respostas sociodemográficas, foi possível identificar a maior participação de arranjos familiares do tipo individual, nas áreas centrais, onde está a população mais idosa e que recebe os maiores rendimentos. Na periferia foram encontrados indícios da maior participação das famílias nas etapas de formação, nas fases iniciais do ciclo vital, com os maiores níveis de densidade domiciliar e números mais elevados na razão criança/mulher, sugestiva de maior fecundidade.

Foi possível identificar que a população que habita o espaço intra-urbano é mais feminina, principalmente nas idades acima de 30 anos. A maior participação de mulheres está nas áreas onde a urbanização está consolidada, principalmente no Plano Piloto e nas RAs de Taguatinga, Cruzeiro e Guará, ou seja, nas áreas mais próximas ao centro principal. A presença de mulheres na população adulta da região está associada aos fluxos migratórios de longa distância, que, como foi demonstrado nos capítulos anteriores, têm sido predominantemente femininos, desde a década de 80. Nas localidades periféricas, principalmente nos municípios goianos, em alguns segmentos do espaço onde a ocupação ainda não está totalmente consolidada, é possível verificar um equilíbrio entre homens e mulheres nas idades acima de 50 anos, o que pode estar associado à inserção em atividades relacionadas à agricultura. Nesses locais são maiores as participações dos arranjos do tipo individual, o que pode ser um indício de que essa hipótese realmente procede.

Já os diferenciais entre a população que habita os diversos segmentos do espaço intra-urbano podem ser resumidos em algumas características que os distinguem dos demais elementos da estrutura.

¹³⁰ Vide Rochá (2003).

¹³¹ Vide a coletânea sobre Brasília organizada por Paviani, já citada nesse estudo.

No centro principal, são encontradas as maiores participações da população mais velha, principalmente dos idosos com mais de 65 anos, com baixas participações de crianças e adolescentes, o que é coerente com as maiores proporções de chefes acima dos 45 anos, encontradas para esse local, o que significa maior número de famílias nas etapas de fragmentação, representada pela possibilidade de saída dos filhos.

Os idosos do Plano Piloto apresentaram concentração na chefia domiciliar superior a 50%, com predominância da chefia masculina. Entre os chefes nas idades intermediárias, correspondentes à fase de consolidação da família, a chefia feminina é predominante no Plano Piloto, ainda que o número de crianças e adolescente seja pequeno. Este fato pode estar associado à concentração de arranjos domiciliares do tipo individual encontrada nesse segmento espacial.

Na região de concentração de população de alta renda, constituída pelas RAs do Lago Norte e Lago Sul, verificam-se também maiores participações da população acima de 45 anos, sendo que também são encontradas proporções mais elevadas de jovens nas idades entre 15 e 24 anos, o que certamente está associado à presença de famílias na fase de consolidação, hipótese reforçada pelo baixo percentual de domicílios unipessoais. Nesse segmento a chefia masculina predomina entre os chefes acima de 40 anos.

Nas localidades periféricas são encontradas as maiores participações de crianças e adolescentes e de chefes até 39 anos, o que corresponde à maior presença de famílias nas fases iniciais do ciclo vital. Os maiores valores da razão criança/mulher encontrados para essas localidades corroboram tal afirmação.

Na periferia também estão as maiores concentrações da participação da chefia feminina entre os chefes acima de 39 anos, principalmente nas faixas de 39 a 59 anos.

A concentração de famílias nas fases iniciais do ciclo vital familiar na periferia, com maior número de crianças e adolescentes, onde estão as piores condições de acesso à infra-estrutura básica, certamente é uma consequência desastrosa do processo de estruturação intra-urbana, tornando insalubres as condições de vida de crianças, ao mesmo tempo em que gera maiores possibilidades de problemas relacionados ao maior período de ausência dos pais, em função do tempo empreendido nos deslocamentos diários em direção ao centro principal, motivados pela concentração de empregos e oportunidades de geração de renda.

Assim, mais do que um distanciamento físico, a reprodução do crescimento periférico gera o distanciamento social entre os segmentos populacionais que habitam os diferentes elementos da estrutura intra-urbana.

Considerações finais

A elaboração dessa pesquisa teve como premissa inicial a necessidade de se avançar nas discussões sobre as relações entre estruturação de espaço intra-urbano e contrapartidas sociodemográficas.

Entre os desafios que se colocavam no início da pesquisa, o mais difícil de ser superado referia-se à complexidade que a análise demográfica poderia impor a uma arquiteta, com pouquíssimos conhecimentos estatísticos, porém, com muita disposição para enfrentá-lo. Desvendar os mistérios e a lógica da programação do SAS, condição necessária para a realização das tabulações espaciais capazes de viabilizar os dados necessários, foi sem dúvida um desafio superado após muitas horas de dedicação.

A obtenção de informações complementares sobre a economia, o processo de ocupação territorial, entre outros, também significou muitas dificuldades a serem superadas, principalmente em função da ausência de um órgão público, ou instituto de pesquisa que concentrasse informações sobre a região, que envolve três diferentes Unidades da Federação.

O ponto de partida foi o trabalho pioneiro realizado por Cunha (1994), para a Região Metropolitana de São Paulo, no qual foram definidas as principais relações que poderiam ser estabelecidas entre estruturação do espaço intra-urbano e contrapartidas sociodemográficas.

No entanto, as especificidades da região escolhida como objeto da pesquisa conduziram os trabalhos na busca por formulações teóricas mais específicas, que possibilitassem a compreensão do processo de organização e diferenciação funcional entre os elementos da estrutura intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno, como passo inicial para a identificação das contrapartidas sociodemográficas.

A opção por formulações teóricas que pudessem contribuir para compreender o processo de organização e estabelecer as relações entre os diferentes elementos da estrutura intra-urbana, e que dessem conta das especificidades da região, foi um desafio superado através da formulação elaborada por Villaça, ao se debruçar sobre o estudo do espaço intra-urbano no Brasil.

A compreensão de que a estruturação do espaço intra-urbano ocorre partir das mediações dos conflitos entre as vantagens e desvantagens, ou seja, da apropriação

diferenciada do espaço urbano, que se estabelecem entre os diferentes segmentos populacionais, era um pressuposto consolidado. No entanto, ainda era sentida a necessidade de um enfoque mais específico sobre como se estabelecem esses conflitos e as conseqüências das mediações entre os segmentos populacionais para a configuração socioespacial de nossas cidades, marcadas de forma indelével ao longo do processo de urbanização pelas desigualdades no acesso à terra urbana.

Além disso, a opção pela manutenção da quase exclusividade da função político-administrativa no DF, aliada ao quadro de desenvolvimento econômico regional, foi responsável pela especificidade da base econômica e da estruturação intra-urbana da região do DF e entorno, na qual a formação da periferia não está associada à localização de áreas industriais, como explicitado em diversas formulações sobre o tema.

Avançando nessa perspectiva, a compreensão da segregação socioespacial da população enquanto condição necessária à dominação exercida através do espaço, pelos segmentos de maior poder econômico e político, forneceu pistas importantes para o entendimento do processo de estruturação intra-urbana na região. A partir da noção de que a dominação por meio do espaço se realiza através do processo de apropriação diferenciada das vantagens e recursos do espaço urbano, sendo a mais decisiva entre elas a otimização dos gastos com o tempo despendido nos deslocamentos, o que gera o diferencial entre as localizações urbanas em função das condições de acessibilidade, é possível compreender a formação periférica de Brasília e entorno, onde os segmentos populacionais mais poderosos e com mais condições de exercer essa dominação concentram poder político e econômico.

A noção do papel da associação Estado e mercado imobiliário, como instrumento para o exercício dessa dominação, fornece pistas importantes sobre a identificação do papel dos principais agentes do processo de estruturação intra-urbana no Distrito Federal e entorno.

Como explicar o papel da atuação estatal (nas esferas federal, estadual e municipal) enquanto um dos principais condicionantes da configuração sociespacial, marcada por grandes desigualdades no acesso aos direitos à terra urbana - sendo ao mesmo tempo, regulador e promotor da oferta de terras disponíveis para a urbanização e tendo em mãos um importante instrumento redistributivo que é a propriedade de grande parte das terras disponíveis para a urbanização -, se não pela sua atuação em favor dos interesses dos

segmentos populacionais de maior poder? Como justificar a convivência do Estado com a atuação especulativa do setor imobiliário, através da permissão de parcelamentos sem nenhuma infra-estrutura, em municípios localizados a grandes distâncias do centro principal, para brigar população de baixa renda, e ainda atuar como promotor dessa ocupação periférica através da oferta de moradias para a população removida de áreas invadidas em localidades centrais, sem considerar o seu papel enquanto mecanismo de exercício da dominação através do espaço.

Ao exercerem o seu domínio através do espaço, os segmentos populacionais de maior poder econômico e político ocupam as áreas de melhor acessibilidade, atraem para lá os maiores investimentos em infra-estrutura e equipamentos para atendimento da demanda por serviços sociais, conseguindo deslocar em sua direção as atividades de comércio e serviços especializados e mais sofisticados. Tudo isso faz com que apenas essas áreas sejam reconhecidas como cidade, o que legitima a dominação através do espaço.

Por tudo isso, a região do DF e entorno não se diferencia das demais aglomerações urbanas ou regiões metropolitanas nacionais em termos de estruturação intra-urbana, ainda que a configuração socioespacial guarde especificidades próprias, como a ausência de processos de conurbação da área urbana, por exemplo.

A análise sobre o crescimento populacional demonstrou que a região apresentou, no período mais recente (1991-2000), taxa média de 3,6% ao ano, considerada elevada se comparada à média nacional, ou às das metrópoles e aglomerações urbana nacionais, revelando o dinamismo do seu incremento, apesar do arrefecimento nas últimas décadas, motivado pelas tendências reconhecidas de redução dos fluxos migratórios e queda da fecundidade.

Verificou-se também que a responsabilidade pelo ritmo do crescimento populacional pode ser atribuída à expansão dos municípios periféricos, que cresceram em média 8,33% ao ano nesse mesmo período.

No processo inicial de ocupação do DF, a migração foi o principal componente do crescimento populacional, representando, nas duas primeiras décadas, 83% (1960-1970) e 64% (1970-1980) do incremento populacional. Apesar da redução dos fluxos migratórios e do seu impacto no crescimento populacional a partir dos anos de 80, a dinâmica migratória continua sendo significativa no incremento populacional, com um saldo migratório de

116.104 pessoas no período 1991-2000, o que significou 26% do incremento populacional total.

O estudo também demonstrou que a migração na região pode ser resumida em dois movimentos principais: os fluxos com características de migração de longa distância, representada pelos imigrantes interestaduais em direção ao DF; e a migração de curta distância, representada pelas emigrações do DF em direção aos municípios goianos periféricos.

A migração interestadual foi estudada devido ao seu impacto no incremento populacional da região e ao seu papel enquanto movimento alimentador do processo redistributivo da população entre os elementos da estrutura intra-urbana, representado pela emigração de população do DF em direção aos municípios periféricos. Infelizmente os dados censitários disponibilizados pelo IBGE ¹³² permitem desagregações menores do que os recortes municipais, o que inviabilizou a análise da migração entre as localidades periféricas internas ao DF.

Entre os fluxos de migrantes de longa distância em direção à região, destacam-se os originados nos Estados nordestinos, principalmente Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, que representaram, no período 1995-2000, 31,3% do total de migrantes que vieram para a região. Apesar da redução dos fluxos migratórios em direção à região, o fluxo de nordestinos, principalmente os originados nos quatro Estados já citados, não perdeu intensidade, dobrando o volume entre o período 1991-2000. Na verdade, esse aumento revela uma nova tendência sobre a migração de longa distância, representada pela intensificação dos volumes de nordestinos que chegam diretamente para os municípios da periferia regional.

Esse fato certamente está associado à formação de redes sociais de migração, sendo predominantes, entre os fluxos nessa direção, aqueles originados nos Estados que aparecem como os principais fornecedores de migrantes para o DF, desde o início da ocupação na região. Os fluxos em direção DF se mantêm praticamente com a mesma intensidade, enquanto aqueles em direção aos municípios goianos periféricos se elevam, passando de 6540 pessoas no período 1970-1980, para 66.366 no período 1991-2000.

¹³²Na verdade existe a possibilidade de se obter os dados amostrais por setores censitários, o que requer o desenvolvimento de métodos específicos de expansão da amostra. No entanto a divulgação desses dados pelo IBGE ainda é privilégio de poucos, o que inviabilizou a sua utilização nessa pesquisa.

A partir da década de 80, a migração intra-regional ganha força na região, tendo como fluxo predominante a emigração do DF em direção aos municípios goianos que integram a periferia regional.

A hipótese de que esses fluxos fossem compostos, principalmente, pela remigração da população migrante que não conseguiu se inserir no mercado formal de habitação do DF foi corroborada pelos dados sobre a naturalidade desses migrantes, que revelaram que, no período 1995-2000, cerca de 55% eram naturais dos quatro Estados do Nordeste que se consolidaram como principais exportadores de população para a região.

A análise sobre as características sociodemográficas dos migrantes, segundo o local de origem, confirmou as hipóteses sobre os diferenciais entre as características que podem influenciar na decisão de migrar, relacionadas à distância a ser percorrida e às suas implicações nas condições de adaptação desses migrantes.

Os migrantes interestaduais são, na maioria, jovens nas idades entre 15 e 24 anos, mulheres e com baixos níveis de qualificação gerados em função da pouca escolaridade. A predominância de mulheres é ainda mais significativa entre os migrantes que se dirigem ao DF. A inserção socioocupacional desses migrantes na região tem como principais categorias os trabalhadores manuais do terciário e os trabalhadores sem qualificação, em que foram classificados os empregados domésticos e os ambulantes ou biscateiros, corroborando assim a hipótese da motivação relacionada pela busca por melhores condições de emprego e geração de renda. O predomínio de mulheres certamente está associado às possibilidades de inserção no setor terciário, onde as relações de assalariamento favorecem a inserção de mulheres, e às oportunidades de trabalho doméstico para a população feminina menos qualificada, nas residências das famílias de renda média e média alta, concentradas no DF.

No caso dos migrantes de curta distância, a análise dos dados revelou níveis educacionais ligeiramente mais elevados, condições um pouco melhores de acesso à renda, níveis de escolaridade melhores e grande incidência de chefes nas idades ligeiramente mais elevadas, o que implica fases iniciais do ciclo vital familiar, correspondendo à etapa de formação da família. A inserção socioocupacional demonstrou que esses migrantes estão em posições ligeiramente melhores na estrutura social. Os dados sobre as características socioeconômicas e demográficas da população que migra do DF em direção à periferia

corroboraram a hipótese de remigração da população que não conseguiu permanecer no DF, estando em condições ligeiramente mais favoráveis do que os que chegam à região.

A análise qualitativa sobre os migrantes que se deslocaram entre as localidades internas à região confirmou a predominância de famílias na etapa de formação, corroborando a hipótese do impacto da fase do ciclo vital na decisão de migrar em direção à periferia, onde estão as ofertas de moradias acessíveis à população de baixa renda. O perfil socioeconômico dessa população que migra em direção à periferia, apesar apresentar condições um pouco mais favoráveis em relação aos migrantes interestaduais, revelou grandes diferenciais em relação à população que habita as áreas centrais, confirmando a hipótese sobre a migração enquanto alternativa de sobrevivência e de manutenção na região.

A estruturação intra-urbana da região tem como especificidade o aumento do uso residencial nas regiões periféricas sem o crescimento paralelo de atividades geradoras de empregos, fazendo com que o DF concentre cerca de 95% dos empregos formais da região, dos quais, 76,4% estão na RA de Brasília, que abriga o centro principal (Dados Rais/MT 1999).

Além da intensidade da concentração de empregos, a estrutura intra-urbana tem como especificidade a distância física entre o centro principal e as localidades e municípios periféricos, agravada pela ausência de ocupação entre eles, gerando maiores custos para o transporte público e grandes problemas para os deslocamentos entre esses elementos.

Diante desses fatos, foi confirmada a hipótese da intensificação da mobilidade pendular entre a periferia e o Distrito Federal, como contrapartida sociodemográfica à organização funcional entre os elementos da estrutura intra-urbana. A análise dos dados para 2000 indica aumento do número de pessoas que realizam a mobilidade pendular, passando de 13.328, em 1980, para 132.909, no ano de 2000. Entre essas pessoas, 86% realizam movimentos diários em direção ao DF, sendo que para os residentes nos municípios que integram a entorno imediato o percentual é de 93%. É importante lembrar que esses volumes não contabilizam a mobilidade diária no interior do DF, entre as RAs periféricas e o Plano Piloto, o que certamente revelaria a real intensidade do fenômeno na região.

Outra hipótese que foi confirmada sobre a intensificação da mobilidade urbana, enquanto contrapartida sociodemográfica do processo de estruturação intra-urbana, refere-se à existência de uma relação de causalidade entre a migração intra-regional e a intensificação dos movimentos pendulares. A ligação entre os dois tipos de movimento foi demonstrada através da tabulação dos dados sobre local de residência, em 1995, das pessoas que declararam estudar ou trabalhar em outro município diferente do de moradia na data da coleta do censo 2000. A análise dos dados indicou que 42,4% das pessoas que realizavam movimentos pendulares residiam há menos de cinco anos no município, das quais 50,3% declararam como residência anterior o Distrito Federal, apesar da elevação da participação dos migrantes que moravam em outras Unidades da Federação, provavelmente em função da maior participação dos fluxos interestaduais na migração em direção à periferia.

No último capítulo foi elaborada uma análise sobre as características sociodemográficas da população residente nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana, com o objetivo de corroborar as hipóteses elaboradas nos capítulos anteriores sobre as alterações no perfil da população, enquanto contrapartida sociodemográfica do processo de estruturação intra-urbana..

A desagregação dos dados sociodemográficos pelos setores censitários propiciou um refinamento da análise sobre a estruturação intra-urbana, identificando os diferenciais socioespaciais do processo de distribuição da população na RIDE.

Através do mapeamento das variáveis sociodemográficas foi possível corroborar a hipótese sobre a configuração socioespacial da região, marcada pela segregação da população de menor acesso à renda nas localizações onde estão as piores condições de acessibilidades principalmente em relação ao centro principal, conformando uma extensa periferia que abrange regiões administrativas e municípios goianos, assumindo papel de localidades-dormitórios.

A análise dos dados mapeados demonstrou, além do distanciamento físico e econômico, o distanciamento social existente entre a população que habita as áreas centrais e as localidades periféricas, representado pela ausência de infra-estrutura urbana básica, aqui entendida como um dos direitos sociais à cidade.

Entre as hipóteses que se procurou confirmar, está o processo de elitização das RAs de Taguatinga (em função da implantação do Bairro Águas Claras), Guará, Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes.

A melhoria nas condições de acesso à renda da população que mora em Taguatinga pode ser claramente observada pela análise dos mapas, sendo mais evidente ainda que a melhora se dá justamente na região onde está sendo implantado o projeto do bairro Águas Claras¹³³, onde ocorre a primeira grande iniciativa particular de parcelamento e incorporação imobiliária, destinada ao atendimento da demanda dos segmentos populacionais de renda média, buscando a apropriação dos benefícios gerados pela implantação do metrô. Esta também é a primeira iniciativa de se estabelecer a conurbação entre as duas RAs que concentram a maior parte da população do Distrito Federal (RAS de Taguatinga e Gama).

No que se refere às RAs de Cruzeiro e Núcleo Bandeirantes, também foi possível visualizar a melhoria nos rendimentos médios mensais da população residente, corroborando a hipótese de transferência de população de renda média alta para estas regiões. Os dados sobre a PEA ocupada, para o ano de 2000, indicam que essas RAs, além da RA de Brasília, são as únicas onde as ocupações na administração pública são predominantes, superando aquelas do terciário, o que, em associação ao aumento dos rendimentos médios mensais dos chefes, contribui para a confirmação da hipótese de elitização da população residente.

Os diferenciais entre a população que habita os diferentes segmentos do espaço intra-urbano podem ser resumidos em algumas características que os distinguem dos demais elementos da estrutura.

No centro principal, são encontradas as maiores participações da população mais velha, principalmente dos idosos com mais de 65 anos, com baixas participações de crianças e adolescentes, o que é coerente com as maiores participações de chefes acima dos 45 anos, encontradas para esse local, o que significa maior número de famílias nas etapas de fragmentação, representada pela possibilidade de saída dos filhos.

Os idosos do Plano Piloto apresentaram concentração da participação de chefia superior a 50%, sendo que predomina a chefia masculina. Entre os chefes nas idades

¹³³ Recentemente transformado em Região Administrativa

intermediárias, correspondentes à fase de consolidação da família, a chefia feminina é predominante no Plano Piloto, ainda que o número de crianças e adolescente seja pequeno. Este fato pode estar associado à concentração de arranjos domiciliares do tipo individual encontrada nesse segmento espacial.

Na região de concentração de população de alta renda, constituída pelas RAs do Lago Norte e Lago Sul, encontram-se também maiores participações da população acima de 45 anos, sendo que também são encontradas maiores participações de jovens nas idades entre 15 e 24 anos, o que certamente está associado à presença de famílias na fase de consolidação, hipótese reforçada pela baixa proporção de domicílios unipessoais. Nesse segmento a chefia masculina predomina entre os chefes acima de 40 anos.

Nas localidades periféricas são encontradas as maiores participações de crianças e adolescentes e de chefes com idade até 39 anos, o que pode significar a maior presença de famílias nas fases iniciais do ciclo vital, correspondente à etapa de sua formação. Os maiores valores da razão criança/mulher encontrados para essas localidades corroboram essa afirmação.

Na periferia também estão as maiores concentrações da participação da chefia feminina entre os chefes acima de 39 anos, principalmente nas faixas entre 39 e 59 anos.

A concentração de famílias nas fases iniciais do ciclo vital familiar na periferia, com maior número de crianças e adolescentes, onde estão as piores condições de acesso à infra-estrutura básica, certamente é uma consequência desastrosa do processo de estruturação intra-urbana, tornando insalubres as condições de vida de crianças, ao mesmo tempo em que gera maiores possibilidades de problemas relacionados ao maior período de ausência dos pais, em função do tempo empreendido nos deslocamentos diários em direção ao centro principal, motivados pelo atendimento à demanda por empregos e oportunidades de geração de renda.

A análise das características sociodemográficas da população, segundo a localização nos diferentes elementos da estrutura intra-urbana, se constituiu em importante instrumento de análise, confirmando a hipótese de que mais do que um distanciamento físico, a reprodução do crescimento periférico gera o distanciamento social entre os segmentos populacionais que habitam os diferentes elementos da estrutura intra-urbana.

A possibilidade de gestão urbana integrada que a definição da RIDE traz certamente será um importante instrumento para a amenização dos problemas atuais.

Entre as contradições a serem enfrentadas pela gestão urbana na região, destacam-se a questão dos conflitos gerados pela propriedade da terra destinada ao uso urbano e a ilegalidade na ocupação intra-urbana. A ausência de solução na definição da estrutura fundiária, relacionada à não conclusão do processo de desapropriação das terras que deram origem ao Distrito Federal, contribuiu de forma indiscutível para a atuação de grileiros e especuladores, o que tem propiciado a ocorrência de loteamentos ilegais e condomínios rurais, inviabilizando a resolução desses problemas em termos jurídicos. A não conclusão do processo de desapropriação gerou a multiplicidade de regimes de posse da terra no território do DF, onde existem terras ainda não desapropriadas, em litígio, áreas de propriedade em comum (em processo de desapropriação sem que tenha sido definidas as partes pertencentes ao Estado e ao antigo proprietário), o que tem servido de argumento para a irregularidade, alimentando assim a ilegalidade no acesso à terra urbana e o processo especulativo.

Além da multiplicidade de regimes de posse, o rígido controle da ocupação do solo destinado às atividades urbanas, por parte da Terracap, tem alimentado o processo de valorização das áreas urbanizáveis, o que gera novos processos especulativos e valorização excessiva das terras já urbanizadas.

O não atendimento da inesgotável demanda por moradias, gerada pelo crescimento urbano, que, apesar do arrefecimento na década de 80, deu indícios de novo dinamismo nos anos 90, inclusive em função da manutenção da intensidade dos fluxos migratórios para a região nessa última década, gera novas ocupações em áreas centrais, demandando soluções que não alimentem o crescimento periférico.

A questão do emprego assume particularidades que agravam o processo de exclusão da população periférica. A economia regional baseia-se nas transferências de rendas, conformando um grande mercado consumidor. A elevada renda que potencializa esse mercado consumidor não provém de uma inserção produtiva regional, mas sim da ocupação de parte da população na administração pública, gerada em função dos altos salários pagos ao funcionalismo federal.

Resta à população não inserida nessa categoria funcional, principalmente a que reside nas localidades periféricas, a busca pela apropriação de parte dessa renda através de atividades terciárias, seja via mercado de trabalho formal, seja nas múltiplas atividades informais que proliferam.

Diante desse quadro, o crescimento do desemprego assume maiores proporções na região, principalmente devido à redução dos empregos públicos, como resultado da crise fiscal que o Estado enfrenta.

A evolução crescente do desemprego na região, tem evidenciado a insuficiência da economia local na geração de empregos. O crescimento populacional, mais especificamente a expansão da PEA, associado à retração na oferta de postos de trabalho, vem se traduzindo num quadro social problemático com tendências agravantes¹³⁴.

Nesse sentido, a dinamização econômica do entorno, com novas possibilidades de diversificação de atividades econômicas que possam gerar emprego e renda, é de extrema importância para a redução das desigualdades socioespaciais e para a solução dos problemas gerados pelo crescimento periférico.

Como perspectivas para futuros detalhamentos da pesquisa realizada, certamente a análise dos dados do questionário amostra do censo demográfico do IBGE, segundo a desagregação por setores censitários, poderá constituir-se importante instrumento de análise, principalmente no que se refere à mobilidade populacional entre os elementos da estrutura intra-urbana. Essa desagregação também permitirá a aplicação da metodologia de definição de categorias socioocupacionais segundo a menor unidade territorial, que é o setor censitário, contribuindo assim para a análise da estrutura social no espaço intra-urbano na região de Brasília e entorno.

¹³⁴Segundo os dados da PED para julho de 2003, a taxa de desemprego era de 23% da PEA, sendo o volume de desempregados estimado em 263,1 mil pessoas.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, P.; FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário In: X ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, MG, 1998.

ABRAMO, P. **Dinâmica imobiliária e estruturação intra-urbana: o caso do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 1997 (Relatório de pesquisa).

ABRAMO, P. **La ville kaléidoscopique: coordenação spatiale et convention urbaine**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1998.

ABRAMO, P. **A dinâmica imobiliária: elementos para o entendimento da espacialidade urbana**. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 1988.

ABRAMO, P. **Marché et ordre urbain: du chaos à la théorie de la localisation résidentielle**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1997.

AGUIAR, T.C.; MAGNAGO, A. A.; BARRUCHO, R.C.; MATTOS, S. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, MG: Abep, v.2, 1994.

ALONSO, W. **Location and land use**. Cambridge: Harvard University Press [s.d.].

BACCI. **História de la poblacion europea**. Crítica, capt. 5, 1999.

BÁLAN, G. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação teórica comparativa. In: BÁLAN, J. (org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

BARBOSA FERREIRA, I. C. Do rural ao urbano na periferia do DF. In: PAVIANI, A. (org.). **Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: Ed. UNB/Codeplan, 1987.

BARBOSA FERREIRA, I. C. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (org.). **Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto Editores Associados/CNPq, 1985.

- BASSAND, M.; BRULHARDT, M. C. **Mobilité spatiale: bilan et analyse des recherches en Suisse**. Georgi, Sanit-Saphorin, 1980.
- BASTIDE, R. **Usos e sentidos do termo "estrutura"**. São Paulo: Edusp, Ed. Herder, 1971.
- BENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. **Anais...** Curitiba: Iparde, v. 1, 1997, p. 463-478
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora de século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- BERQUÓ, E. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: **Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira**. Itu, III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira da Fundação Carlos Chagas, 13-16 de março de 2001.
- BERTONE, L. F. **Organização do espaço: formas de implantação do terciário na periferia sul do DF**. Brasília: UNB, 1983.
- BILSBORROW, R.E.; OBERAL, A.S. **Standing guy, migrations survey in low income countries**. International Labor Organization, 1984.
- BÓGUS, L. M. **Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo**. In: BÓGUS, L. M.; WANDERLEY, L.E. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- WANDERLEY, L.E. Vila do encontro: a cidade chega à periferia. **Cadernos de Estudos e Pesquisas**, São Paulo, Prodeur/USP, n. 4, 1981.
- BÓGUS, L.M.M; TASCHNER, S.P. A cidade dos anéis. In: RIBEIRO, L.C.Q. (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio Janeiro: Ed. Revan, 2000.
- BONDUKI, N.J.; ROLNIK, R. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. **Cadernos de Estudos e Pesquisas**. São Paulo, Prodeur/USP, n. 2, 1979.
- BONVALET, C. (Org.). **Logement, mobilité et populations urbaines**. Paris: CNRS Éditions, 1994.
- BONVALET, C.; MAISON, D. **Lieux d'ancrage et lieux de passage: itineraries résidentiels en region parisienne**. Ined, s.d. Mimeografado.

BRITO, F. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, Faculdade de Ciências Econômicas, 1997.

BRITO, F. Minas e o Nordeste: perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. In: II ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Anais...**Ouro Preto: Abep/GT de Migração, 1999.

BRUN, J. La mobilié résidentielle et le sciences sociales. **Les Annales de la recherche urbaine**, n 59-60, juin-september, 1993, p. 2-14.

BUARQUE, C. – **A Desordem do Progresso**, RJ, Paz eTerra, 1991;

BURGESS, E. The grow of the city. In: PARK, R.; BURGESS, E. **The city**. Chicago: Chicago university press, 1974.

CADWALLADER, M. **Migration and residential mobility**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1992.

CAIADO, A.S.C. Metrópoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica socioespacial. **Migração, condição de vida e dinâmica urbana**. São Paulo 1980-1993. Campinas. Unicamp, 1997.

CAMARANO, A.A. movimentos migratórios recentes na Região Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO. **Anais...** Curitiba: Ipardes/Funuap, 1998.

CAMARGO, A. B.; MONTALI, L. Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional evolução da população. **O Jovem na Grande São Paulo**. São Paulo: Fundação Seade, 1988 (Coleção Realidade Paulista).

CAMPOS, N. Brasília – A "capital "do capital incorporador. In: QUEIROZ, L. C. R.; AZEVEDO, S. (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

AZEVEDO, S.. Brasília – A segregação planejada. In: PAVIANI, A. (Org.). **A conquista da cidade**. Brasília: Editora UNB, 1991.

CARVALHO, J.A M.; RIGOTTI, J.I.R. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. **Anais...** Curitiba: Ipardes/Funuap, 1998.

- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. Conclusion. In: MOLLENKOPE, J.N.; CASTELLS, M. **Dual city: restructuring**. New York: Russeau Sage Foundation, 1992.
- CASTELLS, M. . European cities, the informational society, and the global economy. **New left Review**, 204, Mrch/April, 1994.
- CASTRO, M G. Mulher pobre chefe de família: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão? Vitória: **Abep**, Volume I , 1982 .
- CASTRO, M G.. Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). Caxambu: **Abep**, Volume II ,1990.
- CONWAY; BROWN. Intraurban relocation and structure: low-income migrants in Latin America and the Caribbean. **Latin American Research Review**, v. 15, n. 3, 1980.
- CORSEUIL, C.H.; FOGUEL, M.N. **Uma sugestão de deflatores para renda obtidas em algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, julho 2002 (Texto para discussão nº 897).
- COSTA, G. M. Exclusão socioespacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: VII ENCONTRO DA ANPUR. **Anais...** Recife: Anpur, 1997.
- CUNHA, J. M. P **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região Metropolitana de São Paulo**. Campinas. IFCH/UNICAMP, 1994.
- CUNHA, J. M. P Projeto: “**Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização**”. Campinas: Nepo/Unicamp, 1999 (Relatório Final).
- CUNHA, J. M. P Migração no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/1996 In: HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; CUNHA. J.M.P.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002.
- CUNHA, J. M. P Os movimentos migratórios no Centro-oeste na década de 80. In: I ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. **Anais....**Curitiba: Ipardes, 1998.

- DUARTE, J.C. (Coord.). **Migrações intrametropolitanas, reprodução da força de trabalho e formação da periferia de São Paulo**. São Paulo: Prodeur/FAU/USP, 1981. Mimeografado.
- DURHAM, E. A. **Caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 3ª e 4ª parte, 1984.
- FARIA, V. **Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência dos últimos trinta anos. Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- FERNANDES, D.M.; CORDEIRO, L.D. Notas sobre o entorno de Distrito Federal. In: **ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE**. Anais... Brasília: Codeplan, 1997.
- GHAHAM, D.; HOLANDA, S. B. **As migrações inter-regionais urbanas e o crescimento econômico do Brasil. Migração Interna**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980.
- GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 91, 1994.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- GOTTDIENER, M. . A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L. P.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.
- GUIMARÃES, E.N.; LEME, H. J. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002.
- HALOE, M. Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas teorias francesas. **Espaço e Debates**, São Paulo, nº 28, 1989.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. . O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, Cortez, n. 6, jun./set. 1982.

- HOGAN, D. (Coord.). Um breve perfil ambiental da Região Centro-Oeste. **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, Pronex, 2002.
- HOGAN, D.. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes imigrantes pendulares em Cubatão. In: X ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu, 1998.
- HOLANDA, F.; MOTA, A. N. P.; SOARES, L.; GARCIA, P.M. **Brasília já nasceu excêntrica?** Brasília: Departamento de arquitetura e urbanismo, UBN, 2000.
- HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IPEA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**. Brasília, 1997 (Relatório de pesquisa nº 2).
- IPEA. **O Brasil na virada do milênio, trajetórias do crescimento e desafios do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, volume I, 1997.
- IPEA/IBGE/NESUR (IE/UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, volume 1, 1999.
- IPEA/NESUR (IE/UNICAMP). **Caracterização das regiões metropolitanas institucionalizadas**. Campinas: Nesur/IE-Unicamp, 1999. Mimeografado.
- JAKOB, A. E. **Análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em Demografia) - IFCH/UNICAMP, 2003.
- KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAGBORNE, D.; LIPETZA, A. O pós-fordismo e esse espaço. **Espaços & Debates**, n. 25, 1988.
- LAGO, L. C. Desigualdade sócio-espacial e migração intra-urbana: a trajetória espacial das classes sociais na (trans)formação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7. **Anais...** Recife.: Anpur, 1997.

- LAGO, L. C.. **Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro**. São Paulo, FAU/USP, 1998.
- LASCADE, J.L. **Actes de colloque, segregation spacial**. Renés, 16-17 mai, Plans construction, 1978.
- LEFÉBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A. Editora, 1999. Título original: *La pensée marxiste et la ville*, 1995.
- LEFÉBVRE, H. **La revolucion urbana**. Madrid: Ed. Gallimard, 1970
- LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. Título Original: *Le droit à la ville*.
- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1987. Título original: *Le capital et son espace*, 1977.
- LOJKINE, J. **O papel do Estado e a urbanização capitalista**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural**. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.6, 1973.
- LOPES, J. R. B.; GOTTSSCHALK. **Recessão, família e pobreza**. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 4, nº 1, jan./mar. 1990.
- LOPES, J. R. B.; PATARRA, N. L. **Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira**. *Cadernos Cebrap*. São Paulo, n. 20, 1975.
- MARCUSSEN, A. **Class, rend and the state: uneven development in western Boomtowns**. Berkley:TCRP-UC, mimeo.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. Estudos Urbanos. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MARICATO, E. . (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

- MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, Abep, 1(2), jan./dez. 1984, p. 99-143
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília, Ipea, 1994 (**Textos para a discussão, 329**).
- MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.
- MARTINE, G. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, 1(2), jul./set. 1987, p. 28-31.
- MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas: Abep, 1(2), jan./dez. 1984, p. 99-143
- MARTINE, G.; PELIANO, J. Carlos. Migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Rio de Janeiro: Ipea, 1978 (**Série Estudos para o Planejamento, n. 19**).
- MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Minas Gerais, 2002.
- MELO, M. A.B.C. Regimes de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil 1940-1988). **Reestruturação urbana**. São Paulo: Nobel/Iuperj, 1990.
- MONTALI, L. et al. **Percursos migratórios: constituição das formas de reprodução do trabalhador urbano**. São Paulo, FAU/USP, 1981. Mimeografado.
- MPO/SEPRE. **Região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno**. Brasília, 1998. Mimeografado.
- NASCIMENTO, E. Exclusão : A Nova Questão Social, **Revista Proposta**, Fase, n 61, Jun, 1991;
- NASCIMENTO, E. **O que é Apartação** , SP, Brasiliense, 1993

NEGRI, B.; PACHECO, C.A. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaços & Debates**, n.38, 1994.

NOVELLINO, M.S.F. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Minas Gerais, 2002.

OLIVEIRA, M. L. P. de. **O mercado imobiliário urbano na periferia do DF: o caso de Cidade Ocidental**. Brasília, UNB, 1983.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, 1998.

PACHECO, C.A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? **Migração, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas, Unicamp, 1997.

PATARRA, N. **Do urbano às novas territorialidades: conceitos e questões**. Campinas, Ipea, 1999 (Segundo Relatório de Pesquisa). Mimeografado.

PATARRA, N.; BOGUS, L.M. Percursos migratórios e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. **Anais...** São Paulo, Abep, v. 2, 1980.

PAVIANI, A; CAMPOS, N.; FARRET, R. Mobilidade residencial em cidade planejada: Brasília – Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 52, n.2, abril/ junho, 1990.

PRETECEILLE, E. divisão social e desigualdades: transformações recentes na metrópole parisiense. In: RIBEIRO, L.C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

PRETECEILLE, E. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L.C. de Q. e SANTOS Jr., O.A. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

- RIBEIRO, L.C. de Q. **Incorporação imobiliária: características, dinâmica e impasses.** In: RIBEIRO, L.C. de Q. **A crise das moradias na grande cidade.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, L.C. de Q.. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L.C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: Ed Revan, 2000.
- RIBEIRO, L.C. de Q Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, L.A.M. (Org.). **Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, v. 1, 1982 (Coleção Debates Urbanos).
- RIBEIRO, L.C. de Q. O futuro das cidades brasileiras na crise. In: RIBEIRO, L.C. de Q.; SANTOS, R.J.O. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- RIBEIRO, L.C. de Q. Segregação, acumulação urbana e poder: classes, desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L.C. de Q. et alii. **Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002 (Cadernos IPPUR/UFRJ 2001-2/2002).
- RIBEIRO, L.C. de Q. Segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana: a metrópole do Rio de Janeiro". In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Belo Horizonte, Anpur, 2002.
- RIBEIRO, L.C. de Q.; LAGO, L. **O espaço social das metrópoles brasileiras:** Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, out./1999.
- RIBEIRO, L.C. de Q.; LAGO, L. . **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 1994.
- ROCHA, S. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, L.C. de Q.; SANTOS Jr. O.A. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- ROLNIK, R. **São Paulo: crise e mudança.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

- ROLNIK, R. **Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo**. Brasil, Lincoln Institute Research Report, 1999.
- ROSSI, P. **Why families moves?** 2ª ed. London: Sage Publications. Bevelly Hills, 1980.
- SABAHAGI, et al. Some determinants of intrametropolitan residencial mobility: conceptual considerations. **Social Force**, v48, 1969
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996 (Coleção Estudos Urbanos, 5).
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. . **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994 .
- SANTOS, M. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Coord.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990, p. 183-191.
- SHORT, J.R. Residential mobility. In: BOURNE, L. (Org.). **Internal structure of the city**. New York: Oxford University Press, 1982, p. 189-208.
- SIMMONS, J.W. Changing residence in the city: a review of intraurban mobility. **The Geographical Review**, n 58, 1968.
- SIMMONS, J.W.. Behavior bases for changing social space: individual mobility and waves of sucession. In: BERRY; HORTON. **Geographic perspective son urban systems with integrades readings**. Englewood Chifts Prentices Hall, 1970.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. **Economia política da urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- SOJA, E. W. The socio-espatial dialect. **Annals of the Association of American Geographers**, v.70, n.2, June 1970.

- SMOLKA, M. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: dinamismo imobiliário e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, v. 9, n. 1, janeiro/junho, 1992.
- SMOLKA, M. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 9, n. 2, julho/dezembro, 1992.
- SMOLKA, M. Dinamismo populacional e estruturação intra-urbana: uma abordagem integrada da mobilidade através dos registros de transações imobiliárias. In: X ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu: Abep, 1994.
- SOMEKH, N. M. F. Verticalização em São Paulo: um elemento de segregação urbana. **Espaços e Debates**. São Paulo, n. 21, Ano VII, 1987.
- TASCHNER, S. P. Habitação contemporânea e dinâmica populacional no Brasil: notas muito preliminares. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Recife: Anpur, v.1, 1997.
- TEIXEIRA, J. G ; SOUZA, J.M. Organização metropolitana e estrutura social: o caso de Belo Horizonte. In: QUEIROZ, L.C. de Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.
- TELLES, E.E. **Residential segregation by sócio economic status in Brazil: effects of industrialization and population**. University of California, 1992.
- TURNER, J. Housing priorities, settements and urban development. **Journal of The American Institute of Planners**, 34 (6), 1968.
- VALLADARES, L. P (Org.). **Passa-se uma casa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VALLADARES, L. P. (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VALLADARES, L. P.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.

VÉRAS, M. P. B. Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social. In: BÓGUS, L.M.M.; WANDERLEY, L.E.W. (Org.). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

VÉRAS, M. P. B. . Territorialidade racial e crise urbana. In: RIBEIRO, L.C. de Q.; SANTOS Jr., O.A. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincon Institute, 2001.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: VII ENCONTRO DA ANPUR. **Anais...** Recife, 1997.

WOLPERT, J. Behavioral aspects of the decision to migrate. Paper of the **Region Science Association**, v.15, 1965.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, n. 61, 1971.

ANEXO 1

Tabela 1
Chefes Migrantes segundo a Residência Anterior e UF de Nascimento - Participação
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1991/2000

Residência Anterior	Residência Anterior	Naturalidade do Chefe - 1991										Naturalidade do Chefe - 2000												
		DF	GO	Outro	MG	RJ	Outros	MA/PI	Outros	Região	Outros	Total	DF	GO	Outros	MG	RJ	Outros	MA/PI	Outros	Região	Outros	Total	
Núcleo	DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Riade	-36,4	0,0	37,2	1,4	1,2	16,3	6,5	0,4	2,0	4291	-28,4	0,3	33,5	1,8	2,4	23,2	7,8	1,9	0,5	3644			
	GO	-69,0	0,3	14,6	1,0	2,0	9,4	2,3	1,2	0,6	5479	-65,9	1,4	10,0	1,3	3,1	11,3	4,8	2,1	0,2	6962			
	Dennis CO	-10,4	31,5	14,7	7,9	3,9	26,3	2,1	2,4	1,0	1021	-7,2	28,5	11,0	5,1	9,5	26,7	6,0	4,7	1,3	1437			
	MG	-1,8	0,3	87,1	0,8	1,8	6,1	1,4	0,2	0,5	7156	-4,2	0,0	80,6	2,3	3,1	5,6	2,0	1,1	0,6	6564			
	Dennis	-2,3	0,7	8,7	33,0	21,9	15,9	13,3	1,6	2,0	8231	-3,8	0,7	8,6	29,5	24,4	19,7	9,8	1,5	2,0	9393			
	MA/PI/CE/B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	A	-0,2	0,0	0,7	0,2	0,7	96,0	2,1	0,1	0,1	19990	-0,6	0,1	0,9	0,9	0,7	93,6	2,2	0,8	0,3	18642			
	Dennis	-0,1	0,0	0,9	1,9	1,4	4,9	89,8	1,0	0,1	6977	-0,2	0,3	1,3	2,8	1,3	10,7	82,4	0,9	0,2	5102			
	Norte	-13,0	0,0	7,6	5,7	3,5	26,1	8,6	35,5	0,0	3088	-12,7	0,2	6,3	3,0	3,1	24,0	4,6	46,1	0,0	3942			
	Sul	-1,0	0,7	3,4	6,2	5,3	74,7	5,7	0,9	1,6	2187	-3,1	0,0	3,5	6,9	9,1	72,9	2,8	1,7	0,0	3109			
	Outros	-2,6	0,0	9,1	16,6	7,7	14,7	2,7	0,6	35,4	1291	-19,4	0,0	3,8	0,0	0,0	61,3	15,1	0,0	0,0	186			
	Entorno Imediato	DF	9,5	9,2	0,5	17,1	4,2	2,5	39,5	14,3	2,1	1,2	17319	16,5	0,0	0,3	12,7	1,9	1,7	52,0	12,8	2,1	0,1	25839
Riade		0,9	36,3	0,0	32,8	2,6	0,0	18,7	9,0	0,0	0,0	1034	14,0	0,0	0,0	25,9	2,9	3,3	40,6	11,6	1,3	0,5	2584	
GO		4,0	39,1	0,8	14,9	2,0	2,1	24,4	10,6	1,5	0,7	3296	13,4	0,0	1,7	18,3	0,6	3,5	44,8	13,6	4,2	0,0	2690	
Dennis CO		7,0	13,9	28,4	0,0	0,0	19,4	22,9	0,0	8,0	0,0	200	0,0	0,0	15,7	23,4	0,0	5,8	33,0	14,1	8,0	0,0	312	
MG		0,5	3,6	0,0	91,6	0,0	1,0	2,1	0,4	0,7	0,0	1349	4,5	0,0	0,0	75,2	0,0	3,0	10,2	6,6	0,5	0,0	1820	
Sudeste		4,0	0,6	0,0	5,7	26,4	22,7	23,5	12,9	3,5	0,7	1072	3,9	0,0	0,2	10,0	12,6	13,0	42,9	16,1	1,4	0,0	1964	
MA/PI/CE/B		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A		0,0	0,6	0,0	0,4	0,0	0,1	96,6	2,3	0,0	0,0	4059	0,3	0,0	0,1	0,4	0,2	0,3	95,5	3,0	0,2	0,0	9651	
Dennis		1,1	0,0	0,0	1,9	1,2	0,0	3,6	90,8	1,3	0,0	1224	2,0	0,0	0,0	0,0	2,3	1,4	10,7	83,1	0,5	0,0	1955	
Norte		0,9	12,3	0,6	3,0	2,6	0,0	36,2	12,1	32,3	0,0	470	6,2	0,0	0,6	4,2	0,0	0,0	45,0	9,0	34,9	0,0	1483	
Sul		0,0	0,0	0,0	4,5	3,7	0,0	76,5	14,8	0,0	0,0	242	2,5	0,0	0,0	6,3	2,5	0,0	69,1	13,9	5,8	0,0	395	
Outros		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	46,2	0,0	53,8	26	2,9	0,0	0,0	10,8	0,0	3,2	58,6	23,9	0,0	0,0	314		
Entorno Distante		DF	14,1	9,9	1,1	31,0	1,2	2,7	24,1	8,9	0,3	6,5	1818	24,2	2,1	0,6	23,3	3,8	6,2	24,3	9,2	6,4	0,0	2173
	Riade	0,2	40,9	0,0	44,8	0,0	0,9	9,4	2,7	0,2	0,7	1768	10,9	6,4	0,0	45,1	0,4	6,5	23,0	6,2	0,4	1,1	1137	
	GO	4,2	54,6	0,9	21,1	0,8	0,7	12,0	4,2	0,3	1,0	2690	5,3	3,3	0,9	33,2	0,0	5,4	41,2	7,5	3,1	0,0	1282	
	Dennis CO	0,0	11,7	8,5	40,4	0,0	13,8	17,0	7,4	0,0	0,0	93	9,7	5,2	23,9	12,9	0,0	10,3	36,1	0,0	2,6	0,0	155	
	MG	0,0	2,3	0,0	88,8	0,8	1,3	6,3	0,5	0,0	0,0	1942	5,9	4,7	0,0	59,4	4,8	10,7	11,6	2,7	0,0	0,0	850	
	Dennis	0,0	1,4	1,7	20,2	2,7	48,7	6,3	18,6	0,0	0,0	413	4,1	0,0	0,0	8,1	9,7	36,8	15,6	24,8	0,0	1,4	443	
	MA/PI/CE/B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	A	0,0	5,0	0,0	0,0	1,6	0,0	85,4	8,0	0,0	0,0	575	3,9	1,4	0,0	3,2	0,0	0,7	84,0	4,1	2,6	0,0	727	
	Dennis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	93,1	0,0	0,0	224	0,0	0,0	3,3	2,9	0,0	0,0	23,9	66,7	2,5	0,0	243	
	Norte	9,4	6,1	6,1	26,5	0,0	17,7	22,7	0,0	11,0	0,0	180	8,8	6,0	0,0	5,2	0,0	1,6	45,8	9,2	23,1	0,0	231	
	Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	95,9	0,0	0,0	0,0	813	0,0	29,4	0,0	14,7	0,0	0,0	26,5	26,5	0,0	0,0	34	
	Outros	0,0	0,0	0,0	70,5	0,0	0,0	0,0	11,4	0,0	18,2	44	0,0	29,4	0,0	14,7	0,0	0,0	26,5	26,5	0,0	0,0	34	
	TOTAL	DF	9,9	9,2	0,5	18,4	3,9	2,5	38,1	13,8	1,9	1,7	19138	17,0	0,2	0,3	13,6	2,0	2,0	49,8	12,5	2,4	0,0	28089
Riade		0,2	37,5	0,0	38,4	1,2	0,9	15,0	5,9	0,3	0,6	7033	6,6	15,0	0,2	32,6	2,0	3,3	29,3	8,9	1,5	0,0	7360	
GO		2,1	57,0	0,6	16,2	1,2	1,7	14,3	5,1	1,1	0,5	11444	3,9	42,4	0,0	14,8	1,0	3,5	23,0	7,3	2,7	0,0	10934	
Dennis CO		1,1	11,1	29,5	14,3	6,2	7,1	25,0	2,1	3,0	0,8	1316	0,8	5,9	26,1	13,2	3,9	9,0	28,5	6,8	5,0	0,0	1904	
MG		0,1	2,1	0,0	88,0	0,7	0,0	5,6	1,1	0,2	0,3	10264	1,4	3,4	0,0	77,6	2,1	3,8	7,1	3,0	0,9	0,0	9234	
Dennis		0,4	2,1	0,7	8,9	31,0	23,1	16,3	13,4	1,7	2,1	9747	0,8	3,0	0,6	8,8	26,0	23,0	23,4	11,4	1,4	0,1	11799	
MA/PI/CE/B		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A		0,0	0,4	0,0	0,6	0,2	0,6	95,8	2,2	0,1	0,1	24621	0,2	0,4	0,1	0,8	0,6	0,5	94,0	2,5	0,7	0,0	29019	
Dennis		0,2	0,1	0,0	1,0	1,8	1,2	4,7	90,1	1,0	0,1	8426	0,5	0,1	0,3	1,0	2,6	1,3	11,1	82,0	0,8	0,0	7302	
Norte		0,6	12,6	0,4	7,9	5,0	3,7	27,1	8,6	33,9	0,0	3736	2,0	9,1	0,3	5,7	2,1	2,2	30,5	5,9	42,1	0,0	5676	
Sul		0,0	0,6	0,5	2,6	4,5	4,6	80,1	5,0	0,6	1,5	3255	0,3	2,5	0,0	3,4	5,7	8,1	74,2	3,9	1,9	0,0	3931	
Outros		0,9	2,5	0,0	10,7	15,9	7,3	14,0	3,6	0,6	44,5	1500	1,7	8,8	0,0	8,6	0,0	1,9	57,9	21,2	0,0	0,0	534	
Total da REDE		2,3	12,0	0,7	19,0	4,9	3,7	40,0	23,7	2,1	1,4	100683	5,3	6,4	0,6	14,7	4,2	4,4	48,1	12,1	3,6	0,0	115782	

Fonte: censo IBGE 1991 e 2000 (atribuições especiais)

Migração: pessoas que deixaram (do Distrito de residência em 1991) e de UF de residência no censo 2000, maiores de 5 anos, segundo município de residência em 1991 (censo 91) e em 1995 (censo 2000)

Tabela 2
Chefes Migrantes segundo a Residência Anterior e Anos de Estudo - Participação
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1991/2000

Residência Anterior	Anos de estudo do Chefe - 1991								Anos de estudo do Chefe - 2000							
	Sem Instr.	1º Grau incomp.	1º Grau 2º ciclo incomp.	2º Grau incomp.	2º Grau ou mais	Alfab. Adultos	Não Deter.	Total	Sem Instr.	1º Grau incomp.	1º Grau 2º ciclo incomp.	2º Grau incomp.	2º Grau ou mais	Alfab. Adultos	Não Deter.	Total
DF																
Outros da Rde	23,1	17,5	34,4	10,8	13,6	0,3	0,2	4423	5,8	14,7	33,3	18,8	25,8	0,0	1,4	3914
RJ	1,8	2,3	8,3	9,9	77,7	0,0	0,0	5006	0,3	1,3	7,2	8,7	81,8	0,0	0,6	4374
MG	12,2	13,4	29,9	11,2	33,1	0,3	0,0	7198	3,2	6,6	21,9	14,9	52,5	0,3	0,6	6752
Outros SE	4,3	9,2	20,4	9,7	55,9	0,0	0,5	3428	3,1	7,5	14,7	10,0	64,5	0,1	0,2	5332
MA/PI/CE/BA	21,5	21,0	29,5	13,0	14,4	0,4	0,1	20101	9,4	15,7	32,8	16,0	24,8	0,2	1,1	18904
Outros NE	25,5	13,5	27,6	10,2	22,7	0,4	0,0	7052	11,8	10,6	22,5	11,5	42,4	0,0	1,2	5173
Góias	14,6	13,1	32,6	11,8	27,4	0,6	0,0	5565	4,1	10,3	27,4	16,3	40,7	0,0	1,3	7239
Outros CO	2,0	3,6	20,3	23,5	50,5	0,0	0,0	1030	6,0	9,0	15,5	7,2	62,2	0,0	0,0	1448
Norte	8,3	10,7	23,7	13,0	43,2	0,0	1,1	3193	4,0	8,6	23,8	18,2	44,6	0,0	0,7	4037
Sul	1,3	2,3	12,1	13,5	70,2	0,0	0,4	2224	0,6	2,6	9,2	8,0	79,7	0,0	0,0	3180
DF	13,6	14,8	33,2	17,9	20,0	0,4	0,1	17610	7,8	17,4	38,8	19,7	15,3	0,1	0,8	28269
Outros da Rde	28,7	13,5	38,5	9,0	8,6	2,0	0,0	1076	8,9	17,8	38,4	15,9	18,1	0,3	0,6	3356
RJ	8,8	5,6	29,3	27,2	29,3	0,0	0,0	468	6,1	3,1	39,9	26,3	24,6	0,0	0,0	574
MG	16,2	29,9	30,6	14,2	9,2	0,0	0,0	1351	11,7	17,1	41,0	13,7	16,2	0,0	0,4	1902
Outros SE	13,3	16,5	29,0	21,3	19,7	0,0	0,0	623	8,0	20,2	40,9	20,5	10,5	0,0	0,0	1442
MA/PI/CE/BA	31,9	22,8	25,8	11,1	8,3	0,2	0,0	4061	16,8	27,2	34,3	13,0	7,6	0,2	0,8	9730
Outros NE	36,8	21,0	22,2	6,8	13,1	0,0	0,0	1236	14,9	20,6	34,4	16,4	12,7	0,5	0,5	1975
Góias	15,6	18,9	36,9	15,9	11,9	0,4	0,4	3338	11,1	19,8	39,4	17,3	11,5	0,3	0,6	4669
Outros CO	6,3	2,4	30,9	26,6	33,8	0,0	0,0	207	18,9	39,8	12,5	16,6	12,8	0,0	0,0	344
Norte	21,9	21,9	34,7	11,7	10,2	0,0	0,0	472	11,2	16,8	37,3	18,2	14,8	1,0	0,6	1707
Sul	19,8	5,3	37,0	11,1	26,7	0,0	0,0	243	6,9	10,9	30,4	11,6	40,1	0,0	0,0	404
DF	12,5	13,5	37,2	13,1	23,5	0,2	0,0	2102	11,7	15,2	35,1	17,3	20,1	0,2	0,3	3113
Outros da Rde	31,8	26,3	30,6	5,1	5,8	0,4	0,0	1968	17,4	26,2	34,9	11,4	8,0	0,0	2,3	2198
RJ	26,7	20,0	5,6	0,0	46,7	0,0	0,0	89	9,4	0,0	15,1	39,6	35,8	0,0	0,0	53
MG	23,8	25,6	30,5	6,3	13,8	0,0	0,0	2062	18,6	23,1	27,6	11,7	18,7	0,0	0,3	2253
Outros SE	10,1	11,9	39,6	17,3	20,8	0,0	0,0	335	10,3	11,6	23,7	23,2	31,0	0,0	0,0	448
MA/PI/CE/BA	40,0	23,3	13,8	6,9	15,8	0,0	0,0	519	32,7	29,3	22,7	8,2	7,3	0,0	0,0	765
Outros NE	42,0	21,6	21,0	10,2	6,0	0,0	0,0	336	29,7	19,1	25,9	11,3	13,7	0,0	0,0	293
Góias	19,5	27,7	29,9	8,5	13,6	0,7	0,0	3062	16,2	24,0	35,5	11,4	12,7	0,2	0,0	3119
Outros CO	14,8	23,1	24,1	14,8	21,3	0,0	0,0	106	7,1	25,3	28,3	12,6	27,8	0,0	0,0	198
Norte	5,0	14,5	24,6	21,2	34,6	0,0	0,0	179	9,6	12,5	37,9	25,1	14,5	0,0	0,0	311
Sul	7,3	12,7	29,3	19,7	31,2	0,0	0,0	828	3,7	5,3	28,7	22,5	39,9	0,0	0,0	436
DF	12,5	13,5	37,2	13,1	23,5	0,2	0,0	2102	8,2	17,2	38,4	19,5	15,9	0,1	0,8	31459
Outros da Rde	31,8	26,3	30,6	5,1	5,8	0,4	0,0	1968	9,6	18,5	35,5	16,0	18,9	0,1	1,3	9466
RJ	26,7	20,0	5,6	0,0	46,7	0,0	0,0	89	1,0	1,5	11,1	11,1	74,7	0,0	0,6	5000
MG	23,8	25,6	30,5	6,3	13,8	0,0	0,0	2062	7,9	11,9	26,4	14,0	39,2	0,2	0,5	10907
Outros SE	10,1	11,9	39,6	17,3	20,8	0,0	0,0	335	4,5	10,3	20,5	12,9	51,6	0,1	0,1	7222
MA/PI/CE/BA	40,0	23,3	13,8	6,9	15,8	0,0	0,0	519	12,5	19,9	33,0	14,8	18,6	0,2	1,0	29400
Outros NE	42,0	21,6	21,0	10,2	6,0	0,0	0,0	336	13,3	13,6	25,8	12,8	33,4	0,1	1,0	7445
Góias	19,5	27,7	29,9	8,5	13,6	0,7	0,0	3062	8,8	16,1	32,8	15,6	25,8	0,1	0,8	15027
Outros CO	14,8	23,1	24,1	14,8	21,3	0,0	0,0	106	8,3	15,9	16,2	9,4	50,2	0,0	0,0	1990
Norte	5,0	14,5	24,6	21,2	34,6	0,0	0,0	179	6,3	11,2	28,3	18,6	34,6	0,3	0,7	6055
Sul	7,3	12,7	29,3	19,7	31,2	0,0	0,0	828	1,6	3,7	13,5	9,9	71,3	0,0	0,0	4022
DF	16,9	15,9	28,3	12,8	25,8	0,3	0,1	103024	8,9	15,4	30,8	15,6	28,3	0,1	0,8	128582

IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais)

soas maiores de 5 anos, segundo município de residência em 1986/censo 91 e em 1995/censo 2000 (inclui não naturais e retorno)

Tabela 3
Chefes Migrantes segundo a Residência Anterior e a Renda per capita Familiar - Participação
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1991/2000

Residência Atual	Residência Anterior	Renda per capita familiar - 1991							Renda per capita familiar - 2000						
		SEM REND	Até 1 SM	DE 1 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	Mais de 10 SM	Total	SEM REND	Até 1 SM	DE 1 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	Mais de 10 SM	Total
Núcleo	DF														
	Outros da RIDE	2,9	41,7	36,2	8,7	8,1	2,4	4425	2,9	41,8	36,4	8,6	8,0	2,4	3881
	RJ	0,7	6,6	26,1	19,6	23,1	23,9	5004	0,7	6,6	26,1	19,6	23,1	23,9	4299
	MG	1,4	26,7	31,3	12,1	16,5	12,0	7213	1,5	26,5	31,1	12,2	16,6	12,1	6664
	Outros SE	2,5	18,6	23,5	12,3	19,2	23,9	3427	2,5	18,6	23,5	12,3	19,2	23,9	5207
	MA/PI/CE/BA	4,5	50,9	31,4	5,3	4,9	3,0	20098	4,5	50,9	31,4	5,3	4,9	3,0	18753
	Outros NE	3,7	39,5	25,8	11,1	9,5	10,2	7049	3,7	39,5	25,8	11,1	9,5	10,2	5065
	Góias	2,5	36,0	32,0	11,6	9,9	8,0	5564	2,5	36,0	32,0	11,6	9,9	8,0	7016
	Outros CO	2,5	22,3	36,0	6,9	23,2	9,1	1031	2,5	22,3	36,0	6,9	23,2	9,1	1426
	Norte	2,7	34,5	33,4	10,6	11,0	7,9	3193	2,7	34,5	33,4	10,6	11,0	7,9	3912
	Sul	1,3	7,9	23,0	15,9	22,3	29,8	2273	1,3	7,9	23,0	15,9	22,3	29,8	3090
Entorno Imediato	DF	6,2	57,1	30,4	4,0	1,7	0,7	15263	6,2	57,1	30,4	4,0	1,7	0,7	28190
	Outros da RIDE	4,8	59,8	27,2	5,7	2,2	0,3	845	4,8	59,8	27,2	5,7	2,2	0,3	3293
	RJ	12,4	44,3	31,0	4,2	6,8	1,4	388	12,4	44,3	31,0	4,2	6,8	1,4	574
	MG	4,6	57,1	29,2	5,8	1,5	1,8	1240	4,6	57,1	29,2	5,8	1,5	1,8	1901
	Outros SE	12,6	52,9	25,7	6,1	1,3	1,4	512	12,6	52,9	25,7	6,1	1,3	1,4	1412
	MA/PI/CE/BA	6,7	70,8	20,8	1,2	0,4	0,1	3488	6,7	70,8	20,8	1,2	0,4	0,1	9685
	Outros NE	9,5	65,0	20,3	2,6	1,4	1,3	1040	9,5	65,0	20,3	2,6	1,4	1,3	1977
	Góias	6,4	59,8	27,4	2,1	3,0	1,3	2919	6,4	59,8	27,4	2,1	3,0	1,3	4669
	Outros CO	5,1	74,9	17,0	0,0	3,0	0,0	165	5,1	74,9	17,0	0,0	3,0	0,0	335
	Norte	9,6	65,3	21,9	1,3	1,3	0,6	441	9,6	65,3	21,9	1,3	1,3	0,6	1707
	Sul	7,6	37,9	33,8	10,9	4,8	4,8	225	7,6	37,9	33,8	10,9	4,8	4,8	393
Entorno Distante	DF	9,6	49,0	27,3	6,8	3,5	3,8	4448	9,6	49,3	27,2	6,6	3,4	3,9	3041
	Outros da RIDE	7,4	71,3	18,0	1,6	1,1	0,5	2196	7,4	71,4	18,3	1,5	1,0	0,5	2110
	RJ	34,8	21,7	26,1	21,7	0,0	0,0	170	34,8	21,7	26,1	21,7	0,0	0,0	23
	MG	3,6	59,0	24,6	4,0	5,5	3,3	2173	3,5	59,3	24,4	4,0	5,5	3,4	1819
	Outros SE	9,0	65,0	17,3	3,5	3,3	2,2	449	9,0	65,0	17,3	3,5	3,3	2,2	509
	MA/PI/CE/BA	13,5	58,2	22,6	2,6	3,1	0,0	1153	13,0	56,3	23,0	3,5	3,0	1,2	430
	Outros NE	13,1	62,9	17,7	1,8	0,0	4,6	422	13,1	62,9	17,7	1,8	0,0	4,6	283
	Góias	6,8	62,2	20,0	5,5	3,6	1,9	3485	6,7	62,5	20,0	5,4	3,6	1,9	3071
	Outros CO	0,0	42,1	40,2	8,5	6,1	3,0	151	0,0	42,5	39,5	8,4	6,0	3,0	167
	Norte	22,4	33,6	32,2	7,2	0,0	3,9	255	22,4	33,6	32,2	7,2	0,0	3,9	152
	Sul	5,5	44,5	28,6	11,3	7,2	2,8	843	5,4	44,5	28,8	11,5	7,1	2,8	721
Total	DF	2,8	53,7	32,5	5,1	3,2	1,4	19712	6,5	56,2	30,0	4,3	1,9	1,0	103042
	RJ	1,3	16,6	29,0	19,5	18,6	12,8	5562	2,3	10,9	27,0	17,6	21,1	21,1	4913
	MG	3,5	50,0	26,2	7,5	6,0	5,0	10625	2,4	37,9	29,6	9,6	11,9	8,6	10384
	Outros SE	3,3	28,8	28,9	13,5	12,1	10,9	4389	4,9	26,8	24,1	11,4	14,8	18,0	7058
	MA/PI/CE/BA	3,7	58,0	28,4	4,5	2,4	1,6	24742	5,4	57,9	27,5	3,9	3,3	2,0	29185
	Outros NE	3,7	54,7	24,7	8,0	5,0	2,7	8513	5,7	47,5	24,0	8,4	6,9	7,6	7327
	Góias	4,9	55,7	24,5	6,9	5,1	1,7	11969	4,6	49,0	28,0	7,3	6,4	4,6	14756
	Outros CO	6,6	27,6	37,1	10,4	11,4	5,3	1346	3,6	33,1	31,5	5,8	19,0	6,8	1960
	Norte	3,4	41,7	33,9	6,7	6,3	6,1	3887	5,1	43,6	30,2	7,7	7,9	5,5	5920
	Sul	3,2	23,9	27,6	14,1	17,1	12,4	3295	2,0	15,2	25,4	14,3	18,7	24,5	3898
	Total da RIDE	3,6	50,1	27,7	7,3	5,8	3,9	103042	5,0	48,1	28,1	6,8	6,6	5,4	126515

Fonte: censos IBGE 1991 e 2000 (tabulações especiais)

Migrante: pessoas maiores de 5 anos, segundo município de residência em

Obs: o total para 1991 inclui as pessoas sem declaração de renda e para os dois

Tabela 4
Chefes Migrantes segundo a Residência Anterior e a sua inserção socio-ocupacional
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1991

Residência Anual	Residência Anterior	Inserção ocupacional									TOTAL	
		Categ. Dirig.	Categ. Intelec.	Empregados urbanos	Categ. Média	Trab. Manuais Secund.	Trab. Manuais Terc.	Trab. manuais s/qualif.	Trab. agric.	Outras		
DF	Distrito Federal											
	Outros da Rde	0,6	1,1	3,3	11,3	12,6	46,5	14,5	8,7	1,2	100,0	
	Rio de Janeiro	5,4	14,6	4,4	47,2	4,8	15,5	2,9	1,2	4,1	100,0	
	Minas Gerais	3,2	5,8	5,8	19,0	17,7	32,5	11,5	3,9	0,5	100,0	
	Outros Sudeste	6,2	9,8	6,2	29,9	12,1	22,0	8,9	2,2	2,7	100,0	
	Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia	0,7	1,9	3,1	8,8	17,1	53,6	11,8	2,5	0,5	100,0	
	Outros Nordeste	1,5	2,4	3,5	13,7	17,3	47,4	9,9	3,9	0,5	100,0	
	Góias	0,6	3,7	4,6	18,6	17,7	34,3	13,7	6,4	0,5	100,0	
	Outros Centro-oeste	5,0	10,5	1,0	25,3	19,0	33,5	4,2	0,0	1,5	100,0	
	Norte	1,4	6,3	4,9	31,1	12,9	30,8	9,0	2,7	1,0	100,0	
	Sul	7,4	13,9	7,4	41,4	2,4	15,7	5,4	3,3	3,2	100,0	
	Brasil não Especificado	8,6	24,1	4,5	36,5	1,6	9,2	0,0	0,6	14,9	100,0	
	Total Núcleo	2,5	5,7	4,3	20,5	14,3	37,5	10,1	3,6	1,5	100,0	
	Entorno Imediato	Distrito Federal	0,3	1,3	3,3	21,7	21,6	40,1	8,5	1,8	1,3	100,0
Outros da Rde		0,0	1,7	5,9	6,3	26,5	37,8	10,6	7,7	3,8	100,0	
Rio de Janeiro		0,0	0,0	0,0	25,9	19,2	44,6	2,9	0,0	0,0	100,0	
Minas Gerais		0,0	0,2	7,3	13,0	19,2	41,6	12,3	6,3	0,0	100,0	
Outros Sudeste		0,0	0,0	4,7	2,9	17,0	41,6	1,2	8,4	2,3	100,0	
Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia		0,0	0,0	0,3	2,7	22,5	46,6	15,2	6,6	0,6	100,0	
Outros Nordeste		0,0	1,5	4,7	21,8	31,4	35,4	12,4	4,0	0,0	100,0	
Góias		0,0	1,0	3,5	12,3	27,2	40,7	7,5	6,7	1,1	100,0	
Outros Centro-oeste		0,0	0,0	25,3	31,0	17,7	26,6	0,0	10,1	0,0	100,0	
Norte		0,0	0,0	0,0	0,0	19,8	54,8	12,7	7,3	0,0	100,0	
Sul		0,0	4,0	30,0	77,6	4,9	24,7	13,5	9,4	0,0	100,0	
Brasil não Especificado		0,0	0,0	0,0	887,5	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	
Total Periferia Imediata		0,2	1,0	3,5	17,3	22,5	40,9	9,5	3,8	1,2	100,0	
Entorno Distante		Distrito Federal	0,5	3,1	9,9	12,9	22,1	25,1	7,4	18,1	0,8	100,0
	Outros da Rde	0,0	0,6	5,2	6,4	13,2	37,8	6,3	29,5	1,1	100,0	
	Rio de Janeiro	0,0	0,0	0,0	32,7	9,6	34,6	0,0	23,1	0,0	100,0	
	Minas Gerais	0,4	4,2	7,8	6,6	12,2	44,2	3,8	20,3	0,5	100,0	
	Outros Sudeste	0,0	1,3	23,7	17,4	20,4	16,4	2,3	18,4	0,0	100,0	
	Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia	0,0	0,0	8,3	16,6	16,8	35,7	3,1	19,1	0,0	100,0	
	Outros Nordeste	0,0	0,0	4,1	3,1	9,9	59,0	0,0	23,5	0,0	100,0	
	Góias	0,4	1,0	7,0	12,0	12,3	32,1	8,0	27,0	0,0	100,0	
	Outros Centro-oeste	0,0	0,0	11,0	8,5	24,4	42,7	0,0	12,2	0,0	100,0	
	Norte	0,0	0,0	9,6	32,7	12,8	41,0	0,0	3,8	0,0	100,0	
	Sul	2,3	5,5	22,6	9,6	16,5	20,7	0,0	22,7	0,0	100,0	
	Brasil não Espe	0,0	0,0	0,0	0,0	55,6	0,0	0,0	44,4	0,0	100,0	
	Total demais Entorno	0,5	2,2	9,1	10,5	14,9	34,1	5,3	23,1	0,4	100,0	
	Total	Distrito Federal	0,4	1,5	3,9	20,8	21,7	38,6	8,4	3,4	1,3	100,0
Outros da Rde		0,3	1,1	4,2	9,2	14,7	42,9	11,7	14,2	1,6	100,0	
Rio de Janeiro		4,9	13,4	4,1	45,6	6,0	18,1	2,8	1,3	3,7	100,0	
Minas Gerais		2,2	4,8	6,4	15,7	16,8	36,1	10,0	7,6	0,4	100,0	
Outros Sudeste		4,7	7,6	8,7	26,7	13,8	24,4	7,2	4,5	2,4	100,0	
Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia		0,8	1,5	2,0	10,4	18,2	50,6	12,2	3,8	0,5	100,0	
Outros Nordeste		1,3	2,2	3,3	13,3	19,0	45,9	10,0	4,8	0,4	100,0	
Góias		0,3	2,2	4,9	15,2	19,1	35,6	10,5	11,5	0,5	100,0	
Outros Centro-oeste		3,8	8,0	1,7	27,1	19,4	33,3	3,2	2,4	1,2	100,0	
Norte		1,1	5,0	5,0	27,0	14,1	34,5	9,0	3,5	0,8	100,0	
Sul		5,4	10,3	13,0	31,0	6,6	17,9	4,6	9,4	2,0	100,0	
Brasil não Espec		8,4	23,8	4,5	35,9	2,7	9,1	0,0	0,9	14,7	100,0	
TOTAL			1,5	3,6	4,3	17,9	17,1	39,1	9,6	5,8	1,2	100,0

Fonte: censo IBGE 1991 (tabulações especiais)

Migrante: pessoas maiores de 5 anos, segundo município de residência em 1996/censo 91 (inclui não naturais e retorno)

OBS: o total inclui outros sem especificação e estrangeiros

Tabela 5
Chefes Migrantes segundo a Residência Anterior e a sua inserção socio-ocupacional
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 2000

Residência Anual	Residência Anterior	Inserção ocupacional									TOTAL	
		Categ. Dirig.	Categ. Intelec.	Empregados urbanos	Categ. Média	Trab. Manuais Secund.	Trab. Manuais Terc.	Trab. manuais s/qualif.	Trab. agric.	Outras		
DF	Distrito Federal											
	Outros da Rde	1,0	0,8	4,5	13,2	17,6	42,4	15,1	5,5	0,0	100,0	
	Rio de Janeiro	4,6	4,1	1,9	10,1	1,5	74,7	2,9	0,0	0,3	100,0	
	Minas Gerais	1,5	4,4	4,4	16,9	9,9	44,7	13,0	3,0	2,0	100,0	
	Outros Sudeste	2,7	5,5	6,2	17,1	7,4	52,4	6,5	1,1	1,1	100,0	
	Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia	0,8	0,7	1,3	11,2	14,2	47,3	21,4	2,6	0,6	100,0	
	Outros Nordeste	1,3	1,4	1,5	12,4	9,9	52,8	14,1	5,2	1,4	100,0	
	Góias	2,4	2,0	4,3	17,2	13,8	43,5	12,6	3,4	0,7	100,0	
	Outros Centro-oeste	0,0	6,0	3,5	10,8	5,9	58,5	12,8	0,9	1,6	100,0	
	Norte	1,0	3,1	6,1	14,3	10,8	50,8	10,1	2,0	1,6	100,0	
	Sul	4,2	10,1	3,2	15,4	4,3	56,9	3,1	2,1	0,7	100,0	
	Brasil não Especificado	0,0	0,0	0,0	6,0	15,7	30,6	42,5	0,0	5,2	100,0	
	Total Núcleo	1,8	2,8	3,1	13,6	11,0	50,2	13,8	2,7	0,9	100,0	
	Entorno Imediato	Distrito Federal	0,2	0,2	2,5	10,2	21,2	49,4	13,3	1,9	1,0	100,0
Outros da Rde		0,0	0,0	1,7	10,8	19,4	46,0	14,5	6,4	1,3	100,0	
Rio de Janeiro		0,0	0,0	3,5	8,1	10,4	61,8	8,1	7,7	0,0	100,0	
Minas Gerais		0,0	0,0	2,3	11,6	21,1	39,8	21,1	2,3	1,6	100,0	
Outros Sudeste		0,0	0,0	2,5	12,0	26,9	50,3	5,3	1,7	1,5	100,0	
Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia		0,0	0,0	0,5	4,6	30,4	44,1	17,0	2,5	0,9	100,0	
Outros Nordeste		0,0	0,0	3,8	9,2	22,9	40,7	17,7	5,7	0,0	100,0	
Góias		0,2	0,4	4,1	9,4	21,2	40,9	16,1	7,5	0,2	100,0	
Outros Centro-oeste		0,0	0,0	0,0	5,2	47,9	46,9	0,0	0,0	0,0	100,0	
Norte		0,0	0,0	2,2	9,1	12,5	54,5	15,7	5,3	0,7	100,0	
Sul		0,0	0,0	16,5	18,0	22,2	36,5	0,0	6,4	0,0	100,0	
Brasil não Especificado		0,0	0,0	5,9	5,9	38,7	28,4	20,6	0,0	0,0	100,0	
Total Periferia Imediata		0,1	0,1	2,4	9,2	22,8	46,8	14,5	3,1	0,9	100,0	
Entorno Distante		Distrito Federal	0,0	0,0	5,9	6,9	15,1	41,9	8,0	18,4	3,8	100,0
	Outros da Rde	0,0	0,0	1,8	4,6	10,1	24,4	8,3	49,1	1,4	100,0	
	Rio de Janeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	54,5	0,0	45,5	0,0	0,0	100,0	
	Minas Gerais	0,0	1,3	4,3	10,3	8,0	31,1	10,3	34,3	0,4	100,0	
	Outros Sudeste	0,0	3,9	13,1	2,1	8,7	26,1	5,4	40,5	0,0	100,0	
	Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia	0,0	0,0	4,8	1,1	15,9	35,8	10,0	32,5	0,0	100,0	
	Outros Nordeste	0,0	0,0	2,6	0,0	14,3	36,4	11,3	35,1	0,0	100,0	
	Góias	0,4	0,5	5,6	4,7	6,5	28,4	12,8	38,7	2,6	100,0	
	Outros Centro-oeste	0,0	13,2	0,0	7,0	5,3	30,7	8,8	36,0	0,0	100,0	
	Norte	0,0	0,0	15,2	16,7	12,1	15,2	21,2	19,7	0,0	100,0	
	Sul	0,0	5,4	15,3	9,3	12,3	31,2	3,0	23,7	0,0	100,0	
	Brasil não Espec.	0,0	0,0	0,0	0,0	13,2	10,5	13,2	63,2	0,0	100,0	
	Total demais Entorno	0,1	1,0	5,5	6,0	10,0	30,8	9,7	35,2	1,7	100,0	
	Total	Distrito Federal	0,2	0,2	2,7	10,0	20,7	48,9	12,9	3,2	1,2	100,0
Outros da Rde		0,4	0,3	2,9	10,3	16,5	39,4	13,3	15,9	0,8	100,0	
Rio de Janeiro		4,2	3,8	2,0	9,9	2,1	73,8	3,3	0,6	0,3	100,0	
Minas Gerais		1,0	3,1	4,0	14,7	11,4	41,2	13,9	9,1	1,6	100,0	
Outros Sudeste		2,1	4,7	6,1	15,3	10,5	51,0	6,3	2,8	1,1	100,0	
Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia		0,6	0,4	1,1	8,9	19,3	45,7	19,7	3,6	0,7	100,0	
Outros Nordeste		0,9	1,0	2,1	11,0	13,6	49,0	15,0	6,4	1,0	100,0	
Góias		1,3	1,2	4,5	12,4	14,4	39,6	13,6	11,9	1,0	100,0	
Outros Centro-oeste		0,0	5,8	2,7	9,7	11,6	54,4	10,7	3,7	1,2	100,0	
Norte		0,7	2,2	5,4	12,7	11,2	51,0	11,6	3,7	1,3	100,0	
Sul		3,3	8,7	5,7	15,0	6,7	52,3	2,8	4,8	0,6	100,0	
Brasil não Espec.		0,0	0,0	3,2	5,6	28,0	27,5	28,0	6,4	1,9	100,0	
TOTAL			0,9	1,6	3,1	11,1	15,7	47,0	13,7	6,0	1,0	100,0

Fonte: censo IBGE 2000 (tabulações especiais)

Migrante: pessoas maiores de 5 anos, segundo município de residência em 1995/censo 2000 (inclui não naturais e retorno)

OBS: o total inclui outros sem especificação e estrangeiros

Tabela 6
**Chefes segundo Condição Migratória, Tempo de Residência no Município e Inserção socio-
 ocupacional**
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1991

Residência atual	Inserção Ocupacional	Anos de Residência no Município								Total
		menos de 1 ano	% no total da categ.	de 5 a 1 anos	% no total da categ.	de 9 a 6 Anos	% no total da categ.	mais de 10 anos	% no total da categ.	
DF	Categoria Dirigente	233	3,4	930	13,4	409	5,9	5364	77,3	6936
	Categoria Intelectual	302	1,7	2271	13,0	1666	9,6	13192	75,7	17430
	Pequenos empregadores urbanos	220	1,1	1638	8,1	1528	7,5	17025	83,3	20431
	Categoria Média	1447	2,0	8318	11,5	5404	7,4	57374	79,1	72543
	Manuais do Secundário	974	2,0	6427	13,4	3937	8,2	36572	76,3	47910
	Manuais do terciário	3131	3,1	16393	16,4	9799	9,8	70709	70,7	100033
	Manuais sem qualificação	902	3,8	4296	18,0	2926	12,2	15773	66,0	23896
	Trabalhadores Agrícolas	550	11,1	1245	25,2	496	10,0	2651	53,6	4943
	Sem declaração de ocupação	167	3,1	536	9,8	449	8,2	4296	78,9	5447
Total	7927	2,6	42073	14,0	26614	8,9	222955	74,4	299569	
Entorno Imediato	Categoria Dirigente	0	0,0	48	69,6	6	8,7	14	20,3	69
	Categoria Intelectual	20	3,2	240	38,0	133	21,1	238	37,7	631
	Pequenos empregadores urbanos	181	8,0	727	32,2	414	18,3	936	41,5	2258
	Categoria Média	938	12,1	3498	45,1	1562	20,1	1757	22,7	7756
	Manuais do Secundário	1000	8,1	4768	38,7	2503	20,3	4057	32,9	12328
	Manuais do terciário	1958	10,4	8522	45,2	3525	18,7	4830	25,6	18836
	Manuais sem qualificação	411	9,0	2026	44,3	738	16,1	1402	30,6	4577
	Trabalhadores Agrícolas	214	11,5	761	40,8	310	16,6	581	31,2	1865
	Sem declaração de ocupação	18	4,0	277	61,7	68	15,1	87	19,4	449
Total	4740	9,7	20868	42,8	9259	19,0	13902	28,5	48770	
Entorno Distante	Categoria Dirigente	0	0,0	43	39,4	38	34,9	28	25,7	109
	Categoria Intelectual	44	8,6	162	31,8	75	14,7	229	44,9	510
	Pequenos empregadores urbanos	46	1,4	823	25,4	549	17,0	1818	56,2	3237
	Categoria Média	128	5,9	877	40,2	233	10,7	944	43,3	2182
	Manuais do Secundário	194	4,1	1233	25,8	604	12,6	2750	57,5	4780
	Manuais do terciário	420	4,2	2838	28,1	1534	15,2	5300	52,5	10092
	Manuais sem qualificação	95	6,3	410	27,0	122	8,0	890	58,6	1518
	Trabalhadores Agrícolas	271	3,7	1930	26,5	957	13,1	4131	56,7	7289
	Sem declaração de ocupação	0	0,0	40	36,7	38	34,9	31	28,4	109
Total	1199	4,0	8355	28,0	4151	13,9	16121	54,0	29827	
Total	Categoria Dirigente	233	3,3	1021	14,3	434	6,4	5406	76,0	7115
	Categoria Intelectual	365	2,0	2673	14,4	1875	10,1	13659	73,5	18572
	Pequenos empregadores urbanos	447	1,7	3208	12,4	2492	9,6	19779	76,3	25926
	Categoria Média	2513	3,0	12694	15,4	7198	8,7	60075	72,8	82481
	Manuais do Secundário	2168	3,3	12428	19,1	7044	10,8	43379	66,7	65019
	Manuais do terciário	5510	4,3	27753	21,5	14858	11,5	80840	62,7	128960
	Manuais sem qualificação	1408	4,7	6732	22,4	3786	12,6	18065	60,2	29591
	Trabalhadores Agrícolas	1035	7,3	3936	27,9	1763	12,5	7363	52,2	14097
Sem declaração de ocupação	185	3,1	852	14,2	555	9,2	4413	73,5	6005	
Total	13866	3,7	71296	18,9	40025	10,6	252978	66,9	378165	

Fonte: censo IBGE 1991 (tabulações especiais)

Migrante intrametropolitano; pessoas cômiores de cinco anos, com menos de 5 anos de residência no município e que migraram entre municípios da RIDE

Tabela 7
Chefes segundo Condição Migratória, Tempo de Residência no Município e Inserção socio-ocupacional
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 2000

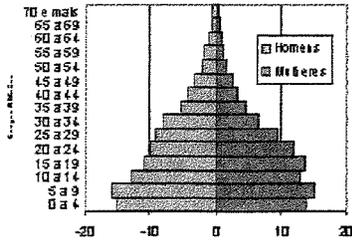
Residência atual	Inserção Ocupacional	Anos de Residência no Município								Total
		menos de 1 ano	% no total da categ.	de 5 a 1 anos	% no total da categ.	de 9 a 6 Anos	% no total da categ.	mais de 10 anos	% no total da categ.	
DF	Categoria Dirigente	129	2,0	930	14,5	477	7,4	4896	76,1	6432
	Categoria Intelectual	158	3,1	1235	24,6	346	6,9	3284	65,4	5022
	Pequenos empregadores urbanos	133	0,8	1689	10,3	1298	7,9	13333	81,0	16453
	Categoria Média	773	1,7	6615	14,4	3910	8,5	34548	75,4	45846
	Mãe/mãis do Secundário	640	1,5	5508	13,2	5197	12,5	30330	72,8	41674
	Mãe/mãis do terciário	3546	2,6	23974	17,7	14982	11,1	92905	68,6	135408
	Mãe/mãis sem qualificação	751	2,4	6769	21,4	4610	14,6	19535	61,7	31666
	Trabalhadores Agrícolas	205	3,7	1239	22,6	920	16,8	3109	56,8	5473
	Sem declaração de ocupação	95	2,7	344	9,8	295	8,4	2769	79,0	3503
	Total	6430	2,2	48304	16,6	32036	11,0	204709	70,2	291478
Extrema Imediato	Categoria Dirigente	0	0,0	64	48,9	11	8,4	57	43,5	131
	Categoria Intelectual	0	0,0	40	36,4	22	20,0	47	42,7	110
	Pequenos empregadores urbanos	74	3,1	951	39,5	287	11,9	1094	45,5	2407
	Categoria Média	646	7,8	3110	37,5	1684	20,3	2855	34,4	8296
	Mãe/mãis do Secundário	1128	5,5	8476	41,2	4371	21,3	6584	32,0	20560
	Mãe/mãis do terciário	3055	8,0	15888	41,7	6663	17,5	12524	32,8	38130
	Mãe/mãis sem qualificação	818	6,9	5048	42,3	2128	17,8	3929	33,0	11922
	Trabalhadores Agrícolas	161	6,9	1018	43,5	279	11,9	884	37,7	2342
	Sem declaração de ocupação	40	4,1	349	35,6	181	18,5	410	41,8	980
	Total	5922	7,0	34945	41,2	15627	18,4	28383	33,4	84877
Extrema Distante	Categoria Dirigente	0	0,0	8	6,7	11	9,2	101	84,2	120
	Categoria Intelectual	20	13,8	73	50,3	22	15,2	31	21,4	145
	Pequenos empregadores urbanos	91	4,3	442	20,8	218	10,3	1371	64,6	2122
	Categoria Média	109	6,4	430	25,2	221	13,0	947	55,5	1706
	Mãe/mãis do Secundário	110	2,8	851	21,9	452	11,6	2473	63,6	3887
	Mãe/mãis do terciário	402	4,0	2483	25,0	1201	12,1	5850	58,9	9937
	Mãe/mãis sem qualificação	133	4,9	942	34,7	356	13,1	1282	47,3	2713
	Trabalhadores Agrícolas	463	5,4	2657	31,0	900	10,5	4564	53,2	8584
	Sem declaração de ocupação	14	3,0	164	34,6	77	16,2	218	46,0	474
	Total	1342	4,5	8050	27,1	3459	11,7	16837	56,7	29688
Total	Categoria Dirigente	129	1,9	1002	15,0	500	7,5	5054	75,6	6684
	Categoria Intelectual	177	3,4	1348	25,5	390	7,4	3362	63,7	5278
	Pequenos empregadores urbanos	298	1,4	3082	14,7	1804	8,6	15798	75,3	20982
	Categoria Média	1528	2,7	10156	18,2	5816	10,4	38349	68,7	55848
	Mãe/mãis do Secundário	1878	2,8	14835	22,4	10020	15,2	39387	59,6	66120
	Mãe/mãis do terciário	7004	3,8	42346	23,1	22846	12,5	111279	60,7	183475
	Mãe/mãis sem qualificação	1702	3,7	12759	27,6	7094	15,3	24747	53,4	46301
	Trabalhadores Agrícolas	829	5,1	4914	30,0	2098	12,8	8557	52,2	16399
	Sem declaração de ocupação	149	3,0	857	17,3	553	11,2	3397	68,5	4956
	Total	13694	3,4	91298	22,5	51122	12,6	249929	61,6	406043

Fonte: censo IBGE 2000 (tabulações especiais)

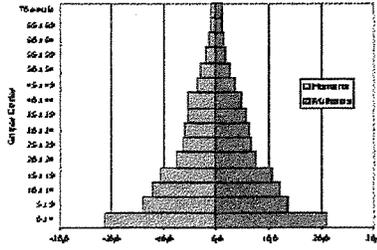
Migrante intrametropolitano: pessoas residentes de cinco anos, com menos de 5 anos de residência no município e que migraram entre municípios da RIDE

Pirâmides Etárias RIDE 1975-1980

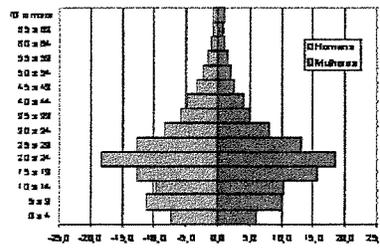
Migrantes Intrametropolitanos
RIDE 1975/1980



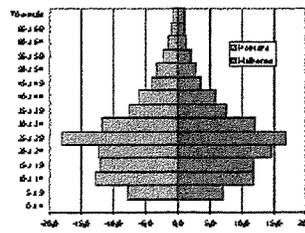
Pirâmide Etária dos não Migrantes
RIDE 1975/1980



Outros Migrantes
RIDE 1975/1980

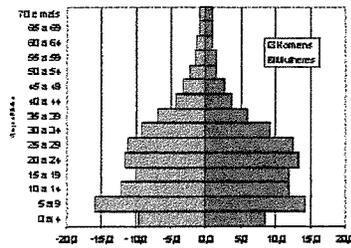


Migrantes Antigo (entre 6 e 9 anos de residência)
RIDE 75/1980

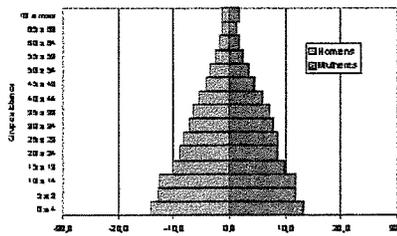


Pirâmides etárias RIDE 1986-1991

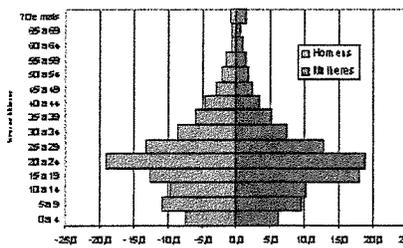
Migrantes Intrametropolitanos
RIDE 1986/1991



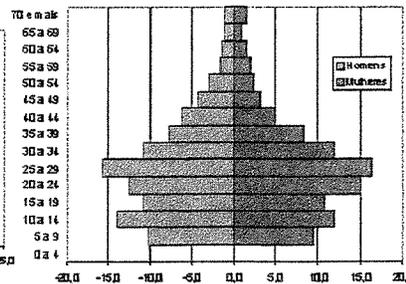
Pirâmide Etária dos Não Migrantes
RIDE 1986/1991



Outros Migrantes
RIDE 1986/1991

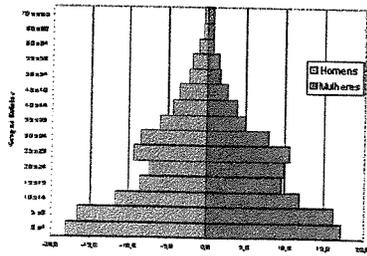


Migrantes Antigo (entre 6 e 9 anos de residência)
RIDE 1986/1991

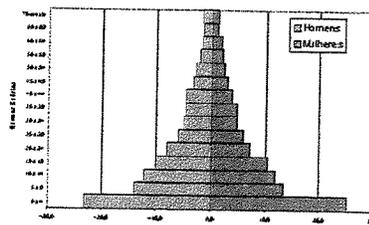


Pirâmide Etárias – Entorno Imediato 1975-1980

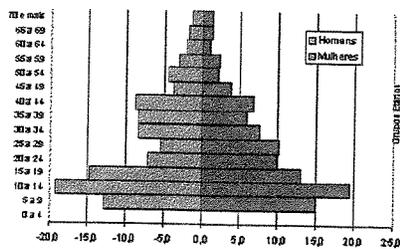
Pirâmide Etária dos Migrantes Intrametropolitanos Entorno Imediato 1975/1980



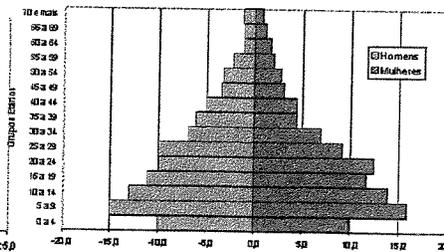
Pirâmide Etária dos não Migrantes Entorno Imediato 1975/2000



Migrantes com mais de 5 Anos de Residência Entorno Imediato 1975/1980

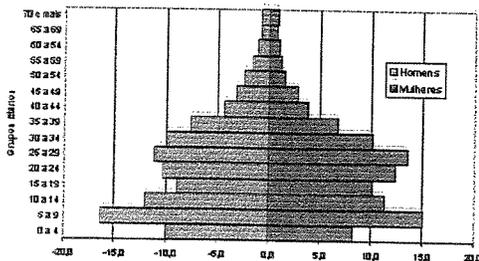


Pirâmide Etária dos Outros Migrantes Entorno Imediato 1975/1980

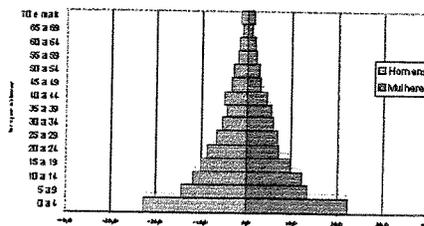


Pirâmides Etárias Entorno Imediato 1986-1991

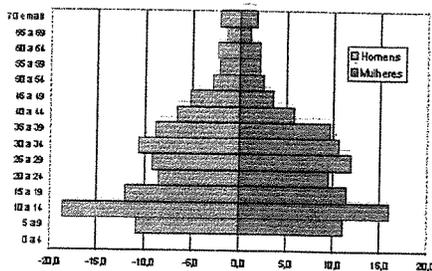
Migrantes Intrametropolitanos Entorno Imediato 1986/1991



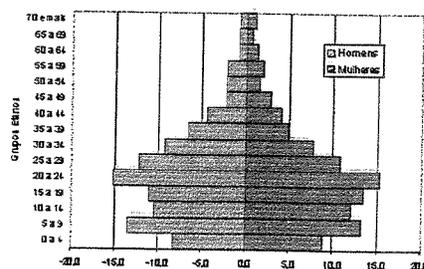
Pirâmide Etária dos Não Migrantes Entorno Imediato 1986/1991



Migrantes com mais de 5 Anos de Residência Entorno Imediato 1986/1991

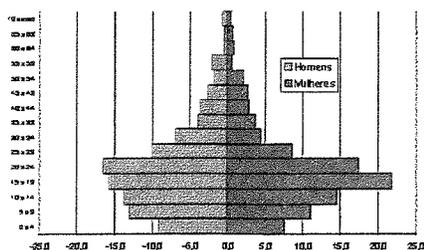


Pirâmide etária dos Outros Migrantes Entorno Imediato 1986/1991

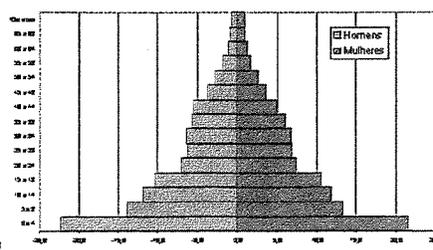


Pirâmides Etárias - DF 1975-1980

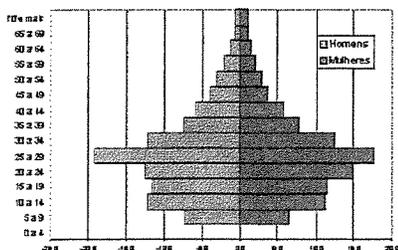
Migrantes Intra metropolitanos
DF 1975/1980



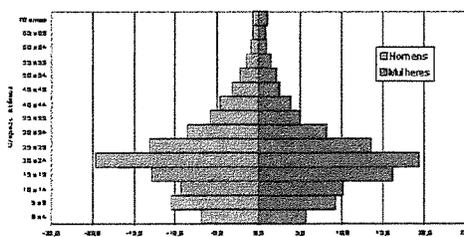
Pirâmide Etária dos Não Migrantes
Distrito Federal 1975/1980



Migrantes com mais de 5 Anos de Residência
Distrito Federal 1975/1980

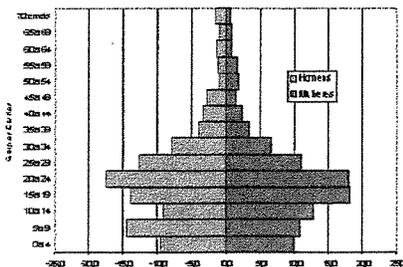


Pirâmide Etária Outros Migrantes
Distrito Federal 1975/1980

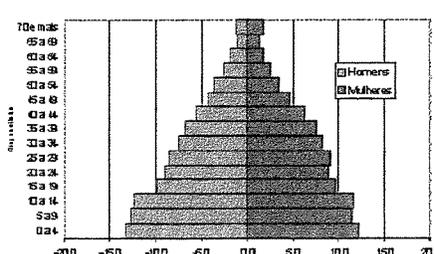


Pirâmides Etárias - DF 1986-1991

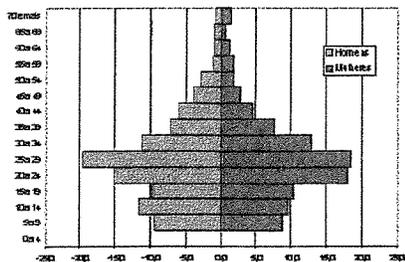
Migrantes Intra metropolitanos
Distrito Federal 1986/1991



Pirâmide Etária dos Não Migrantes
Distrito Federal 1986/1991



Migrantes com mais de 5 anos
Distrito Federal 1986/1991



Pirâmide Etária dos outros Migrantes
Distrito Federal 1986/1991

